

INQUÉRITO POLICIAL MILITAR Nº 709

O comunismo no Brasil

III - A AGITAÇÃO E A PROPAGANDA
IV - A MOVIMENTAÇÃO DE MASSAS

Biblioteca do Exército - Editora

30
VOL

**COLEÇÃO
GENERAL
BENÍCIO**


VOL 52 — 257
JANEIRO 1967

INQUÉRITO POLICIAL MILITAR 709

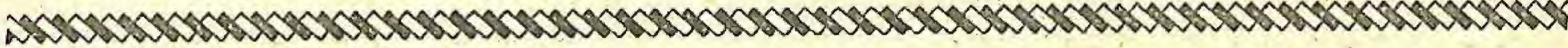
O COMUNISMO
NO
BRASIL

(3.º VOLUME)

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO — Editôra
Rio de Janeiro
1967



Capa de:
MURILLO MACHADO



A presente obra é composta de 4 volumes cujos assuntos são os abaixo discriminados :

1.º Vol: — Introdução — O Comunismo no Brasil.

2.º Vol: — As atividades Comunistas no Brasil.

Cap I — A Construção.

Cap II — A Infiltração.

3.º Vol: — As Atividades Comunistas no Brasil.

Cap III — A Agitação e a Propaganda.

Cap IV — A Movimentação de Massas.

4.º Vol: — As Atividades Comunistas no Brasil.

Cap V — A Ação Violenta.

ORGANIZAÇÃO DO IPM 709

CHEFE — Coronel FERDINANDO DE CARVALHO

ASSISTENTE — Major PAULO CESAR CHAVES DE AMARANTE

1. Seção de Justiça:

Major Jairo Lery Santos

2.º Sgt Antonio Ferreira

2. Seção de Estudos e Investigações:

Major Cesário Corrêa de Arruda Filho

Major Paulo Machado de Lacerda

Major Luiz Gonzaga Costa de Araújo

Capitão Eri Maia Gonçalves

Capitão Bernardino Nazareth Machado de Souza

Capitão Tiburcio Geraldo Alves Ribeiro

Capitão Adilson Falcão da Mota

2.º Sgt Osmir Fausto da Fonseca

2.º Sgt Airtton dos Santos Ribeiro

3.º Sgt Walter Luiz Bonfim

3. Seção de Depoimentos:

Capitão Darci Carmen de David

3.º Sgt Roberto Telles da Silva

Sr Francisco de Assis Lima

4. Seção de Administração:

Capitão Hilton da Rocha Villadinho

1.º Sgt Humberto José Barbosa

2.º Sgt Geraldo Alves de Souza (

2.º Sgt Adalberto Casas Mendonça

2.º Sgt Josué Casado da Silva

Í N D I C E

O COMUNISMO NO BRASIL

Págs.

2.a Parte — A Agitação e a Propaganda	1
---	---

CAPÍTULO III A AGITAÇÃO E A PROPAGANDA

1 - Aspectos Gerais	3
2 - As Organizações de Frente Comunista In- ternacional	54
3 - Os Meios de Propaganda Comunista	74
4 - A Imprensa Comunista	89
5 - A Imprensa Comunista Internacional ...	139
6 - O Jornal Novos Rumos	155

CAPÍTULO IV A MOVIMENTAÇÃO DAS MASSAS ... 263

1 - Movimentação de Rua	271
2 - Greves	277
3 - A Técnica de Execução das Greves	317
4 - A Tática da Frente-Única	345
5 - O Partido Comunista no Brasil	400
6 - O Partido Operário Revolucionário Trots- kista (PORT)	440
7 - A Política Operária (POLOP)	467
8 - A Ação Popular (AP)	503
9 - O Movimento Unificado da Revolução Bra- sileira (MURB)	553
10 - Movimento de Cultura Popular	565

2.^a PARTE:

A AGITAÇÃO E A PROPAGANDA

Resumo

A agitação e a propaganda comunista visam principalmente a disseminar a doutrina comunista, a angariar adeptos e simpatizantes e a exacerbar as massas para manifestações contra o regime.

De um modo geral, podem-se considerar dois tipos de propaganda: a ideológica e a política.

A propaganda e a agitação comunistas têm caráter internacional e dispõem para as suas atividades, além dos Partidos Comunistas em ação na maioria dos países, de um sistema de frentes internacionais que criam um campo de amplitude mundial.

O trabalho dos comunistas e seus aliados utiliza os mais variados meios de processos, sendo a propaganda principalmente escrita e a agitação, em sua maior parte, verbal.

O presente capítulo, dedicado a este assunto é desdobrado do seguinte modo:

1. Aspectos gerais
2. As organizações de Frente Comunista Internacional
3. Os meios de propaganda comunista
4. A imprensa comunista
 - a. Jornais e revistas

- b. Livros
- c. Panfletos
- d. Cartazes
- e. Calendários
- f. Fotografias
- g. Impressos diversos
- h. Inscrições

5. A imprensa comunista internacional

6. O jornal "Novos Rumos"

CAPÍTULO III

A AGITAÇÃO E A PROPAGANDA

1. ASPECTOS GERAIS

A agitação e a propaganda são tarefas consideradas como permanentes e fundamentais na vida partidária dos comunistas. Todo militante é sempre um agitador, um propagandista ou ambas as coisas. Essa obrigação é inculcada de modo tão sistemático na mentalidade dos comunistas que se torna um encargo natural, uma tendência constante e indefectível.

É através dessas atividades que os membros do Partido Comunista praticam o proselitismo, angariam simpatizantes, mobilizam grupos para a ação e aperfeiçoam suas convicções e capacidade de liderança.

Quais os conceitos de agitação e propaganda, no seio do Partido?

Lênin registra, em seu livro: *Que Fazer?*:

“Ver-nos-íamos, agora, na necessidade de definir a diferença entre propaganda e agitação de maneira distinta da estabelecida por Pierrânov. (Martinov acaba de citar as palavras de Pierrânov: “O propagandista incute muitas idéias a uma só pessoa ou a um pequeno número de pessoas, ao passo que o agitador inculca uma só idéia ou pequeno número de idéias, mas em compensação o faz perante toda uma multidão de pessoas”). Por propaganda entenderíamos a explicação revolucionária de todo o regime atual

ou de suas manifestações parciais, prescindindo de sabermos se isto se faz em forma acessível somente a algumas pessoas ou para as grandes massas. Por agitação, no sentido estrito da palavra (sic!) entenderíamos o apêlo dirigido às massas para certas ações concretas, o fato de se contribuir para a intervenção revolucionária direta do proletariado na vida social”.

“Felicitamos a social-democracia russa — assim como a internacional — por esta nova terminologia martinoviana mais rigorosa e profunda. Até agora, acreditamos (com Pierrânov e com todos os chefes do movimento operário internacional) que um propagandista, que trata, por exemplo, da questão da paralização forçada do trabalho, deve explicar a natureza capitalista das crises, mostrar a razão de serem estas inevitáveis na sociedade atual, indicar a necessidade de transformar-se a sociedade capitalista em socialista, etc. Numa palavra, deve oferecer “muitas idéias”, tantas que, tôdas elas, em seu conjunto, poderão ser assimiladas no ato apenas por um número relativamente pequeno de pessoas. Em troca, o agitador ao falar desta mesma questão, tomará um exemplo, o mais destacado e conhecido de seu auditório — citemos, no caso, o de uma família de desempregados, morta de fome, o aumento da miséria, etc. — e, aproveitando êste fato bem conhecido pelo auditório, tratará de oferecer a todos e a cada qual, à “massa”, uma só idéia: a idéia da contradição absurda entre o incremento da riqueza e o aumento da miséria; e tratará de despertar nas massas o descontentamento e a indignação contra esta irritante injustiça, deixando ao propagandista a explicação completa desta contradição.

Por isso, o propagandista procede, principalmente, por meio da palavra impressa, ao passo que o agitador atua de viva voz. Do propagandista exigem-se qualidades distintas das do agitador. Assim, chamaremos de propagandistas a Kautski e Lafargue; a Bebel e Guesde, chamaremos de agitadores. A estabelecer-se um terceiro terreno ou uma terceira função de atividade prática, envolvendo nesta função o

“apêlo dirigido às massas para certas ações concretas” é o maior dos desatinos, pois o “apêlo”, como o ato isolado, ou bem é um complemento natural e inevitável do tratado teórico, do folheto de propaganda e do discurso de agitação, ou, então, constitui uma função nitidamente executiva. Com efeito, tomemos, por exemplo, a presente luta dos social-democratas alemães contra as tarifas sobre cereais. Os teóricos, em seus estudos de investigações sobre a política aduaneira, “chamam”, digamos assim, lutar pela conclusão de tratados comerciais e pela liberdade do comércio; o mesmo fazem o propagandista, nas revistas, e o agitador, em seus discursos públicos. A “ação concreta” das massas consiste, neste caso, em dirigir uma mensagem ao Reichstag, exigindo que não sejam aumentadas as tarifas contra os cereais. O apêlo a esta atuação parte indiretamente dos teóricos propagandistas e agitadores, e, diretamente, dos operários que percorrem as fábricas e residências particulares com as listas de adesão à mensagem. Segundo a “terminologia de Martinov”, resultaria que tanto Kautski como Bebel são propagandistas e os portadores de listas de adesão agitadores. Não é assim?”.

Dessas considerações de Lênin concluímos que existem nuances de interpretação sobre os conceitos em foco.

A definição mais simples procura associar a idéia da propaganda à individualidade do público, enquanto a agitação destina-se às grandes massas. Segundo Martinov, citado por Lênin, a agitação se caracteriza por um apêlo às massas para a ação.

De qualquer sorte podemos dizer que os comunistas consideram como propaganda a apresentação, de forma deliberada, de idéias propiciadoras ao desenvolvimento e a expansão do comunismo. A propaganda realiza a doutrinação ideológica, inculca a filosofia marxista e persuade as pessoas sobre a legitimidade dos objetivos comunistas. É realizada tanto sobre não-comunistas como sobre os próprios adeptos do marxismo leninismo.

A agitação é a sensibilização de massas ou grupos em torno de uma idéia vital, de um apêlo contundente que de-

nuncia em seu enunciado uma intenção de levantar os ânimos, os entusiasmos ou as paixões desses grupamentos de pessoas. Tem um sentido coletivo, mas a sua característica mais importante é o motivo de mobilização e de ação que traz em seu conteúdo.

Em seu significado usual a palavra agitação liga-se às idéias de inquietação e desordem. Os comunistas não se impressionam por êsse aspecto pejorativo. A agitação é para eles uma tarefa construtiva do comunismo, missão elevada e inerente ao processo de implantação de suas idéias.

Diferenciam, entretanto, por seus métodos e qualidades pessoais, o propagandista e o agitador. Mas ambos são igualmente imprescindíveis e devem ser selecionados, apoiados e aproveitados. Recomendam a formação de um certo número de propagandistas e agitadores profissionais, que nada mais fazem senão executarem essas atividades em proveito do Partido. Diz Lênin ainda no *Que Fazer?*:

“O operário revolucionário, se quiser preparar-se plenamente para seu trabalho, terá que se converter também em revolucionário profissional. Por isto, B-v não tem razão ao dizer que, por estar o operário ocupado na fábrica onze horas e meia, as demais funções revolucionárias (salvo a agitação) “incumbem forçosamente a reduzidíssimo número de intelectuais”. Isto não sucede “forçosamente”, e sim, em virtude de nosso atraso, porque não compreendemos ser nosso dever ajudar todo operário que se distinga por sua capacidade a se converter em agitador profissional, em organizador, em propagandista, distribuidor, etc. Neste sentido, desbaratamos vergonhosamente nossas forças, não sabemos cuidar do que tem que ser cultivado e desenvolvido com particular solicitude. Contemplai os alemães: têm cem vezes mais força do que nós, porém compreendem perfeitamente que os operários “médios” não proporcionam, com demasiada freqüência, agitadores, etc., efetivamente capazes.

Por isso, procuram colocar imediatamente todo operário capaz em condições que lhe permitam desenvolver e aplicar plenamente suas aptidões; fazem dêle um agitador profissional, levam-no a ampliar seu campo de ação, a estendê-lo de uma fábrica a todo um ofício, de uma localidade a todo o país. Dêste modo, o operário adquire experiência e habilidade profissional, alarga seus horizontes e seus conhecimentos, observa de perto os chefes políticos eminentes de outras localidades e de outros partidos, procura elevar-se ao nível desses chefes e reunir em sua pessoa os conhecimentos do meio operário e a força das convicções socialistas à competência profissional, sem a qual o proletariado não pode lutar porfiadamente contra seus inimigos perfeitamente instruídos. Assim, e só assim, surgem da massa operária os Bebel e os Auer. Mas o que num país politicamente livre se faz em grande parte por si mesmo, entre nós deve ser feito sistematicamente, por meio de nossas organizações. Nenhum agitador operário que tenha algum talento, “que prometa”, deve trabalhar onze horas na fábrica. Devemos providenciar de modo que êle viva por conta do Partido, para que, quando fôr preciso, possa passar a agir clandestinamente, para que possa mudar de residência, pois, de outro modo, não adquirirá grande experiência, não ampliará seus horizontes, não saberá manter-se, ao menos uns tantos anos, na luta contra os gendarmes.

Quanto mais amplo e mais profundo fôr o impulso espontâneo das massas operárias, mais agitadores de talento produzirão elas, e não só agitadores, mas também organizadores, propagandistas e militantes, “práticos” de talento, no bom sentido da palavra (que são tão escassos entre nossos intelectuais, em sua maior parte apáticos e descuidados, à maneira russa). Quando tivermos destacamentos de operários revolucionários especialmente preparados (em tôdas as armas da ação revolucionária, entenda-se bem) por longa aprendizagem, nenhuma polícia social do mundo poderá com eles, porque êsses destacamentos de homens consagrados de corpo e alma à revolução, gozarão igualmente de uma confiança ilimi-

tada por parte das grandes massas operárias. E cometemos grande falta não “impelindo” bastante os operários para este caminho da aprendizagem revolucionária profissional, mas, pelo contrário, muitas vezes, arrastando-os para trás, com discursos nescios sobre o que é “acessível” à massa operária, aos operários médios, etc.”.

De um modo geral poderíamos distinguir dois grandes tipos de propaganda comunista: a *propaganda ideológica* que visa incutir nos indivíduos a doutrina geral do comunismo e a *propaganda política* que procura obter a adesão das pessoas para os objetivos concretos da linha política do comunismo internacional e dos partidos comunistas.

A propaganda ideológica tem, por sua vez, duas variantes principais: 1.a) a propaganda de aliciamento que busca a impregnação intelectual dos indivíduos para convertê-lo ao comunismo; 2.a) a propaganda de educação, que objetiva a consolidação e o aperfeiçoamento ideológico dos comunistas já aderentes.

As teses do V Congresso da Internacional Comunista consagravam prescrições sobre os cuidados a observar com a formação dos propagandistas. Nelas encontramos o seguinte trecho:

“Os órgãos do Partido devem também se preocupar com a educação superior dos estudantes comunistas e outros intelectuais. Os estudantes comunistas não devem ter permissão de se conservarem num estado de esplêndido isolamento.

As frações estudantis ou núcleos existentes e que tenham até então sido círculos seletos de auto educação sem qualquer sistema particular, devem ser transformados, debaixo da orientação direta de experimentados trabalhadores do partido, bem versados em marxismo e leninismo e familiarizados em movimentos trabalhista, em corpos educacionais capazes de produzir verdadeiros propagandistas e mais ainda os membros desses grupos estudantis devem ser condu-

zidos a tomarem parte nos trabalhos práticos do grupo”. (in Sydney Hook, o Comunismo Mundial, Ed. Presença, Rio 1964 P. 70)

Stálin, em seu célebre artigo: A Questão da Estratégia e da Tática dos Comunistas Russos (Pravda n.º 56, 14 Mar 1923), encara três etapas na atividade comunista: a *propaganda*, a *agitação* e a *ação*, dando a essas atividades uma expressão de sucessividade e progressividade.

A fase de convencimento individual, do proselitismo pessoal, é em geral seguida pelas tarefas de levantamento e persuasão de massas. Daí parte-se para a ação ou seja a busca concreta dos objetivos.

Stálin distingue ainda, em sua exposição, dois conceitos fundamentais que complementam essas categorias de atividades: a *palavra-de-order* e a *diretiva*.

A palavra-de-order é enunciado genérico, amplo e sintético do objetivo a alcançar, a longo ou a breve prazo. Já a diretiva determina condições de execução específicas de espaço de tempo, distribui missões (tarefas) e fixa responsabilidades. Uma resolução política pode conter várias palavras-de-order. Todavia, as diretivas são em geral fixadas em documentos específicos.

Convém, para reforçar essa conceituação, reproduzir integralmente o texto do antigo ditador soviético:

“A palavra-de-order é a formulação sucinta e clara dos objetivos imediatos e distantes da luta, lançada, por exemplo, pelo grupo dirigente do proletariado, pelo seu Partido. Existem palavras-de-order diversas, que variam segundo os objetivos da luta, palavras-de-order que abrangem todo um período histórico, ou diferentes fases e episódios de um determinado período histórico. A palavra-de-order de “Abaixo a autocracia”, que o grupo “Emancipação do Trabalho” lançou pela primeira vez, no decênio de 1880-1890, era uma palavra-de-order de propaganda, porque tinha por objetivo ganhar para o Partido, individualmente e em grupos, os combatentes

mais firmes e intrépidos. No período da guerra russo-japonêsa, quando a instabilidade da autocracia se tornou mais ou menos evidente às grandes massas da classe operária, essa palavra-de-order se transformou em palavra-de-order de agitação, porque já se propunha ganhar massas de milhões de trabalhadores. No período que precedeu a Revolução de Fevereiro de 1917, quando o tsarismo já estava definitivamente descreditado aos olhos das massas, a palavra-de-order de "Abaixo a autocracia" se transformou de palavra-de-order de agitação em palavra-de-order de ação, porque o seu objetivo era mobilizar massas de milhões de trabalhadores para o assalto contra o tsarismo. Durante as jornadas da Revolução de Fevereiro, essa palavra-de-order já se transformara em diretiva do Partido, isto é, num apêlo aberto à conquista, dentro de um prazo fixado, de certas instituições e de certas posições do sistema tsarista, pôsto que se tratava de derrubar o tsarismo, de destruí-lo. A diretiva é um apêlo direto do Partido à ação em momento e lugar determinados, obrigatório para todos os membros do Partido e habitualmente secundado pelas grandes massas trabalhadoras, se o apêlo formula de modo justo, exato, as reivindicações das massas, se é verdadeiramente oportuno.

Confundir a palavra-de-order com as diretivas ou a palavra-de-order de agitação com a palavra-de-order de ação é tão perigoso quanto são perigosas, e às vezes até funestas, as ações prematuras ou tardias. Em abril de 1917, a palavra-de-order de "Todo o Poder aos Soviets" era uma palavra-de-order de agitação. A célebre manifestação de Petrogrado, em abril de 1917, com a palavra-de-order de "Todo o Poder aos Soviets", demonstração que se realizou em torno do Palácio de Inverno, foi uma tentativa, uma tentativa prematura e por isso desastrosa, de transformar essa palavra-de-order em palavra-de-order de ação. Aquêlo foi um perigosíssimo exemplo de confusão da palavra-de-order de agitação com a palavra-de-order de ação. Teve razão o Partido ao condenar os promotores daquela manifestação, pois sabia que ainda não existiam as condições indispensáveis

para transformar essa palavra-de-order em palavra-de-order de ação, que uma ação prematura do proletariado poderia conduzir ao desbaratamento das suas forças.

Existem, por outro lado, casos em que o Partido se vê na contingência de retirar ou modificar "em 24 horas" uma palavra-de-order (ou uma diretiva) já aprovada e que era oportuna, para salvar as suas fileiras de uma emboscada preparada pelo inimigo, ou para adiar temporariamente a aplicação de uma diretiva até momento mais propício. Um caso dessa espécie ocorreu em Petrogrado, em junho de 1917, quando a manifestação de operários e soldados, meticulosamente preparada e fixada para 9 de junho, foi "inesperadamente" suspensa pelo C. C. do nosso Partido, em vista de mudança operada na situação.

A tarefa do nosso Partido consiste em transformar hábil e oportunamente as palavras-de-order de agitação em palavra-de-order de ação, ou as palavras-de-order de ação, em diretivas precisas e concretas, ou, se o exige a situação, dar prova da flexibilidade e decisão indispensáveis para suspender a tempo a aplicação de determinadas palavras-de-order mesmo, que sejam populares, mesmo que sejam oportunas". (J. V. Stalin, Obras, Ed. Vitória, Rio 1954, vol. V, pág. 152)

A título de exemplo, procuremos determinar quais as palavras-de-order constantes da Resolução Política do V Congresso do P C B (setembro 1960). Lemos nesse documento, em diversos locais:

"A sociedade brasileira encerra duas contradições fundamentais que exigem solução radical na atual etapa histórica de seu desenvolvimento. A primeira é a contradição entre a Nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. A segunda é a contradição entre as forças produtivas em crescimento e o monopólio da terra, que se expressa, essencialmente, como contradição entre o latifundiário e as massas camponesas".

“Na luta por êsses objetivos revolucionários, os comunistas levam em conta que, na situação presente, é a exploração imperialista norte-americana que constitui o principal obstáculo ao desenvolvimento independente e progressista da nação”.

O principal inimigo da revolução brasileira é constituído pelo imperialismo norte-americano e por seus agentes internos”.

Na apreciação de tôdas as considerações que a citada Resolução apresenta, podemos concluir que basicamente o documento encerra duas palavras-de ordem do PCB:

1.^a — *Concentrar o fogo contra o imperialismo norte-americano.* É a palavra-de ordem do comunismo internacional que já constava do Programa partidário de 1954. É uma palavra-de ordem de propaganda, visando incutir nos indivíduos a aversão e o ódio contra os Estados- Unidos.

2.^a — *Liquidar o latifúndio na estrutura agrária nacional.* É uma palavra-de ordem de agitação que procura levantar as massas camponesas contra os padrões da estrutura agrária tradicional no País.

A agitação e a propaganda constituem uma permanente preocupação para o PCB que através de constantes autocrítica procura mostrar as falhas e deficiências observadas nesse trabalho partidário. Prestes declarou em seu Informe no IV Congresso do Partido:

“Melhorar e ampliar a nossa agitação e propaganda e dar maior atenção a nossa imprensa — Na situação atual, ampliar e melhorar a propaganda e a agitação política do Partido é uma questão decisiva para o próprio Partido. O Programa do Partido precisa ser conhecido e compreendido pelas grandes massas de milhões de todo o nosso povo. Para os objetivos e tarefas indicados pelo Programa precisamos ganhar as massas de milhões. Sem dúvida, avançamos no trabalho de agitação e propaganda entre as massas. Temos conseguido elevar a consciência de milhares de pessoas explicando-lhes a política de paz da

União Soviética, desmascarando as intenções sinistras dos incendiários de guerra anglo-americanos, assim como a política de traição nacional do governo de latifundiários e grandes capitalistas. Já conseguimos, também, realizar uma ampla difusão do Programa do Partido entre os mais diversos setores da população e temos feito alguns esforços no sentido de atrair as massas populares ao debate das teses e idéias nêle expostas.

Muito precisamos, no entanto, ainda fazer para colocar a agitação e a propaganda na altura das necessidades atuais de nosso Partido, quando aumentam suas responsabilidades diante do crescente descontentamento popular e da intensificação e ampliação das lutas de massas. Na verdade, não vamos ainda às grandes massas de milhões.

Um trabalho de agitação e propaganda eficiente exige a assistência permanente dos organismos dirigentes do Partido que devem fornecer os materiais necessários, reunir freqüentemente os propagandistas e agitadores para consulta e troca de experiências, visando sempre melhorar os métodos e as formas de seu trabalho.

Quanto à imprensa é indispensável tomar algumas medidas enérgicas para melhorar rapidamente seu conteúdo e assegurar sua maior difusão. A imprensa precisa ter à sua frente direções responsáveis, ideologicamente firmes, com espírito de iniciativa e capazes de aplicar sem graves erros a política do Partido aos fatos concretos de cada dia que devem ser levados ao conhecimento das massas, devidamente explicados e respondidos. Nossa imprensa deve ser combativa e polêmica, saber convencer, mas também desmascarar. As organizações do Partido devem dedicar maior atenção à difusão de nossa imprensa, acabar com a subestimação da imprensa, assegurar a ligação necessária indispensável da imprensa do Partido com as bases e as massas”.

Sôbre êsse problema, levantado por Prestes, de “melhorar e ampliar a agitação e a propaganda e dar maior atenção à imprensa” encontramos em uma conferência do Partido o seguinte comentário:

“Essa tarefa tem uma importância muito grande para a vitória do Programa do Partido, pois ele tem de ser levado às massas de milhões.

O Programa foi o documento mais difundido pelo Partido nos últimos tempos. Entretanto, depois do IV Congresso houve uma queda na sua difusão.

Para melhorar e intensificar a nossa propaganda, devemos ter em conta o seguinte:

- 1) Assistência diária dos organismos dirigentes.
- 2) O fornecimento, pelos organismos dirigentes, dos meios de realizar essa propaganda, assim como o fornecimento de palavra-de-ordem. Devemos ter a preocupação de Lênin no que se refere à agitação e propaganda.

3) Reuniões freqüentes com os agitadores e propagandistas, a fim de que se generalizem as experiências e melhore o trabalho”.

O assunto traz ainda em foco o informe apresentado por Maurício Grabois no IV Congresso, sob o título de “Agitação e Propaganda para milhões”, fator decisivo para a vitória do Programa do Partido.

Esse documento é uma crítica muito interessante da política partidária em matéria de agitação e propaganda, revela as suas deficiências, os seus objetivos e as tarefas consideradas pelos líderes comunistas como fundamentais.

A sua análise sucinta impõem-se neste trabalho.

Grabois inicia o informe fazendo um resumo das atividades de agitação e propaganda, com base no Programa do Partido, documento que encerrava as palavras-de-ordem do Partido Comunista e foi profundamente explorado no aliciamento e na doutrinação. Mostra como foi o povo, em inúmeros recantos do país, motivado pelas promessas do Programa.

“Em seu Informe ao IV Congresso, o camarada Prestes arma os membros do Partido para lutar com êxito pelos objetivos do Programa, traça com clareza as tarefas para derrotar as forças reacionárias internas e o opressor imperialista norte-americano.

Diz o camarada Prestes: “Na atual situação, ampliar e melhorar a propaganda e a agitação política do Partido é uma questão decisiva para o próprio Partido”.

Como estamos enfrentando essa questão decisiva?

Com o lançamento do Programa, a nossa agitação e propaganda ganhou novo estímulo, cresceu em volume e melhorou em qualidade. O Programa foi editado e difundido em massa através dos jornais da imprensa popular, de folhetos, volantes e palestras e de vários órgãos da imprensa que não estão sob a nossa influência. Nenhum documento do Partido foi tão popularizado e debatido entre o povo como o Programa. Atinge a quase 4 milhões o número de exemplares do Programa até agora editados e divulgados em todo o País. Mais de vinte jornais que representam as mais diferentes forças e correntes políticas, entre os quais se incluem alguns órgãos de imprensa de grande circulação, reproduziram em suas páginas o Programa do Partido.

Inúmeras iniciativas, muitas delas novas e criadoras, surgiram no trabalho de agitação e propaganda após o lançamento do Programa. São milhões e milhões de volantes e boletins com trechos do Programa, são as cartas endereçadas a milhares de pessoas apresentando o Programa. Em vários Estados, estações de rádio do interior e serviços de alto-falantes irradiam partes do Programa. Debates, conferências, palestras e sabatinas sobre o Programa foram realizadas em grande número entre amplas massas das cidades e do campo. Comandos nas grandes cidades e no interior foram realizados, com visitas de casa em casa para divulgar e explicar o Programa. Na Região de Piratininga, em todas as empresas de mais de 500 operários, o Programa foi distribuído e discutido com plena aceitação da massa. Camaradas do interior do Ceará debateram o Programa com mais de 2 mil camponeses, percorrendo fazenda por fazenda. Numa assembléia da Associação de Camponeses de Nova Fátima, no norte do Paraná, o

Programa foi lido para 800 camponeses. O Comitê de Empresa da Prefeitura do Distrito Federal enviou aos funcionários, pelo correio, exemplares do Programa e, posteriormente, controlou o seu recebimento, colhendo as impressões causadas e entabulando discussões sobre as diversas questões suscitadas pelo Programa. Experiência interessante no debate do Programa foi a polêmica travada entre o "Jornal do Povo", de Belo Horizonte, e o jornal do padre da cidade de Diamantina — acontecimento que despertou grande interesse e determinou que o Programa prendesse vivamente a atenção do povo durante várias semanas.

O trabalho de agitação e propaganda concorre, assim, para aumentar a repercussão que o Programa está alcançando entre as mais variadas camadas da população e no país inteiro".

A seguir, o conferencista exalta o papel da imprensa comunista, mostrando a sua importância como veículo da agitação e propaganda, e a expressão do Programa como elemento motivador para o interesse popular. Declara que, após a divulgação desse documento, vários jornais suspensos voltaram a circular, assegurando a organização de uma rede que cobria todo o território nacional. Declara Grabois:

"No trabalho de agitação e propaganda do Programa o papel mais destacado coube à imprensa popular. Após o lançamento do Programa, os jornais da imprensa popular realizaram importante avanço.

Em diversos Estados, jornais que estavam sem circulação voltaram novamente a ser editados e em outros Estados foram criados novos órgãos de imprensa. Hoje, a imprensa popular é constituída pela "Voz Operária", por cinco periódicos de caráter nacional, por sete diários, doze semanários e inúmeros pequenos jornais de empresa e de setor profissional. Esta rede de jornais é uma arma insubstituível na propaganda do Programa e na luta pela execução das tarefas que o Partido enfrenta.

Com a publicação do Programa do Partido, a imprensa popular vem revelando alguns progressos. Isto diz respeito, particularmente, à "Voz Operária" e aos diários do Distrito Federal e de São Paulo. Embora lentamente, melhora o conteúdo e a apresentação gráfica, bem como aumenta a circulação do Programa. A "Voz Operária" teve sua tiragem aumentada em cerca de 80%, sendo que, na capital de São Paulo, a sua circulação cresceu em 5 vezes. O diário "Imprensa Popular", que circula no Distrito Federal, aumentou sua vendagem em 100%, sem incluir as vendas através de comandos realizados aos domingos. Em São Paulo, o "Hoje", diário de massas, teve também acrescida a sua circulação. No Rio Grande do Sul, o órgão diário da imprensa popular realizou sensíveis progressos. O jornal da Bahia, que tinha sido profundamente golpeado pela reação, voltou a circular diariamente e a sua tiragem foi duplicada. O semanário de Minas Gerais foi transformado em diário. A difusão dos jornais da imprensa popular tem aumentado com a sua venda através dos comandos realizados organizadamente aos domingos. Isto contribuiu para torná-los mais conhecidos das massas. Basta citar o fato de comandos da "Imprensa Popular", no Rio, distribuírem, em um domingo, três vezes mais exemplares do jornal do que a quantidade vendida normalmente nas bancas".

Passa, entretanto, Maurício Grabois a criticar a situação do trabalho de agitação e propaganda, mostrando que o Partido deseja ainda muito mais de seus militantes nesse campo de atividade. Diz ele:

"Mas, os êxitos obtidos na frente de agitação e propaganda são poucos em relação às exigências da luta para tornar vitorioso o Programa. Ainda não satisfazem, tanto em quantidade como em qualidade, os volantes, boletins, cartazes, faixas e pinturas. É insuficiente o número de comícios, palestras, conferências e sabatinas públicas sobre o Programa, e os oradores e conferencistas deixam muito a desejar. Não fazemos uma agitação e propaganda para milhões de brasileiros. Não nos dirigimos específi-

mente aos operários, aos camponeses, às mulheres, aos jovens, a cada camada social que pode integrar a frente única antifeudal e antiimperialista. Nossos folhetos e volantes, na maioria das vezes, são dirigidos a todos os patriotas indistintamente, sem falar das reivindicações particulares de cada camada da população.

Mesmo no terreno da difusão do Programa, estamos atrasados. Não há um só Comitê Regional que tenha superado as cotas de publicação do Programa fixadas pelo Comitê Central no Plano Lênin. O trabalho de divulgação e popularização do Programa ainda não obedece a uma planificação detalhada e permanente, com a determinação das datas e lugares das emprêsas, fazendas, bairros e ruas que devem ser atingidos. A edição de cerca de 4 milhões de exemplares do Programa é insuficiente para um país como o Brasil, com uma população de 57 milhões de habitantes. Como esclarecer as massas do Rio Grande do Norte e dirigir suas lutas se, naquele Estado, o Comitê Regional só distribuiu cerca de mil exemplares do Programa? Como conquistar os 6 mil mineiros do Morro Velho para as posições políticas do Partido se ali, até agora, foi difundido apenas um milhar de folhetos com o Programa? Não nos podemos contentar com as irrisórias edições do Comitê Regional de Pernambuco, de 75 mil exemplares, para uma população de 3 milhões e 400 mil pessoas. Tampouco satisfaz o trabalho do Comitê Regional do Rio Grande do Sul, com a publicação de 550 mil exemplares, para serem distribuídos entre uma população de cerca de 5 milhões de habitantes”.

Continua Grabois a sua crítica, mostrando como os comunistas não têm aproveitado, como deviam, os momentos de crise nacional e não tem adaptado os motivos e a linguagem da propaganda e da agitação à massa inculta da maioria dos brasileiros.

“Temos perdido inúmeras e boas oportunidades para falar ao povo. Por exemplo, não soubemos aproveitar suficientemente, apesar do muito que fizemos,

os acontecimentos de 24 e 25 de agosto, quando o povo na rua se mostrava indignado, com o imperialismo ianque, para denunciar a decomposição do atual regime e apontar às massas as nossas soluções, as medidas que se incluem, no Programa do Partido. Mesmo no curso da campanha eleitoral, não trabalhamos, como era necessário e preciso, entre as diversas camadas do povo com o Programa, explicando-o mais claramente nos comícios, nos comandos e nas palestras. Nossa agitação e propaganda cuida freqüentemente da “ala política” sem contato com a realidade local, sem partir dos problemas da vida cotidiana que mais preocupam as massas. Vejamos um exemplo bastante expressivo: a corrupção dos governantes e os escândalos que caracterizam o atual regime. É uma questão que desperta o maior interesse do povo. Durante a campanha eleitoral a imoralidade que viceja nos círculos políticos das classes dominantes veio à tona. Enquanto politiquinhos venais, declarados agentes dos monopólios norte-americanos, demagógicamente, levantavam a luta contra a corrupção e, assim, ludibriavam as massas, nós, comunistas, que somos inatacáveis e de reconhecida honradez, não fomos suficientemente capazes, no momento oportuno, de desmascarar as roubalheiras e negociatas, de revelar a lama em que chafurda o regime de latifundiários e grandes capitalista.

É reduzido o nosso trabalho de agitação e propaganda dirigido às massas de analfabetos que constituem a maioria das camadas sociais que precisamos conquistar. Daí a nossa pouca utilização do rádio, do cinema, dos discos, etc., para divulgar e esclarecer o Programa.

Ainda falamos uma linguagem pouco acessível às massas. Usamos em certos casos, as frases feitas decoradas que constituem a gíria partidária. Este linguajar é uma manifestação sectária, uma vez que sendo incompreensível para o povo dele nos isola”.

Mostra em seguida, o conferencista, as debilidades da imprensa comunista, estabelecendo as suas causas e determinando as medidas a adotar. Declara:

“No trabalho de imprensa, temos a assinalar inúmeras debilidades. Os jornais da imprensa popular avançam lentamente no esclarecimento e educação política do povo. Não explicamos suficientemente nos jornais da imprensa popular o Programa, nem orientamos com segurança o debate público em torno desse documento básico do Partido. As entrevistas, os artigos de esclarecimento, os fatos vivos para a comprovação das teses do Programa, freqüentemente aparecem nos jornais da imprensa popular sem continuidade e sem relêvo. As respostas às perguntas dirigidas às redações, de um modo geral, são ainda superficiais e sôbre questões de detalhe. Muitos jornais da imprensa popular deixaram desaparecer as seções sôbre o Programa e outros se limitam a reproduzir as respostas publicadas na “Voz Operária”. Algumas respostas às perguntas dos leitores são incompletas e muitas outras não trazem os dados para comprovar as teses defendidas.

Pouco utilizamos na imprensa um meio tão poderoso de esclarecimento e educação do povo como a polêmica. Não respondemos com persistência às teses da imprensa a serviço do imperialismo americano que procura justificar a submissão do País aos monopólios dos Estados Unidos. Há, ainda, vacilações na defesa das nossas posições e das reivindicações das classes e camadas sociais que são chamadas a integrar a frente democrática de libertação nacional. Embora tenhamos dado alguns passos no que se refere à defesa dos direitos e reivindicações da classe operária, não abordamos com a devida profundidade as questões relacionadas com os interesses da pequena burguesia urbana, da intelectualidade e da burguesia nacional. Os problemas das massas camponesas estiveram ausentes durante um longo período nos jornais da imprensa popular, e ainda hoje subestimados os assuntos referentes ao trabalho no campo. Assim, não contribuimos na medida do necessário, para impulsionar a organização da frente única antifeudal e antiimperialista. Nota-se ainda nos jornais da imprensa popular pouca vivacidade e falta de combatividade. Os jornais não refletem

inteiramente o descontentamento cada vez maior das massas com relação à política do atual governo. Reagimos lentamente face aos acontecimentos e nem sempre respondemos na ocasião oportuna, e de maneira justa, aos fatos que se sucedem no cenário político. Isto porque os nossos jornalistas ainda não assimilaram de todo o Programa. Em algumas ocasiões os jornais da imprensa popular caem no objetivismo burguês e se deixam influenciar pela imprensa burguesa, pelo seu sensacionalismo, o que significa, na prática, capitular diante da pressão ideológica das classes dominantes e do imperialismo norte-americano. Outro fator que dificulta a melhoria e a expansão dos jornais da imprensa popular é a sua linguagem pouco compreensível ao povo. Embora depois da apresentação do Programa, tenhamos progredido na maneira de redigir e apresentar as matérias, muitas vezes escrevemos como se os jornais da imprensa popular se destinassem unicamente aos comunistas e simpatizantes e não aos milhões de brasileiros. Os jornais da imprensa popular, via de regra, são pouco noticiosos, o que prejudica sua penetração nas amplas massas.

As debilidades apontadas repercutem negativamente na circulação dos jornais da imprensa popular. Apesar do número de jornais da imprensa popular não ser pequeno, as suas tiragens são reduzidas, se comparadas com as necessidades da luta pela vitória do Programa. O ritmo de crescimento da circulação dos jornais da imprensa popular é vagaroso. Confrontando o número de exemplares que atinge a circulação dos diários e semanários da imprensa popular em cada Estado e município com o número de seus habitantes, a conclusão a tirar é que eles alcançam somente os comunistas e os homens mais avançados.

As deficiências da imprensa popular estão inteiramente ligadas à nossa subestimação em relação aos jornais. Não orientamos de modo persistente os periódicos. As redações passam meses sem controle e assistência. É geral o descaso. Pouco se discute a

situação da imprensa e não se tomam as medidas necessárias para superar as suas falhas. Satisfazemos-nos com as pequenas tiragens, quando é perfeitamente possível multiplicar por muitas vezes a circulação dos jornais da imprensa popular”.

A parte conclusiva do informe de Graboïs é consagrada ao enunciado das tarefas que o Partido atribui ao trabalho de agitação e propaganda. O conferencista dá ênfase à utilização do Programa e focaliza os motivos a serem aproveitados: defesa da Paz, ataque ao imperialismo norte-americano, ataque aos latifundiários e grandes capitalistas e popularização dos feitos soviéticos, chineses e dos países de democracia popular. Acêntua a necessidade de intensificar a publicação de obras comunistas e melhorar a imprensa. Diz Graboïs:

“Em face das exigências do trabalho de popularização e esclarecimento do Programa, a agitação e propaganda em todos os seus aspectos tem que sofrer uma profunda reviravolta. Em nossa agitação e propaganda é preciso colocar em primeiro plano os problemas básicos do Programa e as atuais tarefas políticas traçadas no Informe do camarada Prestes. Defender a paz, não dar tréguas ao imperialismo norte-americano, desmascarar o governo de latifundiários e grandes capitalistas que realizam no Brasil a política dos monopólios dos Estados Unidos. Manter uma posição unitária procurando atrair todos os que podem marchar conosco, por um ponto do Programa que seja, na luta contra o inimigo comum. Aos jornais da imprensa popular cumpre popularizar ainda mais as realizações da União Soviética, da República Popular da China e dos países de democracia popular.

Ampliemos os nossos horizontes e pensemos na agitação e propaganda em termos de milhões. Para continuarmos com mais intensidade a batalha para transformar o Programa do Partido em programa de todo o povo, cabe-nos editar e divulgar milhões de exemplares do Programa, para que todo patriota receba um exemplar do Programa. É indispensável

organizar cuidadosamente a distribuição do Programa entre as massas, levar o Programa de fábrica em fábrica, de fazenda em fazenda, de vila em vila, de casa em casa. Especial atenção deve merecer a confecção de milhões de volantes, cartazes, pinturas murais, etc., capazes de atrair a atenção das massas para o Programa.

A popularização do Programa exige a intensificação de debates, mesas-redondas, conferências, comícios, etc. Para isso, cabe-nos organizar grupos de agitadores e propagandistas com elementos capazes de explicar o Programa ao povo, cada dia e cada hora, em linguagem clara e simples, com argumentos convincentes.

Uma importante exigência da luta pelo Programa é a de intensificar a agitação e propaganda entre as massas de analfabetos. Neste sentido é necessário desenvolver a agitação oral e fazer todos os esforços para utilizar ao máximo as estações de rádio e os serviços de alto-falantes existentes no País, bem como gravar discos com partes do Programa e textos sobre as tarefas que enfrentamos.

Simultaneamente, é preciso acelerar o nosso trabalho editorial, tendo em vista melhorar a propaganda. Aumentar o ritmo de publicação das obras dos clássicos do marxismo, terminando no menor prazo a publicação das “Obras Escolhidas” de Lênin e das “Obras de Stálin”. Nos próximos planos editoriais, precisamos incluir estudos sobre a realidade brasileira.

Pensamos ser dever irrecusável de todos os Comitês Regionais ajudar as organizações de base e elaborarem seus planos de popularização e esclarecimento do Programa entre as massas. Isto significa difundir o Programa aos milhões e levantar as suas tarefas, tendo em conta que as questões políticas mais candentes e as reivindicações mais sentidas das massas devem estar ligadas de maneira viva ao Programa.

No que se refere ao trabalho com a imprensa popular, precisamos melhorar o conteúdo de todos os jornais. A imprensa popular precisa ser o melhor veículo de divulgação e esclarecimento do Programa e expressar fielmente as nossas tarefas atuais.

O semanário "Voz Operária" necessita elevar rapidamente seu nível. Precisamos melhorar a qualidade das matérias editoriais e tornar a "Voz Operária" em um poderoso instrumento de educação dos comunistas e das massas, que faça, sem interrupção, a propaganda do marxismo-leninismo.

Um persistente combate deve ser travado para ligar ainda mais a imprensa popular às grandes massas. Os jornais, principalmente os diários, precisam ser bastante informativos, tratar dos problemas que interessam os mais diversos setores da população, levantar com vigor as reivindicações da classe operária e das massas populares. Com urgência, necessitamos criar amplas rês de correspondentes dos jornais da imprensa popular, capazes de estabelecer uma viva ligação entre os jornais e as massas e de levar ao conhecimento das redações os fatos que ocorrem nas fábricas, fazendas e vilas, bairros e em todos os locais de trabalho.

Particular atenção estão a merecer os pequenos jornais de empresa e setor profissional, através de um auxílio continuado aos seus redatores com opiniões e sugestões. Os pequenos jornais têm que refletir sempre as reivindicações mais sentidas das massas trabalhadoras.

Importante tarefa no trabalho de agitação e propaganda é elevar o nível político, ideológico e profissional dos nossos jornalistas. Para que estes jornalistas assimilem mais rapidamente o Programa, cabem-nos realizar reuniões periódicas com as redações para o debate e o estudo do Programa e para a discussão das questões políticas mais importantes do momento, através da organização de planos de conferências, bem como do "Seminarium" da redação.

É urgente criar cursos de jornalismo, tendo em vista a formação de novos quadros e melhorar a composição social das redações dos jornais da imprensa popular, fazendo com que o corpo de redatores seja enriquecido com quadros operários e camponeses. É imprescindível destacar para os jornais quadros politicamente qualificados, capazes de refletir a linha política e assegurar a reviravolta que a luta pelo Programa impõe.

Para facilitar o crescimento da imprensa popular grande esforço deve ser realizado para que os jornais sejam atraentes do ponto-de-vista gráfico. Precisamos dar uma atenção especial ao aparelhamento das oficinas gráficas e ao estudo da paginação dos jornais.

Outra importante tarefa é desenvolver a agência de notícias, transformando-a num poderoso auxiliar dos jornais da imprensa popular. Não só pelo envio de notícias e artigos, como também pelas opiniões, críticas e propostas concretas.

É necessário ajudar os jornais de massas dedicados a determinados setores da população a se transformarem em jornais de grande circulação. É urgente prestar um auxílio permanente ao jornal sindical, ao jornal camponês, à revista feminina, ao jornal da juventude e ao jornal de luta pela emancipação nacional, a fim de que se dediquem efetivamente aos setores da população a que estão destinados e levem em conta as peculiaridades e as reivindicações de cada setor, utilizando uma linguagem própria, de fácil compreensão para seus leitores.

É uma questão vital para os jornais da imprensa popular melhorar sua difusão. Os jornais da imprensa popular precisam alcançar grandes tiragens. A tarefa de aumentar a difusão da imprensa popular não é só das direções dos jornais. Em toda parte precisamos estabelecer planos concretos de difusão, realizando obrigatoriamente comandos aos domingos, fazendo propaganda do jornal, criando agências e sucursais nos bairros e municípios e organi-

zando o corpo de vendedores especiais. Tendo em vista impulsionar a distribuição dos jornais da imprensa popular, será de grande importância o "Mês da Imprensa", a ser instituído em março próximo".

O informe de Grabois parece ter produzido grande efeito no Partido, por seu caráter de vigorosa crítica, chamando a atenção para erros e correções. A verdade é que o Partido Comunista vem aperfeiçoando constantemente a sua máquina de agitação e propaganda, cujo funcionamento é constatado em todos os setores e em freqüentes momentos da vida nacional.

Em 1964, o Partido Comunista fez constar de suas Teses para discussão do VI Congresso, outra autocrítica ao trabalho de agitação e propaganda, acentuando deficiências observadas e demonstrando as medidas para corrigi-las. É uma nova demonstração da constante preocupação do Partido com esse aspecto vital para os objetivos de expansão e domínio que animam aos comunistas. Lemos no n.º 50 da Tese intitulada "Fortalecer o Partido Marxista-Leninista da Classe Operária", publicado no Suplemento ao n.º 265 do jornal Novos Rumos; (27 Mar/2 Abr 64)

"A fim de que o Partido possa cumprir a sua missão de dirigente de grandes massas, necessita, o quanto antes, vencer o atraso até agora existente em todo o seu trabalho de agitação e propaganda, pelo qual o CC é o principal responsável. Trata-se de corrigir sério erro político, que se torna mais grave à medida em que o imperialismo e as classes dominantes empregam recursos imensos e utilizam os mais modernos meios de difusão das idéias, objetivando enganar as massas e desviá-las da luta revolucionária.

A Resolução sobre a política de imprensa, aprovada em 1958, contém aspectos positivos, tendo ajudado a eliminar uma série de vícios sectários, que nos causaram grandes males no passado. Ao mesmo tempo, entretanto, como se verifica pela prática, ba-

seou-se aquela Resolução em premissas não correspondentes à força real de nosso Partido e às tarefas que precisam ser cumpridas, dentro das condições objetivas existentes no País. Daí, os erros e exageros de caráter subjetivista, que precisam ser corrigidos, a fim de que possamos desenvolver uma imprensa diária e periódica de boa qualidade material, ajustada, porém, aos recursos de que efetivamente dispomos.

Os erros cometidos em 1960, quando tentamos lançar um jornal diário na Guanabara, não devem servir de pretexto para que fiquemos privados por mais tempo de imprensa diária. Partindo da experiência daqueles erros, cabe tomar as medidas que nos encaminhem, com mais rapidez, dentro de nossas possibilidades reais, para a criação de jornais diários no Rio, em São Paulo e no Recife. Simultaneamente, cabe ajudar aos comitês estaduais a manter ou criar semanários nas principais cidades e estimular em todo o Partido a criação de periódicos dos mais diversos tipos, por empresa, setor, município, bairro, etc. Há condições favoráveis para pôr em prática semelhante orientação, como o demonstram os periódicos de massa mantidos com êxito por algumas organizações partidárias.

A fim de corrigir a concentração na atividade de agitação, geralmente de conteúdo sectário, que se verificava no passado, não devemos incidir no erro oposto, que consiste em abandonar inteiramente os métodos específicos de agitação para levar às massas, de modo direto, as palavras-de-ordem do Partido. Os pequenos comícios, as palestras de porta de empresa, os volantes e outras formas de agitação oral e escrita são muito úteis, quando empregados em ocasiões oportunas e de maneira a suscitar o interesse da massa.

Atenção especial requerem o semanário, a editora e a revista teórica, que, apesar de assinalarem resultados positivos, se encontram bastante longe de corresponder às necessidades atuais do Partido e às grandes possibilidades objetivas da difusão de literatura marxista".

Segundo os motivos que procura explorar poderemos atribuir a propaganda e a agitação vários qualificativos, entre os quais selecionaremos os mais freqüentemente utilizados. De um modo geral existem duas grandes espécies de propaganda ou agitação: a construtiva e a destrutiva. A primeira se caracteriza pela exaltação do fato ou dos aspectos apresentados. Os comunistas aplicam-na evidentemente quando se trata de expôr motivos ligados aos Partidos Marxistas e aos países socialistas. A segunda, tem em vista deprimir, criticar e desmoralizar. É utilizada sôbre os acontecimentos e aspectos adversários.

Dentro dessa classificação geral poderíamos distinguir as seguintes formas de propaganda:

a) Construtivas

- 1) *Sensibilizante* — Procura mostrar que os comunistas são extremamente humanos, generosos e pacíficos.

É muito utilizada nas revistas soviéticas e chinesas. Um exemplo: Vemos na contra-capla de uma revista, a reprodução de um belo quadro com o retrato de Lênin sorrindo, passeando calmo em uma estrada coberta de neve e parecendo atentar para algo nas árvores que margeiam o caminho.

O texto diz o seguinte:

“Os pássaros cantam”, assim intitulei minha nova tela para o ciclo: “Leniniada”, tão penetrante em meu coração. O grande chefe passeia pelo célebre Gorki nas cercanias de Moscou. É um dia de sol invernal. A terra está ainda coberta de neve, mas já sente o alento da primavera. Cantam, píam os pássaros. Esta época sempre entenece a alma. Também se embevenece com o canto das aves o grande guia Vladimir Ilich Lênin. Que imenso era o seu amor pela vida! N. Zhukov (Correspondente da Academia de Belas Artes da URSS)”

O que nos choca nessa propaganda deliberada, é a apresentação de Lênin como um verdadeiro poeta, sensível ao canto dos passarinhos e à beleza da vida...

- 2) *Estupefaciente* — Visa a infundir a admiração e até o pasmo diante das realizações comunistas. É adotada também muito freqüentemente através de feitos astronáuticos e de demonstrações de poderio industrial e bélico do mundo socialista. Um exemplo típico dessa técnica encontramos na capa do n.º 140 da revista União Soviética que reproduz uma composição artística onde aparecem as seguintes figuras:

- retrato de Lênin falando em público, tendo junto de si a bandeira russa;
- aspecto de uma grande usina hidrelétrica da URSS;
- globo terrestre envolvido de satélites artificiais em rotas coloridas;
- fotografia de um combate revolucionário, parecendo um assalto popular.

- 3) *Intimidativa* — Tem por objetivo gerar o receio, o medo e até o pavor diante das possibilidades materiais do mundo socialista.

As grandes paradas militares de Moscou, as fotografias da moderna aviação soviética, das grandes manifestações populares, são exemplos desse tipo de propaganda.

b) Destrutivas

- 1) *Divisionista* — Procura estabelecer a confusão e dissociar os adversários. É a propaganda realizada por exemplo, nos meios militares, lançando os sargentos contra os oficiais, despertando animosidades e rancores. É uma forma muito comum.

A imprensa diária está cheia de exemplos.

- 2) *Depreciativa* — Tem por objetivo diminuir as realizações e o valor do adversário, apontando-lhe principalmente as deficiências e silenciando sobre as suas qualidades positivas. É feita muitas vezes sob a forma comparativa, procurando mostrar o contraste entre as realizações do comunismo e as debilidades do capitalismo.

Em outras ocasiões toma a forma de desmoralização, chegando à ridicularização e à cronificação das pessoas ou objetos visados, inclusive por meio de apelidos.

- 3) *De animosidade* — É compreendida no sentido de despertar o rancor e o ódio das pessoas contra determinados fatos, instituições ou indivíduos. É o tipo de propaganda, predileta dos comunistas contra a política e os políticos que se mostram ferrenhos anti-comunistas.

Assim como a propaganda, a agitação pode ser também qualificada em tipos característicos, construtivos ou destrutivos. Entre os primeiros destaca-se a agitação por exaltação que consiste em despertar o entusiasmo das massas para certos empreendimentos. Entre os tipos destrutivos poderemos destacar, em ordem crescente do grau de exacerbação, as agitações por descontentamento, por irritação e por enfurecimento.

A técnica utilizada na agitação explora comumente dois fenômenos muito conhecidos da psicologia: a curiosidade que atrai as pessoas, aglomerando-as em torno de certos motivos adequadamente apresentados, e o contágio das manifestações extremadas que os levam dentro das massas, a expansões de medo, raiva, alegria ou depressão que jamais experimentariam individualmente.

Para a obtenção dos efeitos acima enumerados a agitação e a propaganda vão sistematicamente buscar os seus motivos essenciais na aplicação de recursos e de princípios de caráter filosófico ou ideológico às contingências ou aos aspectos mais críticos da ordem política, econômica e social, tanto no plano nacional, como no internacional, sempre com o objetivo final de engrandecer e for-

talecer o comunismo. Os seguintes motivos gerais são os mais explorados:

1.º — Apresentação do regime comunista como a forma adequada, superior e imprescindível para alcançar o desenvolvimento econômico e o bem-estar social no país.

Os comunistas procuram associar a imagem do regime socialista que defendem à concepção de um verdadeiro paraíso terrestre, onde a paz, a abundância e a desambição tornar-se-ão condições permanentes na vida dos povos. É nessa base que definem as metas finais do comunismo, estabelecendo, como postulados, o princípio de que todos os sacrifícios e todas as violências que empreendem, se justificam pela grandeza dos objetivos finais.

Embora, nos países dominados pelo comunismo prevaleça um regime de severa opressão e policiamento, persistem em apregoar os ideais humanitários que não praticam sob a alegação de que se encontram no momento em uma fase de transição que só se extinguirá com a aniquilamento cabal do capitalismo em todo o mundo.

2.º — Atração das concepções político-ideológicas revolucionárias. A humanidade tem uma predisposição congênita para as experiências revolucionárias, para tudo o que é novo e que rompe com o tradicionalismo. A filosofia comunista, apesar de sua complexidade, procura revestir-se de um sentido de renovação lógica das condições sociais que justifica pelas profundas alterações políticas e econômicas do mundo atual. Possui, além disso, características bem definidas de uma capacidade e homogeneidade de concepções, corporificadas em uma literatura básica moderna. A expressão flexível de sua dialética materialista empresta-lhe uma aparência de exatidão e capacidade reveladora que atrai à intelectualidade disposta a pesquisa e ávida pela descoberta.

Todas essas características são intensamente exploradas pela propaganda na sistemática doutrinação ideológica.

3.º — Deformações semânticas e neologismos expressivos. A modificação hábil do significado das pala-

vras, o uso de artifícios e figuras literárias, inclusive a criação de neologismos adequados, permite uma argumentação flexível e, em geral, capciosa, favorável à insinuação de conceitos parciais e à difusão de idéias premeditadas.

Vejamos alguns exemplos de deformações conceituais pelos comunistas na terminologia de seus escritos usuais:

a. *Nacionalismo*

“O Marxismo Leninismo, dizem os seus adeptos, é um inimigo irreconciliável de qualquer manifestação do “nacionalismo burguês” (Por “nacionalismo burguês”, entendem o sentimento natural de afeição pela pátria, de procura de seu progresso e da elevação de seu prestígio internacional). Faz, entretanto, uma diferenciação entre o nacionalismo das nações dominantes e o das nações oprimidas. Segundo suas concepções, o nacionalismo das nações dominantes manifesta-se permanentemente através do colonialismo e da opressão econômica. O nacionalismo das nações oprimidas é o nacionalismo da libertação.

Os marxistas-leninistas extremam-se, destarte, nesses dois tipos de nacionalismo, o das nações que oprimem, e o das que são oprimidas. Não concebem o nacionalismo das nações desambiciosas e independentes.

O comunismo apóia transitòriamente o nacionalismo das nações ditas oprimidas, como uma forma de atacar as nações chamadas imperialistas, e, principalmente os Estados Unidos.

(N. Afanasyev em sua “Filosofia Marxista” declara:

“Em virtude da natureza transitória do papel histórico da burguesia no movimento de libertação nacional, a tendência progressista no nacionalismo das nações oprimidas não é permanente. Eis aí porque o partido marxista, apesar de apoiar a luta dessas nações pela libertação, procura emancipar o povo trabalhador de influência de todo o nacionalismo bur-

guês, que é incompatível com o internacionalismo proletário, ideologia que proclama a solidariedade dos trabalhadores de todo o mundo. O partido marxista combate o nacionalismo burguês, demonstrando o papel decisivo da luta de classes em qualquer movimento social, e preconizando a unificação do proletariado de tôdas as nações. Para êsse fim procura instilar as idéias do internacionalismo proletário na mentalidade dos trabalhadores”. (V. Afanasyev, Marxist Philosophy. Ed. Foreign Languages, Moscou, p. 284)

b. *Patriotismo*

Lemos ainda em V. Afanasyev:

O Programa do PCUS estabelece uma distinção entre pátria socialista (URSS) e países socialistas. A pátria socialista é o berço e a Meca Sagrada do comunismo internacional.

“O patriotismo comunista é uma concepção qualitativamente nova. Combina o amor, a devoção do indivíduo à seu país com a comunhão socialista no internacionalismo proletário que é a solidariedade fraternal do proletariado de todos os países e o respeito entre os povos, grandes ou pequenos”.

“O patriotismo comunista é incompatível com o nacionalismo...”

Essa nova concepção de patriotismo justifica as atitudes de William Z. Foster e de Luiz Carlos Prestes ao declararem que não combateriam contra a Rússia, numa guerra entre essa nação e a suas respectivas pátrias.

O episódio em que Prestes fez essa estranha afirmação no Senado brasileiro é bem conhecido de todos nós e se acha pormenorizadamente descrita em outro local dêste Relatório.

Quanto ao caso de Foster, chefe do Partido Comunista dos Estados Unidos, a declaração foi feita perante o

presidente da "Comissão Especial sobre atividades não-americanas" da Câmara dos Deputados dos EUA, em setembro de 1939. Foster usou todas as evasivas possíveis para se furtar à resposta, mas pressionado firmemente pela Comissão, não pôde evitar a asserção confirmadora de seus sentimentos e das características internacionalistas do Partido Comunista norte-americano.

O diálogo foi o seguinte:

"O Presidente — Se houvesse uma guerra entre a Rússia e os Estados Unidos onde ficaria a sua fidelidade?

O Sr. se recusa a responder a essa pergunta?

Sr. Foster: — Eu me recuso a aceitar perguntas com "se" como um fator determinante. Isto eu direi. Eu sou pela defesa dos EUA.

O Presidente — Não foi isso o que eu lhe perguntei.

Sr. Foster — Eu estou respondendo à sua pergunta. Eu não posso ser colocado na alternativa de "sim" ou "não" como resposta a uma tal pergunta. Eu sou pela defesa dos Estados Unidos e pela conservação de sua independência nacional dentro de um sistema democrático e do desenvolvimento dos sistemas democráticos do mundo, pelo estabelecimento do socialismo nos Estados Unidos, e assim, da mesma forma, em uma guerra contra qualquer país, eu não entrarei cegamente em tal guerra, mas examinarei o que ela representa e traçarei minha conduta pessoal de acordo. Se fôr uma guerra imperialista contra algum outro país eu não concordarei com ela.

O Presidente — Em outras palavras se os Estados Unidos entrassem nessa guerra atual o Sr. não apoiaria os Estados Unidos?

Sr. Foster — Não em uma guerra imperialista.

O Presidente — Eu digo na guerra que atualmente existe. — O Sr. sabe que há uma guerra?

Sr. Foster — Eu ouvi falar sobre ela,

O Presidente — Se os Estados Unidos entrassem nessa guerra o Sr. apoiaria os Estados Unidos?

Sr. Foster — Se os Estados Unidos entrassem nessa guerra em uma base imperialista eu não os apoiaria.

O Presidente — Em outras palavras, se os EUA entrassem nessa guerra como aliados da França e da Inglaterra o Sr. apoiaria os EUA?

Sr. Foster — Na conjuntura atual eu diria que se trata de uma guerra imperialista e os trabalhadores não têm interesse nela e eu lutaria contra ela.

O Presidente — O Sr. não apoiaria os Estados Unidos?

Sr. Foster — Não em tal guerra.

O Presidente — O Sr. considera o dever primordial de um comunista de defender a União Soviética?

Sr. Foster — Depende o que o Sr. quer dizer por defender.

O Presidente — Não é este o "slogan" do Partido?

Sr. Foster — Há muitas maneiras de defender.

O Presidente — O Sr. já ouviu esta afirmativa, que o dever primordial é defender a pátria, a União Soviética, não é verdade?

Sr. Foster — Sim.

O Presidente — Acha isto certo?

Sr. Foster — Isso está certo, mas depende de o que o Sr. quer dizer por defender.

O Presidente — O que significa isso quando o Sr. mesmo o disse?

Sr. Foster — Nós usamos o termo "defender" para muitas explicações, explicações de política.

O Presidente — Como Presidente do Partido Comunista dos Estados Unidos, se os Estados Unidos entrassem nessa guerra atual — que o Sr. chama de guerra imperialista — ao lado da França e da In-

glaterra o Partido Comunista apoiaria os Estados Unidos?

Sr. Foster — Antes de mais nada, o Partido Comunista examinaria e discutiria a questão e tomaria então uma atitude.

O Presidente — Qual é a sua opinião como Presidente do Partido. Apoiaria ele o governo dos Estados Unidos?

Sr. Foster — Eu disse...

O Presidente — O Sr. disse sua opinião pessoal.

Sr. Foster — Eu dei minha opinião pessoal, e certamente iria defendê-la no partido.

O Presidente — E o Sr. pensa que ela prevaleceria, não é assim?

Sr. Foster — Bem, nós veríamos.

O Presidente — Bem, se ela não prevalecesse seria então a primeira vez em que o Partido Comunista não seguiria a sua linha?

Sr. Foster — Não seria a primeira vez em que ele não seguiria a minha linha.

O Presidente — Eu não estou lhe perguntando qual é a "sua linha". Eu estou falando sobre a linha do partido.

Sr. Foster — Ela não seria a linha do partido até que ele a adotasse. O simples fato de eu defendê-la não faz dela a linha do partido.

O Presidente — Eu compreendo isso, mas, digo, se eles não seguissem a linha do partido, seria então a primeira vez que o não teria feito?

Sr. Foster — Depois de terem determinado a linha do partido eles, naturalmente, a seguiriam.

O Presidente — Essa linha do partido tem de ser determinada pelo Comintern junto com o Partido Comunista dos Estados Unidos, não é?

Sr. Foster — Não. O Partido Americano resolveria a questão.

O Presidente — Independente do Comintern?

Sr. Foster — Sim, independente do Comintern.

O Presidente — O Sr. alguma vez resolveu alguma coisa, com referência à linha do Partido, independentemente do Comintern?

Sr. Foster — Dezenas de milhares.

O Presidente — Independentemente do Comintern?

Sr. Foster — Naturalmente, independentemente. Todos os dias, sobre assuntos que aparecem, nós tomamos decisões.

O Presidente — Todos os dias. — Pode o Sr. citar um único exemplo em que qualquer decisão do Partido Comunista, tomada como decisiva, tenha entrado em conflito com a decisão do Comintern?

Sr. Foster — Bem, ... não, eu não posso, em nenhuma decisão capital".

(Sydney Hook, O Comunismo Mundial, Ed. Presença, Rio 1964, p. 191)

c. *Internacionalismo*

Este é um conceito introduzido pelos comunistas para apoiar a revolução mundial que preconizam com o fim de destruir a ordem política, econômica e social preexistente no mundo.

Em 1927, Stálin fixou, em um discurso em Moscou, o conceito comunista de internacionalismo, definindo:

"Internacionalista é aquele que sem reservas, sem hesitação e incondicionalmente está preparado para defender a URSS, pois a URSS é a base do movimento revolucionário mundial". (I. V. Stálin, Sochinemiia, x, Moscou 1948, p. 51 in Robert C. Tucker,

Problems of Communism, Mai/Jun 57)

O internacionalismo proletário é considerado como uma condição de sobrevivência do mundo socialista. Diz Afanasyev (Op. Cit. p. 339) :

“A consolidação da unidade do sistema socialista mundial na base dos princípios do internacionalismo proletário é uma condição indispensável para o progresso continuado das nações socialistas. *Essa unidade é incompatível com as manifestações de nacionalismo e de exclusivismo nacional que afetam os interesses gerais da comunidade socialista e, acima de tudo, ao povo do país em que ocorrem*”.

Em 1948, uma declaração soviética assim considera o internacionalismo:

“Atualmente, o único e decisivo critério do internacionalismo revolucionário é: a favor ou contra a URSS, a terra-mãe do proletariado internacional... Só é um internacionalista genuíno aquele que leva sua comisseração, seu respeito e seu conhecimento, a uma ajuda prática e máxima em apoio e defesa da URSS por qualquer meio e por várias formas (Stepanian, p. 86, in Robert C. Tucker, Psocologia da Política Externa Soviética, Problems of Communism, Mai/Jun 57).

d. *Moralidade*

Lênin declarou: “A moralidade comunista está subordinada aos interesses da luta de classes do proletariado”.

“O seu conteúdo e o seu objetivo, acrescenta V. Afanasyev, é a construção e a consolidação do comunismo. É nessa idéia que se baseia o código moral da construção do Comunismo, formulado pelo Programa da URSS. Segundo esse ponto de vista, tudo o que concorrer para a marcha do comunismo em direção ao comunismo, é considerado como moral”. (V. Afanasyev, Op. Cit. p. 366)

O conceito de moralidade comunista é pois uma idéia essencialmente utilitária. O código moral do

Programa da URSS coloca em primeiro plano a *fidelidade* à causa do comunismo e o amor à pátria soviética (URSS) e aos países socialistas, e inclui a intolerância para com os inimigos do comunismo, da paz e da liberdade dos povos. (Ver Programa do PCUS, Ed. da Revista URSS, Montevideu, p. 128)

e. *Democracia*

Quando os comunistas mencionam simplesmente a *democracia*, referem-se ao regime existente na Rússia Soviética e nos outros países do Mundo Socialista. Nunca denominam *democracia* aos regimes de governo dos países do Mundo Livre.

Consideram o regime existente nos países comunistas como a democracia popular que é “uma das formas da ditadura do proletariado” (Programa do PCUS cit. p. 21). Estabelecem assim a associação entre esses dois conceitos díspares: democracia e ditadura.

f. *Liberdade*

Os comunistas declaram que só o regime socialista permite atingir a verdadeira liberdade. Para isso dão ao termo um original conceito.

Para justificá-lo começam por dizer que nas sociedades primitivas o homem era governado pelas necessidades desconhecidas. A liberdade para os marxistas-leninistas consiste na possibilidade de utilização consciente das leis naturais. Lênin escreveu: “Até o dia em que conhecermos uma determinada lei, esta, existindo e atuando à margem e fora de nosso conhecimento, nos torna escravos da cega necessidade. Uma vez conhecedores, porém, dessa lei, atuando (como repetia mil vezes Marx) independentemente de nossa vontade e de nossa consciência, daí por diante nos tornamos senhores da natureza”. (Iudis e Rosenthal — Dicionário Filosófico)

Engels definiu:

“A liberdade consiste, pois, em nos dominarmos a nós mesmos e a natureza exterior, domínio êsse baseado no conhecimento das necessidades da natureza”. (Iudis e Rosenthal. Op. Cit.)

V. Afanasyev diz:

“A liberdade é o conhecimento da necessidade objetiva e seu emprêgo no interêsse do homem”. (V. Afanasyev, Op. Cit. p. 189)

Os comunistas dizem ainda que, no regime capitalista a livre competição deixa o homem a mercê do fator sorte e não lhe permite planejar antecipadamente as suas atividades. O regime socialista, acrescentam, criam a oportunidade de controlar a necessidade, dentro do ambiente social, dando ao homem a liberdade genuína. Em outras palavras, o regime socialista assegura ao homem a liberdade que êle *deve* ter, e não a que êle *deseja* ter.

g. Paz

A paz é concebida pelos marxistas-leninistas como “a paz sob o domínio comunista do mundo”. Só haverá paz verdadeira quando o capitalismo desaparecer da face da terra, declaram êles — Assim, tôdas as lutas, tôdas as violências contra o regime capitalista são consideradas como lutas pela paz. Dizem os estrategistas russos: “A paz é a continuação da guerra por outros meios”.

Kruchov declara:

“Quando a URSS se converter na primeira potência industrial do mundo, quando a República Popular Chinesa fôr uma forte potência industrial e os países socialistas fabricarem juntos mais da metade da produção industrial do mundo, modificar-se-á radicalmente a situação internacional. Os êxitos dos países do campo socialista exercerão inevitavelmente enorme influência na consolidação das fôrças pacifistas do mundo inteiro”. (N. Kruchov, Informe ao XXI Congresso, Moscou, 1959)

A paz é assim, para os soviéticos, o teatro da submissão de tôdas as nações do domínio potencial da União Soviética e da China Comunista.

Kruchov afirma ainda:

“Agora, graças à política de paz da União Soviética e de todos os países socialistas, os povos do mundo inteiro relacionam acertadamente a luta pela coexistência pacífica, pela paz, com o comunismo”.

(N. Kruchov, Discurso no Congresso dos Professores, 9 Jul 60, Moscou)

h. Imperialismo

Sob a denominação de imperialismo os comunistas englobam dois conceitos:

1.º) A política de dominação exclusivista, explorada e colonialista das grandes nações ocidentais;

2.º) Essas próprias nações.

A expansão soviética sobre os países, englobamos atualmente na Cortina de Ferro, a expansão chinesa sobre o Tibé, a Coréia e o Sudeste Asiático não são obviamente considerados como manifestações imperialistas, mas como a expressão do crescimento socialista sobre a face do planeta.

i. Coexistência pacífica

É, para os comunistas, uma forma transitória de convivência entre o comunismo e o capitalismo, através da qual torna-se exequível a expansão socialista sem o perigo da guerra nuclear. Admite ações violentas como as guerras revolucionárias de libertação nacional.

“Na verdade, diz V. Afanasyev, a coexistência pacífica não significa reconciliação das contradições entre o socialismo ou a interrupção da luta entre êsses regimes. A coexistência pacífica é uma forma especial da luta de classes entre dois sistemas antagônicos. “A coexistência pacífica deve ser corretamente entendi-

da, diz Kruchov. É a continuação da luta entre dois sistemas sociais, por meios pacíficos, sem guerra, sem a interferência de um estado nos assuntos domésticos do outro estado... Estamos empenhados em uma luta econômica, política e ideológica, mas não em uma luta militar". (V. Afanasyev, Op. Cit. p. 343)

j. Reformas

Os comunistas encaram o problema das reformas segundo o ângulo de suas conveniências. Enquanto as utilizam como fator de propaganda e de agitação, manifestam-se contra elas tôdas as vezes que significam o aperfeiçoamento do regime capitalista, que desejam destruir e não aperfeiçoar.

Stálin esclarece a tática reformista em seus Fundamentos do Leninismo. Diz êle:

"Em que se diferencia a tática revolucionária da tática reformista?

Alguns julgam que o leninismo é absolutamente contrário às reformas, aos compromissos, aos acôrdos. Isso é totalmente falso. Os bolchevistas sabem tão bem como quaisquer outros que, de certo modo, "é melhor um pássaro na mão do que dois voando": isto é, que, em certas circunstâncias, as reformas em geral e os compromissos e acôrdos em particular são necessários e úteis.

"Fazer a guerra — diz Lênin — para destruir a burguesia internacional, uma guerra com vezes mais difícil, prolongada e complexa que a mais encarnizada das guerras conhecidas entre Estados e renunciar de antemão a qualquer manobra, a qualquer utilização (embora apenas temporária) do antagonismo de interesses existentes entre os inimigos, aos acôrdos e compromissos com possíveis aliados (embora provisórios, inconscientes, vacilantes, condicionais), não será porventura infinitamente ridículo? Não se parecerá com o caso de que numa ascensão difícil de

montanha inexplorada, na qual ninguém já tivesse pôsto os pés, fôssem abandonadas de antemão os zigzagues, o retôrno eventual sôbre os próprios passos, a renúncia à direção escolhida inicialmente e a experimentação de outras direções?". (Lênin, t. XXV, pág. 210, Extremismo, Doença Infantil do Comunismo)

Não se trata, pois, das reformas ou dos compromissos e acôrdos em si, mas do uso que se faz dêle.

Para o reformista, as reformas são tudo; para êle, o trabalho revolucionário serve apenas de meio para tergiversar, para desorientar. Por isso, com a tática reformista, sob as condições de existência do Poder Burguês, as reformas se convertem inevitavelmente em instrumento de consolidação dêste Poder, em instrumento de decomposição da revolução.

Para o revolucionário, ao contrário, o principal é o trabalho revolucionário e não as reformas; para êle, as reformas são um produto acessório da revolução.

Por isso, com a tática revolucionária, sob as condições de existência do Poder burguês, as reformas se transformam, naturalmente, em instrumento de decomposição dêste Poder, em instrumento de fortalecimento da revolução, em ponto de apoio para o desenvolvimento ulterior do movimento revolucionário.

O revolucionário aceita as reformas com o fim de utilizá-las como meios para combinar o trabalho legal com o ilegal, com o fim de aproveitá-las como cortina para intensificar o trabalho legal destinado à preparação revolucionária das massas para a derubada da burguesia.

Nisto consiste a essência do saber utilizar revolucionariamente as reformas e acôrdos, sob as condições do imperialismo.

O reformista, ao contrário, aceita as reformas com o fim de renunciar a todo trabalho ilegal, com o fim de minar a obra da preparação das massas para a revolução e deitar-se a dormir à sombra das reformas "outorgadas" de cima.

Nisto consiste a essência da tática reformista.

Assim se equaciona a questão, no que diz respeito às reformas e acordos, sob as condições do imperialismo". (J. Stalin, *Questiones del Leninismo*. Ed. Sociales, México, 1941, p. 81)

Os neologismos são também um grande recurso da terminologia comunista para a sua argumentação expressiva e parcial. Enumeremos alguns, intensamente utilizados na atualidade: entreguismo, revisionismo, reformismo, sectarismo, extremismo da direita, extremismo da esquerda, politização, conscientização, progressista, divisionismo, golpismo. Assim como estes, centenas de outros são empregados para a ampliação ou restrição de idéias e para a qualificação de personalidades.

4.o) Realizações científicas e avanços sociais e econômicos do mundo socialista. Os aperfeiçoamentos científicos e o progresso econômico e social dos países comunistas são focalizados com grande alarde para a obtenção de efeitos políticos. Esses efeitos são colocados em plano de importância superior ao das próprias realizações.

Em contraposição, os insucessos são ocultados ao conhecimento público, como assunto indevassável.

5.o) Evidenciação das deficiências, vulnerabilidades e contradições do regime capitalista. Todas as falhas do regime adversário são expostas e amplificadas pelos comunistas sob a aparência de problemas insolúveis. O capitalismo é descrito como um regime em agonia. Kruchov fez centenas de declarações como as seguintes:

"Nos últimos anos exacerbaram-se ainda mais as contradições tanto dentro de cada país capitalista, como entre eles mesmos; estão desmoronando os impérios coloniais; a luta da classe operária e o movimento de libertação nacional dos povos alcançaram enorme envergadura. A tendência geral à decomposição do capitalismo continua a manifestar-se com força implacável. A economia dos países capitalistas, embora apresentando certo incremento da produção, torna-se cada vez mais instável, e lembra um doente de impaludismo pela intermitência das crises. Em cinco anos, os Estados Unidos, atualmente o principal país capitalista, sofreram duas quedas da produção com

ameaças de crises, e em todo o período de após-guerra ocorreram quatro baixas desse mesmo tipo. Em 1957/58, a crise abarcou países que proporcionam quase dois terços da produção industrial do mundo capitalista. Ao mesmo tempo que as rendas dos monopólios subiram fabulosamente, o salário real dos trabalhadores aumentou de maneira ínfima, muito mais lentamente que o rendimento do trabalho. Pouco a pouco vão sendo reduzidas a nada as conquistas sociais que a classe operária logrou no passado. No conjunto, a situação dos trabalhadores piora, particularmente nos países subdesenvolvidos.

Nos últimos cinco ou seis anos, a humanidade alcançou grandes vitórias no progresso técnico-científico, sobretudo no campo da energia atômica, da eletrônica, das técnicas de reação a jacto e de foguetes. Contudo, a utilização racional dessas conquistas é impedida pelos vícios da produção capitalista, assinalados por Lênin, que, já em 1913, dizia: "Para onde quer que se olhe, surgem, a cada passo, tarefas que a humanidade está em perfeitas condições de resolver imediatamente. O capitalismo é que o impede. Acumulou riqueza aos montes e converteu os homens em seus escravos.

Resolveu os mais complexos problemas da técnica, mas paralizou a aplicação de melhores técnicos devido à miséria e à ignorância de milhões de seres e da estúpida estreiteza de um punhado de milionários".

(Informe no XXII Congresso, Moscou, 1962, in *O Imperialismo, inimigo dos povos, inimigo da paz*, Ed. Vitória, Rio 1963, p. 6)

"O edifício do imperialismo está atacado, desde os alicerces até a cúpula por uma crise aguda e profunda".

(Informe no XXII Congresso, Moscou 1962, Op. Cit, p. 15)

"Um punhado de milionários e multimilionários extrai fabulosos lucros dos sofrimentos e das amarguras do povo, enquanto massas de milhões de trabalhadores se vêem obrigados durante meses e anos

a buscar trabalho inútilmente, carecendo de meio para sustentar seus filhos e seus velhos pais. Ao mesmo tempo, o governo norte-americano gasta bilhões de dólares na instalação de bases militares.

A corrida armamentista é lucrativa para os monopolistas. As necessidades essenciais do povo não lhes causam preocupação. Essa é a natureza, a essência do capitalismo. O lucro, o enriquecimento, a obtenção dos lucros máximos, eis o que move os dirigentes dos países do capital. Essa é a força motriz da sociedade capitalista. Assim se manifesta, na realidade, a prosperidade capitalista!

Eis o que significa a liberdade capitalista!"

(Discurso em Moscou 14 Mar 58, Op. Cit. p. 22)

"A propriedade privada dos meios de produção e a ordem capitalista são inconcebíveis sem o fomento da inimizade entre as nações. O capitalismo forjou as misantrópicas "teorias" da superioridade de uma nação sobre outra, da inferioridade dos chamados povos de côr. Quem não conhece a maneira como é tratada a população negra nos Estados Unidos? Ou então quem não se lembra das "famosas" "teorias" dos fascistas alemães sobre a necessidade de estabelecer a dominação dos arianos sobre as demais nações?"

(Entrevista para o jornal Fígaro, Mar 58, in Op. Cit. p. 31)

"Os círculos imperialistas estimulam a psicose de guerra e intensificam a corrida armamentista, que leva a um louco esbanjamento de recursos. Os monopólios militares das potências ocidentais desencadearam a corrida armamentista porque se enriquecem ainda mais com a fabricação de armamento. Pode-se fazer uma idéia do que custa aos povos essa perigosa corrida armamentista, quando mais não seja, pelo simples fato de que os Estados Unidos pensam inverter em 1961/1962, com fins diretos de guerra, 43 bilhões e 800 milhões de dólares".

(Discurso em Erevan, Mai 61, in Opustit p. 54)

Em suma, os comunistas acusam no regime capitalista a presença de contradições inevitáveis que propiciam a guerra, a escravidão e a miséria.

6.o) Desenvolvimento da luta de classes. Os comunistas procuram exacerbar a luta de classe. Afirmam que a burguesia assumiu progressivamente o domínio sobre as outras classes e não cederá sem luta, mas que uma parte da própria burguesia poderá ser utilizada na destruição total dessa classe.

A luta de classes é assim um instrumento de destruição utilizado pelos comunistas para inverter a ordem social.

7.o) Criação e exploração do conceito da inexorabilidade do avanço comunista e de que os comunistas defendem as causas superiores da humanidade. A afirmar a infalibilidade da vitória do marxismo-leninismo, declaram os comunistas que a marcha progressista do marxismo-leninismo na conquista do domínio mundial pode englobar todas as formas de luta, comportar recuos e alianças temporárias até com os adversários, desde que tais manobras concorram para maiores progressos ulteriores na direção de seus objetivos. Procuram incentivar as modificações ou as reformas, naquilo em que possam evidenciar as falhas do regime político e da ordem econômica e social vigente e servir para ampliar os descontentamentos e as crises. Dêsse modo, visam a concorrer para o descrédito e a destruição do capitalismo.

"O comunismo é um futuro luminoso, diz Kruchov, e a humanidade caminha para ele".

Dentro dessa idéia, Kruchov explica:

"Há uma série de causas que fazem com que a marcha do socialismo seja incontível. Antes de tudo, porque hoje em dia o marxismo-leninismo penetrou na consciência de centenas de milhões de seres e, por isso, empregando as palavras de Marx, constitui uma poderosa forma material. Ademais, o marxismo-lenin-

nismo, atualmente, não é para a humanidade apenas uma teoria, mas uma realidade viva. A sociedade socialista, que se constrói em imensas extensões da Europa e da Ásia, é a encarnação dessa doutrina. Atualmente, não existe nem pode existir no mundo força capaz de deter o anseio cada vez maior de grandes massas populares de ver com os próprios olhos e de “apalpar”, como se costuma dizer, com as próprias mãos, o socialismo, não nos livros nem nos manifestos, mas na vida e na prática. Não existe hoje no mundo força capaz de impedir o avanço dos povos de novos países para o socialismo. Verifica-se outra circunstância que também tem uma importância primordial. Se, ontem, centenas de milhões de seres na Ásia, África e América Latina viviam esmagados pelo jugo que lhes era imposto pelos “civilizadores” imperialistas, hoje, este panorama está se modificando radicalmente. A presença revolucionária de um número crescente de povos no cenário histórico cria condições extraordinariamente propícias para que a influência das idéias do marxismo-leninismo adquira uma extensão sem precedentes. Não está longe o dia em que o marxismo-leninismo ganhará a consciência da maioria da população do globo terrestre.

O que vem ocorrendo no mundo, ao longo dos quarenta e três anos decorridos desde a vitória da Revolução de Outubro, confirma em todos os sentidos a exatidão científica e a vitalidade da teoria leninista da revolução socialista mundial”.

(N. Kruchoy, *o Movimento revolucionário operário e comunista*, Ed. Vitória, 1963, p. 87)

O princípio permanente das atividades marxista-leninistas é o do constante fortalecimento do Partido para a hegemonia política, como base da vitória do comunismo. Os motivos que vimos enumerando formam os fundamentos para as palavras-de ordem, os “slogans” da propaganda e da agitação. A técnica geral dessas atividades pode ser resumida simplesmente no seguinte: Elevar sempre as virtudes da ordem comunista e desmoralizar constantemente a ordem capitalista.

O documento político mais recente, antes da Revolução de 31 de março, foi o denominado “Teses para Discussão do IV Congresso”. Analisando-o meticulosamente podemos extrair das explicações que foram essas teses, as bases da agitação e propaganda do PCB, as quais exprimem a adaptação dos motivos gerais descritos às condições da realidade nacional. Essas bases são verdadeiras palavras-de ordem. Procuraremos enunciá-las, mantendo a relação do próprio texto comunista:

- 1.a) “Na competição com o capitalismo, o socialismo se afirma e ganha terreno cada vez mais rapidamente”.
- 2.a) “O imperialismo norte-americano constitui, neste após-guerra, o principal inimigo da paz mundial e da independência dos povos”.
- 3.a) “A política de paz dos países socialistas é um fator cada vez mais poderoso de desenvolvimento da situação internacional, definindo as relações entre Estados e elevando a consciência dos povos”.
- 2.a) “Os grandes triunfos da economia, da ciência e da técnica socialista fundem-se hoje com os êxitos alcançados pelo proletariado e as camadas populares dos países capitalistas por suas reivindicações econômicas e políticas, pela paz, pela democracia e pelo socialismo”.
- 5.a) “O Brasil passou, nos últimos decênios, da condição de país essencialmente agrícola para de agrário-industrial, e continua, entretanto, entretido, no seu desenvolvimento, pela dependência com relação ao imperialismo, bem como pelo latifúndio e as sobrevivências semifeudais”.
- 6.a) “Apesar de seu desenvolvimento econômico, os índices brasileiros de produção *per capita* e, em geral, das condições de vida da população, ainda são os de um país subdesenvolvido”.

- 7.a) “A atuação de lei geral da acumulação capitalista que concentra a riqueza num polo da sociedade e o pauperismo noutro polo — é seriamente agravada, no Brasil, pela espoliação imperialista e pela estrutura latifundiária da agricultura”.
- 8.a) “Com o desenvolvimento econômico das últimas décadas, a contradição entre a Nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos, ao invés de se atenuar, tornou-se mais aguda”.
- 9.a) “O latifúndio se torna um obstáculo cada vez mais intolerável para o progresso da economia nacional, as contradições agrárias se aprofundam e se faz cada vez mais agudo o antagonismo de interesses entre uma ínfima minoria de latifundiários e a imensa maioria da Nação”.
- 10.a) “Com o desenvolvimento capitalista, acentuaram-se as desigualdades regionais”.
- 11.a) “Na atividade de formação de um governo nacionalista e democrático, as forças patrióticas e populares devem orientar-se em três direções principais, que se entrelaçam em sua aplicação:
- a) “Lutar por reformas de estrutura, por soluções nacionalistas e democráticas, que atinjam efetivamente o imperialismo e o latifúndio”.
 - b) “Combater as concessões do atual governo ao imperialismo e as forças reacionárias, as falsas reformas de base que vêm propondo e a sua política de conciliação com os inimigos da Nação”.
 - c) “Lutar para desenvolver os aspectos positivos da política realizada pelo setor da burguesia nacional no poder”.

- 12.a) “Segundo o ponto de vista dos comunistas, a luta pelas reformas de estrutura ou de base leva a aproximar a realização dos objetivos revolucionários”.
- 13.a) “A luta antiimperialista do povo brasileiro pela emancipação econômica e por uma política externa independente é parte integrante da luta pela paz mundial”.
- 14.a) “Entre as contradições fundamentais da sociedade brasileira, as seguintes devem ter sua solução radical na atual etapa da revolução: a contradição entre a Nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos; a contradição entre as forças produtivas em crescimento e o monopólio da terra, que se expressa essencialmente como contradição de classe entre latifundiários e as massas camponesas”.
- 15.a) “A frente das forças sociais as quais incumbe objetivamente a solução das tarefas da atual etapa revolucionária, é uma ampla frente nacionalista e democrática, que abrange o proletariado, o campesinato, a pequena burguesia urbana e a burguesia nacional. A aliança operária-camponesa constitui a base principal da frente nacionalista e democrática”.
- 16.a) “O caminho pacífico da revolução implica a utilização oportuna das mais variadas formas de luta e exige que se chegue, em certas circunstâncias, a choques violentos com a reação”.
- 17.a) “A revolução brasileira tem sua realização compartimentada em duas etapas:
- a) a etapa atual, antiimperialista e antifeudal, compreende:
 - “a libertação completa do domínio imperialista na economia e na política do País”;

- “a eliminação do latifúndio e das sobrevivências semifeudais, através da reforma agrária radical”;
- “o desenvolvimento independente e progressista da economia nacional”;
- “a distribuição dos frutos do desenvolvimento em benefício precípua das massas trabalhadoras da cidade e do campo”;
- “a conquista dos mais amplos e efetivos direitos democráticos para as massas trabalhadoras”;
- “a realização de uma política externa independente”.

b) a etapa das transformações socialistas.

- 18.a) “O fortalecimento do Partido deve ser objetivo permanente e primordial de toda a atividade dos comunistas”.
- 19.a) “Para se fortalecer politicamente o Partido precisa:
- manter as mais íntimas e profundas vinculações com as massas;
 - desenvolver a criação de uma frente única com todas as forças interessadas na luta contra o imperialismo norte-americano e o latifúndio;
 - melhorar e ampliar o trabalho de construção do Partido, particularmente nas grandes empresas estatais e privadas;
 - aperfeiçoar os órgãos dirigentes;
 - desenvolver, planejadamente, o trabalho de educação dos militantes.
- 20.a) “Lutar pelo fortalecimento da unidade do movimento comunista internacional constitui o supremo dever internacionalista de cada partido marxista-leninista”.

Se estudarmos detidamente os motivos enumerados, poderemos situá-los de forma clara dentro das bases gerais da propaganda internacional do comunismo. Essa conclusão é relevante porque o caráter internacionalista que preside todas as atividades da propaganda e agitação comunista, em todo o mundo, sob a orientação de Moscou, embora lhe assegure o poder da unidade, dá-lhe, por outro lado, o caráter de suspeição e de unilateralismo.

2. AS ORGANIZAÇÕES DE FRENTE COMUNISTA INTERNACIONAL

A máquina da propaganda e agitação do comunismo internacional, controlada pelo Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética, dispõe de uma rede de organizações de massa que se associam em todo o globo, constituindo as denominadas organizações de frente, internacionais e nacionais. Num mesmo país essas organizações podem ligar-se formando frentes únicas mas não devem ser confundidas com a frente única preconizada pelo Partido Comunista para associar, com esse partido, entidades políticas comunistas e não comunistas.

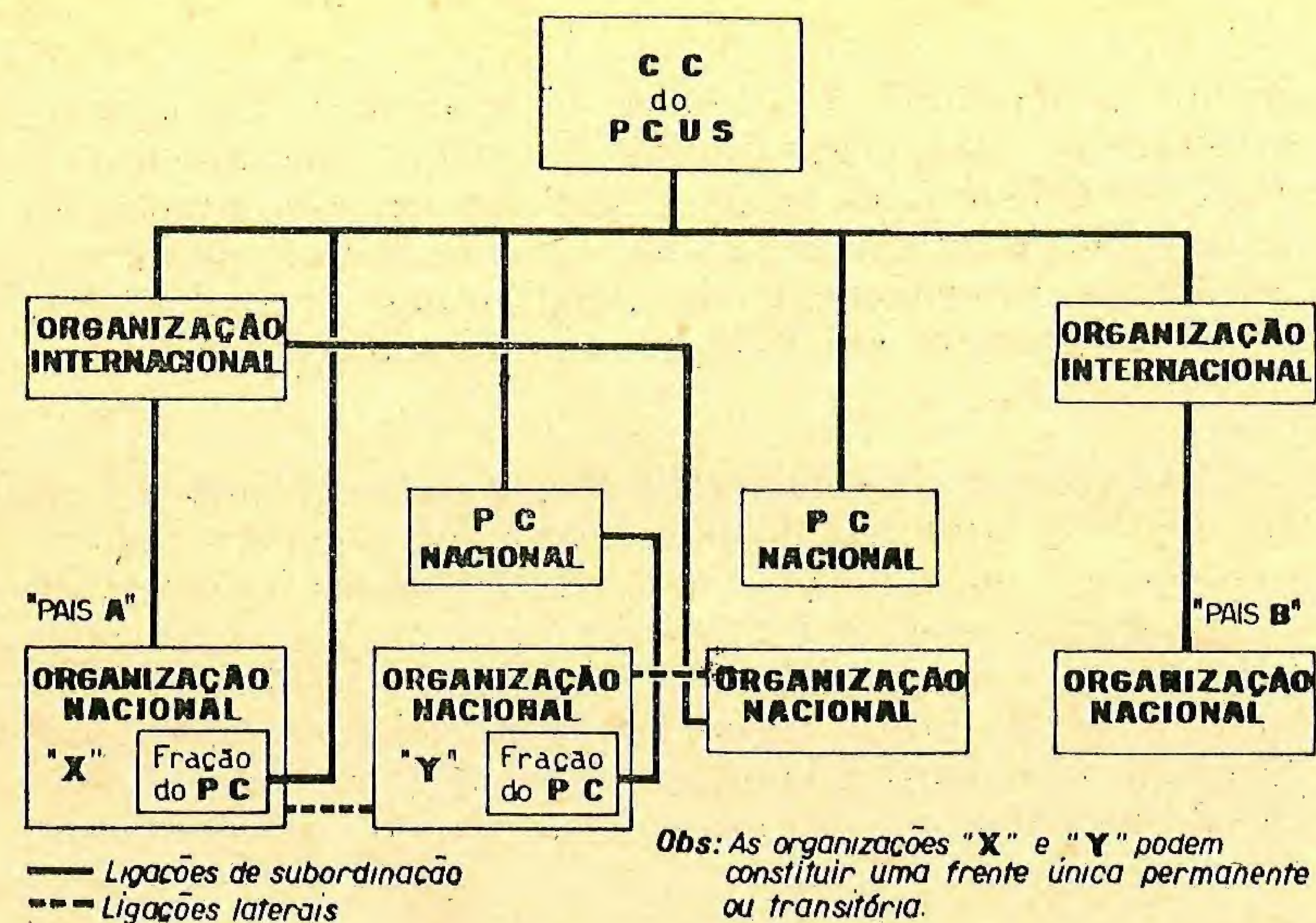
As organizações internacionais formam o complexo da Frente Comunista Internacional, verdadeiros entrepostos do Comunismo Mundial. Essas entidades atuam nos setores das atividades profissionais, controlando amplamente as organizações nacionais congêneres. As suas sedes localizam-se principalmente nos países do Mundo Socialista.

As organizações de frente nacionais são por sua vez, ligadas aos Partidos Comunistas dos diversos países, mas recebem orientação e recursos principalmente das organizações internacionais comunistas.

Os sindicatos de classes, infiltrados em sua maioria, podem prestar-se ao papel de organização de frente nacionais.

O seguinte esquema dá uma idéia das ligações entre as organizações de frente internacionais, nacionais e os Partidos Comunistas locais.

A publicação "Fatos sobre as Organizações de Frente Internacionais Soviéticas", de Outubro de 1964 pu-



blica todos os principais dados sobre tais entidades. Nela encontramos os seguintes elementos históricos:

"As organizações de frente possuem uma história que se confunde com a do próprio Comunismo. Em 1921, Lênin concebeu, pela primeira vez, a idéia de propagar o comunismo através dos sindicatos, organizações de juventudes, cooperativas e outras entidades, as quais ele desejava utilizar como "correias de transmissão." A idéia foi mais tarde adotada por Otto Kuresinen, o veterano comunista finlandês, membro do Comitê Central do PCUS desde 1941, o qual em uma reunião do Comitê Executivo do Comintern em março de 1926, advogou a "criação de um sistema solar completo de organizações e comitês menores em torno do Partido Comunista..." os quais trabalhassem sob a real influência do Partido, mas não sob o seu controle mecânico" (Correspondência da Imprensa Internacional, Vol. VI, N.º 28, de abril de 1926). Esta é ainda hoje a definição mais precisa da situação das organizações de frente.

A tarefa de desenvolver essas organizações foi atribuída ao comunista alemão, Willi Münzenberg que cínica-

mente as dominava de "Clubes de Inocentes". Ao lado da proliferação das organizações nacionais que apóiam os Partidos Comunistas locais, essas organizações internacionais como a Internacional da Juventude Comunista e a Sociedade Internacional de Auxílio aos Trabalhadores, tôdas florescentes até 1939 quando o Pacto Nazi-Soviético os extinguiu.

As frentes internacionais foram tôdas criadas a partir de 1945. Algumas delas estavam sob o contrôle soviético desde a sua criação, mas a maioria delas iniciaram-se como organizações genuínas e foram depois capturadas pelos comunistas durante o período de 1945-1949. Durante a era de Stálin tornaram-se agências de guerra política do tipo mais violento e agressivo, mas sob a direção de Kruchov os seus ataques ao mundo não-comunista, se restringiram mais.

O objetivo predominante das organizações de frente e o progresso da causa do comunismo soviético, a defesa da política da União Soviética (seja qual fôr ela, embora possa ser abruptamente alterada) e o ataque da política daqueles que a ela se opõem. Atuam também como canais, recrutamento de membros para os Partidos Comunistas, particularmente entre social-democratas, sindicalistas, pacifistas e qualquer grupo especializado. Asseguram ainda uma cobertura para os comunistas clandestinos e algumas vezes para o próprio Partido Comunista, quando tornado ilegal. Procuram moldar e manipular a opinião pública persuadindo as pessoas bem intencionadas mas politicamente ingênuas a apoiar as suas campanhas.

As organizações de frente soviéticas possuem importantes fatores em comum. São rigidamente controladas por Moscou através de um Secretário Geral, êste sempre um dedicado e experimentado comunista, assistido por um Secretário ou Comissão de comunistas de renomada proficiência; embora o Vice-Presidente e o Conselho ou Comissão Executiva possam incluir algumas pessoas não comunistas como figuras de fachadas. Essas entidades jamais dão publicidade a balanços financeiros pois isto poderia revelar que a maior parte de seu apoio financeiro provém de Moscou. Também não apresenta detalhes sobre os seus efetivos pois isto poderá mostrar que 80 por cento

de seus membros provêm de países comunistas. As suas normas são completamente antidemocráticas: a sua direção nunca é eleita, as listas selecionadas previamente são simplesmente aceitas por aclamação. Até recentemente jamais havia um voto ou resoluções.

A sua mais notável característica é, todavia, a sua completa subserviência às diretivas políticas da União Soviética, mesmo que estas sejam embaraçantes e contraditórias. Quando Stálin atacou Tito, tôdas as organizações de frente expulsavam imediatamente os seus membros iugoslavos, e quando Kruchov se reconciliou com Tito, os iugoslavos foram convidados a retornar (conquanto êstes não quizessem aceitar mais do que a situação de observadores). Tôdas as organizações de frente pregam o "anti-colonialismo", não fizeram, entretanto, a menor crítica quando a União Soviética reprimiu o movimento da Hungria pela independência e a China subjugou o Tibé. Acompanharam todos a liderança do Conselho Mundial de Paz ao condenar os testes nucleares ocidentais, mas permaneceram em silêncio quando a União Soviética realizou a maior série de experiências nucleares, com a maior precipitação radioativa que já se observou, incluindo a explosão da bomba de 50 megatons. As organizações de paz genuínas condenaram todos os testes.

Cada uma das organizações edita uma ou mais publicações, que circulam no mundo inteiro em numerosas línguas. Publicam além disso uma corrente constante de declarações políticas, resoluções, protestos, etc. através dos órgãos de Imprensa e das estações de rádio comunistas, particularmente durante as reuniões. Em momentos de crise diplomática (com a de Cuba, por exemplo) elas emitiram pronunciamentos quase idênticos apoiando a União Soviética".

a. A rede das Organizações de frente internacionais.

Existe um grande número de organizações de frente internacionais. Atualmente, são em número de 11 as principais. São elas:

- 1) Conselho Mundial da Paz (CMP) — Viena

- 2) Federação Sindical Mundial (FSM) — Praga
- 3) Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD) — Budapeste
- 4) União Internacional de Estudantes (UIE) — Praga
- 5) Federação Internacional das Mulheres Democráticas (FIMD) — Berlim Ocidental
- 6) Federação Internacional Sindical de Ensino (FISE)
- 7) Associação Internacional dos Advogados Democráticos (AIAD) — Bruxelas
- 8) Federação Mundial de Trabalhadores Cientistas (FMTC) — Londres
- 9) Organização Internacional de Jornalistas (OIJ) — Praga
- 10) Organização Internacional de Rádio e Televisão (OIRT) — Praga
- 11) Federação Internacional de Combatentes da Resistência (FICR) — Viena

Além dessas existem outras de menor expressão como as seguintes:

- Organização Internacional dos Jornalistas — Praga
- Organização Internacional dos Arquitetos — Paris
- Organização Internacional dos Artistas — Londres
- União Internacional dos Economistas
- Organização Internacional dos Engenheiros
- Organização Internacional dos Escritores — Moscou
- Organização Internacional dos Médicos — Viena
- Federação Internacional dos Produtores de Filmes — Leipag

— Organização Internacional dos Professores — Viena

Essas organizações estão atualmente operando, de modo particular, sobre os países menos desenvolvidos como os da América Latina, Ásia e África. Procurando mascarar as suas finalidades e confundir-se com as organizações genuinamente democráticas, tais entidades têm obtido por vezes uma série de êxitos na obtenção de apoio de inúmeras nações, inclusive no seio das Nações Unidas.

No Brasil, as organizações de frente nacionais eram principalmente os sindicatos de classe que, dominados pelas frações comunistas, exerciam êsse papel com grande eficiência. Havia além disso, antes da revolução de 31 de março, um grande número de associações que cooperavam nessa atividade. Citaremos alguns exemplos:

- 1) Pacifistas:
 - Movimento Brasileiro de Partidário da Paz
 - Cruzada Humanitária de Paz e Armamentos Atômicos.
- 2) Economia
 - Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional
- 3) Sindicais
 - Comando Geral dos Trabalhadores (CGT)
 - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Brasileiros (ULTAB)
- 4) Juventude e Meios Estudantís
 - União da Juventude Comunista
 - União Nacional de Estudantes (UNE)
 - União Brasileira de Estudantes Secundários (UBES)
 - União da Juventude Socialista
- 5) Meios Femininos
 - Federação das Mulheres do Brasil
 - Comissão Feminina de Intercâmbio e Amizade

- 6) Jornalistas
— Federação Nacional de Jornalistas
- 7) Radialistas
— Federação Nacional de Radialistas
- 8) Cinema
— Associação Nacional do Cinema
- 9) Solidariedade Cultural
— Associação Cultural Sino-Brasileira
— Instituto de Intercâmbio Brasil-URSS
- 10) Advogados
— Federação Nacional de Advogados Democratas

Grande número dessas organizações reunia-se eventualmente, atuando apenas como órgão de agitação e propaganda em períodos de crise e para atividades de mobilização de massas. Mas proliferavam no país de modo acentuado, exercendo uma grande influência na expansão comunista. Associavam-se, muitas vezes de modo tão íntimo com o Partido Comunista que se confundiam com os órgãos de frente legal e semilegal do Partido e com as frentes-únicas por ele instituídas.

b. Principais Organizações

Apresentemos a seguir alguns dados sobre as organizações internacionais.

1) CONSELHO MUNDIAL DA PAZ

Situado inicialmente em Paris e daí expulso em 1951 por atividades de "quinta-colunismo", retirou-se para Praga, transferindo-se mais tarde (1954) para Viena, de onde recebeu ordem para também retirar-se em virtude de "interferir" nos negócios internos de países com os quais a Áustria mantinha relações de amizade. Continua entretanto a operar em Viena sob o nome ostensivo de Instituto Internacional pela Paz. (IIP)

É considerado como a organização mais eficiente na obtenção do apoio de nações e entidades não-comunistas. Possui organizações filiadas em cerca de 80 nações

Até 1958, sua presidência era exercida pelo cientista francês comunista Frederico Joliot-Curie. Depois da morte deste estava sendo dirigido pelo Professor John Desmond Bernal (Inglaterra) que recentemente renunciou. O Brasil possui um representante no Conselho presidencial.

Era antigamente o Senador Domingos Velasco, atualmente substituído por Valério Konder.

O Conselho se reúne uma ou duas vezes por ano.

As suas principais atividades são realizadas sob a forma de campanha, em geral, abrangendo a coleta de assinaturas para apoiar pronunciamentos como os seguintes:

- Apêlo de Estocolmo (1950) — condenando o emprêgo de armas atômicas.
- Apêlo de Varsóvia (1950) — convocando a Conferência das Cinco Potências Mundiais para tratar de várias questões, inclusive a Guerra da Coréia
- Campanha de Guerra Bacteriológica — (1952) sobre Guerra da Coréia.
- Campanha "Negociações Agora" (1952) renovando o apêlo de Varsóvia.
- Apêlo de Viena — (1955) — sobre a preparação da guerra atômica.
- Apêlo de Berlim (1957), contra as armas atômicas
- Campanha Contra Armas Atômicas — (1957)
- Segundo apêlo de Estocolmo (1960) — sobre o desarmamento mundial.

O Conselho já organizou seis Congressos de Paz, a saber:

- 1.º Congresso Mundial de Paz, Paris e Praga (Abr 49)

- 2.º Congresso Mundial de Paz, Varsóvia (Nov 50)
- Congresso dos Povos e da Paz, Viena (Dez 52)
- Assembléia de Paz Mundial, Helsinki (Jun 55)
- Congresso pelo Desarmamento e Cooperação Internacional, Estocolmo (Jul 58)
- Congresso Mundial pelo Desarmamento e Paz, Moscou (Jul 62)

O CMP publica mensalmente um “Boletim do Conselho de Paz” em inglês, francês, alemão, espanhol e russo. Além dêsse mensário emite, algumas vêzes, publicações descontínuas.

2) FEDERAÇÃO SINDICAL MUNDIAL

Tendo sua sede inicialmente em Paris, foi expulsa pelo governo francês em 1951 por atividades subversivas. Estêve em Viena até 1956, quando recebeu ordem de transferência do governo austríaco por atentar contra a neutralidade do país. Mudou-se então para Praga.

Seu Presidente é o Senador Comunista italiano Renato Bitossi, e o Secretário Geral, Louis Saillant, da França.

O Brasil não tem nenhum membro na direção geral da entidade. “La Prensa Sindical”.

De acôrdo com a revista a FSM possui 137.938.000 membros, sindicalizados em 90 países.

A filial latino-americana da FSM era a CTAL (Confederação dos Trabalhadores da América Latina), com sede na cidade do México. Essa entidade foi dissolvida por ineficiência.

A revista já citada, em seu número 222, consigna a existência do Congresso Permanente de Unidade Sindical da América Latina.

As publicações principais são o “Movimento Sindical Mundial”, publicado mensalmente em alemão, russo, fran-

cês, inglês, espanhol (duas edições), português, meco, finlandês, rumeno, japonês (edição independente), árabe e chinês, a “Imprensa Sindical”, publicação quinzenal em seis línguas; vários boletins, panfletos, relatórios, etc.

A Federação está organizada em 11 departamentos assim intitulados:

- Trabalhadores agrícolas e florestais
- Indústrias de Construção, Madeiras e Materiais de Construção
- Trabalhadores em Petróleo e Correlatos
- Trabalhadores de Escritórios e Bancos
- Trabalhadores em Indústrias de Alimentos, Fumo e Bebidas, em Hotéis, Cafés e Restaurantes.
- Indústrias de Metal e Engenharia
- Minas
- Empregados Públicos e Congêneres
- Federação Mundial de Sindicatos de Ensino
- Trabalhadores em Tecidos, Roupas, Lãs e Peles
- Trabalhadores em Transporte, Portos e Pescaria

3) FEDERAÇÃO MUNDIAL DE JUVENTUDE DEMOCRÁTICA (FMJD)

Sua sede encontrava-se em Paris até 1951 quando foi expulsa pelo governo francês. Seu atual pôsto de comando encontra-se em Budapeste.

A FMJD havia sido criada em Londres (1945) como entidade apolítica, mas os comunistas a dominaram e em 1950 os democratas abandonaram-no fundando uma outra organização, a Assembléia Mundial da Juventude.

O Presidente da FMJD é atualmente o comunista italiano Rodolfo Mechini.

A FMJD anuncia possuir 238 organizações filiadas em 113 países, com total de 101 milhões de membros, em sua maioria dos países socialistas.

A federação é financiada pela União Soviética. Edita uma publicação denominada Juventude Mundial escrita em inglês, francês, alemão, sueco e espanhol. Além dessa revista, publica um jornal mensal, vários boletins, panfletos, e etc.

Atualmente a FMJD está procurando envolver a AJM, através de proposta de mútua cooperação.

Em setembro de 1949 a Federação emitiu um manifesto exprimindo as bases de sua política, na qual condenava o preparo bélico dos países capitalistas, o plano Marshall e fazia um apelo a juventude para apoiar o "invencível exército da Paz encabeçado pela União Soviética".

A FMJD possui, em todo o mundo, uma série de organizações subsidiárias como o Comitê Internacional dos Movimentos de Crianças e Adolescentes (Budapeste) o Escritório Internacional de Esportes de Turismo e intercâmbio de Juventude, o Comitê Internacional de Esportes da Juventude, o Comitê Internacional da Solidariedade com a Juventude Argelina e o Comitê Internacional de Solidariedade ao Vietnam do Sul.

As seguintes Conferências regionais foram patrocinadas pela FMJD:

- Conferência da Juventude Latino-Americana — Cuba (Mar 47)
- Conferência da Juventude Sudeste-Asiática — Calcutá (Fev 48)
- Conferência da Juventude Latino-Americana — México (Ago 48)
- Festival de Juventude Sul-Americana — São Paulo (Fev 55)
- Conferência das Organizações de Crianças Europeias — Budapeste (Jan 58)
- Reunião da Juventude do Báltico e do Adriático — Bucareste (Fev 60)
- Congresso da Juventude Latino-Americana — Havana (Jul/Ago 60)

- Reunião da Juventude — Berlim (Set/Out 61)
- Seminário da Juventude Africana — Casablanca (Jul 61)
- Segunda Conferência da Juventude Latino-Americana — Santiago (1964)

Além desses conclaves, a FMJD organizou inúmeras reuniões especializadas e festivais da juventude.

4) UNIÃO INTERNACIONAL DE ESTUDANTES

A UIE, com sede em Praga, foi fundada em agosto de 1946, em um Congresso Mundial de Estudantes. Embora se anunciasse como uma "organização representativa de estudantes democratas" a UIE foi rapidamente dominada pelos comunistas que se assenhoraram de seus postos principais e passaram a prover a maior parte de seus recursos. A UIE transformou-se na "seção estudantil do Cominform". A maior parte das entidades não-comunistas aliadas abandonaram a União. A União Iugoslava de Estudantes foi expulsa em 1951, em virtude da questão entre Tito e Stálin.

A União Internacional de Estudantes é presidida por Zbynek Vokroulicky, membro do Comitê Central do PC da Tcheco-Eslováquia. O representante do Brasil na UIE é o comunista Nelson Vanuzzi.

A UIE declara possuir 76 organizações filiadas no mundo inteiro.

O Congresso o mais alto órgão da UIE deveria reunir-se bienalmente. As suas convenções até agora foram as seguintes:

- 1.o) Ago 46 — Praga (inaugural)
- 2.o) Ago 50 — Praga
- 3.o) Ago 53 — Varsóvia
- 4.o) Ago 56 — Praga
- 5.o) Set 58 — Pequim
- 6.o) Out 60 — Bagdá

7.º) Ago 62 — Leningrado

8.º) Nov 64 — Sófia

As principais publicações da UIE são a revista mensal "Notícias Estudantes Mundiais", em inglês, francês, alemão, espanhol e árabe, os boletins "Notícias da UIE" e "Esporte" e um grande número de panfletos.

Além de constituir-se num instrumento de propaganda soviética, a UIE tem feito várias campanhas pela Paz, pelos Direitos Estudantis e pelo anticolonialismo, e outros temas dessa natureza, os quais, na realidade, marcaram motivos antiocidentais.

A UIE tem patrocinado vários festivais, jogos estudantis e congressos especiais como por exemplo, o Seminário Internacional sobre Analfabetismo em Havana, e o Seminário Internacional de Estudantes de Países Subdesenvolvidos, realizado em julho de 1963 em Salvador, Bahia.

5) FEDERAÇÃO DEMOCRÁTICA INTERNACIONAL DE MULHERES (FDIM)

A FDIM tinha sua sede em Paris, de onde foi expulsa pelo governo francês em 1951. Desde essa época começou a operar em Berlim Oriental.

Foi organizada em um Congresso Feminino em Paris, no ano de 1945, pela associação comunista denominada União das Mulheres Francesas. Desde a sua fundação ficou sob o controle comunista.

Seu presidente atual é Mme. Engéne Cotton, diretora do Centro Nacional Francês de Pesquisas Científicas e detentora do Prêmio Lênin de 1950. Não há nenhuma representante brasileira na direção da FDIM.

O Congresso é o mais alto organismo da Federação. Já foram realizados 5 congressos, como se segue:

1.º) Nov 1945 — Paris (inaugural)

2.º) Dez 1948 — Budapeste

3.º) Jun 1953 — Copenhague

4.º) Jun 1958 — Viena

5.º) Jun 1963 — Moscou

A Federação anuncia possuir mais de 200 milhões de membros em 90 países, na maioria do Mundo Socialista. É financiada principalmente pelos países comunistas.

Edita várias publicações entre as quais a revista "Mulheres do Mundo Inteiro", em inglês, francês, espanhol, russo, alemão e árabe; o Boletim de Informações; o Boletim de Rádio e Imprensa; as "Notícias Breves". Publicou também o panfleto: "Acusamos" sobre supostas atrocidades na Coreia e o livreto Proteção da Maternidade.

Tem participado das clássicas campanhas de Paz e anticolonialismo, como propagandista da União Soviética. A filiada iugoslava foi expulsa da Federação em 1949.

6) FEDERAÇÃO INTERNACIONAL SINDICAL DE ENSINO (FISE)

A FISE foi fundada em 1946. Em 1949, tornou-se um departamento da FSM, acompanhando a esta em sua expulsão de Paris. Foi localizada no setor soviético de Viena, sendo daí expulsa pelo governo austríaco. Situa-se hoje em Praga. É mais uma associação profissional do que uma organização sindical.

Seu presidente é o francês Paul Louis Delanoue, membro do Conselho Geral da FSM. O Brasil não tem representantes em sua direção.

A FISE declara possuir mais de 7,5 milhões de membros em 30 frações.

Publica a revista "Professores do Mundo" em inglês, francês, alemão e espanhol, além de boletins e panfletos especiais.

Os seus objetivos são estabelecer a solidariedade entre os professores em todo o mundo, desenvolver campanhas pela educação obrigatória, organizar o trabalho educacio-

nal, servir a causa da paz e contra o militarismo. Na realidade nada mais é do que uma fonte de propaganda soviética.

7) ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE ADVOGADOS DEMOCRÁTICOS (AIAD)

A AIAD, com sede em Bruxelas, para onde se deslocou após a sua expulsão de Paris, foi fundada em 1946, sob os auspícios da organização para-comunistas francesa o Movimento Nacional Judiciário.

Seu presidente de Honra é Denis Nowell Pritt e seu presidente efetivo, Pierre Cot (França). O Brasil participa de sua direção com Henrique Fialho, como um dos vice-presidentes e Osny Duarte Pereira, como secretário assistente do Secretário Geral.

A Associação anuncia que possui 20.000 membros em 29 organizações nacionais.

O Congresso é o seu mais alto órgão — Já foram realizados os seguintes congressos:

- 1.o) Out 46 — Paris
- 2.o) Jul 47 — Bruxelas
- 3.o) Set 48 — Praga
- 4.o) Out 49 — Roma
- 5.o) Set 51 — Berlim (E)
- 6.o) Mai 56 — Bruxelas
- 7.o) Out 60 — Sófia
- 8.o) Mar 64 — Budapeste

A AIAD publica um Boletim de Informações em inglês e francês, uma Revista da Lei Contemporânea, também em duas línguas, e inúmeros panfletos de propaganda antiocidental.

Já patrocinou várias conferências regionais especiais como a Primeira Conferência Continental de Juristas (Latino-Americana) no Rio de Janeiro, em Nov 1952.

Costuma estabelecer Comissões de Investigação, como elemento de propaganda soviética. Alguns exemplos: Comissão de Inquérito sobre a Coréia, Comissão sobre o Julgamento de Karlsruhe, Comissão para a Defesa das Liberdades Democráticas, Comissão sobre a expulsão da FSM de Viena, Comissão sobre a Definição Legal de Neutralidade, Comissão para a Defesa de Manolis Glezos, Comissão sobre Neutralidade e Agressão, Comissão sobre a Argélia, Comissão sobre o Papel dos Antigos Juizes Nazistas na Alemanha Ocidental, Comissão Internacional de Advogados para estudar a situação no Vietnam do Sul, Comissão para Investigar as Prisões no Irak, Comissão para Invetigar o Reemprego de Nazistas no Sistema Legal da Alemanha Ocidental.

8) FEDERAÇÃO MUNDIAL DE TRABALHOS CIENTÍFICOS (FMTC)

A FMTC tem sua sede em Londres, possuindo centros regionais em Paris, Praga, Pequim e Nova Délhi. Foi fundada em 1946 por uma Conferência Internacional. Os comunistas conseguiram dominar os postos principais que são até hoje mantidos por eles.

O presidente e Chefe do Conselho Executivo é o Professor Cecil F. Powel, físico inglês, prêmio Nobel, que é também o vice-presidente do Conselho Mundial da Paz.

A Assembléia Geral é o mais elevado órgão da FMTC. As seguintes reuniões dessa assembléia já realizadas:

- | | | |
|---------|------|------------------------------|
| Set | 1948 | — Dobris (Tcheco-Eslováquia) |
| Abr | 1951 | — Paris e Praga |
| Set | 1953 | — Budapeste |
| Set | 1955 | — Berlim Oriental |
| Ago/Set | 1957 | — Helsinki |
| Set | 1959 | — Varsóvia |
| Set | 1962 | — Moscou |

A FMCT declara possuir 200.000 membros em associações filiadas. Os iugoslavos foram expulsos em 1959.

Seu apoio financeiro provém principalmente da Rússia e da China.

Publica a revista Mundo Científico, em francês, inglês, alemão, chinês e espanhol; o Boletim da FMTC; livros em várias línguas, como Fome e Alimentos de Josué de Castro; Ciência e Saúde; Ciência para um Mundo em desenvolvimento e inúmeros panfletos.

Tem promovido várias campanhas contra o Mundo Ocidental, acerca de testes atômicos, da crise de Cuba e outros.

9) ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE JORNALISTAS (OIJ)

A OIJ, fundada em junho de 1946 em um Congresso em Copenhague, teve sua sede em Londres. Daí transferiu-se para Praga em 1947. Resultou da união entre a Federação Internacional de Jornalistas e a Federação Internacional de Jornalistas das Nações Aliadas e Livres. Os comunistas assumiram gradualmente o controle dos postos principais. Em 1950 todos os membros não-comunistas haviam abandonado a associação.

O presidente da OIJ é Jean-Maurice Hermann, comunista francês.

O Congresso é o mais alto órgão da OIJ. Já se realizaram os seguintes congressos:

Jun 1946 — Copenhague (inaugural)

Jun 1947 — Praga

Set 1950 — Helsinki

Mai 1958 — Bucareste

Ago 1962 — Budapeste

A OIJ declara possuir 100.000 membros em 34 países. Publica o jornal mensal "O Jornalista Democrata", em inglês, francês, russo e espanhol; um Boletim de Informações quinzenal, e numerosos panfletos.

Como as demais organizações de frente a OIJ se empenha em várias campanhas de propaganda antiocidental e patrocina prêmios internacionais, fundos de solidariedade.

Uma ramificação da OIJ é o Comitê Internacional para Cooperação de Jornalistas (CICJ), que se originou em junho de 1955, em Berlim Oriental, do Comitê de Organização para o Encontro Internacional de Jornalistas a se realizar em 1956 na Finlândia.

10) ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE RÁDIO E TELEVISÃO

A OIRT localiza-se em Praga. Foi fundada em Bruxelas em 1946. Denominava-se inicialmente Organização Internacional de Radiodifusão.

Seu presidente é Istvan Tompe, da Hungria.

As organizações filiadas atuais pertencem aos países comunistas, exclusive a Iugoslávia.

Publica uma revista técnica chamada Rádio e Televisão, bienal, em inglês, russo, francês e alemão; um boletim de informações mensal, e inúmeros panfletos e relatórios.

11) FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE COMBATENTES DA RESISTÊNCIA (FICR)

A FICR tem sua sede atualmente em Viena. Até 1952 localizava-se em Varsóvia.

Foi fundada em Junho de 1951, em um congresso organizado pela Federação Internacional de Antigos Prisioneiros Políticos do Fascismo.

Seu presidente é o Senhor Ettore Tibaldi, da Itália.

O Congresso é o órgão supremo. Já se realizaram os seguintes congressos:

1.º) Jun 1951 — Viena (inaugural)

- 2.o) Nov 1954 — Viena
- 3.o) Nov 1958 — Viena (1.a Sessão)
Mar 1959 — Viena (2.a Sessão)
- 4.o) Dez 1962 — Varsóvia

A FICR anuncia possuir 10 milhões de membros em 44 organizações.

Suas publicações são: a revista mensal Resistência Unida em francês e alemão; o Serviço de Informações da FICR, boletim mensal, também em francês e alemão; os Cadernos Internacionais Resistência, e um grande número de panfletos.

A Federação tem apoiado sistematicamente a política soviética e patrocinado vários conclaves de combatentes da Resistência em vários países da Europa.

c. Atividades das Organizações de Frente Internacionais Comunistas

As Organizações de Frente Internacionais Comunistas são agências de propaganda e controle do movimento comunista internacional. O seu campo de ação se superpõe ou suplementa nos Partidos Comunistas, abarcando setores profissionais ou especializados que, muitas vezes, a atividade política daqueles partidos não consegue penetrar.

Assim no terreno sindical, a FSM tem uma extraordinária zona de ação, através de suas filiais regionais e das ligações entre os sindicatos e as confederações sindicais com a própria FSM.

Esta grande federação possui o privilégio do "status consultivo de categoria A" com várias organizações das Nações Unidas como o Conselho Econômico e Social, a Organização do Trabalho Internacional, a Organização para os Alimentos e a Agricultura a Organização do Trabalho Internacional, a Organização para os Alimentos e a Agricultura a Organização Científica Educacional e Cultural (UNESCO).

A FSM procura estabelecer uma política de unidade objetivando o maior controle sindical em todo o globo. O Congresso para a organização da CUTAL, realizado em Brasília, com apoio do governo João Goulart, em Jan 1964, não conseguiu colimar suas finalidades, face aos obstáculos surgidos pela contra-ofensiva democrática.

No campo da juventude atuam a UIE a FMJD, que procuram controlar todas as associações estudantis e juvenis. No setor do ensino atua ainda a FISE que procura assegurar o domínio comunista de todas as entidades de professores. Com esforço conjunto da UIE, FMJD e FISE, os comunistas conseguiram no Brasil penetrar nas associações estudantis não comunista como a JEC e JUC e apoiavam grande número de iniciativas esquerdistas como o Movimento de Cultura Popular.

A FISE consegue, através de palavras de ordem aos professores, exercer uma notável influência na disseminação da propaganda comunista. A ela se associam as organizações profissionais ligadas a AIAD, a OIJ a FMTC e outras entidades mundiais.

3. OS MEIOS DE PROPAGANDA COMUNISTA

A agitação e a propaganda comunista utiliza, de modo planejado e racional, os inumeráveis recursos de que o Partido Comunista consegue mobilizar para a propagação da doutrina, o proselitismo, a movimentação de massas e todas as demais atividades exercidas em proveito da expansão marxista-leninista. Pode-se afirmar que, com a experiência adquirida através dos tempos de incansável atuação no mundo inteiro, os Partidos Comunistas se transformaram em verdadeiras máquinas de agitação e propaganda, cuja eficiência pode ser constantemente comprovada. A técnica é tão apurada que os comunistas chegam ao requinte de conduzir elementos não comunistas a atuarem, consciente ou inconscientemente, em proveito de sua propaganda. Através de uma contaminação adequada, conseguem generalizar "slogans", criar polêmicas, escândalos na imprensa e vários artifícios que no final das contas, apresentam propaganda e cooperam em seus objetivos. Por outro lado, elementos infiltrados nos órgãos de divulgação e em outras organizações disseminam tipos de propaganda subliminar em disfarçada que, embora inperceptível, atinge os propósitos visados.

A eficiência da máquina de propaganda partidária baseia-se na própria organização hierarquizada das organizações comunistas, que permitem levar as palavras-de-ordem dos órgãos de cúpula até os elementos nas organizações de base ou das frações partidárias e em sentido inverso, levam os resultados do conhecimento dos órgãos superiores. Os motivos da propaganda e da agitação podem ser assim injetados em uma imensa rede que se assemelha aos capilares de um organismo vivo. Essa propriedade assegura a unidade de ação, disciplinada e eficaz sem similar em qualquer outra organização política.

A técnica da propaganda e da agitação já se tornou uma tarefa tão rotineira na atividade comunista que a sua doutrina elementar é seguida de maneira instintiva pelos militantes mesmo sem uma formação doutrinária específica. Quando o Partido educa os seus adeptos e aperfeiçoa os seus dirigentes, a técnica de propaganda e agitação é utilizada de modo constante e contínuo, no próprio ensino, na própria doutrinação ideológica. Podemos afirmar que o Partido Comunista pratica muito mais do que ensina, a propaganda e a agitação.

Nas células mais elementares do Partido Comunista, ou seja nas organizações de base, tudo é feito para a propaganda e agitação. Os líderes exigem, que esse trabalho se aperfeiçoe e se torne cada vez mais produtivo. Nunca estão satisfeitos. Querem sempre melhores resultados. Para sentir o que é a constante preocupação que os comunistas consagram ao assunto, basta comparar uma revista ou um jornal de um país socialista ou de partido marxista com uma publicação congênere, de origem democrática. Esta, dentro do conceito capitalista de liberdade de imprensa e de necessidade de informação verídica e completa para o público estampa aspectos de toda a natureza, tanto os agradáveis e os otimistas, quanto os deprimentes e depreciativos. Aparecem assim fotografias e descrições de favelas, de populações miseráveis, de crimes e vícios, de violências e torpezas. Na imprensa comunista esses aspectos são apenas estampados quando se referem ao Mundo Livre ou a cenários anteriores ao domínio comunista. Mas jamais são reproduzidos textos ou gravuras capazes de servirem de propaganda negativa para o regime socialista. Muito pelo contrário, tudo o que é impresso revela satisfação, beleza, abundância e progresso. Sabemos, todavia, que tais aspectos são artificialmente selecionados e preparados, com o fito exclusivo de servirem como elemento de propaganda.

O pessoal e as organizações utilizados para a disseminação da propaganda e agitação comunista pode, dessa forma, ser assim classificado:

- 1) Propagandistas e agitadores comunistas profissionais, membros do PC.

- 2) Simpatizantes e outros auxiliares voluntários, inclusive candidatos a membros do Partido.
- 3) Pessoas que involuntariamente servem à propaganda e a agitação comunista.
- 4) Organizações de massa nacionais.
- 5) Organizações da frente internacional comunista.
- 6) Organizações criptocomunistas e paracomunistas.

Os meios adotados para execução dessas atividades são os seguintes:

1) Publicações Comunistas

- Jornais;
- Revistas;
- Livros;
- Panfletos (folhetos, boletins, volantes)
- Cartazes
- Calendários
- Impressos variados (Postais, selos, bônus, flâmulas, etc.)
- Fotografias e albuns fotográficos.

2) Inscrições

- Faixas
- Inscrições murais (pinturas ou pichações).

3) Recursos Audio-visuais:

- Gravações em discos ou fita magnética.
- Cinema (filmes e transparências)
- Rádio, televisão (anúncios, noticiário, palestras, entrevistas e alocações)
- Teatro (peças e representações diversas)
- Festas populares

- Canções populares,
- Anedotário popular.

4) Recursos verbais

- Comícios (discursos)
- Conferências e cursos públicos,
- Auto-falantes em praça pública ou viaturas (anúncios, convocações, etc.)
- Telefone (mensagens, avisos anônimos, etc.)
- Boatos, "Slogans", intrigas políticas, notícias tendenciosas. (difusão verbal)

5) Turismo organizado

- Viagens organizadas a países socialistas.

6) Exposições de aperfeiçoamentos e outras finalidades.

7) Intercâmbio cultural

- Por meio de sociedades específicas.
- Direto

8) Iniciativas científicas de projeção internacional. (astronáutica, medicina, etc.)

Êstes são os principais recursos de que se vale a propaganda e a agitação comunista em todo o mundo. São empregados de forma concentrada, em campanhas planejadas, com objetivos táticos e estratégicos.

Nesses meios os países comunistas, principalmente a União Soviética e a China Comunista, dispendem fabulosas quantias que excedem amplamente qualquer avaliação.

— Não há no Mundo Livre nada comparável a qualquer setor dessas atividades. Mediante determinados artifícios, os comunistas conseguem ainda que os não comunistas e até mesmo os anticomunistas cooperem em seus objetivos com substancial parcela. Assim, por exemplo, a "Aliança para o Progresso" gastou grandes somas no auxí-

lio para as campanhas de alfabetização no Brasil, empreendidas por comunistas, que utilizavam essa atividade para realizar ações de propaganda e agitação em proveito de Comunismo.

Antes de iniciar o estudo dos meios da propaganda e da agitação comunista, julgamos de interesse reproduzir um trecho, sobre o assunto, de uma conferência de Suzanne Labin, no qual enumera os recursos do Comunismo Internacional acentuando a importância da propaganda e analisando aspectos da maior relevância para o conhecimento completo dessas atividades:

“A MÁQUINA MUNDIAL PARACOMUNISTA OU DE PROPAGANDA INDIRETA

1. *A propaganda.* O motor central de toda a Guerra Política dos soviéticos, nos setores indiretos e destinada aos não comunistas, ainda mais que nos setores diretos nucleares pelos Partidos Comunistas, é a propaganda. Mas uma propaganda como jamais houve igual na história, tentacular, incansável, de mistificação sem freios, corrompendo a todos, desde o camponês até o cardeal, propaganda aberta ou mascarada, provocante ou insidiosa, excitante ou anestesiante, mas sempre, e por toda parte, calculada cuidadosamente e difundida com extraordinário capricho. A expansão da propaganda de inspiração soviética por todos os setores concebíveis, em todas as horas do dia, em todos os recantos do globo, é um fenômeno histórico — sem dúvida o mais importante de nossos tempos — que só se compara com a expansão do capitalismo que abriu seus balcões para todas as necessidades da humanidade em todas as regiões da terra. Com efeito, a propaganda é o capital desses capitalistas de Estado que são os comunistas, um capital moderno, não monetário, mas discursivo, e cujos lucros são os espíritos.

É essencial compreender, desculpem a repetição, que a propaganda criptosoviética tem por objetivo, menos a promoção do comunismo como ideologia, do que o triunfo da política exterior do Kremlin. É, pois,

uma perigosa ilusão acreditar-se em segurança o país em que o Partido Comunista é fraco, se ali as teses filosoviéticas sobre política internacional encontram grande eco, como infelizmente é o caso em todas as democracias. O Kremlin desdobra-se cada vez mais em seus artifícios entre os meios não comunistas, não tanto para convertê-los, mas para adormecê-los. Para o comunismo, doravante, a doutrina é nada, o Comitê é tudo.

2. — *A força da organização.* O Comitê é tudo. Uma característica importante dessa nova guerra é que na verdade, ela se encarna em agrupamentos. O bolchevismo fez uma descoberta de importância capital: a força da organização, apresentada por Lênin em 1903, no seu trabalho “Que fazer?”. A força da organização não é senão a adaptação, para a era das massas, da força da intriga, de que Maquiavel construiu a teoria na era dos príncipes. A propaganda lança os germens, mas é a organização que faz o contágio. É nela, e por ela, que os adeptos se transformam em soldados. É no seu seio que os espíritos são regulados, os corações sincronizados, as vontades submetidas. O comunista é o burguês da organização, assim como o capitalista foi o burguês da fabricação. Eis porque dois milhões de comitês, células, círculos, uniões, grupos, frentes, sindicatos, partidos, congressos, estão controlados, mais ou menos abertamente, por Moscou, desde a Groelândia até o Cabo Horn, passando pelo Empire-State-Building, pelo Vaticano e pela selva.

3. — *A infiltração.* A guerra política toma sobretudo a forma de uma imensa conspiração para perverter os espíritos. Segundo a tática do cavalo de Tróia, ela infiltra auxiliares de todas as condições — desde o agente assalariado ao amigo honesto, mas iludido — em tudo o que tenha força sobre a opinião pública: na imprensa, nas editôras, nas estações de rádio e televisão, nos teatros e cinemas, nas Escolas e Universidades. Há no mundo, poucos grandes jornais em que os soviéticos não tenham agentes, muitas vezes sem que a direção sequer suspeite disso. As Universidades estão a tal

ponto gangrenadas que podemos dizer que os movimentos paracomunistas da África e Ásia se forjaram nas Universidades européias. Os agentes criptocomunistas penetram também nos sindicatos independentes, nos partidos livres, nas polícias, nos ministérios, até nas Igrejas. Um ex-membro do Secretariado do PC francês, Albert Vassart, revelou que, em 1936, Moscou dera ordens para se fazer com que jovens comunistas ingressassem nos seminários, e se tornassem padres. Na República Mongol, os soviéticos criaram um seminário para formação de lamas budistas, que se espalham por toda a Ásia a cumprir sua missão de solapamento. Na Cambodja, na Tailândia, na Birmânia, muitos auxiliares dos soviéticos envergam o manto amarelo dos bonzos, a fim de doutrinar os milhares de jovens que freqüentam seus templos. O comunismo sempre pode encontrar manhas dialéticas para manipular os meios que lhe são menos acessíveis, desde o instante em que seu objetivo é, não o de convencê-los a respeito de uma ideologia, mas incliná-los favoravelmente a uma determinada política exterior.

4. — *As organizações criptocomunistas.* A conspiração soviética serve-se ainda do canal das famosas organizações cripto, ditas paralelas. Sòmente na França foram arroladas 140, tendo, cada uma, sua sede, sua equipe dirigente e várias publicações. Contam-se dezenas de milhares pelo mundo, muitas com ramificações internacionais. Os homens que se encontram à testa dessas organizações ocultam sua fidelidade comunista, o que faz com que a maior parte dos adeptos da base não percebam que se servem dele para os desígnios do Kremlin. Sua manipulação se efetua por meio do famoso trabalho fracional, temível técnica que foi posta em ação pelos bolchevistas; graças a essa técnica, pequenos núcleos de homens decididos, disciplinados, vibrando em uníssono, incitados pela satisfação de impor sua vontade, desembaraçados de todo escrúpulo e de todo senso moral, chegam a dominar assembléias de indivíduos muito mais numerosas, mas desarticulados, mal informados, tímidos, e contidos por princípios morais e ideológicos.

5. — *As frentes populares.* Uma prática fundamental do bolchevismo consiste em aproveitar-se dos perigos que ameaçam as conquistas que nos são caras — liberdades, direitos sindicais, independência nacional — para induzir à aliança os partidos honestamente desejosos de afastar êsses perigos. Forma então comitês ditos de união, onde os comunistas passam logo a blefar, intimidar, despojar, depois isolar e, se necessário, liquidar seus parceiros, de maneira que, por trás da Frente Comum, emerge uma Cabeça Única, a dêles.

Êsses honestos partidos democráticos servem ao PC apenas de paraventos, na tomada das rédeas do Estado. Uma vez no poder, o PC elimina seus aliados da véspera, com um maquiavelismo consumado, descrito da seguinte maneira pelo comunista Rackosy: "Nós os cortamos fatia por fatia, para comê-los um após outro com salame". Mesmo com o golpe de Praga não desapareceu a raça dos Bénes, a raça dos líderes democráticos que aspiram percorrer as três fases clássicas da aliança com os comunistas: dar-lhes cobertura, entregar-lhes o poder e desaparecer numa vala comum.

6. — *Os intercâmbios.* A guerra política dos soviéticos utiliza ainda a armadilha dos intercâmbios cultural e econômico, em que muitos democratas se deixam enredar. No entanto, êsses democratas bem que deveriam convencer-se de que o comércio nas trocas comerciais, a cultura, nos intercâmbios culturais, o desporto, no intercâmbio esportivo, são as últimas coisas que preocupam os soviéticos. Todas essas trocas não lhes interessam senão como veículos suplementares de sua infiltração. Quando os ocidentais colocam um homem em uma instituição de intercâmbio é para fazer intercâmbio; quando os soviéticos colocam um homem em uma instituição de intercâmbio é para fazer subversão. Nunca é a URSS, hermética, militante e totalitária, que se abre para o Ocidente, pela língua dessas "trocas" é sempre o Ocidente crédulo, diletante e instável que se abre ainda mais ao Kremlin.

7. — *As viagens organizadas.* Os comunistas elevaram à categoria de verdadeira indústria as visitas, a seus países, de delegados que uma imensa máquina de ilusionismo mistifica e seduz. O papel dessas visitas, na difusão de erros e de deformações enfastiantes sobre os regimes comunistas, é considerável. Assim, os maiores nomes do Ocidente escreveram relatos elogiosos à Rússia, de Stálin, época em que, sabe-se agora, reinava na URSS uma das mais abomináveis tiranias da história. Apesar dêsse precedente, o vasto comércio dos testemunhos complacentes continua, em particular com relação à China comunista.

8. — *As escolas especiais.* Que o comunismo coloca à frente de tudo a intoxicação dos cérebros, que liga todo o seu destino à guerra política, está provado pelo número impressionante de suas escolas de propagandistas. Na França existem seis, importantes. Os alunos mais brilhantes são enviados para as super-escolas de Moscou e Leningrado. Nessas escolas foram treinados os revolucionários profissionais Mao Tsé-tung, Chou En-Lai, Ho Chi Minh, Bagdache. Em Taschkent, no Turkmenistão soviético, funciona um viveiro de agitadores para os países asiáticos. Seus estudos versam sobre métodos de propaganda aberta ou camuflada e sobre as diversas maneiras de atacar um país, por dentro. Praga tem, igualmente, escolas de espionagem e duas escolas propagandistas. Lá estudaram Sekou Touré, o irmão de Nkrumah, de Gana, e o irmão de Fidel Castro. Para os propagandistas do Oriente, o centro das escolas especiais foi levado para a China, em Pequim e Ienan, onde funciona há seis anos uma Escola de Política Teórica e Prática que doutrinou milhares de membros da "inteligêntzia" asiática. Acabam de anunciar a fundação, na URSS, de uma Universidade Amizade dos Povos que receberá quatro mil estudantes da Ásia, África e América Latina, com a viagem, a permanência e os gastos de estudos inteiramente pagos.

As Escolas especiais são uma arma terrível. Para o homem modesto que nelas é admitido, a grande

viagem e a descoberta de novos países constituem promoções e lembranças empolgantes. Os alunos ali experimentam a embriaguez das iniciações, sentem-se em contato com uma força poderosa e investidos de uma missão de confiança. Sobretudo, eles se crêem feitos portadores de uma verdade. Essas são as molas conhecidas das vocações de missionários. E essas forças serão abastecidas continuamente por ligações freqüentes com os chefes e pela ajuda financeira. De fato, a verdade ensinada é um engôdo, mas seu conteúdo racional importa pouco. O que importa é a aprendizagem de uma certa fraseologia, de um sistema verbal que fornece respostas classificadas para todas as questões de uma arte da discussão que mais se assemelha à acrobacia do que à inteligência, mas que hipnotiza os auditórios.

9. — *Demolição dos anticomunistas.* A condição primeira para o êxito de uma conspiração é desacreditar aqueles que a denunciam. Assim, um dos principais esforços do aparelho comunista está em denegrir, por todos os meios, os anticomunistas vigorosos. Jamais um grupo de homens teve de sofrer ondas tão constantes de calúnias tão odiosas, e de intimidações tão cínicas. Infelizmente, essa caça às feitiçarias, feita pelos inquisidores de Moscou, conseguiu difundir, em muitos meios, a idéia de que é censurável combater sistematicamente o comunismo totalitário, ele que ataca tão sistematicamente a liberdade. Sim, uma das principais armas da conspiração dos Soviéticos, é impedir-nos a defesa na única frente que lhes interessa, criando um clima de animosidade em torno da propaganda anticomunista. É tamanho o seu êxito nesse domínio que se chegou, nos países livres, à situação inaudita em que o anticomunismo é mais mal visto que o comunismo. Quando um campo que persegue de morte a um outro campo, obtém que neste último se ache indecoroso retribuir na mesma moeda, já conseguiu uma vitória maior, a que, em propaganda, constitui a intimidação intelectual do adversário.

A França, onde se derramam as palavras venenosas em língua francesa de uma dúzia de emissos-

ras soviéticas, tem uma só emissora em língua russa, há um ano. A Argélia, pela qual a França faz tantos sacrifícios militares, está inundada por hordas inimigas, que recusamos a atrapalhar com interferências, vindas da URSS, da Tcheco-Eslováquia, do Egito, da Tunísia e da Guiné. E quando a soldados se opõem soldados, às palavras, que fazem maior mal, opõe-se o silêncio. O Estados Unidos, diàriamente insultados e caluniados pelo Coronel Nasser, continuam a despejar-lhe dezenas de milhões de dólares por ano, os quais não são utilizados para comprar sapatos e pão para as crianças, mas vão imediatamente engrossar a torrente de propaganda anti-americana que sai do Cairo. De fato, uma grande parte de propaganda anti-americana, feita pelo mundo inteiro, é paga com dólares do Tio Sam.

10. — *As torrentes de palavras:*

150.000 horas por ano de irradiação de propaganda em todos os dialetos e penetrando em todos os cantos do mundo;

200 películas de longa metragem de propaganda por ano;

120 milhões de livros de propaganda por ano;

2 bilhões de brochuras de propaganda por ano;

20.000 pessoas por ano viajando em missões de publicidade e de propaganda.

11. — *Os meios violentos.* A guerra das palavras é salgada e vivificada, quando se torna necessário, por toda uma gama de ações mais contundentes: sabotagem econômica, manifestações violentas, distúrbios de rua, guerrilhas; na penumbra, ráptos, assassinatos, envenenamentos; mais longe ainda, na sombra, o gangsterismo puro e simples.

Sim, a guerra política dos soviéticos utiliza ainda meios de gangsters, que vão da calúnia até à morte, passando pela intimidação, o terrorismo, os roubos

e o tráfico de ópio, de que a China comunista se tornou o grande patrão, com uma tríplice finalidade: obter dinheiro, comprometer homens, enfraquecer a saúde física e moral do mundo livre.

Não nos espantemos. Os bolchevistas têm escrito, e muitas vezes declarado, que perseguem seus fins sem descanso e por todos os meios. E são gente muito prática. Quando eles dizem todos os meios, é bom entender todos.

12. — *Os sofismas.* A máquina comunista contém muitas outras peças, impossíveis de mencionar neste rápido esboço. Falta espaço também para analisar toda a gama dos meios psicológicos e logomáquicos — os americanos dizem — “semânticos” — postos em ação para enganar a boa-fé, desviar os entusiasmos, mistificar os espíritos.

Como o comunismo joga:

- com a imprudência de suas próprias mentiras;
- com a demagogia desenfreada;
- com os princípios de esquerda para amarrar esquerda;
- com o pacifismo dos outros para fazer sua própria guerra;
- com a tolerância dos democratas para proteger suas investidas em favor da ditadura;
- com as rivalidades nacionais para infiltrar seu imperialismo;
- com os interesses e ambições;
- com a ignorância da política, a inércia e a preguiça do público;
- com o sensacionalismo dos jornais;
- com o complexo de culpa dos virtuosos, para inserir sua malícia;

como o comunismo se faz passar por tudo aquilo que não é, como cozinha sofismas e artifícios para ajudar

as tramóias da política exterior do Kremlin; para tudo isso, indicamos ao leitor o livro resumido neste trabalho: "Il est Moin Cinq".

13 — *O dinheiro*. Ao todo calculei que, no setor a que chamei "indireto", os soviéticos empregam 350.000 agentes e despendem 1.500 milhões de dólares por ano. Acrescentando o setor direto dos PC, avaliado acima, verifica-se que, para o conjunto de sua máquina de guerra política, os soviéticos despendem mais de dois bilhões de dólares por ano e empregam 500.000 agentes declarados ou clandestinos, espalhados pelo mundo.

Eis o fato da época, que os homens livres devem ter constantemente presente no espírito. Trata-se do mais colossal aparato para subjugar a opinião, de maneira jamais intentada na história. Esse aparato, apêndice internacional da máquina do Estado soviético, tornou-se um fator sui generis de influência no curso dos acontecimentos. E isso não resulta de uma mania ou de uma fantasia dos líderes soviéticos. Eles precisam destruir a liberdade em toda parte; caso contrário, a liberdade os destruirá no próprio reduto deles. E sua principal arma, para esse fim, é o solapamento político em dose maciça. O mais grave é que, em face dessa máquina de propaganda titânica, o esforço de desintoxicação do Ocidente é cem vezes menor. Todo o drama reside nisso.

Com efeito, o esforço soviético desdobra-se para abarcar aproximadamente um bilhão de homens fora da área comunista, de maneira que se pode dizer que o comunismo dispende dois dólares por ano e por homem livre a subjugar. Para compreender o valor desse número, que exprime a enormidade da conspiração política de Moscou, mencionemos que as somas destinadas pelos Estados Unidos à propaganda mundial representa um centésimo de dólar por ano, por destinatário. Juntando-se os orçamentos da totalidade dos países livres, mal se chega a dois centésimos de dólar.

A máquina de propaganda soviética é, então, a grosso modo, cem vezes mais forte que a da totalida-

de do mundo livre. Isto quer dizer que ela representa um fenômeno de natureza inteiramente diferente, um colosso, de tipo e envergadura únicos na história da humanidade. Eis um fato fundamental que não se deverá jamais perder de vista. É inegável que injustiças sociais e dependências nacionais fornecem temas de agitação, servindo de raízes para a imensa vegetação comunista. Mas a chuva que a faz medrar é a do dinheiro soviético.

Ainda há pior. A força de propaganda do Kremlin ultrapassa substancialmente o formidável volume que acabamos de calcular, pelo fato de a imprensa do Ocidente, por gosto do sensacionalismo ou por ingenuidade ante os artifícios dos soviéticos, repetir benèvolmente muitos desses artifícios. Um importante trunfo da propaganda soviética é, então, a credulidade do mundo livre e sua presteza em servir de eco gratuitamente. Assim sendo, os soviéticos dispõem, para suas cotovias, de muito mais amplificadores do que os seus próprios.

Aquêles que se assombrarem com a enormidade da máquina soviética de Guerra Política devem compreender este fenômeno capital de nosso tempo que a democracia nos fez passar para a era da politização na qual os donos da opinião pública influenciam mais os acontecimentos que os donos das fábricas. Os quadros comunistas constituem uma classe que explora esse fenômeno para alcançar o poder. Assim, a intriga de comitê, agitação social, a infiltração são para essa casta logocrática o que o capital foi para o capitalismo: o instrumento fundamental de sua elevação, sua carne e seu sangue. Não há nada de estranho então em lhe consagrarem esforços consideráveis.

De resto, possuímos uma prova direta dessa colossal conspiração: algumas dezenas de seus agentes mais responsáveis, desgostosos com as missões que eram obrigados a executar, têm feito revelações. E são unânimes, com desesperante monotonia, na descrição do arsenal de armas políticas conspiratórias

que passamos em revista: os dispositivos clandestinos, os agentes secretos, os informantes e transmissores, a máscara dos empréstimos, os laboratórios de sofismas, os organismos satélites, frentes à bessa, os comitês de fundo falso, os jornais infiltrados, os sindicatos domesticados, as boas-fés enganadas, os entusiasmos desencaminhados, os espíritos mistificados e, sobretudo, dinheiro correndo a rôdo para os lados da mentira, da calúnia e do crime.

Na verdade, a conspiração comunista entra pelos olhos e empesta a atmosfera, já a um quarto de século. Para não vê-la e não senti-la, é preciso que fechemos os olhos e o nariz, voluntariamente e com raiva. Infelizmente, é nesse sentido que tantos se esforçam em muitos meios democráticos”.

4. A IMPRENSA COMUNISTA

a. *Jornais e revistas*

A imprensa é seguramente o maior veículo de propaganda do comunismo. A grande preocupação do Partido Comunista é sempre dispor de jornais, mesmo clandestinos, capazes de disseminar a propaganda e a agitação comunista em uma grande profundidade e extensão.

Lênin escreveu no ensaio intitulado: *Por onde começar?*, publicado no Iskra:

“O jornal não é somente um propagandista coletivo e um agitador coletivo, é também um organizador coletivo”.

Essa afirmação ficou célebre e inspirou grandes discussões. O chefe marxista desejava mostrar que a imprensa, além do seu papel de difusão ideológica, tem uma função de constrição política.

No texto das “21 Condições do Comintern lia-se:

“Tôda a propaganda e a agitação devem ter caráter comunista. E corresponder ao programa e decisões da Internacional Comunista. Todos os órgãos de imprensa do Partido devem ser dirigidos por comunistas de absoluta confiança, que tenham comprovado a sua devoção pela causa da revolução do Proletariado. A ditadura do proletariado não deve ser tratada apenas como uma simples fórmula corrente e sim defendida sempre de tal maneira que torne a sua necessidade fora de qualquer dúvida mesmo para os mais pequenos trabalhadores, homens e mulheres, soldados e camponeses e deveria emanar dos fatos coti-

dianos que são sistematicamente registrados pela nossa imprensa dia a dia. Todos os periódicos e outras publicações assim como todas as publicações do partido estão sujeitos ao controle do presidium do partido independentemente do fato de ser o partido legal ou ilegal. Os editores não deverão nunca ter uma oportunidade de abusar de sua autonomia e levar avante qualquer orientação que não concorde inteiramente com a própria orientação do partido. Sempre que os adeptos da Terceira Internacional tenham acesso a quaisquer que sejam os meios de propaganda ao seu dispor, coluna de jornais, comícios populares, comícios de sindicatos ou cooperativa é indispensável que eles denunciem não só a burguesia como também os seus assistentes e agentes, os reformistas de todos os matizes”.

Essas instruções, datadas de 1920 e apesar de ter sido o Comintern extinto a tantos anos, permanecem válidas e atuais. É principalmente pela imprensa que o Partido Comunista divulga a maioria de suas resoluções e exerce as suas atividades de propaganda. A disciplina partidária é uma imposição indeclinável. A expressão “liberdade de imprensa” não tem sentido no que se refere aos assuntos do comunismo e do Partido Comunista. Não é tolerada, por seus adeptos, a menor infração dessas normas.

Em 1957, trinta e sete anos depois, o Comitê Central do PCB publicava na Voz Operária (20 Abr 57) uma resolução “sobre a unidade do Partido”, na qual condenava terminantemente a discussão pela imprensa dos assuntos do XX Congresso do PCUS, e as críticas à União Soviética e a seu Partido Comunista.

Dizia textualmente o documento:

“Nos últimos tempos, em certos setores do Partido, alguns camaradas vêm tomando atitudes que levam a enfraquecer o prestígio e a autoridade do Partido e que visam a semear a desorientação em suas fileiras e provocar a falta de confiança nos organismos dirigentes. É sabido como alguns camaradas responsáveis pelos principais órgãos da imprensa

sa a serviço do povo, violando a disciplina do Partido, abriram uma discussão sobre o XX Congresso do PCUS antes do pronunciamento do CC e permitiram que fossem proferidos ataques à União Soviética e ao PCUS, ao internacionalismo proletário, ao nosso Partido e à sua direção. Posteriormente o Comitê Central tomou uma resolução estabelecendo normas reguladoras do debate, mas aqueles camaradas tudo fizeram para contornar essa resolução e continuar a utilizar indevidamente as colunas daqueles jornais em favor de seus pontos de vista pessoais, passando posteriormente à prática de atos de franca indisciplina. Por sua vez, alguns membros do Partido que atuam na UJC, a pretexto de corrigir os erros que têm prejudicado o desenvolvimento dessa organização, passaram a propugnar abertamente pela sua dissolução, violando, assim, uma resolução do Comitê Central do Partido. Não menos prejudicial vem sendo a atitude de outros camaradas que em vez da crítica responsável e construtiva aos erros e defeitos que devem ser corrigidos, participam da discussão para desferir ataques ao Partido e minar a sua unidade.

É inadmissível em nossas fileiras a liberdade para atacar e fazer a revisão dos princípios marxistas-leninistas e desprestigiar o Partido entre as massas. Deve haver e ser assegurada liberdade de opinião e de crítica, mas a discussão, a crítica e a luta de opiniões no Partido devem objetivar sempre fortalecê-lo, reforçar seu prestígio entre as massas e elevar a autoridade do Comitê Central, devem estar sempre subordinadas às necessidades e aos interesses do Partido. Fruto da incompreensão e uns sobre os princípios pelos quais se rege o Partido e de posições pouco firmes de outros mais sujeitos à influência ideológica de nossos inimigos de classe, essas manifestações são nocivas à disciplina e à unidade do Partido, dificultam e prejudicam a sua atividade interna e externa. Precisam ser, portanto, criticadas, combatidas e sustadas.

O Comitê Central considera que muitos dos camaradas envolvidos nestas atividades estão equivo-

cados e que, uma vez esclarecidos a respeito do erro cometido, saberão pôr termo a tais atividades. Ao mesmo tempo, o Comitê Central adverte que o prosseguimento destas atividades poderá conduzir ao "divisionismo".

As violações disciplinares condenadas na referida resolução motivaram sérios incidentes e a destituição de vários dirigentes partidários. Eis aí uma forma de interpretação comunista do que consiste a liberdade de imprensa.

A imprensa comunista abrange as editôras e jornais comunistas. O material editado por essas duas fontes pode ser classificado em ostensivo e clandestino. Quando as condições de ilegalidade são muito rigorosas, predomina a imprensa clandestina. Na medida em que as autoridades facilitam a difusão da documentação comunista, a imprensa ostensiva vai ganhando maior desenvoltura.

Lemos, em uma conferência sobre os problemas da construção do Partido:

"Quanto à Imprensa, é necessário tomar medidas enérgicas para a sua melhoria e difusão. Ela é o nosso principal meio de difusão e muito ainda precisa ser feito no que se refere à sua melhoria na forma e no conteúdo. A experiência tem demonstrado os prejuízos que causa a orientação errada de nossa imprensa.

Nossa imprensa deve ser polêmica e de luta; deve, ao mesmo tempo, ser combativa e saber vencer, sem ser uma imprensa de xingamentos. Precisa desmascarar os elementos reacionários com fatos. Precisa falar a verdade e ser fiel ao povo.

Outro problema é a difusão de nossa imprensa. É necessário que os organismos do partido deem mais atenção a esse problema. Um dos meios de aumentar a difusão do jornal são os "comandos". É necessário que os comandos não sejam esporádicos e sejam persistentes nos diversos locais, a fim de conquistar leitores permanentes".

A propaganda escrita comunista não se realiza apenas através da imprensa do Partido, mas também utilizando, como veículo consciente ou inconsciente, a imprensa não comunista, permanentemente infiltrada por elementos ou frações do Partido, e pela imprensa dos aliados gratuitos ou interessados.

Para transformar a imprensa não comunista em meio difusor de sua propaganda, os comunistas adotam várias técnicas, como as seguintes:

— *Técnica do "eco"* — Os comunistas lançam uma notícia, iniciam uma campanha ou qualquer outro motivo, em suma, de polêmica, discussão ou crítica. Esse fato despertará reações que focalizarão o objeto da propaganda e atrairá o interesse público.

— *Técnica de propaganda sutil* — Fotografias ou noticiários depreciativos do regime capitalista, notícias alarmantes sobre crises ou ameaças, aspectos de miséria das populações, críticas sobre as violências policiais, demonstração de corrupção e degradação moral no regime vigente, são assuntos que hábilmente manipulados, deixam de constituir simples noticiário ou jornalismo construtivo, para se tornarem veículos da propaganda sutil dos comunistas para a desmoralização do regime e o descrédito da ordem vigente no conceito popular.

— *Técnica de "sabotagem"* — O truncamento e a deturpação aparentemente involuntário de textos publicados são uma das muitas formas de sabotagem comunista na imprensa para adulterar noticiários e ocasionar confusões.

Essas técnicas permitem ampliar o campo de ação da propaganda e da agitação comunista, fazendo com que, os não comunistas trabalhem para os comunistas.

A imprensa comunista, objeto das presentes considerações, abrange dois grandes ramos, intimamente entrelaçados: a imprensa comunista internacional e a imprensa comunista nacional.

A primeira é orientada e sustentada pelos Partidos Comunistas da União Soviética, da China Comunista e de outros países socialistas, em menor escala.

A imprensa comunista nacional é essencialmente subordinada ao Partido Comunista que determina a sua orientação e nomeia os seus integrantes. Compreende editoras, jornais e revistas do Partido, controlados diretamente pelo Comitê e pelos Comitês Estaduais.

Existe ainda como imprensa do Partido um certo número de editoras e jornais clandestinos.

Essa imprensa é custeada pelo Partido que coordena os auxílios econômicos de diversas fontes e empreende, em certas ocasiões, campanhas especiais para reforçar os fundos de manutenção.

Para ampliar as vendas e dar maior divulgação aos jornais, o Partido organiza, muitas vezes, "comandos de vendagem" que vão para determinados locais movimentados, organizando verdadeiros comícios de propaganda dos periódicos comunistas.

É interessante observar o destaque em que são colocados os jornais comunistas em grande número de bancas, da propriedade de comunistas ou simpatizantes.

Jornais e revistas comunistas no Brasil.

A imprensa do Partido Comunista no Brasil possui comumente um órgão central e numerosos órgãos estaduais. Embora a doutrina partidária em matéria de imprensa seja a da centralização, as dificuldades de difusão em nosso país, principalmente em virtude do constante perigo das apreensões policiais, fazem com que o Partido seja levado a essa grande descentralização. Apesar de tudo, entretanto, o Partido procura sempre levar o órgão central a todos os recantos do território nacional.

O primeiro periódico ostensivamente comunista foi a revista mensal "Movimento Comunista", editada pelo Grupo do Rio e depois pela direção central do PC, a partir de janeiro de 1922. Em 10 de junho de 1923 foi suspensa a sua publicação.

Em 1925 surgiu a "Classe Operária", publicação decidida no II Congresso do PC, como órgão central do Partido e na qualidade de "jornal de massas". Após três me-

ses foi fechada. Em 1928, reapareceu, sendo proibida novamente nos meados de 1929. Dessa época em diante, passou a ser impresso sob a forma de jornal clandestino. Em 1946, com a legalização do Partido Comunista foi posta em circulação ostensiva.

Entre janeiro e agosto de 1927, os comunistas publicaram um jornal diário: a Nação.

A partir de 1949, já com o Partido Comunista na ilegalidade, foi lançada a "Voz Operária" como órgão central do PC, em substituição à "Classe Operária".

A "Imprensa Popular" tentou a edição diária a partir de 1948. Não logrou êxito, apesar do grande esforço dispendido.

Em 1959, o PCB iniciou a publicação semanal de "Novos Rumos" que passaria a ser até março de 1964, o principal órgão de difusão de propaganda e de agitação comunista no país.

A "Classe Operária" voltou a ser editada em 1962, como órgão do Partido Comunista do Brasil, formado pela ala comunista dissidente.

Outros movimentos comunistas e esquerdistas publicariam também jornais como a "Liga", a "Ação Popular". A política Operária editou um panfleto denominado PO-LOP.

Surgiram, além dos jornais partidários, publicações comunistas independentes que se somavam a estes como elementos de propaganda e agitação. Eram desse tipo o "Panfleto" e o "Semanário".

"Relacionaremos a seguir os principais jornais comunistas que têm sido editados em todo o país, especificando a época da fundação e os jornalistas responsáveis pela maioria deles.

A Classe Operária (atual órgão central do PC do B) (1925). Maurício Graboys, Pedro Pomar, José Robaldo Delgado.

Novos Rumos — (órgão central do PCB).
(1959). Ed. Guanabara. Orlando Bonfim Jr., Mário Alves, Fragmon Carlos Borges, Luiz Gazzaneo, Guttemberg Cavalcante.

Guanabara

P N (Política e Negócios). (1951) Genival Rabêlo, Severino M. Carneiro.

São Paulo

Notícias de Hoje (1951) — José A. Carvalho.
Terra Livre (órgão da seção de campo do PCB) (1949). Oswaldo R. Gomes, H. Sosthenes Jambo, Derdieux Crispim, Roderico N. Guimarães.

Unidade (1953) — Darwin Silveira Pereira.

Minas Gerais

Jornal do Povo (1948) — Orlando Bomfim Jr.

Novos Rumos (Edição mineira) — Edson Costa Ney Velloso.

Voz do Povo

Nossa Luta

Edifício

Binômio

Ação Popular (órgão central da AP) — L. N. Pereira, Marco Antonio Rodrigues Dias, Vinicius José Caldeira Brant, José Alberto da Fonsêca, Jerbert José de Souza, Pedro Alves de Almeida, Vilmar Faria, José de Anchieta Correia, Laércio Campos, Hugo Amaral, Jorge Rezende Dantas, José Maria da Fonsêca, José Birchall Wanderley, Milton Monteiro, Nair Macêdo Costa, José Henrique, Rui Barbosa Coêlho.

Política Operária (órgão central da PO-LOP) — Luiz Alberto Dias Lima.

Paraná

Tribuna do Povo (1949) — Hermógenes Lazier.

Jornal do Povo
Hoje

Ceará

O Democrata (1948) — Annibal Bonavides, Odalves Lima, Luiz Batista, Fernando Ferreira.

Rio Grande do Norte

Fôlha Popular

Pernambuco

Fôlha do Povo (1948) — Sildolfo Correia Josué, Hiram de Lima Pereira, Ivaldo de Lima de Melo Medeiros.

A Hora (1962)
Unidade (1964)

Sergipe

Fôlha Popular (1954) — Roberto Garcia, Agnaldo Pacheco da Silva, Walter de Oliveira Ribeiro, Gervásio dos Santos.

Bahia

O Momento (1945) — Almir Matos, J. Quintino de Carvalho, Arioaldo Matos, Aristeu Nogueira.

Tribuna do Sul (Ilhéus) — Nelson Schaun, Umberto Vita.

Espírito Santo

Fôlha Capixaba

Guanabara

Imprensa Popular (1948) — Pedro da Motta Lima.

O Semanário (1956) — Oswaldo Costa, Edmar Morel, José Frejat.

Liga (órgãos das Ligas Camponesas) — (1963) — Francisco Julião, Padre Alípio de Freitas.

Panfleto (1946) — Lourival Coutinho, Max da Costa Santos, Paulo R. Schilling, Tarso de Castro, Luiz Carlos Coêlho, Leonel Brizola, Sergio Magalhães, Neiva Moreira, Almino Afonso, Adão Pereira Nunes, Paulo Alberto, Alvaro Vieira Pinto, Demistocledes Baptista.

Bancário (1961) — Antonio Pereira da Silva Filho, Afonso Cascon, Alfredo da Costa Novais.

Voz Operária (antigo órgão central do PCB) — (1949) — Mário Alves.

Jornal da Semana (1961) — Sebastião Ney, Rui Simões, Macário Teixeira, Antonio Ney.

Gazeta Sindical (1948) — Jocelyn Santos, Roberto Morena, Francisco Trajano.

Orla Marítima (1944) — Emilio Bonfante Demaria, Waldir Gomes dos Santos.

Rio Grande do Sul

Tribuna Gaúcha
Tribuna do Povo
Voz do Povo

Goiás

Estado de Goiás
Agora

Mato Grosso

O Democrata (1948) — Amorésio de Oliveira.

Para dar uma idéia do papel da imprensa como fator de agitação e propaganda de um organismo estadual do

PCB, vamos reproduzir o texto de um relatório do Comitê Estadual de Pernambuco, recentemente apreendido:

“Na Conferência Estadual de 1960, decidimos tirar novamente a Fôlha do Povo; depois das eleições de outubro suspendemos a circulação do Jornal, por dificuldades financeiras. Em julho do ano passado resolvemos editar, outra vez um jornal semanal com o nome de A HORA, que, como sabemos, continua saindo aos sábados.

A mudança do nome “Fôlha do Povo” para A HORA, objetivava tornar o jornal mais amplo, atrair outras correntes políticas para colaborar e facilitar a propaganda comercial em suas páginas.

No entanto, deve-se reconhecer que a simples mudança de nome não conseguiu modificar a situação de nosso jornal, que continua sendo feito de forma mais precária que a “Fôlha do Povo”, apesar de as condições serem mais favoráveis para se manter um jornal de oposição, verdadeiramente livre em Pernambuco, onde somente a nossa imprensa está a serviço do povo. O nosso semanário não vem correspondendo a expectativa e aos desejos do povo. O nosso semanário não vem correspondendo a expectativa e aos desejos do P, de ter uma imprensa semanal, enquanto acumula recursos para tê-la diária. Isto se deve porque a própria direção do P. que é responsável pela feitura do jornal, não tem mobilizado meios para pagar jornalistas profissionais capazes de tirar o nosso jornal.

O Partido de outra parte, reclama com razão que A HORA não reflete o que se passa no Estado, nem a nossa atividade e nem sequer atende as reclamações que lhe são feitas. Então cria-se um círculo vicioso: A HORA não melhora sua redação porque não dispõe de recursos, o Partido não ajuda A HORA porque esta não está contribuindo para elevar o nível das lutas populares e da classe operária, por suas reivindicações. Chegamos assim a necessidade de resolver este problema, rompendo o círculo vicioso,

em favor da aplicação da nossa orientação política e da utilização de uma arma tão importante como um jornal que atenta ao trabalho partidário.

— Com êsse objetivo propomos que se faça uma campanha de finanças para A HORA, a fim de que esta possa comprar uma impressora rota-plana, capaz de atender as necessidades do nosso jornal.

Durante a campanha eleitoral o nosso semanário deve circular diariamente. Resolver o problema de redatores e da Gerência do Jornal sem o que não modificaremos a situação atual conforme exige o Partido.

Estreitamente relacionado com a melhoria de A HORA, estão a questão da distribuição de NR, que não vem satisfazendo, é pequena quando deveria ser grande. Para resolver êsse problema devem ser indicados os responsáveis pela A HORA e NR em todos os organismos e do Estado CC. MM. e CC. DD., CC.EE e OO.BB.

A circulação de NR aumentou nesses últimos meses de 30%, estamos pagando regularmente as cotas recebidas e amortizando o débito anterior de aproximadamente 300 mil cruzeiros."

Entre as revistas nacionais do Partido Comunista, destacou-se a "Problemas", dirigida por Diógenes Arruda. Sobre êsse periódico encontramos o seguinte histórico no livro de Oswaldo Peralva: "O Retrato":

"Quanto às relações do PCB com o PCUS e com a URSS, eram evidentes os sinais de anormalidade. Além das declarações categóricas de "fidelidade incondicional", havia os atos de subserviência realmente clamorosos. O espelho fiel dessa política era a revista Problemas, órgão teórico do Comitê Central do PCB. Começou publicando artigos brasileiros e estrangeiros, transcritos de outras revistas, e terminou publicando quase exclusivamente trabalhos soviéticos. Assim, no n.º 1 publicaram-se um trabalho bra-

sileiro, dois franceses, um norte-americano, um inglês, um soviético e um polonês. No número 2 — três brasileiros, um iugoslavo, um tcheco-eslovaco, três norte-americanos, um francês, um italiano e um soviético. Os números seguintes eram nessa mesma proporção. Ainda no n.º 13, de agosto-setembro de 1948, havia quatro brasileiros, nenhum soviético. Mas do n.º 14 em diante, quando se estabeleceram os primeiros contatos com os soviéticos neste pós-guerra, Problemas se foi transformando, e cada vez mais, de ano para ano, num boletim de transcrições de artigos soviéticos. Nesse n.º 14, havia três trabalhos brasileiros e cinco soviéticos; no n.º 25 — um brasileiro, um italiano, seis soviéticos; n.º 29 — três brasileiros, quatro soviéticos; n.º 35 — dois brasileiros, cinco soviéticos, n.º 55 — num total de seis artigos, um brasileiro e cinco soviéticos; n.º 58 — num total de onze artigos, um brasileiro e dez soviéticos; n.º 70, de setembro-outubro de 1955, num total de quatro, um era brasileiro, e três, soviéticos. E quando saía na URSS um artigo sobre o Brasil, por mais recheado que estivesse de erros e mesmo idiotices, era logo transcrito em Problemas. Assim sucedeu, por exemplo, com um artigo de Guiórgui Kalúguin, repórter esportivo que esteve no Rio como correspondente da agência TASS e voltou a Moscou doutrinando sobre problemas econômicos e sociais do Brasil.

Mas, por que ocorria isso? É que os soviéticos passaram a financiar regularmente as atividades comunistas, em nosso país, subornando assim a cúpula do PCB. Êsse suborno se fazia por vários meios. Um deles eram os Prêmios Stálin Internacional da Paz, cujos detentores ficavam somente com a medalha e a honraria, entregando todo o dinheiro à direção do Partido. Assim aconteceu não só com Jorge Amado, como até com uma mulher muito pobre — Elisa Branco — a quem o Partido chegou a oferecer uma gratificação de duzentos mil cruzeiros, por conta do Prêmio, para que ela adquirisse uma pequena casa própria, mas mesmo isso ela recusou. Outro meio era o financiamento de publicações ligadas aos so-

viéticos, como a edição brasileira do jornal do Kominform — Democracia Popular. A título de financiamento desse jornal, uma personalidade comunista brasileira que passara por Bucareste, em janeiro de 1955, trouxe certa quantidade de dólares, correspondentes às edições daquele ano, em abril de 1956, quando fechou o Kominform, eu trouxe 24 mil e tantos dólares, isto é, dois milhões de cruzeiros ao câmbio da época ou cinco milhões, ao câmbio atual. Ora, as despesas com o jornal eram infinitamente inferiores a esse montante, e além disso eram pagas, não por esses dólares, mas com o dinheiro arrecadado no Brasil pela Comissão Central de Finanças. Portanto, os dólares moscovitas iam integralmente para a “caixinha” particular do “núcleo dirigente”.

b. *Livros.*

Os livros, difundidos pela propaganda comunista, em nosso país, podem ser classificados em

- obras doutrinárias sobre a ideologia marxista;
- obras sobre a atividade política dos Partidos Comunistas e de outras organizações do Comunismo Internacional e nacional;
- literatura comunista.

Essas obras são editadas no estrangeiro ou em editoras nacionais.

Na Rússia Soviética e na China Comunista e em outros países do Mundo Socialista, as edições para o estrangeiro são centralizadas em editoras controladas pelo Estado.

Nos países do Mundo Livre, as editoras comunistas são, em geral, disfarçadas e, muitas vezes, clandestinas.

Foram enviadas para o Brasil imensa quantidade de livros, editados pelas Casas de Edições em Línguas Estrangeiras de Moscou e de Pequim.

As principais obras dessas remessas de propaganda, foram as seguintes:

- V. I. Lênin, Obras Completas, em 36 tomos, em francês e inglês, Edições em Línguas Estrangeiras, Moscou.
- V. I. Lênin, Obras Escolhidas, em 3 tomos, em espanhol, Edições em Línguas Estrangeiras, Moscou.
- V. I. Lênin, Obras Escolhidas, em 2 tomos, em espanhol, Edições em Línguas Estrangeiras, Moscou.
- V. I. Lênin, A Aliança da Classe Operária com o campesinato, em espanhol, Edições em Línguas Estrangeiras, Moscou, 1954.
- V. I. Lênin, O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia, em Línguas Estrangeiras, Moscou, 1950.
- V. I. Lênin, O movimento de libertação nacional dos povos do Oriente, em francês, Edições em Línguas estrangeiras, Moscou.
- V. I. Lênin, Sobre os Sindicatos, em espanhol, Edições em Línguas Estrangeiras, Moscou, 1958.
- V. I. Lênin, Informe sobre a Paz, A Política Interior e Exterior da República, em espanhol, Edições em Línguas Estrangeiras, Moscou.
- V. I. Lênin, Sobre o Internacionalismo Proletário, em espanhol, Edições em Línguas Estrangeiras, Moscou.
- Karl Max, O Capital, em 3 volumes, em inglês, Edições em Línguas Estrangeiras, Moscou.
- Marx-Engels, Obras Escolhidas, em dois volumes, em inglês, Edições em Línguas Estrangeiras, Moscou, 1962.
- Marx, Manuscritos econômicos e filosóficos de 1844, em inglês, Edições em Línguas Estrangeiras, Moscou, 1961.
- C. Marx, A miséria da filosofia, em espanhol, Edições em Línguas Estrangeiras, Moscou.
- Fundamentos do Marxismo-Leninismo, em espanhol, Edições em Línguas Estrangeiras, Moscou, 1962.

- V. Afanasyeve, Filosofia Marxista, em inglês, Edições em Línguas Estrangeiras, Moscou.
- P. Nikitim — Economia Política, em espanhol, Edições em Línguas Estrangeiras, Moscou.
- Marx-Engels, Textos sobre o colonialismo, em francês, Edições em Línguas Estrangeiras, Moscou.
- N. Krushov — A coexistência pacífica, em francês, Edições em Línguas Estrangeiras, Moscou.
- N. Kruchov — Conjurar a Guerra é a tarefa capital, em espanhol, Edições em Línguas Estrangeiras, Moscou, 1963.
- N. Kruchov — Sobre o movimento, comunista e operário revolucionário, em espanhol, Edições em Línguas Estrangeiras, Moscou 1963.
- N. S. Krushov — Sobre a supressão dos impostos aos operários e empregados, em espanhol, Edição da revista URSS, Montevideu.
- N. Krushov — Em França, em espanhol, Edição da revista URSS, Montevideu.
- N. Krushov — O desarmamento é o caminho para consolidar a Paz e garantir a amizade entre os povos, em espanhol, Edição da revista URSS, Montevideu.
- N. Krushov — Para as novas vitórias do Movimento Comunista Mundial, em espanhol, Editorial "Paz e Socialismo", Praga, 1963.

Além dessas obras mais freqüentes, foram remetidas para o Brasil uma grande quantidade de livros técnicos de matemática, física, química, mineralogia, língua russa, dicionários, etc., com finalidades propagandistas.

As remessas de Pequim consistem principalmente em panfletos. Alguns livros sobre literatura comunista foram encontrados nas apreensões feitas. Entre estes podem ser citados os seguintes em espanhol (publicados pelas Edições em Línguas Estrangeiras de Pequim).

- Mao Tse-tung, Sobre alguns problemas dos métodos de direção;

- Mao Tse-tung, Maior preocupação pela vida do povo, maior atenção nos métodos de trabalho.
- Mao Tse-tung, Problemas da Cooperação Agrícola.
- Mao Tse-tung, Contra o estilo dogmático do Partido.
- Mao Tse-tung, A Revolução chinesa e o Partido Comunista da China.
- Mao Tse-tung, Contra o Liberalismo.
- Mao Tse-tung, Sobre a Política.
- Mao Tse-tung, Sobre a Prática.
- Mao Tse-tung, Problemas da guerra e da Estratégia.
- Importantes conversações do Presidente Mao Tse-tung com personalidades da Ásia, África e América Latina.
- Chen Chang-Feng, Na Grande marcha com o Presidente Mao.
- Mao Tse-tung, A situação e nossa política depois da vitória na guerra de resistência contra o Japão.
- Mao Tse-tung, A nova democracia.

Editôras comunistas brasileiras.

O Partido Comunista dispõe de editôras próprias e de outras que, sob a direção de elementos comunistas ou simpatizantes atendem aos interesses do Partido.

Antes de 31 de março de 1964, as principais editoras comunistas nacionais eram as seguintes:

- Editorial Vitória
- Editôra Fulgor
- Gráfica Editôra Aliança
- Gráfica Editôra Itambé
- Edições Futuro
- Editôra Universitária (UNE)
- Editôra Obelisco

- Editôra Felman-Rêgo
- Editôra Nova Cultura
- Editôra Problemas Contemporâneos
- Editôra Brasiliense
- Editôra Civilização Brasileira

Essas editôras publicavam obras clássicas do comunismo internacional e obras comunistas nacionais. Em geral, nos últimos tempos, demonstravam, pela magnífica apresentação dos volumes, a disponibilidade de grandes recursos de proveniência desconhecida.

A principal editôra comunista era a Editorial Vitória. Vejamos algumas das principais obras oferecidas por essa editôra em seu catálogo:

- Karl Max — Friedrich Engels — Manifesto do Partido Comunista
- Karl Max — O 18 Brumário de Luiz Bonaparte
- Karl Marx — As lutas de classe na França (1848/1850)
- Friedrich Engels — A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado
- V. I. Lênin — A doença infantil do “esquerdismo” no comunismo
- V. I. Lênin — O Programa agrário
- C. P. Plekhânov — Questões fundamentais do Marxismo
- V. I. Lênin — Obras Escolhidas
- V. I. Lênin — A aliança operária-camponesa
- V. I. Lênin — O Estado e a Revolução
- V. I. Lênin — O Trabalho do Partido entre as massas
- V. I. Lênin — Sobre os Sindicatos
- Academia de Ciências da URSS — Manual do Marxismo-Leninismo

- Grupo de Autores — História do Partido Comunista da União Soviética
- Mao Tse-tung — Obras Escolhidas
- Grupo de Autores — Biografia de Lênin
- XXII Congresso do PCUS — Rumo ao Comunismo
- Grupo de Autores — Fundamentos do Marxismo-Leninismo
- A. V. Michulin — História da Antiguidade
- M. Efimov — História Moderna
- V. M. Ivostov e L. I. Zuhok — História Contemporânea
- Revunenkov — História dos tempos atuais
- Nikita Krushov — Socialismo e Comunismo
- Nikita Krushov — O movimento revolucionário operário e comunista
- Nikita Krushov — O movimento de libertação nacional
- Nikita Krushov — Impedir a Guerra é a tarefa fundamental
- Nikita Krushov — O imperialismo, inimigo dos povos, inimigo da paz
- Astrogildo Pereira — Formação do PCB.

Por essa simples lista, concluímos que a Editorial Vitória era uma verdadeira sucursal das Edições em Línguas Estrangeiras de Moscou.

Outra editôra comunista importante pelo número de obras editadas era a Editorial Fulgor de São Paulo. Em seu catálogo encontramos centenas de obras de autores comunistas estrangeiros e nacionais. Entre as principais coleções dessa editôra citam-se a Universidade do Povo, os Estudos Sociais e Filosóficos e a Política Internacional. A título de exemplo enumeraremos os 20 primeiros volumes da Universidade do Povo, todos de cunho subversivo e comunista.

- 1 — Guerra de Guerrilhas (Gondim da Fonseca)
- 2 — Ianques contra Cuba (José Rêgo e J. E. Estrêla)
- 3 — A miséria é Nossa (Gondim da Fonseca)
- 4 — 321 Perguntas a um Brasileiro (Herculano Neves)
- 5 — A Verdadeira História de Tio Sam (Ezequiel M. Estrada e Siné)
- 6 — Política Externa e Povo Livre (Eduardo Portela)
- 7 — Jango Fala à Nação (Gondim da Fonseca)
- 8 — Os Gorilas, o Povo e a Reforma Agrária (Gondim da Fonseca)
- 9 — Romance do Rio da Guarda (Jamil A. Addad)
- 10 — Máquinas de Transformar Cruzeiros em Dólares (Barbosa Lima Sobrinho)
- 11 — Origem do Latifúndio no Brasil (Brasil Benedecchi)
- 12 — O Povo no Poder (Miguel Arraes)
- 13 — O que são as Reformas de Base (Luiz Osiris da Silva)
- 14 — A Indústria da Doença (Unírio Machado)
- 15 — Negrinho do Viaduto e as Classes Conservadoras (Cid Franco)
- 16 — Canto de Liberdade (Pompílio Diniz)
- 17 — O Catolicismo Ainda é Cristão (Padre Aloísio Guerra)
- 18 — Que é o Salário (Lenine Pomeransz)
- 19 — Bagrinhos e Tubarões (Arlindo A. Lucena)
- 20 — A Ideologia do Imperialismo (Sylvio Monteiro)

A Gráfica Editôra Aliança publicava o jornal Novos Rumos e um sem número de folhetos de propaganda.

As Edições Futuro publicaram numerosas obras comunistas, entre as quais o livro de Fidel Castro — De Moncada à ONU — e o de Che Guevara — Guerra de Guerrilhas.

A Editôra Civilização Brasileira publicou entre outras obras comunistas, os célebres “Cadernos do Povo Brasileiro”, imensa coleção de trabalhos de fundo marxista e subversivo, entre os quais citamos os seguintes:

- Francisco Julião — Que são as Ligas Camponesas?
- Nelson Werneck Sodré — Que é o povo do Brasil?
- Osny Duarte Pereira — Quem faz as leis no Brasil?
- Alvaro Vieira Pinto — Por que os ricos não fazem greve.
- Wanderley Guilherme — Quem dará o golpe no Brasil?
- Theotônio Junior — Quais são os inimigos do Povo?
- Franklin de Oliveira — Revolução e Contra-revolução no Brasil.
- Bolivar Costa — Quem pode fazer a revolução no Brasil.
- Nestor de Holanda — Como seria o Brasil Socialista?
- Franklin de Oliveira — Que é a Revolução Brasileira?
- Paulo R. Schilling — O que é Reforma Agrária.
- Maria Augusta Tibiriçá Miranda — Vamos nacionalizar a indústria farmacêutica?
- Sylvio Monteiro — Como atua o imperialismo ianque?
- Jorge Miglioli — Como são feitas as greves no Brasil?
- Poemas para a liberdade — Violão de rua.
- Osny Duarte Pereira — Que é a Constituição?

Além das obras publicadas por essas editôras tipicamente comunistas, é interessante notar que a imprensa oficial também cooperou para a propaganda subversiva, editando obras dessa natureza.

Assim o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, subordinado diretamente à Presidência da República e com sede no Ministério da Educação e Cultura editou várias obras de cunho socialista e marxista como os seguintes:

- Moacyr Werneck de Castro — Dois caminhos da Revolução Africana (1962)
- J. Soares Pereira — Terceiro Mundo — Unidade e Emergência.
- Maria Yedda Leite Linhares — Introdução à História da África.
- Eduardo Portela — África-Colonos e cúmplices.
- Vamireh Chacon — A revolução no trópico.
- José Honório Rodrigues — A aurora africana.
- Issac Akcelrud — Novos Profetas do Médio Oriente.

A Editôra da UNE que publicou o livro da AP, "Cristianismo de Hoje", o de Ferreira Gullar, "Cultura posta em questão" e outros, era também custeada pelo Ministério da Educação e Cultura.

Aspectos subversivos da literatura comunista.

Para demonstrar concretamente os aspectos subversivos que poderiam ser encontrados a todo o momento na copiosa literatura de fundo marxista leninista oferecida principalmente pelas editôras enumeradas, vamos examinar algumas dessas obras e realizar uma apreciação sintética das mesmas. Propositadamente só consideraremos os autores nacionais, de vez que os estrangeiros são de procedência comunista e obviamente os seus temas apresentarão essa base ideológica.

- 1) Osny Duarte Pereira, *Que é a Constituição?* Editôra Civilização Brasileira, Rio, 1964.

O autor, magistrado no Estado da Guanabara, defende a tese de que a atual Constituição brasileira é inconstitucional, foi votada por parlamentares em sua maioria corruptos e está divorciada dos interesses nacionais.

Diz êle:

"... se termos jurídicos valesse contra as classes dominantes, haveríamos de concluir que a *Constituição de 1946, na parte em que votou os privilégios, contra os direitos do povo, é inconstitucional, nula, juridicamente nula de pleno direito*".

- 2) Gondim da Fonseca, *Guerra de Guerrilhas*, Editôra Fulgor, São Paulo, 1963.

O autor defende a formação de um exército de guerrilheiros.

"Teríamos dois exércitos paralelos, declara, pagos pela nação: um mais numeroso, de partisans, outro menos numeroso, convencional — e ambos com corpos de oficiais de elite, cultíssimos, selecionados por dotes de inteligência e promovidos apenas por merecimento. Antiguidade, em Exército, Marinha ou Aviação de nada vale".

- 3) Moisés Vinhas, *Operários e Camponeses na Revolução Brasileira*, Editôra Fulgor, São Paulo, 1963.

O livro, de autoria de um dirigente comunista, prefaciado por outros dirigentes, o Prof. Mario Schemberg, estuda a estrutura do operariado e do campesinato no Estado de São Paulo.

Incentiva a organização e o espírito de luta dessas massas. Escreve, referindo-se aos trabalhadores agrícolas:

"Pouco a pouco começam a unir-se em torno de programas e ações comuns com o proletariado urbano em lutas, econômicas e políticas. Seu ascenso nas lutas, na unidade e na

organização está se tornando cada dia mais acentuada. Com o decorrer dos dias, as massas camponesas se aprestam mais e mais a seu lugar de destaque nas lutas do povo pelas reformas básicas nacionalistas e democráticas”.

- 4) Jover Telles, *O Movimento Sindical no Brasil*, Editorial Vitória, Rio, 1962.

Jover Telles é dirigente do Partido Comunista e vinculado ao meio sindical. Nesse livro ele estuda o movimento sindical no Brasil até 1962. Faz a apologia das greves políticas e das organizações ilegais com o CGT, o PUA e outras. O livro é uma coletânea de artigos publicados em *Novos Rumos* e de discursos pronunciados na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. A tônica de todo o texto é tipicamente comunista, incentivando a agitação sindical. Telles mede o progresso do movimento sindical através do número de greves e do número de operários nelas empenhados.

- 5) Alfredo Gerhardt, *O Muro de Berlim e as Duas Alemanhas*, Editôra Fulgor, São Paulo, 1963.

O livro descreve a República Democrática Alemã, um modelo de organização e progresso. O muro de Berlim é apresentado como uma necessidade fundamental de defesa contra as agressões ocidentais. Defende a tese do Tratado de Paz, de acordo com o figurino soviético.

- 6) Franklin de Oliveira, *Revolução e contra-revolução no Brasil*, Editôra Civilização Brasileira, Rio, 1962.

O livro é dedicado pelo autor a Brizola. Analisa a renúncia de Jânio Quadros taxando-a de “deposição consentida”. Ataca os americanos. Declara que no Brasil existe um colonialismo interno. Escreve:

“Mas, a partir do término da II Guerra Mundial as condições históricas mudaram. E a industria-

lização, que é o centro dinâmico da revolução democrática-nacional, já pode ser levada a efeito por outro sistema que não o capitalismo:

E mais adiante esclarece:

“As revoluções democrático-nacionais já não podem ser mais revoluções-burguesas. *Só podem ser, agora, revoluções socialistas.*”

- 7) O Padre Aloísio Guerra, *O Catolicismo ainda é Cristão*, Editôra Fulgor, São Paulo, 1963.

O autor defende teses como o catolicismo está desvirtuado, que Fidel Castro não é materialista e que Karl Marx estava com a razão.

“Dizer Marx um anticristão ou um materialista, em sentido absoluto, é ignorá-lo (teologicamente ao menos). É desconhecer a sua generosidade, a sua obra. O certo é que estava longe de ser um teólogo. Era um grande professor, um estudioso e, mais que isso, um angustiado ante a situação desumana dos trabalhadores”.

- 8) Caio Prado Júnior, *O Mundo do Socialismo*, Editôra Brasiliense, São Paulo, 1962.

O autor examina aspectos da organização e das instituições dos países socialistas, abarcando o problema de liberdade, o Estado Socialista, o Partido Comunista e a marcha para o comunismo. Defende o socialismo como uma evolução que suplanta no mundo paulatinamente a ordem capitalista em crise e decadência. Declara que não há mais lugar para a hostilidade que os países capitalistas manifestam contra as nações comunistas.

- 9) Herculano Neves, *321 Perguntas a um Brasileiro*, Editôra Fulgor, São Paulo, 1963.

Repositório de perguntas com o propósito ostensivo de depreciar o regime vigente no país e criar um clima de revolta contra as instituições atuais. Existem perguntas como as seguintes:

- “Brasileiro, você sabia que o índice de analfabetos no Brasil é da ordem de 50% de sua população?”
- “Brasileiro, você sabia que a Cuba Socialista erradicou o analfabetismo do seu território em apenas um ano, e no ano de 1961?”
- “Brasileiro, você sabia que a duração média da vida econômica do homem nacional é de apenas 27,3 anos?”
- “Brasileiro, você sabia que o trabalhador nacional, mercê de injunções seculares, é dos menos remunerados em todo o mundo?”
- “Brasileiro, você sabia que a URSS caminha a passos gigantescos para o estágio econômico-social comunista, enquanto que mais de 60% de nossa população se bate faminta e injustiçada sob o estágio econômico-social semifeudal e, por ignorância condicionada, por aqui ainda há muita gente, que se diz culta e que não deixa de dar três pancadinhas no batente da porta, ao se ouvir a palavra comunista?”
- “Brasileiro, você sabia que nos altos escalões das forças armadas, especialmente nos países subdesenvolvidos, via de regra milita o que há de mais reacionário e conservador, enquanto que entre a tropa, principalmente entre os sargentos e graduados inferiores, predomina o espírito revolucionário?”

10) Nelson Werneck Sodré, *Quem Matou Kennedy*, Editôra Gernasa, Rio, 1963.

O autor procura demonstrar que o assassinato do Presidente Kennedy foi um produto das condições do capitalismo norte-americano. Diz êle:

“Trata-se, pois, no assassinio de Kennedy, de uma ação política metódicamente articulada. Kennedy foi eliminado pelo com-

plexo monopolista-militar que visou alcançar, com o odioso crime, marca de suas ações de gangsters, eliminar um adversário temido; gerar uma provocação de profundos e graves efeitos interno e externo, que permitisse derrogar as decisões anteriores, na questão racial, questão de Cuba e na questão nuclear e da coexistência pacífica; impedir o avanço das forças democráticas norte-americanas, criar nôvo clima de guerra, que salve uma economia monopolista enfêrma de sua derrocada inevitável”.

Assim, neste rápido relance em que folheamos essas dez obras apanhadas, quase ao acaso, entre um número imenso de volumes e literatura comunista ou criptocomunista, transparece meridianamente a periculosidade de seus efeitos propagandísticos que, no entanto, são protegidos pela interpretação capciosa que se atribui, muitas vezes, à liberdade de imprensa no país. Vemos nessa breve enumeração de trabalhos os seguintes objetivos de propaganda e agitação marxista-leninista.

- 1) Depreciação e desmoralização das instituições vigentes (Constituição, Forças Armadas, Parlamento, etc.).
- 2) Agitação no seio de massas sindicais e camponesas pela incrementação da greve e à insatisfação do proletariado e do campesinato.
- 3) Incentivo às atividades revolucionárias comunistas, inclusive pela intoxicação do povo com idéias sobre a legitimidade da revolução socialista.
- 4) Desmoralização das instituições sociais como a igreja.
- 5) Criação de um ambiente de ódio e desordem social.
- 6) Desenvolvimento do ódio contra os norte-americanos.
- 7) Apresentação dos países socialistas como verdadeiros paraísos da paz, da liberdade e do progresso.

Os livros exercem uma importante função como veículo de propaganda, principalmente como material básico para os propagandistas e agitadores que levam às massas, geralmente incultas, as palavras-de-ordem, as alegações e os argumentos colhidos nessas obras.

Literatura comunista

A China comunista dissemina, no mundo inteiro, um número imenso de livros infantís, coloridos e muito bem impressos, como propaganda clara ou sutil do comunismo, de suas realizações e procurando assegurar, no meio das crianças, uma atitude de simpatia em relação ao país e a seus empreendimentos.

Entre as numerosas obras disseminadas citaremos as seguintes:

- 1) A Bela Guang-brokato (em esperanto)
- 2) O Camponês e seu cavalo (história mostrando a bondade e as boas intenções das forças do Exército Comunista Chinês, durante a Revolução) (em castelhano)
- 3) O General envaidecido (história de um general que dominado pela vaidade é humilhado pelos camponeses e derrotado por seus inimigos) (em castelhano)
- 4) A Menina e o pássaro (história de uma menina pobre que sofre as perseguições de uma menina rica. Mostra como os ricos são cruéis e ambiciosos) (em castelhano)
- 5) Coplas Serranas (poesias infantís) (em castelhano)
- 6) O Cordeiro e o Lobo (fábula) (em castelhano)
- 7) Florescem as cerejas (poesias infantís) (em castelhano)
- 8) As carpinhas saltam o asco do Dragão (em castelhano)
- 9) O machado de ouro (história de um menino muito pobre que é obrigado a trabalhar para um lati-

fundiário rico. Este acaba afogando-se no rio, vítima de sua ambição) (em castelhano)

Todos os livros são impressos pelas Edições em Línguas Estrangeiras em Pequim.

As crianças do mundo inteiro, são, como se deduz, submetidas à influência da propaganda comunista que, vislumbrando o futuro, prevê e prepara o ambiente de aquiescência para a sua vitória final.

c. *Panfletos*

Os panfletos comunistas assumem os mais variados tipos no que diz respeito à sua finalidade, natureza, formato, conteúdo e sistema de distribuição.

Dentro da finalidade geral de servir como veículo flexível e facilmente disseminável de agitação e propaganda, o panfleto permite principalmente:

- difundir resoluções, declarações, manifestos, advertências e outros atos e decisões partidárias;
- convocar assembléias, reuniões, congressos e outros atos coletivos;
- divulgar condições para o desencadeamento de greves e fazer a propaganda preparatória desses movimentos;
- agitar as coletividades e massas populares, divulgando fatos relativos e crises políticas, econômicas e sociais;
- convocar classes e grupos para campanhas de reivindicações ou outros objetivos;
- divulgar documentos da organização do Partido como estatutos, regulamentos, programas etc.;
- publicar declarações contra a ação ou a pessoa de autoridades;
- disseminar a propaganda eleitoral.

Segundo a sua natureza o panfleto pode ser confeccionado sob a forma de:

- folhetos,
- boletins ou
- volantes.

Todos esses tipos são impressos em formatos que facilitem à sua rápida distribuição.

Segundo o seu conteúdo ou o assunto de seu texto, o panfleto pode ser considerado como de propaganda ou de agitação. Todavia por suas próprias características, o panfleto se destina de um modo geral à agitação pois é um veículo de difusão de idéias normalmente endereçado às massas.

A distribuição é também muito diversificada, pois depende da natureza e das finalidades dos documentos. Quando se trata, por exemplo de um manifesto, pode ser disseminado publicamente, em grande quantidade, de maneira ostensiva ou sigilosa, por agentes de distribuição ou por correspondência postal. No caso de um documento de caráter intensivo do Partido, como uma resolução política, a sua difusão pode ser restrita e até mesmo controlada, com a utilização de mensageiros de confiança. Existem ainda métodos especiais de difusão por lançamento de veículos em movimento e de edifícios.

Os panfletos comunistas no Brasil, em geral não são ilustrados. Essa deficiência técnica muito contribui para restringir o emprego desses meios.

Os panfletos podem ser emitidos pela direção geral do Partido, por direções estaduais, municipais e até mesmo por organizações de empresa. Os documentos desse tipo, da responsabilidade da cúpula partidária, têm em geral o tipo de folhetos, reproduzindo resoluções, manifestos ou outros documentos, grande número dos quais são também publicados nos jornais do Partido (Voz Operária ou Novos Rumos) que constituam o veículo de difusão preferido pelo Comitê Central do Partido para documentos não sigilosos. Relacionaremos a seguir os principais folhetos, emitidos nos últimos anos pela direção do Partido. O seu texto é reproduzido neste Relatório, em capítulo consagrado à documentação partidária.

- 1) Os comunistas dirigem-se à nação — (Declaração resultante do XX Congresso do PCUS em Moscou, publicada na "Voz Operária" de 22 Mar 58)
- 2) Os comunistas e o governo Jânio Quadros (Publicado no jornal Novos Rumos n.º 106 de Mar 61)
- 3) Resolução política da Convenção Nacional dos Comunistas (Resolução do V Congresso do PC)
- 4) Os comunistas brasileiros definem sua posição ante a grave situação do País (publicado em Novos Rumos de 31 Ago/6 Set 62)
- 5) Programa e estatutos do Partido Comunista Brasileiro (Reprodução dos novos programas e estatutos de 1961)
- 6) Resolução política dos comunistas (dezembro 1962)
- 7) Quais são as Reformas de Base?
Qual o governo capaz de realizá-las?
- 8) A posição dos comunistas diante das reformas de base (abril de 1963)
- 9) A Frente de Mobilização Popular (Manifesto da FMP)
- 10) Os comunistas mineiros definem sua posição ante a grave situação do país (publicado em Novos Rumos de 31 Ago/6 Set 62)

O Partido Comunista emitiu ainda folhetos sobre assuntos marxistas de caráter internacional, como os seguintes:

- 11) Conferências dos representantes dos partidos comunistas e operários. (Declarações das conferências de Moscou-1957, Roma-1959, Bucareste-1960 e Moscou-1960)
- 12) A amizade URSS — CUBA — Declaração conjunta cubano-soviética.
- 13) A amizade URSS — CUBA — Discurso de Krushov (23 Mai 63, em Moscou)

- 14) Nikita Krushov — O desarmamento e a paz.
- 15) Nikita Krushov — A atual situação internacional e a política exterior da União Soviética.
- 16) Mensagem de N. Krushov aos chefes de Estado de todo o mundo.
- 17) Declaração do governo soviético sobre o acordo atômico.
- 18) Carta aberta do CC do PCUS às organizações partidárias, a todos os comunistas da União Soviética.
- 19) Declaração do governo soviético. (Resposta a declaração do governo chinês de 1.º de setembro de 1963)

Panfletos do tipo "boletim" ou "volante"

Apresentaremos, a seguir, alguns exemplos de diversos boletins ou volantes, entre milhares, emitidos por diversos escolões do Partido Comunista ou por organizações criptocomunistas. Esses documentos constam do presente Relatório em anexo. Classificá-los-emos de acordo com a sua finalidade geral.

a) Documentos de difusão de resoluções políticas.

- 1) A Posição dos comunistas diante das reformas de base.
- 2) Plano para a solução em cinco anos do problema do Petróleo.
- 3) Análise do acordo militar Brasil-Estados Unidos.
- 4) O acordo militar Brasil-Estados Unidos é um atentado a soberania Nacional.
- 5) Povo Paraense (manifesto do Comitê Estadual do Pará a 1.º Set 63).
- 6) Ao Povo Brasileiro (manifesto do Movimento Brasileiro de Partidários da Paz em Set 62).
- 7) Ao Povo Brasileiro (manifesto de personalidades sobre o uso de armas bacteriológicas na Coreia e na China pelos EUA) (Jun 62).

- 8) Manifesto do Marechal Lott (26 Ago 61).
- 9) Resolução dos comunistas sobre a crise política e o governo Jango-Tancredo Neves (Out 61).
- 10) Os comunistas e o novo Gabinete (trechos de entrevista de Luiz Carlos Prestes).
- 11) Carta da Amazônia (resolução do Primeiro Congresso dos Trabalhadores da Amozônia, (Set 63).
- 12) Partido Comunista Brasileiro (Manifesto e Programa).
- 13) Povo Paraense (Manifesto contra o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos).
- 14) Donas de Casa da nossa terra! Mães, esposas, irmãos e noivas! (Manifesto contra o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos).
- 15) Trabalhadores Paraenses (Manifesto contra o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos).
- 16) Os comunistas se dirigem aos trabalhadores e ao povo (Manifesto pelas reformas de base).
- 17) Solidariedade aos sargentos (Manifesto contra a decisão do STF sobre inelegibilidade de sargentos).
- 18) Aos trabalhadores, aos patriotas militares e ao povo brasileiro (manifesto pela encampação da Refinaria de Capuava).
- 19) Aos trabalhadores hoteleiros e ao povo! (Resolução do CGT).
- 20) Operários! Trabalhadores e trabalhadoras. (Manifesto de 1.º de Maio de 1965, pelo CC do PCB).

b) Documentos de mobilização de massas para agitação.

- 1) Aos servidores federais e autárquicos (sobre o 13.º salário para os servidores públicos).

- 2) Resistência (editado pelo Comitê de Bancários da Frente de Resistência Democrática pela posse de João Goulart).
- 3) Nota oficial do Diretório Acadêmico La-Fayette Côrtes (pela posse de João Goulart).
- 4) Boletim com noticiário sobre o problema de João Goulart.
- 5) Volante sobre o problema da posse de João Goulart.
- 6) Brizola ao Brasil: 3.º Exército está com o povo e a legalidade (sobre o problema da posse de João Goulart).
- 7) Convocação para comício (sobre a posse de João Goulart).
- 8) Parlamentarismo não concilia nacionalismo com entreguismo (sobre o problema da posse de João Goulart).
- 9) Povo Carioca! Trabalhadores! volante (sobre o problema da posse de João Goulart).
- 10) Povo Fluminense (sobre o problema da posse de João Goulart).
- 11) Dos Estudantes ao povo da Guanabara (sobre o problema da posse de João Goulart).
- 12) O povo no poder (Sobre o problema da posse de João Goulart).
- 13) Brasileiros! (Volante sobre o problema da posse de João Goulart).

c) Documentos de convocação de reuniões aos comícios.

- 1) Reunião de assembléia geral extraordinária permanente do Sindicato de Empresas Ferroviárias de São Paulo.
- 2) Você sabia? (Convocação para concentração popular promovida pela Frente de Mobilização Popular em Belo Horizonte).

- 3) Aos trabalhadores e ao povo — Comício pro-gabinete nacionalista e democrático e contra a carestia (São Paulo).
- 4) Movimento paraense pela Vida e Liberdade — Conselho da Paz do Bairro de Pedreira. — convite (para festa de fraternidade).

d) Documentos de preparação e execução de greves.

- 1) Manifesto dos Ferroviários e ao povo em geral (greve decretada pelo PUA julho 962).
- 2) Alerta ferroviários de Sorocabana (instruções para greve em Agosto de 1961).
- 3) 13.º Vencimento (plebiscito sobre greve em Minas Gerais).
- 4) Trabalhadores (greve em São Paulo pelo abono de Natal).
- 5) Trabalhadores de São Paulo — Greve dia 13 (pelo abono de Natal).
- 6) Boletim da Greve, Manifesto aos trabalhadores e ao povo de São Paulo (pelo abono de Natal em Dez 61).
- 7) Povo de São Paulo (volante de greve).
- 8) Dia 25 às 18 hs. — Praça da Sé (Convocação para o dia do protesto popular).
- 9) Greve Geral em todo o País (Volante do Sindicato dos trabalhadores em construção civil de São Paulo, Jul 62).
- 10) Aos trabalhadores têxteis (convocação de greve pela conquista do abono de Natal).
- 11) Alerta trabalhadores — panfleto sobre a greve geral.
- 12) Trabalhadores! Alerta! (sobre a greve geral por um governo nacionalista e democrático, pela Federação dos Empregados dos Estabelecimentos Bancários de São Paulo).

e) Documentos relativos a congressos.

- 1) Informações sobre o Seminário Latino-americano dos Estudantes de Moscou (12 a 15 Mar 64) (em espanhol e russo).
- 2) Convocatória da IV Conferência Internacional de trabalhadores das indústrias de Construções, Madeira e Materiais de construção em Budapest 24 a 28 Set 63 (em espanhol).
- 3) Informações sobre o Congresso Latino-Americano de mulheres (19 a 22 Nov 59) em Santiago — Chile (em espanhol).
- 4) Informações sobre o I Encontro Latino-Americano pela Liberdade dos Presos políticos do Paraguai.

f) Documentos de propaganda eleitoral.

- 1) Programa de Prestes da Frente Democrática de Libertação Nacional (Propaganda eleitoral de Guilherme Vasconcelos, à Câmara Municipal do Recife).
- 2) Discurso pronunciado por ocasião da instalação do CM do PCP por Constancio Dulcio (Candidato a deputado federal pelo PCB em Minas Gerais).
- 3) Reforma agrária na lei ou na marra (Propaganda eleitoral de Benedito Monteiro, candidato a deputado estadual no Pará).

g) Diversos.

- 1) UNE veio para unir — Panfleto de propaganda de realizações da UNE: Centro Popular de Cultura, Editôra Universitária, Campanha de Alfabetização, UNE volante, etc.
- 2) UNE pergunta: "Quem será o gorila 63?" (Campanha de desmoralização pela UNE).
- 3) O que o trabalhador da Petrobrás deve saber (panfleto de enquadramento sindical pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Petróleo nos Estados do Pará, Amazonas e Maranhão).

- 4) A linha de Cuba (discurso de Fidel Castro a 28 Set 63 editado pela Embaixada de Cuba e distribuído pela "A Classe Operária").
- 5) A Internacional (panfleto com a letra do hino Internacional Comunista).

d. *Cartazes*

Os cartazes constituem um outro meio impresso de propaganda e agitação extremamente variável. Encontramos desde os cartazes rústicos e improvisados aos tipos coloridos e artísticos bem impressos, sendo muitos de proveniência estrangeira, remetidos para o Brasil para a fixação.

Para exemplificação apresentaremos alguns colhidos entre centenas:

- 1) Cartaz rústico relativo a uma reunião em 1965 no Núcleo do Setor Marítimo do PCB, com os dizeres: Salve a Convenção Extraordinária do N. S.M."
- 2) Cartaz rústico também relativo à citada reunião com os dizeres: "Forgemos a Unidade do Partido".
- 3) Outro cartaz da referida reunião com os dizeres: Tudo pela realização do 6.º Congresso, ainda este ano. "Salve o PCB".
- 4) Cartaz relativo ao Congresso de Solidariedade a Cuba em março de 1963.
- 5) Cartaz relativo ao citado Congresso, com dizeres: "Cuba não está só — Povos de Chile, Argentina, Canadá, Venezuela, Guatemala, Nicarágua, México, Colombia, Uruguai, EEUU, Paraguai e Brasil".
- 6) Cartaz de solidariedade aos estudantes e ao povo do Paraguai, em castelhano, impresso em Praga, editado pela UIE, com os dizeres: "15 de Maio, dia de solidariedade com os estudantes e o povo do Paraguai que lutam contra a Ditadura".

- 7) Cartaz de solidariedade com os estudantes e refugiados palestinos, em castelhano, impresso em Praga, editado pela UIE, com os dizeres: "15 de Maio, dia de solidariedade com os estudantes e refugiados palestinos, o 7.º Congresso da UFC aprova plenamente ao povo e aos estudantes palestinos em seus esforços por recuperar seu direito de voltar a sua pátria usurpada.
- 8) Cartaz de incentivo ao "boicote" contra a África do Sul, impresso em Praga, editado pela UIE, com os dizeres em castelhano: "Boicote os produtos da África do Sul. Cuidado com a etiqueta".
- 9) Cartaz contra o governo da África do Sul, impresso em Praga, editado pela UIE, com os dizeres em castelhano: "5.000 prêsoes políticos. Salva estas vidas África do Sul".
- 10) Cartaz contra os Estados Unidos, impresso em Praga, editado pela UIE, com os dizeres em castelhano: "Alto à agressão ianque no Vietnam".
- 11) Cartaz contra o fechamento da UNE pelo governo brasileiro, impresso em Praga, editado pela UIE, com os dizeres em francês, inglês e castelhano: "Protest, Protestez. Ditadura fecha UNE. Protestem". Na gravura aparecem dois soldados prendendo e espancando um estudante.
- 12) Cartaz alusivo ao "Seminário latino-americano sobre a "reforma e democratização do ensino "que deveria realizar-se em Belém de 30 Mar a 5 Abr de 1964, em castelhano e impresso em Praga e editado pela UIE.
- 13) Cartaz de solidariedade a Pôrto Rico, em castelhano, impresso em Praga, editado pela UIE, com os dizeres: "21 de março, Reunião Internacional de solidariedade com a luta de Pôrto Rico pela Independência Nacional, São João, Pôrto Rico".
- 14) Cartaz de solidariedade, liberdade de estudantes portugueses, em castelhano, impresso em Praga, editado pela UIE, com os dizeres: Liberdade para os estudantes portugueses, 24 de março,

Dia Internacional de solidariedade com os estudantes portugueses.

e. *Calendários*

Várias organizações comunistas e criptocomunistas distribuíam calendários de propaganda ideológica marxista. É o que se observou na UNE e no Centro Popular de Cultura de São Paulo. A imprensa comunista estrangeira distribuía também material desse tipo.

Apresentaremos, para exemplificação, alguns desses meios de propaganda, muito bem impressos e artisticamente preparados.

1) Calendário da UNE para 1964

Contém 13 fôlhas, sendo uma de capa e 12 correspondentes a cada mês do ano. Cada fôlha possui uma fotografia artística, com uma inscrição de caráter social-comunista, extraída de literatura socialista.

Encontramos assim nas diversas fôlhas

Capa-Foto de um casebre, com o texto:

"a mulher está em casa ninando e esperando pão"
"silhueta — José Carlos Capinan"

Janeiro — Foto de um velho trabalhador, com texto

"liberdade:
que liberdade?
Da fome
da dôr
da miséria
da morte
da humilhação?
Que liberdade?
O que é então
a escravidão?"

"Liberdade" — Alberto João

Fevereiro — Foto de um menino jornaleiro olhando uma vitrine, com o texto:

"E ao bater vai batendo,

em cada porta que bate
bate a fome dêsse menino —
na pedra de tantas faces.
Em cada porta fechada
em aldeia e muda casa
a porta sempre fechada
— bate o menino com fome,
bate que vai batendo,
na pedra de tantas faces”.
“Menino com fome — Fritz Teixeira de
Salles”

Março — Foto de uma favela, com o texto:
“O que fez você, arquiteto?”

Você só fez atender
a homem que tem dinheiro,
que vê o pobre sofrer
e descansa o ano inteiro
na bela casa grãfina
que fez você projetar,
esquecido que essa mina
um dia vai acabar”.
“O que fez você arquiteto”
Oscar Niemeyer

Abril — Foto de dois ferreiros em trabalho, com o
texto:

“Você fez
alguém aproveita
o chão
o muro
a casa
a prole
êles só no mole
você faz e êle engole.
“Arenga — Félix de Athayde”

Maio — Foto de uma cerimônia popular, com os di-
zeres:

“Enganando nos comícios
com promessas de armistícios
a seus velhos sacrifícios,

o povo não morrerá.
Com a corda no pescoço
tendo por jantar o osso
que sobrou de seu almoço
sei que o povo viverá.

Com as mãos arrebetadas,
as entranhas devoradas,
o povo não morrerá.
Entre as frestas das torturas
por detrás das imposturas,
por baixo das sepulturas,
sei que o povo viverá.
No Brasil, na Argentina,
USA, Cuba, França, China,
flôr agreste da campina,
só povo reinará.
Um refrão nôvo e antigo,
em redor da flôr do trigo,
minha amiga, meu amigo,
Só o povo reinará.

Só o povo reinará.
Só o povo reinará
Só o povo reinará
Só o povo reinará
Só o povo reinará
Só o povo reinará
Só o povo reinará
Só o povo reinará

“Poema para ser cantado — Paulo Men-
des Campos”.

Junho — Fotografia de um casebre de taipa, com os
dizeres:

“Ontem, Quilombos,
Hoje, Sapé”.
“Poema para Pedro Teixeira, assassinado
— Affonso Romano de Sant’Anna”.

Julho — Foto de uma velha, com os dizeres:

“Desce o dia,
longo é”.

"Poema para Pedro Teixeira — assassinado — Affonso Romano de Sant'Anna".

Agosto — Foto de um lustre de cristal, com os dizeres:

"Senhores Donos da Terra
juntai vossa rica tralha
vosso cristal, vossa prata
luzindo em vossa toalha.
Juntai vossos ricos trapos
Senhores Donos da Terra
que os nossos pobres farrapos
nossa juta e nossa palha
vêm vindo pelo caminho
para manchar vosso linho
com o barro da nossa gente
e a nossa guerra não falha!
Nossa guerra forja e funde
o operário e o camponês,
foi êle quem fêz o fôrno
onde assa o pão que comeis
com seu martelo e seu tórno
sua lima e sua torquês,
foi êle quem fêz o fôrno
onde assa o pão que comeis".
"Os homens da terra

Vinicius de Moraes".

Setembro — Foto de uma criança na praia com os dizeres:

"Não faz mal que amanheça devagar,
as flôres não têm pressa nem os frutos:
sabem que a vagareza dos minutos
adoça mais o outono por chegar.
Portanto não faz mal que devagar
o dia vença a noite em seus redutos
de leite — o que nos cabe é ter enxutos
os olhos e a intenção de madrugar

"Alba. — Geir Campos".

Outubro — Foto de um operário comendo, com os dizeres:

"E aprendeu a notar coisas
a que não dava atenção:
notou que sua marmita
era o prato do patrão,
que a sua cerveja preta
era o uisque do patrão,
que seu macacão zuarte
era o terno do patrão
que o casebre onde morava
era a mansão do patrão
que seus dois pés andarilhos
eram as rodas do patrão,
que a dureza do seu dia
era a noite do patrão,
que a sua imensa fadiga
era a amiga do patrão

"O operário em construção, Vinicius de Moraes"

Novembro — Fotografia de arbustos retorcidos, com os dizeres:

"Êste campo,
vasto e cinzento,
não tem comêço nem fim,
nem de leve desconfia
das coisas que vão em mim
Deve conhecer apenas
(porque são pecados nossos)
o pó que cega meus olhos
e a sêde que rói meus ossos.
No verão, quando não há
capim na terra
e milho no paiol!
solenemente mastigo
areias, pedra e sol.

"Memórias do boi Serapião — Carlos Penna Filho"

Dezembro — Foto de uma cena em bairro pobre de praia onde aparecem um menino e duas meninas caminhando, com os dizeres:
"bairros antigos

Matumbo, Ponde de Gêlo
Caixa-d'Água, Passarinho,
Mirueira — triste encanto,
recanto de solidão
e prisão dos homens livres
que vivem dessa certeza
do que a vida ainda vale
pelos dias que virão.

“Dura e breve história da ilha do Maruim
— Olimpio Bonald Neto”.

As fotografias e inscrições que ilustram o Calendário da UNE, manifestam o propósito de levantar a insatisfação pela reprodução de cenas deprimentes da miserabilidade de várias populações brasileiras. Por que não expõe entretanto os cenários do progresso, os exemplos inumeráveis de líderes e de episódios memoráveis de nossa história, as realizações de nosso povo. Ao invés disso, ao invés de seguir o próprio modelo da propaganda socialista no que respeita a seus próprios países, procuram expôr cenas de infelicidade e de desgraça que todos os povos, socialistas ou capitalistas, são obrigados inelutavelmente a enfrentar.

- 2) Calendário Popular do CPC de São Paulo
O calendário popular do Centro Popular de Cultura de São Paulo é semelhante ao calendário da UNE em seu objetivo de propaganda depressiva. Era vendido em 1963 nas faculdades e universidades ao preço de 400 cruzeiros. Reproduz uma série de gravuras em madeira, de artistas nacionais e estrangeiros, com inscrições de textos de poetas socialistas e comunistas. São as seguintes as produções correspondentes a cada mês:

Janeiro — Gravura: — “Carregando” de Mario Gruber — Texto: “Há muitas mulheres doentes e muitos filhos comendo terra. Muitos filhos mortos. É a hora da ação”.
(Gianfrancesco Guarnieri)

Fevereiro — Gravura: “Homens com picaretas” de Gerson Knispel (alemão, radicado no Brasil).
Texto: “É tanta pedra prá quebrar, ir-

mão, tanta! . . . Serviço que a gente faz dia com dia sem fim. Prá onde vai êsse trabalho não sei. Não dá fôrça nem prá mim, nem prô que é meu”.
(Gianfrancesco Guarnieri)

Março — “O Lenhador” (Hans Handenschild)
Texto: É em meu trabalho que o mundo vive, e sem meu trabalho o mundo morre. E de meu trabalho eu não posso viver.

Abril — Gravura: “Lendo jornal” de José Jeremias.
Texto: É um fato nôvo se viu que a todos admirava, o que o operário dizia, outro operário escutava.
(Vinicius de Moraes).

Maio — Gravura: “Camponeses” de Hans Handenschild.
Texto: É um fato nôvo se viu que a todos tão nossa quanto vossa. Porque a terra não tem dono. Senhores Donos da Terra!
(Vinicius de Moraes).

Junho — Gravura: “A Semente” de Gianfrancesco Guarnieri
por Antonio Henrique Amaral.
Texto: Prá que a miséria não cante a vida tôda seu hino, fazer a ponta de lança dos ossos do teu menino.
(Reynaldo Jardim)

Julho — Gravura: “Favela” de Hanna Brandt.
Texto: “Assim mesmo, os operários têm tôdas as liberdades dêste mundo ocidental, podem viver nos morros com suas casas de cachorros ou sambar no carnaval”. (Moacyr Félix)

Agosto — Gravura: “Depois do trabalho” de Trindade Leal
Texto: “E se encontraram e reconheceram, descobrindo que bastava um gesto para modificar o mundo à sua volta.

Setembro — Gravura: “Arrabaldes” de Cecília Mor-
nanno
Texto: “Como se pudesse existir maior
castigo do que êsse em que tu vives (. . .)
Em nome de uma liberdade que não é tua
liberdade. E de um Deus que não é o teu
Deus. (Francisco Julião)

Outubro — Gravura: “Santos” de Mário Gruber
Texto: “Um dos mais significativos bene-
fícios da greve enquanto manifestações
da consciência trabalhadora é o efeito que
exerce como fator de solidarização dos
operários uns com os outros, ao lhes reve-
lar a essência da sua condição humana
como seres submetidos a uma comum e
cruel espoliação.”

Novembro — Gravura: “Descida na gaiola” de Re-
nato Luís
Texto: “Tôda a sua riqueza é a sua misé-
ria a prole numerosa, doentia, sem futu-
ro. Só lhe resta uma mercadoria para
vender, a fôrça de trabalho, mesmo quan-
do o braço não têm mais fôrça”.
(Francisco Julião)

Dezembro — Gravura: “Baioneta” de Gerson Knis-
pel
Texto: “Não a foice contra a espada. Não
o fogo contra a pedra. Não o fuzil contra
a enxada:
— Granada contra granada!
— Metralha contra metralha!”
(Vinicius de Moraes)

A seguir o calendário apresenta uma cronologia sôbre
greves e outros acontecimentos significativos para o mo-
vimento marxista no Brasil.

Na última página do calendário transcreve uma sé-
rie de inscrições sôbre a agitação no meio proletário e
camponês, como por exemplo:

- Comando Geral dos Trabalhadores decide:
Greve Geral pelas reformas de base e defesa das
liberdades
- Mais de três milhões de trabalhadores parados em
todo o Brasil
- Apoio ao Manifesto do CGT repúdio aos divisio-
nistas.

Êsse calendário evidencia por todos os seus aspectos
a sua finalidade propagandística comunista e subversiva.

3) Calendários de propaganda oferecidos pela revista
comunista. China Reconstrói.

Várias revistas comunistas, como “China Recons-
trói” oferecem, em suplemento, calendários artís-
ticos. A revista citada envia normalmente, entre
suas páginas, fôlhas de calendário com belas ilus-
trações chinesas, agradáveis e artísticas.

Apresentamos em anexo algumas dessas fôlhas.

Vale a pena comparar, em seu conteúdo psicológico,
esta apresentação insinuante e amena das fôlhas do calen-
dário chinês com a agressividade depressiva das fôlhas
dos calendários da UNE ou do CPC de São Paulo. Destas,
emana o propósito de destruição antipatriótica, pela cria-
ção e desenvolvimento do complexo da insatisfação, do
ódio, da revolta. Nas primeiras, ao revés, são inspiradas
pela busca de uma receptividade otimista.

É assim que atua a propaganda e a agitação, em todos
os pormenores, em todos os instantes, para moldar a mente
humana, num trabalho paciente, inflexível e persistente.

f. *Fotografias*

As fotografias de propaganda comunista internacio-
nal são remetidas principalmente para os jornais comunis-
tas ou criptocomunistas, a fim de serem reproduzidas em
suas edições por todo o país. Por êsse processo, a propa-
ganda no Mundo Socialista, através de fotos, consegue uma
tremenda multiplicação de suas possibilidades.

Como exemplo, citaremos uma fotografia remetida para o jornal brasileiro "Última Hora", relativa ao Encerramento de uma sessão do Terceiro Congresso Nacional Popular da República da China Comunista, no Grande Auditório de Pequim a 4 de janeiro de 1965. No verso da foto encontra-se a descrição do acontecimento.

Os albuns fotográficos são usados particularmente na propaganda de realizações industriais e urbanas dos países comunistas.

g. *Impressos diversos*

O Partido Comunista e as entidades criptocomunistas emitem para finalidade de propaganda e muitas vezes, coleta de fundos em campanhas financeiras, postais, selos, bônus, flâmulas e outros artifícios dessa natureza.

Para exemplificar êsses tipos de propaganda vamos citar alguns que são abundantíssimos nos arquivos comunistas em todo o país.

- 1) Postais russos, distribuídos como propaganda no meio feminino, relativamente ao Dia Internacional das Mulheres. Com o texto datilografado em português.
- 2) Bônus de coleta de fundos para os 1.º e 2.º Congressos Sindicais de Minas Gerais.
- 3) Bônus de coleta e fundos para campanha nacional pela imprensa do Partido Comunista.
- 4) Bônus para a Campanha de Mobilização Popular pelas Reformas.
- 5) Bônus para coleta de fundos para a Campanha Nacional Pró-Imprensa Popular.
- 6) Bônus para a campanha das mulheres baianas contra a carestia.
- 7) Bônus de coleta de fundos para o jornal Panfleto.
- 8) Bônus para coleta de fundos para o Partido Comunista, campanha cinco milhões em 60 dias.

- 9) Bônus para coleta de fundos para o Partido Comunista, intitulado "Pela revolução antiimperialista e antifeudal".
- 10) Bônus para coleta de fundo para o Partido Comunista, pelo sorteio de "um passeio em Moscou".
- 11) Rifa de um relógio de ouro para coleta de fundos para o Partido Comunista.
- 12) Talão de contribuição de "amigos" do Partido Comunista.
- 13) Talão de mensalidades de membros do Partido.
- 14) Talão para balancete mensal de membros e colaboradores do Partido.
- 15) Selos para coleta de fundos em prol da campanha de anistia para os condenados e processados comunistas.
- 16) Flâmulas comemorativa do Congresso Continental de Solidariedade a Cuba.

h. *Inscrições*

As faixas e inscrições murais constituem um sistema de propaganda tradicional do Partido Comunista. Em qualquer comício em que figure o Partido encontramos as suas faixas com dísticos que revelam a sua origem.

As inscrições murais denominadas pinturas ou pichações, são freqüentes em tôdas as cidades e até nas orlas das rodovias mais importantes.

Êsses meios de difusão expõem principalmente as palavras-de-ordens das campanhas comunistas que estão sendo desenvolvidas na ocasião, por exemplo:

- Legalidade para o PCB.
- Abaixo o imperialismo ianque.
- Cuba sim, ianques não.
- Salve o PCB, etc.

As inscrições obedecem a uma técnica de propaganda muito desenvolvida, da qual salientamos os seguintes princípios:

- 1) Singeleza — frases breves e fáceis de memorizar e repetir. (Exemplo: Brizola cumpre)
- 2) Autoridade — a frase deve subentender uma ordem visando ao desenvolvimento de um complexo de execução nas pessoas que a lêem. (Exemplo: Morte aos “gorilas”)
- 3) Efeito emocional — a frase deve repercutir profundamente nos sentimentos do leitor, fazendo-o vibrar, de emoção. (Exemplo: Para os traidores o “paredon”)
- 4) Atualidade — a frase deve ter cunho de oportunidade. (Exemplo: Anistia para os presos políticos)

Êsses princípios são básicos para que as inscrições produzam os efeitos desejados. Os comunistas são mestres na manipulação dêsses recursos da mais alta valia para impressionar a massa.

- 1) Os comunistas dirigem-se à nação — (Declaração resultantes do XX Congresso do PCUS em Moscou, publicada na “Voz Operária” de 22 Mar 58)
- 2) Os comunistas e o governo Jânio Quadros. (Publicado no jornal Novos Rumos n.º 106 de Mar 61)
- 3) Resolução política da Convenção Nacional dos Comunistas. (Revolução do V Congresso do PC)

5. A IMPRENSA COMUNISTA INTERNACIONAL

A imprensa comunista de propaganda internacional compreende um número considerável de periódicos, principalmente revistas, publicados em várias línguas e destinados exclusivamente à disseminação doutrinária, à criação de um ambiente de simpatia e adesão e à intoxicação marxista-leninista. Todos os países socialistas participam dessa imensa campanha mundial, com um grande esforço, altamente oneroso, em favor da expansão sobre os países do mundo capitalista, nos quais, de um modo geral, as leis democráticas não só permitem, como garantem essa ostensiva e eficiente penetração ideológica.

Não existe no Mundo Livre nada comparável, em matéria de propaganda, a êsse imenso e terrível sistema de impregnação psicológica, através de uma imprensa especializada que inunda todos os países democráticos, até aos mais recônditos locais, de uma variadíssima pletôra de impressos sugestivos.

As publicações são remetidas às centenas, gratuitamente ou mediante indenizações simbólicas, principalmente através da correspondência postal, aérea ou marítima, diretamente aos destinatários, aos agentes da rede de redistribuição e por intermédio das Embaixadas dos países socialistas. Os agentes de redistribuição são comumente pessoas credenciadas e possuidoras de certas imunidades, como parlamentares, às quais podem receber os volumes e redistribuir, devidamente preparados e endereçados, ou simplesmente, um certo número de exemplares.

Os periódicos e as demais publicações caracterizam-se, em sua maioria, pela magnífica apresentação que ostentam. São impressos em papel de ótima qualidade, expõem belas fotografias, desenhos e tricomias, atraentes

artigos, nos quais são apresentados aspectos escolhidos dos países comunistas.

Quem folhear essas revistas ficará certamente impressionado com a beleza de suas paisagens, dos seus quadros urbanos, com o progresso revelado na indústria e na agricultura, com o permanente sorriso de satisfação estampado em todos os rostos, com o otimismo exuberante de todas as manifestações, com a expressão vigorosa em todas as atividades.

O material enviado para a América Latina é editado, em sua maior parte, em castelhano. Algumas publicações já são impressas em português.

Existem algumas revistas como a URSS e a "Problemas da Paz e do Socialismo" que são editadas nos próprios países da América do Sul, como Uruguai, Argentina e Brasil, sob a responsabilidade das Embaixadas comunistas ou de redações representantes.

Além de publicações periódicas, são remetidos para os diversos países uma imensa quantidade de panfletos, cartazes, livros, calendários, cartões-postais, e etc., para distribuição gratuita, como propaganda direta ou como material a ser utilizado nas campanhas de propaganda de associações proletárias, estudantis e outras.

A revista "Problemas da Paz e do Socialismo" é o mais importante periódico de divulgação mundial do marxismo-leninismo. Sua edição brasileira já possuía uma redação no Rio de Janeiro e era impressa no Brasil.

Comprovando a importância da PPS como difusora do comunismo internacional, reproduziremos o artigo: "O papel organizador de "Problemas da Paz e do Socialismo", de autoria de Theodoro de Mello, publicado no jornal "Novos Rumos" n.º 174, de 15/21 Jan 62:

"Ninguém que em nosso país se interesse pela causa do socialismo, da democracia e da libertação nacional deve ignorar a revista "Problemas da Paz e do Socialismo". Mensário teórico e de informações internacionais, publica em suas páginas o que de me-

lhor se escreve nos partidos comunistas de todo o mundo, tanto no terreno da elaboração teórica dos problemas políticos e sociais, como no da informação e troca de experiências. Seu temário inclui campos tão variados e atuais como os da economia e da história contemporânea da luta de libertação nacional e da luta pela paz, da filosofia e dos problemas ideológicos e de partido, e outros mais. A revista mesma se constitui num forum internacional de debates, promovendo o intercâmbio de opiniões sobre temas de importância e atualidade como, por exemplo, o da questão agrária e o movimento de libertação nacional, o do papel da burguesia no movimento de libertação nacional, o dos comunistas e a juventude, dos quais participam representantes de vários partidos comunistas.

"Problemas da Paz e do Socialismo" proporciona, assim, ao seus leitores, não somente a informação e a experiência de cada partido, mas também uma visão mundial do avanço do movimento comunista como teoria, como força política e como organização.

Para os comunistas brasileiros, um dos campos de maior interesse tratados pela revista é, sem dúvida, o dos problemas de organização partidária. Os problemas de organização do movimento comunista são, na verdade universais. Eles se apresentam sob formas diversas, respondendo a variedade de condições concretas existentes nos diferentes países e partidos comunistas, mas guardam de país a país uma essência comum. É isso o que faz com que uma experiência da Finlândia ou da Argentina, por exemplo, como a de tornar ativos todos os membros de uma célula do Partido, possa ser aproveitada no Brasil ou na Inglaterra, na Índia ou no Japão. A rica experiência de quase uma centena de partidos comunistas existentes no mundo está condensada nas páginas da revista, oferecendo ao leitor um manancial de ensinamentos e observações sempre úteis para sua atividade política e organizativa, e conferindo à revista um papel organizador de primeira grandeza.

Tôda uma série de problemas organizativos de interêsse para os comunistas brasileiros estão igualmente na ordem-do-dia entre os comunistas de outros países, e as soluções e caminhos por êstes encontrados não podem deixar de nos interessar vivamente. A questão do recrutamento de milhares de novos militantes de dos meios e formas empregados para consolidá-los como ativos, militantes comunistas, por exemplo, está tratada na revista em artigos, relatórios, informações e cartas de militantes e direções de inúmeros partidos, revelando constituir hoje uma necessidade vital para todo o aumento substancial de seus efetivos. A revista expressa, nesse particular, em dezenas de matérias publicadas, uma necessidade universal e urgente dos partidos comunistas, dos países capitalistas, medida indispensável para colocá-los em condições de cumprirem as grandiosas tarefas históricas que em nossos dias, enfrentam a classe operária e a humanidade progressista.

A formação política, teórica e ideológica dos militantes e quadros comunistas é outro assunto largamente ventilado na revista. As experiências do trabalho de educação dos diversos partidos comunistas, particularmente aquêle realizado por meio de cursos, palestras e conferências, tem ali larga difusão, pondo em destaque não apenas o volume e a variedade do trabalho realizado, mas igualmente a necessidade de promove-lo em todos os partidos como elemento indispensável à formação política, teórica e ideológica dos militantes comunistas.

A luta que o movimento comunista mundial vem travando pela correta aplicação dos princípios leninistas de organização e pela correção dos desvios e deformação nêles observados encontra na revista uma completa divulgação. Através de suas páginas tomamos conhecimento dos esforços que os partidos comunistas desenvolvem para utilizar de maneira justa o centralismo-democrático, a democracia interna, a direção coletiva, a crítica e a autocrítica, a planificação e o contrôle das tarefas, etc..

Essas dezenas de outras questões de organização e dos demais campos abrangidos por seu vasto temário são, assim, vivamente tratados por "Problemas da Paz e do Socialismo", o que a credencia como leitura indispensável a todo organizador e ativista da luta pela libertação nacional e social de nosso povo. Aos comunistas brasileiros cabe utilizá-la para seu próprio estudo e informação e difundí-la entre aquêles que se interessam pelos problemas políticos e sociais de nossos dias, sejam êles lutadores ativos, estudiosos ou simples observadores. Uma ampla circulação de "Problemas da Paz e do Socialismo" concorrerá, sem dúvida, para o fortalecimento e melhor organização do movimento comunista em nosso país e para a difusão, entre os não filiados ao nosso movimento, das idéias universais do marxismo e do conhecimento da política concreta dos comunistas de todos os países".

Apresentamos, a seguir, a relação das revistas internacionais de propaganda marxista mais divulgadas no Brasil, com as suas principais características:

1) Originárias da União Soviética:

— *Problemas da Paz e do Socialismo* — Revista mensal de assuntos doutrinários marxista-leninista, com redação central em Praga. Não é ilustrada. Sua edição brasileira é impressa no Brasil, mas as traduções originais são provavelmente feitas em Praga. Os artigos são da autoria de importantes personalidades comunistas mundiais. Raramente publica um artigo brasileiro. Possui as seguintes edições: alemã, brasileira, búlgara, tcheca, cipriota, espanhola (3 edições), francesa (2 edições), italiana, japonesa, mongólica, polonesa, rumena, russa, sueca e vietnamita. As edições albanesa, coreana, chinesa e grega foram suspensas. A edição brasileira possui cerca de 160 páginas.

— *União Soviética* — Revista mensal ilustrada, editada em Moscou, publicada nas seguintes 17 línguas: russo, espanhol, chinês, coreano, hindú, urdu, árabe, vietnamita, húngaro, rumeno, serviocroata, in-

glês, francês, alemão, mongol, finlandês e japonês. 55 páginas, com numerosas tricomias. Noticiário e artigos de divulgação geral, mostrando realizações soviéticas em vários campos de atividade.

— *URSS* — Revista mensal ilustrada, editada pela seção de Imprensa da Embaixada da URSS, no Brasil. 44 páginas. Noticiário e artigos de divulgação geral, de informação e literatura.

— *Cultura e Vida* — Revista mensal da União de Sociedades Soviéticas de Amizade e Relações Culturais com Outros Países. Editada em Moscou em espanhol, russo, inglês, francês e alemão. 48 páginas, com algumas tricomias. Artigos políticos e culturais.

— *A Mulher Soviética* — Revista mensal do Comitê de Mulheres Soviéticas e do Conselho Central dos Sindicatos da União Soviética, Editado em Moscou, em russo, espanhol, alemão, coreano, chinês, francês, hindú, húngaro, inglês e japonês. 40 páginas, com muitas tricomias. Artigos de divulgação geral, sociais, políticos e literários.

— *Tempos Novos* — Revista semanal, editada em Moscou pelo periódico "Trud" em russo, espanhol, inglês, francês, polaco e tcheco. 32 páginas com várias ilustrações. Artigos políticos e noticiários.

— *Problemas do Movimento Mundial de Libertação* — Boletim mensal, editado pela Agência de Imprensa Novosti de Moscou. Recompilação de artigos publicados na imprensa soviética. Editado em espanhol. 36 páginas.

— *Para a Paz* — Boletim mensal de informação. Editado pelo Comitê Soviético de Defesa da Paz de Moscou. Editado em francês. 40 páginas.

— *Boletim de Informação* — Editado pelo Editorial Paz e Socialismo de Praga. Documentos de partidos comunistas. Editado em espanhol. 48 páginas.

— *Novidades de Moscou* — Semanário, editado em espanhol pela União de Sociedades Soviéticas de Amizade e Relações Culturais com Outros Povos. Impresso em Moscou. Reportagens e noticiário. 8 páginas.

2) Originárias da China Comunista:

— *China Ilustrada* — Revista mensal, editada em Pequim em 17 idiomas: chinês, mongol, tibetano, uigur, coreano, chuang, espanhol, alemão, francês, hindú, inglês, japonês, russo, árabe, sueco, vietnamita e suaheli. 44 páginas magnificamente ilustradas e com belas tricomias. Artigos de divulgação geral, noticiário e reportagens fotográficas.

— *China Reconstrói* — Revista mensal, editada em Pequim, em espanhol, inglês, francês e árabe, (bimestral). A cargo do Instituto de Bem-Estar da China. 42 páginas com magníficas ilustrações e tricomias na fôlha central. Artigos de divulgação geral, políticos, sociais, de noticiário e reportagem.

— *Pequim Informa* (Pequim Review), — Revista quinzenal de informações e artigos políticos. Editada em Pequim em numerosas línguas. Impressa em papel leve. 40 páginas. É a revista chinesa mais largamente disseminada no Brasil.

— *China Popular* — Revista mensal em francês, Japonês e indonésio. A versão espanhola é publicada no Chile, pela Editôra "Vida Nueva". 30 páginas.

— *Mulheres da China* — Revista mensal em inglês. Artigos de propaganda feminina. Corresponde à revista russa "A Mulher Soviética".

— *Esportes da China* — Revista bimestral em inglês.

— *El Popola Cínio* — Revista bimestral em esperanto, ilustrada, com algumas tricomias, editada em Pequim. 56 páginas.

— *Foreigen Trade* — Revista mensal de propaganda comercial, publicada pelo Departamento de Pu-

blicidade, do Conselho para Promoção do Comércio Internacional da China Comunista. Em inglês. 48 páginas mais outras de anúncios.

3) Originárias de Cuba:

— *INRA* — Revista mensal, editada em Havana. Noticiário e reportagem fotográfica. 74 páginas com magníficas fotografias e algumas tricomias.

— *Bohemia* — Revista semanal, ilustrada, em rotogravura. 98 páginas.

— *Cuba* — Revista mensal, editada em Havana. Noticiário e reportagem fotográfica. 74 páginas com magníficas fotografias e algumas tricomias.

— *Verde Oliva* — Revista das forças armadas cubanas. 98 páginas em rotogravura.

— *Informações de Cuba* — Revista bimestral editada pela Embaixada de Cuba no Brasil.

— *Cuba Socialista* — Revista mensal de política dirigida por Fidel Castro. 142 páginas formato pequeno.

— *Obra Revolucionária* — Revista mensal, editada em Havana pela Editorial Nacional de Cuba.

4) Originárias de outros países socialistas:

— *Polônia* — Revista mensal, editada em Varsóvia, em alemão, espanhol, francês, inglês, polaco e sueco. Artigos de divulgação geral, sociais, políticos, literários e artísticos. 48 páginas com magníficas ilustrações e belas tricomias.

— *Revista da República Democrática Alemã* — Editada em espanhol pelo Instituto Germano-Latino-Americano e a Liga da RDA pró-Amizade entre os povos, em Dresden. Artigos de divulgação geral, noticiários e reportagens. 32 páginas muito bem impressas em rotogravuras com várias tricomias.

— *Hungria* — Revista em espanhol, editada em Budapeste. Artigos de divulgação geral, noticiário e reportagens. 24 páginas em rotogravuras.

— *Revista FDGB* — Revista bimensal, em espanhol, francês, inglês, sueco e alemão, editada pela Confederação dos Sindicatos Livres da Alemanha. — Berlim Ocidental. 32 páginas com várias tricomias.

— *Tcheco-Eslováquia* — Revista mensal editada pela Embaixada da República Socialista da Tcheco-Eslováquia no Rio de Janeiro, Brasil. 18 páginas.

— *Panorama de Hungria* — Revista mensal, editada pela Legação da República Popular da Hungria na Argentina, 26 páginas.

— *Koréia* — Revista mensal, editada em Pyongyang, em coreano, inglês, russo, chinês, japonês, e francês. Artigos de divulgação geral, noticiário, política e reportagens fotográficas. 36 gravuras em rotogravuras com várias tricomias.

— *Boletim da Coréia* — Revista mensal ilustrada de artigos de propaganda política. Em espanhol. 32 páginas. Editada pela Embaixada da República Popular Democrática da Coréia em Havana.

— *Notícias da Coréia* — Boletim mensal de informações políticas, publicado pela Agência Central de Notícias da Coréia. 24 páginas, em inglês. Edição em espanhol.

— *Coréia de Hoje* — Revista bimestral, ilustrada, publicada pelas Edições em Línguas Estrangeiras do RPDC. 32 páginas em rotogravura, com tricomias. Edição em espanhol.

— *Política Internacional* — Boletim bimensal de política, economia, direito, ciência e cultura, editado em Belgrado pela Federação de Periodistas da Iugoslavia. Edição em espanhol, sérvio-croata, inglês, francês, alemão e russo. 32 páginas.

— *Revista* — Revista mensal ilustrada, editada pela Iugoslávia em espanhol, sérvio-croata, inglês, alemão e russo.

— *ARDA e o Esporte* — Revista esportiva publicada em alemão, inglês, francês, espanhol e sueco. 38 páginas, muito bem ilustradas.

— *Romênia* — (Documentos, artigos e informações da) — Boletim de informações políticas da Agência Rumena de Imprensa "Agapres" de Bucareste. Em espanhol, alemão, francês, inglês e russo. 20 páginas.

— *Romênia de Hoje* — Revista mensal ilustrada, editada em Bucareste, em várias línguas, inclusive espanhol. 48 páginas em rotogravura e algumas tricomias

— *Bulgária* — Revista mensal editada em Sófia, em espanhol, inglês, alemão, italiano, esperanto e árabe. 48 páginas, com tricomias.

Revistas de propaganda sindicais, estudantis e de outras classes.

Além das revistas de assuntos doutrinários ou gerais, existem numerosas revistas de propaganda de classes, principalmente sindicais e estudantis. Entre as constantemente recebidas em nosso país, citamos as seguintes:

— *Evergreen* — Revista mensal da Federação da Juventude da China e da Federação de Estudantes da China. Artigos, em sua maioria, políticos. 44 páginas. Editado em inglês.

— *Trabalho* — Revista quinzenal da Central de Trabalhadores de Cuba, Editada em Havana. 96 páginas em rotogravura.

— *Revista Sindical Húngara* — Revista mensal, publicada pelo Conselho Central dos Sindicatos húngaros. Em rotogravura. 24 páginas.

— *Os Sindicatos da República Popular Rumena* — Revista mensal 32 páginas e várias tricomias.

— *Sindicatos Búlgaros* — Revista mensal publicada pelo Conselho Central dos Sindicatos da RP da Bulgária. Editada em espanhol, russo, inglês e francês. 32 páginas.

— *O Movimento Sindical Mundial* — Revista mensal, editada no Brasil, sob os auspícios da Federação Sindical Mundial. 40 páginas. Artigos políticos-sindicais estrangeiros.

— *Juventude e Estudantes Coreanos* — Revista publicada pelo Instituto de Publicação da Juventude Democrática da Coreia. 24 páginas.

— *Mundo Estudantil* — Revista mensal da UIE, editada em árabe, inglês, francês, alemão e espanhol.

Panfletos de Política Comunista.

Um número imenso de panfletos políticos são enviados ao Brasil. Últimamente, a maior parcela provém de Pequim e se refere às divergências entre o Partido Comunista Chinês e o da União Soviética. Alguns são impressos no Brasil, publicando discursos de Krushov, Fidel Castro e outras personalidades. O jornal Novos Rumos editava panfletos, em separata, para essa finalidade, de propaganda internacional, evidentemente custeado pelo estrangeiro. Citaremos os panfletos mais comumente encontrados, inclusive alguns distribuídos depois da revolução de 31 de março.

1) Provenientes da China Comunista

— Refutações ao revisionismo moderno (1958) — Coletânea de resoluções do PC da China, de artigos editoriais do Diário do Povo (Renmin Ribao) sobre as divergências sino-soviéticas.

— Origem e evolução das divergências entre a direção do PCUS e nós' (1963) — pela redação de Renmin Ribao e da revista Hongqui — Comentários sobre a carta aberta do Comitê Central do PCUS (I)

— Sobre o Problema de Stalin — Idem (II)

— É a Iugoslávia um país socialista? Idem (III)

— Apologistas do Neo-colonialismo — Idem (IV)

— Duas linhas diferentes no problema da guerra e da paz — Idem (V)

— Duas políticas de coexistência pacífica diametralmente opostas — Idem (VI)

— A verdade sobre a aliança dos dirigentes do PCUS com a Índia contra a China (1963) — Redação de Renmin Ribao.

— De onde procedem as divergências? — Resposta ao camarada Thorez e a outros camaradas (1963) — Editorial de Renmin Ribao.

— As divergências entre nós e o camarada Togliatti (1963) — Editorial de Renmin Ribao.

— Declaração conjunta do Presidente Liu-Shao-Chi e do Presidente Ho Chi Minh.

— Proposta acêrca da linha geral do movimento comunista internacional (1963) — Resposta do CC do PC da China à carta do CC do PCUS de 30 Mar 63.

— Proletários de todos os países, uní-vos para lutar contra nosso inimigo comum (1963) — Coletânea de editoriais de Renmin Ribao e da revista Hongqui.

— Cuba sim, Ianques não — Em apoio à justa luta do povo cubano e de outros povos latino-americanos contra o imperialismo dos EUA (1962)

— Coletânea de entrevistas, discursos, artigos e editoriais do Diário do Povo, sôbre o movimento revolucionário comunista na América Latina.

— Fang Chih-Min — Combatente Revolucionário (Miao Min) — Biografia

— Povos do Mundo, uní-vos pela proibição e destruição completa, definitiva, cabal e resoluta das armas nucleares — Coletâneas de resoluções, discursos e artigos contra as armas nucleares.

— Os dirigentes do PCUS são os maiores divionistas de nossa época (1964) — pelas redações do Renmin Ribao e da revista Hongqui — Comentários sôbre a carta aberta do CC do PCUS (VI).

— Marxistas-Leninistas, unâmo-nos! (1964) — Resolução do Comitê Central de Bruxelas do PC da Bélgica.

— Declaração do Presidente Mao Tse-tung — O povo chinês apóia firmemente a justa luta patriótica do povo panamenho (1964).

— A tarefa combatente dos trabalhadores de filosofia e ciências sociais (discurso de Chou Yan) — (1964).

— A industrialização socialista e a coletivação da agricultura na China (1964).

Os panfletos acima, em sua maioria em castelhano, são publicados pelas Edições em Línguas Estrangeiras de Pequim.

2) Provenientes da Coréia do Norte:

— Defendamos o Campo Socialista — Editorial do Rodong Shinmun (órgão do CC do Partido de trabalho da Coréia) — (1963).

— A edificação de uma economia nacional independente na Coréia — Editoriais do Rodong Shinmun (1963).

— Tarefas imediatas do govêrno da República Democrática Popular da Coréia (Kim Il Sung) — Discurso (1962).

— Tese sôbre o problema agrário socialista em nosso país (Kim Il Sung) (1964).

— Comunicado sôbre o Quinto Pleno do Quarto Comitê Central do Partido Trabalhista da Coréia (1964).

3) Provenientes da União Soviética:

— A atividade dos sindicatos da URSS na esfera dos salários. (P. Petrov) — (1959)

— Declarações do Govêrno Soviético sôbre o acôrdo atômico (1963) — Publicado no Pravda de 4 Agô 63 — Impresso no Brasil pela Editôra Aliança do Brasil Ltda.

— A atual situação internacional e a política exterior da União Soviética — (Nikita Krushov) — 1963 — Impresso no Brasil pela Editôra Aliança.

— Mensagem de N. Krushov aos chefes de Estado de todo o mundo — (Pravda, 4 Jan 64) — Impresso no Brasil pela Editôra Aliança.

— A Amizade URSS-Cuba — Discurso de Krushov (23 Mai 63) — Impresso no Brasil.

— A Amizade URSS-Cuba — Declaração conjunta cubano-soviética — Impresso no Brasil (1963).

— Conferência dos Representantes dos Partidos Comunistas e Operários — Caderno de Novos Rumos.

— A Economia na URSS de hoje — (1962).

— O Ensino da URSS

— O Comércio Exterior da URSS

— A força diretora da sociedade soviética (D. Zemlianski) — (1963).

— N. S. Krushov em França — Visita de Krushov à França — (1960).

— Rumo às estrêlas — Sobre as realizações soviéticas em astronáutica.

— Aplicação prática das idéias de Lênin (Informe de O. Musinem no 90.º aniversário de V. I. Lênin).

— A paz, a liberdade e você (Kjel Oesterling, Norman Freed) — (Ed. Paz e Socialismo — Praga).

— Da sombra à luz (Florimond Bonte) — Porque me tornei comunista — (Ed. Paz e Socialismo — Praga).

— Se mil vezes nascesse, mil vezes tornaria a ser comunista... (sobre o prêso comunista espanhol Fernando Macarro) — (Ed. Paz e Socialismo — Praga).

— Pela unidade do movimento comunista internacional (vários panfletos de documentos de Partidos Comunistas em todo o mundo) — Ed. Paz e Socialismo — Praga.

— O desarmamento é a via para consolidar a paz e garantir a amizade entre os povos — Informe

de Krushov na 4.ª sessão do Soviet Supremo da URSS.

— Sobre o melhoramento da direção da Indústria, aperfeiçoamento da planificação e refôrço do estímulo económico da produção industrial — discurso de A. Kossyguin e L. Brenev — 1965).

4) Provenientes de Cuba:

— Havana bombardeada — O povo cubano conclama "paredão" para os assassinos — Impresso no Brasil.

— A contra-revolução e o imperialismo desnudo — cadernos gráficos de propaganda antiamericana.

— Sobre o Partido — Discurso dos dirigentes nacionais da revolução sobre o Partido — Edição da Direção Nacional do P.U.R.S.

— A unidade dos princípios — é a nossa linha — Discurso de Fidel Castro e 2.ª Declaração de Havana.

— Segunda declaração de Havana (em português).

— Discursos (de Fidel Castro) — (1964).

— Resposta do Comandante Fidel Castro, Primeiro-Ministro do Governo Revolucionário de Cuba ao chamado "Grupo Latino-Americano" (Fev 66).

— O governo chinês traiu a boa-fé do povo cubano (Fev 66).

5) Provenientes de outros países:

— Os seguros sociais estatais na RP da Albânia. (Albânia — 1963).

— No Vietnam do Sul — A legítima luta dos trabalhadores e do povo pela independência nacional, a paz e o bem-estar. (Ed. Federação Sindical Mundial)

— O muro e a humanidade (Edição da República Democrática Alemã) — Justificando o muro de Berlim.

— Senhor e dono em sua própria casa (RDA).

— Inimigos dos sindicatos com toga de magistrados — (RDA).

6) Publicações trotskistas internacionais:

Periódicos trotskistas fazem parte da imprensa internacional de propaganda difundida no Brasil. Entre as publicações da IV Internacional citam-se as seguintes, com as respectivas proveniências.

- Argélia — Revolution Socialista
 - Sous le drapeau du Socialisme
 - Under the banner of socialism
- Inglaterra — Red Flag.
- Argentina — Voz Proletária
- Bélgica — La Lutte Ouvrière
- Bolívia — Lucha Obrera
- Cuba — Voz Proletária
- Espanha — Lucha Obrera
- França — Lutte Communiste
- Itália — Lotta Operária
- México — Voz Obrera
- Peru — Voz Obrera
- Uruguai — Frente Obrera
 - Revista marxista Latino-Americana
 - Quarta Internacional
- Estados Unidos — Bulletin of International Socialism
 - Fourth International.

6. O JORNAL «NOVOS RUMOS»

O jornal “Novos Rumos” substituiu a “Voz Operária” como órgão central do PCB. O sugestivo nome se prende à modificação da linha política do Partido, como decorrência do XX Congresso do PCUS. A denominação “Voz Operária” lembrava restritamente um aspecto parcial das atividades do Partido que agora, mais do que nunca, preconizava a ação intensiva em todos os setores, além do proletário, particularmente no estudantil e no camponês. Assim, a expressão “Novos Rumos” trazia em seu conteúdo a inspiração de um aperfeiçoamento, de uma evolução.

O jornal, com títulos e enquadramentos em vermelho ou azul, e numerosas fotografias, possuía uma boa apresentação. Suas manchetes destacavam-se sugestivas. Embora a edição fôsse semanal, em certo período, o jornal chegou a emitir uma edição suplementar. Algumas vezes era acompanhado de tablóide contendo matérias importantes como congressos, resoluções, etc.

De um modo geral as referências ao PC eram feitas sob o título de “comunistas” para fazer face à ilegalidade da expressão.

Os artigos em sua maioria eram manifestações da propaganda e agitação, sob todos os aspectos. “Novos Rumos” constitui na realidade um verdadeiro curso de propaganda e agitação.

Uma análise dos números que este Inquérito pôde dispor, relativamente aos anos de 1961, 1962, 1963 e 1964, permite concluir de modo indiscutível, sobre o papel subversivo da publicação em sua atuação permanente como veículo de difusão comunista em todo o país.

Em 1961, a edição para a Guanabara estava entregue a Orlando Bonfim Jr, Mário Alves e Fragmon Borges.

“Novos Rumos” chegou também a publicar edições especiais em São Paulo e Minas Gerais.

O conteúdo da propaganda e da agitação comunista apresentados em “Novos Rumos” revela principalmente as seguintes modalidades gerais:

1) Propaganda

- Propaganda internacional de países comunistas, especialmente da URSS e Cuba.
- Propaganda anti-americanista
- Propaganda doutrinária do marxismo e de publicações comunistas
- Propaganda de desmoralização de personalidades e do regime democrático vigente
- Propaganda de descrédito do sistema político, social e econômico da democracia

2) Agitação

- Incentivo a greves
- Incentivo a manifestações contra o regime
- Incentivo à mobilização e a insurgência de massas, principalmente estudantes e camponeses
- Apoio a manifestações de massas e atos subversivos

O jornal era ainda o mais importante difusor das resoluções políticas ostensivas do PCB.

Apresentaremos a seguir uma síntese geral da matéria constante dos números disponíveis no IPM, a partir de Jan 61.

n.º 96 (30 Dez 60/5 Jan 61) —

Manchetes: Artigos de Prestes: “A Conferência dos Partidos Comunistas e Operários

- Com a simpatia de milhões de pessoas em todo o mundo, CUBA festeja as conquistas da revolução.

Artigos principais:

Artigo de Fundo: Passagem do Ano (Orlando Bonfim Jr) — Fala sobre a inexorabilidade do avanço comunista no Brasil.

- Trajetória do Movimento Operário em 1960 (Jover Telles) — Balanço das greves, manifestações de rua, congressos e atos de solidariedade internacional. Declara que uma das características do movimento operário em 1960 foi a ampliação das greves e diz que os comunistas têm “contribuído, de modo decisivo, para elevar o grau de unidade, de organização e a consciência do movimento operário”.

- Conferência dos Partidos Comunistas e Operários (Luiz Carlos Prestes)

— Comenta a Conferência dos 87 Partidos Comunistas reunidos em Moscou. Demonstra a influência do PCUS no movimento comunista internacional e em particular no PCB quando escreve: “Ambos os documentos — tanto a Declaração dos Partidos Comunistas e Operários como a Resolução Política de nosso V Congresso — baseiam-se nas teses vitoriosas do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética e de Declaração de 1957 (vinculação internacional)

- Os comunistas e as eleições municipais (Ramiro Luchesi) — Mostra a

participação dos comunistas em eleições municipais, inclusive em coligações eleitorais

- Pracinhas: Heróis e Mártires do Povo — Incentiva os ex-combatentes a luta ao lado do comunismo
- Contra-revolução é sinônimo de traição (E. J. Hobsbaum) — Artigo louvando a Revolução Cubana
- Nossos Deveres Frente à Revolução Cubana (Marco Antonio Coelho)
— Incentivo ao apoio a Cuba e declara que os comunistas brasileiros darão toda a sua colaboração nesse apoio. Termina assim: "Cuba sim, ianques não!"
- Cuba não Está Sòzinha na Batalha pelo Desenvolvimento
- Centros Recreativos para um Milhão de Operários (Cuba)
- Cuba produz mais depois da Reforma Agrária
- Lei da Nacionalização estremeceu a América (Cuba)
- Na Revolução de Fidel, mulher lutou como o melhor soldado

n.º 97 (6/12 Jan 61)

Manchete:

- Todo apoio a Cuba contra Iminente Agressão Ianque

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: Às ruas, com Fidel (Orlando Bonfim Jr) — Incentiva o apoio a Cuba. Declara: "Chegou o

momento de ganhar as ruas e passar aos fatos".

- Aspectos do movimento operário Paulista em 1960 (Moysés Vinhas)
— Descreve o movimento proletário em São Paulo em 1960, mostrando o progresso de ação grevista
- Mais um passo para invasão. EUA rompe relações com Cuba — Artigos atacando os EUA
- Volto a Cuba para ver a Reforma Agrária avançar (Prof. René Dumont) — Exalta a reforma agrária cubana
- A Revolução de Cuba é de toda a América Latina — Notícia sobre discurso de Eloy Dutra
- Jango na URSS falou com o povo — Reportagem fotográfica da visita de João Goulart à Rússia
- Defesa dos aeroviários e do Direito de Greve
- ABI foi pequena para a multidão (Conferência de Prestes sobre a Conferência de Moscou)
- Jofre Correia sai da cadeia para os braços dos camponeses
- Brasileiros foram ver Cuba (notícia da ida a Cuba de Josué de Castro, Domingos Velasco, Almino Afonso, Luiz Gouveia de Lima, José Porfírio e outros)
- IAPB volta a servir aos interesses dos brasileiros
- Derrotar o entreguismo de Bettancourt e constituir um governo democrático

- Auto-retrato do Sr. Peralva (Mário Alves)
- História do Movimento Operário (Ivan Ribeiro)

n.º 98 (13/19 Jan 61)

Manchete : Militares ianques preparam na Guatemala invasão a Cuba.

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: Mais solidariedade (Orlando Bonfim Jr) — Incentiva o movimento de solidariedade a Cuba
- Petróleo: Tomada de posição (Marco Antonio Coelho) — Expõe a posição do PC em relações à encampação das refinarias particulares
- Vi em Moscou um povo alegre, simples, saudável e pacífico (Arthur Avalone) — Elogia a URSS
- E U A impuzeram duas vezes a Cuba: a Base ou a dependência total (Juan Marrero) — Expõe o problema de Guantánamo
- O Partido Comunista Francês tornou-se o partido da Nação (Maurício Thorez)
- Estivadores e portuários permanecem unidos para nova greve geral
- Prossegue vitoriosa a luta em defesa dos aeroviários demitidos
- Greve: Um direito que se impõe
- Paraenses afirmam: Cuba é um exemplo
- Barnabés de Minas derrotaram a lei de segurança

n.º 99 (20/26 Jun 61)

Manchetes:

- Povo paulista faz passeata e comício de solidariedade a Cuba
- Luta dos bombeiros continua com apoio do povo paulista

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: Lição dos Fatos (Orlando Bonfim Jr) — Procura exaltar o descontentamento do povo
- Em defesa de Cuba (Luiz Carlos Prestes) Elogia a revolução cubana. Declara: "A Revolução Cubana é a vanguarda da nossa própria revolução"
- Os comunistas e a justa luta dos servidores militares e civis de São Paulo (Ramiro Luchesi) — Incentivando a greve dos militares em São Paulo
- Iniciativa passa às mãos das ligas camponesas (Rui Facó) — Exalta as ligas camponesas
- Preservar a Paz: Missão histórica do Campo Socialista (W. Gomulka)
- Intensifica-se em todo o País a solidariedade aos aeroviários
- Austeridade belga paralisa o país: Greve Geral Continua
- Bombeiros e milicianos da FP em greve contra o regime de fome imposto por CP
- Sindicatos em Assembléia permanente: Carvalho Pinto vaiado pelo povo

- Soldados lutam contra a fome (reportagem fotográfica)

n.º 100 (27 Jan/2 Fev 61)

Manchete :

- Jânio toma posse com o povo em luta por nova política.

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: Jânio já chegou (Orlando Bonfim Jr) — Declara que Jânio Quadros apresentou-se favorável à legalização do PCB, e que conversou com Krushov e Fidel Castro
- Vitoriosa a maior greve dos ferroviários do Nordeste (Amaro Valentim)
- Povo tem muitas promessas para cobrar de Jânio — fala sobre as promessas de Jânio, inclusive relações com a URSS, reconhecimento da China, remessa de lucros e legalidade do PCB
- Láus: Frente Quente na "Guerra Fria"
- Julião: Eu não inventei as Ligas. Elas são a flôr que se abre no lôdo (Rui Facó) — Exalta as ligas camponesas e Julião
- Fantasma da crise ronda de novo os Estados Unidos — Procura mostrar a falência do regime norte-americano
- Economia soviética avança em ritmos impressionantes e exalta o progresso soviético, em contraste com

o artigo acima, publicado na página anterior

- A Revolução Cubana já está consolidada — Entrevista do Presidente da UNE
- Oliveiros Guanais: Fala sobre as milícias populares e declara que o próprio homem da rua exige, fuzilamentos para a reação contra a Revolução Cubana. É o próprio homem comum da rua que, perguntado sobre a solução para o problema, responde: "Al paredon!"
- Benedito Cerqueira e o Partido Comunista (Jover Telles) — Sobre a vida sindical e o PCB
- Hungria marcha a passo seguro para o Socialismo (Reportagem fotográfica)
- Reforçam-se as ações de solidariedade
- Govêrno atendeu os estivadores sob ameaça de nova greve geral
- Greve na Leopoldina: 18 mil ferroviários exigem atrasados
- Violência contra Lavradores
- Caruaru (a Princesa do Agreste) é também a Capital da Miséria
- Ladrilheiros: Aumento veio depois de 12 dias de greve
- Espanha: Prisão e torturas para milhares de patriotas

n.º 101 (3/9 Fev 61)

Manchete :

- Duas metas de Jânio: Dólares para os EUA e Miséria para o Povo

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: Confirmação (Orlando Bonfim Jr) — Ataca o Presidente da República
- 150 mil ferroviários irão a greve para receber salários de janeiro
- Dólares para ianques, sacrifício para o povo
- A morte chega com os homens da PIDE — artigo contra o governo português
- Trinta milhões de brasileiros não têm onde morar (Briguet de Lemos)
- Anuncia-se uma nova etapa na luta das Ligas Camponesas e Julião
- Ao som da Internacional mineiros bolivianos recebem parlamentares soviéticos
- Foster — Símbolo do que há de melhor no Partido Comunista Norte-Americano
- Jânio nomeou um Ministério Reacionário e entreguista
- Conferência do Padre Cavalcanti publicada em Moscou
- África rompe com a Pré-História
- Vigorosa manifestação de solidariedade a Cuba
- Dois argentinos que só falam a linguagem dos trustes

n.º 102 (10/16 Fev 61)

Manchete :

- Polícia de Lacerda protege a "saúde" da Light

- Estudantes e técnicos (Recife) iniciam a batalha pelo florescimento da Cultura Popular Brasileira
- UNE participará do Forum de Moscou e do Festival da Juventude
- Povo fluminense apóia Cuba contra ameaças do Imperialismo

n.º 103 (24 Fev 2/Mar 61)

Manchete :

- Sábios soviéticos revelam: Plataformas lançarão astronautas a Vênus e Marte!
- Desemprego em massa: austeridade de Jânio é miséria para o povo

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: Reatamento (Orlando Bonfim Jr) — Fala sobre o reatamento das relações diplomáticas com a URSS e a China Comunista
- Paralisar obras e demitir em massa — procura desmoralizar o governo e inquietar o povo
- Hammarskjöld Frain Lumumba desmoraliza a ONU no Congo — Explora a morte de Lumumba
- Segredos de Vênus serão revelados ao homem (N. Barabachov) — Mostra empreendimentos científicos
- Dois anos de milagres (Almir Matos) — Elogia a revolução cubana
- Os imperialistas jamais conseguirão quebrar a unidade entre a China e URSS — Comenta a resolução do CC do PC da China

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: Perspectiva (Orlando Bonfim Jr) — Faz considerações sob a situação internacional e sua influência no Brasil, do ponto de vista comunista
- Programa de Kennedy: Superar crise com a corrida armamentista. O artigo publica uma série de trechos da Mensagem de Kennedy ao Congresso dos EUA em 31 de Jan 1961 procurando focalizar as deficiências confessadas pelo Presidente Norte-Americano e a intenção armamentista dos EUA. Dá relêvo e comparação às frases de Kennedy — “O tempo não trabalha a nosso favor”; de Krushov — “O tempo trabalha a favor do socialismo”
- Cuba: Temário livre da América (Almir Matos) — Elogia o sistema revolucionário cubano e declara ter assistido a um julgamento de terroristas em La Cabana
- A guerra da lagosta nas praias do Ceará (Rui Facó)
- Cuba: Como a Revolução derrotou os trustes do petróleo
- O que Jânio pretende, o que o País exige (Renato Guimarães) — Crítica à política econômica anunciada pelo governo
- “Santa Maria” bateu Jânio na simpatia do Recife (Amaro Valentim)
- Jânio entregou a política econômica à Light e ao FMI
- Frente Nacionalista responde a Jânio
- Ianques não reconhecem as fronteiras do Brasil

- A China apóia Cuba porque Cuba é um apoio para a China — Publica entrevista de Mao Tse-tung dirigida à América Latina
- Açúcar: 20 mil trabalhadores preparam-se para a greve
- Novo horário é manobra para forçar demissão em massa
- Brasil: Estudantes e Operários condenam assassinio de Lumumba
- Autoridades brasileiras cúmplices do massacre de patriotas paraguaios
- Prestes saúda o 80.º aniversário de William Z. Foster
- Lumumba: Símbolo da luta anticolonialista

n.º 104 (3/9 Mar 61)

Manchete :

- Governo protela mas o povo exige: Reatamento imediato com os países socialistas

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: Indesejável (Almir Matos) — Comentários sobre a visita de Adolfo Berle Jr ao Brasil
- Para novas vitórias do movimento comunista mundial (Krushov)
- Reatamento não pode ser adiado: é uma exigência nacional — sobre o reatamento das relações diplomáticas com a Rússia e a China Comunista
- Os comunistas e as eleições municipais de São Paulo (Moacir Longo)

- Na Ásia o povo deu lição ao Imperialismo — descreve manifestações contra os Estados Unidos na Ásia
- Industrialização será o fim do desemprego (Almir Matos) — exalta a Revolução Cubana
- A propósito do 39.º aniversário do Partido Comunista do Brasil: A luta em duas frentes (Apolônio de Carvalho) — sobre a luta interna no PCB
- A. Siqueiros, Al partir — página de propaganda contra a prisão de David Alfaro Siqueiros, comunista mexicano
- Sobre o caminho pacífico (Luiz Corvalan)
- ORIT, Pelegos e Imposto Sindical (Amaro Valentim)

n.º 105 (10/16 Mar 61)

Manchete :

- Môço quero água. Calamidade: Incúria de Lacerda deixa a cidade 10 dias sem água

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: Oposição (Almir Matos) — sobre a oposição ao governo Jânio Quadros
- Patriotas exigem medidas contra os trustes ianques
- Entreguistas pedem a liquidação da Petrobrás
- Blas Roca: Não há força que detenha a Revolução (Almir Matos) — sobre a Revolução Cubana
- Vitoriosa a primeira greve na fábrica Nacional de Motores

- Comunistas da capital com Cantídio e Rio Branco Paranhos
- Voto popular abala o governo: Comunistas avançam no Chile
- Representantes das Américas condenam o Imperialismo e apóiam a luta do Povo Cubano

n.º 106 (17 a 23 Mar 61)

Manchetes :

- Verdade cambial de Jânio Quadros: Mais carestia, mais fome e mais desemprego para o povo
- Krushov: Breve enviaremos um homem ao espaço cósmico

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: Resolução (Orlando Bonfim Jr): Anuncia a Resolução adotada pelo PCB sobre o governo Jânio Quadros
- Verdade cambial do FMI é falsa para o Brasil (contra os Estados Unidos)
- Jânio usa a Petrobrás como escudo para o entreguismo
- Intensificam-se os preparativos militares para atacar Cuba (Luiz F. Palmer)
- Os comunistas e o governo do Sr. Jânio Quadros — Resolução política do PCB. Declara: "Nosso Partido é o porta-bandeira da causa do socialismo, hoje triunfante em grande parte do mundo. Devemos ter consciência da invencível força que representam os povos quando se mobilizam para lutar contra o imperialismo e pelo progresso social"

- Carta de Alforria do Camponês (Francisco Julião) — Proclamação de Julião concitando os camponeses a se unirem nas Ligas, nos Sindicatos e nas Cooperativas
- O que é o Partido Comunista? O que quer o Partido Comunista? Esquemas para conferências sobre o Partido Comunista
- Hegemonia do Proletariado (Amaro Valentim) analisa o movimento do proletariado em marcha para a sua hegemonia no Brasil
- A Revolução destruiu o grande Tabu (Almir Matos) sobre a Revolução Cubana
- Polícia e Ministério do Trabalho contra os grevistas da Alcalis
- Proletariado mineiro forjou sua unidade em 33 anos
- Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André: Organização a serviço da Classe Operária — (Orlando Frati)
- Unidos venceremos (Feliciano E. Netto) — sobre avanços científicos da União Soviética

n.º 107 (24/30 Mar 61)

Manchete :

- Reforma Cambial de Jânio abre as portas do Brasil aos capitais estrangeiros

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: Presente de Aniversário — (Orlando Bonfim Jr)
- Comenta a repercussão da Resolução Política do PCB, publicada no número anterior. Declara: Enquanto os inimigos falam em "extinto",

o PCB cresce, torna-se mais atuante e prestigiado. É uma nota permanente na história política do país, de 1922 para cá. É o partido mais antigo. Onde estão os outros que existiam naquela época? Só êle sobreviveu. E atravessou períodos aurísimos tornando-se muitas vezes o heroísmo uma condição de sua atividade. Nada o destruiu".

- Legalidade para os Comunistas: Imperativo da Democracia. Depoimentos de líderes sindicais sobre a legislação do PCB
- Mensagem de Jânio — Parar o desenvolvimento e aumentar a fome do povo: Comenta a mensagem presidencial ao Congresso
- A reforma é uma dádiva ao capital estrangeiro — sobre a reforma cambial
- Brasil ficará mais pobre com a reforma cambial — Comenta os efeitos da Instrução 204 da SUMOC
- Hoje o Imperialismo vive a sua noite de agonia — proclama a decadência do regime democrático
- As eleições presidenciais, o governo do Sr. Jânio Quadros e a situação política atual (Luiz Carlos Prestes) — Analisa a vitória eleitoral de Jânio Quadros e critica a sua política
- Dos sindicatos operários à Praça da República: Nasce o Partido Comunista Histórico da fundação do PCB
- PCB na legalidade foi escola de democracia — Comentários históricos sobre o PCB e documentário fotográfico

- Barnabés venceram a batalha contra os salários de fome
- O Brasil presente nos grandes encontros juvenis internacionais
- “Alimentos para a Paz”: rótulo com que os EUA economizam dólares

n.º 108 (31 Mar/6 Abr 61)

Manchetes :

- Trabalhadores começam a reagir contra o aumento de preços
- Povo carioca conquistou constituição democrática

Artigos principais: ‘

- Artigo de Fundo: Caminho certo (Orlando Bonfim Jr) : Louva o estabelecimento de relações diplomáticas com a Hungria, a Bulgária e a Romênia
- 120 mil bancários preparam VII Convenção Nacional
- Renovar e Democratizar a CNTI (Roberto Morena)
- Trabalhadores começam a reagir contra o aumento de preços
- Resolução dos comunistas sobre a Declaração de Moscou. Aprovação pelos comunistas brasileiros da Declaração de Moscou
- Os comunistas e a fundação do PC — mostra a ação do PCB na política nacional
- A aliança Operária-Camponesa na revolução antiimperialista e anti-feudal (Agliberto Azevedo) — desenvolve a necessidade da aliança

entre os operários e os camponeses para a revolução comunista no Brasil

- O “Partido” de 1919 (Astrogildo Pereira) — histórico
- Reforma universitária: bandeira da luta do estudante brasileiro
- Será em Havana o Comitê Executivo do UIE — Comprova a orientação da UNE pela UIE para finalidades comunistas
- Morte do Trigo Brasileiro: Pão nosso vem dos EUA
- Petróleo da URSS: Trustes e CNP vetam a importação

Outros artigos:

- Conselho da UNE aprova plano para o Seminário de Reforma Universitária
- Deputados paulistas manifestam-se pela atuação legal do Partido Comunista
- Universidad Patrice Lumumba (Amizade dos Povos) abre inscrições

n.º 109 (7/13 Abr 61)

Manchetes:

- Trabalhadores de todo o país mobilizam-se contra a 204
- Prestes a Novos Rumos: Reforma cambial beneficia o truste e sacrifica o povo

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: A Voz de Deus (Orlando Bonfim Jr) — Ataca o

presidente Jânio Quadros, acusando-o de submisso ao FMI

- A reforma cambial de Jânio beneficia os trustes e sacrifica o Povo (entrevista de Luiz Carlos Prestes) — Ataca a política econômica do governo
- MNB: Política cambial aos monopólios estrangeiros. Publica nota do Movimento Nacionalista Brasileiro
- PC Português solidário com a luta dos povos africanos
- Paraguai é um campo de concentração: Ditadura assassina e tortura patriotas — noticia torturas em campos de concentração paraguaios
- A China como ela é, noticia a passagem do plano sobre a China Comunista para os operários de Volta Redonda por Adão Pereira Nunes

n.º 110 (14/20 abr 61)

Manchetes:

- Vitória do Socialismo: o homem pode ver as estrelas de perto
- Astronauta russo foi e voltou: os séculos lembrarão o feito

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: Caminho luminoso (Orlando Bonfim Jr.) — exalta o feito do astronauta Yuri Gagarin
- São Paulo: Sindicatos reagem à política do regime de fome de Jânio e exigem a revisão salarial
- Liberdade cambial é entrega do controle aos monopólios

— O Sindicato na empresa (Eloy Martins)

— Há Sêres Nacionais em outros planetas (pelo Prof. Yu Rall — da URSS)

— Cientista soviético revela tudo sobre a viagem do homem ao cosmo (N. Sisaklan, da URSS)

— Reportagem fotográfica sobre atividades astronáuticas da Rússia

— Combate ao capitalismo e à estreiteza sectária — Projeto da resolução do PC francês

— O que aconteceu em Buenos Aires no dia 5 de fevereiro — Ernesto Giudici — narra a atuação do PC Argentino nas eleições portenhas

n.º 111 (21/27 Abr 61)

Manchetes:

- Repulsa mundial à covarde agressão ianque: Cuba vencerá
- Povo brasileiro nas ruas com Fidel: Cuba sim, ianques não

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: O dever do Brasil (Luiz Carlos Prestes): Incentiva a ação do governo brasileiro a favor de Cuba e contra os Estados Unidos da América do Norte
- Telegrama de Prestes ao Presidente da República — sobre o caso cubano
- Comícios em apoio a Cuba — no Largo do Machado e em S. Paulo — notícias e fotografias

- A Petrobrás não esta falida
- Rio Grande do Sul — Grande impulso na batalha de ajuda a Novos Rumos — noticia contribuições em dinheiro
- A Sindicalização rural em São Paulo (Nestor Veras)
- Parlamentares comparecem à Embaixada de Cuba — noticia a ida a Embaixada de Cuba de Bocaiuva Cunha, Fernando Santana, Hermógenes Príncipe, Neiva Moreira, além de Miguel Arraes e o padre Aleixo Pereira
- Novos Rumos revela em primeira mão: como transcorreu a viagem de Gagarin em volta ao mundo em 80 minutos
- Apêlo do PCUS aos povos e governos de todo o mundo — apêlo de paz do CC do PCUS baseado no feito de Gagarin

n.º 112 (28 Abr/4 Mai 61)

Manchetes :

- Comunistas saúdam 1.º de maio: Defender Cuba é um dever patriótico e revolucionário
- Deputados pernambucanos pela legalidade do Partido Comunista

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: O ultimato (Orlando Bonfim Jr) — sobre o caso cubano
- Defender Cuba é um dever patriótico e revolucionário (manifesto de Luiz Carlos Prestes) — incentiva

a luta contra os EUA, contra o governo e pela frente-única

- O que Girón nos ensina (Mario Alves) — Declara: "Nossos povos podem ingressar no caminho da revolução e resistir vitoriosamente aos ataques do imperialismo, desde que saibam mobilizar suas forças revolucionárias internas
- Os militantes das bases e a ligação com as massas (Moysés Vinhas) — instrui os militantes comunistas sobre as suas atividades nas organizações. Declara que os comunistas exerceram importante papel nas greves paulistas
- II Encontro Latino-Americano de Mulheres — Reformas sociais urgentes para garantir direitos (Ana Montenegro) — notícia do congresso realizado no Rio de Janeiro
- Deputados pernambucanos falam sobre legalidade do PCB
- Prestes em Pôrto Alegre: Derrubar 204 e maior apoio a Cuba — Notícia da conferência de Prestes e de comício em Rio Grande
- EUA 1961: Homem perambulam pelas ruas sem ter o que fazer
- Aumenta em São Paulo a solidariedade aos revolucionários de Fidel Castro
- Inúmeros anúncios sobre o 1.º de Maio

n.º 113 (5/11 Mai 61)

Manchete :

- Fidel proclama sob delírio das mul-

tidões: Cuba a primeira república socialista da América

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: Mudança para melhor (Orlando Bonfim Jr) — sobre o 1.º de Maio
- Primeiro de Maio de apoio a Cuba mobilizou o proletariado no Brasil — noticia as comemorações do 1.º de Maio de 1961
- É incurável a enfermidade da economia norte-americana — fala sobre crise econômica nos EUA
- Massacre dos paraguaios foi atentado vergonhoso à soberania brasileira — relato do promotor da 9.ª RM sobre o massacre de 8 paraguaios
- Um pecado da Revolução (Che Guevara) — expõe problemas da revolução cubana
- Milhares de trabalhadores no 1.º de Maio aplaudem a revolução cubana — comemorações em São Paulo
- O operário em construção — poesia de Vinicius de Moraes de fundo subversivo
- Kennedy no caminho de Hitler: Fascismo e guerra para salvar o imperialismo

n.º 114 (12/18 Mai 61)

Manchete :

- Americanos fazem contrabando de urânio no Estado do Paraná

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: Defesa da autodeterminação (Orlando Bonfim Jr)

- Dia 15 na ABI: filmes sobre invasão de Cuba (notícia)
- Líderes de 150 mil bancários reunidos em convenção
- Autárquicos em luta pelo pagamento da paridade
- Mais uma mentira de "O Globo" (Almir Matos)
- Missão da China Popular no Brasil
- A Tcheco-Eslováquia socialista vai constituir o comunismo
- O mundo é cada dia menor para o imperialismo norte-americano
- Trustes ianques confiam no governo Jânio Quadros
- Pelos caminhos da América o andarilho "Che" encontrou o povo e sua luta
- Americanos ocupam vasta área do Pará: Contrabando de Urânio

n.º 115 (19/25 Mai 61)

Manchete :

- Fôrças militares norte-americanas ocupam bases clandestinas no Pará

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: As provocações do Sr. Lacerda (Orlando Bonfim Jr)
- 170 mil bancários decidem: Abono de emergência para enfrentar a carestia
- A quem e como ajuda a URSS
- Agressão dos EUA a Cuba causaria revolução na América Latina

- Fôrças Militares norte-americanas ocupam bases clandestinas no Pará
- O vôo de Gagarin

n.º 116 (26 Mai/1.º Jun 61)

Manchetes:

- Gaúchos aclamam Prestes repudiando a provocação fascista
- Encontro Nacional de Belo Horizonte: Milhões de trabalhadores lutarão pelo aumento imediato dos salários

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: Peixeira e cabeça-de-negro (Orlando Bonfim Jr) — comentários sobre incidentes no Rio Grande do Sul e sobre o II Encontro Sindical de Belo Horizonte
- Arinos Confessa: Tratados ianques ferem a nossa independência
- Aos gritos de "Mata! Mata!" padres comandaram baderna fascista no Rio Grande do Sul — fala sobre incidente na visita de Prestes no Rio Grande do Sul
- Prestes: "Fidel Castro tem os mesmos traços de honradez, patriotismo e bravura de Siqueira Campos" — notícia do discurso de Prestes em Santo André
- Jovens soviéticos trazem mensagem: Precisamos conhecer-nos
- Deputado Valadão: Foi a Cuba e discursou para contar a verdade da Revolução: Discurso do deputado da UDN Jorge Valadão, elogiando Cuba

e justificando o "paredon" de Fidel Castro

- Camponês da Paraíba sabe como lutar: Ligas ensinaram o caminho
- Fidel Castro proclama o socialismo no 1.º de Maio — discurso de Fidel Castro

n.º 117 (2/8 Jan 61)

Manchete :

- Submissão a Adenauer: Itamarati torpedeia acôrdo com a RDA

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: O Sr. Jânio Quadros e o Nordeste (Orlando Bonfim Jr) — fala do incidente entre Jânio Quadros e Cid Sampaio na reunião de governadores no NE
- Ação dos Sindicatos contra ameaças ao direito de greve — notícia a reunião da COPS
- Kennedy: Fascismo e paz (Leandro Konder)
- Kennedy quer dinheiro para corromper e financiar agressão contra os povos
- Em defesa das liberdades democráticas — declaração sobre incidente no Rio Grande do Sul na visita de Prestes
- Gaúchos condenam padres da baderna contra Prestes — mesmo assunto acima
- Osny Duarte: Pressão popular para uma política externa independente — conferência na ABI

n.º 118 (9/15 Jun 61)

Manchete :

- Missão Dantas provou: Acôrdos com o leste favorecem ao Brasil: 2 bilhões de dólares

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: Quem manda na política externa? (Orlando Bonfim Jr) — Crítica sôbre a política de acôrdos com a República Federal Alemã
- Negra é a vida dos mineiros do carvão (Raul Neto) — reportagem sôbre a vida dos mineiros de carvão de Santa Catarina
- Jânio manda massacrar camponeses no Nordeste
- Missão de Stevenson — Cruzada contra Cuba — Crítica à excursão de Stevenson à América Latina
- Comunistas da Venezuela: Programa contra entreguismo de Bettancourt — Declaração política do III Congresso do PC da Venezuela
- Camponeses da América Latina: Ação comum contra a exploração (Lindolfo Silva) — Reportagem sôbre a I Conferência Regional das Plantações da América Latina em Havana com participação do Brasil
- EUA: Intervenção para defender ditadura na República Dominicana
- Balanço da Missão Dantas comprova vantagens do Comércio com o Leste
- Reverso da medalha: "Funding" aumenta a exploração ianque

- Um aspecto da espoliação (Josué Almeida) — crítica da política econômica do governo

- Emissões da Rádio de Cuba — notícia sôbre as transmissões da Rádio de Cuba, com cumprimentos de onda

- Soldados do Exército invadem casas de camponeses em Sapé: Violências contra as ligas!

n.º 119 (16/22 Jun 61)

Manchete :

- Nordeste: Ianques contra estudantes

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: A provocação janiista no Recife (Luiz Carlos Prestes)
- Jânio oficializa o empreguismo e a corrupção nos Institutos:
- Stevenson exigiu de Jânio Quadros: "Sanção coletiva" contra Cuba
- Resposta aos divisionistas (Geraldo Rodrigues dos Santos) — Comentam sôbre o II Encontro dos Trabalhadores Brasileiros em Belo Horizonte
- A idéia e a prática de um princípio absoluto comentários sôbre entrevista de Santiago Dantas
- Os caminhos do desenvolvimento para os países atrasados (Wladyslaw Gromulka) informe apresentado por Gromulka, primeiro secretário do Partido Operário Polonês Unificado

- Marxistas e católicos em debate democrático: O que há de mais imoral é a exploração do homem: notícia do debate de Jacob Gorender com o padre jesuíta Lourenço Puntel em Pôrto Alegre
- 60 mil metalúrgicos cariocas partem para a batalha salarial
- Trustes de remédios articulam novo aumento
- Meu filho, Yuri Gagarin — propaganda sobre Gagarin, astronauta soviético
- Ligas denunciam: Latifundiários e autoridades de Pernambuco planejam massacre de camponeses — Manifesto das Ligas Camponesas
- Jânio investe contra as liberdades para defender professores corruptos. Agitação no meio estudantil
- Estudantes do País inteiro repudiam violências de JQ

n.º 120 (23/29 Jan 61)

Manchete :

- Deputado Almino Afonso: Só a luta pode garantir a defesa das liberdades

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: A lição do Recife (Orlando Bonfim Jr) — sobre a greve estudantil em Recife
- Só com a luta é possível defender a Constituição e as liberdades — debate do deputado Almino Afonso com a CPOS

- Marxismo e utopia reacionária (Jacob Gorender) — crítica a artigo de Caio Prado Jr
- Os caminhos do desenvolvimento para os países atrasados (II) — Wladislaw Gomułka do POVP (Polônia)
- Um estudo marxista sobre a Revolução Cubana (Mario Alves) — sobre o livro de Almir Matos: "Cuba a Revolução na América"
- Governador Brizola na UNE: Revisão completa de nossas relações com os Estados Unidos
- Reforçar a Unidade Estudantil é defender a democracia (Zuleika Aleember)
- Milhões de famílias ameaçadas: Extinção da lei do inquilinato provocará despejos em massa
- Sobre os êxitos de Missão Dantas nos países do Campo Socialista (Pedro Motta Lima)
- De cunho profundamente cristão a reforma agrária de Fidel Castro — entrevista de Paulo de Tarso, prefeito de Brasília
- Governo de Kennedy faz voltar macartismo investindo contra o Partido Comunista

n.º 121 (30 Jun/6 Jul 61)

Manchete :

- Escândalo do jogo: Lacerda comanda a corrupção

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: Recife e a defesa das liberdades (Carlos Marighella)

- 160 mil portuários e estivadores unidos por um Pacto de Ação Comum
- Brasil faz com países socialistas o melhor negócio da sua história
- Pernambuco esteve sob regime de terror. 70 prisões
- Empreender o caminho da Paz: Sagrado dever dos comunistas
- Brasil mandará 15 jovens ao Forum Mundial de Moscou
- Stevenson veio comprar apoio para nova agressão contra Cuba
- NK: URSS vai mesmo tratar a paz com a Alemanha Oriental

n.º 122 (7/13 Jul 61)

Manchete :

- 208 de JQ e Mariani: 1) Golpe na Petrobrás; 2) Mais carestia de vida; 3) Desemprego em massa

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: Coragem contra o povo (Orlando Bonfim Jr)
- A unidade dos ferroviários desespera os divisionistas (Agostinho Dias de Oliveira)
- As dispensas na FNM (José Lellis da Costa)
- Jânio: 5 meses de governo contra o povo — As promessas do candidato e a realidade
- A ideologia do colonialismo
- Ensinamentos de uma grande revolução (Jacob Gorender) (sobre a revolução cubana)

- Comitê nacional de Praga — Expressão da real democracia
- Instrução 208: Novo golpe nas empresas estatais

n.º 123 (14/20 Jul 61)

Manchetes :

- Atrevido e indesejável, Cabot deve ser expulso
- (Artigo de Fundo) (Carlos Mari-gheila)

Artigos principais:

- Camponeses de São Paulo prepararam-se para o Congresso Nacional de B. Horizonte
- III Congresso dos metalúrgicos: 26 de Julho em Belo Horizonte
- A grave situação da economia cafeeira (Manuel Paiva)
- A família "continental" — sobre a declaração conjunta do Brasil e do Chile (Almir Matos)

Atentado contra a soberania dos países latino-americanos (Luiz Gazzaneo)

n.º 124 (21/27 Jul 61)

Manchete :

- Política de Jânio ameaça marítimos e ferroviários com desemprego em massa

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: A batalha do reatamento (Orlando Bonfim Jr)
- Jânio Quadros quer extinguir diver-

- sos ramais ferroviários: Desemprego em massa
- Deputado Julião: Nordeste assusta os imperialistas
- Marítimos farão a marcha da fome
- Traidores e revisionistas (Geraldo Rodrigues dos Santos)
- Linus Pauling: "Revolução cubana exemplo vivo para toda a América"
- Empresa ianque devastou durante anos reserva de mogno no Brasil
- Projeto de Corbisier: 5 milhões da Guanabara para auxiliar o ISEB
- Ocidente aguça "crise alemã" para alimentar a guerra fria
- Kong Le fala de sua vida: "Eu sempre consegui tudo com os norte-americanos"
- Em Trombas e Formoso são os próprios camponeses que fazem a reforma agrária (Rui Facó)

n.º 125 (28 Jul/3 Agô 61)

Manchete :

- Brasil-URSS

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: O único caminho (Orlando Bonfim Jr)
- Austeridade de Jânio e Frondizi aumenta a fome dos trabalhadores
- Krushov a Jânio: URSS está pronta para reatar
- Conferência de Montevideu: Conspiração contra Cuba atrás da promessa de ajuda

- Planificação e controle (Giocondo Dias)
- Instituto Cultural Brasil-URSS homenageia missão de Boa-Vontade
- 40.º aniversário do PC da China: Discurso pronunciado por Lin Shao-Shi
- Soviéticos despedem-se: Conheçamos melhor o Brasil
- Posseiros pegaram em armas para responder a violência dos grileiros (Rui Facó)

n.º 126 (4/10 Agô 61)

Manchete :

- Gagarin conquistou o coração do povo

Artigos principais:

- Um milhão de trabalhadores lutam por melhores salários
- Socialistas, trabalhistas e comunistas saúdam o restabelecimento das relações entre o Brasil e a URSS
- Prestes envia mensagem a Jânio sobre o reatamento com a URSS
- Novo Programa do Partido Comunista da URSS: Povo não pagará mais casa, comida e transporte
- Cuba: Um congresso histórico (Nicolas Gaillen)
- Advogados do Rio apóiam política exterior do Presidente Jânio Quadros
- As Associações camponesas e a luta pela posse da terra

- 40.º aniversário do PC da China: Discurso pronunciado por Lin Shao-Shi
- Gagarin (reportagem fotográfica)

n.º 127 (11/17 Agô 61)

Manchete :

- Prestes vai pedir registro do Partido Comunista Brasileiro (Suplemento com o Manifesto, o Programa e os Estatutos do PCB)

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: A Conferência de Punta Del Este (Orlando Bonfim Jr)
- Congresso dos Metalúrgicos decide: Luta pela reforma agrária e industrialização do país
- Golpe dos trustes a extinção dos ramais ferroviários (Agostinho Dias de Oliveira)
- "Che" Guevara denuncia: Conferência visa combater exemplo de Cuba
- Delegações "comprometidas" conspiram contra Cuba
- Outros aspectos da grave situação econômica cafeeira (Manoel Paiva)
- Manifesto dos têxteis de São Paulo pela vitória da Unidade
- 40.º aniversário do PC da China: Discurso pronunciado por Lin Shao-Shi
- Trabalhadores da Construção Civil — Exemplo da luta unitária do proletariado paulista

- Mais uma vitória esmagadora do Comunismo: Titov cobriu a distância da terra à lua ida e volta

n.º 128 (18/24 Agô 61)

Manchetes:

- Prof. João Mangabeira e paraibanos favoráveis ao registro do Partido Comunista Brasileiro
- Krushov fala sobre a Alemanha e a Situação Mundial
- Berlim: Provocações imperialistas põem em risco a paz mundial

Artigos principais

- Artigo de Fundo: Reforma agrária — problema nacional — Carlos Marighella — defende o projeto Joffily
- Berlim: Ação da RDA para eliminar a guerra
- Comissões pró-registro do PCB serão formadas em todo o país
- A penetração capitalista no campo cria problemas para a Associação (Rui Facó) — sobre a agitação comunista em Rio Formoso-Trombas
- Krushov: Solução do Problema da Alemanha é garantia da paz
- Guevara na Conferência de Punta del Este: O Plano Norte-Americano visa à domesticação da América Latina — Discurso de Che Guevara na Conferência de Punta del Este
- Fracasso ianque em Punta del Este: Kennedy não conseguiu isolar Cuba

- Tática dos EUA: Comprar os "Grandes" e fazer promessas aos "Pequenos"

n.º 129 (25/31 Agô 61)

Manchete :

- Povo brasileiro repudia provocações de Lacerda e defende as liberdades

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: A ameaça continua (Orlando Bonfim Jr)
- Salários de fome (Wilson Azevedo)
- Escala móvel (Jover Teles)
- V Congresso Sindical Mundial
- 6 meses de "austeridade": Gasta-se mais e vive-se pior,
- Fracasso político e lôgro econômico em Punta del Este (Josué Almeida)
- "Forum de Moscou": Festa de paz das juventudes (Entrevista de Celso Brandt)
- Os posseiros de Trombas e Formoso ainda sofrem as ameaças dos grileiros (Rui Facó)
- De armas nas mãos, camponeses de Caxias derrotam os grileiros e conquistam posse das terras
- Filhos de camponeses vão estudar na União Soviética
- "Renovadores" de camponeses vão estudar na União Soviética
- Camponeses proclamam em Maringá: Reforma agrária é solução inadiável (Luiz Fernandes)

n.º 132 (1/17 Set 61)

Manchete :

- Abaixo o grupo golpista, lutemos pela Constituição (Artigo de Fundo — Orlando Bonfim Jr)

Artigos principais:

- Comitês em Pôrto Alegre na defesa da legalidade
- "Govêrno" da ilegalidade apoiado em baionetas
- Jango: "Em respeito a lei vou regressar"
- 150 mil bancários mobilizados na luta por melhores salários
- Clamor geral: Posse de Jango para garantir a democracia e a legalidade
- Adauto: Crime de responsabilidade de Mazilli e Ministros Militares
- "Mater et Magistra" (Rui Facó)
- Trabalhadores de todo o Brasil: Liberdade com Jango no Alvorada
- Estudantes em greve em todo o país exigem posse de Jango e respeito à Constituição

n.º 133 (1 Set 61) Extra

Manchete :

- Nenhuma conciliação com o golpismo! Posse imediata ao Presidente Goulart (Manifesto do PCB)

Artigos principais:

- Confiante o povo gaúcho na solidariedade dos trabalhadores do Brasil

- Trabalhadores na batalha contra o golpe: Greves em todo o país pela posse de Jango
- Intelectuais repudiam golpistas e organizam comitês para defender legalidade democrática
- Brasil inteiro contra o conchavo e a capitulação: Posse de Jango já é de acôrdo com a Constituição!
- Brizola: "Fora da Constituição será inevitável a guerra civil"
- Povo organiza comitês de defesa da democracia para lutar contra golpistas em todo o Brasil!

n.º 134 (4 Set 61) Extra

Manchete :

- Posse de Jango é vitória do povo! (Editorial)

Artigos principais:

- Greve geral na Guanabara pela posse de João Goulart
- Trabalhadores da Guanabara em greve contra o golpe derrotam terror lacerdista
- Povo é quem paga os desatinos dos golpistas: Emissão de 30 bilhões agrava a crise no País
- Brizola: Jango hoje em Brasília para tomar posse
- Faleceu em Moscou William Z. Foster
- III Exército foi exemplo: Resistência democrática empolga fôrças democráticas
- UNE recomenda: Vigilância na defesa da Constituição

n.º 135 (6 Set 61)

Manchete :

- Multidão em delírio aclamou Presidente Jango em Brasília

Artigos principais:

- Redobrar a vigilância contra o golpe e a conciliação (Editorial)
- Maranhão: Sindicatos e estudantes comandam batalha da legalidade
- Escolas foram quartéis da luta estudantil pela posse de Jango
- Estivadores: Volta ao trabalho só depois da posse de Jango
- "Nova Aragarças" provocou batalha de mensagens antes da partida de Jango
- Greve geral: Alma decisiva dos trabalhadores na luta contra o golpe e pela posse de Jango

n.º 136 (15/21 Set 61)

Manchete :

- Os comunistas e o nôvo govêrno (Artigo de Luiz Carlos Prestes)

Artigos principais:

- Trabalhadores reiniciam as campanhas salariais
- As horas dramáticas de Jango em Paris
- Derrota do anticomunismo
- A dança do Parlamento entre o golpe e a defesa da Constituição
- Proletariado fluminense liderou luta pela legalidade no E. do Rio

Pernambucanos souberam lutar contra o golpe

— Povo paulista protestou nas ruas contra o golpe

A epopéia gaúcha

n.º 137 (22/28 Set 61)

Manchete :

— Cariocas exigem expulsão de Lacerda do Guanabara

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: Depois da tempestade (Orlando Bonfim Jr)
- Reajustamento imediato dos salários e vencimentos
- Mariani e Moreira Sales: Dois nomes e uma só política — Entreguismo
- Recife comemorou derrota do golpe fazendo comício de 20.000 pessoas
- Padre católico de Belo Horizonte: É preciso libertar a Igreja do capitalismo (Entrevista do Padre Francisco Lage Pessoa)
- Sobre a aplicação do centralismo democrático (Giocondo Dias)
- Reforma agrária imediata e sindicalização dos camponeses
- Bombas atômicas a serviço da Paz (Luiz Gazzaneo)
- Campanha nacional pela reforma agrária

n.º 138 (29 Set/5 Out 61)

Manchete :

— Brizola: Unâmo-nos para libertar o Brasil da espoliação americana

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: Independência (Almir Matos)
- Projeto do programa de ação sindical (Movimento Sindical Internacional)
- São Paulo: Grande ato público pelo registro do Partido Comunista Brasileiro
- A crise política e a luta por um governo nacionalista e democrático
- Os rumos do governo
- Programa do PCUS assinala a aurora do comunismo (Luiz Carlos Prestes)
- Lavradores empunham armas para enfrentar o terror dos jagunços
- Defesa da sociedade socialista é nosso dever sagrado
- Jornalistas: Brasil precisa de reformas de base para avançar
- Brizola: Unidade do povo para impedir a espoliação do Brasil
- Jango na GB: Povo nas ruas festejou legalidade

n.º 139 (6/12 Out 61)

Manchete :

— Nova trama golpista está em marcha: povo exige ação enérgica do governo

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: Conciliação e golpe (Orlando Bonfim Jr)
- Interventor não entra na Federação dos Marítimos
- Programa econômico do Governo mantém espoliação imperialista: Protege Light e ameaça Petrobrás
- Vacilações do governo permitem que golpistas ameacem voltar à carga
- Sabotadores da Light atuam dentro dos Ministérios
- Papel e tarefas da imprensa estudantil (Zuleika Alembert)
- Pelópidas: Cuba é democracia porque o povo está no poder
- Espanha 1961: Cárcere e trincheira do povo contra o fascismo
- Berlim 13 de agosto: Barreiras isolam sabotagem e provocação (Fausto Cupertino)
- Dez mandamentos das ligas para libertar os camponeses da opressão do latifúndio

n.º 140 (13/19 Out 61)

Manchete :

- Golpe em marcha: Lacerda põe um advogado da Standard e da Light na Chefia de Polícia da Guanabara

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: Das palavras aos atos (Orlando Bonfim Jr)
- Delegação de todo o país ao III Encontro Sindical

- Projeto do Programa de Ação Sindical
- Golpe em marcha: Lacerda entrega chefia de Polícia a um agente da Standard
- Exportadores pedem comércio com os países socialistas
- Os judeus na União Soviética (Salvador Mariani)
- Ameaça contra Cuba (Almir Matos)
- Sertão carioca se mobiliza para defender reivindicações
- O homem no espaço (F. A. Gomes Neto)
- Rádio de Moscou (horário)
- 12 anos da RDA: Pela primeira vez na história uma Alemanha pacífica
- São Paulo pelo registro do Partido Comunista Brasileiro: Prestes falou ao povo da zona Leste
- Santos: Democratas exigem registro do PCB
- Maceió: faz comício — Legalidade PCB
- Paraná: Lançada a campanha pelo registro do Partido Comunista Brasileiro

n.º 141 (20/26 Out 61)

Manchete :

- No Congresso do Comunismo Kruzhov conclama o mundo a se unir em defesa da Paz

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: No limiar do comunismo (Mario Alves)

- V Congresso Sindical Mundial: Líderes operários brasileiros firmam documento de apoio
- O colonialismo deve ser completamente abolido
- Lançado no Ceará a campanha do registro eleitoral do PCB
- Estado do Rio: Campanha pelo registro do PCB será lançada na Assembléia Estadual
- Trinta mil bancários em greve exigem aumento de 50%
- Krushov conclama o Mundo a se unir em defesa da paz
- Golpe espetacular de empresa norte-americana contra uma indústria pernambucana
- Provocadores impediram Congresso latino-americano de Estudantes
- Contra a carestia: Mulheres cariocas entregam protesto a Jango e exigem medidas
- Como viverão os soviéticos em 1980?
- Paraná: Batalha pela posse da terra começa nos confins do Oeste: Em Guaramiaçu o estopim está bem perto do barril (Luiz Fernando)

n.º 142 (27 Out/2 Nov 61)

Manchetes :

- Acabar com os trustes e latifúndios para salvar o Brasil
- Declaração de Goiânia lança a Frente Nacional de Libertação

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: Libertação Nacional (Editorial)

- Encontro Sindical proclama: Não basta aumentar salários, é preciso mudar a política
- Os marítimos e o V Congresso
- Programa de ação social (dos países socialistas)
- Entrechoque nos bastidores dos partidos políticos
- Entusiasmo em Pernambuco pelo registro eleitoral do PCB
- Interêsse mútuo no estreitamento das relações Brasil-URSS
- “Livre empresa” dos EUA é só para uso externo
- Na luta pela terra o procedimento legal é o que menos vale
- Cuba denuncia ao Mundo: governo de Kennedy prepara nova invasão
- Malinowski: URSS tem novas armas e aniquilaremos qualquer agressor
- 80 mil bancários cruzam os braços em 15 Estados: greve por aumento de salários

n.º 143 (3/9 Nov 61)

Manchete :

- Comunistas apontam saída: Gabinete nacionalista para fazer as reformas de base

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: A luta do povo decidirá (Orlando Bonfim Jr)
- Os comunistas têm o direito de participarem legalmente da vida política nacional

- Desembargadores capichabas pelo registro do PCB
- “Verdade cambial era mentira: Foi recolhida
- Soluções positivas, caminho para a Revolução (J. Câmara Ferreira)
- Programa de Ação Social (dos países socialistas)
- Mensagem de Prestes ao XXII Congresso do PCUS
- Bahia: Operários e parlamentares apóiam conferência dos camponeses
- Madeira: Principal chamariz da co-
biça dos latifundiários (Luiz Fer-
nando)
- A bandeira desfraldada por Lênin é
conduzida invencível pelos povos
- Resolução dos comunistas sobre a
crise política e o governo Jango —
Tancredo Neves

n.º 144 (10/16 Nov 61)

Manchete :

- Governo ianque prepara nova inva-
são de Cuba

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: Cortar o mal pela
raiz (Orlando Bonfim Jr)
- Programa de Ação Sindical
- 32 milhões de dólares é o preço do
novo golpe
- Saída pacífica e luta de massas
- D. Vicente Sherer, os Operários e
os Comunistas (Eloy Martins da
Silva)

- De Pato Branco a Cascavel a lei é
a do mais forte (Luiz Fernando)
- Krushov: “Cessaremos provas atô-
micas quando ocidentais fizerem o
mesmo”
- Polêmica Agripino-Mariani com-
prova: Trustes ianques espoliam o
Brasil
- Grave ameaça de nova agressão ian-
que a Cuba

n.º 145 (17/23 Nov 61)

Manchete :

- Clamor nacional pela Reforma
Agrária: A terra deve pertencer a
quem trabalha

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: Substituição do
Gabinete (Orlando Bonfim Jr)
- Apêlo do governador Leonel Brizo-
la: “Organização imediata dos Co-
mitês da Frente de Libertação Na-
cional”
- Discurso de Tancredo defende polí-
tica do FMI e dos trustes
- Raul Castro denuncia. Ianques es-
tão preparando a agressão
- Em dez anos Cuba terá o mais alto
nível de vida da América Latina
- Cuba é um exemplo e uma inspira-
ção (declarações de Abdias do Nas-
cimento)
- Gabriel Passos favorece o truste
contra o povo (Agliberto Azevedo)
- O Equador na encruzilhada

- Fortaleza ficou sem transportes
- Reforma agrária será feita por inspiração das massas: Congresso reunido em Belo Horizonte

n.º 146 (24/30 Nov 61)

Manchetes :

- Reforma tributária de Tancredo: Assalto à bolsa do povo e milhões para os trustes
- Reatamento com a URSS é questão resolvida

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: O projeto e o Gabinete (Orlando Bonfim Jr)
- Homens valentes e organizações poderosas comandam as lutas heróicas dos camponeses (sobre o movimento camponês) (Luiz Fernando)
- Reforma tributária: Assalto à bolsa do povo e bilhões para os trustes
- Anticomunismo — Arma ideológica da reação contra as forças democráticas (Marco Antonio Coelho)
- A propósito do I Congresso de Lavradores (Giocondo Dias)
- Declaração de Belo Horizonte — Reforma agrária radical com destruição do latifúndio
- Os EUA violam a soberania da República Dominicana
- “Reforma agrária na lei ou na marra” (sobre o Congresso de Belo Horizonte)
- Fotografias da campanha para registro do PCB

n.º 147 (1/7 Dez 61)

Manchete :

- Povo Brasileiro aplaude reatamento com a URSS ato de paz e soberania

Artigos principais:

- Brasil e União Soviética (Editorial)
- As eleições na CNTI (Antonio Chammorro)
- Brasil-União Soviética: mãos dadas pela paz
- Wilmar Dias adverte: Agressão a Cuba será uma agressão a toda a América Latina
- Vitoriosa a primeira greve dos radialistas cariocas
- Experiências da campanha pelo registro do PCB (Theodoro de Mello)
- A Frente de Libertação Nacional e os Sindicatos
- Denunciada a “Esso” na Câmara: Sonçou 3,7 milhões de lucros
- Democracia e libertação eram as bandeiras da ANL
- Estende-se pelo Brasil inteiro a Frente de Libertação Nacional
- Sacerdotes católicos na luta pela Reforma Agrária radical

n.º 148 (8/14 Dez 61)

Manchete :

- Gabinete pode cair: Câmara dos Deputados se opõe à política de Tancredo

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: Reforma tributária e remessa de lucros
- Jornalistas vencem batalha de 84 horas: Piquetes derrotam "brucutus" do governo
- Reforma tributária pode derrubar Gabinete de Tancredo
- Ainda D. Vicente Sherer e os comunistas (Eloy Martins da Silva)
- Venezuela: Balanço da Crise
- Empresa americana sabota a Petrobrás
- Seiscentas famílias de posseiros sob ameaça de despejo em Aracati
- Povo de Moscou ouviu Prestes dizer o que há no Brasil
- Nordeste lutará contra liquidação SUDENE
- Banqueiro e assassinos: Eeis o rearmamento moral

n.º 149 (15/21 Dez 61)

Manchete :

- Limitar remessa de lucros é imposição patriótica: Projeto deve ser aprovado

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: Sinais dos tempos (Orlando Bonfim Jr)
- Caiu império dos pelegos: Trabalhadores conquistam o CNTI
- Fim de um reinado (sobre a conquista da CNTI pelos comunistas) (Jover Teles)

- Projeto de remessa de lucros; um passo para a emancipação
- Como sair do impasse (Marco Antonio Coelho)
- História de um governo no qual ninguém confia (contra o governo Carlos Lacerda) (Iberê de Barros)
- O exemplo de Cuba e a defesa da Revolução Cubana (Giocondo Dias)
- Organização dos assalariados agrícolas: Nova etapa das ligas camponesas
- O Nordeste em pé de guerra (Anibal Bonavides)

n.º 150 (22/28 Dez 61)

Manchete :

- Brizola e 34 deputados gaúchos: Senado deve aprovar projeto limitando remessa de lucros

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: A greve de São Paulo (Orlando Bonfim Jr)
- 150 mil bancários definem-se pelas reformas de base
- Registro do PCB: gaúchos superam quotas de assinaturas
- A unidade dos comunistas e o direito de divergir (Giocondo Dias)
- Arraes: "Aprendemos muito com a revolução cubana"
- Carvalho Pinto implantou terror policial para impedir greve de abono

Manchete :

- Brasil reafirma oposição às manobras ianques de intervenção em Cuba

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: Lutas e vitórias
- O movimento operário em 1961 (Jover Telles)
- Punição para o bando fascista do General Bley
- Nacionalistas do Paraná conclamam o povo a organizar a FLN
- Brasil reafirma: repúdio aos planos de agressão contra o povo cubano
- Fracionistas expulsos do movimento comunista (expulsão de Grabois, Amazonas, Oeste e Calil Chade do PCB)
- Caminho pacífico e luta armada (Amaro Valentim)
- Os quatro mitos de Mister Gordon (Josué Almeida)
- Berlim fronteira da guerra e da paz

Manchetes :

- Trama criminosa contra Cuba: Povos da América repudiam reunião da OEA
- Lacerda e os golpistas comandam o terror do MAC

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: Desespêro (Orlando Bonfim Jr)
- Trabalhadores farão campanha nacional: mudar o Gabinete para fazer as reformas de base
- Trabalhadores do Grupo Light impelidos à greve pelo governo
- Paralisação de navios para forçar pagamento de atrasados
- MAC sem máscara: Lacerda é culpado
- Comunistas de todo o mundo debatem os grandes temas do XII Congresso do PCUS — Togliatti: O comunismo não é mais um sonho é a mais real das realidades do mundo atual
- Centro Popular de Cultura (UNE)
— Estudantes levam a arte ao povo
- Criminosos são juizes no Tribunal da OEA (Mario Alves)
- Trama criminosa contra Cuba: Povos da América repudiam reunião da OEA

Manchete : (Editorial)

- Defesa da soberania contra golpe ianque na OEA

Artigos principais:

- Isso pode ter presente de aniversário: greve
- Líderes sindicais irão às fábricas explicar por que Gabinete deve mudar

- Marítimos defendem seus direitos paralisando navios
- Prestes: Temos 60 mil assinaturas e confiamos no registro do PCB
- Mangabeira apresenta programa nacionalista (sobre a Petrobrás)
- O significado das novas denúncias contra o culto da personalidade — Palmiro Togliatti
- Uma leitura necessária (Propaganda sobre a revista: Problemas da Paz e do Socialismo)
- Nos campos da Califórnia a miséria é americana
- VI Congresso foi grande passo para a unidade dos ferroviários
- Nova Diretoria do CNTI é uma vitória dos trabalhadores e do nacionalismo — Notícia a presença e o discurso de Jango em assembléia dominada por comunistas

n.º 155 (28 Jan/1 Fev 62)

Manchete :

- Cuba em Punta del Este aponta os agressores dos povos da América: os monopólios ianques

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: Jôgo aberto (Orlando Bonfim Jr) — contra a atitude dos EUA em relação a Cuba na reunião da OEA
- Os construtores do comunismo — um debate histórico (Luiz Carlos Prestes) — Declara ter acompanhado com profunda emoção o XXII

Congresso do PCUS. Descreve as discussões e deliberações desse Congresso

- Conselho da UNE (unânime) responde a Lacerda e ao terrorismo fascista
- Operários de Berlim explicam por que o socialismo é bom
- Cuba luta por toda a América Latina (Fidel Castro)
- Há um criminoso em Punta del Este. O imperialismo
- O manifesto das fósseis (Jacob Gorer) — contra o manifesto dos quatro ex-ministros das Relações Exteriores do Brasil sobre a reunião da OEA

n.º 156 (2/8 Fev 62)

Manchetes :

- Camponeses gaúchos ocupam terras: Brizola quer reforma agrária
- Punta del Este mostrou ao Mundo: Império ianque desmorona-se na América Latina

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: Vitória de quem? (Orlando Bonfim Jr) — sobre a exclusão de Cuba da OEA
- Carvalho Pinto desencadeia o terror contra ferroviários da Sorocabana: centenas de prisões e dezenas de feridos
- O Congresso Ferroviário desmascarou os divisionistas (Agostinho de Oliveira)

- Os inconformados (Almir Matos) — comenta os fracassos científicos dos EUA
- Gomulka: Contra o culto para ampliar a democracia no Partido
- Frente das Esquerdas na Frente Única Nacionalista e Democrática (Marco Antonio Coelho)
- No Recife, cultura é movimento popular
- UNE vai fazer "Raio X" do ensino superior na reunião de Curitiba
- Não existe lei para os trustes ianques: Cuba expulsa da OEA
- Brizola desapropria terras e entrega aos camponeses

n.º 157 (9/15 Fev 62)

Manchetes :

- Governo alimenta o golpe: terroristas ficam impunes e operários são perseguidos

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: Defender as liberdades (Fragmon Carlos Borges) — Contra a política do governo
- Líderes sindicais desmascaram plano de provocação golpista — sobre a greve geral
- GB: Motoristas vão à luta contra violências da polícia
- Um projeto contra a Reforma Agrária
- As causas do culto e o caráter de Stálin (Wladislaw Gomulka)

- Sobre o chamado "Caso Albanês"
- Uma revista para a juventude (Zuleika Alembert) — propaganda da revista Problemas da Paz e do Socialismo
- Encontro em Ravensbruck mostra os caminhos do milagre alemão
- Liberdade de imprensa também se compra (Fabiano Gonzaga) — artigo acusando de corrupção jornais, empresas de rádio e televisão

n.º 158 (16/22 Fev 62)

Manchetes :

- Krushov convoca o Mundo para uma assembléia de Paz
- Escândalo: Juscelino e Frondizi em golpe contra a Petrobrás

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: Apreender livros é golpe contra a Constituição — editora atacando a apreensão do livro de Che Guevara "Guerra de Guerrilhas"
- Pacto de Unidade se define ante as ameaças e provocações
- Sindicatos iniciam campanha: Mudar o Conselho de Ministros para fazer as reformas de base
- Cuba: República de Trabalhadores (Nelson Azevedo) — impressões de um participante de delegação comunista a Cuba
- Canudos e Contestado (Anibal Bonavides) — Recorda as campanhas revolucionárias brasileiras e incentiva o camponês à luta

- Gomulka analisa as divergências com o Partido Albanês do Trabalho
- Operários de Capuava reclamam encampação
- São Paulo: Produtores de amendoim enfrentam "Sindicato" dos trustes
- Do desenvolvimento ao Marxismo (Jacob Gorender) — critica conferência de Celso Furtado
- Celso Furtado: Desenvolvimento não beneficiou o povo — Reprodução do trecho de conferência

n.º 159 (23 Fev/1 Mar 62)

Manchetes :

- Empréstimo vergonhoso do BNDE: Governo sem dinheiro dá mais de um bilhão à Light
- Patriotas apóiam Brizola e repelem a insolência do governo americano

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: Brizola está certo (Fragmon Carlos Borges) — louva a encampação da Companhia Telefônica Nacional do RGS
- Cuba: Os "prejuízos" da Telefônica davam um lucro de 9 bilhões de pêsos (Nelson Azevedo)
- Insolente intervenção do governo ianque contra a decisão de Brizola
- Cães amestrados e carros de combates lançados contra estudantes e operários
- Sobre o "exotismo" das ideologias (Jacob Gorender) — doutrina comunista

- Como explicar o significado do 40.º aniversário do Partido Comunista (orientação para comemorações)
- ... E o Brasil não enviou tropas à Coreia — (Zuleika Alembert)
- Proibição de livros: Escritores repudiam o macartismo de Nasser — contra o Ministro da Justiça que proibiu o livro: "Guerra de Guerrilhas" de Che Guevara
- Confisco de livros vem de longe e nunca foi bom (B. de Lemos)
- Deus não é co-piloto nos aviões das empresas aéreas brasileiras
- Política "social" de Bonn — Governo constrói abrigos anti-aéreos e o povo fica sem casa para morar (Fausto Cupertino)
- A história de um truste que explorou o gaúcho durante trinta e cinco anos
- Antes do imperialismo os telefones eram bons

n.º 160 (2/8 Mar 62)

Manchete :

- Repulsa do povo aos insultos ianques contra o Brasil

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: Apoio a Brizola (Orlando Bonfim Jr) — aplaude a atitude antiamericanista de Brizola
- Repulsa à intervenção ianque nos assuntos internos do Brasil
- Reforma agrária do governo visa manter o latifúndio
- Os comunistas nas fábricas e nos sindicatos: 40 anos à frente da luta

- dos trabalhadores — (Agostinho de Oliveira)
- Divulgaremos o Programa de Construção do Comunismo (Geraldo Rodrigues dos Santos) — Incentiva a que os comunistas divulguem o Programa do XXII Congresso do PCUS
- A morte no campo (Nestor Veras) — sobre a mortalidade no meio rural brasileiro
- Povo na luta contra a carestia
- Mulheres comandam ofensiva para derrotar a alta do custo de vida

n.º 162 (23/29 Mar 62)

Manchete :

- Voto do povo argentino foi repúdio em massa à Aliança para o Progresso

Artigos principais:

- Vitoriosa a greve dos servidores de Niterói
- Visita de Goulart aos EUA é humilhação para o Brasil
- Prestes dirige-se aos comunistas argentinos (pelo resultado das eleições)
- Comunistas lutam ao lado das massas exploradas no campo (Ruy Facó) — Mostra a infiltração dos comunistas no meio camponês
- Repelir insultos ianques: único caminho digno da nação soberana
- Instalada na UNE a "Semana de Cuba"
- Os gaúchos sabem porque pelear (Ruy Facó)

- Paraná: Congresso selou unidade dos trabalhadores (sobre o II Congresso dos Trabalhadores do Paraná)
- Traidores: Tentaram dividir o Congresso: Mesmo com reforço externo foram batidos

Suplemento Especial:

- Sobre aniversário do PCB (40.º) com artigo de Luiz Carlos Prestes, Di Cavalcanti, Mario Schemberg, Oduvaldo Viana, Astrogildo Pereira, Dalcídio Jurandir, Jover Teles, Clovis Graciano, Virginia Artigas e Moysés Vinhas

n.º 163 (30 Mar/5 Abr 62)

Manchete :

- Light e governo: maior negociata da História do Brasil

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: Discurso entreguista (Orlando Bonfim Jr) — critica discurso de João Goulart
- Estão de pé as vítimas da fome (Roberto Morena) — sobre o 1.º de Maio
- Brizola: Unidade dos patriotas para derrotar corrupção eleitoral — Entrevista de Leonel Brizola
- O negro nos Estados Unidos: sua exploração e emancipação
- O perigo da "Frente das Esquerdas" no movimento estudantil (Zuleika Alembert) — infiltração comunista no meio estudantil
- "Problemas da Paz e do Socialismo" — uma revista marxista (Carlos Marighella)

- O papel crítico do 'intelectual marxista (J. Miglioli)
- Multiplicam-se as associações dos sem terra no Rio Grande (Ruy Facó) — agitação no meio rural
- Estivadores: Greve geral em todos os portos contra a redução dos salários (Amaro Valentim)
- Aniversário do PCB em São Paulo: Milhares festejaram no Pacaembu
- Alegria e emoção do povo nas festas do 40.º aniversário de seu partido
- Comemorações em Niterói com a presença de Tenório Cavalcanti e Vasconcellos Torres

n.º 164 (6/12 Abr 62)

Manchete :

- Telefônica: Encampação com tombamento para impedir negociações de Jango e Lacerda

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: 'Êles, a Light e o Povo (Orlando Bonfim Jr)
- Lindolfo Silva: Defesa dos interesses dos camponeses exige unidade
- Prestes falou pelo registro do PCB a 5 mil pessoas: Santos
- Na terra onde se faz vinho o gaúcho aprende o "ABC" para lutar contra latifúndio (Agitação no meio rural)
- A verdade sobre o racionamento em Cuba

n.º 165 (13/19 Abr 62)

Manchete :

- Tropas do Exército desencadeiam o terror em defesa dos latifundiários (Editorial)

Artigos principais:

- Servidores: Jornada de protesto dia 30 se não sair aumento de 50%
- Prontos para a greve estivadores aprontam solução para os fretes
- Leonel Brizola denuncia: Embaixada ianque é centro de corrupção
- Jango nos EUA: Exalta o capital estrangeiro e fala em independência
- Cêrco do latifúndio asfixia pequena propriedade gaúcha (Ruy Facó)
- Soviéticos vão mostrar tudo o que fazem para que o homem seja feliz (Luiz Gazzaneo) — sobre a Exposição Soviética no Rio
- Comunistas da Guanabara: e a Telefônica: Encampação pelo custo histórico
- Latifúndio comanda cangaço na Paraíba: Líder camponês assassinado pelas costas
- João Pedro — soldado da reforma agrária (Fragmon Carlos Borges) — sobre incidentes em Sapé

n.º 167 (27 Abr/3 Mai 62)

Manchete :

- Brizola em S. Paulo: "Aliança" é um novo tipo de colonialismo

Artigos principais:

- Prestes aos trabalhadores: Emancipação nacional para a conquista do socialismo
- Tombamento desenvolve fraudes dos trustes
- Exército protege latifúndio

- 1.º de Maio (página alusiva ao dia do trabalhador com gravuras sobre a greve e a luta entre os trabalhadores e a polícia)

n.º 168 (4/10 Mai 62)

Manchete :

- Negociata do ano ameaça Petrobrás: Cr\$ 62 bilhões

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: Palavras e atos (Paralelo entre João Goulart e Leonel Brizola)
- O significado do trabalho de educação para o movimento comunista (Anibal Bonavides)
- 1.º de Maio: Trabalhadores defendem a liberdade e vão a novas lutas
- O socialismo e a cultura (Piotr Pastovoi)

n.º 169 (11/17 Mai 62)

Manchete :

- Meio milhão de pessoas visitou a exposição da URSS: Primeira semana

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: Eleições (Orlando Bonfim Jr)
- Brizola: Aliança é instrumento de intervenção ianque no Brasil
- Luta contra o culto e justa aplicação dos princípios (Giocondo Dias) (Influência do XXII Congresso do PCUS)
- Tcheco-Eslováquia: o povo conquistou o poder lutando contra o nazismo

- 15.000 operários e camponeses no Primeiro de Maio paraibano (Roberto Morena)

n.º 170 (18/24 Mai 62)

Manchete :

- Prefeito de Natal denuncia ingerência norte-americana nos assuntos internos do Brasil

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: Reformas já (Orlando Bonfim Jr)
- Empresas estrangeiras são prejudiciais ao Brasil
- Prefeito de Natal denuncia ingerência norte-americana nos assuntos internos do Brasil
- UNE-Volante leva cultura e prega a libertação pelas capitais do Brasil (Regina Montana)
- Laos: Intervenção dos EUA pode deflagrar a guerra na Ásia
- Lício Hauer: Aliança é migalha que humilha o Brasil

n.º 171 (25/31 Mai 62)

Manchete :

- Brizola: Chegou a hora de expulsar do Brasil os espoliadores ianques

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: A bomba (Almir Matos)
- Brizola no CACO: É hora de dizer basta aos norte-americanos

- Krushov adverte contra o perigo de guerra na Ásia: EUA 'responsáveis
- Unidade de ação para derrubar ditadura a serviço do FMI (Declaração do Partido Comunista Argentino)
- Camponeses organizam-se para derrotar 'terror do latifúndio
- Crise de abastecimento: Povo paga a sua vida pela hora da morte e governo assiste o drama impassível
- Nordeste morrem de fome e 'o govêrno cruza os braços (Amaro Valentim)
- A indústria da miséria no nordeste (Fragmon Carlos Borges)

n.º 172 (1/7 Jun 62)

Manchete :

- Esmagar os golpistas e formar gabinete que faça as reformas (Editoriais)

Artigos principais:

- Santos: greve geral é símbolo da unidade contra o imperialismo
- General Peri: Bicho-papão do anti-comunismo ameaça a constituição (declarações do General Peri Bevilacqua e de Jânio Quadros)
- A ofensiva reacionária contra a política externa do Brasil (Marco Antonio Coelho)
- Tenório: Govêrno nacionalista e democrático no Estado do Rio
- O sentido da II Declaração de Havana (Paulo Derengoski)

- Nação exige: Derrotar o golpe e formar novo gabinete para fazer fé às reformas de base
- General 'Osvino: Trama golpista para implantar ditadura no País
- João Goulart à Pravda: Relações Brasil-URSS terão grande incremento
- CNTI: A luta 'operária para impedir golpe e exigir reformas de base

n.º 173 (8/14 Jun 62)

Manchete :

- Trabalhadores se lançam na luta por um govêrno que realize as reformas

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: Nem golpismo, nem conciliação (Orlando Bonfim Jr)
- Santiago: Só é independente a política que se apóia nos interesses populares
- Trabalhadores se lançam na luta por um govêrno que realize as reformas
- Golpistas forjam planos Cohen em série
- URSS, cinco anos depois (Almir Matos)
- UNE: 25 anos em defesa das liberdades democráticas
- Formação do proletariado pernambucano (Clovis Melo)
- Greve dos universitários cresce em todo o país e já tem vitórias

- A greve vale também contra o ma-
cartismo nas escolas
- Bombas ianques ameaçam a huma-
nidade: pó atômico pode contaminar
o cosmos
- Goiás: no vale do Paraná campone-
ses se organizam para lutar contra
o "grilo"

n.o 174 (15/22 Jun 62)

Manchete :

- Prestes conclama à luta: A ação
unida dos trabalhadores pode impe-
dir a conciliação e impor um gabi-
nete nacionalista

Artigos principais:

- Latifundiários investem contra
camponeses goianos
- A política de Moreira Sales: contra
o povo e o país
- Universitários não farão provas em
junho: greve prossegue firme
- Goulart a Krushov: Nosso interêsse
comum a preservação da paz
- Os estudantes e a frente-única (Gil-
van Melo)
- CPC: Cultura do povo, para o povo
e pelo povo (Regina Montana)
- Marcos Farias: o compromisso de
nosso cinema deve ser com a revo-
lução brasileira
- Da batalha do petróleo à luta geral
pela emancipação: UNE faz histó-
ria
- Operários comunistas vencem deba-
te com filósofos católicos

- Bilhões de cruzeiros para a Light
na voragem do financiamento com-
pulsório
- Intensifica-se no Rio Grande a luta
pela reforma agrária
- Cabreiro (Ceará): Grileiros destro-
em roçados e atacam de emboscada
líder camponês (Anibal Bonavides)
- Latifúndio improdutivo (Fragmon
Carlos Borges)
- Trabalhadores a postos: Ação por
um gabinete nacionalista
- São Paulo aplaude política externa
e homenageia chanceler
- Apêlo do líder do PTB: "Que o povo
exija um governo democrático"

n.o 175 (22/28 Jun 62)

Manchete :

- Em todo o país é unânime a exigên-
cia das massas: um governo nacio-
nalista

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: O Gabinete (Or-
lando Bonfim Jr)
- Povo paulista protestou nas ruas
contra a carestia
- Minas: multidão no comício clamou
contra fome e miséria
- Tubarões confessam culpa: auferem
lucros fabulosos!
- Manifesto dos trabalhadores ao po-
vo brasileiro
- Greve universitária não se intimida
com violências e só cessará com
conquista de um têrço

- Também em Pernambuco e Minas polícia agride os universitários em greve
- Posseiros de Porangatu (Goiás) resistem aos assaltos de grileiros e latifundiários
- Trabalhadores preparam greve geral pelo gabinete nacionalista e democrático
- Pernambuco: manifestações dos trabalhadores por um gabinete nacionalista
- Governo que possa merecer a confiança dos operários

n.º 176 (1 Jul 62) — Extra

Manchete :

- Povo condena a decisão da Câmara e continua luta por um gabinete nacionalista e democrático

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: Intensificar a luta (Orlando Bonfim Jr)
- Por trás das cúpulas do PSD e UDN o poder do latifúndio e do truste
- Cúpulas reacionárias revelaram o que são: inimigas do povo
- Santiago Dantas: Nossa luta é para libertar o Brasil
- Carta aberta do Padre Alípio ao Cardeal Jaime Câmara
- Teses errôneas e nocivas (Giocondo Dias) — atacando Francisco Julião

- Objetivo da visita de Kennedy: intervenção em Cuba em troca de dólares da "Aliança"
- Carta dos trabalhadores a Jango: Não concilie com os inimigos do povo

n.º 176 (6 Jul 62)

Manchete :

- Greve geral! Milhões de trabalhadores exigem de João Goulart: Gabinete nacionalista!

Artigos principais:

- Editoriais: Nenhuma conciliação contra os inimigos do povo
- Povo reage à violência e aos tubarões: invade armazéns para ter arroz
- O governo é cúmplice da sonegação e dos especuladores do povo
- Filas da fome invadem armazéns enquanto polícia espanca povo para salvar especuladores
- San Tiago aos trabalhadores: "Política externa é intocável"
- Milhões de trabalhadores param contra golpe e por um gabinete nacionalista
- Greve da UNE: Passeata sexta-feira
- O marxismo e a intelectualidade (Fausto Cupertino)
- Os comunistas dos Estados Unidos e o governo Kennedy (Gus Hall-Secretário geral do PC)
- EUA querem impedir exploração do xisto betuminoso no Brasil

- Retrato americano mostra violência, racismo e miséria
- Renúncia de Auro é derrota das cúpulas reacionárias

n.º 177 (6 Jul 62)

Manchete :

- Nossa luta não terminou: Continuar mobilizados para a conquista de um governo nacionalista e democrático

Artigos principais:

- Explode a revolta contra a fome: Exploradores mortos pelo povo em Caxias
- Editoriais: Manobras e conchavos não desviarão o povo da luta
- Governo é cúmplice da sonegação e dos especuladores do povo
- Guanabara: Paralisação total para exigir um governo nacionalista e democrático
- Estado do Rio: greve total
- Santos repetiu: parou tudo
- Lacerda foi furar greve mas bancários repeliram
- Pedido o registro eleitoral do PCB (Notícia)

n.º 178 (12 Jul 62)

Manchete :

- Trabalhadores decidem: redobrar a luta por gabinete nacionalista e democrático

Artigos principais:

- Editorial: A participação das massas na luta pelo novo gabinete
- Greve geral dos rodoviários para libertar colegas presos
- 5 de julho: o país parou em grandiosa greve política da classe operária
- O povo e a UDN
- O Discurso do Primeiro-Ministro
- O Comando Geral da Greve reforça sua organização
- Grosseira intervenção americana nos assuntos internos do Brasil
- Organizações camponesas sobre a crise: Governo que faça as reformas de base (Manifesto de Julião, Lindolfo Silva e Sampson Sampaio)

n.º 179 (20/26 Jul 62)

Manchete :

- Artigo de Prestes sobre a situação política: 1 — Oposição ao novo gabinete; 2 — Luta pelas reformas de base; 3 — Governo nacionalista e democrático

Artigos principais

- Comando Geral da Greve: Batalha para defender liberdades ameaçadas
- Convenção paulista da FLN
- Os comunistas fortalecem-se lutando pelas causas do povo (Moisés Vinhas)
- Um drama que teme solução (Fanny Tabak)

- A verdade sobre o massacre de camponeses em Porangatu (Nestor Vera)
- Greve geral em Santos: Foi "feriado operário" por um governo nacionalista
- Em Natal: Greve, passeata e comício

n.º 180 (27 Jul/2 Agº 62)

Manchete :

- Confisco imediato dos estoques e punições para os especuladores

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: Carestia (Orlando Bonfim Jr)
- Liberdade para os grevistas presos por Lacerda
- Recife: Greve no petróleo paralizou transportes
- Congresso de Libertação Nacional de 21 a 24 de agosto em São Paulo
- Polônia: 18 anos do poder popular criaram poderoso Estado industrial e agrícola
- Mensagem aos povos do mundo
- Moscou foi a capital da paz (J. Câmara Ferreira)
- Trabalhadores gaúchos transformam seu congresso em comando de greve
- XXV Congresso da UNE consagrou unidade do movimento estudantil

n.º 181 (3/9 Agº 62)

Manchete :

- Carestia e fome: só o enérgico protesto popular pode impedir ação criminosa dos sonegadores

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: Nova Crise (Orlando Bonfim Jr)
- Santos: Povo responde à reação reforçando sua luta pela unidade
- Discurso de Jango na Paraíba: Reforma agrária é exigência inadiável
- Camponeses de Garças fazem duas greves: Vitória
- Seis meses de sonegação e exploração
- Registro para o PCB
- Pronunciamento de João Goulart favorável à legalidade do PCB (agosto de 1960)
- Paz (suplemento especial sobre o Congresso Mundial do Desarmamento e da Paz em Moscou (Jul 62)

n.º 182 (10/16 Agº 62)

Manchete :

- Ação das massas para solucionar a crise a favor do povo

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: O caminho (Fragmon Carlos Borges)
- Giocondo Dias, os comunistas e a revolução brasileira (Francisco Julião)

- Embaixador Alvaro Lins: Desarmamento total é o mais curto caminho para a Paz
- O Congresso de Libertação Nacional e sua importância política (Carlos Marighella)
- Remédio maldito gera monstros no mundo ocidental

n.º 183 (17/23 Agº 62)

Manchete :

- Greve geral pelas reformas de base e defesa das liberdades

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: Participar para decidir (Orlando Bonfim Jr)
- Greve geral pelas reformas de base e defesa das liberdades (Manifesto do CGT)
- Etapas da revolução e frente-única (Giocondo Dias)
- Programa econômico de Brochado analisando ponto por ponto
- Cibernética e biologia (S. Braines e I. Guttchine)
- CPC de São Paulo, vanguarda cultural a serviço do povo
- Pernambucanos lutam pelo governo nacionalista e democrático (Amaro Valentim)
- Cosmonautas batem recordes e reafirmam a superioridade total da URSS no espaço

n.º 184 (24/30 Agº 62)

Manchete :

- Programa da luta dos trabalhadores brasileiros: 1) Contra o impe-

rialismo, 2) contra o latifúndio, 3) contra a conciliação

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: A Solução do povo (Orlando Bonfim Jr)
- IV Encontro decidiu: Luta contra o imperialismo e o latifúndio
- A lei de lucros: um passo a frente
- Acôrd de investimento com EUA põe por terra soberania nacional
- A revolução trouxe o progresso e bem-estar ao povo da Rumania
- Caminho das estrelas começa na porta da Escola
- As Ligas Camponesas na Paraíba — Latifundiários ameaçam pegar em armas contra a reforma agrária (Ruy Facó)
- O Gangsterismo político

n.º 185 (31 Agº/6 Set 62)

Manchete :

- Os comunistas brasileiros definem sua posição ante a grave situação do País (Resolução política do PCB)

Artigos principais:

- Afirmação do proletariado (Roberto Morena)
- As ligas camponesas da Paraíba (Ruy Facó)
- Os degraus que conduzem ao cosmo Yuri Gagarin)
- Berlim, cidade calma (J. Câmara Ferreira)

- Por que o muro (Flávio de Souza Palma e Ulisses Demócrito Horta de Siqueira)
- 2 agosto — A traição ao Brasil

n.º 186 (7/13 Set 62)

Manchete :

- Preparar a greve geral para conquistar solução que interessa ao povo

Artigos principais:

- Editoriais: A questão fundamental
- Encontro da Libertação Nacional: Declaração
- Os divisionistas (Roberto Morena)
- Preparar a greve geral para conquistar a solução que interessa ao povo
- Dimitrov: Lutador Comunista, herói nacional da Bulgária
- A independência do Brasil: Uma conquista das lutas do povo brasileiro
- Duas forças se defrontam: A Várzea e as Ligas (Ruy Facó)
- Legalidade democrática é bandeira do povo
- Suborno e corrupção do poder econômico fraudam as eleições

n.º 191 (12/18 Out 62)

Manchete :

- Povo carioca derrota Lacerda e o Cardeal: Eloy e Aurélio vencem

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: O que vem fazer Kennedy? (Orlando Bonfim Jr)
- Unir os trabalhadores na América Latina (Roberto Morena)
- Eleições: Votos nas cidades tiveram marca nacionalista
- Estudo do Itamarati conclui: Pode duplicar o comércio com o Leste
- Quem faz as leis no Brasil (Ruy Facó)
- Eleições na UME: Estudantes derrotarão o divisionismo (Regina Montana)
- Há quarenta anos imperialismo derrotado suspendia o bloqueio da Rússia Soviética
- Quem é Mister Kennedy (Harold White)
- Salário mínimo tem de sair já

n.º 194 (3/9 Nov 62)

Manchete :

- Gráficos e jornalistas: Luta pelo aumento de 70% poderá levar à greve

Artigos principais:

- Editoriais: Prosseguir a luta
- Brizola e as bases em Cuba
- Direito de greve
- China Popular explica por que a questão na fronteira com a Índia
- Paz: Primeiro decreto do poder soviético

- Frigorosa derrota dos usineiros pernambucanos
- Sete dias abalaram o mundo

n.º 195 (9/15 Nov 62)

Manchete :

- CGT rejeita proposta do governo: Quer mínimo de 80% em dezembro

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: União Soviética — Campeã da Paz e da defesa dos povos (Luiz Carlos Prestes)
- Brasileira conta como povo cubano preparou-se para enfrentar bloqueio ianque (Clara Charf)
- URSS: Revolução faz anos festejando o comunismo que não está longe
- A potência militar da URSS garante soberania dos povos (Andrei Eremenko)
- As grandes cidades decidiram a vitória de Miguel Arraes (Ruy Facó)
- Fidel: Cuba quer a paz para trabalhar e criar

n.º 196 (16/22 Nov 62)

Manchete :

- 13.º Salário em perigo!

Artigos principais:

- Posição dos comunistas: Plebiscito com reformas (Resoluções políticas do PCB)
- Cônsul dos Estados Unidos humilha o povo brasileiro
- Cuba e União Soviética exigem retirada dos ianques de Guantánamo

- Voluntários de Kennedy não são da paz
- Uma prova política decisiva (Gus Hall)
- A república e o povo

n.º 197 (23/29 Nov 62)

Manchete :

- Salário mínimo de 80% e 13.º mês integral para enfrentar a carestia

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: Paz e Socialismo (Orlando Bonfim Jr)
- Processo-farsa condena Jofre Corrêa Neto a vinte meses de prisão
- O papel progressista do setor estatal (R. Avakov e R. Andreasian)
- Os comunistas gaúchos e o pleito de 7 de outubro (Eloy Martins)
- Que são as Ligas Camponesas (Ruy Facó)
- O povo nas trincheiras em pé de guerra pela paz (Dario Carmona)
- Com greve de 72 horas — Gráficos e jornalistas selaram unidade na GB

n.º 198 (30 Nov/6 Dez 62)

Manchete :

- Trabalhadores não aceitam mínimo que o governo decreta e exigem 13.º integral

Artigos principais:

- Editorial: Defender os mandatos

- Trabalhadores organizam a luta contra a carestia e em defesa do 13.º salário e do mínimo justo
- Operários navais conquistam vitória com greve de sete dias
- Impregnações no TSE: Eleitores esbulhados
- Congresso do PC Búlgaro: Política de coexistência pacífica corresponde aos interesses da humanidade
- “Cinco vezes Favela”: CPC traz ao povo o melhor cinema novo
- Latifúndio mata em série líderes camponeses no interior da Bahia
- Povo não ganha para suportar liberação do preço dos aluguéis

n.º 199 (7/13 Dez 62)

Manchete :

- Patriotas exigem demissão da quadrilha entreguistas que se apossou da SUMOC

Artigos principais:

- Bancários vão à greve pelo 13.º salário e contra o Banco Central
- Aeronautas: Salário não paga perigo de vida
- CGT e CNT em apoio a Pinheiro Neto
- Aliança da classe operária e democracia socialista
- Porque os comunistas argelinos são contra o Partido único
- O Iemen escolheu o caminho não capitalista (Pravda, Moscou)

— Manifesto à Nação (Diretoria da CONTEC)

— Assalto ao povo continua

n.º 200 (14/20 Dez 62)

Manchete :

- Marítimos, ferroviários e portuários poderão ir à greve nacional pelo 13.º

Artigos principais:

- Editorial: Direito de Voto
- Bancários: se não sair 13.º, greve! Se projeto Faraco andar, também!
- Marítimos, portuários e ferroviários irão à greve pelo 13.º
- Governador Brizola na televisão: “A doença do Brasil é a espoliação imperialista”
- Reação investe contra o direito de greve
- Resolução política dos comunistas (Conferência Nacional do PCB)
- I Congresso dos Camponeses gaúchos: Marco na luta pela posse da terra
- Perspectivas da luta em São Paulo
- Importante concessão da URSS para cessar provas nucleares
- Anistia: Cumprir o decreto número 18 para todos os patriotas perseguidos
- Sargentos unidos aos trabalhadores: Defesa dos mandatos
- Guanabara mobiliza-se para impedir o esbulho

- Povo vai às ruas para defender o seu voto: Luta pela posse dos eleitos
- Denúncia de um sargento

n.º 201 (21/27 Dez 62)

Manchete :

- Povo repele pressão ianque sobre Jango: Governo deve resistir

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: Recuar ou avançar? (Orlando Bonfim Jr)
- Operários trabalham e zelam pela fábrica que o dono abandonou
- Brasil Estados Unidos: Chega de saque e de submissão
- Alemanha nazificada de Adenauer: a maior ameaça aos povos do Mundo
- “Esso” está por trás da campanha contra a refinaria de Mataripe

n.º 202 (28 Dez 62/ Jan 63)

Manchete :

- Todos às urnas no dia 6 para votar: Não

Artigos principais:

- A greve dos oficiais da Marinha Mercante (Luiz Guilhardini)
- Por causa do 13.º, bancários, rodoviários e telegrafistas em greve e têxteis na Justiça
- Trabalhador já sabe que só reformas de base resolvem os problemas brasileiros
- A Plataforma revolucionária do movimento comunista internacional (Reprodução da PPS/11)

- 15 anos de socialismo transformaram a Rumânia numa nação industrializada

- O plano trienal de Celso Furtado

- Domingo dia 6 — Povo vai fazer um X ao lado da palavra *Não*

n.º 204 (11/17 Jan 63)

Manchete :

- Nação votou contra entreguismo e a favor das reformas de base

Artigos principais:

- Primeiras greves do ano são pelo pagamento do 13.º
- Fidel Castro responde a Kennedy: O povo cubano levará avante a Revolução
- CONTEC define no Grupo de Trabalho a reforma bancária progressista
- Movimento camponês 62: Fortalecimento e consolidação
- 1962: Crises políticas e crise de estrutura
- 1962: Ano do Comando Geral dos Trabalhadores (Roberto Morena)

n.º 205 (18/24 Jan 63)

Manchete :

- Manobra nas cúpulas é pressão para fazer pressão para formar governo contra o povo

Artigos principais:

- Livre do Parlamentarismo Governo agora tem de cumprir promessas

- Manobras das cúpulas visam um governo de cambalacho
- Novas ameaças ianques a Cuba: Pressão visa a reabrir crise
- São Paulo organiza a resistência democrática: Povo defenderá os mandatos dos deputados populares
- O proletariado e os camponeses de — São Paulo (Moysés Vinhas)
- A IV Conferência Mundial dos Trabalhadores agrícolas, florestais e das plantações (Nestor Vera)
- Marxismo e cristianismo (Claude Tresmon)
- Congresso de camponeses gaúchos aponta o caminho: Reforma agrária
- Mensagem de Kennedy: Palavras de engôdo e confissão de falência
- Krushov em Berlim: O rumo que o Ocidente escolhe leva ao túmulo
- 13.º Mês ninguém tira!

n.º 207 (1/7 Fev 63)

Manchete :

- Ministério e Plano Trienal: Compromisso e conciliação com o imperialismo e o latifúndio

Artigos principais:

- Editoriais: Petulância de Gordon
- Santos pára em defesa dos mandatos — SP: Seis mil sargentos e soldados reclamam posse para deputados eleitos
- Ministério e Plano Trienal: Compromisso e conciliação com o imperialismo e o latifúndio

- Os caminhos da Revolução nos debates do PC italiano
- Monopólio dos atacadistas encarece alimentos na GB
- Magé: Camponeses despejados lutam e reocupam as terras
- Embaixada dos EUA confirma: "Ajuda ianque é espoliação"

n.º 208 (8/14 Fev 63)

Manchete :

- 1. Governo responsável pela carestia
- 2. Ministério não inspira confiança
- 3. Plano Trienal é contra o povo

Artigos principais:

- Navais advertem: Lei desrespeitada é greve declarada
- Os comunistas brasileiros e as "guerrilhas" do Peru
- EPN formula programa de luta para a nova legislatura
- Um Congresso contra as reformas de base (Elias Chaves Neto)
- A alternativa conciliadora do Plano Trienal (Jacob Gorender)
- Rumânia socialista vende e compra de 78 países
- Santos: Proletariado parou em defesa da democracia e do voto popular
- Congresso da ULTAB aprova: Luta pela reforma agrária e sindicalização rural

- Trabalhadores: Greve geral para acabar com a carestia e conquistar reformas de base

n.º 209 (15/21 Fev 63)

Manchete :

- Intensificar as ações de massas na luta contra a carestia e a fome

Artigos principais:

- Fazenda de café em Ourinhos: 140 famílias em greve desde o dia 1.º
- O discurso do Presidente
- Os gorilas norte-americanos planejam nova agressão a Cuba
- O plano trienal e o combate à inflação (Jacob Gorender)
- A posição dos comunistas diante do Governo Adhemar de Barros
- Recife: Federação das Associações de Bairros luta contra a carestia
- Arraes no governo: Impossível liquidar o subdesenvolvimento sem liquidar a exploração estrangeira (discurso de Miguel Arraes na posse do governo de Pernambuco)
- Que fim levou meu salário mínimo?

n.º 211 (8/14 Mar 63)

Manchete :

- Soberania Nacional repele capitulação às exigências dos espoliadores ianques

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: Missão contra o Brasil (Orlando Bonfim Jr) (sobre a missão Santiago Dantas)

- Trabalhadores da GB em Congresso (Roberto Morena)

- Governo deve resolver se continua com o povo

- O fevereiro de 1948 na Tcheco-Eslováquia

- Congresso de Solidariedade a Cuba (notícia)

- Prefeito aumenta preços das passagens: o povo protesta

- Campos: Vida amarga dos trabalhadores no açúcar

- Os rapazes do Anzocetgui

n.º 213 (22/28 Mar 63)

Manchete :

- Fora Mister Gordon!

Artigos principais:

- Do metalúrgico ao bancário a preocupação foi uma só: defender o povo e o Brasil (sobre o I Congresso de Trabalhadores da Guanabara)

- O plebiscito de 21 de abril e a posição dos comunistas

- Prepara-se encontro de solidariedade ao povo paraguaio

- Governo de Arraes atende às reivindicações dos camponeses (Rildo Monta)

- Centenas de reuniões e atos públicos em todo o país: milhares de adesões ao Congresso de Solidariedade a Cuba

- Prestes em Cuba e na Europa fala sobre realidade do país e a posição dos comunistas (Refere-se à viagem de Prestes à URSS e a Cuba)

n.º 214 (29 Mar/4 Abr 63)

Manchete :

- Defesa da democracia contra o fascista Lacerda (sôbre a questão do Congresso de Solidariedade a Cuba)

Artigos principais

- Militares e civis em frente-única por aumento de 70%
- Retôrno melancólico: San Tiago trouxe um prato de lentilhas e as promessas de sempre
- Prestes no 41.º aniversário do Partido: unir todos os patriotas e democratas
- Assis Lemos a NR: Latifundiários instalam clima de terror na Paraíba
- Todo o Brasil representado ao Congresso de Solidariedade a Cuba realizado em Niterói

n.º 215 (5/11 Abr 63)

Manchete :

- Povo mobilizado derrotará manobras de reação e conquistará as reformas

Artigos principais:

- Artigo de Fundo: Reação e carestia (Orlando Bonfim Jr)
- CGT previne: Greve geral contra agitação golpista
- Krushov à imprensa — URSS disposta a incrementar comércio com o Brasil

- Nova manifestação pela posse dos eleitos: Geraldo Rodrigues dos Santos homenageado

- Mobilização popular para derrotar os gorilas: Usineiros golpistas planejam intervenção federal em Pernambuco (Entrevista de Gilberto Azevedo e Miguel Batista)

n.º 216 (12/18 Abr 63)

Manchete :

- Mobilização popular para barrar a conciliação e derrotar o golpe "gorila"

Artigos principais:

- Krueel comanda o golpe
- Sargento Garcia disse aos metalúrgicos que Gen Krueel é golpista
- A Constituição Federal e a reforma agrária (Lindolfo Silva)
- O Caminho da Unidade na Hungria Socialista
- O CGT de fato é do direito
- O golpe dos gorilas

n.º 218 (26/30 Abr 63)

Manchete :

- Fôrças nacionalistas mobilizam todo o povo para a luta contra a política do FMI e pelas reformas de base

Artigos principais:

- CGT e PUA juntam-se aos barnabés para derrotar 40% dos ianques

- Unir para vencer (Editorial)
- As “esquerdas” do Professor San Tiago (Giocondo Dias)
- Racionamento é crime, encampação é lei
- 20 dias de greve: Gráficos conquistam a sua vitória (Rildo Monta)

n.º 219 (1/9 Mai 63)

Manchete :

- Comunistas definem posição frente às reformas de base (resolução do PCB)

Artigos principais:

- 239: menos dólares para o Brasil mais cruzeiros para exportadores
- Arraes: “A democracia não é um rótulo para encobrir privilégios”

n.º 220 (10/16 Mai 63)

Manchete :

- Pressão popular sobre o Governo e Congresso: Emenda da Constituição

Artigos principais:

- Trabalhadores fazem raio-X do Brasil (notícia do II Congresso da CNTI com a presença do Presidente da República)
- Marco Antonio aponta fracasso de San Tiago
- Homem simples e humano; espanhol de quatro costados — Manifesto do Partido Comunista Espanhol sobre a morte de Juan Griman
- Arraes denuncia a Aliança

- 1.º de Maio: Luta e festa dos operários e camponeses (Rildo Monta)

n.º 221 (17/23 Mai 63)

Manchete :

- Levar as massas às ruas para arrancar do Governo e do Congresso as reformas

Artigos principais:

- Kruel não pode ser mais ministro (sobre a prisão do Sub-Ten Gelci Rodrigues)
- CGT mobiliza os trabalhadores para a greve e pelas reformas
- Mulheres falam de tudo e fortalecem movimento sindical (sobre a I Conferência Nacional dos Trabalhadores)
- CGT condena os gorilas: Manifesto pelas reformas!
- Ferroviários conquistam aumento com greve que não chegou a ser declarada
- Operários navais ajudam reforma agrária do Imbé
- Abolição: reforma de base conquistada no século XIX

n.º 222 (24/30 Mai 63)

Manchete :

- Nova política, novo governo

Artigos principais:

- Empréstimo compulsório é exigência do FMI
- 9 de Maio — a Tcheco-Eslováquia se liberta

- Fernando Santana: Reforma agrária para acabar com as injustiças e o atraso
- Usineiros assaltam o povo

n.º 223 (31 Mai 63)

Manchete :

- Prestes conclama o povo à ação romper com o FMI e conquistar as reformas (Entrevista de Prestes)

Artigos principais:

- Autorizado o CGT a decretar a greve geral pelas reformas
- Jango, trabalhadores e estudantes na pregação pela reforma agrária
- Reforma ou negociata agrária
- Arraes: Reformas de base e libertação do País

n.º 224 (7/13 Jun 63)

Manchete :

- Dirigentes sindicais a Jango: Organizar ministério capaz de fazer as reformas de base

Artigos principais:

- Problemas da reforma agrária radical (Jacob Gorender)
- Crime de lesa-pátria (sobre a compra da "Bond and Share")
- Líder anti-fascista português condenado a morte

n.º 225 (14/20 Jun 63)

Manchete :

- Ação unida das forças populares para conquistar um ministério que realize as reformas de base

Artigos principais:

- Greve de 40 mil contra a fome e pelo delegado da empresa
- Ferroviários paulistas reiteram apoio ao CGT
- Osvino: a "Aliança" não passa de uma suposta do anticomunismo
- No país do preconceito o racismo é como o ar

n.º 227 (28 Jun/4 Jul 63)

Manchete :

- Aumento de aluguéis e empréstimo compulsório: trabalhadores resistirão a êsse novo assalto

Artigos principais:

- Radialistas irão a greve para defender profissão
- Pelas encampações (Agliberto Azevedo)
- A primeira cosmonauta (propaganda da URSS)
- Gráficos de Pernambuco realizam conferência: São pelas reformas
- Capivari: Vitória dos camponeses foi contra grileiros e provocadores
- Compulsório como está é redução dos salários
- Recursos devem ser encontrados entre quem pode e deve pagar
- CONTEC mostra como encontrar o dinheiro

n.º 228 (5/11 Jul 63)

Manchete :

- Carestia esmaga os trabalhadores:

Derrotar política financeira e lutar por novos níveis salariais

Artigos principais:

- Gorilismo estava no fundo das provocações em Santos
- FMP solidária com Brizola
- Campanha contra Brizola é parte do plano golpista
- Agora a reforma urbana

n.º 229 (12/18 Jul 63)

Manchete :

- Lutar contra o golpe e pelas reformas de base

Artigos principais:

- Os comunistas e a situação política nacional (resolução política do PCB)
- São Paulo: greve e passeata contra o imposto de fome
- Gráficos são pela unidade do movimento sindical (sobre o Congresso de Salvador)
- CGT mobiliza trabalhadores: Greve geral contra gorilas
- Povo esmagará "Agostada"

n.º 230 (19/25 Jul 63)

Manchetes :

- Carta de Kennedy é revoltante afronta à soberania nacional
- Mobilização nacional pelas reformas e contra a carestia

Artigos principais:

- Remédio é congelamento para cessar exploração da indústria farmacêutica

— Estudantes do mundo subdesenvolvido unidos pela libertação nacional e pela coexistência pacífica

— Os progressos do povo polonês (Henryk Korotynski)

— O Sacerdote, as reformas e o direito de propriedade (sobre o lançamento de um livro do padre esquerdista Aloísio Guerra)

— Como fazer eleição no sindicato rural

— Mobilização nacional pelas reformas e contra a carestia

— Agosto dos trabalhadores: Mobilização nacional pelas reformas e contra a carestia

n.º 231 (26 Jul/1 Agô 63)

Manchetes:

— Semana contra a fome e a espoliação

— Os comunistas brasileiros e as divergências do movimento comunista mundial (trabalho anexo)

Artigos principais:

— Parlamentares e trabalhadores mobilizam o Brasil: Semana Nacional de Protesto

— O "Semanário da subversão" (sobre o Semanário Estudantil do Mundo Subdesenvolvido, de Salvador)

— Latifúndio e truste encarecem o leite

n.º 232 (2/8 Agô 63)

Manchete :

— Começou a semana de protesto: manifestações de rua e greves contra carestia e pelas reformas

Artigos principais:

- Semana começa com Brasil mobilizado pelas reformas e contra a carestia
- Leite, carne e pão aumentam porque o governo teme enfrentar o imperialismo e o latifúndio
- A política eleitoral dos comunistas (sobre a participação dos comunistas no processo eleitoral) (Resolução política do PCB)
- Milhares de pernambucanos exigiram de Jango reformas e fim da carestia (pronunciamento de Miguel Arraes)
- Pelas reformas e contra a carestia (Ação do CGT)

n.º 234 (16/22 Agô 63)

Manchete :

- Grande concentração dia 23 na Cinelândia: CGT convoca o povo

Artigos principais:

- Prestes fala no Recife (notícia e foto)
- Milhares de pernambucanos aclamam Prestes no Recife
- Congresso de Moscou foi mensagem de paz das mulheres (depósitos de Clara Scharff, Maria Sampaio, Marion, Elza Soares Ribeiro e Heloíde)
- Sindicatos rurais: Organização e reconhecimento
- Farsa do leite custa muito caro ao povo

n.º 235 (23/29 Agô 63)

Manchete :

- Pelas reformas de base, contra a carestia de vida, contra o fascista Lacerda

Artigos principais:

- Os comunistas brasileiros e o acôrdo atômico
- Mobilização total dos trabalhadores para a concentração da Cinelândia (promovida pelo CGT)
- Rumânia, um grande país pequeno (Alberto Carmo)
- Niemeyer, ao receber o Prêmio Lênin da Paz
- Congresso dos Bancários em Salvador

n.º 236 (30 Agô/5 Set 63)

Manchete :

- Ação unida das massas para conquistar as reformas e defender as liberdades

Artigos principais:

- Uma grande vitória da Paz (J. Câmara Ferreira)
- O 26.º Congresso da UNE e a unidade do Movimento estudantil
- Trabalhadores do Petróleo alertos na campanha pela encampação de Capuava: Empresas estrangeiras financiavam o IBAD
- Comício foi vitória do povo (sobre o Comício da Cinelândia a 23 Agô 63)

n.º 237 (6/12 Set 63)

Manchete :

- Governo deve apontar e punir os golpistas do IBAD

Artigos principais:

- Vitória dos trabalhadores santistas contra violência de Adhemar
- Bulgária em 19 anos superou atraso e constrói socialismo
- As mulheres e a Paz (Ana Montenegro)
- Espião nazista comanda inquérito contra a UNE
- Santos em defesa da liberdade (sobre a greve de Santos)

n.º 238 (13/19 Set 63)

Manchete :

- Mais de um milhão de trabalhadores mobilizados na luta contra a fome

Artigos principais:

- Bancários alertos podem ir à greve se banqueiros continuarem intransigentes
- Congresso dos jornalistas foi vitória da democracia
- Os comunistas e as eleições em Pernambuco — (documentos do Comitê estadual de Pernambuco)
- Os “misericordiosos” de Santos (Elio Parmigiani)
- Paraná à morte e destruição no rastro do fogo

n.º 239 (20/26 Set 63)

Manchete :

- Unidade das forças populares, pelas liberdades democráticas, pelas reformas de base

Artigos principais:

- Manifesto do PC (com o título acima)
- Bancários em greve em sete Estados contra reação patronal
- O Seguro Social na RDA (Alberto Carmo)
- Um método para Rafka (Eduardo Goldstucher)
- Está chegando a hora de capturarem a terra (II Conferência Estadual dos Trabalhadores Agrícolas)
- Sargentos são nossos irmãos (Artigo explicando o levante de Brasília)
- CGT: Estado de Alerta (manifesto)

n.º 242 (11/17 Out 63)

Manchetes :

- Solidariedade ao povo cubano
- Por um Novo Governo capaz de adotar soluções imediatas em favor do povo (manifesto do PCB)

Artigos principais:

- Câmara defende latifúndio; “Ajuda” é instrumento imperialista; truste canadense quer dominar mercado brasileiro de alumínio (Propaganda)
- Meio milhão de trabalhadores paulistas unidos na luta salarial

- Uma análise marxista da inflação (Josué Almeida)
- O Sítio (Histórico do insucesso do pedido para decretação do estado de sítio)

n.º 242 (5 Out 63) Edição Extra

Manchetes :

- Esmagar conspiração de Lacerda e Adhemar
- Contra o Estado de Sítio e pelas Liberdades
- Por um governo nacionalista e democrático

Artigos principais:

- Manifesto dos comunistas contra o estado de sítio é exigido reformas radicais
- CPOS e PUA alertam esperando CGT (agitação)
- Oficiais de Jurema e dos ministros militares acompanham mensagem pedindo o estado de sítio
- Vários artigos condenando a decretação do estado de sítio

n.º 243 (18/24 Out 63)

Manchete :

- Mobilizar as massas para impor soluções concretas contra fome e espoliação

Artigos principais:

- Aliança financia golpe de Lacerda contra as reformas (Propaganda)

- Bancários — exemplo de como fazer ganhar uma greve (Agitação)
- Conspiração (Agitação)

n.º 244 (25/31 Out 63)

Manchetes :

- Brasil deve declarar moratória: solução para problema cambial
- 700 mil trabalhadores paulistas mobilizados para greve contra intransigência patronal

Artigos principais:

- São Paulo vai parar se patrões não transigirem
- Relatório dos técnicos soviéticos: Brasil possui imensas reservas de petróleo
- Guiana Inglesa luta pela liberdade
- A falta de luz; GB sem água; Brasil ajuda o povo cubano

n.º 245 (1/7 Nov 63)

Manchete :

- Trabalhadores de todo o país apoiam greve dos 700 mil e mantêm-se em estado de alerta

Artigos principais:

- A vitória da unidade (Ramiro Luchesi) — sobre a greve em São Paulo
- Greve prossegue na Astúrias apesar das torturas de Franco
- Uma brilhante contribuição à História das lutas camponesas (Jacob Gorender)

- Intelectuais já têm Comando: Criado o CTI (organização do Comando dos Trabalhadores Intelectuais)
- São Paulo está em greve

n.º 247 (15/21 Nov 63)

Manchete :

- CGT inicia campanha nacional contra aumento de aluguéis

Artigos principais:

- Ben Bella: " O povo argelino tomou o caminho do socialismo"
- Denunciar acordos Brasil-EUA no Plano de Educação
- Lacerda gasta bilhões da GB em propaganda e corrupção
- A greve de Capuava

n.º 248 (22/28 Nov 63)

- Ameaças de golpe: aumenta a pressão dos trustes ianques
- A luta deve continuar para derrubar projeto que libera aluguéis
- Lacerda arranca bilhões do povo para esbanjar na campanha eleitoral

Artigos principais:

- Editorial: O golpe ianque
- Quatro padres contra o marxismo (Leandro Konder)
- A insurreição de 1935 (Artigos de Luiz Carlos Prestes, Leivas Otero, Tenente X e Astrogildo Pereira)
- Aliança sem máscara — artigos contra os EEUU

n.º 249 (29 Nov/5 Dez 63)

Manchetes:

- Assassinato de Kennedy foi golpe de estado
- Esmagar os golpistas e dar soluções concretas aos problemas do povo

Artigos principais

- PUA vai a greve geral se Adhemar não atender ferroviários da Sorocabana
- O reforçamento do latifúndio à luz do censo de 1960 (Jacob Gorender)
- Os ideais do movimento de 1935 (Carlos Marighella)
- Usiminas: Escravidão e violência (Elio Parmigiani)
- Três anos de Lacerda no governo agravam grandes problemas da GB
- Vitoriosa em Pernambuco a greve geral dos trabalhadores rurais
- Um golpe-de-Estado: sobre a morte de Kennedy e de Lee Oswald

n.º 251 (13/19 Dez 63)

Manchete :

- Os comunistas e a recomposição do governo

Artigos principais:

- Os comunistas e a recomposição do governo
- Liberdade para os sargentos e líderes sindicais (Agitação)
- Provocação contra Cuba é grave ameaça à Paz
- Anistia aos sargentos

n.º 252 (20/25 Dez 63)

Manchete :

- Solução para a crise: Nôvo governo baseado nas fôrças progressistas

Artigos principais:

- Solução para a crise: Nôvo governo baseado nas fôrças progressistas (Agitação)
- FMP — Lutemos por um governo nacionalista e democrático (Agitação)
- Arraes: Solução é Governo apoiado nas fôrças populares
- Cívís e militares reclamam anistia para sargentos que Câmara engavetou

n.º 253 27 Dez/2 Jan 64)

Manchete :

- Prosseguir na luta por um nôvo governo e uma nova política

Artigos principais:

- Decretado o monopólio de importação de Petróleo: Vitória nacionalista
- Encontro dos trabalhadores fluminenses
- Contag (Acontecimento marcante)

n.º 254 (3/9 Jan 64)

Manchete :

- Trama no Itamarati para romper com Cuba

Artigos principais:

- A Argélia escolhe o caminho

- Agressões econômicas dos Estados Unidos a Cuba

- Lacerda não entrou

- A vitória da revolução cubana (Carlos Marighella) — Procura associar a causa de Cuba à causa brasileira

n.º 256 (17/23 Jan 64)

Manchete :

- Unidade para a conquista de um governo que realize as reformas de estrutura

Artigos principais:

- Riani: CNTI continuará a luta pelas reformas e pela unidade dos trabalhadores
- Há uma vida melhor nos campos de Pernambuco — Camponês Pernambucano come carne e toma leite (Josué de Almeida) — Propaganda do governo Arraes
- O Crime do Panamá — Bandeira foi estopim — Mentira e insulto — artigos sôbre o problema do Panamá (Propaganda antiamericanista)

n.º 259 (7/13 Fev 64)

Manchete :

- CGT mobiliza trabalhadores do País — Mínimo de 100% a partir de janeiro

Artigos principais:

- Ministro da Guerra desmente "O Globo" (propaganda)
- Solidariedade aos marinheiros (Agitação)

- Arraes: Ano I nossa luta é pela encampação — (Propaganda do governo Arraes)
- Salário mínimo de 100% (Agitação)

Edição Extra (13 Mar 64) — (Número dedicado ao Comício de 10 de Março)

Manchetes:

- Desapropriação de terras e encampação das refinarias: Vitória do Povo
- Jango assina tabelamento dos aluguéis

Artigos principais: (Agitação revolucionária)

- Jango, mensagem ao Congresso exigirá reformas
- Estes decretos são conquistas do povo
- CGT: Mobilização permanente para garantir as reformas
- Comício abriu nova fase na luta pelas reformas

n.º 265 (27 Mar/2 Abr 64)

Manchetes:

- Solidariedade aos marinheiros presos e perseguidos pelo Ministro Silvío Mota
- Intensificar as ações de massas para garantir a vitória do povo

Artigos principais:

- Os comunistas e a situação política: Intensificar as ações de massas para garantir a vitória do povo (manifesto comunista — agitação revolucionária)

- A necessidade do movimento comunista (Moysés Vinhas)
- Momento de esperança e de confiança (Astrogildo Pereira)
- Frente Popular — Programa para a organização da chamada Frente Popular que integrará todos os partidos inclusive o PCB que apoiavam João Goulart

CAPÍTULO IV

A MOVIMENTAÇÃO DE MASSAS

A movimentação de massas é o recurso de que se vale o Partido Comunista para alcançar os seus objetivos através da pressão política ou da coação física e moral por grupos maciços de pessoas, comunistas, simpatizantes, mercenários e outras, convocadas, reunidas, comandadas, disciplinadas e até submetidas pelo pavor na execução de atos pacíficos, semiviolentos ou mesmo violentos decididos pela direção partidária.

A movimentação de massas comporta a fase de mobilização e de ação. O aspecto mais crítico para o partido reside na atividade de mobilizar o pessoal, em razão da resistência normal para a participação em atos dessa natureza, nos quais, inúmeras vezes, se manifesta a hostilidade repressiva das forças legais. Para conduzir as pessoas a manifestações públicas o Partido Comunista utiliza todos os recursos desde o convencimento pela propaganda até as ameaças e agressões físicas contra essas pessoas ou as suas famílias. Em uma empresa petrolífera, em nosso país, os promotores das greves atacavam as residências dos operários que compareciam ao trabalho, depredavam os seus pertences e ameaçavam suas famílias. Em uma estrada de ferro havia um grupo terrorista que agredia os não-grevistas aleijando-os, cegando-os ou matando-os. Em uma greve, numa companhia de eletricidade e carris urbanos, os funcionários que tentavam penetrar no local de trabalho, homens ou mulheres, eram agarrados e despidos violentamente pelos piquetes grevistas. Em outra greve, de bancários, foram criados grupos de choque denominados "guerrilheiros-grevistas".

Êsses exemplos reais, citados entre milhares, mostram a atitude de coação física e moral que ilegalmente é adotada para impedir os "furos" das greves.

A ação coatora de massas é impressionante. Recentemente, no Estado da Guanabara, os comunistas através da ação de massas, mobilizadas e controladas por certos líderes, conseguiram inverter o resultado eleitoral em uma convenção do PTB para a escolha do candidato a governador.

Existem dois grandes instrumentos utilizados pelo Partido Comunista para a mobilização de grandes massas, em torno de seus efetivos, sempre reduzidos, mas constituídos de elementos de notável capacidade de ação. São as frações partidárias e as frentes-únicas.

As frações partidárias são os elementos que, infiltrados nas organizações e instituições, ocupando quase sempre os postos-chaves e as situações de relêvo, conseguem manipular essas entidades de acordo com as instruções superiores do partido. As frações depois de um certo tempo de trabalho, são capazes de conduzir as organizações ou instituições para movimentos de massas prescritos ou determinados pelo Partido.

Os comunistas procuram infiltrar frações partidárias em tôdas as associações onde se encontrem massas aptas a serem manipuladas. Os sindicatos são particularmente usados, como os mananciais humanos mais importantes para essa finalidade. Daí o especial interesse com que os comunistas encaram a penetração no meio sindical. Lênin escreveu em seu livro "A doença infantil do esquerdismo no Comunismo" o seguinte:

"Precisamente a absurda "teoria" da não participação dos comunistas nos sindicatos reacionários demonstra de modo mais evidente com que superficialidade êsses comunistas "de esquerda" encaram a questão da influência sobre as "massas" e como abusam de sua algazarra a respeito das "massas". Para saber ajudar à massa e conquistar sua simpatia, adesão e apoio, não se deve temer as dificuldades, mes-

quinharias, armadilhas, insultos e perseguições dos “chefes” (que, sendo oportunistas e social-chauvinistas, estão, na maioria das vezes, em ligação direta ou indireta com a burguesia e a polícia) e deve-se trabalhar obrigatoriamente ali onde estejam as massas. É preciso saber fazer toda espécie de sacrifícios e vencer os maiores obstáculos para realizar uma propaganda e uma agitação sistemática, tenazes, perseverantes e pacientes precisamente nas instituições, sociedades e sindicatos, por mais reacionárias que sejam, onde haja massas proletárias ou semiproletárias. E os sindicatos e cooperativas operárias (estas pelo menos em alguns casos) são precisamente as organizações onde estão as massas”.

E mais adiante:

“Não duvidamos de que os senhores “chefes” do oportunismo recorrerão a todos os artifícios da diplomacia burguesa, à ajuda dos governos burgueses, dos padres, da polícia e dos tribunais para impedir a entrada dos comunistas nos sindicatos, para expulsá-los de lá por todos os meios e tornar o seu trabalho nos sindicatos o mais desagradável possível, ofendê-los, molestá-los e perseguí-los. É preciso saber enfrentar tudo isto, estar disposto a todos os sacrifícios, e, inclusive, empregar — em caso de necessidade — todos os estratagemas, ardis e processos ilegais, silenciar e ocultar a verdade com o objetivo de penetrar nos sindicatos, permanecer nêles e realizar ali, custe o que custar, um trabalho comunista.”

As frações sindicais devem ser assim altamente capacitadas e eficientes para o cumprimento da importante missão que lhes atribui o Partido. Igualmente nas entidades estudantis, camponesas, profissionais e até sociais as frações comunistas formam um núcleo ativo para as atividades de condução e controle de grupos de pessoas na consecução de objetivos do Partido Comunista.

O desmascaramento dessas frações e de seus intuitos sub-reptícios é uma das formas eficazes para sua neutralização.

A frente-única é um outro recurso que permite ao Partido Comunista, numericamente minoritário, congregar em seu proveito massas e meios de outras organizações ou grupos políticos, os quais se aliam ao PC, de modo transitório ou duradouro, clandestino ou ostensivo, para a consecução de objetivos comuns. Essas alianças implicam em compromissos mútuos, de caráter político ou financeiro.

A Frente-única não apenas atende aos interesses do Partido Comunista, como lhes dá oportunidade para exercitar e controle das massas, segundo as normas doutrinárias do marxismo-leninismo.

Entre as organizações políticas que se aliam ao PC para a constituição de frentes-únicas encontraremos:

- 1.o) organizações não comunistas, interessadas no apoio político dos comunistas. É o caso, por exemplo, das frentes formadas durante as eleições, dos partidos políticos, como o PSD, o PTB, o PSP e o PSB, com o PCB.
- 2.o) organizações socialistas ou comunistas que se aliam ao PC na constituição de direções, congressos, movimentos e outras atividades como a AP, a POLOP, as Ligas Camponesas e outras.
- 3.o) organizações comunistas, divergentes doutrinariamente do PCB, mas que podem se aliar ao mesmo para a conquista de objetivos táticos, como o PC do B e PORT.

Posteriormente apresentaremos as principais características das organizações citadas nos itens 2.o) e 3.o).

No presente capítulo focalizaremos inicialmente algumas das formas de mobilização de massas, dando relevo especial às greves.

Em seguida, analisaremos sucintamente as características de diversas organizações correlatas ou aliadas ao PCB.

O texto comportará assim a seguinte sequência:

1. Manifestações de rua
2. Greves
3. A técnica de execução das greves
4. A tática da frente-única
5. O Partido Comunista do Brasil
6. O Partido Operário Revolucionário Trotskista
7. A Política Operária
8. A Ação Popular
9. O Movimento Unificado da Revolução Brasileira
10. O Movimento de Cultura Popular

1. MANIFESTAÇÕES DE RUA

São muito variadas as formas de mobilização de massas adotadas em manifestações públicas coordenadas e controladas pelo PC. Entre essas formas poderíamos citar as concentrações, as passeatas, as manifestações de solidariedade ou desagrado e os comícios, acampamentos como as mais conhecidas. De um modo geral, exigem uma preparação prévia com a distribuição de boletins e programas, a afixação de cartazes e faixas e outros meios de agitação e propaganda. As festas populares e até os pique-niques podem ser utilizados com essa mesma finalidade.

A ação repressiva da polícia pode obrigar a redução da fase preparatória até o caso das realizações inopinadas, como os chamados “comícios-relâmpagos”, bastante eficientes para desnortear a ação policial.

A técnica de preparo e de execução de tôdas essas atividades é bastante variável e pode exigir a montagem prévia de cursos para ativistas como ocorre em algumas campanhas eleitorais.

Em um desses cursos do PCB, colhemos as seguintes instruções sobre os comícios:

“A campanha eleitoral exige a realização de numerosos comícios. Os comícios representam não só um poderoso meio de esclarecimento como também de mobilização e organização das massas.

Através dos comícios podemos levar às grandes massas, ao mesmo tempo, a palavra dos nossos candidatos e agitadores, o programa da Aliança Pela Paz e Contra a Carestia e o programa da F. D. L. N.

— Mas os comícios não se resumem no ato em que os oradores falam ao público. Sua importância consiste também em que eles aproximam as massas do Partido. Reforçam os nossos laços com a massa. A preparação de um grande comício por exemplo, exige um intenso trabalho de agitação, de propaganda, de movimentação e organização das massas nas empresas e nos bairros. Isso significa um estímulo para as atividades políticas das células, e deve ser aproveitado portanto para o reforçamento do Partido.

Há comícios de vários tipos: grandes e pequenos, centrais, de bairros, de porta de empresas, comícios preparados e comícios relâmpagos.

Durante a campanha eleitoral, devemos realizar alguns grandes comícios ou comícios centrais. Estes comícios devem ser poucos, mas realmente grandes com a participação de amplas massas. Para isso eles exigem uma preparação cuidadosa, agitação preparatória nas empresas e nos bairros por meio de faixas, cartazes, comícios relâmpagos, inscrições nas ruas, anúncios da imprensa e rádio, etc. Nestes comícios, cuja duração poderá ser maior do que os pequenos comícios, os oradores se farão ouvir em maior número. Comícios deste tipo, poderão ser realizados na abertura, no encerramento e no decorrer da campanha, sobretudo quando houver acontecimentos que os justifiquem.

Os pequenos comícios podem ser realizados na porta de empresas, em feiras, em bairros e em qualquer outro ponto de concentração de massas. Alguns destes comícios devem ser preparados, outros podem ser tipos relâmpagos, nos bairros e nas portas das empresas, é necessário realizar comícios preparados previamente e bem organizados. Diariamente, porém, nossos agitadores e candidatos podem realizar em vários pontos dezenas de comícios relâmpagos, atingindo assim, com a maior mobilidade, mesmo os setores da população de município que não se movimentam espontaneamente, para assistir comi-

cios. É necessário que os mesmos comícios sejam atraentes e não cansativos. Os discursos devem ser curtos, de vinte a trinta minutos. Nos intervalos entre os discursos podem ser apresentados pequenos números musicais, cantores populares, humorismo. Mas não se deve abusar destes recursos de modo a prejudicar o conteúdo político do ato.

Ainda, a título de exemplificação apresentaremos as instruções publicadas no n.º 276 de 28 de Agosto de 54, do jornal "Voz Operária", para demonstrar os cuidados preconizados pelos comunistas na montagem dos comícios e na instrução do pessoal do Partido.

"Inúmeras são as formas de propaganda utilizadas na campanha para eleger os patriotas e derrotar os entreguistas. Entre estas, porém, destacam-se os comícios que constituem sempre uma demonstração viva e palpável do apoio do povo a seus candidatos. Existem diversas formas de comícios: os comícios-relâmpagos nas portas de empresas e nos pontos de maior movimento, os grandes comícios que abarcam toda a cidade, etc. Não obstante a grande utilidade dos pequenos comícios, muitas vezes improvisados, subsiste porém, a necessidade de promover comícios de bairros, isto é, comícios parciais em determinadas zonas da mesma cidade, que são marcados e anunciados com antecipação e exigem preparação adequada. Como preparar esses comícios de bairro?

O escritório ou o posto eleitoral deve tomar a iniciativa. Para isso, é aconselhável organizar uma Comissão Promotora, convidando para integrá-la os candidatos do posto e outras personalidades democráticas do bairro. Esta Comissão, ou o próprio posto, faz o convite ao povo e toma as medidas necessárias à realização do comício.

Providenciar a construção e a instalação do palanque, preparar o local que será teatro do comício. Elaborar o plano de propaganda do comício.

Confeccionar e distribuir volantes, convidando o povo para o comício. É preferível que tais volantes sejam entregues de mão em mão, a fim de que não

se desperdice material e para que se possa ter um controle mais exato do número de pessoas atingidas por essa forma. Distribuir os volantes de preferência nos locais de maior aglomeração (portões das fábricas, estações, mercados e feiras).

Fazer a propaganda por meio de carros equipados de alto-falantes. Dê-se modo podem ser realizados inúmeros comícios-relâmpago, preparatório do comício.

Anunciar o comício por meio de faixas e cartazes colocados nas paredes, pendurados nos postes e árvores.

Na preparação do comício deve-se combinar tudo previamente com os candidatos, saber exatamente quem vai comparecer e acertar com os oradores de forma a limitar-se o tempo e o número dos discursos.

O comício deve ser apresentado de forma atraente, levando-se em conta o público que assistirá. Experiência positiva, neste sentido, e a oferecida pelos comícios precedidos de atos festivos — horas de calouros, shows ou exhibições de filmes — tal como se vem fazendo com sucesso nos morros do Distrito Federal.

O comício de bairro, além de empreendimento de grande importância na agitação e propaganda dos candidatos populares, deve ter sempre um sentido organizativo. O povo deve ser convidado a manifestar-se — inclusive por meio de abaixo-assinados e resoluções votadas na hora — por eleições livres e contra a portaria fascista do T.S.E. instrução eleitoral 4.711. É imprescindível que o comício contribua sempre para a organização de união do povo, para a criação de comitês democráticos eleitorais — “Comitês da Panela Vazia”, em São Paulo — nas fábricas, nas fazendas, nos bairros, nas escolas, nos escritórios e repartições, em todos os locais de trabalho”.

A pressão moral ou física de manifestações de solidariedade ou de desagrado podem ocasionar efeitos decisivos. Para controlar a massa, durante essas ocasiões os ativistas colocam-se em posições estratégicas que lhes permitem incentivar ou iniciar os aplausos ou as vaias, conforme o caso.

A manipulação hábil de massas exacerbadas em passeatas ou manifestações pode conduzi-las, a atos de violência e vandalismo.

Os comunistas são também muito ativos nas ações de hostilidade contra reuniões do adversário. Para perturbar os comícios, por exemplo, utilizam o apedrejamento, a sabotagem contra a iluminação e o sistema de auto-falante, as provocações, a criação de conflitos e desordem, e outros recursos.

Uma outra importante forma de mobilização de massas são os Congressos Políticos, como por exemplo, o Congresso Continental de Solidariedade a Cuba, realizado em março de 1963. Esse Congresso conseguiu mobilizar 185 organizações de todos os continentes, e mais de 2000 participantes convidados, além dos milhares de assistentes. Nesse Congresso, Luiz Carlos Prestes e outros líderes do PCB, falaram abertamente dos propósitos partidários, com incrível desenvoltura. Prestes declarou, por exemplo:

“O Partido Comunista, com mais de 40 anos de vida, ainda é o partido dos perseguidos, é o partido que ainda hoje não conquistou a legalidade completa”.

Prestes reconhece nessa sentença a ação permanente do PCB, ilegal e clandestino, admitindo inclusive que já gozava de certa dose de legalidade. Mais adiante, em seu discurso, declara:

“Diante de qualquer ameaça nesse sentido, os comunistas brasileiros não vacilarão um minuto em tomar posição contra os golpistas. Desejamos que os povos irmãos, compreendam qual o caminho que nós, comunistas, adotamos para dar nossa solida-

riedade a Cuba. Se no momento estivéssemos em guerra civil, se a nossa situação fôsse revolucionária a solidariedade a Cuba seria intensificar a guerra civil”.

Ao finalizar revela o desejo dos comunistas de transformar o nosso País em uma segunda República Cubana.

“Concidadãos, amigos, irmãos, delegados dos países latinos-americanos. Após a vitória da Revolução Cubana, todos nós, latino-americanos, participamos da emulação revolucionária: todos nós desejamos ser o segundo país socialista da América. É o que nós brasileiros, também o desejamos”.

Êsses trechos da oração de Prestes foram colhidos na publicação oficial do Congresso.

2. GREVES

De tôdas as formas de movimentação de massas, as greves são consideradas pelos comunistas como as manifestações mais eficientes e os testes de arregimentação e lideranças mais característicos e produtivos. Na greve os operários ou os funcionários se recusam a execução das tarefas que lhes são atribuídas, ocasionando sérios prejuízos às emprêsas e ao país.

As greves não são movimentos espontâneos. Obedecem a um planejamento, que, em geral, é minucioso, e exigem preparação cuidadosa, sem a qual podem redundar em desastroso insucesso.

O Partido Comunista é o centro motor natural das greves, utilizando as suas frentes legais, ou semilegais como os sindicatos e as associações profissionais, para as atividades ostensivas da montagem e do contrôle dos movimentos, revelando-se, em consequência, para o comando dos atos mais sigilosos.

Diz Lênin em seu livro: “Que Fazer?”.

“A centralização das funções mais clandestinas pela organização dos revolucionários não debilitará, mas sim fortalecerá a amplitude e o conteúdo da atividade de uma grande quantidade de outras organizações destinadas ao grande público e, por conseguinte, o menos regulamentadas e clandestinas possíveis: sindicatos operários, círculos operários instrutivos e de leitura de publicações ilegais, círculos socialistas, círculos democráticos para todos os demais setores da população, etc., etc. Tais círculos, sindicatos e organizações são necessários em tôda parte; é preciso que sejam os mais numerosos e suas funções as mais

variadas possíveis, mas é absurdo e prejudicial confundir estas organizações com a dos revolucionários, apagar entre elas as fronteiras”.

O fato de ser o Partido Comunista uma organização pequena, não lhe impede de atuar como grande potencialidade, através das inumeráveis organizações ostensivas, para coordenar o movimento grevista. Em nosso país, criaram-se várias entidades, de plano super-sindical, destinadas às organizações e ao controle de greves. Entre esses órgãos o mais importante foi, sem dúvida o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) cuja finalidade principal era a montagem de greve geral em todo o país. Essa entidade ilegal, mas atuante, obedecia, por sua vez, às perscrições do Partido Comunista Brasileiro que, em segundo plano, manipulava o poder operário nos movimentos grevistas e nas demonstrações de força. Tão grande era o poder dessa centralização que passou a afetar a segurança nacional, sobrepondo-se aos órgãos governamentais e às Forças Armadas. A necessidade de conciliar o caráter clandestino da organização partidária com a ação ostensiva das grandes massas conduzia o Partido Comunista a adotar este artifício de estrutura do comando grevista. Dizia Lênin, ainda na obra “Que Fazer?”, analisando problemas dessa natureza:

“A questão a respeito de se é mais fácil apanhar “uma dezena de homens inteligentes” que “uma centena de imbecis” reduz-se à questão que analisei mais atrás de se é compatível uma organização de massas com a necessidade de manter um rigoroso regime clandestino. Nunca poderemos dar a uma organização ampla o caráter clandestino indispensável para uma luta firme e contínua contra o governo. E a concentração de todas as funções clandestinas nas mãos do menor número possível de revolucionários profissionais não significa de modo algum que estes últimos “pensarão por todos”, que a multidão não tomará parte ativa no movimento. Pelo contrário, a multidão fará surgir de seu seio um número cada vez maior de revolucionários profissionais, pois então saberá que não basta que alguns estudantes e operários que lutam no terreno econômico se reúnam para cons-

tituir um “comitê”, mas que é necessário forjar-se através de anos, como revolucionários profissionais, e “pensará” não só nos métodos artesãos de trabalho, mas exatamente nessa formação. A centralização das funções clandestinas da organização não implica, de modo algum, na centralização de todas as funções do movimento”.

Lênin preconizava, em consequência, a centralização das funções clandestinas e a descentralização relativa das funções ostensivas. A essa última finalidade se prestavam os “comandos de greve” que se instalaram, em todo o Brasil, enquanto que a centralização da clandestinidade era exercida pelo PCB.

Ainda na mesma obra, Lênin esclarece mais adiante:

“A participação mais ativa e mais ampla das massas numa manifestação não só não sairá prejudicada, como, pelo contrário, terá muito mais probabilidade de êxito se uma “dezena” de revolucionários profissionais, provocados, bem adestrados, pelo menos tão bem quanto nossa polícia, centralizar o trabalho clandestino em todos os seus aspectos: publicação de volantes, elaboração do plano aproximado, escolha dos dirigentes para cada distrito da cidade, cada bairro fabril, cada estabelecimento de ensino, etc, (dirão, já sei, que minhas concepções são “antidemocráticas”, mas refutarei mais adiante pormenorizadamente esta objeção nada inteligente). A centralização das funções mais clandestinas pela organização dos revolucionários não debilitará, mas sim reforçará a amplitude e o conteúdo da atividade de uma grande quantidade de outras organizações destinadas ao grande público, e, por conseguinte, o menos regulamentadas e clandestinas possível: sindicatos operários, círculos operários de instrução e de leitura de publicações ilegais, círculos socialistas, círculos democráticos para todos os demais setores da população, etc., etc. Tais círculos, sindicatos e organizações são necessários por toda parte; é preciso que sejam os mais numerosos, e suas funções as

mais variadas possíveis, mas é absurdo e prejudicial confundir estas organizações com a dos revolucionários, suprimir as fronteiras, que há entre elas, extinguir na massa a consciência, já por si incrivelmente obscurecida, de que para “servir” a um movimento de massas é necessário dispor de homens que se consagrem especial e inteiramente à ação socialdemocrata, e que êsses homens devem forjar-se com paciência e tenacidade até converter-se em revolucionários profissionais”.

Essa é a base da organização capaz de mobilizar e acionar as massas, não apenas nas greves, mas em todos os movimentos.

A técnica das greves comporta uma série de peculiaridades de planejamento especializado, no qual os comunistas consolidam uma larga experiência. O Partido ou os órgãos de comando de greve preparam os movimentos designando os “comitês de greve”, as comissões de propaganda, coordenação e negociações, os destacamentos de piquetes de proteção e até grupos de intimidação. Os ativistas são escalados de acordo com a sua capacidade pessoal.

Os movimentos grevistas são realizados em torno de motivos, entre os quais os mais comuns são as reivindicações salariais. Um número imenso de causas podem, porém, ser alegadas para a realização de greves.

Não é possível, na realidade, distinguir uma classificação nítida para os movimentos grevistas. Toda a greve tem uma multiplicidade de causas e efeitos. Classificá-la por seus objetivos é ilusório não só porque uma greve pode ter um motivo aparente de determinada natureza quando as suas finalidades são realmente diversas, como porque os seus efeitos se manifestam em todos os campos da vida nacional.

Lênin considerava as greves uma escola do operariado para a aprendizagem do socialismo. E assim explicava:

“Como é grande a influência moral das greves, como é contagiante a influência que exerce nos operários ver seus companheiros, que, embora temporariamente, se transformam de escravos em pessoas com os mesmos direitos dos ricos! Toda greve infunde vigorosamente nos operários a idéia de socialismo: a idéia da luta de toda a classe operária por sua emancipação o do jugo do capital. É muito freqüente que, antes de uma grande greve, os operários de uma fábrica, uma indústria ou uma cidade qualquer não conheçam sequer o socialismo, nem pensem nêlo, mas que depois da greve difundam-se entre êles, cada vez mais, os círculos e as associações e sejam maior o número dos operários que se tornam socialistas.

A greve ensina os operários a compreenderem onde repousa a força dos patrões e onde a dos operários, ensina a pensarem não só em seu patrão e em seus companheiros mais próximos, mas em todos os patrões, em toda a classe capitalista e em toda a classe operária”.

Acrescentava depois:

“Mas a greve abre os olhos dos operários, não só quanto aos capitalistas, mas também no que se refere ao governo e às leis”.

E ainda:

“Assim, as greves ensinam os operários a unirem-se, as greves fazem-nos ver que somente unidos podem agüentar a luta contra os capitalistas, as greves ensinam os operários a pensarem na luta de toda a classe operária contra toda a classe patronal e contra o governo autocrático e policial. Exatamente por isso, os socialistas chamam as greves de “escola de guerra”, escola em que os operários aprendem a desfechar a guerra contra seus inimigos, pela emancipação de todo o povo e de todos os trabalhadores do jugo dos funcionários e do jugo do capital.

Mas a “escola de guerra” ainda não é a própria guerra. Quando as greves alcançam grande difusão, alguns operários (e alguns socialistas) começam a

pensar que a classe operária pode limitar-se às greves e às caixas ou sociedade de resistência, que apenas com as greves a classe operária pode conseguir uma grande melhora em sua situação e até sua própria emancipação. Vendo a força que representa a união dos operários e até mesmo suas pequenas greves, pensam alguns que basta aos operários deflagrarem a greve geral em todo o país para poder conseguir dos capitalistas e do governo tudo que queiram. Esta opinião também foi expressada pelos operários de outros países quando o movimento operário estava em sua etapa inicial e os operários ainda tinham muito pouca experiência. Esta opinião, porém, é errada. As greves são um dos meios de luta da classe operária por sua emancipação, mas não o único e se os operários não prestam atenção a outros meios de luta, atrasam o desenvolvimento e os êxitos da classe operária”.

De acordo com essa concepção, as greves deram ao proletariado a consciência do socialismo e da capacidade de luta.

O movimento grevista, reconhecido como um direito legítimo da democracia para evitar a escravização do operariado, não funciona nos países socialistas. É, no entanto, no Mundo Livre uma das armas prediletas dos Partidos Comunistas, em sua ação corrosiva, para arruinar o regime legal, através de prejuízos morais e materiais irrecuperáveis, da desordem econômica, do desprestígio das autoridades, da criação e exploração dos ódios, da animosidade e dos conflitos entre os grupos nacionais. Cabe ao regime democrático encontrar, respeitando o equilíbrio entre os direitos e deveres, os meios para preservação de suas instituições, desmascarando os propósitos encobertos do comunismo na odiosa exploração das justas reivindicações do operariado.

Luiz Apollonio, em seu excelente Manual da Polícia Política e Social, cita a respeito o seguinte texto de um documento, editado pelo PCB, a respeito de greves eclodidas em 1958 e intitulado: “Balanço das Greves de Outubro”:

“A greve e sua importância política. No momento em que o lançamento dos satélites artificiais pela URSS e a perspectiva da volta de Prestes à legalidade, mobilizam a atenção de grandes setores da opinião pública, o último movimento grevista, por sua força, amplitude e repercussão, ocupa o lugar de evidência e destaque. A greve teve forte ressonância no Estado e mesmo nacionalmente despertando a atenção e o interesse de amplas massas de vastos círculos políticos. Nela o proletariado mostrou seu nível de compreensão e de combatividade mais elevado. A greve atraiu a atenção de grandes forças, com interesse os mais variados; desde os que simpatizavam com sua causa até os que procuravam beneficiar-se politicamente da luta e os que se preocupavam em encontrar formas e meios de restringi-la e derrotá-la.

A greve proporcionou o avanço do movimento patriótico democrático. A classe operária lutando por suas reivindicações mais imediatas, pelo progresso e contra o imperialismo, tem necessidade de liberdade. Por isso mesmo a greve determinou o avanço do movimento democrático e patriótico. Na complexidade desta situação em que a liquidação da opressão imperialista e dos restos feudais surgem como uma necessidade para o progresso da sociedade brasileira surgem à tona, com mais força, as debilidades e fraquezas ainda existentes no seio do proletariado. Estas debilidades e fraquezas devem ser corrigidas pela ação do Partido Comunista, no terreno político, ideológico e organizativo. Lutando pela unidade de ação e de organização da classe operária, o Partido contribuiu para seu fortalecimento, para o avanço do seu nível de compreensão, para torná-la mais solidária e unida. O Partido adquiriu, em seus longos anos de vida, experiências importantes na condução das lutas do proletariado. Nesse processo cometemos sérios erros, a maioria de caráter sectário. Procurando melhorar sua atividade, o Partido baseia-se cada vez mais na realidade e, não esquecendo os erros cometidos, procura imprimir em seus trabalhos uma orientação que satisfaça mais os inte-

rêsses do proletariado e atender melhor suas necessidades. Partindo das condições objetivas favoráveis, procurando refletir o pensamento dos militantes do Partido e apoiados no próprio estado de espírito do proletariado, chegamos a algumas conclusões políticas e táticas que foram se ajustando e aperfeiçoando no próprio processo de sua aplicação na luta grevista. A essência dessa política, sua viga mestra foi: orientar e dirigir a luta do proletariado em greve pela conquista de suas reivindicações mais sentidas, mobilizando para isso as categorias que já haviam esgotado todos os recursos legais, para chegar a um acôrdo conciliatório com os patrões. Aproveitar o próprio movimento para levar a classe operária a reforçar a sua unidade e organização. Desenvolver a solidariedade conquistando o apoio das demais categorias de trabalhadores e da opinião pública para os grevistas. Explorar, em benefício do proletariado, as contradições existentes no seio das classes dominantes, mantendo uma posição firme, independente e de classe, mas abertas a tôdas as negociações. Utilizar as condições e possibilidades legais, como um dos fatores de êxito do movimento, combatendo as manifestações sectárias e esquerdistas. Defender e ampliar as conquistas democráticas. E, finalmente, no processo e como resultado de luta, reforçar as fileiras do nosso Partido.

O nosso Partido avançou, reforçou-se com o movimento grevista. Cresceu seu prestígio. Ligou-se mais às massas. Agiu com certa justeza nas questões políticas.

Do ponto de vista político, os erros, defeitos e debilidades de caráter ideológico e orgânico, bem como os erros de métodos, uma vez localizados e examinados, poderão e deverão ser superados, determinando um nôvo fortalecimento do Partido”.

Êsse documento revela claramente o proveito que o Partido Comunista extrai das greves, passando êle a explorar politicamente o operariado, a pretexto de defender êsse mesmo operariado contra a “exploração do imperialismo”.

O movimento grevista do Brasil.

O histórico da evolução do movimento grevista no Brasil pode ser apreciado, em suas linhas gerais, como a autenticidade do testemunho de autores sabidamente comunistas pela leitura dos trabalhos de Jorge Miglioli (Como são feitas as greves no Brasil?) e Luiz Jover Telles (O movimento Sindical no Brasil). O primeiro livro é o volume n.º 13 da Coleção Cadernos do Povo Brasileiro. O segundo reúne uma série de artigos publicados no Jornal “Novos Rumos”.

Jorge Miglioli declara:

“Em janeiro de 1858, os tipógrafos do Rio de Janeiro entraram em greve. Tinham solicitado aumento de salário, que lhes foi negado. Em vista desta negação, paralizaram suas atividades. Acredita-se que esta tenha sido a primeira greve no Brasil. A partir daí, começaram a aparecer outras. Em 1863, os trabalhadores da Estrada de Ferro Pedro II, em Barra do Piraí, entraram em greve. Em 1866, foram os caixeiros do Rio de Janeiro. Algumas associações operárias já se haviam constituído, principalmente no Rio de Janeiro, com objetivos assistenciais. Já se editavam alguns jornais de cunho popular. Até mesmo um livro sôbre socialismo (nitidamente utópico), de autoria de um general brasileiro, já aparecera, em 1855. No fim do século, em 1892, realizou-se o Primeiro Congresso Socialista Brasileiro, que visava a constituir um partido político operário, não atingindo, porém, seu objetivo. Em 1895, pela primeira vez no país, na cidade de Santos, se comemorou a data de 1.º de Maio, criando-se, neste mesmo ano, o Partido Socialista Operário, de curta existência. Brotava, assim, o movimento operário no Brasil, principalmente sob a ação dos imigrantes europeus e sob a inspiração do anarquismo. Por exemplo, em 1899, foi criado o jornal O Protesto, que tinha por epígrafe duas frases: “A propriedade é um roubo”, de Proudhon, e “A expropriação é uma necessidade”, de Kropotkin, e que dizia —

"Somos anarco-comunistas; portanto, inimigos de todo o convencionalismo e organização que não seja pela livre afinidade. Guerra aos governos e a tôdas as suas Leis". (1) E as greves surgiam esporadicamente. Em 1896, a greve dos chapeleiros, em São Paulo. Em 1900, no Distrito Federal, a dos estivadores, a dos trabalhadores em calçados, a dos cocheiros. Em 1901, em São Paulo, a greve na fábrica Tabacow e na fábrica Diodatto Lemme; no Rio de Janeiro, a dos trabalhadores em pedreiras. As greves ganhavam a consciência da parte mais esclarecida do movimento operário que se formava. Dizia o Manifesto do Partido Socialista, em 1902:

Contra a exploração dos patrões, a exigência dos assalariados; tal é a fórmula da luta hodierna, cada vez mais renhida quando irrompe, cada vez mais fácil de repetir-se quando apaziguada. É assim que as greves, as manifestações mais significativas dêsse antagonismo social, estão a generalizar-se, sempre mais freqüentes, mas imponentes pelo número, mais ameaçadoras pela resistência do operariado, respondendo à opressão, sempre maior, do capitalismo. Países onde essas manifestações eram, até há pouco tempo, desconhecidas, inclusive o vocábulo que as designa, têm-se visto explodir e alastrar-se de modo assustador, e por vêzes múltiplos. Nem as tem podido evitar o obscurantismo dos governos, que, impulsionados pela necessidade de sua própria conservação, as procuram atenuar por meio de concessões paternalmente aconselhadas ou aparentemente impostas à burguesia, que os sustenta como delegação sua própria. (2)

Em 1905, a industrialização brasileira toma impulso, acelerando-se em 1915, sob efeito da Primeira Guerra Mundial. Dos 13.336 estabelecimentos industriais recenseados em 1920, 5.940 (45%) foram criados entre 1915 e 1919. A força de trabalho industrial que, em 1907, era de 149.000 operários, passa, em 1920, a 275.500. Somada aos empregados no comércio e nos transportes, tínhamos naquele último ano, cerca de um milhão de trabalhadores.

Surgiam as primeiras grandes empresas industriais, representadas principalmente pelos frigoríficos ingleses e americanos. Antes da primeira Guerra, a indústria Brasileira não passava de um conjunto de pequenas empresas, quase artesanais, destinadas a suprir parte da procura de bens de consumo. Ao crescimento do operariado industrial e à formação dêsses primeiros núcleos industriais, correspondeu o desenvolvimento da luta operária. Por essa época, o padrão de vida e as condições de trabalho eram dos mais baixos. Os horários de trabalho variavam, segundo as regiões e os setores, entre 9 e 16 horas. Os salários eram baixíssimos. Em São Paulo, enquanto o salário médio, em 1917, era de 150 mil réis por mês, as necessidades mensais mínimas de alimentação, alojamento, vestuário e outros bens de uma família operária composta de homem, mulher e duas crianças orçavam em mais de 207 mil réis. Não havia qualquer segurança contra o desemprego, e a velhice era apavorante. Os riscos e acidentes de trabalho corriam por conta do trabalhador. (3) Vemos crescer o número de associações e jornais operários, crescendo também o número e a extensão das greves. Em Julho de 1917 eclode em São Paulo uma greve geral, paralisando a cidade. (4) Em 1919, as greves gerais na Bahia e em Pernambuco, as diversas greves no Rio de Janeiro e em São Paulo. (5)

A partir de 1930, o movimento grevista começa a declinar. Isto porque, de um lado, o novo governo, surgindo da Revolução de 30, era mais sensível às reivindicações operárias eliminando assim algumas razões das greves. De outro lado, porque o novo governo passou a intervir no movimento operário controlando-o quase que inteiramente, por meio de verdadeira máquina paternalista e repressiva montada no Ministério do Trabalho, criado em 1931. Era a implantação do peleguismo, que encontrou seu auge no período do Estado Novo, de 1937 a 1945. A derrocada do peleguismo começou com a queda do Estado Novo. Assim, a partir de 1946, os trabalhadores começaram a se bater para livrar o movi-

mento operário das amarras que lhe impunha o Ministério do Trabalho. Essa luta ganhou impulso com o fim do governo policial do presidente Dutra, em 1950, e vem, aos poucos, obtendo êxitos. O movimento grevista, por seu turno, desenvolve-se intensamente, principalmente nestes últimos cinco anos. Sòmente em São Paulo, em 1960, registraram-se 180 greves, paralizando 954 emprêsas e englobando 254.215 operários que tomaram parte nos movimentos, com "perda" de 3.252.069 horas de trabalho, enquanto que, em 1961, o número de greves foi de 154, em 980 emprêsas, com participação de 158.891 trabalhadores e 3.067.474 horas "perdidas". (6)

O autor comenta a seguir o incremento da agitação grevista, nos últimos tempos, evidenciando claramente o papel dos comunistas nesses acontecimentos, naturalmente ligando a essa atuação a idéia de uma atividade louvável e construtiva. Acentua também, com o mesmo objetivo o papel do PUA, das CPOS e do CGT. Êsses trechos são por nós grifados propositalmente. Diz Miglioli:

"A intensidade e a extensão das greves no Brasil, nestes últimos anos, bem se expressam nas palavras de espanto e de pânico do Sr. Franco Montoro, ex-ministro do Trabalho do gabinete Tancredo Neves. Em declarações à Câmara dos Deputados, em 1.º de Novembro de 1961, dizia o Sr. Montoro que as greves estão ligadas a uma crise de transformação que atinge o Brasil e o mundo, transformação que não representa uma crise econômica, militar, moral, política, educacional, mas uma "crise de civilização".

Para nós, contudo, essas greves têm razões bem determinadas, que podemos indicar em poucas palavras. Em primeiro lugar, devemos ter em vista o crescimento da classe operária. Sòmente o operariado industrial cresceu de 781.185 pessoas, em 1940, a 1.279.184, em 1950, e, em 1958, computando-se sòmente os estabelecimentos de indústria com mais de 5 operários, êsse operariado abrangeria 2.151.460 pessoas. Portanto, o operariado industrial cresce em números absolutos. Mas não apenas em números

absolutos: cresce também sua participação dentro da classe operária em geral, dinamizando-a. E o crescimento do operariado industrial vai acompanhado por sua concentração nas emprêsas. As emprêsas crescem de proporções, constituem-se maiores unidades industriais, representadas principalmente pela indústria de bens de produção, que é o setor industrial que mais se desenvolve atualmente no Brasil. Embora grande contingente do operariado urbano seja ainda fornecido diretamente pelas zonas rurais que para elas pretende voltar, não se integrando, assim, no comportamento da classe operária, outra parte do operariado urbano (cada vez maior) provém diretamente dêsse operariado, devendo-se considerar também que mesmo a parcela oriunda das zonas rurais, na atualidade, acaba por permanecer nas cidades e por adotar os padrões de comportamento do operariado urbano. Constata-se, portanto, a formação de um operariado urbano fixo (e não transitório, como ocorria em fases anteriores) e a participação crescente de operários formados no seio da classe operária, nas cidades. Tais fatos atuam no sentido da unificação do operariado urbano, do fortalecimento de sua consciência de classe. Neste último sentido atuam também outros fatores. Um dêsses é a formação da tradição de lutas, que aos poucos o operariado vem engendrando. Outro é a alfabetização crescente, que permite aos trabalhadores tomar conhecimento de problemas antes inalcançáveis. *Um terceiro elemento de grande importância, é a atuação dos comunistas na organização e politização do operariado. Ao mesmo tempo consequência e causa da unificação e conscientização da classe operária, liquida-se o peleguismo, o domínio do operariado pelos organismos oficiais, intensifica-se a sindicalização e criam-se entidades extra-sindicais unificadoras e coordenadoras, como o Pacto de Unidade e Ação, as Comissões Permanentes das Organizações Sindicais, o Comando-Geral dos Trabalhadores.* Por outro lado, atua o desequilíbrio financeiro e político do País, sensibilizando e afetando a classe operária, enquanto a ascensão mundial do socialismo tem sôbre ela efeito altamente educativo, ao mesmo

tempo que coopera para a democratização do Estado. Esta democratização resulta, de outro lado, da luta antiimperialista e da frente-única entre a classe operária e a burguesia nacional, e, como resposta, permite o progresso relativamente livre do movimento operário. Tais são em poucas linhas, as condições básicas que explicam o avanço do movimento operário, e, como consequência, o avanço do movimento grevista”.

Luiz Jover Telles, outro autor citado, faz, em seu livro, um balanço geral do movimento grevista entre 1958 e 1961, declarando:

“O movimento grevista, a partir de 1958, vem adquirindo maior envergadura. Em 1959, somente no Estado de São Paulo, realizaram-se 954 greves.

No transcorrer do ano de 1960, verificou-se um ascenso, sem precedentes em nosso País, do movimento grevista, no qual participaram mais de 1 milhão e 500 mil trabalhadores. Entre essas lutas destacaram-se, pela sua importância: a greve contra a carestia no Rio Grande do Sul, que paralisou todo o Estado; a greve geral dos trabalhadores da cidade de Santos, em solidariedade aos operários do Moinho Santista; a greve dos rodoviários, no Estado do Rio; a greve nacional dos estivadores; a greve geral dos metalúrgicos e gráficos de São Paulo; que atingiu cerca de 300 mil trabalhadores; a greve dos trabalhadores em carris urbanos, no Estado da Guanabara, e da CMTC, na cidade de São Paulo; a greve dos trabalhadores em salinas e na Companhia Nacional de Alcalis, em Cabo Frio; a greve dos ferroviários da Estrada de Ferro Leste Brasileiro; a greve nacional dos professores e professoras no Estado de Minas Gerais; a greve nacional dos marítimos, portuários e ferroviários, que, paralisando por três dias esses setores básicos da economia do País, abarcou cerca de 400 mil trabalhadores; a greve nacional dos aeroviários e dos aeronautas; e diversos outros movimentos. Cabe assinalar que num setor relativamente novo da indústria — o petrolífero — os tra-

balhadores recorrem à greve, como aconteceu recentemente nas refinarias de Mataripe e Cubatão. Por outro lado, ferroviários da Central do Brasil e do Norte e Nordeste do País, bem como os gráficos da Bahia, após muitos anos de silêncio, ergueram suas vozes e reincorporaram-se ativamente ao movimento operário. Este ano foi marcado, também, por um incremento do movimento grevista entre funcionários públicos em diversos Estados e Municípios, os quais consolidaram na prática o direito de realizar greve. Nesse sentido, assumiu grande importância a greve geral dos servidores do Estado, de Minas Gerais, recentemente realizada. Por outro lado, diversos setores da classe operária têm realizado novos movimentos grevistas para quebrar a resistência do Governo e obrigá-lo a cumprir os acordos estabelecidos como fruto das lutas anteriores. Isto vem acontecendo, seguidamente, com os marítimos, arrumadores, etc, e agora com os ferroviários da Leopoldina, da Estrada de Ferro do Nordeste, etc. Também os trabalhadores de Brasília conquistaram, em importantes manifestações de massa, a equiparação do salário mínimo daquela região ao que vigora no Estado da Guanabara. Assim, pode-se afirmar que a forma principal de luta empregada pela classe operária, neste ano, visando alcançar suas reivindicações, foi a utilização do direito constitucional de greve.

Maior organização.

Uma das características do movimento operário, neste ano, consiste na ampliação das greves. No País inteiro, o proletariado passa das greves locais de âmbito de empresa à realização de greves por setor profissional, nos âmbitos estadual e nacional, a greves que abarcam, no âmbito estadual, todos os setores da classe operária, como aconteceu no Rio Grande do Sul, e as greves de diversos setores profissionais no âmbito nacional, como aconteceu com a recente luta dos marítimos, ferroviários e portuários. Deve-se constatar, ainda, que são justamente os setores mais importantes da classe operária, não

só do ponto-de-vista numérico como de sua significação econômica e política, aqueles que mais firmemente vêm lutando.

A classe operária, este ano, atuou mais organizadamente. Em sua maioria, as greves realizadas foram precedidas de assembleias preparatórias com grande participação de massa, contaram com programas reivindicativos previamente elaborados, com a ampla atividade dos piquetes de greve e com comandos livremente eleitos e, por isso mesmo, com o prestígio e a autoridade necessários junto às massas. Isto possibilitou ao proletariado atuar mais disciplinadamente, com o máximo de firmeza na luta para obter suas exigências e, simultaneamente, com a indispensável flexibilidade, a fim de evitar as provocações urdidas pela reação, objetivando o desgaste de suas forças. Os trabalhadores souberam avançar e recuar quando preciso, sempre de forma organizada, mantendo, consolidando e ampliando suas forças, com vistas às novas batalhas que deverão enfrentar. Isso demonstra que o proletariado acumula experiência e adquire a consciência de que na luta por seus interesses imediatos e mediatos deve contar, fundamentalmente, com a força de sua unidade e organização, de sua solidariedade e disciplina no combate.

Manifestação de rua.

Outra característica consiste em que, no curso das greves, os trabalhadores vêm realizando grandes manifestações de rua — passeatas, concentrações, comícios, etc. — nas quais, ao lado de suas reivindicações econômicas, levantam bandeiras políticas, tais como a da limitação da remessa para o exterior dos lucros das empresas estrangeiras, a da nacionalização dos frigoríficos e das empresas de energia elétrica norte-americanas, a bandeira da reforma agrária, a da nacionalização dos bancos estrangeiros de depósitos, a do restabelecimento das relações diplomáticas e comerciais com a União Soviética e a China Popular, a da defesa e da ampliação da Petrobrás,

a bandeira da solidariedade à Revolução Cubana e à luta emancipadora do povo argelino, a da interdição das armas atômicas e de hidrogênio, pelo desarmamento universal e completo, etc. Nesse sentido se é verdade que a maioria das lutas do proletariado se reveste, no início, de um caráter essencialmente econômico, adquire no processo um conteúdo político, por força da ação reacionária do poder constituído, muitas vezes, a choques violentos, entre operários e o aparelho de repressão do Governo, como aconteceu recentemente em São Paulo, por ocasião da greve dos trabalhadores da CMTC e da dos metalúrgicos, e no Estado do Rio, na greve dos trabalhadores de Cabo Frio e de Caxias. A ação patronal e a do Governo contra os postulados democráticos da Constituição da República e contra os direitos estatuidos nas leis trabalhistas, vêm determinando a ampliação da solidariedade política no movimento operário e no seio das amplas massas populares. O Governo vai aparecendo diante dos trabalhadores tal qual é, uma instituição no fundamental a serviço das classes dominantes, e, no processo da luta, vai amadurecendo na consciência das massas a necessidade de lutar pela formação de um governo de coligação nacionalista e democrática, que realize uma política conseqüentemente antiimperialista, democrática e antifeudal, em consonância com os interesses e a aspiração de progresso e bem estar de nosso povo. No entanto, a principal característica das lutas foi a de que as massas operárias, tanto das empresas privadas, como das do Estado, objetivamente, deram uma enérgica resposta à orientação impressa ao governo do Sr. Juscelino Kubitschek e aos seus teóricos, de que o desenvolvimento econômico em nosso País deveria continuar a ser feito na dependência da “ajuda” dos imperialistas norte-americanos, adaptado à manutenção da estrutura agrária semifeudal vigente no campo brasileiro, e somente à custa de inauditos sacrifícios dos trabalhadores e das massas populares (teoria do “desenvolvimentismo”). Não conseguiu o Governo e nem seus principais defensores e, também, seu aparato de repressão, impedir e opor-se com êxito aos grandes movimentos reivindicatórios

que atingem as atividades fundamentais do País, notadamente os transportes. Esses movimentos trazem o espírito de luta das massas, seu desacôrdo com a situação reinante no País, bem como a aspiração de todo o nosso povo, que deseja um nôvo curso verdadeiramente independente, para o desenvolvimento econômico, político e social do Brasil”.

Sôbre as ações grevistas em 1961 registra Luiz Jover Telles, no artigo: “O Movimento Operário em 1961”:

“Em virtude disso, as ondas da luta de classes assumiram novas alturas. O aguçamento dos contrastes básicos da sociedade brasileira e a ação dos imperialistas norte-americanos e de seus agentes internos, acarretando o agravamento da situação de miséria das massas, determinaram como característica essencial do movimento operário, neste ano, a ampliação de suas lutas, a elevação do nível político da atividade da classe operária e do povo em geral e o conseqüente reforçamento de sua unidade, organização e disciplina, frutos da elevação da consciência política dos trabalhadores. Mais de 1 milhão e 500 mil operários e funcionários do Estado utilizaram o direito constitucional de greve para tornar vitoriosas suas reivindicações. Sômente no Estado de São Paulo realizaram-se 1.700 greves, das quais participaram cêrca de 1 milhão de trabalhadores. O movimento grevista incrementou-se no segundo semestre, quando se verificaram, entre outras, a greve geral de 125 mil marítimos, portuários, estivadores e operários navais, e greve dos rodoviários do Rio, que abarcou 20 mil motoristas, trocadores e despachantes, a greve nacional dos bancários, do qual participaram cêrca de 150 mil empregados, a greve dos 16 mil mineiros de Crisciúma e a greve dos trabalhadores paulistas, recentemente realizada, pelo pagamento imediato do abono de Natal e pela instituição, em caráter permanente, do 13.º mês anual de abono, na qual tomaram parte cêrca de 200 mil trabalhadores. Cabe ainda ressaltar a greve dos jornalistas de São Paulo e a dos funcionários da Prefeitura de Niterói, reveladoras do quanto os mé-

todos de luta da classe operária vão influenciando a ação de outros setores da população. A classe operária demonstrou nesses movimentos grande combatividade. Não permitiu que a política de “austeridade” do Govêrno, que previa, inclusive, o congelamento dos salários, se tornasse, nesse aspecto, vitoriosa. Aumentos de 30 até 60% foram conquistados pela maioria dos setores profissionais, e o salário mínimo teve de ser aumentado em mais 40%”.

E mais adiante:

“Mas a principal batalha política verificou-se no curso dos meses de agosto e setembro. Nesses meses, os patriotas e democratas, os estudantes e os operários, tiveram de pôr em tensão tôdas as suas fôrças para neutralizar e derrotar os intentos liberticidas dos imperialistas ianques e de seus pausmandados nativo visando paralizar o processo democrático no País, através da implantação de uma ditadura terrorista. Em virtude da luta das massas trabalhadoras, dos estudantes e demais fôrças patrióticas e democráticas do Exêrcito de outros setores do povo, é que foi possível derrotar os generais golpistas e assegurar a legalidade constitucional. Foi particularmente importante o papel do proletariado, embora ainda não tenham desencadeado todo o potencial da fôrça de que dispõe, para conseguir a unidade, a ampliação e a consolidação do movimento de resistência. A deflagração de numerosas greves políticas — sômente no Estado do Rio participaram mais de 130 mil operários — as manifestações de rua, a formação de milhares de comitês democráticos de resistência, o surgimento de dezenas de batalhões patrióticos e o alistamento em massa de centenas de milhares de homem do povo dispostos a tomar das armas para lutar são uma comprovação de que se eleva rapidamente o nível de consciência política e revolucionária das massas. A derrota dos golpistas foi uma grande vitória de nosso povo. Estabeleceu premissas para um maior ascenso dos movimentos antiimperialistas, democráticos e operários.

A polarização das forças políticas verificada no curso da crise de agosto, a elevação do grau de consciência política das massas e o estímulo da vitória tornaram possível o surgimento da Frente de Libertação Nacional, na qual formam os trabalhadores, que se esforçam para enraizar suas bases nas empresas, nos bairros e nos sindicatos”.

Em 1962 o movimento grevista, apoiado na conivência e falta de autoridade do governo João Goulart, assumiu desmesurado vigor. As greves tornaram-se tão freqüentes e nocivas que dificilmente se poderá calcular os prejuízos de toda ordem ocasionadas ao País.

Entre os principais movimentos grevistas do início de 1962 situam-se a greve dos ferroviários da Sorocabana em janeiro, a greve geral dos estivadores, ferroviários, marítimos e portuários, a dos operários da Fábrica Nacional de Vagões, dos motoristas de ônibus de Salvador, em fevereiro, a greve de advertência de todos os transportes, em março, a dos servidores da Prefeitura de Niterói em abril, a dos trabalhadores da Baixada Santista, em maio, a greve geral de 5 de julho já sob o controle do Comando Geral de Greve.

A partir de julho desse ano, o movimento grevista passou a contar com um órgão de controle centralizado o CGG que depois transformar-se-ia no CGT.

A greve de julho foi decretada por esse comando que assim se expressou em documento público.

“Manifesto à Nação

Aos Trabalhadores! Ao povo em Geral!

Como previmos, em nossos pronunciamentos, se trama contra a legalidade constitucional, se pretende implantar uma ditadura reacionária, acobertada com um Conselho de Ministros composto de inimigos jurados do nosso progresso, de nossa independência e tranquilidade.

Uma maioria eventual na Câmara dos Deputados rejeitou a primeira indicação do Presidente

da República. Animados com essa votação, querem as forças golpistas constituir um Conselho de Ministros de entreguistas e obrigar o presidente da República a sancioná-lo.

Neste momento, apoiamos as enérgicas declarações do senhor presidente da República e estamos coesos em torno de que não transija nem compactue com esses inimigos de nossa Pátria e de nosso povo. Estejam certos de que os trabalhadores e as demais forças patrióticas, civis e militares, não permitirão seja rasgada a Constituição e se entronizem no Poder os que nos querem esmagar e amordaçar.

Em defesa da legalidade constitucional, em favor de um Conselho de Ministros nacionalista e democrático, em defesa das liberdades democráticas e sindicais, de acordo com as decisões de nossos congressos e conferências, em defesa de nossos lares ameaçados pela fome e miséria, decretamos a GREVE GERAL, em princípio, por 24 horas, a partir da meia-noite de hoje, 4, e que unidos e mobilizados em nossos sindicatos e concentrações, aguardaremos a palavra-de-ordem do Comando Geral da Greve.

A nossa greve, a nossa mobilização e a nossa unidade tornarão vitoriosos os nossos objetivos que são os de todo o povo brasileiro.

Por um governo democrático e nacionalista!

Rio de Janeiro, 4 de julho de 1962”.

Seguem-se as assinaturas dos representantes sindicais, conhecidos comunistas, líderes das frações partidárias nos sindicatos, entre os quais:

Dante Pellacani, Oswaldo Pacheco da Silva, Ubalino Santos, Raphael Martinelli, Álvaro Ventura, Hércules Corrêa, Luiz Viegas da Mota Lima e outros.

Sobre essa greve assim escreveu Jover Telles:

“A greve política de âmbito nacional, deflagrada a 5 de julho, foi uma poderosa manifestação de força

dos trabalhadores, que influenciou o desdobrar dos acontecimentos políticos e revelou o ascenso da consciência política e do nível de organização da classe operária. Foi a maior greve da história do movimento operário no Brasil. Do movimento grevista participaram trabalhadores de Fortaleza, Belém, Recife, Salvador, Campina Grande, Vitória, Santos, Cubatão, Belo Horizonte (cidade industrial), Paranaguá, Itajaí, Crisciúma e de outras cidades e vilas. Os marítimos, portuários, estivadores, aeroviários e aeronautas paralisaram completamente suas atividades em todo o território nacional. Os ferroviários paralisaram parcialmente suas atividades no País. No Estado do Rio tudo parou, participando do movimento. Sòmente nesse Estado, 200 mil trabalhadores. No Estado do Rio Grande do Sul, o Comando recusou-se a atender ao apêlo do governador Brizola para que a greve fôsse apenas simbólica. A greve atrasou-se de um dia, mas a paralização foi total no dia 6. Geral foi também a paralisação dos operários navais. No Estado da Guanabara, a greve foi geral. A partir da meia-noite do dia 4, conforme ordenara o Comando Nacional as ruas ficaram desertas de ônibus e lotações, os trilhos tornaram-se inúteis, o aeropôrto vazio e as fábricas em silêncio. E uma grande alegria iluminava os lares dos operários. Tinham conseguido paralisar tôda a atividade do Estado numa demonstração de que a classe operária fortalece sua unidade e se afirma na posição de vanguardeira das lutas de nosso povo contra os imperialistas e os latifundiários. No quadro da página seguinte vemos alguns dados sôbre a amplitude do movimento grevista no Estado da Guanabara.

A greve do dia 5 de julho assinalou um progresso não sòmente pela participação numérica dos trabalhadores, mas, principalmente, pelos objetivos políticos a que visava: a conquista de um programa de transformações antiimperialistas e antifeudais e de uma modificação quantitativa no poder político do País, com a constituição de um govêrno de coalizão nacionalista e democrático, que encaminhasse a solu-

Trabalhadores em carrís	—	Paralização	Total
" metalúrgicos	—	"	Total
" sapateiros	—	"	Total
" da Leopoldina (B. de Mauá)	—	"	Total
" de curtume	—	"	Total
" rodoviários	—	"	Total (5 mil coletivos)
" da orla marítima	—	"	Total
" aeroviários e aeronáutas	—	"	Total
" da Central do Brasil	—	"	Total
Empregados bancários	—	"	Total
" dos escritórios da Light	—	"	80%
" da Telefônica	—	"	80%
Trabalhadores têxteis	—	"	80%
" gráficos	—	"	50%
" da construção civil	—	"	em alta percentagem
" alfaiates	—	"	em mais de 60%
" marceneiros	—	"	em alta percentagem
" da Energia Elétrica	—	"	70%
" da Fábrica de Gás	—	Ficou funcionando o turno que entrou às 22 horas do dia 4. O pessoal dos outros 2 turnos não apareceu no trabalho.	

ção dos problemas postos na ordem-do-dia pela realidade objetiva existente em nossa terra. Pela primeira vez o movimento operário içou a bandeira da luta por um nôvo poder e lançou-se à greve política. Concomitantemente com a greve política dos trabalhadores, na manhã do dia 5, explodiu a revolta popular contra a carestia e a sonegação de produtos

alimentícios na Baixada Fluminense e nos subúrbios da Zona Norte da Guanabara. O povo indignado contra a incúria do Governo, contra sua política de miséria e de fome, resolveu realizar uma "auto e mais equitativa distribuição dos produtos". Sim, dêsses mesmos produtos, frutos do duro trabalho dos camponeses, e que são aproveitados pelos tubarões, mercadores da fome do povo, e se transformam, assim, por via indireta, na fonte do enriquecimento ilícito dos donos da vida.

Já no dia 2 de julho, a revolta popular em Niterói contra a "falta" de gêneros de primeira necessidade atingira, às 14 horas, o seu clímax, quando populares revoltados invadiram diversos estabelecimentos comerciais da cidade. Esse movimento de revolta eclodiu após a passeata realizada no Palácio do Ingá, onde as donas-de-casa, desde as primeiras horas na manhã na fila, decidiram pedir providências. Às 17 horas dêsse mesmo dia enorme massa popular tornou a invadir as casas comerciais situadas na Praça do Rink e conseguiu apossar-se de grandes quantidades de alimentos. A polícia investiu ferindo diversos populares.

Sobre o vulto da revolta popular do dia 5 de julho, vejamos o que disseram alguns jornais.

Em clima de greve e diante das violências policiais o povo explodiu em revolta, saqueando e destruindo casas comerciais na Zona Norte da Guanabara, Nilópolis, Niterói, Caxias e São João de Meriti, onde os choques entre populares e a polícia converteram em batalha campal o teatro das filas do abastecimento. Em Caxias, principalmente, a rebelião popular deixou um saldo de cerca de 25 mortos e mais de mil feridos, números imprecisos, em face da falta de informações oficiais e que se acredita possam superar êsses cálculos. Estima-se, extra-oficialmente, em cinco mil o número de feridos e em 40 o número de mortos, só na Baixada Fluminense. (Última Hora, 6-7-1962).

No O Jornal, do dia 6 de julho de 1962, vemos:

Os acontecimentos mais graves de ontem ocorreram em Caxias e São João de Meriti, onde se verificaram conflitos, dos quais resultaram a morte de quase duas dezenas de pessoas, centenas de feridos e quase um bilhão de cruzeiros de prejuízo.

No editorial dêsse dia, alarmado com os acontecimentos, e sob o título provocativo: "Caminho Vermelho", O Jornal se lamentava: "O Brasil acaba de ser vítima de uma cilada que poderia ter consequências muito graves para o futuro de suas instituições".

Por sua vez, O Globo, do dia 7, protestava e gritava como um porco atado: "saqueados 289 estabelecimentos, mais de 3 bilhões em prejuízos, onze mortos e quase mil feridos".

Os sucessos de 5 de julho nas cidades da Baixada Fluminense, e em alguns subúrbios cariocas, expressaram o grau de descontentamento popular que vai ganhando o País inteiro e que pode explodir, novamente em movimentos violentos a qualquer momento. Tendo sido uma reação espontânea das massas êsses acontecimentos constituíram-se num vigoroso protesto contra o regime de fome a que está submetido o povo pelo Governo.

Passadas as 24 horas, o Comando Geral da Greve suspendeu o movimento, através do seguinte manifesto, publicado na tarde do dia 5:

"Comando Geral da Greve

Manifesto à Nação

A classe trabalhadora alcançou grandiosa vitória ao realizar, pela primeira vez na história do movimento sindical brasileiro, uma greve geral em todo o território nacional. O 5 de julho, data da afirmação da luta libertadora, já agora se tornará, também, uma data histórica do proletariado brasileiro,

que reúne em torno de sua ação as forças progressistas de nosso povo.

O nosso movimento, conforme reiteradas manifestações anteriormente dadas a público, tem objetivos claros e definitivos, consubstanciados nos itens do programa que apresentamos à Nação, para cuja realização consideramos imperiosa a constituição de um governo democrático e nacionalista. Neste propósito forçoso é reconhecer que a nossa greve de 24 horas constituiu firme e serena advertência aos quadros dirigentes do País, do amadurecimento político e progressista tomada de consciência da classe trabalhadora. Demonstramos, de maneira inequívoca, que os trabalhadores, como também os demais setores patrióticos do povo brasileiro — civis e militares — não estão dispostos a assistir passivamente aos jogos de interesse que, em seu nome, são feitos na defesa de grupos nacionais e estrangeiros que exploram a ação brasileira. Demonstramos, na prática, que a classe trabalhadora é hoje uma força organizada independente, disposta a lutar com todas as camadas sociais do nosso povo para tornar efetivas as reformas de base, consolidar e ampliar as liberdades democráticas e sindicais, defender e ampliar a política externa que vem sendo executada. Por isso mesmo não silenciaremos sobre as violências praticadas contra os grevistas e populares que pacificamente defendiam suas prerrogativas democráticas, exigindo que sejam imediatamente libertados os que sofreram atentados à sua liberdade, bem como punidos aquelas autoridades que cometeram essas violências e, até mesmo, assassinaram populares em via pública.

A formidável demonstração de unidade e combatividade dada pelos trabalhadores, que já se haviam pronunciado pela greve em suas assembleias sindicais, foi a melhor resposta que se poderia dar aos pronunciamentos golpistas, antidemocráticos e antipopular dos conhecidos agentes do latifúndio e do capital estrangeiro em nossa terra.

Obtidos êsses resultados imediatos, resolvemos determinar a suspensão da greve às 24 horas de hoje,

dia 5, em todo o território nacional. Com esta trégua que concedemos, apontamos as forças progressistas as amplas perspectivas da formação do governo democrático e nacionalista que reclama a Nação.

Não discutimos, agora, a forma de governo — parlamentarismo ou presidencialismo. Num ou noutro, o que exige o povo brasileiro — e os trabalhadores como sua combativa parcela — é um governo que seja capaz de realizar as reformas indispensáveis ao País e, de imediato, adotar medidas práticas e eficazes contra os sonegadores de gêneros alimentícios e a fome que atinge os lares brasileiros.

Como está claro, nossa luta não terminou. Impõe-se, portanto, que todas as organizações procedam ao imediato exame de sua atuação na presente greve, corrijam as possíveis falhas constatadas, reforcem o comando e a mobilização de suas forças e permaneçam atentas ao desenvolvimento político do País, de forma a podermos, com presteza e eficiência, voltar a cumprir o patriótico papel que nos está destinado, caso as condições assim o determinem.

Companheiros!

Devemos manter bem nítido em nosso pensamento o sentido de nossa luta grevista. Cada um de nós soube honrar a classe trabalhadora e saberemos continuar sendo dignos combatentes nesta luta pelos objetivos e programa de nossa heróica e vitoriosa GREVE GERAL.

Rio de Janeiro, 5 de julho de 1962.

A greve de 5 de julho abriu o ciclo de generalização e violência que se implantaria no País até março de 1964. Desde então a ação comunista nas atividades grevistas passaram a realizar-se ostensivamente como declara Roberto Morena no artigo publicado em Novos Rumos (número 229 de 12-18 Jul. 63), ao comentar elogiosamente a publicação do livro: "Como São Feitas as Greves no

Brasil, de Jorge Miglioli (edição Cadernos do Povo):

Diz Morena:

“Necessário se torna ressaltar que, ao contrário de um passado que já se distancia, as greves são discutidas, preparadas, tanto nos sindicatos, como nos locais de trabalho. Isto abertamente, completamente à luz do dia, legalmente. Comandos, piquetes, comissões de salário, comissões de solidariedade ou de finanças são eleitos ou escolhidos, com a ampla participação de todos os trabalhadores mas tudo dentro do âmbito da entidade sindical, porque, no final de contas quem assina acordos salariais, resultantes de greves, é a direção sindical”.

E conclui confessando-se um grevista profissional:

“Como militante sindical, como grevista que tenho sido, como aluno permanente do marxismo-leninismo, considero o trabalho de Miglioli um estudo consciente em prol das reivindicações econômicas e políticas das massas trabalhadoras e de sua grande arma, a greve, um documento que merece a mais acurada atenção de todos os trabalhadores”.

O CGT surgiu, oriundo do Comando Geral de Greve, teve a seguinte definição oficial constante de seu regimento interno:

“O Comando Geral dos Trabalhadores, órgão complementar da estrutura sindical vigente no país, criado com a finalidade de orientar e dirigir movimentos reivindicatórios de caráter mais amplo na esfera nacional, estadual e municipal, e que vem suprimindo uma lacuna ou existência foi com mais evidência verificada na oportunidade das crises políticas que eclodiram ultimamente, e em especial na realização das greves nacionais de 5 de julho e 14 de setembro, quando por sua orientação firme e decidida impõe-se ao respeito da classe trabalhadora, é transformado, nos termos da resolução aprovada no IV Congresso Sindical Nacional, em órgão per-

manente de orientação, coordenação e direção do movimento sindical brasileiro, e funcionará provisoriamente no Estado da Guanabara segundo a estruturação e as normas abaixo:

São órgãos da administração do Comando Geral dos Trabalhadores:

- a) — O Conselho Deliberativo;
- b) — A Comissão Executiva; e
- c) — O Secretariado.

O CONSELHO DELIBERATIVO será composto por dois (2) representantes efetivos e dois (2) suplentes, de cada uma das Confederações, Federações e Sindicatos Nacionais, Federações Internacionais, da União dos Portuários do Brasil e dos Comandos Estaduais dos Trabalhadores e de mais um (1) representante efetivo e um (1) suplente de cada Comando Municipal dos Trabalhadores.

A COMISSÃO EXECUTIVA será formada por um (1) representante efetivo e dois (2) suplentes das Confederações, Federações Nacionais e Internacionais, com sede na Guanabara, e da União dos Portuários do Brasil, e terá como função levar à prática as deliberações adotadas nos Congressos, Convenções, Conferências ou Encontros Nacionais dos Trabalhadores e as decorrentes de resoluções aprovadas pelo Conselho Deliberativo. Reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e extraordinariamente sempre que convocada pelo Secretariado ou a pedido de, pelo menos, 5 de seus membros efetivos.

O SECRETARIADO, eleito pela Comissão Executiva dentre os seus integrantes, será constituído de onze (11) membros, assim discriminados: um (1) Presidente, três (3) Vice-Presidentes, cinco (5) Secretários e dois (2) Tesoureiros, cujas funções serão especificadas em Regimento próprio, aprovado pela Comissão Executiva.

Ao Secretariado compete instalar a sede da unidade, organizar a secretaria, contratar e despedir funcionários e gerir as finanças, prestando conta de seus atos perante o Conselho Deliberativo. Deverá reunir-se, ordinariamente, uma vez por semana, e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário, mediante convocação do Presidente ou seu substituto eventual, atendendo a pedido de qualquer membro”.

A ação coatora do CGT contra o Congresso, o executivo e, até mesmo o Judiciário, traduziu-se através de freqüentes manifestos, onde as ameaças de greve, e particularmente de greve geral eram utilizadas como poder de pressão.

Vamos reproduzir alguns desses documentos que representam uma época cujos aspectos lamentáveis e deprimentes jamais devem ser esquecidos.

Já transcrevemos, em páginas anteriores o documento referente à greve de 5 de julho de 1962.

A 16 de setembro de 1962, o CGT baixou outro manifesto, igualmente violento e subversivo, relativamente a greve de 14 de setembro. Foi o seguinte o seu texto:

“Fomos mais uma vez à greve. De Norte a Sul, em todos os rincões de nosso País, os trabalhadores desfraldaram a bandeira de sua grande arma — a Greve.

Fomos à greve, principalmente, para lutar contra a ação criminosa das forças pró-imperialistas e latifundiárias, os entreguistas que dominam as cúpulas de certos partidos, da maioria parlamentar que impede as reformas profundas que todos os brasileiros exigem. Reclamávamos a realização do plebiscito junto às eleições gerais porque achamos que o povo é que deve escolher as formas institucionais que julgar convenientes.

Realizamos esse grande movimento de unidade, numa demonstração política que pôs a classe traba-

lhadora como a força mais expressiva e mais decisiva na sociedade brasileira. Fomos à greve para exigir a efetivação de soluções reais de problemas que tanto angustiam e afligem o povo; combate à exploração e à miséria, pela imediata elevação de 100% no salário mínimo e majoração de todos os salários; pela realização da reforma agrária e à aplicação da legislação social aos trabalhadores do campo; pela aplicação efetiva da lei que disciplina a remessa de lucros para o exterior; por medidas contra o alto custo de vida, como o congelamento imediato dos preços de gêneros e artigos de primeira necessidade.

A greve, plenamente vitoriosa, foi mais uma demonstração pujante da poderosa unidade, organização e combatividade da classe trabalhadora, que assume, desta forma, o seu decisivo papel na vida nacional.

A classe trabalhadora e suas organizações sindicais sob a direção e orientação do Comando Geral dos Trabalhadores, cumpriu, mais uma vez seu patriótico dever. Com a greve derrotamos a intransigência de uma maioria parlamentar reacionária e retrógrada. O caminho do plebiscito foi aberto e, também, ao Presidente da República foram concedidas todas as condições para a constituição de um governo nacionalista e democrático.

Se não foram maiores as vitórias nesta luta pelos objetivos do programa de salvação nacional aprovado em nosso memorável IV Encontro Sindical Nacional, é porque outras forças nacionalistas e democráticas não atuaram com a mesma intensidade e vigor, como o fizeram os trabalhadores em sua greve geral.

Mais uma vez a classe trabalhadora, em greve, deu ao Brasil uma grande e efetiva contribuição, evitando a consumação do retrocesso, da vitória, da reação, do avanço das forças reacionárias que tudo fazem para manter nosso País em atraso, miserável e subjugado aos imperialistas e latifundiários.

Saímos dessa grande e vitoriosa greve mais unidos, mais organizados, com força multiplicada e com uma posição de relêvo em todo o desenvolvimento da vida econômica e política do País.

O compromisso assumido pelo governo com a classe trabalhadora, além de respeitar o pleno gozo das liberdades democráticas, nos garante, de imediato, a mais rápida revisão do salário mínimo, o início e a continuação de medidas para se ir realizando a reforma agrária, efetiva aplicação da Lei de Remessa de Lucros e daquelas medidas indispensáveis a pôr um paradeiro à desenfreada exploração do povo, tais como a intervenção governamental nos trusts que asfixiam a economia nacional e congelamento dos gêneros e artigos de primeira necessidade.

Com a greve vitoriosa, o povo está em condições de exigir ser ouvido na formação do novo Ministério, que deve ser composto de autênticos nacionalistas e de provados democratas, o que, em nome dos milhares de valentes grevistas e valorosos combatentes da classe trabalhadora, o Comando Geral dos Trabalhadores, aliado a outras forças democráticas e patrióticas, passará a fazer desde este momento.

O resultado mais importante de nossa greve vitoriosa foi o grau de unidade e consciência alcançado com o apoio de milhões de brasileiros da cidade e do campo, que é fator decisivo pela conquista dos objetivos do programa de salvação nacional e do governo nacionalista e democrático.

A luta, porém, continua, cada vez mais viva, cada vez mais profunda e mais ampla. Estas conquistas têm de ser ampliadas e consolidadas. Agora temos junto à nossa classe mais forças de outras camadas sociais, todas, como nós, interessadas na luta contra os imperialistas e latifundiários e pela constituição de um governo que represente essas forças democráticas e progressistas.

Companheiros trabalhadores:

Em cada organismo sindical, em cada local de trabalho, em cada lar operário devemos debater

os resultados de nossa greve vitoriosa, realizando assembleias sindicais e concentrações populares; pôr em prática suas conquistas; multiplicar os efetivos de nossa organização; manter nossa mobilização e ampliar nossa pujante unidade. Formamos, com os camponeses, estudantes, intelectuais, servidores do Estado e patriotas das Forças Armadas uma poderosa e invencível frente-única que luta pela emancipação nacional.

O caminho aberto pelas vitoriosas greves de 5 de julho e 14 de setembro possibilita a caminhada patriótica da classe trabalhadora e seus aliados, até a vitória final, que apresenta a libertação de nossa Pátria, o bem-estar de nosso povo e a felicidade da Nação brasileira.

Viva a pujante e vitoriosa GREVE GERAL DE 14 DE SETEMBRO! Pela constituição de um Governo Nacionalista e Democrático! Pelas Reformas de Base! Pela unidade e organização dos trabalhadores e sua união crescente com os camponeses, estudantes, intelectuais, militares patriotas e de todas as forças nacionalistas e democráticas".

Nos dias 2 e 3 de fevereiro de 1963, o CGT reuniu-se em São Paulo e decidiu lançar um documento estabelecendo uma série de exigências em termos enérgicos, à luz da advertência da greve geral. Entre outras imposições o manifesto declarava que exigia a posse dos sargentos eleitos para o Congresso Nacional. Atacava o Plano Trienal e declarava que o Ministério não merecia sua confiança. Eis o texto integral desse documento, publicado no jornal "Novos Rumos", de 8-14 Fev. 63.

"À Nação, aos trabalhadores e ao povo.

Companheiros:

O Comando Geral dos Trabalhadores reuniu-se em São Paulo, durante os dias 2 e 3 de fevereiro, examinou a situação econômica, política e social do país, e lança a todos os trabalhadores este apelo à

unidade e à luta. No momento em que nos reunimos, constatamos o agravamento de maneira jamais vista do custo de vida, atingindo duramente as massas que trabalham na cidade e no campo. Com a supressão dos subsídios ao trigo e aos combustíveis e outras medidas, generalizou-se as altas de preços e campeia a especulação.

Os novos níveis de salário mínimo estabelecidos em dezembro para vigorar em janeiro, já insuficientes, perderam grande parte de seu valor em face da carestia desenfreada que presenciamos e dentro de alguns meses estarão completamente anulados. Ao mesmo tempo os salários dos profissionais estão sendo nivelados ao mínimo.

Esta é a primeira consequência da aplicação do Plano Trienal, com o qual se pretende, mais uma vez, descarregar o peso da crise nas costas do povo. Os trabalhadores sempre lutam pelo desenvolvimento econômico do país e por medidas de combate à inflação, mas não podem concordar com uma política financeira que impõe maiores sacrifícios às massas consumidoras e deixa intatos os lucros fabulosos do capital estrangeiro, as vultosas subvenções aos latifundiários e exportadores de café, as grandes rendas dos grupos econômicos poderosos.

São êstes setores privilegiados os verdadeiros responsáveis pela inflação. Foram êles que obtiveram com a inflação lucros incalculáveis. Êles é que devem pagar agora o custo da política antiinflacionária, e não os trabalhadores, que sempre foram as grandes vítimas da inflação.

Não podemos aceitar, portanto, nenhuma sugestão de trégua em nossa luta reivindicatória. Agora, mais do que nunca, precisamos defender o valor real do nosso salário lutando por novos reajustamentos, pela melhoria imediata de nossas condições de vida. A carestia de vida só pode ser efetivamente combatida através de reformas profundas na estrutura econômica do país que elimine as causas da

inflação. Por isto os trabalhadores lutam, contra a carestia exigindo não apenas aumento de salário, mas também a realização das reformas de base.

Estendemos nossa mão solidária aos companheiros funcionários públicos, civis, militares e autárquicos, que lutam por uma elevação dos vencimentos em proporção com a alta do custo de vida. O aumento de 40% em abril, fixado arbitrariamente no Plano Trienal, é um verdadeiro escárnio e pode constituir precedente ameaçador para as lutas salariais dos trabalhadores.

Companheiros:

Ao lado de tôdas as forças patrióticas e progressistas, os trabalhadores vêm exigindo mudanças profundas na vida do país. Sob a bandeira das reformas de base e da luta por um governo nacionalista e democrático, realizamos as greves gerais de 5 de julho e 14 de setembro do ano passado, que tiveram o apoio vigoroso de milhares de patriotas civis e militares contra as manobras reacionárias da maioria parlamentar. Sob esta bandeira fomos em massa às urnas, a 6 de janeiro, e dissemos NÃO ao Ato Adicional, contribuindo vigorosamente para derrotar as forças retrógradas, na esperança de que as causas do atraso, da miséria e do analfabetismo fôsem enfrentadas, porque só assim será possível melhorar as condições de vida dos trabalhadores e do povo em geral. Isto significa a defesa dos supremos interesses da Nação. É isto que os trabalhadores reclamam agora do Poder Legislativo e do Poder Executivo, sem delongas.

Entretanto o Ministério organizado pelo presidente João Goulart, não pode inspirar confiança aos trabalhadores e ao povo. Embora nele figurem personalidades dignas de respeito por sua atuação nacionalista e democrática, expressa ainda uma política de conciliação com as cúpulas partidárias ligadas a interesses antinacionais e autipopulares.

Com o resultado vitorioso do plebiscito, criaram-se condições mais favoráveis para novas conquistas no terreno do bem-estar do povo, do progresso e da emancipação do país. Mas, para que sejam efetuadas estas conquistas, para que se realizem as reformas profundas reclamadas pela nação, é necessário novo governo com uma nova política voltada para os interesses nacionais e populares.

Reafirmamos, por isto, a posição assumida no IV Encontro Sindical Nacional, realizado em São Paulo, em agosto do ano passado: somos pela realização imediata das reformas de base, pela constituição de um governo nacionalista e democrático, livre de homens comprometidos com os trustes e os grupos reacionários.

Com a revogação do Ato Adicional, o Presidente da República dispõe agora de poderes constitucionais necessários para iniciar as reformas exigidas pela Nação, devendo enviar, imediatamente, mensagem ao Congresso Nacional, para tornar realidade as prometidas reformas de base, como a agrária, tributária, bancária, universitária, urbana e judiciária. Pode ainda, com os meios que lhe foram outorgados, intervir enérgicamente no mercado abastecedor e distribuidor pondo em imediato funcionamento a SUNAB e outros órgãos para coibir os abusos e a especulação, a sonegação de gêneros de primeira necessidade, que estão levando o povo a um contínuo sofrimento e ao desespero.

É hora, pois, companheiros, de lutarmos com todo o vigor para que estas reformas sejam realizadas efetivamente e em consonância com os interesses populares. Não devemos permitir que a bandeira

das reformas de base seja utilizada pelos inimigos do povo para esvaziá-la de qualquer conteúdo, para escamotear as mudanças indispensáveis ao país.

É hora de fazer uma reforma agrária profunda, de entregar as terras dos latifundiários aos camponeses, assistindo-os por todos os meios.

É hora de aplicar rigorosamente a Lei que regulamenta a remessa de lucros das empresas estrangeiras, cuja execução depende apenas do Poder Executivo.

É hora de reduzir as enormes subvenções aos latifundiários e exportadores do café, que recebem bilhões de cruzeiros para estocar montanhas de sacas de café que apodrecem nos armazéns.

É hora de lançar impostos diretos fortemente progressivos sobre a renda dos grupos privilegiados, e não impostos indiretos sobre as massas consumidoras.

É hora de nacionalizar empresas estrangeiras que ocupam posição chave em nossa economia, indenizando-as apenas pelo custo histórico.

É hora de intensificar o intercâmbio com todos os mercados, para acabar com o monopólio dos países imperialistas em nosso comércio exterior.

É hora de ampliar o monopólio estatal do petróleo, encampando as refinarias particulares e entregando à Petrobrás a distribuição de todos os seus produtos.

As greves de 5 de julho e 14 de setembro demonstram que os trabalhadores se levantam em ações enérgicas para tornar vitoriosas todas as medidas de interesse nacional e popular.

A força unida dos trabalhadores juntamente com a dos estudantes, dos militares, dos camponeses e de todos os patriotas há de impor novas e decisivas derrotas aos grupos reacionários que, nas cúpulas partidárias, no Parlamento ou no próprio Governo, tentem a se opôr à vontade do povo.

Estamos dispostos a marchar ombro a ombro com todos os que, dentro ou fora do Governo, defendam os interesses da Nação. Mas, denunciemos e combatemos com a mesma energia, qualquer atentado às conquistas do povo brasileiro.

Protestamos, por isto, contra o prejudicial empréstimo concedido pelo governo à empresa imperialista Standard Eletric, com o único e declarado objetivo de elevar a indenização à IT&T, cuja subsidiária gaúcha foi encampada patrioticamente pelo governador Leonel Brizola.

Não podemos permitir que os recursos da Nação sejam desviados impunemente para os cofres dos trustes.

Advertimos, solenemente, que os trabalhadores não admitirão qualquer retrocesso na política externa; qualquer tentativa de afastar o Brasil da defesa dos princípios de autodeterminação e não intervenção em outros países. Não há documentos forjados que possam quebrantar a solidariedade inabalável dos trabalhadores brasileiros ao povo cubano.

Chamamos, por fim, todos os trabalhadores, a se manterem unidos e vigilantes em defesa das liberdades democráticas. Defenderemos com todo vigor o direito de greve; a sindicalização dos trabalhadores rurais e do funcionalismo público; a liberdade sindical e as demais garantias inscritas na Constituição.

Exigimos o respeito ao mandato popular, com posse, sem discriminação, de todos os candidatos eleitos, inclusive a dos sargentos de nossas gloriosas Forças Armadas.

Companheiros.

Nos documentos do IV Encontro Sindical Nacional, acentuamos que as causas do atraso e da miséria do nosso povo são, principalmente, o imperialismo e o latifúndio. Isto significa que é indispensável levarmos para as massas trabalhadoras, nas nossas assembleias e reuniões e nos locais de trabalho, a discussão desses fatores, a fim de que possamos tornar realidade as reformas de base, para o bem-estar e a felicidade do povo brasileiro.

Unidos e organizados, nas lutas diárias por nossas reivindicações imediatas — reajustamentos sala-

riaes e outras — devemos intensificar os preparativos para permitir a deflagração da greve geral, quando for necessária sob a orientação e direção do Comando Geral dos Trabalhadores, reclamando e exigindo a execução dessas aspirações de toda a Nação Brasileira.

Unamo-nos a todas as demais forças patrióticas na luta pelas reformas de estrutura e por um governo Nacionalista e Democrático.

Esta é a nossa posição. Este é o nosso chamado à organização, à unidade e à luta.

São Paulo, 3 de fevereiro de 1963.

COMANDO GERAL DOS TRABALHADORES”.

Citaremos outro exemplo de manifesto de intimidação do CGT, reproduzindo o seguinte documento publicado no jornal “Novos Rumos”, n.º 229 de 12-18 de Julho de 63:

“O Comando Geral dos Trabalhadores, reunido para examinar a situação nacional, vem de público reafirmar sua posição em defesa das reformas e das liberdades democráticas e sindicais.

A conspiração com que se defronta a Nação principalmente por parte dos governadores dos Estados da Guanabara e de São Paulo, manipulados por forças estrangeiras e seus agentes internos, visa o retrocesso nas conquistas do povo, as liberdades democráticas e as reivindicações dos trabalhadores. A trama golpista pretende impedir as reformas de base, especialmente a agrária, que o Brasil precisa para progredir e se afirmar como nação livre e independente.

O CGT tem posição clara quanto ao golpe dos gorilas: não se iludam os reacionários. Estamos na luta diária com todas as forças democráticas e nacionalistas, pelo progresso da Pátria. No mo-

mento em que pretendem consumir uma ditadura para impedir dias mais felizes para nosso povo e manter privilégios criminosos, determinamos a todos os trabalhadores da cidade e do campo a intensificar a luta pelas reformas de base, por nossas reivindicações específicas e contra a carestia. Convocamos todos os trabalhadores para que estejam alertas e mobilizados, nos seus sindicatos, nos locais de trabalho, nas ruas, para responder com a greve geral ao golpe que os inimigos de nosso povo pretendem levar à prática.

Sincronizados com o protocolo das confederações e com o manifesto do CGT, os trabalhadores paulistas, através do Pacto Intersindical, já tomaram posição contra as atividades de Ademar de Barros e Carlos Lacerda, publicando importante pronunciamento de condenação ao golpe e ao gorilismo”.

Tôdas essas atividades eram coordenadas dentro de um esquema de agitação sindical que compreendia principalmente o Comando Geral dos Trabalhadores, a Confederação Nacional dos Trabalhadores das Indústrias (CNTI) e o Conselho Permanente das Organizações Sindicais (CPOS).

3. A TÉCNICA DE EXECUÇÃO DAS GREVES

Os comunistas desenvolveram uma técnica de execução de greves baseada na experiência internacional e nos resultados do movimento grevista no país, principalmente a partir de 1961. Jorge Miglioli, em seu trabalho já citado, estabelece uma orientação para a realização de greves, numa exposição que vale a pena ser reproduzida para mostrar aspectos impressionantes de agitação subversiva que foram verificados no governo Goulart.

Inicia Miglioli o capítulo intitulado “Como se faz greve” do seguinte modo:

Procuraremos apresentar aqui algumas indicações sobre a maneira como se faz greve, como os trabalhadores agem para a realizarem. Evidentemente os modos de feitura de greve variam em larga escala. Em termos gerais, variam segundo a época e o país onde se realizam. Variam segundo a força da classe operária, seu número, unidade, consciência de classe, variam de acordo com o grau de avanço da democracia em que se encontra o Estado, variam até mesmo de acordo com o grupo da classe dominante que detém o poder do Estado. Ilustrando este último ponto: embora o grau de democracia seja fundamentalmente o mesmo durante os Governos dos Senhores Juscelino Kubistchek, de João Goulart, aos trabalhadores, até o momento, tem sido mais fácil a realização de suas greves sob o Governo deste último presidente. E isto porque o Sr. João Goulart é mais sensível aos reclamos da classe operária nela apóia, em grande parte, seu prestígio. Assim, sua atitude ante os grevistas tem sido a de entendimento, de não-intervenção, enquanto, sob os Governos anteriores, a coação governamental era constante. E

ninguém ignora que a coação e a ação policial dificultam a greve (embora, na grande maioria das vezes, pelo contrário, tendam a fortalecê-la, já que à pressão policial os grevistas respondem com maior coesão. Exemplo do que estamos afirmando foi a posição do Sr. João Goulart em face das greves gerais de 5 de julho e 14 de setembro de 1962: declarou-se contrário às greves e até mesmo tentou impedi-las, enviando emissários ao Comando-Geral dos Trabalhadores, que coordenava o movimento paredista, mas não procurou coagir os grevistas, como era de uso nos governos anteriores.

Há uma diversidade de condições que concorrem para a boa realização das greves, e há uma diversidade de condições que se opõem a ela. Todas as greves encontram condições favoráveis e contrárias. Essas condições devem ser buscadas na própria classe operária no Estado (que reflete a classe dominante), nas razões das greves. Uma classe operária (particularizando: uma categoria profissional ou os trabalhadores de determinada empresa, posto que, em geral as greves se fazem por categoria profissional ou por empresa) numerosa, organizada, unida esclarecida, tende a realizar greves com maiores êxitos. O motivo da greve é de fundamental importância. Um motivo justo tende a unir os trabalhadores, incentiva-os. Mas não apenas a justeza do motivo é importante: também o é o caráter do motivo. Em certas situações — como, por exemplo, quando a classe operária ainda não está suficientemente politizada —, um motivo de caráter econômico (por exemplo: aumento de salário) mostra-se mais eficiente para levá-la à greve; quando o nível de politização é alto, sendo desenvolvida a consciência de classe, a greve de caráter político encontra maior repercussão entre os trabalhadores. Por outro lado, numa classe operária débil, o caráter legal da greve é importante: certas greves deixam de ser feitas para não ferirem a legislação existente. No Brasil, exemplificando, considera-se ilegal a greve dos funcionários públicos e isto restringe, muitas vezes seu im-

pulso à greve. Também no Estado se devem buscar as condições para a realização das greves. Um Estado liberal, que reconhece o direito de greve, que não coage nem reprime os grevistas, facilita a realização das paredes.

Essas condições, é óbvio, atuam em conjunto, de forma concorrente ou de forma contrária. Às vezes as condições se unem favoravelmente, outras vezes desfavoravelmente, e, em geral, as condições favoráveis e as desfavoráveis se contrapõem. Dêsse balanço de forças depende o êxito das greves. O movimento grevista que eclodiu na Espanha, no princípio de 1962, só pôde ser vitorioso, contra um Governo fascista, que proíbe e reprime violentamente qualquer parede, devido à força mostrada pelos trabalhadores, inspirados por um motivo justo. Contrariamente, no Estado de São Paulo, na grande greve de dezembro de 1961, pela conquista do abono de Natal, os grevistas foram derrotados (isto é, não atingiram seus objetivos e a greve foi desbaratada em 24 horas) devido à intensa reação policial; e isto porque embora fôsse grande o número de grevistas (cerca de 100 mil), era fraca a organização do movimento.

Além dessas condições gerais, há toda uma série de outros problemas, mais particulares, para a realização de uma greve. Organizar uma greve geral, nacional, é mais difícil do que organizar uma greve local ou de uma categoria profissional, que por sua vez, são mais difíceis do que a greve numa só empresa. A comunicação da greve é um exemplo. Enquanto numa só empresa a palavra-de-ordem da greve é comunicada pessoalmente pelo comando grevista, nas greves mais extensas esse tipo de comunicação não é possível. É necessário recorrer a emissários, ao telefone, telegrama, aos jornais. É um processo mais lento, menos preciso, mais sujeito à ação contrária por parte da polícia e dos patrões, que podem falsificar telefonemas, telegramas, divulgar notícias falsas através do rádio e dos jornais. Realmente, na greve geral de 5 de julho, o principal problema com que se defrontou o Comando-Geral dos Trabalhadores para a deflagração do movimento foi

a comunicação da ordem de paralisação. A maioria dos jornais e das estações de rádio se recusou a divulgar as notas dos grevistas, deu notícias falsas ou tendenciosas, omitiu-se. Portanto, numa grande greve, a comunicação é um dos principais problemas a serem resolvidos.

Os procedimentos paredistas variam também segundo as características das categorias profissionais e das empresas, segundo o tempo de duração da greve. etc.

Há, pois, inúmeras condições que devem ser levadas em conta para a organização, realização e êxito de uma greve. Assim sendo, há inúmeros procedimentos adotados pelos grevistas, o que torna difícil expor o modo de realização das greves. Contudo, tentaremos expô-lo em linhas gerais, apresentando, paralelamente, alguns exemplos.

Jorge Miglioli, a seguir, procura sistematizar o que ele considera a "arte de fazer greve". Decompõe o movimento em três fases: a preparação, a decretação e a execução. É justificar as violências que são praticadas contra os trabalhadores não grevistas, mostrando que, depois de certo tempo as ameaças são suficientes para acovardá-los. Diz o autor:

A greve, na atualidade, é uma arte, um procedimento racionalizado. Essa racionalização surgiu da prática de fazer greve, como imposição para o próprio êxito dela, para se contrapor às medidas antigrevistas. Poucas são, agora as greves espontâneas, que surgem e se desenvolvem (quando conseguem desenvolver-se) sem organização, como puro impulso de revolta dos trabalhadores. Há uma série de princípios grevistas já patronizados, ou melhor, uma série de condições de que os grevistas procuram assegurar-se, condições estas generalizadas por todas as greves — embora os procedimentos empregados para se assegurarem dessas condições variem quase de um caso para outro. A justeza de motivo, a unidade dos trabalhadores, a solidariedade dos trabalhadores de outras categorias profissionais, a ga-

rantia contra os furadores de greve, a garantia de provisão alimentar no caso de a parede durar muitos dias, etc. são algumas das condições de que os trabalhadores procuram assegurar-se. As técnicas empregadas para satisfazerem essas necessidades é que variam.

Observando diversas greves, podemos inferir um esquema de modo como se faz uma greve. Nesse esquema distinguimos três fases: o momento anterior à greve, que vai até a decisão de fazê-la; a decretação da greve; a organização e a sustentação da greve.

Por uma razão qualquer os trabalhadores de uma empresa, de uma categoria profissional ou de uma região apresentam aos patrões, sejam estes públicos ou privados, determinada reivindicação. Esta é, em geral, apresentada pelo sindicato ou federação que congrega aqueles trabalhadores. Há alguns casos, porém, em que, passando por sobre o sindicato ou a federação, os trabalhadores, em comissões, se dirigem diretamente aos patrões. Isto quando a entidade sindical não corresponde à confiança de seus filiados, ou o processo se desenvolve com tal rapidez que não há tempo para obter a interferência dos sindicatos ou da federação, ou por outra razão qualquer.

A reivindicação surge espontaneamente da massa de trabalhadores, ou dos grupos mais ativos, ou, então, é levantada pela organização oficial dos trabalhadores. Na maioria das vezes, com o aperfeiçoamento sindical que se vem processando, a reivindicação é debatida e aprovada em assembleia-geral dos trabalhadores. Se os patrões concordam com a exigência e a cumprem, está encerrado o movimento. Se não concordam, dão o primeiro passo para a eclosão da greve. Ante à recusa, os trabalhadores podem continuar insistindo junto aos empregadores, ou recorrer à Justiça do Trabalho, para que julgue a pendência, ou procurar logo impor sua reivindicação graças a manifestações públicas — passeatas, comícios, concentrações — ou pela greve.

A legislação trabalhista existente procura obrigar os trabalhadores a recorrerem, antes da greve, ao arbitramento da Justiça do Trabalho. Diz o Artigo 723 da Consolidação das Leis do Trabalho: "Os empregados, que, coletivamente, e sem prévia autorização do tribunal competente, abandonarem o serviço, ou desobedecerem a qualquer decisão proferida em dissídio, incorrerão nas seguintes penalidades... E o Decreto-lei n.º 9070, de 15 de março de 1946, reafirma este arbitramento várias vezes. Em primeiro lugar, num considerando, quando diz que "sòmente depois de esgotados os meios legais para remediar as suas causas, se poderá admitir o recurso à greve". Logo no Art. 1.º: "Os dissídios coletivos, oriundos das relações entre empregadores e empregados, serão obrigatoriamente submetidos à conciliação prévia, ou à decisão da Justiça do Trabalho." E no Art. 9.º: "É facultado às partes que desempenham atividades acessórias, depois de ajuizado o dissídio, a cessação do trabalho ou o fechamento do estabelecimento."

Mas nem sempre os trabalhadores obedecem a esta prescrição. A greve é feita quando os trabalhadores julgam ser o melhor momento de fazê-la: seja antes, durante ou depois do arbitramento. Contudo na medida do possível, os trabalhadores procuram atender à legislação, para evitarem maiores conflitos. Assim sendo, ao recebimento da negativa dos patrões, ao surgir o dissídio, procuram comunicar o fato ao Departamento Nacional do Trabalho, como prescreve o Art. 4.º do Decreto-Lei 9070.

Ante a negativa dos empregadores, os empregados podem decidir-se pela greve. Nesse movimento é importante que o dirigente mantenha a massa dos trabalhadores informada de seu processo de reivindicação, que discutam com ela, pois isto permite aos dirigentes conhecer a posição da massa trabalhadora e assegurar-lhe a unidade. Assim, a grande maioria dos trabalhadores participa ativamente do processo; não se limita a receber da palavras-de-ordem, esclarece-se, integra-se no movimento.

Muitas vezes, antes da decretação da greve, os trabalhadores realizam diversas manifestações. Por exemplo, os ferroviários do Nordeste, antes de entrarem em greve, em janeiro de 1961, promoveram grandes passeatas pelas ruas das cidades nordestinas solicitando do Governo Federal e da Rêde Ferroviária Federal que dessem cumprimento às leis e aos acôrdos que os beneficiavam.

Muitas vezes também, antes de deflagrar a greve, os trabalhadores dão diversos prazos aos patrões, para que este atendam a sua reivindicação — como aconteceu nessa greve dos ferroviários. Um exemplo expressivo deste procedimento foi a greve dos empregados da Companhia Brasileira de Energia Elétrica (do grupo Bond and Share), em maio de 1960, no Estado do Rio de Janeiro: durante três anos esperaram que os patrões concordassem com sua reivindicação de aumento de salário.

Em muitos casos os trabalhadores chegam a ter uma paciência excessiva, como vimos nesse exemplo dos empregados da Companhia Brasileira de Energia Elétrica. Os trabalhadores da Companhia de Fiação e Tecidos Minas Gerais esperaram mais de 6 meses pelo recebimento de salários atrasados, para só então decretarem greve (novembro de 1960). O mesmo procedimento tiveram os servidores da cidade de Macaé, no Estado do Rio, que esperaram durante 12 meses sem receber seus salários, para sòmente então entrar em greve (janeiro de 1960). E entre os funcionários públicos isto é freqüente: em 1959, os funcionários municipais de Volta Redonda aguardaram sete meses, os de Belo Horizonte aguardaram três meses e os de Mandaguari (Estado do Paraná) cinco meses, entre outros vários casos idênticos.

Mas há um momento de saturação, em que os trabalhadores compreendem que a única solução é a greve. Foi o que aconteceu com os trabalhadores da companhia de energia elétrica, da companhia de tecidos, com os funcionários de Macaé, Belo Horizon-

te, Volta Redonda, Mandaguari... É o que a generalidade dos trabalhadores compreende antes mesmo de chegar a êsse ponto de saturação. Porque, na atualidade, com o desenvolvimento da luta operária, generalizou-se o reconhecimento de que a greve é a arma mais eficaz com que os trabalhadores contam nessa luta constante com os capitalistas. Assim, é difícil, senão impossível dentro de um movimento reivindicativo dos trabalhadores, determinar o momento em que se dispõem a recorrer à greve para atingirem seu objetivo. É de se supor que, ao apresentarem sua reivindicação, a greve já esteja implícita: se não fôrem atendidos através de acôrdos ou de arbitramento, recorrerão inevitavelmente a ela. Esta decisão, implícita, sômente se exterioriza e se concretiza, entretanto, em determinado momento. E êste momento varia segundo a resistência dos patrões, a tradição de luta dos trabalhadores, sua organização, disposição, etc.: se os empregadores se mostram intransigentes, se os trabalhadores têm uma tradição de lutas, se estão organizados e dispostos a lutar, então a tendência à parede se exterioriza rapidamente. Resta apenas concretizar essa decisão: decretar a greve.

A decretação da greve, em geral, é feita em assembléia, sob a direção do sindicato. Diz o § 1.º do Art. 2.º do Decreto-Lei 9070: "Cessação coletiva do trabalho é a deliberada pela totalidade ou pela maioria dos trabalhadores de uma ou de várias empresas, acarrentando a paralisação de tôdas ou de algumas das respectivas atividades." Com isto o Decreto-Lei procura obrigar que as greves sejam decididas pela totalidade ou pela maioria dos trabalhadores e, com isto, fundamentalmente, êsse Decreto-Lei procura dificultar, quando não impedir, a decretação de qualquer greve — pôsto que é difícilimo congregar tantos trabalhadores em assembléia para deliberar sôbre a greve. Portanto, de fato, a greve é decidida pela totalidade ou pela maioria dos trabalhadores que se encontram presentes no momento da deliberação.

A decretação da greve supõe, por parte dos dirigentes, o conhecimento de certas condições que possibilitem o êxito do movimento: o reconhecimento da justeza da reivindicação, por parte da massa de trabalhadores, a unidade dos trabalhadores, seu estado de espírito, a possibilidade de a palavra-de-ordem de greve ser levada rapidamente a todos os trabalhadores, os elementos com que podem contar para a organização dos comandos, os fundos financeiros, etc., etc. Não havendo o preenchimento dessas condições, cabe aos dirigentes procurar adiar a decretação da greve, porque o fracasso, além de resultar na não obtenção do que reivindicam, tem efeito depressivo sôbre a massa dos trabalhadores, abate-lhes o ânimo de luta e, quanto aos próprios dirigentes, pode desacreditá-los junto aos trabalhadores.

Embora seja hábito que a parede deve ser decidida em assembléia-geral, algumas vêzes, em caráter de emergência, ela é decretada pela direção sindical, sem realização de assembléia-geral. Outras vêzes é a própria massa de trabalhadores que se decide a fazer, e faz, a greve, sem interferência do sindicato. Neste caso, serve de exemplo a greve dos operários da Fábrica Nacional de Motores, em março de 1961, assim descrita pelo semanário "Novos Rumos": "O movimento paredista eclodiu exatamente às 9 horas da manhã, quando teve início o pagamento dos salários referentes ao mês de janeiro, que os operários esperavam receber com o reajustamento que lhes fôra prometido desde novembro último. A paralisação do trabalho, que se iniciou espontaneamente na primeira seção onde fôra efetuado o pagamento, estendeu-se como um rastilho de pólvora a todos os demais, atingindo a totalidade dos trabalhadores surpreendendo os próprios dirigentes oficiais e a administração da empresa. "Sômente às 16 horas é que os trabalhadores organizaram sua assembléia, com os dirigentes sindicais, para discutirem a greve em andamento e suas reivindicações.

Decretada a greve, cabem ao comando-diretor, que em geral se constitui, a planificação e a execução

do movimento. Dessa planificação e execução depende o êxito. Daí resulta o fato de que a realização das greves se aprimora cada vez mais. Vejamos, pois, através de alguns exemplos, como atuam os grevistas.

De fundamental importância são os piquetes ou comandos de greve, e as comissões que se formam. De tal importância que muitas vezes se constituem comandos efetivos e comandos de reserva, para substituírem os primeiros na hipótese de êstes serem presos. Assim procederam, por exemplo, os trabalhadores em carris urbanos na Guanabara, em sua greve de outubro de 1960.

Os comandos são criados para diversas finalidades. Inevitavelmente se criam comandos (piquêtes) para impedir a ação dos furadores de greve (os "minhocas"), isto é, os trabalhadores que insistem em trabalhar apesar da decretação da parede. Êstes comandos têm caráter mais persuasivo do que repressivo: procuram esclarecer os trabalhadores que pretendem furar a greve, esclarecê-los da justeza do movimento, da necessidade da greve etc., a fim de demovê-los de seu intento. E o próprio fato de existirem êsses comandos, principalmente tendo-se em vista que a tradição os apresenta como grupos violentos, o que às vezes êles realmente são, faz com que muitos trabalhadores não se disponham a furar a parede. Na verdade, atualmente, raramente se registra um ou outro ato de real violência contra os que pretendem furar a greve. A ameaça de agressão é suficiente para demover os furadores, quando a tentativa de esclarecimento não é suficiente. Ou, quando muito, os piquêtes se limitam a afastar ou, menos usualmente, a prender os que se dispõem a furar a greve. Assim procederam os piquêtes na greve dos trabalhadores em transportes em Niterói e São Gonçalo (junho de 1961), quando, atuando nos principais pontos dessas cidades, detinham os furadores que apareciam e os levavam para o quartel-geral da greve, que funcionava na sede do Sindicato dos Rodoviários. Mas, com o decorrer do tempo,

menos se torna necessário o recurso à violência, porque decresce sensivelmente o número e a ação dos furadores de greve, como o resultado do maior esclarecimento e da elevação da consciência de classe dos trabalhadores. No dizer de diversos dirigentes operários que entrevistamos, os furadores quase não constituem problema nas greves atuais.

O que constitui problema é a ação patronal direta ou através da polícia — que procura forçar os trabalhadores a voltar às atividades. Assim, por exemplo, foi fundamental a ação dos piquêtes na greve dos ferroviários da Companhia Paulista de Estrada de Ferro, em abril de 1959, protegendo os trabalhadores e se opondo às tentativas da diretoria da Empresa, que procurava fazer circular os trens, usando a polícia contra os grevistas, caçando os maquinistas em suas residências, etc. E aqui serviu a experiência de outras paredes ferroviárias, em que os policiais iam buscar os maquinistas — elementos essenciais para o funcionamento das ferrovias — em suas residências e os obrigavam a trabalhar, como, por exemplo, na greve da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro, em 1948, quando os maquinistas sofreram terrível pressão policial. Para evitar essa pressão, os maquinistas, na greve da Cia. Paulista, se uniram na sede de seu sindicato, protegidos pelos trabalhadores. Portanto, os piquêtes passam a ter o papel de protetores dos trabalhadores, contra a pressão patronal e policial — pressão esta que muitas vezes se traduz em atos de violência.

Criam-se comandos também para a divulgação e o esclarecimento da greve e para arrecadação de fundos. Decretada a paralisação, é preciso informar os trabalhadores afetados, para que se juntem ao movimento. Informam-se os trabalhadores de outras empresas, de outras categorias profissionais, procura-se informar o povo em geral, para obter-lhe a solidariedade, a adesão, a fim de que a greve repercuta em tôdas as camadas da população. Por outro lado, é necessário arrecadar fundos para os gastos da greve e a manutenção dos grevistas — quando a greve é de longa duração.

Os tecelões da Fábrica Nova América (na cidade do Rio de Janeiro), em sua greve de março a abril de 1959, criaram diversas comissões para visitar os jornais, a Câmara Federal, a Câmara Municipal e os sindicatos de trabalhadores, a fim de esclarecerem sobre a justiça da parede e angariarem solidariedade, enquanto outros comandos, constituídos de grupos numerosos, se dirigiam às empresas, têxteis ou não, solicitando donativos para a família dos grevistas. Na greve dos trabalhadores do Frigorífico de Nilópolis (Estado do Rio), em agosto de 1961, que durou 26 dias, constituíram-se comissões para angariar ajuda financeira. Na greve de 85 dias dos trabalhadores da Fiação e Tecelagem Santo André (Estado de São Paulo), em 1959, destacaram-se os "comandos de arrecadação" — como foram chamados. Esses comandos propagavam pela cidade as razões da greve e arrecadavam dinheiro e outros donativos: alimentos, roupas e outras utilidades. Realizaram também um "comício de arrecadação". Nos últimos dias da parede, já haviam conseguido mais de um milhão e quinhentos mil cruzeiros, chegando a ser organizado um armazém para o abastecimento dos grevistas. No que se refere à divulgação e publicidade, os aeroviários, em sua greve geral de dezembro de 1959, deram um bom exemplo, criando o "Departamento de divulgação e publicidade" da greve, que teve atuação destacada: imprimia diariamente o "Boletim" da greve, com um resumo dos acontecimentos e a justificação dos acontecimentos e a justificação da conduta dos aeroviários, que era enviado a todos os sindicatos da cidade do Rio de Janeiro (onde também está a sede de seu sindicato), aos parlamentares, à imprensa; expedia telegramas para todo o país, informando a todos os aeroviários o resultado das conversações mantidas com os empregados e as autoridades. Enfim, como exemplo de um planejamento amplo e eficaz, podemos referir-nos à greve dos trabalhadores das docas de Recife, Maceió, Natal e Paraíba, em março/abril de 1959, quando foram criados 25 comitês de greve para atuar nos armazéns, oficinas e seções de trabalho, e diversas comissões — jurídica, de segurança, de assistên-

cia social, de propaganda, de comunicações e de relações públicas. Como vemos, trata-se da racionalização da greve, a greve como uma verdadeira técnica.

Os grevistas se preocupam bastante com a solidariedade dos demais trabalhadores e do povo em geral. Para obter esta solidariedade, costumam realizar passeatas, além de empregarem os comandos de esclarecimento. Assim, como exemplo: os trabalhadores da Companhia de Fiação e Tecidos Minas Gerais, na greve de dezembro de 1960 a janeiro de 1961, realizaram uma passeata pelas ruas de Belo Horizonte, solicitando o apoio e a solidariedade da população daquela capital; os ladrilheiros de Sergipe, em janeiro de 1961, cuja passeata, mais do que para solicitar apoio, foi uma demonstração de solidariedade recebida dos demais trabalhadores. A passeata é, pois, também uma forma de mostrar a unidade e a força dos trabalhadores. E como outra ilustração de passeata de cunho misto, citamos a dos bombeiros e milicianos da Força Pública de São Paulo, em janeiro de 1961, ocasião em que, fardados e em trajes civis, corregando faixas alusivas aos acontecimentos, desfilaram pelo centro da cidade, acompanhados de mulheres e filhos, dirigentes sindicais, deputados, vereadores, intelectuais, além de aderirem à manifestação.

Por outro lado, uma forma de conquistar a simpatia e a solidariedade da população é demonstrar cuidado por ela, como fizeram os servidores da Prefeitura de Nilópolis (Estado do Rio), em maio de 1961, não interrompendo o serviço de Pronto Socorro, para atender ao público. Ou como fizeram os trabalhadores das docas nordestinas, na greve a que já nos referimos acima, em que muitos operários foram dispensados da parede a fim de não prejudicarem a população: por exemplo os funcionários do frigorífico, para que não houvesse a deterioração das mercadorias ali depositadas, e os operários da estação conversora de energia elétrica, para que esta não faltasse.

Mais exemplos poderiam ser citados para mostrar outros procedimentos adotados pelos grevistas. Porém isto nos levaria a excessivas particularidades. Cremos que já conseguimos expor, em breves traços e com algumas ilustrações, como se faz greve. E, para finalizar esta exposição, resta-nos apenas abordar um ponto: a greve com relação à empresa.

Na grande maioria das paredes, na forma mais usual e conhecida das greves, os trabalhadores deixam de comparecer à empresa, ao local de serviço. Contudo, embora raramente (pelo menos no Brasil), os trabalhadores adotam outro procedimento: comparecem ao local de serviço, mas não realizam o serviço. É a chamada "greve de braços cruzados". Como exemplo, citamos a greve dos marceneiros e carpinteiros da Fábrica de Móveis Leandro Martins, na Guanabara, em janeiro de 1961, assim descrita pelo jornal *Novos Rumos*: "Quando todos os trabalhadores já se encontravam no interior da fábrica e o relógio marcava sete horas da manhã, a greve começou. A Ordem do Conselho (Conselho sindical da fábrica) era para que todos permanecessem em suas bancas de trabalho, de braços cruzados, até que os patrões se dispusessem a pagar os salários do mês. Dêsse modo, cumprindo rigorosamente as instruções dos líderes, os operários permaneceram ordeiros e disciplinarmente até o fim do expediente normal.

Em conclusão, vejamos como termina a greve. A grande maioria, senão a quase totalidade das greves termina com a ordem nesse sentido dada pelos dirigentes do movimento. Vez ou outra, todavia, a greve termina pela fadiga dos trabalhadores, que voltam espontaneamente às suas atividades na empresa, ou pela ação opressora da polícia, que desagrega o movimento grevista e obriga os trabalhadores a voltarem às suas atividades, como aconteceu na greve dos trabalhadores de diversas categorias profissionais, em S. Paulo, em dezembro de 1961, pela conquista do abono de Natal.

Algumas vezes são suspensas simplesmente porque têm prazo marcado pelos próprios grevistas para

encerrarem. São as greves de protesto e as de advertência, como as paredes dos empregados da Companhia Municipal de Transportes Coletivos de São Paulo (abril de 1959), durante 48 horas em protesto contra os constantes atrasos de pagamento de salários; a parede de advertência por melhorias salariais dos trabalhadores da Estrada de Ferro Leopoldina, durante 24 horas (dezembro de 1959); a própria greve geral de 5 de julho, durante 24 horas, de advertência exigindo a constituição de um gabinete nacionalista e democrático.

A greve, em geral, se encerra quando os trabalhadores julgam que foram atendidas em suas reivindicações. Não dizemos que a greve termina quando os trabalhadores têm suas reivindicações atendidas porque isto nem sempre acontece. Em setembro de 1959 os 750 tecelões da Fábrica Confiança, no ex-Distrito Federal, suspenderam a greve que faziam para recebimento de salários atrasados porque lhes foi paga parte desses salários e lhes foi prometido que o restante seria pago dentro de mais alguns dias. Como essa promessa não foi cumprida, os trabalhadores voltaram à greve. Quando suspenderam a greve, assim o fizeram porque julgavam que suas reivindicações tinham sido atendidas — o que constataram dias depois ter sido engano, sendo obrigados a recomeçar a greve.

Grande número de greves termina com a promessa, por parte dos patrões, de que atenderão às reivindicações dos trabalhadores e não porque essas reivindicações tenham sido, de fato atendidas. A grande greve dos trabalhadores das docas de Recife, Maceió, Natal e Paraíba (abril de 1959) terminou com a promessa do pagamento de aumento de salário, que fôra oficialmente concedido e pelo qual aqueles trabalhadores entraram em greve, através de subvenção do Governo Federal. A greve dos 13.000 trabalhadores da Rede Ferroviária no Nordeste (janeiro de 1961), em que, entre as reivindicações se incluía a exigência de enquadramento daqueles trabalhadores no Plano de Classificação do Governo, terminou com a promessa de atendimento,

por parte da diretoria da Rêde. A greve, em março de 1961, dos 2.600 trabalhadores da Fábrica Nacional de Alcalis — que apresentavam diversas exigências terminou com a promessa do Presidente da República, de considerar suas reivindicações. Também em março de 1961, a primeira greve na Fábrica Nacional de Motores, por reajustamento salarial, terminou com a promessa de atendimento. E assim por diante.

Os trabalhadores muitas vezes terminam as greves com a simples promessa dos empregadores de que atenderão suas reivindicações; isto se dá porque nem sempre é possível o atendimento imediato. Ao reconhecerem tal impossibilidade, tendo (ou julgando ter) provas da sinceridade dos patrões na promessa de atendê-los, os trabalhadores podem suspender a greve. Em geral, assim procedem, porque, no caso de serem ludibriados, podem recomeçar o movimento. Portanto, o encerramento das greves motivado pelas promessas patronais tem sempre caráter provisório. O movimento reivindicativo dos trabalhadores somente termina, de fato, com o atendimento das reivindicações.

Por outro lado, as greves nem sempre se encerram com a conquista de todas as reivindicações. Às vezes, chega-se a acordo entre os trabalhadores e os empregadores, cada lado cedendo em certa medida. Analisadas em termos de ganho e perda, mesmo essas greves representam uma vitória dos trabalhadores, porque lhes dão pelo menos parte do que exigiam. O alcance dessa vitória só pode ser medido concretamente em cada caso, mas, em termos gerais, podemos classificá-lo em dois tipos: o que tem caráter progressivo e o que tem caráter conservativo. Na medida em que os trabalhadores obtêm elevação real, melhoria de condições de trabalho (menor número de horas de trabalho, melhores condições de segurança, higiene e outras, maior proteção contra a arbitrariedade, etc.) avanço na organização sindical (liberdade de sindicalização, eliminação da ingerên-

cia estatal, etc.) ampliação dos direitos da classe operária, e assim por diante, os trabalhadores conquistam novas posições, ampliam seu ativo, dão passos adiante em relação às conquistas anteriores — razão pela qual as chamamos de vitórias progressivas. Na medida em que os trabalhadores conseguem manter o nível de salário real, as condições de trabalho vigentes, a organização sindical etc., garantem as vitórias anteriores, solidificam-nas — são, portanto, vitórias conservativas. Em qualquer dos casos são sempre vitórias. Quanto às primeiras, são evidentes. No que respeita às segundas, embora apresentem caráter conservativo (posto que apenas mantêm o exigente), são, a longo prazo, vitórias que representam progresso para a classe operária, pois fixam em nível mais elevado seus padrões mínimos. Exemplificando: houve época em que o padrão mínimo da classe operária, em alguns setores, era assinalado pela jornada de trabalho de doze horas, sem direito de organização sindical e de greve, submetida aquela classe à arbitrariedade patronal, com baixíssimo nível de vida; hoje em dia esse padrão mínimo já assinala, como elementos irreversíveis, entre outros, a jornada de trabalho de oito horas, o direito de organização sindical e de greve, a proteção contra a arbitrariedade patronal, nível de vida mais elevado. Posto que as greves — mesmo quando não introduzem elementos progressivos nesse novo padrão — representam uma força que atua tornando-o irreversível, elas são, em qualquer circunstância, uma vitória da classe operária. Outro aspecto que faz da greve uma vitória, em qualquer circunstância, é o fato de que por meio dela a classe operária se unifica, se solidariza, se esclarece.

Esta ou aquela greve pode ter sido uma derrota para determinada parcela dos trabalhadores ou porque com ela esses trabalhadores nem sequer conseguiram reconquistar o nível de vida anterior, ou suas condições de trabalho anteriores, ou porque a greve gerou a cisão entre os trabalhadores. Contudo, tal caso é exceção. No cômputo geral, as paredes, como um dos elementos de luta dos traba-

lhadores, são vitoriosas. E a prova está na ascensão geral e, em nossos dias, rápida dos trabalhadores, conquistando novos direitos e melhores padrões de vida, em contraposição à mecânica do regime capitalista, que tende a levá-los à pauperização crescente. O balanço geral das vitórias e derrotas das greves no Brasil exige dados aos quais não dispomos. A longo prazo, conforme assinalamos acima, constata-se a elevação do padrão econômico e social de vida da classe operária. A observação de grande número de greves dá-nos o direito de afirmar que a quase totalidade delas termina com a vitória, total ou parcial, dos trabalhadores, isto é com a conquista de tôdas, ou de parte, de suas reivindicações. Todavia, o quanto essas vitórias significam estabelecer, seja em termos globais ou em média por greve. E a impossibilidade de determinação dêsse quanto se deve a duas razões: 1) as vitórias da classe operária não se devem apenas às greves, mas à sua luta geral, da qual a parede é apenas um elemento; 2) muitas das conquistas não são passíveis de mensuração. No setor econômico, o que podemos observar é que, nos movimentos por aumento de salário, o aumento concedido, em geral, não corresponde ao aumento reivindicado: situa-se quase sempre um pouco abaixo dêste. Pedem-se 60% de aumento, conseguem-se 45%; pedem-se 100%, conseguem-se 65%, e assim por diante. E essa prática de barganhar em torno da percentagem de aumento de salário leva, naturalmente, a que os trabalhadores sempre reivindiquem uma taxa mais elevada, enquanto os empregados sempre oferecem uma taxa mais baixo — até chegarem ao ponto de acôrdo.

É verdadeiramente impressionante a naturalidade com que o autor em seu texto doutrinador, procura incentivar o movimento grevista, dando-lhe a auréola da permanente certeza da vitória e mostrando, com toda a naturalidade, como a lei pode ser desobedecida sem consequências restritivas.

Miglioli analisa as medidas de humanização das condições de vida e trabalho do operário levando-lhes a sus-

peição, acusando-lhe as intenções sub-reptícias e levantando a desconfiança dos trabalhadores contra o sentido da prática das relações sociais. Diz êle:

A “grande técnica” contra as greves, na atualidade, de extensa aplicação nos países capitalistas altamente industrializados, como os Estados Unidos a República Federal da Alemanha, a Inglaterra e a França, é de cunho nitidamente ideológico. Trata-se do aperfeiçoamento das “relações humanas” no trabalho, de que são eméritos estudiosos os cientistas sociais norte-americanos. Com a racionalização dessas “relações humanas” os capitalistas visam não sòmente às greves, é claro, mas incremento da produtividade e à completa “integração” entre os trabalhadores e os patrões, o que, em linguagem mais realista, significa que visam à completa subordinação da classe operária à burguesia. Embora não se relacione unicamente com as greves, a aplicação da “técnica das relações humanas” é altamente eficaz como medida preventiva das paredes operárias.

No Brasil, sòmente há poucos anos essa técnica começou a ser introduzida. E já há livros sôbre “relações humanas”, artigos em jornais e revistas sôbre “relações humanas” até mesmo cursos sôbre “relações humanas”. Contudo, a aplicação da “técnica das relações humanas” ao trabalho ainda é feita apenas nas grandes indústrias, principalmente nas emprêsas de origem estrangeira, com destaque nas norte-americanas.

Não pretendemos tratar aqui do significado e das técnicas das “relações humanas”. Todavia, sempre cabem algumas palavras. Para atingir seu objetivo (a “integração” entre empregados e empregadores), os patrões procuram fazer de sua emprêsa uma pequena “comunidade”. Nela os trabalhadores devem viver unidos, devem trabalhar, divertir-se, discutir seus problemas, devem, enfim, fazer da emprêsa o centro de sua vida. Para a criação dessa “comunidade” os patrões instalam clubes e diversões, com danças, teatro, cinema, bibliotecas (onde os fil-

mes e os livros são, sem dúvida, fiscalizados), colônias de férias, imprimem-se jornais, revistas, folhetos (todos, é claro, fiscalizados, quando não executados diretamente sob as ordens patronais), realizam-se cursos e conferências especializados, todo empregado que faz aniversário recebe um cartão de felicitações, todo empregado que faz tantos anos de casa recebe um presente, promovem-se festas de Natal e Ano Novo custeadas pela empresa, etc. O empregado se integra de tal forma na empresa que passa a referir-se a ela como a "minha empresa": sente-se dono dela. Eis aí formada a pequena "comunidade". Nela todos vivem juntos, agem igual, pensam igual, com os mesmos padrões, com os mesmos valores. E os mesmos patrões, como os mesmos valores. E os patrões se encarregam de formar essa ação, esse pensamento, esses padrões e valores, por meio daqueles jornais, revistas, folhetos, livros, cursos e conferências e por meio de sua própria atitude, pois conhecem o poder pessoal que a posição de patrão lhes dá junto aos empregados. Cria-se, assim, uma massa de empregados padronizados, de cuja conduta fica excluída a greve.

Como vemos, a "técnica das relações humanas" não é nada mais do que uma forma de alienar os trabalhadores, ou seja, de criar nêles uma consciência falsa, consciência que não é deles, mas sim dos patrões. Tal técnica é um exemplo do método persuasivo preventivo, realizado diretamente pelos patrões. E é apenas uma pequena parte da grande máquina de alienação montada pelo capitalismo, que, com relação às greves, tem também o caráter persuasivo e preventivo. Grande máquina de que fazem parte os jornais, as revistas, os livros, o rádio, a televisão, o cinema, o teatro, etc. São os meios através dos quais a burguesia atua sobre a classe operária, sobre todo o povo. Enquanto armas de alienação da classe operária, esses meios agem apenas de forma mediata contra as greves: não são empregados para combatê-las frontalmente, mas para formar no operariado uma consciência falsa, contrária à greve.

O livro de Jorge Miglioli, que vimos citando, em grande parte, através de transcrições literais, reproduzidas como demonstração fidedigna dos termos em que os comunistas encaravam o problema é uma prova dos intuitos de agitação com que intervêm criminosamente no incentivo das greves no Brasil. O fêcho dêsse trabalho é característico e vamos registrá-lo textualmente. Diz o autor, referindo-se às greves gerais de julho e setembro de 1962.

Vejamos, agora, brevemente, o que tornou possível a realização dessas greves. Antes, é preciso assinalar que se apresentaram algumas condições contrárias às greves: a grande extensão territorial do País, a dispersão espacial dos centros industriais, a inexistência de grandes concentrações operárias, dificultando a comunicação da ordem de greve, dificultando a concentração de forças do operariado; também o domínio do espírito puramente sindicalista (apolítico) entre certos grupos de trabalhadores, como aconteceu em São Paulo, principalmente por ocasião da primeira greve geral; a perseguição policial de certos governos estaduais. Porém, as condições favoráveis preponderaram. A começar pela situação econômica, social e política em que se encontrava o País, com a inflação desenfreada, aumentando o pauperismo, a intensificação da carestia do custo de vida, ao mesmo tempo em que, em vários Estados, faltavam os gêneros alimentícios mais comuns ao consumo popular (como o feijão, o arroz, o açúcar). O Governo passava por constantes crises, a partir da renúncia do presidente Jânio Quadros, com diversos grupos disputando o poder, o Legislativo e o Executivo se contrapondo, os Partidos políticos radicalizando suas posições. E dessas crises, das quais resultavam mudanças de nomes nos postos governamentais, sem, com isso, mudar a política do Governo e sem melhorar a situação das amplas camadas populares, mas, pelo contrário, piorando sempre, gerando o descrédito do Governo. Já não se podia confiar em que ele, por si só, sem forte pressão popular, fôsse realizar as reformas necessárias. As reivindicações apresentadas pelos trabalhadores tocavam os pontos essenciais da população, sem se limitarem os pontos

de interesse exclusivo da classe operária. Eram, portanto, reivindicações sentidas. Eram, inclusive, reivindicações *que interessavam a uma parte do Governo, não só na Câmara dos Deputados, mas no próprio Executivo, assim como à ampla camada das Forças Armadas. Portanto, os trabalhadores contavam com o apoio também desses grupos, que se refletiu principalmente na não-intervenção federal em seu movimento, ou melhor, na não-repressão federal.* E, nesse mesmo sentido, êsses grupos empenhados em luta contra os grupos contrários (representados, em seus escalões superiores, pelos líderes do Partido Social Democrático e da União Democrática Nacional), não podiam se colocar contra os trabalhadores, *porque dependiam de seu apoio.* Quanto à classe operária, sua consciência política se desenvolvia fortemente em grande parte graças às próprias crises políticas. Os comandos operários se unificavam, não só criando e fortificando uma consciência comum de seus problemas e os problemas básicos do País, mas também criando organizações que congregavam amplas massas de trabalhadores. Finalmente, as greves tiveram uma preparação cuidadosa, sob a direção do Comando-Geral dos Trabalhadores.

Êsse texto é uma confissão, inclusive sobre a participação do governo na agitação grevista, conforme o trecho por nós sublinhado, no qual se salientam as razões claras da omissão federal.

Mostra além disso a direção do CGT na "preparação cuidadosa" dos movimentos grevistas.

Se considerarmos que êsse trabalho foi editado em 1963, em pleno governo de João Goulart, podemos avaliar o seu valor documental para comprovar as bases da agitação, a participação comunista e a deplorável ação governamental no intenso movimento grevista que se observou, em nosso país, entre 1961 e 1964.

Principais movimentos grevistas registrados entre fevereiro de 1961 e setembro de 1963.

Transcrevemos, a seguir, uma relação das principais greves entre fevereiro de 1961 e setembro de 1963.

RELAÇÃO DAS PRINCIPAIS GREVES OCORRIDAS APÓS JANEIRO DE 1961

JANEIRO/61

Rêde Ferroviária do Nordeste
Estrada de Ferro Leopoldina

FEVEREIRO/61

Arrumadores (GB)

MARÇO/61

Fábrica Nacional de Motores

JUNHO/61

Gráficos (SP)
Rodoviários (SP)
Motoristas (Niterói-RJ)
Companhia Telefônica Nacional (PR)

JULHO/61

Trabalhadores em Refinaria de Petróleo (GB)
Telefonista (SP)
Carris (Pôrto Alegre-RS)
Carreteiros (SP)

AGOSTO/61

Ferroviários da Leopoldina (GB)
Portuários (Santos-SP)
Rodoviários (GB)
Portuários (Pôrto Alegre-RS)
Têxteis (Fortaleza-CE)
Frigorífico de Nilópolis — Pela posse de João Goulart (Nacional)

OUTUBRO/61

Bancários (15 Estados) — Solidariedade aos bancários (geral)

NOVEMBRO/61

Bancários (SP)
Bancários (Recife-PE)
Radialistas (GB)
Padeiros (PB)
Jornalistas (SP)

DEZEMBRO/61

Trabalhadores na Indústria Papel e Papelão (RJ)
Empregado em Empresas Telefônica (PB)
Securitários (MG)
Abono de Natal (geral, SP)
Jornalistas (SP)

JANEIRO/62

Marítimos
Ferroviários da Sorocabana (SP)
Empregados em Empresas Telefônicas (PB)
Empregados em Empresas de Navegação (BA)
Securitários (PB)
Securitários (GB)

FEVEREIRO/62

Portuários (Ilhéus-BA)
Rodoviários (BA)
Metalúrgicos (Lafayette-MG)
E. F. Sorocabana (SP)
Transportes coletivos (GB)

MARÇO/62

Servidores Municipais (Niterói-RJ)

ABRIL/62

Estivadores (Nacional)

MAIO/62

Trabalhadores na Indústria Algodoeira do Nordeste (BA)
Metalúrgicos de Barão de Cocais (MG)
Telegrafistas e Radiotelegrafistas (GB)
Têxteis (Grupo Abdala, SP)
Trabalhadores da Cidade de Santos (geral, SP)
Bancários (PB)

JUNHO/62

Rodoviários (RJ)
Arrumadores (nacional)
Trabalhadores na Refinação do Açúcar (GB, RJ, SP, MG)

Bancários (Brasília)

Bancários (GB)

Rodoviários (GB)

Funcionários do Banco do Nordeste (CE)

JULHO/62

Greve Geral (CGG)

Trabalhadores em Transportes de Carga (GB)

Rodoviários (GB)

Empregados em Empresas de Combustíveis (Santos-SP)

Têxteis (SP)

Transportes de Empresas de Petróleo (PE)

AGOSTO/62

Indústria de Construção Naval (GB, RJ)

SETEMBRO/62

Náuticos (GB)

OUTUBRO/62

Metalúrgicos (MG)

NOVEMBRO/62

Operários Navais (RJ)

Rodoviários (PB)

Metalúrgicos (SP)

Gráficos e jornalistas (GB)

Refinarias de açúcar (SP)

Têxteis (GB)

Oficiais de Marinha Mercante

DEZEMBRO/62

Têxteis (MG)

JANEIRO/63

Bancários (GB)

Sapateiros de Nazareth da Mata (PE)

Trabalhadores na Indústria do Cimento (BA)

Securitários (GB)

Bancários (parcial, GB)
Trabalhadores em Empresas Comerciais de Minérios e Combustíveis Minerais (GB)
Oficiais de Náutica e de Máquinas e Comissários da Marinha Mercante (nacional)
Rodoviários (GB)
Marítimos (nacional)
Telegrafistas e Radiotelegrafistas (GB)
Operários Navais (RJ)
Empregados do Jackey Club Brasileiro (GB)
Têxteis (MG)
Têxteis (GB)

FEVEREIRO/63

Empregados no Comércio Hoteleiro (GB)
Trabalhadores na Indústria do Calçado (PE)
Rodoviários (Recife-PE)
Rodoviários (Santos-SP)
Têxteis (Recife-PE)
Trabalhadores na Indústria do Calçado de Nazaré da Matta (PE)
Bancários (parcial, Porto Alegre RS)
Mineiros da Bacia do Rio Peixe (PR)
Guincheiros, motoristas e guindasteiros do porto de Santos (SP)
Bancários (parcial, GB)
Têxteis (parcial, GB)
Comerciários (Recife-PE)

MARÇO/63

Ferrovários da Leopoldina e Central (GB)
Carris (GB)
Têxteis (PR)
Trabalhadores na Ind. do Papel (Jaboatão) (PE)
Empregados da Cosipa (SP)
Rodoviários (Brasília)
Trabalhadores na Construção Civil (SP)
Trabalhadores em Empresas de Combustíveis (GB)
Rodoviários (GB)
Metalúrgicos (Santos-SP)

ABRIL/63

Motoristas de trolley-bus (GB)
Gráficos (Recife-PE)
Trabalhadores na Construção Civil (Recife-PE)
Professores (Recife-PE)
Professores (GB)
Rodoviários (GB)
Comerciários (Recife-PE)

MAIO/63

Motoristas (Belo Horizonte-MG)
Motoristas (Niterói-RJ)
Aeronautas, aeroviários, ferroviários, portuários, estivadores, trabalhadores em empresas combustíveis minerais (GB)
Trabalhadores em Pedreiras (Santos, S. Vicente, Guarujá e Cubatão) (SP)
Ferrovários (PR, SC)
Metalúrgicos (PE)
Trabalhadores na Indústria do Fumo (GB)
Trabalhadores na Ind. do Cimento Portland (RJ)
Estivadores de Manaus (AM)
Aguadeiros de Santos (SP)
Trabalhadores na Indústria do Açúcar (GB)
Bancários (PB)
Gráficos (SP)

JUNHO/63

Aeronautas, aeroviários, ferroviários, portuários, estivadores e arrumadores (GB)
Estivadores de Santos (SP)
Bancários (Brasília)
Rodoviários (RJ)
Rodoviários (SP)
Portuários (nacional)
Operários Navais (RJ)
Tróleis (RJ)
Trabalhadores na Indústria de Construção Civil (Niterói-RJ)
Trabalhadores na Indústria de Açúcar, Doces e Conservas Alimentícias (GB, SP, MG)
Enfermeiros de Recife (PE)

JULHO/63

Trabalhadores na Indústria da Construção Civil e do Mobiliário (Brasília)
Bancários (GB)
Rodoviários — Táxis e Kombis (GB)
Rodoviários de Santos (SP)
Rodoviários — Carga (GB)
Rodoviários da Cidade de São Paulo (SP)
Bancários (parcial-GB)

AGOSTO/63

Bancários (BA)
Rodoviários (Brasília)
Trabalhadores na Indústria da Construção Civil (Brasília)
Trabalhadores na Torrefação e Moagem do Café (Recife-PE)
Enfermeiros (Santos)
Portuários, estivadores, conferentes (Santos-SP)

SETEMBRO/63

Metalúrgicos (GB)
Bancários (GB)
Enfermeiros e servidores em hospitais (Santos-SP)
Bancários (17 Estados)
Metalúrgicos (MG)

OUTUBRO/63

Trabalhadores em carris (GB)
Professores (SP)
Sorocabana (SP)
Capuava (SP)

NOVEMBRO/63

Assalariados agrícolas (PE)

JANEIRO/64

Trabalhadores em carris, gás e telefone (GB)
Ensacadores de café

MARÇO/64

Telegrafistas

4. A TÁTICA DA FRENTE-ÚNICA

A tática da Frente-Única atualmente aplicada na América Latina, é originariamente chinesa. Como acentuam Morris e Watnick, os seus ingredientes básicos são tomadas na estratégia de Mao-Tse-tung, como esta evoluiu-se depois de 1940, em vista das condições peculiares da China.

Os autores citados esclarecem:

“Em termos resumidos, seu principal objetivo é fundir num bloco político, sob a direção do partido comunista, o máximo de operários urbanos, camponeses, “pequenos burgueses” e as seções da “burguesia nacional” cujos negócios as colocam em conflito com o governo nacional, com a influência estrangeira, ou com ambos, conforme o caso”.

Uma das diferenças essenciais entre essa tática e a anteriormente orientada pelos organismos soviéticos de direção do Internacionalismo Proletário é a inclusão de inúmeros grupos, inclusive parte da burguesia, no bloco unitário da Frente-Única.

Mao-Tse-tung escrevia no período inicial da Revolução Chinesa: “A burguesia nacional é de grande importância na etapa atual. Temos ainda pela frente o imperialista, inimigo muito feroz. A indústria moderna da China representa, entretanto, apenas uma parte muito pequena da economia nacional... Para fazer frente à opressão imperialista e elevar a sua economia atrasada a um nível mais alto, a China deve utilizar todos os elementos do capitalismo da cidade e do campo que sejam benéficos e não prejudiciais à economia nacional e à vida do povo, e devemos unir-nos com a burguesia nacional para uma luta comum. Nossa política atual é limitar o capitalismo, e não destruí-lo”.

E Ju Chiao-mu, no trabalho "Trinta Anos do Partido Comunista da China", acrescenta à citação anterior:

"O processo de controlar o capitalismo é um processo de unificação com a burguesia nacional e de luta contra ela, isto é, um processo de reforma da burguesia nacional".

Mao-Tse-tung recomendava ainda em "Sobre a Política", o "Sistema do Terço":

"Devemos praticar estritamente o "Sistema do Terço", de acordo com o qual os comunistas só constituirão uma terça parte do pessoal dos organismos do poder político, para atrair assim um grande número de não comunistas que ocuparão postos em órgãos do poder".

Essa tática adaptava-se precisamente às condições características da China, mas influuiu de modo decisivo na evolução da tática aplicada pelos comunistas nos países pouco desenvolvidos. Foi a partir dessa base que se formularam os fundamentos da atual tática da frente-única. Já na Conferência dos Partidos Irmãos de Moscou em 1957, encontramos a seguinte orientação:

"Os partidos comunistas e operários são firmes defensores dos interesses nacionais democráticos dos povos de todos os países. Diante da classe operária, diante dos povos de muitos países ainda se apresentam as tarefas históricas da luta pela independência nacional, contra a agressão colonial e a opressão feudal. Aqui surge a questão sobre a necessidade da criação da frente-única antiimperialista e antifeudal dos operários, camponeses, da pequena burguesia urbana, da burguesia nacional e de outras forças patrióticas democráticas. Numerosos fatos testemunham que quanto mais ampla e forte a coesão das diferentes forças patrióticas e democráticas, tanto mais segura a vitória da luta comum.

A classe operária e as massas populares, lutando contra o perigo de guerra pelos seus interesses vitais, voltam cada vez mais o gume desta luta contra os grandes grupos monopolistas do capital, como principais responsáveis pela corrida aos armamentos, organizadores e inspiradores dos planos de preparação

de uma nova guerra mundial, baluarte da agressão e da reação. Os interesses e a política dêsse diminuto punhado de monopólio entra cada vez mais em contradição não só com os interesses da classe operária, mas também de todas as demais camadas da sociedade capitalista — do campesinato, da intelectualidade, da pequena e da média burguesia urbanas. Naqueles países capitalistas, que os monopólios americanos tentam submeter, e nos países que sofrem da política americana de expansão econômica e militar, criam-se as premissas objetivas para a unificação sob a direção da classe operária e de seus partidos revolucionários das mais amplas camadas da população para a luta pela paz, em defesa da independência nacional e das liberdades democráticas, pelo melhoramento das condições de vida dos trabalhadores, pela aplicação de reformas agrárias radicais, pela derrubada da onipotência dos monopólios, traidores dos interesses nacionais.

Em ligação com as profundas modificações históricas e as alterações radicais na correlação de forças na arena internacional em favor do socialismo, como resultado do crescimento da força de atração das idéias do socialismo no seio da classe operária, do campesinato trabalhador e da intelectualidade trabalhadora, criam-se condições cada vez mais favoráveis para a vitória do socialismo.

As formas de transição dos diversos países do capitalismo ao socialismo podem ser variadas. A classe operária e sua vanguarda, o partido marxista-leninista, aspiram realizar a revolução socialista de modo pacífico. A realização desta possibilidade corresponderia aos interesses nacionais e gerais do país.

Nas condições atuais, numa série de países capitalistas, a classe operária com seu destacamento de vanguarda à frente tem a possibilidade de, na base da frente operária e popular e de outras formas possíveis de acordo e de colaboração política entre diferentes partidos e organizações sociais — unificar a maioria do povo, conquistar o poder estatal sem

guerra civil e garantir a passagem dos meios fundamentais de produção às mãos do povo. Apoiando-se na maioria do povo e dando uma réplica decidida aos elementos oportunistas, incapazes de renunciar à política de compromisso com os capitalistas e os latifundiários, a classe operária tem a possibilidade de levar à derrota as forças reacionárias e antipopulares, conquistar uma sólida maioria no parlamento, transformar o parlamento de arma, que serve aos interesses de classe da burguesia, em arma, que sirva ao povo trabalhador, desenvolver uma ampla luta de massas extraparlamentar, quebrar a resistência das forças reacionárias e criar as condições necessárias para a realização pacífica da revolução socialista. Tudo isto será possível somente através de amplo e incessante desenvolvimento da luta de classe dos operários, das massas camponesas e das camadas médias urbanas contra o grande capital monopolista, contra a reação, por profundas reformas sociais, pela paz e o socialismo.

Nas condições em que as classes exploradoras empregam a violência contra o povo, é indispensável ter em vista outra possibilidade — a transição não pacífica para o socialismo. O leninismo ensina e a experiência histórica confirma que as classes dominantes não entregam o poder voluntariamente. O grau de exacerbação e as formas de luta de classes nestas condições dependerão não tanto do proletariado, quando da força de resistência dos círculos reacionários à vontade da esmagadora maioria do povo, de aplicação da violência por esses círculos nesta ou naquela etapa, da luta pelo socialismo”.

A tática de frente-única aplicada pelo Partido Comunista não se manifesta, entretanto, de uma forma singular.

De um modo geral, a experiência dos fatos observados no Brasil, nos permite assinalar três casos de formação de frente-única.

1.º — Frente-Única de organização aliada — Neste caso a frente-única é formada pela união de várias orga-

nizações de caráter esquerdista ou não, aliadas ao Partido Comunista, na qual este pode ser ou não a organização principal, mas sempre exerce um papel influente. É o caso das alianças eleitorais, interpartidárias, como a PSD-PTB-PCB, e das alianças AP-PCB, principalmente em congressos e entidades estudantis.

2.º — Frente-Única de organizações infiltradas — A frente-única é, nesse tipo, constituída pela associação de duas ou mais organizações infiltradas (ou dominadas) pelo Partido Comunista, como por exemplo: a Frente de Mobilização Popular e o Pacto de Unidade e Ação. Neste caso o domínio do Partido Comunista se manifesta desde a formação da frente.

3.º — Frente-Única de formação “de baixo para cima” — Uma frente-única dessa natureza é constituída pela associação de organizações elementares que foram, por sua vez, formadas pela reunião de elementos de numerosas correntes políticas grupados sob a liderança de membros do PC. É o caso da Frente de Libertação Nacional e de vários movimentos de exploração do nacionalismo.

As frentes-únicas podem ser organizações permanentes ou transitórias, de acordo com os objetivos de sua organização.

Vamos encontrar a conceituação de frente-única adotada pelo PCB, na própria Resolução Política do V Congresso:

“A fim de derrotar o inimigo comum é necessária a frente-única das várias forças interessadas na emancipação e no progresso do Brasil. A aliança dessas forças resulta da exigência da própria situação objetiva”.

Em outras palavras, os comunistas desejam significar que estão prontos para se aliarem a quaisquer correntes, inclusive às contrárias ou neutras, desde que isto redunde em benefício da conquista do objetivo que procuram. O recurso da frente-única é um recurso tático, em proveito da estratégia geral a que não renunciam. As alianças são processos para a consecução de objetivos parciais das

etapas intermediárias que se sentem na contingência de percorrer.

A frente-única é formada em torno de motivos ou de finalidades comuns a tôdas as correntes, e entre elas se destaca o nacionalismo que os comunistas exploram, embora sejam convictamente e sinceramente internacionalistas. O internacionalismo declarado foi relegado pelos comunistas para as fases finais da implantação do comunismo. Diz assim a Resolução Política citada:

“A fim de derrotar o inimigo comum, é necessária a frente-única das várias forças interessadas na emancipação e no progresso do Brasil. A aliança dessas forças resulta de exigências da própria situação objetiva.

Como o imperialismo norte-americano e seus agentes internos constituem o inimigo principal, a frente-única é muito ampla do ponto de vista de sua composição de classe. Pelo conteúdo das modificações que se propõe introduzir na sociedade brasileira e pela natureza das forças que a integram, é uma frente nacionalista e democrática. Na fase atual do processo de sua formação, a frente-única não se apresenta sob a forma de uma organização que abranja tôdas as forças antiimperialistas e democráticas, nem se propõe ainda a realização completa dos objetivos revolucionários. Desenvolve-se na luta por objetivos nacionais e democráticos de caráter parcial. Manifesta-se em múltiplas formas concretas de unidade de ação ou de organização. Entre estas, a mais importante, atualmente, é o movimento nacionalista.

O movimento nacionalista agrupa setores de diversas classes e camadas, atrai entidades, partidos, correntes e personalidades das mais variadas orientações políticas na luta por soluções patrióticas como a defesa do petróleo e de outras riquezas nacionais, o contrôlo e a regulamentação do capital estrangeiro, a ampliação do intercâmbio com os países socialistas, a proteção à indústria nacional, assim como por

mudanças na política e na composição do governo num sentido nacionalista e democrático”.

Para assegurar a coesão da frente-única, impedindo-a de esfacelar-se diante de conceitos opostos, os comunistas lançam de ante-mão a idéia da necessidade e das virtudes da luta interna. Diz o documento:

“Sendo composta de forças sociais diversas, que se unem em torno de interesses comuns, mas conservam também interesses opostos, a frente nacionalista e democrática encerra contradições. Enquanto o proletariado, os camponeses e as massas populares são firmes na luta pela libertação nacional e pelas transformações democráticas, a burguesia ligada aos interesses nacionais não tem firmeza na luta antiimperialista, tende aos compromissos com o inimigo, e certos setores burgueses assumem atitude vacilante em relação à reforma agrária. Há, finalmente, setores de latifundiários e capitalistas que podem adotar, eventualmente, posições nacionalistas, mas querem conservar a estrutura agrária atual e preconizam um regime político reacionário.

A classe operária deve aliar-se à burguesia ligada aos interesses nacionais e a outras forças, e, simultaneamente, lutar contra as tendências conciliatórias e antidemocráticas que nelas se manifestam. Ao mesmo tempo que pugna pela causa comum, contra a espoliação imperialista norte-americana, o proletariado precisa defender seus interesses específicos e os das massas trabalhadoras e populares, desenvolver a luta de classes contra os exploradores da cidade e do campo e bater-se por amplas liberdades democráticas que facilitem a ação independente das massas, objetivando dêsse modo reforçar as posições do setor mais conseqüente e firme da frente-única. O proletariado necessita fortalecer-se como classe, organizar-se e adquirir consciência revolucionária, impedir que as vacilações da burguesia atinjam suas fileiras. Para isso, deve salvaguardar dentro da frente-única sua independência ideológica, política e organizativa, condição essencial para que

possa assumir a hegemonia do movimento e conduzi-lo à realização conseqüente dos objetivos antiimperialistas e democráticos, criando assim as premissas para a transição ao socialismo.

A luta dentro da frente-única difere da luta que as forças nacionalistas e democráticas travam contra o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. Enquanto neste último caso o que se tem em vista é isolar o inimigo comum e destruí-lo, dentro da frente-única visamos tornar mais coesas as forças que lutam por objetivos comuns, motivo por que as contradições de interesses e divergências de opinião dentro da frente-única podem ser enfrentadas sem romper a unidade embora não devam ser ocultas e venham a causar choques e atritos”.

O problema da conquista do domínio na frente-única pelos comunistas é apropriadamente encarado. Dizem eles que, de início, não há necessidade de sua hegemonia. Com o decorrer do tempo, os objetivos vão se tornando mais radicais e certos setores da burguesia haverão de reagir, mas nesse caso, as forças comunistas no interior da frente-única devem tornar-se mais firmes e mais amplas, dominando assim tôdas as oposições. É o que encontramos na mesma Resolução do V Congresso:

“O movimento antiimperialista e democrático no Brasil, em sua fase atual, se ressent de vacilações e inconseqüências porque ainda não assumiu o caráter de um poderoso movimento de massas e à sua frente se encontram setores burgueses e pequeno-burgueses. Só poderá adquirir maior vigor e conseqüência à medida em que a classe operária dêle participar ativamente e lutar por assumir a sua vanguarda, em aliança com as massas camponesas e outras camadas populares.

À proporção que se aprofunda a luta antimperialista e democrática e se colocam diante da frente-única objetivos mais radicais, certos setores nacionalistas burgueses se inclinam a uma política de

conciliação com o imperialismo e as forças reacionárias. A fim de impulsionar o movimento, as forças mais conseqüentes da frente-única devem intensificar as ações antiimperialistas e democráticas, imprimir-lhes um caráter cada vez mais firme e denunciar as hesitações dos setores conciliadores. Para fortalecer e ampliar a frente-única, para transformá-la num poderoso movimento de massas, é necessário desenvolver em seu seio as forças que pugnem, ao lado das soluções nacionalistas, pelas transformações democráticas. Ao par da luta pelos interesses gerais da Nação, é necessário travar a luta pelos interesses vitais das massas — sobretudo dos operários, dos camponeses e das camadas médias — como condição essencial para alargar e reforçar as bases da frente-única, mediante a participação ativa das massas trabalhadoras e populares.

A classe operária, através de sua vanguarda comunista, não condiciona sua participação na frente-única a uma prévia direção do movimento. A hegemonia do proletariado deve ser conquistada como resultado de um processo de luta árduo e paulatino, durante o qual a classe operária forja sua unidade, estabelece uma sólida aliança com os camponeses — seu aliado fundamental — e defende acertadamente os interesses comuns de tôdas as forças que participam da frente-única. A direção do movimento passará às mãos da classe operária, à medida em que os elementos conciliadores forem isolados, como conseqüência de suas atitudes de compromisso em relação ao inimigo, e as massas se convenceram, por sua própria experiência, de que somente o proletariado, sob a direção do Partido Comunista, é capaz de conduzir até o fim a luta pela libertação nacional e pelas transformações democráticas”.

Dentro da doutrina e dos objetivos da frente-única se colocam as alianças eleitorais do Partido Comunista e principalmente a formação do chamado “governo nacionalista e democrático” que é a expressão concreta da frente-única no poder. Diz a Resolução:

“O desenvolvimento da frente-única e de suas ações políticas de massas exige a constituição de coligações ou a realização de acôrdos com partidos políticos, diretórios, alas e personalidades desses partidos para a luta conjunta por reivindicações nacionalistas e populares no âmbito nacional, estadual e municipal, dentro ou fora dos períodos eleitorais. Estimulando essas iniciativas e delas participando, os comunistas estão sempre dispostos a marchar ombro a ombro com os elementos e as alas nacionalistas que existem, em maior ou menor proporção, em todos os partidos políticos, em torno de objetivos patrióticos e democráticos. Devemos ter em vista igualmente acôrdos políticos de caráter duradouro, principalmente com partidos que tenham influência na classe operária e nas massas trabalhadoras”.

“Com o desenvolvimento das lutas do povo brasileiro pela libertação nacional e pelas reivindicações populares, criam-se condições para a formação de um governo de coalizão que represente no Poder estatal as forças integrantes da frente nacionalista e democrática. A luta por soluções positivas e imediatas para os problemas do povo e a luta por um governo nacionalista e democrático capaz de realizá-las, constituem, do ponto de vista tático, a tarefa central da classe operária e dos comunistas.

Esse governo pode ser conquistado dentro dos quadros do atual regime, como resultado da luta de massas e da mudança na correlação de forças políticas. Na situação atual do País, um governo nacionalista e democrático pode ser formado como consequência da pressão das massas trabalhadoras e populares e das correntes antiimperialistas e democráticas no sentido de mudar a política e a composição do governo, fortalecendo e ampliando o setor nacionalista nele existente. Pode ser formado também através da mobilização das massas para alcançar a vitória dos candidatos nacionalistas e democráticos nos pleitos eleitorais. E, no caso de tentativas antidemocráticas por parte dos entreguistas e reacionários, um governo nacionalista e democrático pode surgir

da ação das massas populares, unidas aos setores nacionalistas das forças armadas, do Parlamento e do governo, com o objetivo de impor ou restabelecer pela força os direitos do povo.

As circunstâncias particulares de cada conjuntura política é que poderão determinar o caminho concreto para a formação de um governo nacionalista e democrático. Além disso, uma orientação patriótica e popular pode ser realizada por um ou por sucessivos governos que se apóiem na frente nacionalista e democrática e sejam sua expressão”.

Temos aí, em rápidos traços, em que consiste a tática da frente-única atualmente adotada pelo PCB e resultante da evolução de um conceito através de sua aplicação em numerosos países, principalmente nos pouco desenvolvidos.

Examinaremos, a seguir, alguns exemplos da aplicação dessa tática que, em nosso País, ainda não conseguiu os objetivos totais preconizados pelos comunistas.

A FRENTE DEMOCRÁTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

A Frente Democrática de Libertação Nacional foi lançada pelo Manifesto de Agosto de 1950, de Luiz Carlos Prestes, como uma “organização de luta e ação, em defesa do povo, com raízes nas fábricas e nas fazendas, nas escolas e repartições públicas, nos quartéis e nos navios, em todos os locais de trabalho, enfim, nos bairros das grandes cidades e nas aldeias e povoados”.

O Partido Comunista procurava reunir, sob sua liderança, pessoas de todas as facções políticas ou credos religiosos, sem distinção de classe, sexo ou poses, para a realização do seu programa revolucionário.

A Frente, segundo o mencionado Manifesto comportaria a organização em todo o País de Comitês Democráticos de Libertação Nacional, verdadeiros órgãos de luta revolucionária, com capacidade de luta armada.

Essa concepção não obteve sucesso. O povo não respondeu a convocação de Prestes e a Frente Democrática de Libertação Nacional não logrou êxito.

A inadequação desse movimento em face da realidade brasileira foi depois reconhecido pelo próprio Partido Comunista. Em 1960, em suas Teses para Discussão no V Congresso, podemos ler:

“A tática traçada no manifesto de sentido aventureiro e “putchista”, desprezava o trabalho nas organizações de massa e as formas legais de luta, apelando para formação de uma “Frente Democrática de Libertação Nacional” e de um “Exército de Libertação Nacional” com a finalidade de lutar pela realização imediata do programa revolucionário radical”.

“As palavras de ordem ultra-esquerdistas do Manifesto de Agosto não guardavam qualquer correspondência com a realidade política do país, constituíam uma expressão do pensamento subjetivista e do radicalismo pequeno-burguês que dominava a direção do Partido e, conseqüentemente, não podiam ser levados à prática. Com êsse documento, atingiu o auge a política sectária e o afastamento dos comunistas em relação às massas”.

A partir do V Congresso, a Frente-Única, preconizada pelo Partido Comunista, toma nova feição, e é descrita como a congregação de várias forças políticas “interessadas na emancipação e no progresso do país”, em um movimento de “caráter nacionalista e democrático”. O Partido não exorta, nesse Congresso a formação de uma organização específica da Frente-Única, constata apenas que o movimento nacionalista é uma de suas manifestações. Não evoca a si a direção dessa Frente, nem condiciona a sua participação a essa direção. Todavia, declara que a liderança irá continuamente passando para as mãos da classe operária à medida em que o proletariado, sob a direção do Partido, fôr conduzido vitoriosamente as suas lutas.

A FRENTE DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

Os Movimentos de Libertação Nacional ou similares apareceram, em vários países do mundo, na década de 1950 quando foi decidida pela União Soviética a exploração de sentimento nacionalista como fator de mobilização de massas em movimentos de toda a natureza, inclusive armados sob a liderança e controle dos comunistas. Essa orientação tinha em vista disfarçar o internacionalismo proletário, nos países menos desenvolvidos, nos quais o nacionalismo obtém profunda repercussão e consegue congregar elementos de inumeráveis facções.

Kruschov declarou, sobre êsse amplo movimento no trabalho “O Comunismo é a Paz e a Felicidade dos povos”:

“Os povos que conseguiram a independência nacional são hoje uma nova e poderosa força na luta pela paz e o progresso social.

O movimento de libertação nacional vai aplicando golpes cada vez mais contundentes no imperialismo, ajuda a consolidar a paz e a acelerar o desenvolvimento da humanidade pelo caminho do progresso social. No presente, a Ásia, África e América Latina são importantíssimos centros da luta revolucionária contra o imperialismo. Desde o término da guerra, cerca de quarenta países conquistaram a independência nacional. Quase um bilhão e quinhentos milhões de homens se livraram do jugo da escravidão colonial.

A Conferência assinalou com toda a razão que o desmoronamento do sistema da escravidão colonial sob os embates do movimento de liberdade nacional é, por sua importância histórica, o fenômeno mais transcendental, depois da formação do sistema mundial do socialismo. Abre-se uma nova e brilhante página na História da humanidade. É fácil imaginar que grandiosas obras realizarão estes povos quando expulsarem totalmente de seus países os imperialistas e quando se sentirem efetivamente donos de seus destinos. Isto multiplica em grande medida as forças progressistas da humanidade.

Tomai, por exemplo, a Ásia, esse antigo berço da civilização humana. Que forças tão inesgotáveis se ocultam nos povos deste continente! E não menor é o papel que na solução das tarefas colocadas diante da humanidade podem desempenhar os povos árabes, de heróicas tradições, já emancipados ou que estão emancipando-se da dependência política e econômica do imperialismo, e todos os povos do Oriente Próximo e Médio!

Um dos fenômenos mais notáveis de nossa época é o despertar dos povos africanos. Conseguiram já a independência dezenas de Estados do Norte e do centro da África; começa a ferver o sul deste continente, e não cabe dúvida quanto a que as masmorras fascistas da União Sul-Africanas virão abaixo e a que a Rodésia, Uganda e outras partes da África, alcançarão a liberdade.

As forças do movimento de libertação nacional se multiplicam, em grande medida, graças a que nos últimos anos se formou uma nova frente de luta ativa contra o imperialismo norte-americano. Esta frente é a América Latina. Faz ainda pouco, um enorme continente se identificava com um só conceito: América. E este conceito expressava em considerável medida um conteúdo: a América Latina estava atada de pés e mãos pelo imperialismo ianque. Hoje, os povos latino-americanos demonstram com sua luta que o continente americano não é um feudo dos EUA. A América Latina é um vulcão em erupção. A lava da luta libertadora varreu as tiranias numa série de países latino-americanos. Em todo o mundo retumbou o trovão da heróica Revolução Cubana. Esta não só rechaça as investidas dos imperialistas, mas também, se desenvolve em profundidade e extensão, marcando uma nova etapa, superior, da luta de libertação nacional, na qual o povo chega ao poder, na qual o povo passa a ser dono de suas riquezas. A solidariedade com Cuba revolucionária não só é dever dos povos da América Latina, como também dos países socialistas, de todo o movimento comunista mundial, do proletariado de todas as partes do mundo.

O movimento de libertação nacional é um movimento antiimperialista. O imperialismo debilitou-se muito mais, ao ruir o sistema colonial. Extensos territórios e enormes massas humanas deixaram ou vão deixando de ser sua reserva e sua fonte de matérias-primas baratas e de carne de canhão. Os países asiáticos, africanos e latino-americanos, apoiados pelos Estados socialistas e por todas as forças progressistas internacionais, infligem derrotas cada vez mais frequentes às potências e coalizões imperialistas".

Sob o título de Frente de Libertação Nacional, Movimento de Libertação Nacional ou outros semelhantes, surgiram assim organizações orientadas sobre esse objetivo em uma série de nações como a Argélia, a Argentina, o Chile, a Guatemala, a Nicarágua, o México, o Peru, a República Dominicana e outras.

No Brasil a Frente de Libertação Nacional constituiu a primeira manifestação importante da tentativa de for-

mação de uma frente-única de caráter amplo, inspirado no nacionalismo e fundamentada principalmente nos motivos da emancipação econômica do País. O movimento foi lançado em Goiânia, em outubro de 1961, sob a liderança dos governadores estaduais Leonel Brizola, Mauro Borges, do prefeito de Recife, Miguel Arraes, dos deputados comunistas Francisco Julião, Barbosa Lima Sobrinho, Bento Gonçalves e de vários outros elementos escolhidos como figuras de proa para mascarar a direção do Partido Comunista. O manifesto de criação da FLN, lido na cerimônia inaugural pelo deputado José Joffily, constituiu a célebre "Declaração de Goiânia" (Anexo...) que evidencia um conteúdo essencialmente econômico, mencionando, de modo especial, a ação exploradora dos capitais estrangeiros e dos trustes, a necessidade da nacionalização de certas empresas e da efetivação de uma reforma agrária com alterações da Constituição.

Nesse lançamento, a supervisão comunista foi convenientemente disfarçada, através de uma afirmação nacionalista, aparentemente neutra. Diz êle:

"Recusamo-nos a aceitar qualquer tutela na nossa política interna ou externa. Não seremos colônia dos Estados Unidos, nem satélite da URSS".

Os comunistas revelaram porém o seu mais claro interesse e a criação da Frente, inicialmente denominada Frente Nacional de Libertação, foi o motivo de manchete, do artigo de fundo e de um noticiário no Jornal NOVOS RUMOS, n.º 142 (27 Out a 2 Nov 61). No editorial deste semanário oficial do PCB lê-se:

"O povo brasileiro saúda como um fato de enorme significação política o lançamento da Frente Nacional de Libertação que se destina, como proclama a Declaração de Goiânia, a unir todos os patriotas e democratas brasileiros para a luta pela emancipação nacional e a verdadeira democracia em nosso país".

"Desde há muitos anos vinha-se impondo, como uma necessidade imperiosa, a estruturação de uma frente capaz de congregar todos os homens e mu-

lheres que aspiram à independência e ao progresso de nossa pátria, ao bem-estar e à felicidade de nosso povo. Os comunistas, em particular, sempre advertiram para essa necessidade e, em nenhum momento, mesmo tendo de enfrentar, as piores violências, calúnias e perseguições, deixaram de dar o melhor de suas forças para que a idéia dessa unidade se convertesse em fato concreto".

O artigo assim finaliza:

"Os trabalhadores saberão encontrar, sem dúvida, as formas mais adequadas de organizar-se, na cidade e no campo, a fim de garantir ao movimento nacionalista e democrático — que ganha agora enorme impulso, com a criação da FNL — o apoio das massas que o tornará invencível".

Ressurgia assim, até com semelhança de nome, a experiência da Frente Democrática de Libertação Nacional lançada por Luiz Carlos Prestes em 1950.

Quando NOVOS RUMOS declara, que "os trabalhadores saberão encontrar, sem dúvida, as formas mais adequadas de organizar-se" desejava exprimir que o movimento seria apoiado na organização comunista e atenderia às conveniências, possibilidades e facilidades encontradas nos diversos Estados da Federação nos quais as condições eram variadas.

Acêrca da criação da FLN, Luiz Carlos Prestes chegou a dar entrevista a uma revista soviética, publicada em várias línguas. Na edição em espanhol de Tiempos Nuevos (n.º 50), de acôrdo com a própria informação do Secretário Geral do PCB no jornal NOVOS RUMOS n.º 153 de 12 a 18 Jan 62, podem ler-se as seguintes declarações:

"O surgimento da Frente de Libertação Nacional — disse-me Luiz Carlos Prestes — é a culminação lógica da nova correlação de forças surgida recentemente em meu País. Refiro-me às forças nacionais que lutam pela completa independência, pelo

autêntico progresso social e econômico, e as forças reacionárias que se opõem a essas tendências progressistas do povo. O choque entre essas forças, que vinha amadurecendo há tempo, ocorreu em agosto-setembro deste ano. E precisamente desse choque nasceu a idéia de unir todas as forças patrióticas, idéia que se expressou na Frente de Libertação Nacional”.

“A declaração da Frente de Libertação Nacional proclama os seguintes fins: defesa das liberdades democráticas e da Constituição, luta pela independência econômica do Brasil, liberdade de comércio com todos os países e política exterior absolutamente independente. A Frente exorta o povo a lutar pela nacionalização das companhias estrangeiras, como a Light and Power, e a Bond and Share, pela limitação da remessa de lucros ao estrangeiro, a nacionalização dos depósitos nos bancos estrangeiros, pela nacionalização das companhias estrangeiras, caráter econômico. É um programa de solução de problemas brasileiros pelos brasileiros”.

Prestes explica assim as finalidades da FLN, e trai a gerência comunista quando fala em reforma agrária radical, expressão que não figurava na Declaração de Goiânia. E logo a seguir revela a participação dos marxistas-leninistas:

“Os comunistas que participaram ativamente na derrota do complô reacionário, lutarão com a energia pela unidade das forças democráticas e patrióticas. Consideramos que a criação da Frente de Libertação Nacional proposta por Brizola, Borges e outras personalidades progressistas inicia o caminho para um movimento patriótico e democrático mais amplo e firme que nos conduzirá à libertação nacional completa”.

O Comitê Estadual da Guanabara, em documento publicado no jornal Novos Rumos de 16/22 Mar 62 publica as tarefas políticas dos militares da GB, entre as quais coloca a organização da FLN no Estado. Diz textualmente:

“Nessa luta pela aglutinação de todas as forças da frente-única no Estado da Guanabara, coloca-se em primeiro plano a necessidade da estruturação da FLN, que deve incluir as organizações populares e estudantis, partidos e forças políticas nacionalistas do Estado, e ter seu principal ponto de apoio nas empresas, nas escolas, nas repartições, nos bairros, nas favelas, na zona rural, etc.

A iniciativa do movimento operário organizado, visando a contribuir para a união das entidades populares políticas e outras, no Estado, em torno de uma plataforma local da FLN, a ser por todos elaborada, deve ser apoiada e estimulada pelos comunistas”.

A Seção da Guanabara da Frente de Libertação Nacional foi entregue à direção do General Saturnino Alvim.

Reuniram-se, algum tempo depois, os fundadores da Frente de Libertação Nacional e decidiram apelar para o povo brasileiro, no sentido de organizar os Comitês da FLN, a fim de que a essa estruturação se fizesse de baixo para cima. “Julgamos, declarou Leonel Brizola, imprescindível que dentro de certo prazo nas Assembleias Legislativas dos Estados, assim como nas Câmaras Municipais, sejam formadas correntes da FLN. Em todas as escolas, nas oficinas, nas fábricas, nas fazendas, nos bairros e nas cidades devem ser montado com urgência os comitês da Frente, com qualquer número, mas dentro do espírito da “Declaração de Goiânia”.

A Junta Executiva Provisória da FLN ficou assim constituída: Presidente: Leonel Brizola; Secretário Geral: Mauro Borges; Secretários Coordenadores: Bento Gonçalves, Barbosa Lima Sobrinho, Miguel Arraes, Oscar Gonçalves Bastos e Aldo Arantes. A Junta emitiu uma série de diretrizes de execução e Leonel Brizola declarou que não faziam do “anticomunismo uma bandeira porque esta havia sido, inclusive, a bandeira de muitos setores das castas dominantes, responsáveis por isso que aí está”. Disse que na FLN havia lugar para todas as correntes progressistas, antiimperialistas e que a ninguém se iria pedir atestado de ideologia.

Em alguns pontos do país surgiu Comitês de Libertação Nacional. Assim a 22 de março, com a presença de inúmeros deputados e militantes como Roland Corbier, Paulo Alberto, Valdir Simões, Major Ernani Nicolls e outros, foi instalado o Comitê de Libertação Nacional dos marítimos e classes anexas (NOVOS RUMOS, n.º 163 de 30 Mar / 5 Abr 62).

A Frente de Libertação Nacional não conseguiu entretanto firmar-se por falta de unidade, equilíbrio e coesão de seus integrantes.

Em fevereiro de 1962 o Partido Comunista procurou dar um certo impulso na Frente de Libertação Nacional e com o apoio de vários governadores estaduais, convocaram o I Congresso de Libertação Nacional (ver Novos Rumos n.º 157 de 9 / 15 Fev 62)

O Manifesto de Convocação foi publicado no jornal Novos Rumos n.º 169 de 11/17 Mar 62, estabelecendo a realização do Congresso nos dias 15 a 17 de Jun 62.

Apesar de tôdas essas atividades, englobando o apoio de inúmeros líderes políticos e das ações de caráter subversivo que executou a Frente de Libertação Nacional não conseguiu lograr êxito em constituir-se como um Movimento vigoroso e popular, capaz de mobilizar a opinião pública e atrair grandes massas.

Em documento emitido pelo Partido Comunista, denominado "Perspectiva de nossa luta", e apreendido em Recife encontramos o seguinte trecho:

"Com a criação da Frente de Libertação Nacional foram dados os passos para a unificação das forças interessadas no progresso e na emancipação do país. Entretanto, os esforços para a organização da FLN, em grande parte, vêm sendo realizados quase exclusivamente na cúpula e não encontramos correspondência em uma ação efetiva para organizá-lo no seio das massas. A aplicação das resoluções do Encontro de Libertação Nacional deve conduzir à organização de ações antiimperialistas e ao forta-

lecimento da unidade de todos os patriotas e democratas".

FRENTE DE MOBILIZAÇÃO POPULAR

Essa Frente-Única surgiu em 1962 não chegando a constituir-se completamente como uma organização com estrutura própria e definida. Fôra um aglomerado de representantes de várias organizações infiltradas ou dominadas pelos comunistas como o CGT, a UNE, a UBES, elementos de entidades camponesas, femininas e parlamentares nacionalistas.

Apresentou uma série de reivindicações genéricas como Reforma Agrária, reforma urbana, reforma tributária, etc. Funcionou mais propriamente um grupo de pressão política. Seus integrantes principais como Leonel Brizola, Sérgio Magalhães, Antônio Garcia Filho, Max da Costa Santos, Marco Antônio, Neiva Moreira, Ferro Costa, Clodsmith Riani, Dante Pelacani, Alfredo Pereira Nunes, Aluizio Palhano, Melo Bastos, Costa Pinto, Rafael Martineli, Severino Schanaipp, José Paulo da Silva, Osvaldo Pacheco, José Serra, Marcelo Dinis Cerqueira, Olympio Meireles, Lindolpho Silva, Nestor Vera, José Pureza, Francisco Julião, eram todos representantes de determinadas entidades.

A FMP lançou vários manifestos nos momentos de exacerbação política, nos períodos da crise do governo João Goulart. A título de exemplo apresentaremos um manifesto publicado em setembro de 1963:

"A FRENTE DE MOBILIZAÇÃO POPULAR,

reunida hoje, com a participação de tôdas as entidades que a compõem, depois de analisar demoradamente a grave situação que enfrentamos, em especial os acontecimentos de Brasília, fixou sua posição nos seguintes termos:

A repressão que se move aos sargentos (prisões, transferências, culminando com a decisão do Supremo Tribunal Federal), não pode ser encarada

como um fato isolado. Ela faz parte de um todo, de conjunto de medidas antidemocráticas que visam cercar as liberdades públicas e, conseqüentemente, impedir a efetivação das reformas de base.

As violências contra a classe operária, como a recente ocupação militar da baixada santista; as tentativas de intimidação das forças progressistas, com as ameaças de fechamento do CGT e da UNE, são outras componentes do mesmo processo.

As forças da reação, aliadas ao imperialismo, parece, concluíram que a manutenção de seus privilégios, na presente conjuntura, só será possível sob um governo forte, discricionário, ditatorial, que abafe violentamente os crescentes reclamos do povo. Todas as vezes que o governo toma posições anti-populares, vemos as classe dominantes, pondo de lado as suas contradições, cerrar fileiras, unidas, ao lado do mesmo.

É inadmissível que, exatamente quando as forças nacionalistas e progressistas se mobilizam para ampliar as conquistas democráticas, pelas reformas de base (inclusive a política, que pretende estender o direito de voto aos analfabetos e soldados) decida o Supremo Tribunal Federal, numa posição evidentemente política e provocativa, negar aos sargentos o direito à elegibilidade, direito que já estavam usufruindo.

Os sargentos, principalmente após a crise de agosto de 1961, quando sua decisiva atuação contribuiu para a vitória da legalidade, vinham participando de maneira crescente na vanguarda dos lutadores contra o processo espoliativo e pelas reformas de base. Ao lado dos operários, dos camponeses, dos estudantes, dos deputados nacionalistas, dos industriais não comprometidos com o capital estrangeiro, dos intelectuais progressistas, dos oficiais patriotas, encontramos sempre a figura do sargento, consciente de seus novos deveres.

Objetivamente ao atendimento de suas legítimas reivindicações de classe, especialmente a democratização dos regulamentos militares, escolheram o caminho pacífico — o caminho do voto. E quem melhor para representar os sargentos na Câmara Federal, nas Assembléias Legislativas e nas Câmaras Municipais do que seus próprios colegas de farda? Pois bem, êsse caminho agora lhes é vedado. É de admirar a solução desesperada dos sargentos de Brasília?

Além de deixar aqui a sua solidariedade à causa dos sargentos e seu protesto contra os verdadeiros responsáveis pelos lamentáveis acontecimentos de Brasília, os que levaram os sargentos à dramática atitude, resolve a FRENTE DE MOBILIZAÇÃO POPULAR:

a) — ratificar e elogiar a desassombrada e patriótica atuação dos deputados Neiva Moreira, Max da Costa Santos, Sérgio Magalhães, Marco Antônio Coelho e Emanuel Weisman, Henrique Oest, Abraão Moura e Lamartine Távora, durante a crise na Capital Federal;

b) — recomendar às Frentes estaduais e a todas as entidades ligadas à FMP e início da campanha de esclarecimento popular sobre o caso e de solidariedade à causa dos sargentos;

c) — lançar uma campanha nacional de angariação de fundos para as famílias dos militares presos, sob a direção e responsabilidade de senhoras do Movimento Feminino Nacionalista e tendo como base a Rádio Mayrink Veiga;

A Frente de Mobilização Popular teve, entretanto, um papel catalítico como expressão de uma era de incentivos marxistas, como o prenúncio da convergência das forças populares no sentido de conduzir o país ao socialismo.

d) — constituir um grupo de Juristas do mais alto gabarito, sob a coordenação do Deputado Max da Costa Santos, para defesa dos militares presos;

e) — apelar para que tôdas as entidades componentes da FMP, as demais organizações nacionalistas e progressistas, de todo o País e os patriotas de todos os recantos da Pátria, permaneçam atentos e prontos a reagir a qualquer tentativa de cerceamento das liberdades democráticas”.

Os comunistas não encaravam a FMP como frente-única preconizada em seus documentos, considerando-a ainda muito restrita. O dirigente comunista Marco Antônio Coelho em sua crônica, publicada no jornal “Novos Rumos” de 24/30 Jan 64, declara:

“Para que a FMP possa crescer é vital que, a cada instante, tenha uma correta tática política, desde que qualquer desvio, poderá levá-la a se desgastar. Um desses desvios poderia vir a ser compreensão de que a FMP já seria a própria frente-única das correntes nacionalistas e democráticas. Em nossa opinião, a FMP pode desempenhar a função de núcleo mais combativo e radical da Frente-Única, mas que dificilmente terá em seu seio algumas correntes e setores que, embora participando da luta antiimperialista e antifeudal, têm receio ou desconfiança de uma entidade mais conseqüente como a FMP. Assinalamos a falsidade dessa tese desde que, se prevalecesse, poderia levar ao isolamento da FMP de muitas forças nacionalistas que podem dar uma contribuição inestimável nessa etapa da luta”.

A FRENTE POPULAR

Em janeiro de 1964, o governo João Goulart, decidiu, por inspiração de seus assessores esquerdistas, lançar as bases de uma frente política, segundo o figurino marxista, visando a impor as reformas de base, mesmo contra setores influentes do país, inclusive das Forças Armadas.

O professor Santiago Dantas, um desses mentores, encarregou-se de encaminhar às lideranças parti-

dárias ou políticas, inclusive o Partido Comunista, “um conjunto de sugestões de caráter programático, sobre cuja base se constituiria uma Frente Popular ou Frente Progressista”.

O governador Miguel Arraes veio ao Rio, a convite do presidente, para dar a sua opinião. Vários setores se manifestaram à respeito, conforme consta do jornal “Novos Rumos” n.º 257 de 24/30 Jan 64.

Foram as seguintes as sugestões de Santiago Dantas:

“A formação de uma Frente Popular, ou Progressista, teria o objetivo de dar apoio e cooperação ao presidente João Goulart para levar adiante as reformas de base.

O atual Ministério, constituído sob a rubrica de Ministério das Reformas, não revelou ter base parlamentar para levar adiante aquele programa, com prejuízo ainda maiores à administração do país.

Daí a necessidade de formar uma base política, com lastro de opinião pública e eficiência, tanto no Congresso, como fora dêle, para sobre ela apoiar qualquer reforma do atual Ministério. Essa base resultaria de entendimentos entre as forças políticas sobre pontos pragmáticos e não sobre pessoas e resultaria da união entre forças de esquerda e do centro.

Em vez de uma definição comum, de caráter ideológico ou doutrinário, a Frente se constituiria tomando por base alguns pontos específicos do governo, suscetíveis de serem abordados através de medidas legislativas, ou administrativas.

Essas medidas estariam em parte, relacionadas com as reformas de base, e em parte com a política geral do governo.

A título de sugestão, são focalizados na presente nota, destinada ao início de consultas entre lideranças políticas os seguintes pontos e medidas:

A — REFORMA DE BASE

1.º — Reforma Agrária

I — Reforma da Constituição para permitir nas desapropriações por interesse social, o pagamento da indenização em títulos de valor reajustável.

II — Adoção imediata de medidas que independem de reforma constitucional, mas, que podem, representar o início do processo de transformação da estrutura agrária do País, acelerando-o e ao mesmo tempo, disciplinando as reivindicações hoje apresentadas em diferentes áreas.

III — Introdução no decreto da SUPRA sobre a faixa desapropriável de execuções em favor da pequena propriedade e das áreas exploradas adequadamente, e estabelecimento do princípio da programação anual de reformas em áreas selecionadas.

IV — Disciplina legislativa do arrendamento rural com (I) máximos legais de renda de acordo com a cultura e produtividade do solo; (II) à renovação compulsória do arrendamento; e (III) direito a compra da área arrendada, ao fim de certo prazo, por preços baseados na renda.

V — Apoio à sindicalização rural e medidas efetivas para sua aceleração.

2.º — Reforma Bancária

Aprovação pelo Congresso do projeto enviado pelo governo, com as emendas aceitas de comum acordo, de modo a assegurar, no tocante ao sistema federal atribuição ao Conselho de Política Monetária e seus órgãos executivos da competência normativa em matéria de moeda e crédito, preservada a unidade do Banco do

Brasil e no tocante ao sistema privado, a democratização e o parcelamento do crédito evitando a sua concentração em setores ou clientes a critério dos próprios banqueiros.

3.º Reforma Tributária

I — Modificação dos critérios do imposto de renda de modo a fazer recair sobre quem pode contribuir o maior ônus do funcionamento das despesas públicas e investimentos federais.

II — Estímulo ao investimento privado quando enquadrado nos critérios relativos e preferenciais do planejamento público.

III — Punição rigorosa da sonegação pelo Poder Público das variações patrimoniais dos contribuintes.

4.º — Reforma Administrativa

I — Aprovação da reforma AMARAL PEIXOTO com as emendas de comum acordo no Congresso Nacional.

II — Restabelecimento do sistema do mérito não só no serviço público federal mas, no das autarquias mistas com a criação de oportunidades iguais para todos.

III — Modernização dos serviços federais mediante a mecanização, a racionalização e a adoção de processos científicos, avançados de controle, computação e planejamento.

5.º — Reforma Empresarial

I — Modificação de estrutura das empresas no sentido de atribuir ao trabalhador, responsabilidades e direitos paralelos aos dos sócios ou acionistas impedindo que a mais-valia seja absorvida na remuneração do capital.

II — Revisão da empresa pública para assegurar a eficiência de sua operação e a sua estabilidade econômica.

6.º — *Reforma Política*

I — Adoção por via de reforma constitucional, do voto do analfabeto e da praça de pré.

II — Elegibilidade dos alistáveis.

III — Eliminação das limitações "ad personam" decorrentes da Lei de Segurança.

IV — Liberdade de organização legal para quaisquer partidos, inclusive o comunista.

B — POLÍTICA GERAL DO GOVÊRNO

1.º — *Financeira*

I — Contenção da inflação mediante planos de economia que reduzam o déficit federal e permitam o estabelecimento de um orçamento monetário, pelo qual serão pautadas as emissões.

II — Auxílio aos Estados com o objetivo de corrigir DÉFICITS orçamentários temporários, e dar cobertura a programa de desenvolvimento econômico regional.

III — Melhoria do aparelho arrecadado.

IV — Contrôlo do crédito concedido pelo Banco do Brasil e ao setor privado de modo a concentrar recursos em investimentos de maior impacto sobre o desenvolvimento econômico e o bem-estar social.

V — Negociações de uma moratória para escalonamento dos débitos brasileiros, de acordo com a sugestão da Carta, a longo prazo (10 a 20 anos).

2.º — *Comercial*

I — Monopólio de câmbio, mediante repasse ao Banco do Brasil da totalidade das cambiais oferecidas por exportadores.

II — Monopólio do comércio do café, começando pela cobertura exclusiva, através do IBC das firmas exportadoras 100% nacionais, e atingindo à exclusividade de vendas.

III — Regulamentação de acordo com a legislação vigente das remessas financeiras para o exterior (lucro, "royalties, etc.).

IV — Diferenciação do comércio, de modo a estimular o intercâmbio com a área socialista e o mercado latino-americano, dentro de metas estabelecidas, com a instituição de órgãos estatais responsáveis pela aceleração e planejamento das compras e vendas.

3.º — *Cultural*

I — Erradicação do analfabetismo.

II — Modernização da cultura, especialmente nos campos da ciência e da tecnologia.

III — Reforma Universitária, com participação efetiva e proporcional dos estudantes na administração das universidades.

IV — Planejamento da aplicação dos recursos, visando a expansão da rede do ensino público e à criação de centros de cultura popular.

4.º — *Abastecimento*

I — Combate à sonegação e à intermediação com a dinamização da CADE, e a aplicação de medidas efetivas aos que atentam contra a economia popular.

II — Planejamento do abastecimento interno do País, com alta prioridade para os investimentos em armazenagem e transporte de safras e supressão dos intermediários em artigos de consumo geral, ou popular.

5.º — *Exportação*

Estímulo à ampliação e à regularidade das exportações brasileiras com adoção das me-

didas cambiais correspondentes, e aplicação de critérios técnicos capazes de evitar os sobrepreços acumulados no exterior.

6.º — *Brasília*

Consolidação da nova capital, mediante a mudança sistemática da sede dos serviços federais, dentro de um plano a ser aprovado pelo Presidente da República.

7.º — *Política Externa*

I — Preservação da política externa independente em tôdas as suas características, que não decorrem de preferência ou opção ideológica, mas de compreensão da linha de interesse do País em face de cada desdobramento da situação mundial.

II — Autodeterminação e não-intervenção para todos os povos, como condição de seu desenvolvimento independente, inclusive para Cuba, sob o regime vigente.

III — Participação intensa na Conferência Nacional das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento, com apresentação de teses que contribuam para a cerração do processo de inferiorização de preços dos produtos primários, e para a maior participação dos países subdesenvolvidos no crescimento do comércio mundial.

IV — Coexistência pacífica, sem submissão a qualquer forma de partilha em zonas de influência e com preservação do caráter competitivo da própria coexistência.

V — Solidariedade aos povos em luta contra a dominação colonial, seja qual fôr o regime político sob que se encontrem e ainda que haja problemas culturais irresolvidos tornando crítica a sua emancipação”.

O governador de Pernambuco, Miguel Arraes se manifestou do seguinte modo:

“Fui chamado pelo Presidente da República para tomar conhecimento das gestões encaminhadas pelo deputado Santiago Dantas, no sentido da “Formação de uma Frente Popular”, ou “Progressista”, com o “objetivo de dar apoio e cooperação ao Presidente João Goulart para levar adiante as reformas de base”; deveria, em consequência, manifestar minha opinião sobre a viabilidade da “frente” e, também sobre os “pontos programáticos” que lhe seriam uma espécie de denominador comum. Desde o início de nossas conversações, deixei bem claro dois pontos, entre outros; a minha posição de apoio e cooperação ao Presidente da República, para a execução de um programa político-administrativo de reformas de base, era publicamente conhecida através de pronunciamentos diversos e da nota que, no início da segunda quinzena de dezembro passado, distribui à imprensa sobre a necessidade de acôrdo entre o Presidente da República e as “fôrças populares”, tendo em vista um adequado encaminhamento do problema brasileiro; b) embora vários setores das “fôrças populares” já tivessem sido consultados, minha posição em face dos problemas que me eram colocados resultaria de entendimentos que eu próprio iria manter com todos os setores das fôrças populares”, sem exceção de um só, por continuar cada vez mais convencido de que nossa unidade deve ser preservada e fortalecida, como garantia de nossa luta pela emancipação nacional e em defesa das liberdades democráticas.

Isso explica a nota distribuída pela Frente de Mobilização Popular, que tem todo o meu apoio.

Definida, assim, nossa posição de unidade, regresso ao meu Estado, onde me esperam graves e urgentes problemas sociais, políticos, administrativos, econômicos e financeiros, por cuja solução me venho empenhando sem descanso e sem maior ajuda de órgãos do governo federal; algumas vêzes tendo mesmo de enfrentar a indiferença, a má vontade ou a hostilidade dêles, e disso dei agora ciência e exemplos ao Presidente João Goulart. Não quero regres-

sar, porém, sem antes precisar e esclarecer alguns pontos que considera importantes e atuais.

CORRUPÇÃO ELEITORAL

Entendo que, nas circunstâncias atuais, a oposição Poder Executivo — Congresso Nacional é um equacionamento inadequado do problema das reformas de base e pode distorcer o processo político brasileiro, obrigando-nos a um retrocesso de todo indesejável. O presidente João Goulart e eu somos dos que mais contribuíram para denunciar e coibir a ação corruptora do poder econômico — resultante da aliança do imperialismo com o latifúndio — no processo eleitoral brasileiro e, conseqüentemente, na composição do Congresso Nacional; por isso sabemos que, nas circunstâncias atuais, pela pressão externa que vem sofrendo, o Congresso Nacional dificilmente poderia aprovar as reformas estruturais de que tanto necessita o povo brasileiro para avançar e progredir social, política e economicamente; e que dentro dêle pela corrupção promovida pelo poder econômico, o povo brasileiro não está corretamente representado e a força dos capitais imperialistas é maior do que a força dos democratas e nacionalistas — aquela, essencialmente contrária às reformas, esta, essencialmente favorável às reformas.

DOIS CAMINHOS

É claro que essa correlação de forças não é, em si mesma, um obstáculo irremovível. Ela pode ser mudada de dois modos, pelo menos; primeiro, se nós formos capazes de conduzir a mobilização popular no sentido de pressionar o Congresso para uma tomada de atitude nacionalista e democrática contra as forças antinação e antipovo, que só economicamente são mais poderosas que as nossas; nesse sentido, a Frente Parlamentar Nacionalista, que vinha realizando dentro do Congresso um admirável trabalho de esclarecimento e de arregimentação patriótica, deve renovar e intensificar sua ação. Em segundo lugar, pela elaboração e pela prática, por parte

do Executivo, de uma política e de um programa de reformas, com base em medidas puramente administrativas, o que ajudaria o Congresso a resistir à pressão do poder econômico e a acertar o passo com a luta comum de emancipação nacional.

AFASTAR REACIONÁRIOS DO GOVERNO

Mas é igualmente verdadeiro que em órgãos fundamentais do Poder Executivo Federal, cujo preenchimento e cuja política não dependem de voto popular — como no caso da composição das duas casas do Legislativo Federal — as forças reacionárias estão fincadas no corpo e alma, ou entretendo a adoção e até mesmo a obrigatória execução de medidas tendentes a emancipação nacional ou encaminhando medidas que favorecem o processo espoliativo dos capitais imperialistas em nossa economia. Seria profundamente injusto não reconhecer que o presidente João Goulart, em virtude de seus compromissos com as massas trabalhadoras e com a luta comum pela emancipação nacional, tem realizado um considerável esforço no sentido de afastar de seu governo muitos desses elementos, representantes de interesses antinacionais ou que por estes se deixam corromper. Esse esforço saneador, contra a corrupção e o entreguismo, deve ser urgentemente multiplicado e estendido a todos os setores do Executivo Federal, em vários níveis, como um dos primeiros passos necessários à execução de qualquer programa de reformas de base e de emancipação nacional.

IMPERIALISMO IANQUE

De nada adiantarão leis ou decretos, por melhores que sejam, se a máquina incumbida de sua execução, se encontra minada de elementos comprometidos com uma política exatamente contrária à que inspirou as leis e os decretos. Isso é particularmente importante quanto aos órgãos encarregados da elaboração e da execução de nossa política econômico-financeira, a fim de que os verdadeiros interesses nacionais sejam efetivamente defendidos. Hoje, isso

é mais grave do que nunca, em consequência do endurecimento da política externa norte-americana após o brutal assassinato do presidente Kennedy, e cujos efeitos estão se fazendo sentir, seja no aumento da pressão contra Cuba e contra a Venezuela, seja em episódios como o do Panamá, seja no estímulo que traz a aventuras antidemocráticas e antinacionais em países latino-americanos, como única forma atual de defesa dos interesses dos capitais imperialistas. Esses capitais, por exemplo, predominam em nossa vida econômico-financeira, tanto no setor de empréstimos quanto no setor de financiamentos, e agora contam com a proteção do próprio governo norte-americano, segundo o texto da carta Johnson.

REFORMA CONTRA CONSPIRAÇÃO

Se o Poder Executivo Federal não desmontar a máquina antinacional, que há muitos anos se encontra instalada em vários de seus órgãos, ele não será capaz de resistir à pressão e ao cerco, e, em posição desvantajosa — é perigosa para a nação — terá de negociar uma moratória para escalonamento dos débitos brasileiros; a esse respeito, há sérios indícios de que uma terrível maquinação está sendo preparada contra o Brasil, devendo o governo preparar-se para enfrentá-lo e destruí-la de acordo com os legítimos anseios do povo brasileiro. E preparar-se, aqui, significa definir e passar imediatamente a executar, com o apoio e a colaboração das forças populares, todo um programa administrativo e político de reformas que, pela profundidade e alcance que lhe forem dados, deflagará o processo irreversível de renovação de nossas estruturas; somente assim teremos condições de vencer essa conspiração, uma de cujas táticas vem sendo a de atribuir aos nacionalistas e democratas, aos trabalhadores e ao povo, ao próprio Presidente da República, a preparação armada de movimentos subversivos e de golpes contra as liberdades.

UNIDADE POPULAR

Essa é uma tática bastante desmoralizada; as armas dos trabalhadores e do povo são seu patrio-

tismo, sua unidade, seu espírito de luta. Conspiram contra a nação e procuram impedir que o Presidente da República, fiel aos compromissos que assumiu com o povo brasileiro, leve à prática medidas como o monopólio de óleo cru, a regulamentação da Lei de Remessa de Lucros, a intervenção do Estado no mercado de capitais, a encampação das refinarias particulares, a cessação das negociações de compra das subsidiárias da Bond and Share e a encampação das concessionárias de serviços públicos de acordo com as leis brasileiras, a desapropriação das terras às margens das rodovias, canais e açudes federais, a democratização da grande imprensa, do rádio e da televisão, a anulação das concessões irregulares e antipatrióticas de exploração de minérios, inclusive o cumprimento da decisão judicial relativa à Hanna, para citar apenas alguns exemplos de medidas que estão sendo ou devem brevemente ser tomadas.

Contra essa monstruosa conspiração é que as forças populares estão lutando, com um espírito de unidade cada vez mais forte. Para essa luta, o diálogo em todas as forças democráticas é imprescindível e dele é que pode nascer uma ampla frente-única de emancipação nacional. (as) Miguel Arraes”

A Frente de Mobilização Popular, a respeito, baixou a seguinte Nota:

“Reafirmamos a atualidade dos pronunciamentos da Frente de Mobilização Popular e, em particular, do governador Miguel Arraes, dada a publicidade em dezembro de 63, entendendo mesmo que a cada dia que passa mais se impõe a reformulação da linha política do Governo e a consequente reestruturação de um Ministério que expresse os anseios populares.

A Frente de Mobilização Popular, depois de ouvir o governador Miguel Arraes e o deputado Leonel Brizola, que lhe transmitiram as conversações com o presidente João Goulart, manifesta a sua disposição de discutir com S. Exa. a crise nacional de-

pendendo a evolução dêsse diálogo da mudança da política governamental num sentido popular e nacionalista.

Confirmando as teses que temos sustentado em relação ao problema agrário e ao processo espoliativo, a Frente de Mobilização Popular aponta algumas medidas — tôdas elas de exclusiva competência do Sr. Presidente da República — que podem, de imediato, ser adotadas, tais como: a) monopólio estatal do câmbio; b) monopólio da exportação do café; c) cessação das negociações de compra das subsidiárias da Bond an Share e a encampação das concessionárias de serviços públicos, de acôrdo com as leis brasileiras; d) intervenção estatal no mercado de capitais; e) anulação das concessões irregulares de exploração de minério, inclusive cumprindo a decisão judicial relativa à Hanna; f) encampação da Refinaria de Capuava; g) combate à especulação dos monopólios do comércio de gêneros alimentícios e nacionalização dos frigoríficos, moinhos, fábricas de leite em pó e da indústria farmacêutica estrangeira; h) desapropriação das terras às margens das rodovias, ferrovias, canais e açudes federais, respeitadas as pequenas e médias propriedades; i) respeito efetivo à política de autodeterminação e não intervenção, notadamente em relação ao caso de Cuba; apoio à luta do povo do Panamá em defesa de sua integridade territorial; j) retôrno dos sargentos transferidos em decorrência da participação no ato realizado no IAPC, bem como das demais transferências por motivo de perseguição política; l) democratização da grande imprensa, do rádio e da televisão.

Considerando cada vez mais imperiosa, a unidade das forças populares, a FMP, na luta em tôrno dos seus objetivos, intensificará todos os meios ao seu alcance”.

O Partido Comunista Brasileiro enviou a resposta que se segue:

“Os comunistas têm posição clara e definida pela formação de uma ampla frente de tôdas as forças nacionalistas e democráticas e pela concretização das reformas de base necessárias ao progresso e à emancipação do Brasil. Estão dispostos, portanto, a participar de tôdas as gestões que se realizarem em função dêsses objetivos patrióticos.

Considerando acertada a idéia de que, no momento atual, a unidade destas forças se constitua “tomando por base alguns pontos específicos, de govêrno, susceptíveis de serem abordados através de medidas legislativas ou administrativas”, dispo-mo-nos a contribuir com a nossa opinião para que seja formulada esta plataforma de ação comum.

Estamos convencidos de que o êxito dessa iniciativa depende, essencialmente, da possibilidade de desencadear-se, em tôrno dessa plataforma, um amplo e vigoroso movimento popular, capaz de criar o “lastro de opinião pública” necessário a um govêrno que se disponha a realizar tais medidas. Isto exige que os pontos constantes da plataforma não se limitem a generalidades, capazes de levar a interpretações desencontradas, mas que tenham um caráter concreto e expressem realmente as aspirações do povo.

Ademais, a realização das medidas sugeridas depende da constituição de um govêrno que, pela sua composição política, represente autênticamente as forças interessadas nas reformas de estrutura. Julgamos indispensável, neste sentido, não apenas a mudança de alguns homens nos postos ministeriais, mas uma recomposição do sistema de forças que constitui o atual govêrno, com a substituição dos setores distanciados das aspirações do povo por representantes das correntes políticas e sociais que estejam dispostas, no Parlamento e fora dêle, a dar apoio a essa nova política.

Com o objetivo de aglutinar estas forças, propomos que esta plataforma seja levada ao conhecimento público, no prazo mais breve possível, a fim de que

possam debatê-la as organizações representativas do povo.

No que se refere aos pontos específicos trazidos ao nosso conhecimento, cumpre-nos apresentar as seguintes observações e sugestões:

A — REFORMAS DE BASE

1.º — Reforma Agrária

Concordamos com o item I, desde que se estabeleça que o reajustamento dos títulos não deverá exceder o limite de 10% do valor de cada parcela anual. Propomos acrescentar a este item o seguinte período: “A reforma agrária deve ter como objetivo a eliminação do latifúndio e a entrega de terras desapropriadas aos camponeses sem terra ou com pouca terra”.

O item deve ser mais explícito, definindo as medidas que se pretende adotar.

Quanto ao item III, ressalvamos nossa opinião a respeito do decreto da SUPRA para quando esse documento fôr conhecido publicamente, e sugerimos as seguintes medidas:

— Ao ser estabelecida exceção em favor das “áreas exploradas adequadamente”, deve-se firmar o critério de que serão excluídas da desapropriação estas áreas até o limite máximo de 500 hectares.

— Das áreas desapropriadas, e equivalente a 30% será reservado para doação de lotes, sem qualquer ônus, a famílias camponesas sem terras.

— No caso de venda das terras desapropriadas aos camponeses, o prazo de pagamento deverá ser aumentado de 10 para 20 anos.

— Estarão sujeitas a desapropriação todas as propriedades que não cumprirem o dispositivo da legislação do trabalho.

Quanto ao item IV, aceitando os seus termos gerais, propomos que sejam concretizados os seguintes pontos:

— Fixação da taxa máxima de arrendamento em 6% ao ano sobre o preço da terra.

— Prazo mínimo de arrendamento de 5 anos, com direito à renovação compulsória do arrendamento ou à compra da área arrendada.

— Abolição do sistema da “meia”, “têrça”, do trabalho gratuito e do pagamento em vales.

Aceitamos o item V e propomos o acréscimo de mais um item, que teria o seguinte teor:

— Concentração em um só fundo, pelo governo federal, de todos os recursos financeiros concedidos aos estabelecimentos agropecuários, destinando-se pelo menos 75% destes recursos aos estabelecimentos da área inferior a 100 hectares, que se dediquem à produção de gêneros alimentícios para a subsistência da população.

2.º — Reforma Bancária

Propomos substituir o texto sob esta epígrafe pelo seguinte:

— Aumento do controle do Estado sobre a rede bancária privada, inclusive através dos descontos. Elevação da percentagem de depósitos que os bancos particulares devem recolher obrigatoriamente ao Banco do Brasil. Fortalecimento das entidades estatais de créditos, incluindo o BNDE, Banco do Nordeste, Banco de Crédito da Amazônia e Caixas Econômicas.

— Manutenção do Banco do Brasil com suas funções de Banco Central e suas carteiras especializadas, a fim de assegurar o controle do sistema bancário, bem como a colocação do crédito oficial ao alcance dos pequenos empreendedores, sobretudo no campo.

— Proibição aos bancos estrangeiros de receberem depósitos nacionais.

3.º — *Reforma Tributária*

No item I propomos precisar que o imposto de renda deve gravar mais as pessoas físicas que auferem elevados rendimentos.

Sugerimos que o item II seja substituído pelo seguinte:

— Proteção fiscal à pequena e média empresas e ao artesanato.

Concordamos com o item III.

4.º — *Reforma Administrativa*

Propomos suprimir o item I e concordamos com os restantes.

5.º — *Reforma Empresarial*

Sugerimos a supressão de todo esse ponto.

6.º — *Reforma Política*

Aceitamos integralmente o I, II e IV item; sugerimos que o III tenha a seguinte redação:

— Revogação da Lei de Segurança Nacional e do Decreto-Lei 9.070.

Propomos mais um item:

— Regulamentação da propaganda política, com o fim de eliminar uma das fontes de corrupção eleitoral.

B — POLÍTICA GERAL DE GOVERNO

1.º — *Financeira*

Sugerimos a substituição do item I pelas seguintes medidas concretas:

— Lançamento de um empréstimo interno compulsório, a ser coberto pelos beneficiários de altas rendas, com o objetivo de formar um fundo nacional antiinflacionário, ao qual recorreria o Governo sempre que fôsse necessário evitar as emissões inflacionárias de papel-moeda.

— Unificar todos os orçamentos da União, inclusive os das autarquias e empresas estatais e combater o déficit orçamentário mediante cortes dos gastos supérfluos, adiáveis e suntuários, bem como através da redução dos déficits, das ferrovias e empresas de navegação marítima.

Aceitamos o II e o III pontos.

Quanto ao IV item, propomos substituí-lo pelo seguinte:

— Rigorosa seleção do crédito para impedir o financiamento de atividades especulativas e para favorecer a produção e o comércio de artigos de primeira necessidade e amplo consumo.

Sugerimos a substituição do item V pelo que se segue:

— Suspensão temporária do pagamento da amortização dos empréstimos estrangeiros e re-escalamento dos compromissos externos do País, em prazos de 15 a 20 anos.

2.º — *Comercial*

Aceitamos o item I propondo a seguinte redação:

— Monopólio do câmbio pelo Banco do Brasil.

No que tange ao item II, sugerimos substituí-lo pelo seguinte:

— Monopólio das exportações de café pelo IBC.

Propomos a seguinte redação para o item III:

— Regulamentação, de acôrdo com a legislação vigente, das remessas financeiras para o exterior (lucros, royalties, etc.), proibindo-se a remessa de quaisquer rendimentos sôbre o capital reinvestido no País pelas emprêsas estrangeiras.

Concordamos com o item IV.

Propomos acrescentar um nôvo item:

— Política estatal de exportação de minérios que, tendo em vista aumentar a receita de divisas do País, ao mesmo tempo, resguardar os interêsses da economia nacional e nossas reservas de minerais raros, sobretudo os minerais atômicos.

3.º — *Cultural*

Manifestamos nossa total concordância com os itens aqui relacionados.

4.º — *Abastecimento*

Aceitamos os itens I e II, propondo o acréscimo de mais um item:

— Nacionalização, pelo custo histórico, dos moinhos, frigoríficos e fábricas de leite em pó, pertencentes a emprêsas alienígenas, assim como da indústria farmacêutica estrangeira.

5.º — *Exportação*

Propomos a substituição dêsse item pelo seguinte:

— Estímulo às exportações, não mediante a desvalorização do cruzeiro mas por meio de uma política orientada para a conquista de novos mercados e a ampliação das vendas nos mercados existentes, inclusive com a diversificação dos produtos exportados.

6.º — *Brasília*

7.º — *Política Externa*

Aceitamos as medidas propostas.

Propomos que no item I seja feita a seguinte modificação de redação:

— Em lugar de “preservação da política interna independente”, colocar “desenvolvimento da política externa independente”.

No item III, onde se diz “com a apresentação de tese que contribuam para a correção do processo”, substituir por “intervindo ativamente no sentido de corrigir o processo”.

Sugerimos que seja acrescentado um item:

— Defesa da paz mundial, apoio às proposições que visem à cessação das experiências com armas nucleares, a proibição do emprêgo das armas de destruição em massa e ao desarmamento geral e completo.

Finalmente, consideramos indispensável a inclusão nessa plataforma, na parte referente à política geral de govêrno, de mais três pontos com o seguinte teor:

Defesa da Economia Nacional

I — Anulação do compromisso de compra do patrimônio da AMFORP no Brasil e providências para a encampação das concessionárias de serviços públicos de acôrdo com as leis brasileiras.

II — Fortalecimento da política de monopólio estatal, particularmente naqueles setores ligados aos interêsses da segurança nacional, tais como: energia, minérios, telecomunicações e transportes.

III — Defesa e ampliação do monopólio estatal do petróleo, mediante a encampação das

refinarias particulares e a entrega à Petrobrás da distribuição em grosso de todos os seus produtos.

Defesa das Liberdades Democráticas

I — Garantia das liberdades públicas e medidas enérgicas contra as forças que tentam interromper o processo democrático.

II — Anistia para os graduados e praças das Forças Armadas presos em consequência do protesto de Brasília, bem como para todos os presos por motivos políticos.

III — Garantia dos mandatos populares e posse de todos os eleitos.

Política Salarial

I — Reajustamento geral periódicos dos salários e vencimentos, com o objetivo de elevar o nível de vida dos trabalhadores.

II — Salário Profissional.

No n.º 262 de 6/12 Mar 64 do jornal "Novos Rumos", Luiz Carlos Prestes publica um artigo sobre a Frente Popular em que reafirma o ponto de vista do Partido Comunista. É o seguinte o texto:

"A unidade de todos os patriotas e democratas, a unificação de todas as forças interessadas no progresso do Brasil é condição precípua para que se concretizem as reformas de base necessárias à completa emancipação nacional.

Esta a posição clara e definitiva dos comunistas. Lutamos pela unidade, sem discriminação, de todos os patriotas e democratas, e damos por isso particular importância às gestões iniciadas pelo Sr. Santiago Dantas na qualidade de coordenador político do Presidente da República. Acreditamos que

a este não pode deixar também de interessar encontrar uma saída para a situação do País, que se torna cada vez mais grave.

O presidente João Goulart está no poder desde setembro de 1961. Mais de dois anos já se passaram e restam menos de dois para o término de seu mandato. No período decorrido, pôde o presidente Goulart realizar uma política que teve, sem dúvida, alguns aspectos altamente positivos. Sua política externa contribuiu para elevar o prestígio do Brasil no mundo inteiro, ao estabelecer relações diplomáticas com a União Soviética, ao intensificar as relações comerciais e culturais com o campo socialista, ao participar de maneira positiva da Conferência de Genebra em prol do desarmamento e, muito especialmente, pela posição que vem adotando em defesa da autodeterminação do povo cubano e contra qualquer intervenção em Cuba. Internamente, nos conflitos do trabalho, tem o presidente João Goulart tomado, em geral, posição favorável às reivindicações dos trabalhadores. Algumas medidas, como, recentemente, a decretação do monopólio estatal da importação de petróleo e da regulamentação da lei que limita a remessa de lucros para o exterior, são igualmente reconhecidas como positivas e de acordo, no essencial, com os interesses da Nação. Além disto, durante o governo do presidente João Goulart as liberdades democráticas e os direitos constitucionais têm no fundamental, sido respeitados. Os comunistas, como, junto com eles, todos os patriotas e democratas têm apoiado firmemente os aspectos positivos da política do presidente João Goulart e de seus sucessivos ministérios. Esses aspectos positivos refletem a força crescente do movimento democrático em nosso País, as aspirações progressistas de nosso povo, o constante fortalecimento da luta emancipadora e o crescente grau de organização e unidade dos trabalhadores.

Agrava-se, no entanto, dia a dia, a situação econômica das grandes massas populares. Os sucessivos e — como não pode deixar de ser — cada vez

mais freqüentes aumentos de salários não trazem a elevação do nível de vida dos trabalhadores. Continua baixando o salário real e é cada vez menor a participação dos trabalhadores na renda nacional, enquanto se tornam cada vez maiores os lucros dos grandes capitalistas, particularmente dos monopólios norte-americanos que exploram o nosso povo, e a renda parasitária dos latifundiários. A miséria de nosso povo aumenta, os sofrimentos da família trabalhadora são cada dia mais insuportáveis. As lutas reivindicatórias aumentam e os trabalhadores do campo, que já não podem mais suportar a brutalidade da exploração do latifúndio começam a resolver por sua própria iniciativa o problema da posse da terra. A expressão mais clara da miséria crescente de nosso povo está na constante e cada vez mais acelerada elevação do custo da vida. A inflação atinge ritmos cada vez mais elevados sem que nenhuma medida efetivamente capaz de contê-la seja de fato tomada pelo Governo. O presidente João Goulart reconhece que são necessárias as reformas de base, que sem elas não será possível abrir o caminho para o progresso da Nação e o bem-estar dos trabalhadores. Os anos, no entanto, se passam e a situação não se altera senão para pior. Com a composição que tem dado aos seus sucessivos ministérios, dos quais vêm participando conhecidos agentes do imperialismo e representantes do latifúndio, nenhuma medida mais séria, profunda e eficaz pode efetivamente ser tomada. A inflação prossegue e junto com ela a especulação mais desbravada, a corrupção administrativa e as negociatas vergonhosas que não podem deixar de revoltar a todos os patriotas. Algumas delas, como a promessa de compra das ações da Bond And Share, não foram até agora realizadas graças à vigilância da opinião pública e à força crescente do movimento patriótico e democrático. Ainda agora, as circulares 263 e 264 da SUMOC são novas medidas contrárias ao interesse nacional. A primeira significa novo passo na desvalorização do cruzeiro e levará a maior encarecimento do custo de vida, enquanto a segunda abre o caminho para anulação

na prática dos preceitos positivos da regulamentação da lei que limita a remessa de lucros.

Tais são as conseqüências da política de conciliação com o imperialismo e o latifúndio que vem sendo realizada pelo presidente João Goulart. É certo que o caráter reacionário da maioria do Parlamento dificulta a realização das reformas de base. No entanto, na sistemática constitucional vigente tem o Presidente da República atribuições que lhe permitem, se, apoiado no povo, tomar uma série de medidas positivas que independem de aprovação parlamentar e que muito poderão contribuir para diminuir os sofrimentos do povo, elevar o prestígio do próprio presidente, desarmar os reacionários e golpistas, como Lacerda e demais agentes do imperialismo, que se utilizam dos erros e das vacilações presidenciais para tentar dividir e enfraquecer o movimento nacionalista e democrático. Além disto, é voltando-se para o povo e tomando medidas concretas em seu benefício que o presidente João Goulart melhor poderá contribuir para reforçar o movimento patriótico e democrático, aumentando sua força de pressão sobre o Parlamento que se veria na contingência de ceder e aprovar as medidas legislativas e as reformas da Constituição indispensáveis à realização das reformas de base.

Esta a posição dos comunistas já expressa em documento publicado logo após a tentativa frustrada do atual governo de conseguir a suspensão das garantias constitucionais com o pedido, posteriormente retirado, de decretação, pelo Parlamento, do Estado de sítio. Nestas condições, quando consultados pelo Sr. Santiago Dantas, na qualidade de coordenador político do Presidente da República, a respeito da participação em ampla frente política, em que fôsse possível apoiar um novo Ministério, capaz de dar início às reformas de base e de participar da luta pelas medidas legislativas necessárias, inclusive a reforma de preceitos reacionários da Constituição, os comunistas deram seu assentimento e apresentaram por escrito sua opinião, esclarecendo sua

posição e formulando sugestões a serem utilizadas na formulação definitiva do programa apresentado. Participaram também os comunistas ativamente dos entendimentos políticos com as demais correntes políticas e viram com satisfação que a Frente de Mobilização Popular tinha idêntica posição, concordando, em Nota pública, com os principais itens da plataforma de unidade aceitável para os comunistas.

Os entendimentos, no entanto, não são fáceis, mas devem prosseguir e dêles os comunistas participarão, não poupando esforços para que se encontre efetivamente o terreno comum, a plataforma programática mínima em torno da qual possam unir-se às mais amplas forças patrióticas e democráticas, as quais, juntamente com o presidente João Goulart, possam constituir a base de um novo governo, livre de compromissos com os agentes entreguistas e os defensores do latifúndio. Descaracterizar a plataforma de unidade para satisfazer aos setores reacionários é, evidentemente, perder tempo e desviar os entendimentos políticos de seu curso inicial, de sua razão de ser. É pretender continuar a mesma política de conciliação comprovadamente incapaz de dar solução aos problemas nacionais e de impulsionar as reformas de base. Pensamos que a última proposta apresentada pelo Sr. Santiago Dantas, em nome do Presidente da República padece de semelhante mal. Os comunistas, no entanto, são de opinião de que os entendimentos políticos devem prosseguir e não pouparão esforços para contribuir com sua colaboração para que sejam dados novos passos através de um debate público, do qual participem todos os patriotas e democratas, visando-se a chegar a uma plataforma de unidade, capaz de ser realizada por um novo governo apoiado no povo.

Propomos por isso que se tome como ponto de partida para a unidade das forças patrióticas e democráticas, não um longo e detalhado programa em que palavras altissonantes encobrem um conteúdo pobre ou vazio, ou mesmo demagógico e irrealizável

nas atuais circunstâncias, mas uma série de medidas concretas que podem ser adotadas por um poder executivo efetivamente disposto a servir ao povo. Outro elemento básico de unidade precisa ser o compromisso de participar da ação conjunta no sentido de exigir do Parlamento algumas medidas legislativas e a reforma de determinados preceitos constitucionais que impedem a reforma agrária e a livre expressão da vontade popular através do voto. Finalmente, o terceiro elemento indispensável à verdadeira unidade está no compromisso mútuo que todos devem assumir visando a assegurar o respeito às liberdades democráticas, a revogação de leis reacionárias e o livre exercício da atividade política de todos os partidos, inclusive do Partido Comunista.

É evidente que a participação do Sr. João Goulart de semelhante frente-única deverá significar a imediata recomposição do Governo, livrando-o dos representantes do entreguismo e do latifúndio e compondo-o com personalidades que possam inspirar confiança às forças patrióticas e democráticas comprometidas com o programa mínimo que fôr aprovado. Outro problema que não pode ser evitado e que, nas circunstâncias atuais, vincula-se inevitavelmente à constituição da frente-única é o problema da sucessão presidencial de 1965. Da unidade que fôr alcançada e com o apoio do presidente João Goulart deve surgir o nome do candidato das forças patrióticas e democráticas às eleições de outubro de 1965, capaz de derrotar os candidatos da reação, do entreguismo e do latifúndio.

Entre as medidas que podem ser postas em prática pelo Poder Executivo, independentemente da interferência do Parlamento, sugerimos que constem as seguintes:

- Monopólio do câmbio pelo Banco do Brasil.
- Monopólio das exportações de café pelo IBC.
- Imediata aplicação da legislação vigente a respeito de remessas financeiras para o exterior (lucros, royalties, etc.).

— Suspensão temporária do pagamento da amortização dos empréstimos estrangeiros e reescalonamento dos compromissos externos do País, em prazos de 15 a 20 anos. Caso necessário, decretação unilateral de uma moratória.

— Estímulo às exportações, não mediante a desvalorização do cruzeiro, mas por meio de uma política orientada para a conquista de novos mercados e a ampliação das vendas nos mercados existentes, inclusive com a diversificação dos produtos exportados e estímulo ao intercâmbio com área socialista.

— Imediata anulação do compromisso de compra do patrimônio da AMFORP no Brasil e providências para a encampação das concessionárias de serviços públicos, de acordo com as leis brasileiras.

Combate à sonegação e à intermediação, com a dinamização da CADE, e a aplicação de medidas efetivas aos que atentam contra a economia popular.

— Lançamento de um empréstimo interno compulsório a ser coberto pelos beneficiários de altas rendas, com o objetivo de formar um fundo nacional antiinflacionário, ao qual recorreria o Governo sempre que fôsse necessário evitar as emissões inflacionárias.

— Utilização progressiva pelo governo federal do mercado de capitais para cobertura de suas despesas.

— Nacionalização, pelo custo histórico, dos moinhos, frigoríficos e fábricas de leite em pó, pertencentes a empresas alienígenas, assim como da indústria farmacêutica estrangeira.

— Concentração em um só fundo, pelo governo federal, de todos os recursos financeiros concedidos aos estabelecimentos agropecuários, destinando-se pelo menos 75% desses recursos aos estabelecimentos de área inferior a 100 hectares, que se dediquem à produção de gêneros alimentícios para a subsistência da população.

— Política salarial que tenha por fim a elevação do nível de vida dos trabalhadores, mediante o reajustamento periódico dos salários e vencimentos.

— Democratização da direção das empresas estatais através da participação dos sindicatos operários na escolha de seus dirigentes.

— Garantia das liberdades públicas e medidas enérgicas contra as forças que tentam interromper o processo democrático ou armar-se para resistir às reformas de base.

— Desenvolvimento da política externa independente com a defesa da paz mundial, o apoio às proposições que visam à cessação das experiências com armas nucleares, à proibição do emprêgo das armas de destruição em massa e ao desarmamento geral e completo, ao respeito à autodeterminação dos povos e a não-ingêrência nos assuntos internos dos outros países.

Simultaneamente, propomos que conste da plataforma mínima da unidade o compromisso de participar ativamente da luta pelas seguintes medidas cuja realização não depende propriamente do Poder Executivo:

— Reforma da Constituição: 1.º) para permitir as desapropriações por interesse social, o pagamento da indenização em títulos do Estado; 2.º) para permitir o direito de voto a analfabetos, soldados e marinheiros; 3.º) para permitir a elegibilidade dos alistáveis; 4.º) para abolir a vitaliciedade dos professores catedráticos, assegurado o direito à estabilidade; 5.º) para transferir para a União a competência de fixar e cobrar o imposto territorial rural, retirando da alçada do Município.

— Reforma agrária, a qual deve ter como objetivo a eliminação do latifúndio e a entrega de terras desapropriadas aos camponeses sem terra ou com pouca terra. A reforma agrária não deve atingir as propriedades inferiores a 500 hectares e deverá abolir o sistema de “meia”, “têrça”, do trabalho gratuito e do pagamento em vales.

— Reforma democrática da Lei Eleitoral. Revogação do Artigo 58.

— Revogação dos preceitos mais reacionários da Lei de Segurança, em especial seus artigo 9, 10 e 11.

— Revogação do Decreto-Lei 9.070, com a aprovação, se necessário, do projeto que regulamenta o direito de greve (Aurélio Viana).

— Registro Eleitoral de todos os partidos políticos, inclusive o PCB.

— Anistia para os sargentos e demais presos e condenados políticos.

— Prorrogação por cinco anos da lei do inquilinato, escoimada dos itens que predicam os interesses dos inquilinos.

Fazendo tais propostas, os comunistas dirigem-se às grandes massas trabalhadoras, a todos os patriotas democratas, convencidos de que vai depender fundamentalmente deles, e de sua ação organizada e unitária, o êxito das conversações entabuladas entre o Presidente da República e os dirigentes das principais correntes políticas. As forças antiimperialistas e democráticas contam com condições cada dia mais favoráveis para alcançarem novos e maiores êxitos. A unidade e a ação dos operários, dos camponeses, estudantes, intelectuais, das mulheres, dos militares patriotas, de todo o povo brasileiro, são as condições básicas para que avancemos no sentido da derrota da política de conciliação, da conquista de um governo capaz de iniciar e de levar adiante as reformas de base exigidas pelos interesses da Nação”.

O comício de 13 de março deu aos comunistas a impressão de que as condições políticas do País propiciavam a concretização da sonhada frente-única, ampla e poderosa, capaz de assegurar a forte base de apoio para o novo governo de cunho socialista. Assim, no jornal “Novos Rumos”, n.º 265 (de 27 Mar / 2 Abr 64) o Partido anuncia:

“Foi elaborado e já está sendo discutido pelos representantes de organizações populares, sindicais, estudantis, intelectuais, personalidades e partidos po-

líticos, o documento programático que servirá de base à formação de um novo governo capaz de levar a prática as reformas de estrutura que a Nação reclama”.

Esse documento, o Programa da Frente Popular, consubstanciava o manifesto do Partido Comunista de março de 1964, publicado no mesmo jornal que explorando o efeito político do Comício da Central do Brasil declarava:

“Em face disto, para vencer a resistência das forças retrógradas e avançar para novas vitórias é necessário consolidar a frente-única nacionalista e democrática e intensificar sua ação. É a unidade de todos os partidos que enfrentará com êxito os arreganhos da reação”.

“Em torno da plataforma comum da frente-única é necessário mobilizar o movimento operário, as organizações camponesas, as entidades estudantis e femininas, a Frente de Mobilização Popular, a Frente Parlamentar Nacionalista, a oficialidade patriótica, os movimentos de sargentos e marinheiros, os trabalhista, comunistas, socialistas, líderes políticos como Brizola e Arraes, os setores progressistas de vários partidos, em suma, todas as forças que se disponham a lutar pelas reformas de base”.

Essa resolução manifesta-se de forma radical e impositiva fazendo exigências e estabelecendo condições. A reforma da Constituição, o voto dos analfabetos, a legalização do Partido Comunista e outras concessões eram impostas pela frente-única, que a partir de 13 de março se tornavam “invencíveis, desde que se mantenham unidas e atuantes, desde que prossigam no caminho das ações de massas”.

O Programa da Frente Popular foi publicado, com o máximo relêvo, no mesmo jornal, com o seguinte preâmbulo:

“A Frente Popular constitui-se com o propósito de assegurar apoio parlamentar e popular a um programa que abrange a reforma da Constituição, leis

ordinárias e atos de competência do Poder Executivo, destinados a promover a realização das reformas de base, o desenvolvimento econômico, a emancipação do país e a melhoria de nível de vida das classes populares.

Nestes termos específicos, a Frente Popular afirma seu apoio ao presidente João Goulart para tornar realidade a política que proclamou no ato decisivo do dia 13 de março, reafirmada, em seguida, na sua Mensagem ao Congresso Nacional, bem como para a execução deste programa que constitui aspiração comum das entidades e pessoas signatárias do presente documento.

Entendem os integrantes da Frente Popular que é indispensável a formação de um Governo Nacionalista e Democrático, com as necessárias modificações nos organismos do Estado, notadamente no quadro econômico-financeiro, de forma que se possa agir em consequência. Consideram também essencial que as forças armadas se mantenham na condição de garantidores das liberdades populares e do processo de emancipação do povo brasileiro.

Na sustentação dos direitos e garantias consagrados na Constituição Federal, que vêm sendo desrespeitados em vários Estados da Federação, a Frente Popular combaterá toda e qualquer discriminação por motivos de raça, sexo ou ideologia.

A Frente Popular lutará, sem transigência, na defesa das liberdades públicas e contra quaisquer forças que pretendam interromper o processo democrático ou impedir que se efetivem as reformas de base.

A Frente Popular não se sobrepõe aos partidos e organizações que a integram, constituindo-se sem prejuízo de suas reivindicações específicas”.

Comportava o enunciado de várias Emendas à Constituição, Leis Ordinárias e Atos do Executivo sobre Po-

lítica Agrária, Política de Comercialização Agrícola, Política Urbana e Habitacional, Política Externa e outras medidas.

A Revolução de 31 de março destruiu as possibilidades de constituição dessa frente-única que representaria a maior expressão dessa política na América Latina e representaria a implantação do socialismo no Brasil.

A instalação desse governo estava prevista para o dia 1.º de maio de 1964. Dificilmente se poderá dizer quais as consequências desse acontecimento. A guerra civil e possivelmente a intervenção estrangeira eram hipóteses plausíveis. O Brasil esteve, durante esses momentos, à beira de um abismo insondável.

5. O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Em 1961, o Comitê Central do Partido Comunista do Brasil emitiu uma decisão sobre várias alterações decorrentes da Resolução Política do V Congresso reunido no Rio de Janeiro em setembro do ano anterior. Entre essas alterações constavam a adoção de uma nova denominação para o Partido — a de Partido Comunista Brasileiro — de um novo Programa e de novos Estatutos.

As modificações de nome, de programa e de estatutos visavam principalmente assegurar o registro do Partido na Justiça Eleitoral, a fim de garantir a sua legalização já apoiada por uma série de próceres políticos e autoridades, inclusive o Sr. João Goulart, na ocasião Vice-Presidente da República. Os antigos documentos congêneres foram escoimados dos aspectos de ostensiva expressão marxista-leninista e de submissão ao internacionalismo proletário. A mudança foi apenas de fachada pois continuaram a prevalecer as mesmas normas de ação.

A oportunidade, entretanto, foi habilmente aproveitada por um grupo minoritário divergente que se constituiu em nova agremiação, mantendo a antiga denominação — Partido Comunista do Brasil — e exprimindo a sua fidelidade aos princípios tradicionais.

A questão das divergências internas do Partido datam de 1956, quando repercutiu no Brasil as resoluções do XX Congresso do PCUS, após a morte de Stalin.

Para acompanhar, com a máxima autenticidade, o evoluir dessa questão, da qual nasceu o PC do B, procuraremos utilizar, tanto quanto possível, os textos de documentos oriundos das duas facções partidárias que se acusam e digladiam.

O editorial de “Novos Rumos” (n.º 152 de 5/11 Jan 62), intitulado “Em defesa da Unidade do Movimento Comunista”, inicia-se do seguinte modo:

“Em defesa da unidade do movimento comunista brasileiro, denunciaremos aos comunistas, aos amigos e simpatizantes, aos trabalhadores em geral, a atividade de um pequeno grupo fracionista encabeçado por João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar, que no passado exerceram funções dirigentes de âmbito nacional no movimento comunista. Do grupo fazem parte também José Duarte, Angelo Arroio, Walter Martins (Pepe), Calil Chade, Carlos Danielli e Lincoln Oeste. Este reduzido número de elementos lançou-se a um ataque sistemático contra a unidade e a disciplina do movimento comunista, violou as decisões adotadas e entregou-se a uma insidiosa atividade desagregadora, sendo, por isso, expulso de nossas fileiras.

As origens do grupo remontam a fins de 1956, princípios de 1957, quando se travou em nossas fileiras intensa luta interna, a propósito de questões suscitadas em torno do XX Congresso do PCUS.

A ajuda inestimável dada pelo XX Congresso do PCUS ao movimento comunista e operário internacional contribuiu de maneira decisiva para o combate a uma série de deformações e tendências nocivas em nossas fileiras. A grande maioria dos comunistas já se dava conta da necessidade de uma reviravolta na orientação política, condenava o mandonismo e os rígidos métodos de direção impositiva e reclamava a reorganização da direção. Honestos esforços críticos e autocríticos, pessoais e coletivos, foram feitos para superar erros e debilidades que constituíam uma tradição entre nós. Um pequeno número de dirigentes, entretanto, apegava-se a orientação errônea do passado e resistia à modificação dos métodos já condenados. Essa minoria mostrava claramente não aceitar o combate ao sistema do culto à personalidade, que tantos prejuízos causou entre nós.

Assim, já em agosto de 1957, tornou-se impossível a permanência de tais dirigentes nas funções de maior responsabilidade que vinham exercendo desde muitos anos. Entre eles estavam João Amazonas e Maurício Grabois, que insistiam em não dar o menor passo no terreno autocrítico e se mostravam, dessa maneira incapazes de colocar-se à altura da nova situação”.

Já a Resolução do PCB, publicada em “A Classe Operária”, periódico oficial do PC do B, com o título de “Resposta a Kruschov” e republicada no panfleto “Respuesta a Kruschov”, declara o seguinte:

“Como é sabido depois do XX Congresso do PCUS apareceu nas fileiras comunistas forte surto revisionista que teve como principal porta-voz Agildo Barata. A grande maioria dos militantes e o Comitê Central enfrentaram as manifestações revisionistas. Apesar de certos erros cometidos na condução da luta ideológica, medidas foram tomadas para resguardar o Partido das idéias estranhas ao proletariado e para assegurar a unidade partidária. No combate ao revisionismo participou também Luiz Carlos Prestes. No entanto, após os fatos sucedidos no PCUS, em junho de 1957, que levaram ao afastamento dos camaradas Molotov, Malenkov, Kaganovitch e outros da direção desse partido, Prestes numa mudança brusca e aparentemente inexplicável, aderiu por completo às idéias defendidas naquela época por Agildo Barata e seu grupo. Voltou a ser um ardoroso apologista do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, com entusiasmo maior do que em 1945, quando esposou as opiniões de Earl Browder”.

Do confronto dêsses dois textos, de origens opostas, e da análise de outros dados, pode-se concluir claramente o seguinte:

1.º — O X Congresso do PCUS exerceu profunda influência no seio do Partido criando uma série de divergências, consubstanciadas principalmente na luta que se engendrou entre o grupo Stalinista conservador e o grupo aderente à nova política do PCUS.

2.º — Como o grupo conservador, em minoria, era constituído justamente por influentes membros da direção, como Amazonas, Grabois e Pomar, pressente-se que a luta criada reflete, em parte, uma tendência renovadora do comando partidário, com a ascensão de pessoal mais ativo e evolutivo. A direção antiga revelava um contínuo desgaste que culminava nessa oportunidade. O próprio Diógenes Arruda, que evitou empenhar-se nesse combate, não conseguiu manter o seu prestígio, eclipsando-se definitivamente. Apenas Prestes equilibrou-se, assistindo, entretanto, a condenação de suas antigas afirmações, inclusive o Manifesto de Agosto.

3.º — Agildo Barata, expulso das fileiras partidárias, pela Revolução de agosto de 1957, não conseguiu reabilitar-se, apesar de ter sido o pioneiro da reação interna do Partido.

Prosseguindo na descrição histórica, o editorial de “Novos Rumos” consigna:

“Em março de 1958 foi aprovada a “Declaração Política” na qual se assentavam os elementos básicos da nova linha dos comunistas brasileiros. A minoria de dirigentes que se mantinham em posições conservadoras, dogmáticas e sectárias e se recusavam a fazer autocrítica — Amazonas, Grabois, Pomar, Calil Chade e alguns outros — passou a opor-se desde então mais abertamente à nova orientação”.

Já o editorial de “A Classe Operária” descreve:

“Em março de 1958, através de métodos anti-partidários Prestes conseguiu que o Comitê Central aprovasse uma orientação política tipicamente oportunista. Esta, além de prejudicar de maneira grave o movimento revolucionário brasileiro, negava abertamente as tradições de luta do Partido”.

As asserções se referem à Resolução Política de março de 1958, publicada, entre outros locais, no jornal “Voz Operária” de 22 de março, com o seguinte preâmbulo:

“Os documentos do XX Congresso do PCUS motivaram nas fileiras do nosso Partido intensa discussão, no curso da qual foram submetidos à crítica os graves erros de caráter dogmático e sectário da orientação política do Partido.

O exame destes erros e a necessidade de superá-los levaram o Comitê Central do PCB, a traçar uma nova política que é exposta na presente declaração. Ao fazê-lo, o Comitê Central considerou a experiência passada do Partido e as modificações essenciais ocorridas na situação do Brasil e do mundo.

O Comitê Central espera que, no processo de sua aplicação prática, a política aqui traçada seja submetida à comprovação e enriquecida pela experiência do Partido e do povo brasileiro”.

A inspiração dessa “Resolução Política” pelo Comitê Central constituiu uma violação dos Estatutos, pois somente o Congresso teria atribuições para tomar tais decisões.

Esse deveria ter sido um dos pontos que o grupo divergente possivelmente alegou contra a alteração da linha política partidária.

A Resolução deve ter sido adotada através de um golpe de Prestes.

O documento engloba uma análise do processo do desenvolvimento econômico do Brasil, de sua evolução política, procura identificar uma ascensão do socialismo mundial e um agravamento das contradições entre o Brasil e os Estados Unidos. Preconiza o estabelecimento de uma frente-única para conquistar um governo nacionalista e democrático, e lança a política do “caminho pacífico da Revolução Brasileira”. Esse caminho consiste na conquista do poder e na implantação de um governo socialista através dos seguintes meios:

- pressão das massas populares e de todas as correntes nacionalistas;
- Vitória eleitoral;

— resistência das massas populares, unidas aos setores nacionalistas do Congresso, das Forças Armadas e do Governo.

A violência, entretanto, não é posta fora de cogitação. É prevista a solução não pacífica, no caso de uma reação da burguesia contra a conquista do poder pelos meios indicados.

A Resolução Política de março de 1958 foi objeto de constantes dissensões no Comitê Central até agosto de 1960, quando se realizou o V Congresso que aprovou o documento, considerando-o justo e adequado.

Vejamos o que fala, a respeito, o editorial de “Novos Rumos”:

“A Convenção Nacional de setembro de 1960, por esmagadora maioria, ratificou e ampliou a linha traçada na “Declaração” de março de 1958. Foi uma Convenção realmente democrática. Os debates foram os mais francos e livres já realizados no movimento comunista brasileiro. O direito de divergir foi assegurado e as diferenças de opinião manifestaram-se abertamente. A reduzida minoria que se opunha, à nova orientação defendeu, sem nenhum cerceamento, suas idéias e pontos de vista. Foi, porém, amplamente derrotada na Convenção Nacional, que refletiu a opinião maciça do movimento comunista brasileiro, contrária à orientação e aos métodos errôneos do passado.

Vendo-se derrotada, essa minoria passou às atividades grupistas. Os seus componentes adotaram o recurso de utilizar as frentes de trabalho em que atuavam para combater as decisões da Convenção Nacional e sabotar o cumprimento das tarefas traçadas pela direção eleita. Faziam um trabalho permanente de desmoralização da direção, visando a debilitar a ação dos comunistas e a abalar sua confiança na luta. O caráter grupista das atividades desses elementos tornou-se tão claro que os trotsquistas passaram a estimulá-las.

O processo de formação do grupo fracionista pode, assim, ser acompanhado passo a passo através das posições que os seus componentes foram adotando a partir de 1957. Imbuído de ideologia pequeno-burguesa individualista e recusando-se a fazer auto-crítica dos graves erros e falhas apontados durante os debates em torno das teses do XX Congresso do PCUS, agem com a mesma arrogância que os caracterizava quando detinham postos de mando e pretendem impôr os pontos de vista de um grupo à maioria que não as aceita. Estabeleceram uma plataforma, uma disciplina e uma organização próprias e angariaram recursos financeiros para suas atividades fracionistas, usando, para isso, indêbitamente, o nome dos comunistas. Em franca violação às normas que nos regem e usando métodos desleais, tentaram aliar comunista em vários pontos do país para enviar à direção uma carta preparada com fins divisionistas. Por fim, lançaram um documento público assinado, de caráter provocativo, atacando a direção do movimento comunista brasileiro e tentando confundir os militantes para debilitar a luta pela realização das tarefas que enfrentamos.

Com esta atividade perniciosa, violaram o centralismo democrático e tentaram desagregar a unidade de nossas fileiras, procurando, embora inútilmente, estabelecer um centro de direção paralelo dentro do movimento comunista.

O aparecimento do grupo fracionista Amazonas-Grabois-Pomar nada tem de casual. É que o movimento comunista brasileiro avança, após a nova orientação adotada pela Convenção Nacional de setembro de 1960, e o inimigo de classe intensifica sua pressão ideológica. O choque de concepções se dá no seio do movimento comunista como um reflexo da luta de classe, que se aguça, sendo indispensável a luta ideológica para tornar vitoriosa as posições do proletariado. Podem surgir, então como no caso atual, atividades de caráter fracionistas, que ameaçam quebrar a unidade dos comunistas e debilitar a sua ação. Não é difícil compreender que o grupo fracionista

Amazonas-Grabois-Pomar serve aos interesses do antipartido e, portanto, ao inimigo de classe. No momento em que a reação desfecha raivosos ataques contra os comunistas e surgem ameaças terroristas contra o nosso movimento, o grupo fracionista faz causa comum com os piores inimigos da classe operária e do povo, atacando o mesmo alvo e fornecendo armas ao anticomunismo.

Para encobrir seu papel desagregador, os fracionistas lançam mão de pretextos com os quais intentam inutilmente enganar os comunistas. Acusam a direção do movimento comunista brasileiro de violar as decisões da Convenção Nacional de setembro de 1960 e desviar-se do marxismo-leninismo. É curioso como os mesmos homens que se opõem com unhas e dentes à nova linha política e combatem as decisões da Convenção Nacional vêm agora apresentar-se como seus defensores e como guardiães do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário. Vale a pena recordar que o movimento comunista e operário internacional condenou o culto à personalidade e elaborou as novas teses do marxismo contemporâneo. Os fracionistas, no entanto, opõem-se de fato a essas teses e combatem a nova orientação dos comunistas brasileiros, traçada após o estudo das conclusões do XX Congresso do PCUS e de acordo com as condições específicas de nosso país.

Alegam os fracionistas que a direção do movimento comunista brasileiro abandonou os princípios do marxismo-leninismo, ao publicar os Estatutos e o Programa visando ao registro do Partido Comunista Brasileiro. A verdade, porém, é que o movimento comunista está levando a cabo uma decisão adotada pela Convenção Nacional com vistas ao registro legal do partido político dos comunistas. O que os fracionistas querem é antepor obstáculos à legalização do Partido Comunista Brasileiro combatendo-a em nome de uma falsa defesa de princípios.

A fidelidade do movimento comunista brasileiro aos princípios do marxismo-leninismo forjou-se his-

tòricamente e é comprovada pela linha política, adotada na Convenção Nacional após amplo debate por toda a atividade prática dos comunistas nas lutas de massas, pelo conteúdo de sua propaganda política e ideológica, pela sua ação constante em prol da solidariedade internacional do proletariado e pelo empenho crescente em observar as normas leninistas do centralismo democrático. Nenhuma calúnia pode obscurecer estes fatos, que são evidentes para todos.

A falsidade dos pretextos do grupo fracionista Amazonas-Grabois-Pomar torna-se mais patente ainda porque o movimento comunista brasileiro está empenhado efetivamente em um processo crítico e autocrítico e prossegue a luta pela vigência dos princípios e normas do marxismo-leninismo, que eram sistematicamente violados entre nós. Dentro do espírito novo e decisões da Convenção Nacional, a direção do movimento comunista brasileiro jamais tomou quaisquer medidas orgânicas por motivo de divergências, diferenças de opinião ou pontos de vista emitidos pelos comunistas. Mesmo contra os componentes do atual grupo fracionista, quando ainda atuavam no movimento comunista, nenhuma medida discriminatória foi aplicada. Aquêles que haviam sido afastados da direção, foram atribuídos postos em diferentes frentes de trabalho. Pomar, Arroio e Danielli foram mantidos na direção nacional.

Estes fatos provam que existe e é plenamente assegurado em nossas fileiras o direito de divergir, de acordo com os princípios que nos regem. Temos consciência de que contribuimos para o avanço do movimento comunista brasileiro no sentido de extirpar a velha tradição de intolerância, embora haja ainda bastante o que fazer nesse terreno.

A expulsão dos elementos fracionistas deve-se, portanto, e exclusivamente, às suas atividades anti-partidárias e divisionistas, à violação da disciplina e à luta contra a unidade do movimento comunista.

Os comunistas brasileiros têm na mais alta conta a unidade e a coesão de suas fileiras. A unidade

é um dos princípios fundamentais em que se apóia o movimento comunista. Sem ela não poderemos assegurar o papel de impulsionadores e dirigentes da luta de nosso povo pela sua completa emancipação nacional e social.

O reconhecimento do princípio da unidade implica, logicamente, na condenação e no combate enérgico a todos e quaisquer grupos ou frações que surjam no seio do movimento comunista. A expulsão dos fracionistas, por conseguinte, depura o movimento comunista brasileiro e o fortalece. Chamamos todos os comunistas, amigos e simpatizantes, a reforçar a unidade de nossas fileiras e repelir a ação desagregadora do grupo divisionista.

A unidade do movimento comunista se expressa de modo concreto na concentração de esforços para o cumprimento das tarefas, na aplicação rigorosa das resoluções adotadas. A fim de reforçar a unidade de nossas fileiras é indispensável aplicar com firmeza os princípios do centralismo a democracia interna, impulsionar a crítica, assim como combater o envaidecimento e a auto-suficiência e incrementar a luta contra a ideologia individualista da pequena burguesia.

Torna-se necessário também, prosseguir no combate às manifestações de caráter dogmático e às posições sectárias que nos afastam das massas e desmacarar o terreno político e ideológico as tendências de direita que negam o papel dirigente do proletariado e conduzem ao reboquismo.

O movimento comunista brasileiro é invencível, e o reduzido grupo fracionista não tem futuro. Os elementos desagregadores em nossas fileiras sempre fracassaram, porque entre nós prevaleceu sempre a defesa do princípio da unidade.

Estamos convencidos de que o movimento comunista brasileiro saberá responder às atividades criminosas dos fracionistas, fortalecendo sua unidade e

levando à prática as tarefas que tem pela frente, em marcha para a vitória da revolução antiimperialista e antifeudal, que abrirá caminho ao socialismo em nossa Pátria”.

A Resolução Política do PC do B sobre o mesmo episódio declara o seguinte:

“A nova linha política começou, porém, a encontrar resistência crescente no Comitê Central e entre os militantes. Os revisionistas perdiam terreno. Em 1960, dentro do próprio órgão dirigente do Partido, a posição de Prestes e demais reformistas não era sólida. Sua maioria tornou-se mesmo bastante precária. Diante disso, decidiram convocar o V Congresso do Partido com a finalidade única de afastar da direção todos os elementos que se opunham a Política de direita. Trataram de empolgar o Partido, acenando a perspectiva de uma fácil vitória eleitoral, asseverando que a eleição do Marechal Lott asseguraria a legalidade do Partido e lhe garantiria posições no governo.

O V Congresso foi tendenciosamente preparado. Embora no período que precedeu a sua realização tivesse havido um amplo debate nas colunas do órgão central, mentiras e calúnias foram difundidas, contra os que combatiam o revisionismo. Interferências indebitas se deram nas Conferências e nas assembleias partidárias, visando à aprovação da linha política oportunista e à escolha dos delegados que estivessem de acordo com esta linha. Basta assinalar que nos debates pela imprensa mais da metade dos artigos publicados expressava uma opinião diversa da adotada por Prestes e nas reuniões preparatórias do Congresso, considerável número de militantes se opôs às teses apresentadas pelo Comitê Central. Mas no V Congresso, devido a tais manobras, insignificante era a representação dos elementos divergentes. Assim, o Congresso não refletiu a vontade do Partido. Attingindo os objetivos para os quais fôra realmente convocado, o V Congresso afastou do Comitê Central doze de seus membros efetivos, num conjunto de vinte e cinco, além de vários suplentes”.

Depreende-se dessa descrição que uma série de manobras teve lugar no Partido para que Prestes pudesse assegurar a aprovação da nova política no V Congresso. O panorama é bem compreensível. Aproximavam-se as eleições de 3 de outubro, nas quais, apoiando o Marechal Lott, ostensivamente, o Partido Comunista esperava obter uma vitória eleitoral. Era oportuna desse modo uma alteração na linha política que desse a Lott, no governo, uma base para incluir a participação do Partido Comunista e desse a êsse Partido a explicação moral para a cooperação com o governo Lott. O Partido conduziu-se dessa maneira naturalmente para uma linha oportunista, contra a qual se insurgiram os comunistas ortodoxos.

Explica-se dessa maneira perfeitamente porque os efeitos do XX Congresso demoraram quatro anos para se fazer sentir no PCB, conduzindo-se no chamado “caminho pacífico da Revolução Brasileira”. O que houve efetivamente foi uma habilidosa adequação de política partidária às condições previstas com a esperada vitória eleitoral do Marechal Lott. A derrota por êste sofrida foi também um revés para o Partido Comunista que só conseguiu recuperar as suas posições com a ascensão de João Goulart em setembro de 1961.

A Resolução do PC do B prossegue do modo seguinte:

“Não obstante as odiosas discriminações, os companheiros que divergiam submeteram-se disciplinadamente às decisões do V Congresso. Entretanto, Prestes e seus seguidores, continuando em sua atividade revisionista, acabaram por golpear o Partido em seus fundamentos. Em agosto de 1961, contrariando decisões do Congresso, sob o pretexto de obter a legalidade do Partido decidiram criar um novo partido. Era pôsto de lado o Partido Comunista do Brasil. Em seu lugar, surgia o Partido Comunista Brasileiro. Foi retirada de seus Estatutos a afirmação de que o Partido se orientava pelos princípios do marxismo e do internacionalismo proletário. O programa apresentado era menos radical que os do Partido Trabalhista e do Partido Socialista.

Os militantes que não concordaram com essas flagrantes violações do centralismo democrático e queriam acima de tudo preservar a unidade do Partido solicitaram ao Comitê Central que recuasse da posição adotada ou então convocasse um Congresso Extraordinário. Jamais pactuariam com a liquidação do Partido Comunista do Brasil. A resposta da direção oportunista foi a aplicação de medidas punitivas, a dissolução de organismos, a expulsão de provados militantes e uma sórdida campanha de calúnias contra honrados comunistas”.

Realmente em agosto de 1961, cerca de 100 elementos dissidentes enviaram ao Comitê Central do PCB uma carta, publicada posteriormente no jornal “A Classe Operária” (n.º 419 de abril de 1962). Esse documento tem o texto a seguir transcrito para melhor apreciação da polêmica travada:

“Ao Comitê Central do Partido Comunista do Brasil

O Suplemento de “Novos Rumos”, de 11-8-61, publica o Programa e os Estatutos de um chamado Partido Comunista Brasileiro. O camarada Prestes, em manifesto dirigido ao povo, estampado no mesmo jornal, diz que aqueles documentos serão encaminhados ao Tribunal Superior Eleitoral, visando o registro de tal partido.

Estes documentos constituem, a nosso ver, violação frontal dos princípios partidários, aberta infração das decisões do V Congresso, ferem a disciplina e atingem a própria unidade do Partido. O artigo 32 dos Estatutos diz:... “As decisões do Congresso são obrigatórias para todo o Partido e não podem ser revogadas, no todo ou em parte, senão por outro Congresso...” No entanto, o Comitê Central alterou o nome do Partido, modificou profundamente os Estatutos e apresentou um novo programa, atribuições exclusivas do Congresso, exorbitando, assim, de suas funções. O V Congresso autorizou tão somente o Comitê Central a introduzir para fins

de registro no T.S.E. as modificações exigidas pela Lei, tais como a destinação do patrimônio do Partido em caso de sua dissolução, a designação dos delegados junto aos tribunais e juízes eleitorais, a afirmação de que os membros do Partido não respondem pelas obrigações financeiras deste, etc., o que não constava dos Estatutos aprovados naquele Congresso.

Tanto o Programa como os Estatutos, a serem apresentados à Justiça Eleitoral, referem-se ao Partido Comunista Brasileiro. Trata-se, portanto, de alteração do nome do nosso partido, assunto que não foi submetido ao Congresso nem consta de suas resoluções. O Comitê Central não apresentou qualquer justificativa. É certo que em determinadas circunstâncias se torna necessário mudar o nome do Partido. Tudo depende porém, das condições concretas e das peculiaridades da revolução. Mas sempre como decorrência de decisão do Congresso. Quais os fatos que impõem no Brasil a modificação do nome da organização partidária dos comunistas? A mudança realizada, do ponto-de-vista da língua, não tem qualquer significação. Mas no que se relaciona com o aspecto político, esta alteração aparentemente pequena, é uma séria concessão às forças reacionárias. Os elementos mais retrógrados do país, em sua luta sistemática contra a vanguarda revolucionária da classe operária, desde 1945 vinham afirmando que o fato de nosso Partido ter como designação Partido Comunista do Brasil e não Partido Comunista Brasileiro significava que o Partido não era brasileiro, mas sim um instrumento da política externa da União Soviética. Tergiversação tão cretina jamais encontrou eco no seio do povo. Os acontecimentos se encarregaram de refutar aquela calúnia estúpida, mostrando que o Partido Comunista do Brasil é o partido patriótico por excelência, o melhor, o mais abnegado e o mais conseqüente defensor dos interesses dos trabalhadores. Justamente por esta razão sempre manteve sólidos laços de amizade e solidariedade com o Partido Comunista da União Soviética, destacamento mais, experiente e provado do movimento comunista internacional. Ao introduzir a modificação

no nome do Partido, o Comitê Central dá margem a explorações e fornece elementos para justificar uma das mais infames calúnias dirigidas contra os comunistas brasileiros.

É sumamente ridículo pensar que a legalização do Partido está na dependência de chamar-se Partido Comunista Brasileiro e não Partido Comunista do Brasil. O argumento de que seria necessário outro nome para solicitar novo registro do Partido, porque o Tribunal havia cassado o seu registro com o antigo nome, não procede. Não foi por este motivo que o TSE, pôs na ilegalidade o Partido. Serviu de pretexto a acusação infundada de que o Partido não satisfazia às exigências do art. 141, § 13 da Constituição da República. Neste caso, então, se existem as condições políticas para o registro do Partido, seria suficiente reafirmar expressamente que o Partido defende a pluralidade dos partidos e respeita os direitos fundamentais do homem.

Na realidade, a alteração do nome do Partido tem sentido mais grave — procura-se registrar um novo Partido, com programa e estatutos que nada têm a ver com o verdadeiro partido comunista. O que os comunistas desejam e a classe operária e o povo aspiram é a legalização do seu velho e tradicional Partido que, durante mais de 39 anos, luta pela democracia, pela libertação nacional, pelo bem-estar dos trabalhadores e por transformações revolucionárias na sociedade brasileira, tendo em vista alcançar o socialismo e o comunismo. A luta pela legalidade do Partido é uma luta política e não pode ser feita escondendo-se seus objetivos, sua doutrina e suas tradições.

Assim pensando, não podemos concordar com a alteração do nome do nosso glorioso Partido.

Outra questão de princípio diz respeito ao Programa, cuja aprovação é também de competência exclusiva do Congresso. O documento dado à publicidade em "Novos Rumos" como sendo o programa

dos comunistas é a negação do partido revolucionário do proletariado em troca de uma hipotética legalidade. O programa em aprêço é uma renúncia completa aos princípios, inadmissível sob qualquer alegação. É um programa inaceitável para um partido operário, próprio de um partido burguês, menos avançado que os programas do PTB e do PSB. O referido programa não foi aprovado no V Congresso do Partido. Este limitou-se a elaborar uma Resolução Política.

Agora, o Comitê Central apresenta um programa do qual eliminou as formulações mais radicais que se pode ainda encontrar na Resolução Política do V Congresso. Veja-se por exemplo, o problema da reforma agrária. Enquanto a Resolução diz que os comunistas têm o dever de lutar à frente das massas camponesas por uma reforma agrária que liquide o monopólio da propriedade da terra pelos latifundiários, o programa do Partido Comunista Brasileiro refere-se de maneira genérica à "efetivação da reforma agrária em todo país" e apresenta medidas parciais que são menos avançadas que as propostas no projeto do deputado Jofilly o qual conta com o inteiro apoio do governo federal. Por um imperativo da disciplina partidária somos obrigados a acatar a Resolução Política do V Congresso, a lutar por sua aplicação. Mas nada nos obriga a aceitar um condensado reformista das medidas nela expostas como Programa do Partido, uma vez que o V Congresso não tomou qualquer deliberação a este respeito.

Além disto, modificações foram introduzidas nos objetivos programáticos finais do Partido. O V Congresso abordou esta questão nos Estatutos, onde está claramente expresso que o "objetivo programático final" do Partido Comunista do Brasil é "o estabelecimento do socialismo e do comunismo". Agora, tanto o Programa como os Estatutos do Partido Comunista Brasileiro dizem que este Partido tem "como objetivo final o estabelecimento do socialismo". Por que o comunismo foi excluído como objetivo? Procurando ganhar as boas graças da Justiça Eleitoral,

o Comitê Central fala vagamente do socialismo, palavra que, desprovida de seu conteúdo, hoje qualquer burguês mais ou menos perspicaz acena, demagógicamente, para iludir as massas que despertam para o verdadeiro socialismo vitorioso em países com uma população de mais de um bilhão de pessoas. Se na época em que Marx viveu o comunismo ainda era meta a alcançar, objetivo remoto que o partido operário incluía em seu programa, na atualidade, quando a sociedade comunista está sendo construída na União Soviética, é um absurdo esconder este objetivo. O programa é para nós comunistas uma questão vital. A opinião pública brasileira encontra-se completamente confundida sobre os verdadeiros fins e o modo de atuar do Partido. Nestas condições, é necessário ter um programa claro e preciso. Não cabem as omissões, nem a dubiedade. Mais do que nunca precisamos ter em conta os ensinamentos de Marx e Engels no Manifesto Comunista: "Os comunistas não se rebaixam a dissimular suas opiniões e seus fins".

Assim pensando, não podemos concordar com o Programa do chamado Partido Comunista Brasileiro.

O mesmo espírito de capitulação se observa nos Estatutos. Questões de princípio, essenciais, foram postas de lado, silenciadas de modo oportunista. Tentando conseguir de qualquer maneira o registro eleitoral do denominado Partido Comunista Brasileiro, o Comitê Central, desrespeitando as decisões do V Congresso, retirou dos estatutos toda a referência ao marxismo-leninismo e ao internacionalismo proletário. No curso da preparação do V Congresso, todas as tentativas de eliminar estas questões foram derrotadas. Os Estatutos, com as modificações introduzidas, identificam-se, na maioria de seus dispositivos, com os estatutos dos demais partidos políticos, deixando de ser um instrumento de formação de quadros e de educação ideológica dos militantes comunistas.

A afirmação nos Estatutos aprovados no Congresso de que o "Partido Comunista do Brasil orienta-se pelo marxismo-leninismo, pelos princípios do

internacionalismo proletário" define o caráter do Partido e o distingue dos demais partidos, não é questão secundária que pode ou não figurar na nossa Lei interna. Os princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário constituem a base que assegura a unidade partidária. São o traço de união que liga os comunistas de cada país e do mundo inteiro.

A exclusão da referência à doutrina do proletariado contraria a Declaração da Conferência dos Representantes dos Partidos Comunistas e Operários, realizada em novembro de 1957, em Moscou e reafirmada pela reunião dos 81 Partidos, em 1960. Diz a Declaração: "A aplicação do materialismo dialético ao trabalho prático, a educação dos quadros e das amplas massas no espírito do marxismo-leninismo — esta é uma das tarefas atuais dos Partidos Comunistas e Operários". Como pôr em prática esta indicação se os próprios Estatutos do Partido, estampados no órgão central, omitem qualquer referência ao marxismo-leninismo? Quando a experiência vitoriosa da classe operária em todo o mundo e o desenvolvimento sem precedentes dos países socialistas comprovam a força e a invencibilidade do marxismo-leninismo científico, despertam grande interesse, entre as amplas camadas do povo brasileiro, particularmente entre a juventude, deixar de mencionar que o Partido se guia por esta teoria significa renunciar às posições revolucionárias, significa, por melhores que sejam as intenções, dar razão aos revisionistas contemporâneos.

Não há porque deixar de proclamar que o Partido se rege pelo internacionalismo proletário, que une em um todo harmônico o verdadeiro patriotismo — à luta para emancipar nossa Pátria da dominação imperialista e para libertá-la de qualquer espécie de opressão — com a luta comum dos trabalhadores dos outros países pela paz, pela democracia e socialismo. Os princípios do internacionalismo proletário são parte integrante da estrutura orgânica dos partidos operários de vanguarda, impregnam suas atividades

em todos os terrenos. Ao solicitar seu registro eleitoral, o Partido deve afirmar o princípio de que mantém decididamente sua solidariedade com os trabalhadores do mundo inteiro. A eliminação do princípio do internacionalismo proletário nos Estatutos revela o quanto o nacionalismo burguês penetrou no Partido.

Assim pensando, não podemos concordar com as modificações de fundo levadas a cabo nos Estatutos do Partido.

As mudanças feitas no nome, no Programa e nos Estatutos, infringindo as decisões do V Congresso, objetivam o registro de um novo partido e, por isto, se suprime tudo que possa ser identificado com o Partido Comunista do Brasil, de tão gloriosas tradições. Ora, precisamente o partido que deve conquistar sua legalidade é o Partido Comunista do Brasil e não um arremêdo do partido de vanguarda do proletariado.

Agora, se trata do Partido Comunista Brasileiro e não do verdadeiro Partido Comunista do Brasil, que é negado sob o pretexto de contornar possíveis dificuldades na Justiça Eleitoral. As modificações introduzidas não são formas, pois tanto o Programa como os Estatutos não poderão em nada ser alterados sob pena de o novo partido ter o seu registro cassado, caso obtenha a legalidade. Neste sentido o Código Eleitoral é taxativo. Diz seu artigo 141: "O diretório que se tornar responsável por violação do programa ou dos estatutos do seu partido político, ou por desrespeito a qualquer de suas deliberações regularmente tomadas, incorrerá em pena de dissolução".

Assim, os documentos publicados em "Novos Rumos" são os documentos básicos que nortearão a atividade do novo partido que não poderá sair dos estreitos marcos por eles fixados. Tanto isto é verdade que a nova nomenclatura já está sendo usada, inclusive por esse Comitê Central. Tais fatos representam uma clara tentativa de liquidar com o tradicional partido de vanguarda da classe operária e substituí-lo por uma organização desprovida de características

revolucionárias. É uma nova e mais perigosa manifestação de liquidacionismo, tendência no movimento comunismo brasileiro. Neste caso, é de toda oportunidade a citação de Lênin, sobre o liquidacionismo, ao defini-lo como as tentativas de "liquidar (isto é, dissolver, destruir, anular, suprimir) a organização existente do Partido e substituí-la por uma associação informe, mantida a todo custo dentro dos marcos da legalidade (isto é, da existência "pública" legal), embora para isso seja preciso renunciar de modo claro e aberto ao programa, à tática e às tradições (isto é, à experiência passada) do Partido".

A legalidade do Partido não pode ser obtida com manipulações jurídicas, nem através de concessões em matéria de princípios, e, muito menos tentando enganar com manobras a justiça das classes dominantes, pois, em última instância, os enganados serão os trabalhadores e os próprios comunistas. A conquista do registro eleitoral do Partido é assunto eminentemente político que depende da luta e da correlação das forças de classe, tanto na esfera nacional como internacional. Se a solução para a conquista desta legalidade fôsse exclusivamente jurídica, então por que, em passado recente, a Justiça Eleitoral não reconheceu o Partido Popular Progressista e a Aliança Democrática Brasileira que satisfizeram todas as exigências da Lei Eleitoral, possuíam nomes que em nada se lembravam o comunismo, tinham estrutura e nomenclatura bem diversas das do Partido Comunista do Brasil e direções onde não havia comunistas.

Embora tais partidos não fôssem marxistas-leninistas, as forças da reação temiam a simples possibilidade de que eles viessem a oferecer suas legendas aos candidatos comunistas. Por isso o Tribunal não lhes concedeu registro, alegando que sua existência burlaria a sentença que pôs o nosso Partido na ilegalidade. Somos favoráveis a uma campanha que possibilite o retorno do Partido à vida legal. Acreditamos que é possível alcançar esta meta. Mas queremos a legalidade do partido revolucionário da classe operária, que tenha como doutrina o marxismo-

leninismo e se guie pelos princípios do internacionalismo proletário.

Na presente conjuntura, em que se agrava a tensão internacional, devido à política provocadora dos círculos governamentais dos Estados Unidos e quando no Brasil cresce o sentimento das massas por transformações revolucionárias, mais do que nunca é indispensável a existência de um partido com programa e tática revolucionários e estatutos leninistas — enfim um partido marxista-leninista. É de estranhar, portanto, que juntamente nesta conjuntura, o Comitê Central apresente documentos que fogem à definição de um verdadeiro partido revolucionário proletário.

A nossa atitude ao enviar esta carta ao Comitê Central é ditada pelo dever de combater a violação das decisões do V Congresso, pelo desejo de assegurar a unidade partidária e salvaguardar a existência do Partido como organização política revolucionária de vanguarda da classe operária. Estamos convencidos que a unidade do Partido, à base dos princípios marxistas-leninistas, é primordial. A conduta do Comitê Central fere a unidade porque muitos militantes, consciente do seu papel e em defesa das próprias decisões do V Congresso, não aceitarão que se liquide o velho Partido, e a ele permanecerão fiéis, mantendo bem alta a bandeira de suas melhores tradições. A existência de um partido marxista-leninista é uma necessidade objetiva no desenvolvimento da sociedade brasileira que ninguém poderá evitar.

Diante da situação criada pelo Comitê Central a ele nos dirigimos, apelando para o espírito de partido de seus membros, no sentido de que acatem as decisões do V Congresso, substituindo os documentos publicados em “Novos Rumos” por outros que se coadunem com as decisões do último Congresso ou então, convoquem um Congresso Extraordinário para resolver sobre a mudança do nome do Partido e as modificações no programa e nos Estatutos.

Ao adotar esta posição, confiamos que nas fileiras do próprio Partido existam forças suficientes para derrotar as tendências errôneas e encontrar o acertado caminho para resolver as dificuldades que o Partido enfrenta.

Agosto de 1961”.

Em fevereiro de 1962 os elementos dissidentes realizaram em São Paulo uma Conferência Extraordinária do Partido Comunista do Brasil na qual aprovaram uma Resolução Política (Anexo...) estabeleceram a decisão de manter êsse Partido, reorganizá-lo, eleger um novo Comitê Central e persistir em sua fidelidade aos princípios da Declaração dos 81 Partidos Comunistas e Operários de 1960. Foi também aprovado um Manifesto-Programa (Anexo) que analisa a situação nacional e preconiza a implantação de um governo popular revolucionário. As características desse governo não estão expressas no documento, mas os seus objetivos deixam clara a idéia de que se trata de um governo socialista, sob a hegemonia do proletariado.

Ideologicamente, o PC^{do B} diverge do PCB não reconhecendo a viabilidade do caminho pacífico da revolução. “Só a luta decidida e enérgica, as ações revolucionárias de envergadura darão o poder ao povo”.

E declara ainda, o Manifesto-Programa:

“É imprescindível, porém, que todos os que desejam mudar o atual estado de coisas se congreguem estreitamente. Os operários e os camponeses, núcleo fundamental da unidade do povo, juntos com os estudantes, os intelectuais progressistas, os soldados e marinheiros, sargentos e oficiais democratas, os artesãos, os pequenos e médios industriais e comerciantes, os sacerdotes ligados às massas e com outros patriotas constituirão o elemento indispensável para conseguir um governo popular que realize um programa revolucionário. A unidade da esmagadora maioria da Nação é necessária e possível e, sob a direção da classe operária, será a força capaz de varrer tôdas as barreiras que se erguerem no caminho da emancipação nacional e social do povo brasileiro”.

MANIFESTO PROGRAMA

DIFÍCIL A SITUAÇÃO DO PAÍS E DO POVO

Esta pergunta surge porque se agravam os problemas essenciais do país e do povo. De ano para ano, cresce desenfreadamente as emissões de papel-moeda. Os déficits no orçamento da República são sempre maiores. A dívida externa atinge atualmente quantia aproximada de 4 bilhões de dólares. Está em crise a produção cafeeira, principal fonte de divisas. O preço do café no mercado mundial cai continuamente. Sobem a 50 milhões de sacas os estoques deste produto sem qualquer possibilidade de escoamento. A economia de regiões onde se concentra numerosa população, como o Norte e o Nordeste, encontra-se virtualmente estagnada.

Os operários, apesar dos repetidos aumentos, percebem salários muito aquém de suas necessidades mínimas e intensifica-se a exploração a que são submetidos. Milhões de camponeses, esmagados pelo sistema da meia e da terça e pelas dívidas, assim como os assalariados agrícolas, aos quais são negados os direitos mais elementares, levam uma existência miserável. Importantes setores da classe média dispõem cada vez de menores recursos para manter-se. A carestia de vida constitui verdadeiro flagelo para todos os que vivem de salários e pequenos rendimentos. Acentua-se a falta de trabalho, mesmo em centros industriais como São Paulo e Rio de Janeiro. Comparativamente à população, é bastante reduzida a quantidade de empregos. Por isso, em quase todas as cidades, é enorme o contingente de pessoas que não têm onde realizar qualquer atividade produtiva. Levas humanas, do Norte e Nordeste, tangidas pela miséria, são obrigadas a abandonar seus lares em busca de trabalho noutras regiões onde são brutalmente exploradas.

Estende-se a crise de habitação. Em todos os grandes centros urbanos multiplicam-se as favelas, os mocambos, as malocas, os cortiços, etc. No Rio de Janeiro, até há pouco Capital da República, no ano de 1948, existiam 119 favelas, nas quais vegetavam 270 mil pessoas. Em 1960, estas cifras passaram para 194 favelas, com 1 milhão de habitantes, dos quais 540 mil eram crianças, na maioria abandonadas. Persiste a chaga do analfabetismo, que envergonha a Nação e humilha o povo. Mais da metade da população adulta do País não sabe ler. O número de escolas é insuficiente e expande-se a comercialização do ensino. Os índices de criminalidade, especialmente entre a juventude, são espantosos. Alastra-se a prostituição. A mortalidade infantil é das mais altas do mundo. De 100 crianças que nascem, somente 40 chegam aos 15 anos. Endemias assolam regiões inteiras, sem que sejam eficazmente combatidas. Mais de 500 municípios não possuem um único médico.

As estatísticas oficiais colocam o Brasil entre os países de mais baixo padrão de vida do mundo e revelam que em território brasileiro se encontra uma das mais extensas áreas geográficas da fome.

ONDE RESIDEM AS DIFICULDADES

Por que tudo isto ocorre num país tão imenso e rico, habitado por um povo laborioso? Isto se verifica devido à espoliação do país pelo imperialismo, em particular o norte-americano, ao monopólio da terra e à crescente concentração de riquezas nas mãos de uma minoria de grandes capitalistas.

Os imperialistas dominam importantes setores da economia nacional. São donos das indústrias de autoveículos, pneumáticos, vidro plano, produtos farmacêuticos, frigoríficos, etc., e controlam quase toda produção e distribuição de energia elétrica, assim como o comércio de petróleo. Somente os investimentos públicos e privados dos Estados Unidos totalizam, atualmente 2,5 bilhões de dólares. Os monopólios ianques ocupam posição destacada no comércio exterior do Brasil, impõe preços cada vez mais baixos aos produtos brasileiros de exportação e ele-

vam constantemente os dos bens que o país importa. O café, por exemplo, baixou de 47 centavos de dólar a libra-pêso, em 1956, para 38 centavos. Parte considerável da exportação deste produto, assim como o beneficiamento e o comércio interno e externo do algodão encontram-se em mãos de firmas norte-americanas. As empresas imperialistas gozam de privilégios na importação de maquinaria e equipamentos industriais. Os juros e amortização das dívidas do Brasil com os Estados Unidos, contraídas, em grande parte, para atender os interesses dos próprios monopolistas ianques, exigem, anualmente, somas astronômicas, que consomem importantes parcelas da receita cambial. Assim, os imperialistas norte-americanos absorvem boa parte da renda nacional e drenam para o exterior vultosos recursos que poderiam ser empregados no desenvolvimento do país. Além disto, os governantes dos Estados Unidos, através de um sistema de compromissos, acôrdos e tratados, da pressão econômica e financeira, do subôrno e de uma suposta ajuda, conseguem manter o Brasil sob a dependência dos monopólios ianques, influem na vida do país no sentido da realização, tanto no plano interno como no externo, de uma política reacionária.

Os latifundiários monopolizam a terra e exploram as massas camponesas que vivem como párias na sociedade brasileira. Enquanto mais de 10 milhões de camponeses e assalariados agrícolas não possuem terra, 149 mil grandes proprietários ocupam 3/4 da área total das propriedades rurais. Cobram pesadas taxas de arrendamento, que encarecem enormemente a produção. Em muitos casos, os arrendatários pagam, em dois ou três anos, o preço da terra. Os latifundiários, dispondo de mão-de-obra extremamente barata, dificultam a aplicação da técnica e a inversão de capitais na agricultura, que se mantém atrasada e rotineira. Grandes áreas que poderiam ser cultivadas são convertidas em zonas de pastagens para a pecuária extensiva. Os grandes proprietários de terra saqueiam a Nação obtendo dos governantes moratórias e a anulação de dívidas. Bilhões de cruzeiros são emitidos anualmente para assegurar a compra de toda a produção de café, boa parte da qual não encontra colocação. O latifúndio, como sistema arcaico

e parasitário, impede, assim, a ampliação do mercado interno, freia o desenvolvimento da indústria nacional e é o principal responsável pela baixa produtividade na agricultura.

Grupos de grandes capitalistas nacionais estão associados às forças do latifúndio e do imperialismo, na exploração comum do povo brasileiro. Estes grupos beneficiam-se da inflação e auferem fabulosos lucros devido às suas posições monopolistas em certos ramos da economia, prejudicam e submetem aos seus mesquinhos interesses as regiões mais atrasadas. Alguns destes capitalistas dedicam-se a atividades exclusivamente especulativas.

Em consequência da pilhagem do imperialismo, do domínio do latifúndio e da ação nociva de grandes capitalistas, o atraso e a miséria campeiam, enquanto acumula-se a riqueza nas mãos de uns poucos magnatas. Segundo os dados do Impôsto de Renda, em 1959, 1,02% dos contribuintes, ou seja, menos de 2.500 firmas, detinham 67,9% do montante dos lucros tributados. Dêstes contribuintes, 54 firmas declararam ter um lucro de 27 milhões de cruzeiros, ao passo que 225.031 pequenas empresas obtiveram um lucro de 16,2 bilhões de cruzeiros. Não é de estranhar, portanto, que a Comissão Comercial Norte-Americana que visitou o país, em relatório publicado no "Correio da Manhã" de 9-10-60, tenha confessado que no Brasil "não é raro que uma fábrica se pague em um ou dois anos".

Houve, sem dúvida, nas últimas décadas, um relativo desenvolvimento econômico do país. Elevou-se a produção dos meios de produção e de matérias-primas básicas. Os bens de consumo produzidos no país já abastecem quase todo o mercado interno. Mas este desenvolvimento econômico, feito através de uma inflação desenfreada, da maior penetração do capital imperialista em setores fundamentais da indústria e com a manutenção da atual estrutura agrária, acentuou as desigualdades entre as diferentes regiões e agravou ainda mais a situação econômica, política e social do país.

O imperialismo, o latifúndio e os grupos monopolistas da burguesia são, por conseguinte, os principais entraves ao progresso da Nação e à conquista do bem-estar do povo.

UM REGIME REACIONÁRIO E ANTINACIONAL

Estas forças, desde há muito, instauraram no país um regime que serve aos seus interesses. A vida da sociedade está organizada em função da defesa dos privilégios de uma ínfima minoria e não de acordo com os interesses gerais da Nação.

O Estado brasileiro e suas instituições constituem uma anacrônica máquina destinada a proteger a estrutura existente e esmagar os anseios e as lutas do povo por suas liberdades e por seus direitos. A Justiça coloca-se quase sempre contra os pobres e serve aos poderosos. As forças armadas intervêm nos acontecimentos políticos para sufocar os movimentos populares e defender as classes abastadas. O peso dos impostos, para sustentar o aparelho burocrático, policial e militar, em contínuo crescimento, recai nos ombros dos trabalhadores e dos pequenos e médios produtores. Baseado principalmente em teorias falsas e obscurantistas, o sistema educacional não corresponde às necessidades do avanço cultural e da educação popular.

Neste regime proliferam a corrupção administrativa, o contrabando e as negociatas de todos os tipos. Nunca, como hoje, foi maior o roubo dos dinheiros públicos. Políticos ou pessoas colocadas em cargos da administração estatal enriquecem da noite para o dia, à custa de negócios escusos ou da desonesta manipulação das verbas oficiais. Instituiu-se um verdadeiro sistema de majoração nos gastos com as obras públicas, em proveito de políticos inescrupulosos. As chamadas "caixinhas" funcionam, aberta ou clandestinamente em toda parte. Sucedem-se os escândalos administrativos, mas os incriminados não vão parar na cadeia. O suborno é também empregado para enfraquecer e dividir os movimentos populares. Funções bem remuneras e outras vantagens são meios uti-

lizados para atrair e corromper dirigentes sindicais e de organizações de massa.

A fim de disfarçar o caráter reacionário do regime, as classes dominantes usam os mais variados artifícios. O governo é apresentado como governo de todo o povo. Na realidade, porém, representa os grandes capitalistas e os latifundiários e serve, igualmente, os monopólios estrangeiros. Esta aparência de governo de todo o povo é conseguida com a realização de eleições. Os eleitores são chamados, periodicamente, a escolher os governantes e parlamentares. As eleições, entretanto, não expressam a autêntica vontade popular. O direito de voto é negado aos analfabetos, soldados e marinheiros. Torna-se evidente que o poder do dinheiro decide cada vez mais do resultado das eleições. A maioria dos candidatos eleitos é dos que contam com enormes recursos financeiros ou dos que são estipendiados por poderosos grupos econômicos. Generaliza-se a compra de votos. Deste modo, um posto eletivo significa, em muitos casos, verdadeira inversão de capital que rende elevadíssimos juros. Acresce, também, que os meios de propaganda, a imprensa, o rádio e a televisão, são inacessíveis aos candidatos pobres. O Parlamento é, assim, em sua quase totalidade, formado de representantes dos ricos e os governantes são, em geral, banqueiros, industriais, fazendeiros e seus prepostos ou pessoas diretamente ligadas às empresas imperialistas.

A Constituição de 1946 é apresentada pelas classes dominantes como a expressão jurídica da igualdade de todos os cidadãos. No entanto, ela consagra, antes de tudo, os privilégios dos exploradores. Nenhuma desapropriação, mesmo quando se trata de interesse social, pode ser feita sem pagamento prévio em dinheiro na base de valorização indevida. As franquias democráticas que a Constituição proclama são sistematicamente negadas, sempre que as massas procuram defender seus direitos, contrariando os interesses das classes dirigentes. A legalidade constitucional é ou não respeitada de acordo com as conveniências daquelas classes, como demonstra a aprovação da emenda parlamentarista no curso da última crise

político-militar. Desta forma, a Constituição serve, fundamentalmente, aos que dominam o país.

Enfim, o regime atual, por maiores que sejam os disfarces utilizados para iludir as massas, é reacionário e se contrapõe às aspirações populares e à completa independência nacional.

IMPOSSÍVEL RESOLVER OS PROBLEMAS FUNDAMENTAIS DO POVO NOS MARCOS DO ATUAL REGIME

Os destinos do Brasil e a vida do seu povo não podem continuar nas mãos de um reduzido grupo de banqueiros, fazendeiros e grandes industriais nacionais e de milhar-dários norte-americanos. Por esta razão, aumenta o número de brasileiros que sentem a necessidade de transformações na estrutura econômica do país e nas suas instituições políticas. Crescem os reclamos a favor de tais transformações. Descrentes das promessas, parcelas do povo começam a falar em revolução. Diante disto, diversas forças políticas procuram apresentar suas soluções. Mas, nenhuma delas enfrenta a questão básica, o problema do regime, cuja substituição é uma exigência inadiável do desenvolvimento da sociedade brasileira.

Há os que falam em reformas e, até mesmo, em reformas de base. É óbvio que o Brasil necessita de reformas profundas em sua estrutura econômica, tais como a reforma agrária que prescreve o latifúndio e medidas que liquidem a exploração imperialista. Todavia, estas reformas não podem ser realizadas nos marcos do regime vigente. Seria ingenuidade pensar que os latifundiários e os grandes capitalistas, ligados, de uma ou de outra forma, ao monopólio da terra e ao imperialismo, pudessem levar à cabo uma orientação desta natureza, que iria contrariar seus próprios interesses. Os projetos de reforma agrária das classes dominantes são meros paliativos que visam fortalecer ainda mais a atual estrutura agrária, baseada no latifúndio e não atendem ao desejo de posse da terra da esmagadora maioria dos camponeses. As glebas insignificantes que se promete distribuir terão de ser, em grande parte, compradas aos latifundiários por ele-

vadíssimos preços. Em última instância, o próprio povo é quem teria de pagar as indenizações exigidas.

Outros setores políticos, afirmam que as causas dos males que afligem o país residem, exclusivamente, nos homens que governam. Dizem que pessoas dotadas de certas qualidades, assumindo o poder, poderiam conduzir o país por um caminho acertado que asseguraria a felicidade do povo. A experiência tem demonstrado o quanto é ilusória esta opinião. Não há homens providenciais. Com o atual regime, mesmo que os governantes sejam bem intencionados encontrarão resistências de toda a sorte e jamais conseguirão superar as dificuldades inerentes ao próprio sistema econômico e político.

Existe, também, os que defendem ser possível conseguir, com a substituição dos ministros mais reacionários por outros considerados democratas e nacionalistas, um gabinete capaz de livrar o país do latifúndio e do imperialismo. Nada mais absurdo. Como alcançar um gabinete efetivamente progressista através de um parlamento cuja composição é predominantemente reacionária? Mesmo que fôssem designados para o ministério homens tidos como democratas e nacionalistas, a situação pouco se modificaria. Os ministros, ou seguem a política ditada pelas classe dominantes ou, se assim não o fizerem, serão inevitavelmente aliados de seus postos.

Há, ainda, os que defendem a necessidade da implantação de um governo forte, compreendendo como tal uma ditadura que seria a solução para os descabros atuais. É evidente, entretanto, que esta ditadura só poderia ser um governo tirânico que suprimiria as poucas liberdades ainda existentes, em benefício das classes dominantes. Os ditadores jamais castigariam os exploradores e opressores do povo.

Não será com tais soluções nem com reformas parciais que o Brasil poderá avançar no caminho de sua libertação. Impõe-se à instauração de um novo regime, regime antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista, regime que expresse as forças sociais em ascensão no país, os anseios dos operários e camponeses, da intelectualidade, da pequena burguesia urbana, dos pequenos e médios in-

dustriais e comerciantes e de outros elementos progressistas. Este regime, porém, somente será criado se essas forças afastarem do poder as atuais classes dominantes e instalarem um governo popular revolucionário.

INSTAURAR UM NOVO REGIME CONQUISTAR UM PODER POPULAR

O Partido Comunista do Brasil, que se orienta pelo marxismo-leninismo e que objetiva o socialismo e o comunismo, considera que na presente situação, a principal tarefa do povo brasileiro é a luta por um governo revolucionário, inimigo irreconciliável do imperialismo e do latifúndio, governo de liberdade, cultura e bem-estar para as massas.

Um governo popular revolucionário acabará de uma vez para sempre com a espoliação que as empresas e os capitais norte-americanos realizam no país. Suspenderá o pagamento de dívida externa. Instituirá o monopólio estatal do comércio exterior. Denunciará os acordos e tratados lesivos ao Brasil, adotará uma política internacional de paz e de solidariedade com todos os povos que lutam por sua independência. Manterá relações em pé de igualdade com todos os países.

Um governo popular revolucionário, procurando abrir caminho para o mais rápido desenvolvimento do país, realizará uma reforma agrária radical que acabe com todos os tipos de latifúndios e com todas as formas de exploração feudais. Desapropriará as propriedades latifundiárias e assegurará a posse da terra aos que trabalham ou desejam trabalhar no campo. Estimulará o cooperativismo. Garantirá aos camponeses crédito, ajuda técnica, preços mínimos compensadores e facilidades para o armazenamento e colocação de seus produtos. Com o fim de manter a unidade econômica, dos grandes estabelecimentos agropecuários de alta produtividade, entregará a terra e os pertences destes estabelecimentos aos trabalhadores agrícolas sob a forma de propriedade coletiva e criará fazendas-modelo de propriedade do Estado.

Um governo popular revolucionário defenderá a indústria nacional. Facilitará a aquisição de equipamentos

e matérias-primas. Estimulará a criação de novas indústrias nas áreas mais atrasadas, objetivando reduzir e depois extinguir as desigualdades no desenvolvimento econômico das diferentes regiões do país. Ampliará os meios de transporte e comunicações. Confiscará os capitais e as empresas dos grandes capitalistas brasileiros que estiverem aliados aos imperialistas norte-americanos.

Um governo popular revolucionário, terminará com a carestia de vida, adotando drásticas medidas contra a inflação e contra os açambarcadores e especuladores. Incentivará a produção e reduzirá os impostos que incidem sobre os artigos de primeira necessidade. Reajustará os salários e vencimentos. Reorganizará a previdência social de modo a garantir aos beneficiários aposentadorias e pensões adequadas.

Um governo popular revolucionário realizará a reforma urbana, objetivando assegurar a todas as famílias a aquisição de casa própria. Terminará com a praga da especulação imobiliária. Desapropriará os terrenos baldios dos grandes proprietários nas zonas urbanas, visando a construção de habitações para o povo. Rebaixará os alugueres exorbitantes. Isentará do imposto predial os imóveis habitados por seus próprios donos.

Um governo popular revolucionário empenhará todos os esforços para extinguir o analfabetismo. A educação escolar será o sistema educacional brasileiro com vistas à democratização da cultura. Ampliará o número de escolas primárias, secundárias, técnicas e superiores. Cuidará da saúde pública, combatendo as endemias e estendendo a rede de hospitais e dispensários para atender aos que necessitam de assistência médica e dentária.

O governo popular revolucionário será intransigente na defesa dos bens públicos e punirá com todo rigor os dilapidadores dos dinheiros da Nação, os contrabandistas e negociastas de toda ordem. Confiscará as fortunas obtidas à custa de pilhagem do erário público. Liquidará o empreguismo e o parasitismo no aparelho do Estado.

Finalmente, um governo popular revolucionário, fiel intérprete da soberania do povo, assegurará a plena democratização da vida política brasileira, garantindo ampla

liberdade de palavra, de reunião, de associação, de greve, de imprensa e de culto religioso. Outorgará o direito de voto a todo cidadão, independentemente de nacionalidade e instrução. Combaterá tôdas as formas de racismo. Suprimirá os órgãos de repressão contra o povo.

SÓ A LUTA REVOLUCIONÁRIA DARÁ AO POVO UM NÔVO PODER

A luta por um governo popular revolucionário, por um nôvo regime, não é sômente uma necessidade para salvar o país, como também um direito sagrado do povo. Quando o sistema vigente e suas instituições se tornam caducos, constituem obstáculos ao avanço da sociedade e fonte de iniquidade e sofrimento para milhões de pessoas, não existe alternativa senão substituir o velho regime pelo nôvo regime. Êste tem sido o caminho percorrido vitoriosamente pelos povos em busca da felicidade e do progresso social. Êste é o caminho do povo brasileiro.

Os atuais beneficiários da ordem imperante no país, voluntariamente, não cederão suas posições. Para se manterem no poder, usam a demagogia, a corrupção e a violência. Admitem, em certa medida, a luta pelas reivindicações parciais, mas, quando tais lutas podem atingir, no mínimo que seja, o regime, tratam de esmagá-las impiedosamente. É cada vez mais freqüente o emprêgo das forças armadas em funções de polícia contra os movimentos populares. Nos últimos anos, não se verificou uma só greve econômica de maior expressão, sem que tropas do Exército, da Marinha ou da Aeronáutica fôssem mobilizadas, inclusive com ocupação ostensiva de cidades. Se isto ocorre com as lutas pelas reivindicações específicas dos diferentes setores da população, então, quando se tratar da luta pelo poder político, as classes dominantes não vacilarão em recorrer a todos os recursos, os mais arbitrários, para tentar impedir a vitória das massas populares. Tôda vez que seu poder estiver ameaçado, calarão as suas divergências e se unirão para enfrentar o povo. A crise político-militar de agosto-setembro de 1961 mostrou que, apesar das discordâncias, os diferentes grupos das classes dominantes buscaram uma solução de compromisso para que as massas não interviessem, mais enêr-

gicamente, nos acontecimentos e dessem à crise uma solução em seu favor.

Nestas circunstâncias, as classe dominantes tornam inviável o caminho pacífico da revolução. Por êste motivo, as massas populares terão de recorrer a tôdas as formas de luta que se fizerem necessárias para conseguir seus propósitos. As ações por conquistas parciais contribuem para reforçar a organização e a unidade do povo. As campanhas eleitorais são importante forma de atividade política e uma acertada participação nas eleições permite esclarecer as massas, divulgar o programa revolucionário e eleger candidatos que defendam as causas populares. Todos os movimentos democráticos e patrióticos devem ajudar a alcançar a grande meta — A conquista de um nôvo poder político, principal objetivo do povo. Mas, só a luta decidida e enérgica, as ações revolucionárias de envergadura, darão o poder ao povo.

Aos brasileiros apresenta-se, assim, árdua e difícil tarefa que é, no entanto, plenamente realizável, porque um povo que se bate pela liberdade e pelo direito a uma existência feliz, alcançará, por mais áspera que sejam as condições de luta, a vitória final. Os inimigos da revolução não possuem as forças que aparentam ter. Por mais vultosos que sejam os seus recursos, por mais numerosos que sejam as armas de que disponham, êles são débeis porque se colocam contra as mais profundas aspirações populares e defendem uma causa injusta. Sua derrota será inevitável. Cuba é um exemplo de como um povo oprimido, mas decidido a vencer, pode bater seus algozes, e construir uma nova vida.

É imprescindível, porém, que todos os que desejam mudar o atual estado de coisas se congreguem estreitamente. Os operários e os camponeses, núcleo fundamental da unidade do povo, juntos com os estudantes, os intelectuais progressistas, os soldados e marinheiros, sargentos e oficiais democratas, os artezãos, os pequenos e médios industriais e comerciantes, os sacerdotes ligados às massas e com outros patriotas constituirão o elemento indispensável para conseguir um governo popular que realize um programa revolucionário. A unidade da esmagadora maioria da Nação é necessária e possível e, sob a direção da

classe operária, será a força capaz de varrer todas as barreiras que se ergam no caminho da emancipação nacional e social do povo brasileiro.

A revolução brasileira se processa numa época de grandes transformações. Países com mais de 1 bilhão de habitantes construíram ou constroem o socialismo. A União Soviética marcha para o comunismo e a China Popular, até há pouco escravizada, forja uma nova sociedade e constitui, hoje, um poderoso baluarte da luta contra o imperialismo. O sistema colonial está em vias de desaparecer. Os povos da África e da Ásia conquistam sua independência política. Na América Latina já tremula, vitoriosamente, a bandeira do socialismo e seus povos se levantam para derrubar o jugo dos monopólios norteamericanos.

Os imperialistas, em bancarrota, e os reacionários apela-
lam para todos os recursos, a fim de esmagar os movimentos revolucionários e conspiram contra a paz mundial. Nada, contudo, impedirá a vitória das forças da democracia e do socialismo.

O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, convencido do acôrdo das soluções que indica, convida as forças populares e revolucionárias especialmente as forças de esquerda, para o debate destas questões com vistas à luta e à união de todos os que se dispõem a pôr fim ao atual regime de injustiça social, de parasitismo, de imoralidade administrativa, de subserviência ao estrangeiro, de escravização iníqua dos camponeses, de abandono da infância e da juventude, de democracia de fachada, de prazeres e esbanjamentos para uns poucos e de miséria e sofrimentos para a maioria do povo.

São Paulo, 18 de fevereiro de 1962

Pela Conferência Nacional Extraordinária do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL.

João Amazonas
Maurício Grabois
Pedro Pomar
Calil Chade
Angelo Arroio
Lincoln Oest

EM DEFESA DO PARTIDO

A Conferência Nacional Extraordinária do Partido Comunista do Brasil, realizada em fevereiro de 1962, depois de discutir as questões relacionadas com a luta interna e com a tentativa de liquidação da organização partidária, toma a seguinte resolução:

1 — Um ano após ter efetuado o V Congresso do PCB, no qual foram aprovados os novos Estatutos e uma resolução política do Partido, os comunistas brasileiros foram surpreendidos com a publicação no semanário "Novos Rumos", de 11-8-61, dos Estatutos e do programa de um novo partido, denominado "Partido Comunista Brasileiro". Simultaneamente, o mesmo jornal estampava uma entrevista de Prestes em que dizia que êsses documentos seriam encaminhados ao Tribunal Superior Eleitoral, visando o registro de tal Partido.

A surpresa dos comunistas decorria do fato de que os Estatutos e o Programa do "Partido Comunista Brasileiro" haviam sido elaborados e adotados pela direção nacional à revelia de todo o Partido, infringindo frontalmente as decisões do V Congresso. Assim procedendo, a direção nacional desrespeitara o princípio do centralismo democrático, quebrara a disciplina e ferira a unidade do Partido, visto que o V Congresso não havia delegado nenhum poder ao Comitê Central recém-eleito, no sentido de mudar a denominação do Partido nem, muito menos, fazer profundas alterações no caráter do Partido, em seus princípios programáticos. Segundo os Estatutos, tais decisões são da competência exclusiva do Congresso do partido.

O V Congresso tão somente autorizará o Comitê Central "fazer no texto dos Estatutos aprovados as modi-

ficações que se tornem necessárias para efeito de registro do Partido no Tribunal Superior Eleitoral". Isto dizia respeito às exigências da Justiça Eleitoral, tais como o destino a ser dado ao patrimônio do Partido em caso de sua dissolução, a designação dos delegados junto aos tribunais e juízes eleitorais e a afirmação de que os membros do Partido não respondem pelas obrigações financeiras dêste — questões estas que não constavam do texto dos Estatutos então aprovados. No entanto, dêstes Estatutos foram retiradas, deliberadamente, a afirmação de que o Partido se rege pelos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário e a declaração de que a organização partidária dos comunistas tem como objetivo final o estabelecimento da sociedade comunista. Além disto, o Programa do "Partido Comunista Brasileiro" se resume a um conjunto de enunciados reformistas cujo alcance fica muito aquém das medidas indicadas nas plataformas de alguns partidos da burguesia e dos latifundiários.

Assim, o Comitê Central, de fato, criou uma nova organização partidária, que, pelos seus objetivos programáticos e por seus princípios estatutários, não se identifica com o Partido Comunista do Brasil, autêntica vanguarda revolucionária do proletariado.

2 — A decisão da direção nacional de liquidar o Partido Comunista do Brasil culmina um longo processo, cujas origens remontam aos acontecimentos que abalaram nossas fileiras logo após a realização do XX Congresso do PCUS. [Naquela ocasião, aproveitando-se dos erros da orientação política e dos falsos métodos de direção elementos sob a influência das idéias estranhas à ideologia do proletariado, provocaram no Partido um grave surto revisionista, de sentido liquidacionista e anti-soviético. Assustados com a campanha anticomunista da burguesia e do imperialismo, intensificada desde então, tais elementos pregavam abertamente a necessidade de dissolver o Partido Comunista do Brasil e substituí-lo por "uma organização mais ampla", sem vínculos com o marxismo-leninismo, sem compromissos com as posições internacionalistas do proletariado e cuja plataforma política inspirava-se na ideologia nacionalista-burguesa.

Embora combatidos, e ainda que alguns de seus porta-vozes mais ostentivos tivessem sido expulsos ou se afastado do Partido, as idéias revisionistas, a partir de 1957, ganharam terreno até alcançar, com a adesão de Prestes, o predomínio no Comitê Central. O culto à personalidade de Prestes, durante longos anos fomentado entre os comunistas, contribuiu decisivamente para que as idéias revisionistas chegassem a prevalecer no Partido. Dêsse período em diante, foram sendo postas em prática pela maioria do Comitê Central, medidas de sentido liquidacionistas. Sucessivamente foram suprimidos os jornais que as massas reconheciam como os porta-vozes combativos do Partido. O trabalho de educação, de formação de quadros e de construção partidária ficou abandonada. A União da Juventude Comunista, foi praticamente dissolvida. Tôdas as organizações de massas, patrióticas e femininas, onde os comunistas tinham influência preponderante, foram desprezadas e reduzidas à completa inatividade. No movimento operário sindical a orientação dos comunistas, ao invés de contribuir para a elevação da consciência revolucionária do proletariado, estimulou o reformismo e rebaixou o papel dirigente do Partido. Cogitou-se até mesmo de extinguir a organização nacional dos camponeses, bem como o jornal que a representava. Dependeu-se, além disto, a estranha tese de reunir os camponeses nas associações e federações rurais dirigidas pelos latifundiários. Ao mesmo tempo, começou-se a denegrir e atacar o passado do Partido, por meio de uma crítica unilateral e negativista, em que se omitia todo e qualquer aspecto positivo da atividade anterior dos comunistas. Ressaltava-se, intencional e maldosamente, as falhas e os erros cometidos. O nome do Partido deixou de figurar em todos os documentos e nas declarações dos dirigentes, substituído pela expressão de um vago "movimento comunista". Falar em nome do Partido passou a ser classificado como provocação.

3 — A deliberação de liquidar o Partido Comunista do Brasil encontrou sérias resistências entre os comunistas. Grande número de militantes e dirigentes, em diferentes Estados, compreenderam o perigo contido na decisão do Comitê Central sobre o registro de um novo Partido. Fizeram ver à direção, com espírito partidário, que

alterar o nome do Partido, retirar dos Estatutos a afirmação de que os comunistas se orientam pelos princípios marxistas-leninistas e abandonar o objetivo último do comunismo, a fim de tentar conseguir o registro eleitoral, constituía grave transgressão de resoluções do V Congresso, que só um novo Congresso poderia modificar. Entretanto, em vez de levar ao debate do coletivo partidário questões ideológicas tão importantes e de respeitar os Estatutos, o Comitê Central preferiu seguir o caminho das medidas punitivas, da acusação de fracionismo e, inclusive, da expulsão de velhos e respeitados lutadores comunistas, cujo crime consiste em não admitir a liquidação de nosso glorioso Partido. A conduta intolerante da direção nacional representou na realidade a abolição do direito de divergir, a fuga do dever de discutir sua posição capituladora e a consumação do divisionismo no movimento comunista provocada pela criação do Partido Comunista Brasileiro.

4 — Em face de tão graves circunstâncias e da pretensão dos dirigentes do chamado Partido Comunista Brasileiro, de alijar das fileiras comunistas todos os que deles divergem e não os acompanham em sua política liquidacionista, centenas de militantes comunistas de todo o país concordaram com a convocação e a realização da presente Conferência Nacional Extraordinária para tratar da reorganização do Partido Comunista do Brasil, discutir um Manifesto-Programa, deliberar sobre os Estatutos aprovados no V Congresso e eleger um novo Comitê Central para dirigir o Partido até o próximo Congresso.

Estas medidas visam sanar as dificuldades surgidas no movimento comunista. A Conferência Nacional Extraordinária reafirma a posição de que só deve existir um único Partido marxista-leninista da classe operária e de que é indispensável forjar a unidade de todos os comunistas, à base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário. A unidade não pode ser feita em torno de pessoas. Assim sendo, impõe-se um combate sistemático ao culto à personalidade. A Conferência Nacional reafirma também sua fidelidade à Declaração dos 81 Partidos Comunistas e Operários, de 1960, e, neste sentido, se dirige a todos os comunistas para

que se esforcem na conseqüente aplicação da carta programática que une o movimento comunista mundial.

A reorganização do Partido exige uma firme e persistente luta ideológica para elevar o nível de consciência dos comunistas e para extirpar de nosso meio a influência ideológica de classes hostis ao proletariado. Por conseguinte, o centro do ataque deve ser dirigido contra as tendências de direita. As idéias revisionistas e reformistas penetraram em escala sem precedentes no movimento comunista brasileiro. A reorganização do Partido, exige, por outro lado, uma atitude irreconciliável com o dogmatismo e sectarismo que durante anos impregnaram a atividade do Partido e foram a principal causa de muitos dos erros cometidos.

5 — A Conferência Nacional Extraordinária do Partido Comunista do Brasil, compreendendo a importância de uma vanguarda organizada e revolucionária do proletariado, concita todos os militantes a se empenharem na luta pelo fortalecimento do Partido, através de um intenso recrutamento de novos membros entre as classes operárias e as massas trabalhadoras.

A situação política do país, o espírito de combatividade das massas, as grandes vitórias do socialismo no mundo, possibilitam quando se tem uma orientação política revolucionária, atrair valorosos militantes para nossas organizações partidárias.

A Conferência Nacional Extraordinária do PCB expressa sua convicção de que, ao aplicar uma política revolucionária e desenvolver a luta ideológica contra as concepções errôneas, o Partido cumprirá o seu papel de força dirigente da revolução brasileira.

São Paulo, fevereiro de 1962.

A Conferência Extraordinária do PCB.

6. O PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO TROTSKISTA (PORT)

O PORT é a seção brasileira de um movimento internacional denominado Partido Operário Revolucionário (Trotskyista) ou IV Internacional. Os partidos filiados a esse movimento, em todo o mundo, são denominados seções da IV Internacional. São organizações reduzidas, muito ativas que divergem do movimento comunista internacional liderado pela União Soviética.

Existem seções da IV Internacional em grande número de países como Argélia, Inglaterra, Argentina, Bélgica, Bolívia, Chile, Cuba, Espanha, Estados Unidos, Itália, México, Peru e Uruguai. O centro do trotskismo na América Latina se localiza em Montevideu. Em todos esses países o Partido Trotskyista dispõe de uma imprensa editando vários jornais e revistas.

No Brasil, o PORT exercia suas atividades principais nos Estados de São Paulo e Pernambuco. Neste último, o movimento foi praticamente desarticulado com a detenção dos principais ativistas, por ocasião da revolução de 31 de março.

A doutrina revolucionária do movimento trotskista se apóia na idéia de uma frente-única proletária internacional para destruição do capitalismo através de uma revolução permanente. Os trotskistas consideram que o capitalismo está enfraquecido e deve ser atacado sem contemplação e imediatamente.

“É necessário, diz J. POSADAS, um dos líderes mais eminentes da IV Internacional, aproveitar essas circunstâncias históricas antes que o capitalismo se arme ainda mais e possa causar maiores prejuízos ao proletariado; o capitalismo, de qualquer forma, desencadeará a guerra atômica”.

“Não há outra base histórica e concreta para se defender e procurar sobreviver. É preciso formar antes de tudo a Frente-Única do Proletariado Mundial, à base do programa para derrotar o que resta do capitalismo, o que é a maneira mais conveniente para a humanidade de ocasionar os menores males na guerra atômica que o capitalismo prepara de todos os modos. Quanto mais depressa se formar a Frente-Única do Proletariado Mundial, quanto mais cedo se fizer a Frente para destruir o capitalismo em escala mundial, menos sofrerá a humanidade”.

O trotskismo se inclina assim para uma guerra preventiva por parte dos comunistas. Em suas manifestações locais o trotskismo se reveste da forma de um radicalismo acentuado.

No VII Congresso Mundial da IV Internacional, em 1964, J. POSADAS pronunciou o seguinte discurso:

“Com plena responsabilidade e consciência, preparamo-nos e preparamos este Congresso Mundial para intervir nos próximos dois, três ou quatro anos, talvez mesmo antes, num processo tumultuoso, multiforme como jamais vimos na história da humanidade; processo que conduz à guerra atômica e ao desencadeamento no mesmo instante e simultaneamente da revolução em escala mundial.

Pela primeira vez na história humana, concebemos, que na próxima etapa, a guerra atômica significará simultaneamente a revolução no mundo inteiro. Não se pode esperar meses ou anos entre uma e outra. Não. Simultaneamente. A simultaneidade não significa o mesmo minuto, a mesma hora, a mesma semana ou o mesmo mês. Significa um mesmo processo que engloba o mundo inteiro, sem excessão, sem interrupção. Esta é a forma mais elevada, mais completa, mais genérica, do curso permanente da Revolução Mundial. Desenvolver-se-á em todos os níveis, dos mais baixos nos países atrasados aos mais altos nos países capitalistas e nos Estados Operários, passando por todos os escalões. Preparamo-nos para isto.

Confiemos não apenas na justeza do programa, da política da inevitabilidade do desenvolvimento da revolução, da guerra revolução, mais ainda em nós próprios. Quando Trotski diz: "Com o Partido, somos tudo; sem o Partido, não somos nada", êle indica que essa é a única maneira de têmos confiança em nós próprios. Para ter confiança em si próprio nada é possível senão se apoiando no instrumento histórico que permite introduzir-se, penetrar, dirigir, organizar-se e decidir no curso da história. Dessa maneira e apenas, pode-se ter confiança em si, porque não se trata de confiança na capacidade, habilidade e resolução individual, mas no fato de saber se unir, decidir, compreender e sentir o desejo e a vontade de milhões de seres humanos que exprimem uma necessidade histórica objetiva. Tal é o caminho preparado pela guerra atômica e pela revolução".

A IV Internacional não reconhece a legitimidade de política de "coexistência pacífica" e diverge dos movimentos comunistas da URSS, da China e de Cuba, embora preconize a formação da frente-única operária internacional.

O movimento assume importância pela sua organização, combatividade e pela cooperação que empresta às atividades extremistas em todos os países.

No Brasil, a Seção brasileira da IV Internacional começou a estruturar-se desde 1961. O Primeiro Congresso Nacional do PORT teve lugar em São Paulo, em fevereiro de 1963, quando se decidiu que a organização deveria desenvolver atividades, através da Frente de Mobilização Popular, como frente ostensiva, visando à criação dos Comitês de Fábricas, e através dos Sindicatos Rurais para rearticular o Movimento Camponês. Procuraria também aproximar-se de outras organizações esquerdistas para incentivar a formação da Frente-Única.

Nessa época o Partido compreendia um Comitê Central localizado em São Paulo e um Comitê Regional do Nordeste, com sede em Recife.

Numa intervenção realizada em uma reunião internacional trotskista, possivelmente o VII Congresso, o repre-

sentante brasileiro ("LUIZ") declarou:

"O Partido (PORT) manteve sua atividade, apesar da repressão. Analisou a nova situação, mostrou as causas do revés momentâneo, indicou as perspectivas e a saída, dirigiu-se aos setores sensíveis à revolução do nacionalismo, chamado a tirar as conclusões e retornar a ação, manteve as atividades na organização independente de classe. Tudo isso, entretanto, que deve ser uma base de otimismo para todos os camaradas, levados de uma forma muito inferior às necessidades e mesmo às possibilidades do Partido. Com lentidão, com erros, com insuficiências. Isto, principalmente, por falta de amadurecimento e de compreensão política por parte da direção e do conjunto do Partido".

As ligações com o movimento de Brizola são citadas:

"Neste sentido é que o brizolismo pode desempenhar um papel muito importante — porque tem autoridade, porque tem equipe, porque tem certa autoridade no Exército, na pequena-burguesia, estudantes, intelectuais, e oferece um centro organizador. Neste sentido é importante estudar o seu papel para explicar às massas".

"Não quer dizer que devemos organizar nós os grupos de onze e ficar nisso. Se pudermos organizar diretamente como partido, é melhor. Quando não podemos organizar, como partido, levamos adiante de qualquer maneira. É evidente que nossas possibilidades como partido são muito limitadas: temos pouca gente, poucos meios materiais, pouca base nas fábricas. A principal tarefa nossa é organizar nas fábricas, no campo, nos militares, etc. Está demais dizer-se que nossa luta por organização de comitês de fábrica, por formas clandestinas combinadas com firmas legais deve estender-se ao campo".

A idéia da luta armada é uma constante:

"Neste sentido, é importante que se há possibilidade de fazer alguma guerrilha, tem-se que fazê-la. Sobretudo, porque se há a possibilidade de uma guer-

rilha que se mantenha algum tempo vai estimular tôdas as lutas da classe operária. É o próprio bri-
zolismo. Porque mostra a eles que há um setor de-
cidido.

O documento é reproduzido em anexo com alguns
outros interessantes selecionados na farta documen-
tação oriunda do movimento trotskista brasileiro.

O PORT conseguiu penetrar mesmo no setor militar
onde fêz alguns adeptos entre os suboficiais e sargentos.
Vem desenvolvendo constantes atividades após a revo-
lução de 31 de março, caracterizando-se por uma radica-
lização acentuada. Um documento da 5.a Zona Aérea
reproduziu a "Análise da Contra-Revolução Brasileira"
emitida pelo secretariado da IV Internacional, a 17 de
agosto de 1964 e reproduz o pacto de criação da Frente
Popular de Libertação assinado em Montevideu em ja-
neiro de 1965 por membros representantes do PC do B,
PCB, PORT e os exilados brasileiros Leonel Brizola, Max
da Costa Santos, Neiva Moreira, Aldo Arantes, Darcy
Ribeiro e Paulo Schilling. Analisaremos posteriormente
êsses documentos.

TRADUÇÃO DE PARTE DE UMA CARTA DEL C. LUIZ, DE 19-10-63.

.....

Com relação ao Brasil parece-me que a situação é
clara. O levante de sargentos fêz madurecer e dinamizou
a revolução brasileira. Deve-se compreendê-la como um
processo de extensão permanente em grau e profun-
didade. Por separado, os camponeses de um lado (o assas-
sinato de Jeremias foi uma advertência) e por outro lado
os sargentos. O capitalismo brasileiro não pode controlar
nem os sargentos nem os camponeses, nem sob sua auto-
ridade na disciplina. É a revolução latino-americana que
se estende e se aprofunda.

Balaunde necessitou comprar 300.000 hectares de
terra para satisfazer os camponeses e conter a revolução
camponesa. A base fundamental para esta etapa é poder
atrair para a Frente-Única, fazer a Frente-Única, com as
tendências e fôrças que impulsionam, conscientemente
ou não, a revolução brasileira. Fazer Frente com os sar-
gentos, com os camponeses, com os sindicatos camponeses,
com Julião. Depende de com quem se faça a Frente.

Os sargentos devem intervir diretamente na luta, e
êles devem fazer apelos aos operários e aos camponeses.
Devem oferecer uma Frente-Única aos operários, apelan-
do-os a que defendam seus direitos democráticos no que
se refere a representação parlamentar ou qualquer outro
direito democrático, mas ao mesmo tempo levando uma
campanha em torno das palavras de ordem: "ABAIXO
LACERDA! FORA O IMPERIALISMO!". Unir a pala-
vra de ordem ABAIXO LACERDA com a de FORA, E
MORRA O IMPERIALISMO, com a de ORGANIZAÇÃO
SINDICAL DOS CAMPONESES. Os operários (e tam-
bém os camponeses) devem realizar mobilizações em apoio

dos sargentos, porém, unindo essas mobilizações às reivindicações transitórias próprias com a palavra de ordem e os objetivos centrais de expulsar o imperialismo e a oligarquia: "MORRAM, ABAIXO LACERDA E O IMPERIALISMO." EXPROPRIAR E ESTATIZAR AS PROPRIEDADES IMPERIALISTAS SOB CONTRÔLE OPERÁRIO.

Deve-se tratar de fazer a Frente-Única com Brizola e procurar impulsionar essa tendência o mais longe possível, enquanto ganhamos tempo e desenvolvemos o movimento, o nosso partido. Devemos procurar fazer comissões concretas, lograr intervir e organizar ações ofensivas. A qualquer custo devemos conseguir organizar comitês nos que intervenham sargentos, cabos, soldados, ou somente sargentos, com camponeses e operários, e nós, em qualquer nível ou qualquer que seja o número de participantes. Deve-se fazer com que os sargentos intervenham nas lutas comuns do povo. Fazer com que sintam, expliquem e agitem que para conquistar seus direitos democráticos é necessário a Frente-Única com as massas operárias e camponesas, que essa é a base para impor e fazer respeitar seus direitos. Mas a Frente-Única deve-se fazer sob as bases centrais do interesse comum e do sentido nacional das lutas: "ABAIXO LACERDA! ABAIXO, FORA O IMPERIALISMO!"

Lutar sem parar. Levar a ofensiva, embora os dirigentes parem. Deve-se explicar a Brizola que necessita manter acôrdos com eles (os sargentos). Uma vez começada a luta de conjunto, ela estimulará todos os movimentos operários. Não devemos temer em cair em conciliadorismo, devemos intervir a qualquer custo e a qualquer nível por mais baixo que fôr. No caminho devemos desenvolver o Partido. Perder a cabeça significa não compreender, deixar-se impressionar e correr por trás dos acontecimentos, e também deixar-se esmagar ou es-traçalhar pelo fato de sermos pequenos. Devemos selecionar em quadros melhores do Partido e preparar com eles o plano de trabalho e as perspectivas. Fazer conferências em tôdas as células, em todo o Partido, reuniões gerais e parciais.

Devemos ter paciência e serenidade para esperar que os quadros amadureçam no desenrolar do processo. A serenidade e centralização da vontade (que é também uma manifestação de serenidade) é condição indispensável para avançar. Os quadros aprendem em etapas como estas, de uma maneira que antes não o faziam. Necessita decidir... quais são os lugares fundamentais para intervir, e nuclear nossa atividade de acôrdo com essa conclusão. Tem uma importância fundamental, levar às fábricas e organizar grupos e Comitês de fábrica, para que elas sejam as organizadoras que intervenham neste processo e neste período. Isto será um salto gigantesco para todos nós. Embora sofra detenções provisórias, este processo vai continuar, pois que assim surge da natureza da crise revolucionária no Brasil.

Uma das condições para avançar é a vida fraterna solidária e a atividade política interna. A qualquer custo necessita-se decidir a realizar a atividade baseando-se nesta resolução. Pode-se ressaltar uma ajuda bastante importante. Deve decidir-se o partido para concretar grupo, organismos e atividades concretas. Não importa se até agora não se soube fazer. Agora é possível. Se aprende, experimenta-se e logra-se avançar. Devemos ganhar autoridade diante dos grupos e tendências revolucionárias ou que querem ser revolucionários como Brizola. É possível que se volte a recolocar a necessidade do Partido Nacionalista de esquerda. Nesse caso devemos tratar de impulsá-lo sob o programa: "FORA LACERDA E O IMPERIALISMO!", "A TERRA AOS CAMPONESES!", "AS EMPRESAS AO ESTADO — SOB CONTRÔLE OPERÁRIO!" — Mas isso necessita ganhar autoridade organizada nos meios militares, e dirigir-se a eles explicando a crise sem saída do capitalismo. Deve-se dar conferências e cursos sobre este processo, para ajudar que amadureçam no caminho da revolução. Mas eles devem ter-nos como os orientadores, os que damos a palavra-de-ordem e organizamos ou ajudamos a fazê-lo, em Frente de todo o mundo.

.....
FRAGMENTOS DE CARTA DO C. LUIZ DE
31-10-63 — SOBRE A SITUAÇÃO NO BRASIL
.....

Nossa completa solidariedade e saudações a todos os cc. presos no Brasil.

.....

Estamos muito contentes com as notícias recebidas sobre a Argentina e Brasil.

.....

Com relação ao Brasil, parece-me que a principal tarefa continua sendo a de preparar, fazer que amadureça o Partido, que tenha confiança e segurança em si mesmo. Os acontecimentos atuais, pela sua profundidade, pelo fato que eles decidirão para todo um período e definitivamente é saída revolucionária no Brasil, êstes acontecimentos atuais, tendem a intimidar e fazer com que o Partido se sinta inseguro, pela sua pequenez organizatória e insuficiente amadurecimento político.

Não se deve temer, pois que na marcha aprenda-se mais do que em 10 anos de atividade (em condições normais). A concentração do amadurecimento do processo revolucionário ajuda a influência e empurra a compreender.

É necessário ganhar postos nas fábricas, selecionar os lugares e decidir-se a intervir a fundo, para procurar organizar uma tendência. A burguesia brasileira leva uma vantagem muito importante, embora transitória, esta situação revolucionária as massas não têm direção e as direções existentes recuam e empequenecem, porque sentem que a saída é a revolução. Mas a burguesia não conseguirá estabilizar seu poder. Deve-se esperar em curto prazo a marcha em direção da guerra civil revolucionária. Por isso necessita que estejamos juntos aos nacionalistas, sargentos e camponeses. Mas devem-se ganhar individualmente um, dois, ou três sargentos, cabos, oficiais. Mesmo que fôr apenas um. Necessita dedicar-se a isso diretamente o c. (.....). Necessita sentar-se uma base segura, e apoiar-se nela para influenciar e decidir. Necessita dar-lhes explicações, persuadir-lhes, ensinar aos sargentos porque os operários não avançam mais, mas que inevitavelmente em curto prazo desenvolver-se-ão lutas mais elevadas, mais profundas e revolucionárias.

Deve-se encontrar o caminho para a frente-única com os sargentos, embora seja somente por um ponto. Elas, as massas operárias e camponesas, devem sentir que pode se realizar a Frente-Única, e devem vê-la.

Brizola e os dirigentes sindicais são os que temem esta Frente, principalmente. É possível encontrar grupos e tendências que funcionem, existam e apareçam nas lutas. Devemos ligarmo-nos a eles. É possível ganhá-los.

É necessário trabalhar profundamente sobre o processo das lutas sino-soviéticas, e aplicar (suas conclusões) ao Brasil, lutando por impôr uma mudança de reforma de estrutura, que requer a **EXPROPRIAÇÃO DAS TERRAS DO IMPERIALISMO E DA BURGUESIA NACIONAL**. ...

Lacerda prepara o golpe, mas sente-se inseguro e espera que Goulart lhe prepare o terreno, mas também porque não sabe o que fazer. Daí a importância da palavra de ordem "FORA LACERDA, FORA O IMPERIALISMO". A oligarquia latifundiária e industrial é a aliada de Lacerda e do imperialismo. Não se deve esperar por ordem do Governo para lançar-se à expulsão do imperialismo. Daí os novos apelos aos sargentos devem ser mais flexíveis, e tendentes a infundir-lhes confiança de que é possível a Frente-Única com as massas.

Mas é lógico que os sargentos não se sintam atraídos, do momento que eles não vêem mobilizações do proletariado —, Goulart procurará não perder sua base no movimento operário, fazendo o jogo dos burocratas sindicais —.

Necessita apelar à liberdade dos nossos camaradas presos e de todos os militantes operários, camponeses, sargentos presos, na base da luta pela aplicação das resoluções do Congresso Camponês. Apoiar uma Frente-Única. Trabalhar diretamente com os quadros dirigentes que seja possível influenciar. Porém, **AO MESMO TEMPO DEVEM-SE ADOTAR MEDIDAS ESTRITAS DE PREVENÇÃO POIS QUE A POLÍCIA INTENTARÁ REPRIMIR O PARTIDO, E VAI FAZÊ-LO EM CURTO**

PRAZO. DEVE-SE FUNCIONAR EM PARTE COM UM APARELHO CLANDESTINO. E OS CAMARADAS MAIS EXPOSTOS DEVEM ADOTAR PRECAUÇÕES PARA NÃO APARECER COMPLICADOS, SOBRE TUDO (...)

Deve-se fazer um plenário para explicar e discutir estas conclusões, e sobretudo com respeito à clandestinidade.—

Com relação ao Partido Nacionalista, não tinha lido em parte nenhuma (responde a uma carta do c. A, que perguntava se tinha conhecimento das manobras de A. Afonso quando escrevia a carta anterior). Acho porém que é um intento que farão setores da pequena burguesia, com procura empírica de organização e também para impedir a organização política da classe operária, e impedir que esta organize o campezinato. Não é certo, mas esta é a lógica do processo. Se aparecessem tendências nesta linha logo de começo deve-se propor lutar e agitar para que adotem o programa revolucionário, antiimperialista, de expropriação das terras, etc.

Não existindo ainda o movimento centralizado e dinâmico do proletariado para o Partido Operário baseado nos Sindicatos. — As bases existem já, mas a lentidão do movimento entrava essa perspectiva — os nacionalistas podem aproveitar-se da situação para procurar dar aquela saída (do novo Partido Nacionalista). Sobretudo que os Partidos Comunistas são quase nulos. De qualquer maneira, existe já a base para ao mesmo tempo poder deitar as bases para o Partido operário baseado nos sindicatos **"CENTRAL ÚNICA OPERÁRIA e CAMPEONESA; SINDICATOS ÚNICOS; BASEADOS NA LUTA PELO PROGRAMA ANTIIMPERIALISTA E ANTICAPITALISTA.** Se deve apelar a Brizola para que assuma a iniciativa. O mesmo a A. Afonso e os demais. Mas sobre tudo deve-se solidificar a fusão com os camponeses e entendê-la ao máximo possível. Preparar-se para a guerra civil e, ante de tudo ter nossa própria equipe convicta e decidida. Deve-se fazer de modo que ela adquira estas conclusões no processo, e ganhar para a equipe, sargentos, camponeses, e militantes e dirigentes operários com peso

na classe —. Devem-se ganhar posições no movimento sindical camponês e entre os sargentos, para preparar-se para a guerra civil.

Embora esta etapa possa passar, a burguesia não vai poder estabilizar seu poder. O Brasil vai para uma guerra civil. Devemos nos preparar para essa saída, embora esta etapa passe. Apoiar a demanda dos sargentos de paridade nos comandos, mas concretizá-las através dos Comitês que propusemos, para dar força aos sargentos, organizada. A burguesia não podera suportar por muito tempo esta situação. Ela tenderá a procurar a forma de esmagar (o movimento dos sargentos).—

Necessita unir as preocupações dos sargentos nas lutas por seus direitos com as lutas das massas que sejam ou possam ser aceita pelos sargentos, etc. Deve-se considerar que o governo e a burguesia não deixarão desenvolver o movimento em direção de estouros revolucionários, ou em direção da Frente-Única dos sargentos com as massas—. Devemos provar isso, em consequência considerar que uma vez iniciado o movimento, ele vai sofrer golpes e recuos, mas ao mesmo tempo elevar-se-á a experiência dos sargentos. Necessita ganhar uma base entre eles, para elevá-los até a convicção de que, para que suas reivindicações e direitos possam aplicar-se, deve-se lutar entre o imperialismo e o capitalismo, derrubar ambos. O mesmo deve realizar-se com os camponeses.

Com relação ao novo grupo comunista revolucionário que se formou, o que se deve discutir não é se o trotskismo tinha razão ou não, mas tarefas atuais..... É necessário discutir diretamente as tarefas da revolução de hoje. O preconceito antitrotskista não é devido apenas ao passado, e revertido contra nós. Fundamentalmente, ele se apóia nas fraquezas, o reformismo, o oportunismo e a falta de confiança nas lutas revolucionárias das massas. Para os chineses, para Kruchov, o problema não é trotskismo de 30 anos atrás, mas o de hoje, com seu programa, com sua política revolucionária. Para ganhar esses grupos, no Chile — como em outras partes — necessita impôr as discussões sobre as situações atuais, a política e a atividade a desenvolver hoje (...) deve ajudar a amadurecer os camaradas que

já foram ganhos, para que eles mesmo ganham autoridade e a direção dêsses grupos.

No PC do Chile existe uma crise enorme, e existe, grupos, tendências, que estão com os chineses, mas não pela semiimobilidade dos chineses, mas que procuram resolver os problemas da revolução no Chile de hoje, e para hoje. Os chineses não concretizam nada. Ainda eles são abstratos, superficiais, não fazem apelos em cada país, a lutar pelo poder. Eles o farão, estão obrigados a fazê-lo de aqui a pouco, mas por enquanto não o fazem. — Nestes grupos, devemos insistir que eles devem levar adiante o programa da revolução. Seriam muito necessários e proveitosos, documentos, boletins ou fôlhas para êsses grupos. No Chile, dever-se-ia editar um boletim ou jornal quinzenal dirigido ao PC, apelando pelas resoluções revolucionárias para o Chile.

No Brasil, em comparação, não é assim. — Só, não é necessário a preocupação pelos Partidos Comunistas, nem tampouco a preocupação por poder influenciar os chineses por intermédio dos Partidos Comunistas. — Êstes não têm pêso nas massas. Neste processo do Brasil, o nosso Partido pode colocar-se à cabeça dos movimentos revolucionários. Nossa ação direta influenciará e pesará em forma mais decisiva sobre os chineses, e sobre a base que é possível influenciar nos Partidos Comunistas e sobre o conjunto do proletariado, os sargentos e os camponeses. — Essa é a via para o desenvolvimento no Brasil.

Um abraço revolucionário
L. —

.....

Uma das novas cartas do c. Luiz referindo-se à greve geral dos operários de São Paulo, diz que esta foi um triunfo, mas o proletariado não pode recolher os proveitos íntegros, revolucionários, porque não têm os organismos para isso. — Suas direções estão contra. — Diz ainda, que essa luta influenciará muitíssimo aos sargentos e à pequena burguesia; e que justamente deve ser nossa tarefa concretizar os organismos da classe. Comitês de fábrica e bairro, Sindicatos únicos e de massas, Central Única e — impulsionar e realizar a Frente-Única com os demais setores das massas trabalhadoras e soldados.

CIRCULAR AS CÉLULAS SOBRE OS PROBLEMAS DO APARELHO TÉCNICO

Camaradas

A situação política nacional começa a preparar as condições para a retomada da onda revolucionária, desta vez a um nível muito mais avançado, com uma experiência decisiva. Aparecem ao mesmo tempo os primeiros estouros populares espontâneos, como os do mercado de Niterói e de uma favela do Rio, e as primeiras greves organizadas da classe operária, em Belo Horizonte e Brasília. Resurgem com enorme agudeza as divisões entre setores e tendências das classes dominantes, “vencedoras” mas impotentes para esmagar as massas ou para resolver a crise da estrutura capitalista do país. As discussões sobre a necessidade de “mudar” vão tomando o mesmo caráter violento da época anterior ao golpe contra-revolucionário.

Isto mostra a inevitabilidade da saída revolucionária voltar a se colocar a um prazo muito curto. Houve um hiato na situação revolucionária mas não o fim desta situação que caracterizou o período precedente. É preciso, mais que nunca, que o Partido se prepare à altura para atuar, e para jogar o papel que lhe cabe na próxima evolução dos acontecimentos. O Partido foi a única organização política que logrou manter uma continuidade nas novas condições surgidas com a subida da contrarrevolução ao poder e o PCB, preparados apenas para servir politicamente ao reformismo burguês, esfacelou-se em mil pedaços e perdeu-se na “luta interna”; o brizolismo, empírico e cheio de ilusões reformistas, é obrigado a rever tôdas as suas idéias e concepções anteriores e manter-se momentaneamente por fora, antes de retomar sua atividade na nova situação; os movimentos centristas, como

o PC do B e a POLOP, simplesmente desapareceram do mapa ou passam os fins-de-semana na preparação de "guerrilhas".

O Partido manteve sua atividade, apesar da repressão. Analisou a nova situação, mostrou as causas do revés momentâneo, indicou as perspectivas e a saída, dirigiu-se aos setores sensíveis à revolução do nacionalismo chamado a tirar as conclusões e retomar a ação, manteve a atividade no proletariado e nas massas, voltada a tirar as conclusões de necessidade de organização independente, de classe. Tudo isso, entretanto, que deve ser uma base de otimismo para todos os camaradas, levado de uma forma muito inferior às necessidades e mesmo às possibilidades do Partido. Com lentidão, com erros, com insuficiências. Isto, principalmente, por falta de amadurecimento e de compreensão política por parte da direção e do conjunto do Partido.

Como tem assinalado constantemente o cda. Pos, sobretudo em sua última intervenção na Seção, a chave de todos os problemas do Partido, e a insuficiência da vida política em seus organismos. O conjunto do Partido, tem assimilado apenas uma pequena percentagem da grande riqueza política e teórica que significam os documentos e discussões da direção da Internacional sobre o Brasil, sobretudo, os artigos da cda. Pos. Isto, sem falar nos outros documentos, resoluções etc., fundamentais para a formação de uma verdadeira concepção internacionalista e bolchevique de militante, como os diversos artigos sobre a Revolução na América Latina (Bolívia, Argentina, etc.), na Europa, (Itália, Espanha, etc.), na Argélia e em Cuba, sobre a revolução política e a crise sino-soviética, os cursos das escolas de quadros da América Latina, Europa e África, o manifesto de 1 de maio do Congresso mundial, etc. Últimamente, com a dificuldade para a saída impressa e regular de F.C., mesmo a elaboração diária da direção, a análise política diária, chega às bases com grande atraso e diluídas.

Na sua última intervenção na seção, o cda. Pos, fazia uma severa crítica à direção e ao Partido

por essas deficiências. A direção pela demora, ou pela não publicação dos documentos da Internacional pelo atraso e irregularidade na saída do F. C. mimeografado, e às bases e ao conjunto do partido, por não se rebelarem contra isso, por não ajudarem ao centro do partido, com críticas, exigências de material, resolução nas células e regionais sobre estes problemas.

Devemos tomar estas observações com um real espírito autocrítico, e atacar os problemas existentes para superar isso. Tem que haver um verdadeiro entendimento e assimilação por parte de todo o Partido da concepção política e ideológica de fundo destas observações, para em seguida se poder atacar à altura os problemas práticos e materiais existentes. O centro da questão não são os problemas materiais, mas a compreensão política.

TEMOS QUE PUBLICAR E DISCUTIR TODOS OS DOCUMENTOS DA INTERNACIONAL, PARA PODER FORMAR UMA VERDADEIRA SEÇÃO BOLCHEVIQUE E INTERNACIONALISTA E COLOCÁ-LA A ALTURA DAS TAREFAS REVOLUCIONÁRIAS NO BRASIL.

TEMOS QUE TIRAR REGULARMENTE, AINDA QUE MIMEOGRAFADA, A "FRENTE OPERÁRIA" SEMANAL. É IMPOSSÍVEL MANTER O PARTIDO SÓLIDO, CENTRALIZADO E PREPARADO PARA A NOVA ONDA REVOLUCIONÁRIA SEM A ELABORAÇÃO POLÍTICA DIÁRIA, SEM A RESPOSTA CONSTANTE DO CENTRO ÀS PREOCUPAÇÕES DA BASE, SEM UM PERIÓDICO SÓLIDO, DESTINADO A SUSTENTAR NOSSA PENETRAÇÃO E ORGANIZAÇÃO NO OPERARIADO E NAS MASSAS E NOSSA INFLUÊNCIA NOS SETORES OBJETIVAMENTE REVOLUCIONÁRIOS DO NACIONALISMO.

TEMOS QUE ATACAR ESTAS TAREFAS, CENTRALIZADAMENTE, EM CONJUNTO COMO PARTIDO. AS BASES, UMA VEZ COMPREENDIDA A NECESSIDADE DE FUNCIONAR COM ESTA CONCEPÇÃO, TEM TANTAS RESPONSABILIDADES COMO A

DIREÇÃO, NA APLICAÇÃO DA MESMA; TEM QUE AJUDAR A DIREÇÃO, NA ÚNICA FORMA POSSÍVEL, QUE É DISCUTIDO, ASSIMILADO E APLICADO, EXIGINDO OS MATERIAIS E FAZENDO COM QUE CIRCULEM, CHEGUEM À CLASSE, AO MEIO DE TRABALHO CONCRETO, ONDE SE ATUA; RECRUTANDO E DESENVOLVENDO NOVOS MILITANTES; E SOBRETUDO, ELABORANDO TAMBÉM, TIRANDO VOLANTES E MANIFESTOS DIRIGIDOS ÀS FÁBRICAS E MEIOS DE TRABALHO CONCRETO, TIRANDO SUAS PRÓPRIAS PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS COM A APLICAÇÃO CONCRETA DA LINHA DO PARTIDO PARA SEU MEIO DE TRABALHO.

Tudo isso, mostra a enorme importância política de que se reveste o trabalho técnico de publicações, etc. É preciso que as tarefas materiais, técnicas, sejam atacadas com o maior entusiasmo revolucionário, como se fossem as tarefas mais grandiosas da Revolução — *porque na verdade, o são.*

A atual comissão técnica, foi constituída com um alto nível político, com a discussão de todos os principais documentos antes de traçar os planos concretos para sua saída. Isto, entretanto, não adiantará no aumento de salários, por direitos sindicais, por direito de greve, por direitos democráticos, de falar, de reunir. Não quer dizer que vão esperar para conquistar isso, mas que a luta por isso vai organizar as massas para a derrubada deste governo. É isto o que deve compreender os setores mais avançados dos operários e também os sargentos.

As greves parciais, são importantes. Mas devem ser preparadas para ser ganhas, bem preparadas. Isto vai ter grande repercussão.

É necessário discutir nas fábricas (mas também entre os sargentos a mesma discussão pode ser feita) a organização sindical em termos bem concretos. Não há possibilidade real, por um certo período de sindicatos legais, amplos, de massa. Eles não podem permitir. Os golpistas acabam de fazer uma lei de greve bem reacionária.

Deve se preparar os comitês internos, nas fábricas, clandestinas. Mas não para permanecerem clandestinamente como base para conquistar a legalidade. Enquanto as lutas pela legalidade do movimento operário, é necessário funcionar clandestinamente.

Não será possível a organização legal, e é preciso organizar os comitês clandestinos, as entidades sindicais clandestinas. Mas é preciso dar idéias precisas e concretas. Por exemplo, buscar a frente-única de todas as tendências e correntes que há nas fábricas, discutir, pôr-se de acordo, para pequenas atividades. Pequenas ou grandes, isto depende. Pôr-se de acordo, por exemplo para discutir a questão do salário e o regime de trabalho.

É preciso fazer uma análise de qual é a atitude do patronato; se ausentou a repressão e abaixou o salário. Deve-se fazer uma análise completa. E também do Exército; qual é a atitude da oficialidade contra os sargentos, contra os soldados. Em geral não são medidas no sentido de desmantelar a atual estrutura. Em alguns lugares há mais repressão e brutalidade. Mas não é uma atitude geral em todas as partes. Isto significa que eles não têm segurança.

Esta análise é necessária para a frente-única. Qual é a finalidade da mesma? É a de reanimar a organização da atividade das massas. Se nós chamamos as massas, sozinhos, não tem repercussão. Mesmo se Brizola chama, não tem muita repercussão, em todas as partes. Mas se chamamos a frente-única à luta por reivindicações democráticas, de aumento de salários, de defesa dos direitos de intervenção política das massas, de defesa das conquistas já feitas isto pode impulsionar a reanimação da atividade das massas, da classe operária, e ao mesmo tempo organismos.

É preciso colocar formas de organização concretas. O PC vai estar contra. Inclusive um setor dos democratas-cristãos pode estar de acordo. Mas os comunistas não só estarão contra; irão denunciar à polícia. Então a base política do acordo é por fora da direção do PC; se ela aceita, de acordo. Mas é preciso tomar medidas concretas de defesa contra o PC. Deve-se ser claro e ter-

minante — o PC é delator, delata à polícia. Isto em tôdas as partes do mundo. A primeira coisa que fazem, quando não interessa a sua política de coexistência pacífica e vias legais é dar à polícia os lugares de encontro, de reuniões. É preciso tomar cuidado, tanto com o partido pró-soviético, como o pró-chinês. Eles não têm nossos interesses revolucionários — seus interesses são de manobras e diplomáticos. Na Argentina, fazem assim. Em outro país, um camarada que estava nas guerrilhas foi prêso e denunciado pelo PC. No Chile, os comunistas denunciaram os operários que viraram os carros da polícia e dos deputados da burguesia. Na imprensa apareciam os estudantes comunistas levando presos os estudantes socialistas que viraram os carros. E eles admitem isso, mas dizem: “bem, tínhamos de fazer isso”. Outra coisa diferente é a base do PC. Mas se a base segue a direção, deve-se ver que vai tender a contar o que sabe para ela.

A frente-única deve-se abrir a tôdas as tendências, inclusive ao PC. Mas não deve depender da direção do PC, da atitude dela. A situação é um pouco complicada, pois ao mesmo tempo deve-se chamar à frente-única e denunciar a atuação da direção do PC. Por isso, é preciso conhecer casos concretos de traição.

Os chineses acusam Kruschov de delatar ao imperialismo. Deve-se acreditar nisso. Kruschov não tem os interesses revolucionários dos chineses na Ásia. Também não tem interesse numa vitória do imperialismo, mas nessa contradição acaba servindo ao imperialismo, contra a revolução. Como o fez na Índia, onde deu armas a Nehru contra os chineses.

Nós não temos ainda autoridade para chamar à frente-única e mobilizar. As massas também não se podem ainda mobilizar; ainda pesa sobre ela o que passou. São dois meses apenas. Sobretudo porque não havia nem há agora direção. Elas ainda estão mais assombradas. Não se pode esperar que um chamado à frente-única vá ter êxito. Não. Não vai ter êxito posterior.

Pode-se medir como as massas pesam, observam e mantêm o espírito de luta na cautela enorme e na pre-

caução com que o governo faz a política contra as massas. Por um lado, isso não tem confiança em si, nas bases do Exército. Se êle lança o Exército contra as massas, o tiro sai pela culatra.

Por outro lado, a contradição do próprio governo, que necessita estimular o mercado interno, e não pode aumentar, porque não tem.

A frente-única deve começar por isso, mas não pode dar-se o objetivo de limitar-se a isso. Pode, por exemplo, lutar e dar apoio a reivindicações democráticas. O governo diz que vai proibir greves de solidariedade. Não podemos aproveitar a luta contra isso para a organização da frente-única.

Agora, uma coisa é a frente-única na fábrica, outra coisa é a frente-única fora da fábrica. Deve-se fazer um chamado por algumas medidas, pelas liberdades democráticas, por aumento salarial. Na fábrica pode começar por uma pequena medida da defesa e deixar, depois um comitê de fábrica que enquanto luta pela legalização, desenvolve a vontade dos operários de se organizar fora da fiscalização do governo. Porque os sindicatos legais estão submetidos a tôdas as limitações do governo; limitações às greves, cassações aos dirigentes. (Se êles cassaram os poderes de governadores, vão fazê-lo também para os dirigentes). É preciso, portanto desenvolver organizações paralelas.

O governo trata de desenvolver uma burocracia própria, para êle. Necessita de um aparelho próprio. E para fazer isso, necessita de construir, demagógicamente, certa democracia. Mas vão fazer de modo que os candidatos operários, representantes de classe, não possam ser eleitos. Assim a organização ilegal, clandestina, é necessária mesmo se o governo reconhece a organização legal. A burguesia, através do aparelho do Estado vai colecionar os candidatos para impedir a luta dos operários. Tem-se que lutar por eleições livres, sem cassações. Êste é um ponto importante para a frente-única. Para isso é importante o comitê de fábricas, que é a base para o sindicato clandestino.

Também para os sargentos, etc., é necessário isso. (Eles querem organizar uma direção clandestina. Que funciona esta direção clandestina preparando-se para uma etapa de levantamento). Da mesma maneira que dissemos que antes era possível decidir tudo, com um pequeno grupo que saísse com 15 ou 20 tanques, agora devemos impedir toda a explosão irracional. Não quer dizer que devemos impedir todo o estouro, como que devemos impedir toda greve que vai dar em derrota. As vezes mesmo sabendo que se vai sofrer um golpe. É preciso deixar para estimular o espírito de luta. Deve-se ver concretamente.

Enquanto se prepara tudo isso, é preciso saber esperar. Não tanto esperar a luta entre eles, mas sim a reanimação dos camponenses, dos operários, das bases do Exército. Esperar, quer dizer: não poder fazer grandes ações, pois ainda não estão em condições para isso. Não se podem fazer grandes ações hoje. Mas se surge um setor importante do Exército que queira sair e empunhar, isto é diferente. Neste sentido é preciso buscar que nas principais fábricas saiam declarações de apoio. Isto depende muito da situação de preparação que existir.

O proletariado se vai reanimar. As condições de vida são tremendas. O governo quer conter a carestia e tira a subvenção do trigo e do petróleo.

Deve-se rediscutir a questão dos comitês de fábrica. Eles hoje têm mais base, mas ao mesmo tempo, um papel diferente. Antes, era de certa maneira, um processo legal; hoje é um processo de luta que se combina para deitar abaixo o governo. É muito importante, neste sentido, discutir com todos os camaradas, para preparar a ação e não precipitar nada, não descobrir-se ante o patrão ante o espiá policial.

As tentativas de concessão do governo vão falhar. Que concessões pode fazer? Não tem jeito, não tem dinheiro. Necessita no mínimo 2.000.000.000 de dólares. O imperialismo não tem isso para dar. Acabou-se o tio rico. Não tem este dinheiro; toda a sua preocupação agora é como conter o processo mundial da revolução.

Sem uma atividade tendente à frente-única, o proletariado não vai encontrar um centro e eles vão poder, em certa medida, domesticar uma equipe para fazer uma burocracia nova. Que ao mesmo tempo tem-se que contar com a influência da Bolívia, Argentina, Chile e Peru.

Os acontecimentos do Peru são claros e terminantes. O que houve, não foi consequência do juís que anulou o gol do Peru. Este foi o estopim. Não, foi o ódio da luta de classe. Quatro ou cinco dias antes haviam ocupado vinte fábricas em Lima e Callao. Os bancários ocuparam os bancos. Há grandes mobilizações de simpatia por Cuba; grandes ocupações de terra no Sul do país. Há alguns meses, os camponenses sitiaram uma cidade no Cuzco e a ocuparam por dois dias. Há um clima social de explosão. E a gente viu a polícia não em defesa do juís. É que era a polícia, simplesmente. A polícia que reprime greves, que reprime os camponeses, os operários. E além disso, a polícia atirou, matou, assassinou. Em outra oportunidade, a gente não reage assim. Quando agiu assim é porque há muito ódio acumulado. Por isso mataram a quatro policiais — a um enforcaram na gravata, e aos outros esmagaram.

Antes, no jogo com os soviéticos e torcida já tinha tomado partido dos soviéticos, quando houve briga, e atiraram pedras na polícia. E agora, saíram pela cidade procurando policiais. E o governo retirou toda a polícia. Este é o clima que existe, da luta de classe.

Tudo isso vai favorecer enormemente a reanimação da atividade das massas aqui. O que é claro para nós é que a frente-única que preconizamos no campo sindical, no campo político, vai ser estimulada por todas estas lutas. E o proletariado vai fazer uma experiência nova de organização de classe. Na luta por deitar abaixo este governo, o proletariado vai fazer uma experiência como partido e como classe nos sindicatos.

Neste sentido é que o brizolismo pode desempenhar um papel muito importante — porque tem autoridade, porque tem equipe, porque tem certa autoridade no Exército, na pequena-burguesia, estudantes, intelectuais, e apa-

rece como um centro organizador. Neste sentido é importante entender seu papel para explicar às massas.

Não quer dizer que devemos organizar, nós os grupos de onze e ficar nisso. Se pudermos organizar diretamente como partido, é melhor. Quando não pudermos organizar, como partido, levamos adiante de qualquer maneira. É evidente que nossas possibilidades como partido são muito limitadas: temos pouca gente, poucos meios materiais, pouca base nas fábricas. A principal tarefa nossa é organizar nas fábricas, no campo, nos militares, etc. Está demais dizer que nossa luta por organização de comitês de fábricas, por formas clandestinas combinadas com formas legais deve estender-se ao campo. Os camponeses têm certas particularidades mas a situação em geral é a mesma. Com a diferença, que em certos lugares, a coisa vai se tornar muito difícil. Por exemplo, Nordeste. Uma situação muito difícil, é onde os latifundiários matam. É preciso defender o direito da sindicalização camponesa. É preciso intervir mesmo onde são os padres quem estão organizando, para desenvolver uma ala, um setor independente dos padres e do governo. Agora, no Nordeste, os padres podem ser um centro, em que há certa resistência. Mas é preciso vir estudar; não quer dizer que nós já devemos entrar aí.

Há outros países onde existem organizações dos padres, bastante avançadas. Eles se aproveitam disso mas permitem uma organização sindical bastante avançada. E não podemos aproveitar isso. Para isso é necessário um bom fundamento do partido e uma boa clareza do que se tem que fazer. É necessário estudar se se deve ir aos sindicatos dos padres e neste caso, organizar comitês clandestinos aí.

Isto se chama preparar para a vitória. Não se pode chamar agora a derrubar o governo. Este chamado não pode ter acolhida. Mas sim pode ter acolhida a frente-única, as palavras de ordem democráticas, de direitos sindicais, etc. Sem abandonar a perspectiva da greve geral. Mas não se pode agitar hoje a greve geral.

(Neste sentido, é importante que se há possibilidade de fazer alguma guerrilha tem-se que fazê-la. Sobretudo,

porque se há a possibilidade de uma guerrilha que se mantenha algum tempo vai estimular tôdas as lutas da classe operária. É o próprio brizolismo. Porque mostra a eles que há um setor decidido. Pois não está excluído que o setor da burguesia tenta fazer um acôrdo com o Brizola, seja Magalhães Pinto, seja outro qualquer. Mas a oligarquia jamais vai permitir isso. Derrubaram Goulart que era menos perigoso. Assim há muito de ilusão nesses boatos sobre emissários de M.P. a Brizola. Uma guerrilha pode simular aos grupos brizolistas a que se podem lutar. E assim, estimular o movimento camponês. Uma guerrilha agora teria importância enorme. Ainda que depois desapareça).

(Tem-se que tomar cuidado, neste trabalho com a infiltração da polícia. Na guerrilha de Salta, na Argentina, a metade era da polícia. ... e tem-se que evitar assaltos, ações, sem preparação, que possam permitir que o Exército intervenha e desbarate tudo. Assim que houver um foco de guerrilha, o Exército vai se lançar com alma e vida. Devemos organizar nós a guerrilha, se possível, combinada com o setor do Exército. E se existe já, deve ajudá-la para que possa funcionar. Não que a guerrilha vai resolver o processo de revolução brasileira, mas vai estimular. Sobretudo agora que não há nada). Há uma confusão enorme entre eles. Se ainda tem que contemporizar com o terceiro Exército... quando o ministro Costa e Silva, que é um burro, tem que falar como político, é porque não tem uma direção civil em quem apoiar-se.

Aos militares é necessário explicar cuidadosamente porque o Exército e os sargentos não saíram. E é preciso preparar para fazer um chamado á luta por reivindicações democráticas. Um chamado a resistir à medida de posição, de castigo. Não para resistir agora. Não imediatamente, mas sim preparar-se como resistir à deslocamentos maciços, por exemplo. Se Castelo Branco logra passar cinco, seis meses sem reação vai haver transferências maciças. Eles prenderam cem, duzentos sargentos, mas ainda está toda a estrutura do Exército.

É preciso que os militares acompanhem o movimento operário e camponês. Ainda que não seja através de

comícios, etc., mas fazendo uma vida interna, discutindo, preparando-se para o apoio. Dando uma perspectiva não a curto prazo, mas uma perspectiva de luta de mobilização. Porque se os soldados, sargentos, não se mobilizaram antes, muito menos vão se mobilizar agora. Deve-se considerar que é esta a situação. Qual é a situação objetiva, de ofensiva ou de defensiva? Defensiva, quer dizer que não se pode sair a dizer tome o poder, às massas. É necessário organizar agora os sargentos, etc. independentemente dos oficiais depende do aparelho.

A falta de uma organização independente impedia que cabos e sargentos impusessem a sua ação. É por isso que Costa e Silva e Cordeiro de Farias diziam — “cabos e sargentos faziam muita reunião, muito comício mas veio a disciplina militar e acabou tudo”. Para os militares tem a mesma significação a falta de atividade independente. Se os cabos e sargentos têm um programa próprio, não esperem por Aragão, saem. Não quer dizer que não se faça a frente-única com oficiais, mas sim que enquanto isso, se desenvolva a consciência política de que eles não podem ficar esperando a ordem e a iniciativa dos oficiais. Mas também é preciso compreender que é difícil para o soldado levar uma atividade independente se não vê nos operários, o movimento operário, o partido revolucionário intervindo.

Para as grandes massas, há duas experiências importantes, somente duas grandes experiências. Depois de 1946, onde o PCB tirou 660.000 votos e foi um centro nucleador das massas nesta etapa, as massas tiveram sua segunda experiências com as caídas de Vargas, Jânio e agora esta. O movimento sindical ainda não é um centro nucleador das massas. As massas se expressam já politicamente de uma forma muito mais elevada que no campo sindical. A greve geral de alguns meses atrás alcançou somente 400.000, 500.000 operários, os votos por Jango, 13.000.000. Isto quer dizer que as massas querem expressar-se politicamente. Mostra uma situação de atrito político, mas isto é relativo. Não se pode medir o atraso político das massas somente por isso. Porque não há partido de massa e de classe, não há sindicatos nem central de massas.

Por isso dizemos que 11 milhões de votos em Jango, são em potência 11 milhões de nacionalistas. Votaram pelo não, contra toda a oligarquia. Isto é um peso enorme. Jango não teve interesse em organizar isso. Poderia ter organizado isso, mas não teve interesse, pois seria uma força organizada contra o aparato do sistema capitalista. Foram dois anos de crise. E as massas jogaram um papel político de enorme importância. Tudo isso se pode reanimar — não, nós agora, mas sim, o movimento nacionalista.

Por isso dizemos, ainda que Brizola fuja, a base do movimento nacionalista está aí. Assim devemos intervir na formação dos grupos de onze lá onde existe a possibilidade. Não, nós inventarmos. Mas então nós intervimos com os mais organizadores, como os mais vigorosos. Se pudermos criar organismos para o partido, devemos fazê-lo para o partido... mesmo organizando grupos de onze, devemos intervir ao mesmo tempo como partido influí-los. Não é uma tarefa fácil, muito simples, mas se pode fazer.

Ainda há certa quietude nas cúpulas, e também nas massas que olham, observam, meditam, tiram conclusões. Mas há uma vida interior.

O mais importante para constatar isso, não são as notícias parciais de uma ou de outra fábrica, mas o que faz o governo. Se ele tem tanta precaução para avançar, é porque tem medo. E depois há imensas contradições entre eles que impede segurança para agir.

O desenvolvimento do partido é a base essencial para influirmos sobre os grupos de onze e o nacionalismo de agora ou de amanhã. E segundo, porque do contrário, o movimento nacionalista vai influir no partido. A base essencial para fortalecer nosso partido é ganhar militantes sindicais. É possível que ainda por um, dois, três meses, a coisa marche um pouco débil, mas depois vai começar a caminhar. E quando começar a caminhar, não vai caminhar para os comunistas. Os comunistas vão fazer tudo para concordar com o governo, para fazer uma frente-única.

Aí está a atitude do governo com a URSS, não diz nada, não quer tocar. Quer ter muito boas relações com

ela. O PC vai fazer de tudo para dar crédito ao governo e de dar-lhe confiança de que pode confiar nêles. Não pode esperar de nenhuma maneira que êles venham a ser um centro. Êles podem entrar numa frente-única conosco. Mas tem-se que manter sôbre êles uma completa desconfiança e tratar de ganhar, antes, possíveis bases para ajudar a decomposição dêles.

Se bem que Brizola falou muito mal dos comunistas, êle é oportunista e se fôr possível, vai querer aproveitar o PC. Não se pode fechar os olhos a que o PC pode aproveitar a tendência de conciliação de Brizola para manter-se com êle, contra nós. Atualmente Brizola está contra o PC, mas como não é um proletário, mas um revolucionário pequeno-burguês, pode voltar atrás.

Outro problema é, qual é a possibilidade do movimento camponês. Qual é? Depois dêsses acontecimentos, receberam mais golpes duros, muito duros, eram quem menos organização e experiência tinham e quem recolhiam mais ódios dos reacionários eram os que estavam mais desamparados.

Julião tirou manifesto, muito idealista, falando de um monte de figuras históricas, mas o manifesto de briga — chama a brigar. Hoje, o movimento camponês tem dois objetivos imediatos — defesa da organização sindical e dos salários e manter uma atividade constante, ainda que seja de pedidos burocráticos. Daí pode surgir a atividade para a frente-única.

No campo operário, é preciso analisar que dois anos de política de Jango, não foram correspondidos por um movimento maciço de organização sindical. Isto mostra a falta de confiança da classe operária nas direções existentes. Não reflete a falta de interesse do proletariado mas a falta de organização política de classe, que não pode influir sôbre o proletariado. O que impediu a organização da classe foi a política do PC, de Jango e de todos êles, que desanimaram a organização maciça. Hoje não há possibilidade de perspectiva nem para o PC, nem para Jango, mas sim do nacionalismo brizolista. Pode ser com Brizola a frente, mas também sem Brizola. Se êste não responde será deixado atrás.

(Aqui termina a parte gravada da intervenção do (cda. Luiz sôbre a situação nacional).

7. A POLÍTICA OPERÁRIA (P O L O P)

A organização Revolucionária Marxista (ORM) — Política Operária ou POLOP é um movimento ainda em fase de formação, surgido da crise que se originou em nosso País por dois fatores gerais: um externo, relativo à divergência política entre a URSS e a China Comunista, cujas repercussões, em todo o mundo, ocasionaram inúmeras e profundas dissensões entre os comunistas; e outro, de caráter interno, resultante da valorização das esquerdas no ambiente político brasileiro, após a renúncia do Presidente Jânio Quadros e a ascensão de João Goulart.

Se procurássemos definir as principais características da POLOP diríamos que se trata de um movimento divergente da luta política atual do PCB, mas afinado com as concepções marxistas-leninistas do PC Chinês, discordante de qualquer solução que admita a associação política com a burguesia e convicto do princípio da hegemonia.

A POLOP admite e até preconiza a formação da frente-única, mas a concebe apenas como constituída pelas esquerdas. É o que denomina a Frente da Esquerda Revolucionária. Tende, portanto, para o desvio ideológico que os comunistas chamam de “esquerdismo”, isolacionismo condenado por Lênin. Em contraposição, a POLOP, como os partidários de reformistas, denominam os seguidores da atual política soviética de reformistas ou revisionistas. Na Revista “Política Operária”, órgão oficial do movimento, vamos encontrar, em seu n.º 7:

“Nos documentos oficiais chegados a nós, os comunistas chineses não rejeitam a “coexistência pacífica” como tal. Êles a admitem nas relações entre

países ou grupos de países com sistemas sociais diferentes, como uma "política de paz", destinada a evitar ou adiar uma nova guerra. Suas objeções são a que a coexistência pacífica seja aplicada: 1.º — *entre nações opressoras e oprimidas*; 2.º — *nas relações entre classes antagônicas da mesma nação*".

"Em outras palavras, os companheiros chineses afirmam que a "coexistência pacífica" não pode prejudicar a luta dos povos coloniais, semicoloniais ou subdesenvolvidos contra o imperialismo e, segundo, que não pode prejudicar a luta do proletariado dos países capitalistas pela revolução e pela destruição da sociedade exploradora".

Mais adiante, no mesmo artigo, lemos o seguinte sobre o papel da POLOP:

"Em segundo lugar, devemos ter consciência de que a maior contribuição que o proletariado brasileiro pode dar é a revolução socialista. É essa que deve ser a meta declarada e aberta do novo partido revolucionário, meta que não deve ser abandonada em nenhum momento da luta. É, sob essa bandeira que se organizará a classe operária do país, se despertará a sua consciência e se a levará à luta final. Esse objetivo só poderá ser alcançado *em oposição à presente política externa soviética*, que se faz sentir nas lutas de classe, mediante a atuação do PCB".

A divergência com a cúpula do PCB é evidenciada constantemente na documentação do movimento que se opunha intransigentemente ao apoio dado pelos comunistas a João Goulart. Diz Mauro Martini, na "Política Operária (n.º 7):

"É necessário não esquecer que o Sr. João Goulart chegou ao poder com o apoio da esquerda e que constituiu o primeiro governo trabalhista a instalar-se no país. Para as massas, é difícil distinguir entre o trabalhismo pequeno-burguês e a esquerda. Este governo de traições e de opressão, ao qual o Sr. Luiz Carlos Prestes empresta a solidariedade do

PCB, declarando-se em Recife, seu aliado, aparece, pois, para as massas, senão como um governo de esquerda, pelo menos como aquele governo que a esquerda é capaz de dar ao país".

A POLOP lançou, assim, dentro das idéias que presidiram a sua formação dois pontos básicos de sua política: primeiro, externamente, a divergência em relação à linha política do PCUS; segundo, internamente, a convocação de uma frente esquerdista operária, independente e, mais do que isso, contraposta à burguesia nacional e ao governo que a representava. Por essas razões, em agosto e julho de 1963, respectivamente, lançou as duas resoluções abaixo transcritas que exprimem de modo significativo as bases e os objetivos de sua orientação política.

1.º — Sobre a linha política externa:

"Resolução do Comitê Nacional (do POLOP) —

O Comitê Nacional da ORN — Política Operária, tendo em vista que as divergências entre os partidos comunistas da URSS e da China, não são pequenas discrepâncias, mas divergências profundas e de princípios;

Que a luta que se trava é a luta entre os marxistas revolucionários e os revisionistas reformistas;

Que a Política Operária nasceu da oposição ao reformismo e ao revisionismo, e portanto já tem posição firmada com relação aos principais pontos sobre os quais se trava a luta ideológica;

Que em questões fundamentais, nossas posições coincidem com as posições do Partido Comunista Chinês, colocadas nos debates sobre as divergências, destacando-se as seguintes:

a) que a linha do movimento comunista deve ter como base a teoria revolucionária marxista-leninista e dela não se deve afastar;

b) que a passagem do capitalismo ao socialismo se fará através da revolução, com a implantação da

ditadura do proletariado e liquidação dos aparelhos burocráticos e militar da burguesia;

c) que a coexistência pacífica entre nações independentes de sistemas sociais diferentes não pode ser aplicada nas relações entre nações opressoras e oprimidas e muito menos estendida às relações entre as classes exploradas e exploradoras;

d) que formam como: "Estado de todo o povo", "Partido de todo o povo", Regime de coexistência pacífica", "Reformas Estruturais", obscurecem o caráter de classe do Estado, tese fundamental da teoria marxista sobre o Estado;

e) que devemos lutar pela independência e igualdade dos partidos comunistas nacionais nas suas relações com outros partidos comunistas;

f) que o único caminho na luta pela paz é através da luta de classe e que o perigo da guerra só desaparecerá com o fim do imperialismo. (Esta tese marxista-leninista sobre o problema da guerra e da paz, defendida pelo PCC, está sendo deformada pela imprensa burguesa e reformista).

Que as discussões dos fundamentos das divergências levará todos os revolucionários a se aprofundarem nos conhecimentos do marxismo e da experiência histórica da luta operária.

RESOLVE:

1) Afirmar de público nossa posição de apoio ao Partido Comunista da China nas suas divergências com o Partido Comunista da URSS.

2) Recomendar a todas as bases da Organização o estudo e debate do problema das divergências, o que implica no estudo profundo das principais teses do marxismo e da experiência histórica da luta de classes.

3) Estender, após as discussões internas, o debate para fora da Organização, aproveitando o interesse popular pelo problema para difundir as teses marxistas e elevar a consciência política das massas.

4) Ressaltar o perigo das transplantações mecânicas das experiências e teses de partidos de outros países para o nosso, lembrando que para a aplicação correta do marxismo à luta de classes no nosso país é necessário o conhecimento das condições concretas em que esta luta se trava.

COMITÊ NACIONAL DA ORM

— Política Operária

Belo Horizonte, agosto de 1963".

2.º — Sobre a linha política interna:

"Declaração Política da II Conferência Extraordinária (da ORM — POLOP).

1. A vida política brasileira caracteriza-se, neste momento, pelo avanço do processo de radicalização que vem marcando o país nos dois últimos anos. Tal radicalização decorre, fundamentalmente, do esgotamento da fase de expansão capitalista, que forçou a burguesia a apelar para novos métodos de exploração dos trabalhadores, substituindo a política inflacionária pela de estabilização financeira. Para a efetivação desta política antipopular, a burguesia precisou apoiar-se nos setores mais reacionários da sociedade brasileira, representados pelos grupos latifundiários-exportadores e pelo imperialismo.

2. A aliança política que a burguesia contraiu com a reação, a fim de garantir o êxito de sua política financeira, levou-a a renunciar às transformações de estrutura que pretendia introduzir, e que visavam a abrir novas perspectivas para o sistema capitalista no país. A política externa "independente" converteu-se em "slogan" vazio, incapaz de encobrir o servilismo com que o Governo brasileiro obedece ao comando do imperialismo norte-americano. A recomposição com as forças políticas de base latifundiária dissipou a ilusão dos que esperavam desse Governo uma solução para o problema agrário, e o

vêm marchar agora para o encaminhamento de medidas conciliatórias cujo resultado será, não a libertação dos camponeses, mas o aburguesamento do latifundiário.

3. A despeito dessa política de aliança com o que existe de mais reacionário na sociedade brasileira, o governo burguês do Sr. João Goulart procura manter o controle das massas trabalhadoras, consciente de que, sem o consentimento destas, não se sustentará muito tempo no poder. Ao esforço desesperado para não perder a liderança do processo de reformas de bases, soma o Sr. João Goulart ataque às organizações direitistas e filoimperialistas, como o IBAD e o IPES, o que pretende apresentar-se ao povo como defensor do nacionalismo e da democracia. Simultaneamente, reforça o seu dispositivo militar, expurgando-o dos elementos mais radicais que poderiam impedi-lo a tomadas de posição contrárias à política centrista que adotou. Sabe o Sr. João Goulart que a burguesia não o acompanharia em qualquer aventura que implicasse um rompimento definitivo com a reação latifundiária e imperialista, e a colocasse na dependência exclusiva do apoio popular. Seus compromissos de classe com aquelas forças o impedem de fazê-lo. Como também o exemplo próximo e temido da Revolução Cubana. Mais do que tudo, porém, não poderia a burguesia abraçar tal política em virtude da situação econômico-financeira que enfrenta hoje o país.

4. São, com efeito, as condições materiais do Brasil que forçam a burguesia a descarregar sobre as massas o ônus de sua política de sobrevivência de classe, cuja essência consiste na defesa do lucro à custa da desvalorização do salário real dos trabalhadores. Para as massas, tal política importa em desemprego e em rebaixamento do seu padrão de vida. Em consequência, amplia-se a distância que separa as soluções operárias, e os trabalhadores experimentam na carne as limitações que o sistema capitalista oferece ao atendimento de suas reivindicações mais vitais.

5. O divórcio que se verifica, no plano político, entre a burguesia e a classe operária, e que constitui o fator último da fase de radicalização que atravessamos, retira qualquer viabilidade às soluções reformistas que as lideranças tradicionais da esquerda insistem em preconizar. Enquanto os reformistas perseveram no apoio às posições burguesas, a massa operária vê, diariamente, o Governo burguês deslocar o seu centro de gravidade para a direita, ceder às imposições dos especuladores e dos sonegadores de produtos de primeira necessidade, reprimir os movimentos grevistas, concluir os mais vergonhosos acordos com as empresas e os governos imperialistas, negar qualquer possibilidade de melhora para o sofrimento dos trabalhadores do campo. Acentua-se portanto, o descrédito nas lideranças reformistas, cuja incapacidade não lhes permite abrir novas perspectivas para a expressão política das aspirações populares.

6. Os movimentos e as recomposições que se verificaram na área das forças populares exprimem essa situação. A radicalização operada nas Forças Armadas rompe a tradição que colocava sargentos e soldados à mercê das preferências políticas de seus generais, e que os excluía de uma intervenção direta na luta entre explorados e exploradores, base objetiva da política nacional. A articulação dos sargentos em torno dos interesses populares abalou o regime latifundiário-burguês no que ele tem de mais vital — a capacidade de reprimir prontamente os movimentos de massa — ao mesmo tempo em que desmascarou os generais que, aparentando uma falsa identificação com estes interesses, nada mais fazem que funcionar como guardas pretorianos da burguesia. A união das lideranças sindicais no CGT, visando aumentar seu peso na vida política, pôs a nu o verdadeiro conteúdo do populismo que pratica o Sr. João Goulart, o qual, tudo fazendo para frustrar a formação da Central Operária e dividir o movimento sindical, deixou claro não estar interessado no fortalecimento da organização operária. O

comportamento da Frente de Mobilização Popular, através da qual as lideranças tradicionais da esquerda procuraram adaptar-se às novas condições criadas pela radicalização política, evidenciou que os compromissos que têm com as classes dominantes e seu apêgo aos velhos métodos de atuação não as habilitam a responder às aspirações atuais da massa trabalhadora.

7. A experiência está mostrando, portanto, a necessidade de colocar em novos termos as lutas políticas no país, a fim de que exprimam realmente as relações de classe que hoje prevalecem. São cada vez mais maduras as condições para uma política independente da classe operária. Isto significa trazer ao cenário nacional uma perspectiva própria do proletariado para a solução dos problemas brasileiros, em contraposição às alternativas burguesas existentes. Os fatos demonstram que tal política não poderá ser levada a cabo pelas lideranças reformistas e que se faz mister o surgimento de novos quadros, diretamente ligados às massas populares. Um fracasso da esquerda, perante esta tarefa deixará as massas desorientadas e descontentes, à mercê de qualquer aventura bonapartista ou fascista.

8. O momento brasileiro reclama um instrumento capaz de mobilizar os trabalhadores da cidade e do campo e de lançá-los à arena política, com fisionomia própria e peso específico. "POLÍTICA OPERÁRIA" propõe, para isso, a todas as forças revolucionárias do país, a Frente da Esquerda Revolucionária. O conteúdo desta será dado pela liderança que a classe operária assumirá no processo da luta, agrupando todas as classes exploradas e livrando as batalhas que liquidarão definitivamente a dominação latifundiário-burguesa no Brasil.

São Paulo, julho de 1963".

a. A Criação da POLOP

Vamos encontrar a origem da POLOP em um documento dessa organização, datado de novembro de 1962,

denominado "Política Operária, sua evolução e perspectivas, do qual reproduzimos o seguinte trecho para maior autenticidade:

"Algumas dezenas de jovens de esquerda militavam no Rio, São Paulo, Belo Horizonte, em várias organizações e partidos — como o PS, a Liga da Juventude Trabalhista, a Liga da Juventude Socialista — de maneira independente, pois não concoravam com a linha do PC e nem acreditavam nos partidos populares tradicionais como o PTB e o PSB. Esses jovens se encaminharam para o marxismo, buscando nele um instrumento de compreensão do processo brasileiro. No Rio de Janeiro já haviam lançado a revista "Movimento Socialista" que já pretendia marcar uma posição marxista independente. Principalmente através do Movimento Estudantil puderam fazer ligações estaduais e devido a pressão que sofriam nos organismos de esquerda existentes, pressões exercidas, por grupos do PC, da JUC e mesmo da reação, que se fundamentavam no caráter das diversas concepções de luta, foi amadurecendo gradualmente a idéia de se formar uma nova organização independente, que seria uma organização revolucionária marxista. Foi elaborado um documento que fundamentava a necessidade dessa organização, cujo objetivo seria o de ajudar a criar as condições para o surgimento de um partido revolucionário da classe operária, tendo como pressuposto a falência das organizações de esquerda existentes e a impossibilidade destas de se transformarem na vanguarda da classe operária.

Tendo sido aprovado tal documento, o grupo do Rio elaborou um projeto de estatutos que teria vigência até a realização do I Congresso Nacional. O grupo se definia então, pelo socialismo científico, formulado por Marx e Lênin e desenvolvido pela experiência do proletariado internacional, à base do materialismo dialético. O artigo n.º 3 desse estatuto dizia:

Nosso "objetivo é a formação de um partido revolucionário da classe operária, independente ideoló-

gica e organizatòriamente, capaz de levar o proletariado ao poder na luta pelo Brasil socialista". No seu artigo 20.º dizia:

"Com a formação de um partido marxista, definido no artigo 3 acima citado, o grupo se dissolverá, a fim de prosseguir a luta pelo socialismo no Brasil em nível mais alto.

Essa definição e seus objetivos, seriam confirmados no Congresso de Jundiaí e passariam a constatar também dos estatutos definitivos da organização.

Fundou-se assim, há dois anos e meio atrás, a Organização Revolucionária Marxista — "Política Operária".

O objetivo fundamental da POLOP é a formação de um partido revolucionário independente essencialmente marxista. Considera-se a POLOP como a depositária da doutrina em sua essência.

"É claro que, em termos gerais, a nossa interpretação da revolução brasileira era a mais correta em relação às concepções dos outros grupos de esquerda, pois era a única concepção que se baseava no método materialista dialético e na experiência histórica do proletariado".

Em suas atividades concretas a POLOP surgia como um pequeno grupo radicalizado que se somava ao ambiente esquerdista nacional já tumultuado por inúmeras correntes dessa natureza. Diz o documento citado:

"A nossa tática de luta teria de sofrer portanto as deficiências da falta de uma compreensão mais profunda dos problemas brasileiros e internacionais, mas principalmente devido às deficiências organizativas, ela iria sofrer várias limitações práticas. Isso porque, atuávamos nos mais diversos setores simultaneamente, em todos eles procurando sempre radicalizar a luta na medida do possível. É verdade, que em geral éramos bem sucedidos, contudo essa radicalização era sempre episódica, pois não tínhamos

condições de darmos continuidade ao trabalho e em geral, um tipo de trabalho era abandonado por outro, não se tirando dêle tôdas as conseqüências desejáveis.

No plano da organização, a POLOP irá se caracterizar sempre por três fatôres:

- 1.º — número restrito de militantes;
- 2.º — excesso de trabalho dos militantes;
- 3.º — excessiva flexibilidade-organizativa.

A ação da POLOP se fez sentir particularmente no movimento estudantil e universitário de Minas Gerais. O balanço dessas atividades é encontrado ainda no mesmo documento:

"Os pontos positivos de sua existência são inúmeros se se considerar o curto período de tempo em que existe. Em Minas, que é a experiência que conhecemos mais de perto, podemos afirmar que em tôdas as oportunidades a POLOP procurou elevar o nível de consciência das massas através de uma pregação revolucionária radical e conseqüente. Foi assim:

1.º) no movimento estudantil, através da participação de seus militantes em órgãos diretores, em jornais, revistas, seminários, congressos, etc.

2.º) no movimento operário, através da participação em assembléias, greves, sindicatos, através de cursos para formação de líderes (que comporão futuramente as fileiras do Partido Revolucionário). Tb. no movimento dos favelados, etc.

3.º) na luta político-eleitoral, pelo apoio a candidaturas populares através das quais se pudesse usar uma série de instrumentos de politização.

4.º) no plano teórico, na medida em que forem feitas uma série de análises que embora limitadas serviram para despertar e encaminhar a consciência dos militantes para fórmulas superiores de compreensão dos problemas, sobretudo os políticos.

5.º) em várias oportunidades, como na crise de agosto de 61 e de julho de 62, nas quais a POLOP pôde colaborar bastante na frente-única.

Esse tipo de atuação foi bastante decisivo, quer no plano estadual como em plano nacional. Ele aguçou a radicalização dentro do PC influenciando inclusive na cisão do PC do B; forçou, em muitos sentidos, a definição de vários católicos de esquerda o que culminou com a criação da AP; radicalizou a luta dentro do PTB e dinamizou o PSB; radicalizou o movimento estudantil (agora começa a lutar contra a sua tradicional política de cúpula) e deu impulso à criação das Ligas Camponesas”.

E logo a seguir, analisa as três etapas da formação da POLOP em Minas Gerais:

“Consideramos que de fato a POLOP passou por três etapas:

1.º) a etapa da discussão dos objetivos da organização e a sua consolidação em um pequeno grupo, através de uma linha política definida no Congresso, da adoção de uma determinada tática de luta e de um esquema de organização.

2.º) a etapa iniciada com o 1.º curso para formação de líderes operários, em que a POLOP cresceu relativamente, seus membros ficaram entusiasmados, e foi estabelecida a criação de núcleos.

3.º) etapa foi iniciada após a crise de agosto com o documento “Novos Caminhos” e que durou até a demissão de 2 membros do secretariado.

Essas três etapas, para nós, caracterizaram o desenvolvimento da organização no que chamaremos a sua primeira fase, a quarta etapa, a que atualmente atravessamos, pode ser considerada como o início de uma segunda fase que analisaremos por último. Por hora, vejamos o desenrolar dessas 3 etapas:

1.ª ETAPA

Cuidou-se da fundamentação teórica e da explícita de sua linha política (documentos). Foram recrutados diversos elementos, a maioria estudante e intelectuais. A atuação prática começou a se intensificar e as reuniões constantes sedimentaram uma identificação de pensamentos.

2.ª ETAPA

Foram formados bons líderes operários, contudo, a organização não teve condições de absorvê-los. Esses líderes ou entraram para o PC mantendo lá dentro uma conduta crítica em relação à sua linha política ou permaneceram vinculados pessoalmente aos militantes da POLOP, atuando em sindicatos, movimento de massas, no PSB, preparando novos cursos, ajudando na fundação de Ligas, associações de bairros e favelas, etc. O núcleo operário bem como os núcleos de faculdades estavam fadados ao fracasso, devido ao caráter flexível e amadorista da organização. Isso porque, de fato, a organização não funcionava como tal, a não ser, em alguns casos esporádicos. Bastante inexperientes, os dirigentes não sabiam o que fazer com o núcleo operário, como orientá-lo de forma que crescesse e perdurasse. Foram feitas várias reuniões para discutir os problemas sindicais o que culminou com o maior fortalecimento desses operários dentro do sindicato, contudo, pela incapacidade da organização de profissionalizar esses quadros eles perderam boas oportunidades de assumir totalmente a direção sindical e prosseguiram atuando de forma esporádica em uma ou outra oportunidade.

Nas faculdades, os núcleos começaram a funcionar, mas devido a indisciplina, a falta de persistência, ao acúmulo de trabalho e às discussões “metafísicas” provocadas pela falta de uma compreensão clara das finalidades específicas de tais núcleos, fracassaram.

Foi assim, que a crise de agosto surpreendeu a POLOP totalmente despreparada. Mesmo assim, todos

os seus membros atuaram na frente-única. É claro que essa atuação teria de ser desordenada, infantil, perigosa e improdutiva. Até certo ponto êsses erros se justificavam quando se considera que semelhante crise foi a primeira vivida por nossa geração. O próprio PC não soube como se portar e cometeu também os seus erros bem mais graves.

3.a ETAPA

Depois da crise de agosto, a iminência de um novo golpe militar definitivo, colocou para a POLOP de Minas a possibilidade da revolução a curto prazo. A maneira como foi encarada tal perspectiva, que de modo geral foi importada dos militantes nordestinos das Ligas, teve uma série de conseqüências catastróficas, não só para a POLOP, como para o movimento revolucionário em geral”.

A POLOP é assim um movimento embrionário que objetiva a criação de um “partido revolucionário da classe operária” e para isso procura desenvolver as seguintes tarefas:

- 1.a) formar os quadros partidários;
- 2.a) radicalizar as organizações existentes para criar as condições de aceitação e adesão a êsse novo partido;
- 3.a) lutar por uma frente de esquerda revolucionária;
- 4.a) lutar pela aliança operário-estudantil-camponesa;
- 5.a) acentuar o antiimperialismo e superar o nacionalismo;
- 6.a) estabelecer as bases de um programa socialista.

Êstes são os objetivos táticos a que o POLOP se propôs em um dos seus documentos básicos.

b. As bases da ORM — POLOP

Para a compreensão de que é e do que pretende a POLOP um dos documentos mais importantes é o n.º 6 da Revista “Política Operária” que publica os materiais, as teses e as diretrizes políticas do II Congresso da ORM-POLOP. Estas últimas constituem um conjunto de quatro estudos, bem condensados, sobre a situação nacional, a situação internacional, o movimento operário e o movimento camponês. Reproduzimos os seguintes trechos selecionados em tais diretrizes, que exprimem as bases desse movimento comunista:

A SITUAÇÃO NACIONAL

- 1) “Os acontecimentos que marcaram a vida política, nos dois últimos anos (1962-63) resultaram de uma crise de crescimento, do sistema capitalista brasileiro, num quadro de decadência do sistema imperialista mundial”.
- 2) “A crise de crescimento do sistema capitalista traduziu o estrangulamento da expansão econômica que se vinha operando a partir da última guerra mundial”.
- 3) “A expansão capitalista que ora chega a um ponto de estrangulamento, correspondeu ao período de implantação da indústria de base no país. Nesta fase assistiu-se ao reforçamento da burguesia industrial paulista, que passou a gozar de supremacia absoluta dentro da classe dominante e procurou exprimir essa situação no plano político. Neste sentido, foi levada a propor a revisão do compromisso de dominação que mantém com os setores latifundiários e mercantis, assim como a reivindicar novo esquema de relações com o imperialismo norte-americano, visando a melhorar suas condições de parceria”.
- 4) “O processamento dessa revisão — confiada ao Governo Jânio Quadros, que a concretizou ao lançar a sua política financeira e ao dar início, com a política externa, às reformas estruturais reclamadas — desencadeou a reação dos demais setores dominantes, conduzindo às crises políticas abertas em agosto de

1961. Tais crises contribuíram para radicalizar as massas urbanas que vinham sofrendo os efeitos da política inflacionária praticada pela burguesia e dos primeiros sintomas do declínio da expansão econômica, que se esboçam a partir de 1959”.

5) “A radicalização popular e o exemplo próximo da Revolução Cubana estimularam, em largos setores da esquerda, as tendências aventureiras, fazendo-as descurar das tarefas de organização das massas que o momento colocava”.

6) “O resultado das eleições de outubro e a importância popular na questão do bloqueio de Cuba confirmaram, definitivamente, o reforçamento da burguesia e a queda que se registrava no movimento urbano das massas”.

7) “A esquerda revolucionária, enfrentando embora um refluxo temporário do movimento de massas, provocado principalmente pelos sacrifícios que a inflação impôs e pela decepção de uma política reformista, possui um grande trunfo para pôr em xeque o plano de ação da burguesia e que é o agravamento das condições de vida, que vai resultar de crise econômica e da política de estabilização; êsse agravamento não poderá, com efeito, ser disfarçado por aumentos nominais de salário, nem pelo recurso indiscriminado às subvenções públicas, que caracterizaram o período inflacionário — o que colocará as massas em frontal antagonismo com a política de sacrifícios que a burguesia lhes quer impor. Conta, ainda, com o fato novo que representou o surgimento, ao lado da POLOP, de grupamentos revolucionários como o PC do Brasil, e o grupo rebelde do MRT (Movimento Revolucionário Tiradentes)”.

8) “Para desempenhar corretamente seu papel, a esquerda deve libertar-se das ilusões que a dominaram até agora a fazer frente às tendências oportunistas e aventureiras que nelas se desenvolveram. A fase que atravessamos exige, prioritariamente, a interpretação científica das condições em que se desenvolve a luta de classe; a propaganda e a agitação

revolucionária no seio das massas; e a organização destas em uma frente de classes, suporte de um autêntico partido revolucionário — Partido que não constitui tarefa exclusiva de nenhum dos grupos que compõem a esquerda, mas o resultado de um trabalho comum de coordenação e unificação de forças”.

A SITUAÇÃO INTERNACIONAL

1) “A crise geral do sistema imperialista na presente fase histórica se deve: à expansão e ao fortalecimento do campo socialista, à saturação do mercado capitalista que se agrava com o desenvolvimento dos meios de produção em geral, e aos movimentos revolucionários que acompanham a crise colonial”.

2) “O crescente desenvolvimento da produção capitalista, acelerado depois da última guerra, choca-se hoje com limites impostos pela restrição do mercado, devida ao baixo consumo das áreas dependentes, além da passagem de outras áreas para o campo socialista”.

3) “O ponto crítico do imperialismo é justamente sua zona de maior exploração: a região subdesenvolvida, que é marginal ao grande desenvolvimento capitalista. Aí, o movimento revolucionário torna-se mais forte e entrava, porisso, a realização de um desenvolvimento pacífico do capitalismo interno, por sua vez, com perspectivas limitadas em virtude de seu aparecimento tardio”.

4) “Os prenúncios de depressão na economia norte-americana e o desenvolvimento do campo socialista deixam latente o perigo de uma guerra mundial”.

5) “O proletariado mundial tem todo interesse em que semelhante guerra mundial, liderada, de um lado pelos Estados Unidos e de outro pela União Soviética, seja adiada”.

6) “O que o argumento diplomático da “coexistência pacífica” pode pretender é evitar ou adiar a eclo-

são de uma guerra mundial. A “coexistência pacífica” é válida nas relações entre Estados com sistemas sociais antagônicos, mas não tem lugar nas relações entre classes antagônicas dentro de um sistema social baseado na exploração”.

7) “As principais perspectivas revolucionárias se colocam, pois, presentemente, para os países capitalistas retardatários”.

8) “Daí a importância, hoje, da existência e agressividade dos partidos revolucionários para aproveitar a crise colonial do imperialismo, como alternativa à consolidação pacífica do sistema capitalista”.

O MOVIMENTO OPERÁRIO

1) “O desenvolvimento industrial das últimas décadas criou no Brasil um proletariado composto de mais de três milhões de pessoas, que representa uma força material definida nas relações de classe do país: contudo a força material dos operários não corresponde a uma força política equivalente, em virtude do pouco amadurecimento da sua consciência de classe”.

2) “O que dá uma consciência política definida e própria ao proletariado é um partido revolucionário de classe. Este não surge pronto e achado, mas já é um produto da penetração das idéias revolucionárias do marxismo na classe operária, divulgadas por pequenas vanguardas, no decorrer de muitas lutas parciais”.

3) “No caso concreto do proletariado brasileiro, esse trabalho educativo das massas operárias, já realizado no passado, foi retardado pela orientação reformista que domina os partidos oficiais da esquerda há duas décadas, período em que uma geração de novos operários industriais ficou submetida à influência quase unilateral das mais diversas teorias de colaboração de classe com a burguesia nacional. A tarefa fundamental de uma vanguarda, como a POLOP, em tais circunstâncias, consiste na coopera-

ção com todas as forças capazes de enfrentar o reformismo e a ideologia burguesa, existentes no seio da classe operária, numa Frente Revolucionária de Esquerda, e orientar a luta comum no sentido de opor à “frente-única” com a burguesia nacional uma Frente-Única dos Trabalhadores da Cidade e do Campo, como palavras de ordem de um futuro movimento de massa, de caráter de classe”.

4) “Embora o movimento sindical tenha apresentado um marcante progresso durante os últimos anos, que se caracterizou pela formação de federações e confederações sindicais e, há pouco, do Comando Geral dos Trabalhadores — que representa um passo em direção à indispensável criação de uma Central Sindical Brasileira — o problema fundamental — o da constituição sindical, da libertação dos sindicatos do controle do Ministério do Trabalho — não está sequer colocado pelos reformistas”.

5) “Mas se impõe igualmente, a denúncia de todas as tentativas burguesas e reformistas de estruturar “alianças” entre o proletariado, a burguesia nacional e certos setores latifundiários pretensamente antiimperialistas. Semelhantes tentativas não fazem mais do que enfraquecer a luta, pois espalham ilusões acerca das classes e camadas sociais ligadas a longo prazo ao sistema imperialista, escondem que o operário brasileiro é vítima de uma dupla exploração, a do capitalista nacional e do estrangeiro que, disputando as suas partes de mais-valia, tiram à luta antiimperialista o seu caráter de classe”.

6) “A Revolução Cubana é, hoje, o defensor mais conseqüente dos interesses vitais dos operários e camponeses do Continente e, por sua vez, necessita mais do que nunca do apoio ativo dessas classes, para resistir a ofensiva latente do imperialismo e da burguesia latino-americano”.

O MOVIMENTO CAMPONÊS

1) “O desenvolvimento do capitalismo e sua penetração no campo levaram ao rompimento das relações

de produção aí existentes e engendraram um movimento espontâneo de massas, que se mobilizou, até agora, sob duas orientações: a das Ligas Camponesas, que realizaram um trabalho essencialmente agitativo à base de palavras de ordem pequeno burguesas, e a do Partido Comunista Brasileiro que procurou dar-lhe uma organização burocratizada e imprimir-lhe a sua ideologia reformista”.

2) “A crise por que hoje passam as Ligas e o beco sem saída a que está chegando a organização camponesa do PCB indicam a existência de uma crise geral do movimento camponês, que só será superada na medida em que este ingresse em uma fase de efetiva organização interna por meio da qual se mobilizam e enquadram as grandes massas rurais e marcha, superando o radicalismo e o reformismo pequeno-burgueses para uma atuação revolucionária consequente. Tais devem ser, portanto, as diretrizes da POLOP, neste setor: organizar em novas bases o movimento camponês e abrir a perspectiva de uma solução real para os problemas do trabalhador do campo”.

3) “O objetivo de trabalho de agitação e organização das massas rurais é a *vinculação do movimento camponês ao movimento operário*, nos quadros de uma Central Única, no plano político, e de uma frente de classe no plano político, a fim de que os trabalhadores da cidade e do campo possam intervir, na vida nacional, como uma força solidária e independente. Este é o papel da vanguarda marxista-leninista que a POLOP se propõe criar no campo: orientar a organização do campesinato e imprimir à sua ação um caráter político, dando-lhe consciência de que sua sorte está indissolúvelmente ligada à da classe operária, na luta pela derrubada do Estado latifundiário-burguês e pela instauração do Brasil Socialista”.

4) “*Mobilizar o campesinato e ligar suas lutas às de classe operária* — este é o nosso objetivo concreto, e a eles subordinamos as nossas táticas de ação no campo”.

5) “Três fatores determinantes deverão orientar a formulação dessas táticas:

- a) *a propriedade monopolista da terra;*
- b) *o crescimento da massa de assalariados rurais;*
- c) *a determinação crescente do sistema de abastecimento das cidades e a carestia de vida”.*

A POLOP lança a tese de que a burguesia é incapaz de resolver os problemas graves com que se defronta atualmente a sociedade brasileira, e que a solução desses problemas não pode ser conseguida através de simples reformas das estruturas vigentes.

Em outro documento encontramos essa explicação que constitui um dos fundamentos de divergência com a direção do PCB:

“O desenvolvimento econômico do Brasil, na última década, apresentou índices dificilmente iguais pelo resto do mundo capitalista e converteu-o em uma média potência industrial, que fornece cerca de um quarto da produção industrial global da América Latina. Em apenas 10 anos (1949-58), a produção industrial brasileira aumentou de 235%. O crescimento no campo (142%) não acompanhou, porém, esse ritmo, criando grave desequilíbrio. A população rural foi deslocada para os centros urbanos, as grandes cidades cresceram como cogumelos, as estradas e redes de comunicação rasgaram o país em todas as direções, amalgamando e unificando a consciência e as necessidades dos vários setores da população.

Contudo, o desenvolvimento brasileiro encontra-se hoje, bloqueado. Internamente, pela sobrevivência de estruturas pro-capitalistas no campo, que impedem a expansão do mercado interno, marginalizam enorme massa de trabalhadores, votando-os ao desemprego ostensivo ou disfarçado, dificultam o abastecimento nas cidades, provocam a elevação constante do custo de vida. Externamente, pela opressão que

exerce o imperialismo, o qual pilha as riquezas nacionais, carrega lucros e royalties para o exterior, enquadra o país em um esquema de comércio internacional espoliativo, submete-o a um processo constante de agiotagem e endividamento. As imensas possibilidades abertas pelo desenvolvimento capitalista estão, pois, esgotadas, a menos que se operem profundas mudanças na estrutura econômica do Brasil.

Esta é a causa da crise que atravessamos, de que a inflação galopante, a alta desesperada do custo de vida, a queda da produção industrial, o desemprego urbano e rural, o déficit da balança de pagamentos, o colapso do abastecimento de gêneros de primeira necessidade nada mais são do que reflexos. Esta é a causa do avanço das lutas de classe, que a radicalização política, a curva ascendente das greves, as tomadas de terras e os conflitos armados no campo, a exasperação dos grupos reacionários, o crescimento das organizações revolucionárias, a entrada em cena dos sargentos, cabos e soldados apenas exprimem. É a esta situação que a burguesia brasileira tem agora de fazer frente, na tentativa de salvar o sistema capitalista e salvaguardar, assim, as bases em que repousa a sua dominação de classe.

4 — *A incapacidade da burguesia para superar a crise*

A burguesia dispõe, entretanto, de condições extremamente desfavoráveis para vencer a crise. De um lado, encontra-se limitada pela aliança que mantém com o imperialismo e o latifúndio, visando a conservar o sistema de exploração do homem pelo homem. É fora de dúvida que as relações da burguesia com estas forças não são sempre pacíficas, e se desenvolvem através de choques e disputas em torno da mais-valia que arrancam do trabalhador”.

A tese lança sobre a burguesia toda a culpabilidade da crise, incluindo entre seus pecados a exploração do regime econômico-inflacionário, em detrimento dos tra-

balhadores o que é, por sua generalização, uma grave injustiça, desde que, segundo se sabe, é a burguesia pequena e média, uma das maiores ou talvez a maior das vítimas da inflação. Diz o documento:

“O compromisso da burguesia com o latifúndio e o imperialismo terminou por agravar a contradição entre ele e o proletariado. Sem poder ferir os interesses de seus aliados, a burguesia descarregou sempre nas costas da classe operária o ônus da sua política de desenvolvimento. Através da inflação, extorquiu aos trabalhadores o superlucro de que precisava para financiar a industrialização. Hoje, quando a inflação, face ao esgotamento do poder aquisitivo das massas, ameaça tornar-se apenas uma orgia de preços, a burguesia tenta a estabilização financeira, isto é, procura pôr um freio às reivindicações salariais e obter novas desvalorizações de salário real que lhe aumentam o lucro.

É evidente, entretanto, que a margem da manobra da burguesia, dentro do quadro em que cresceu e se desenvolveu depois de 30, está prestes a esgotar-se. Por um lado, as condições concretas da expansão capitalista impõe mudanças de estrutura, que importam em nova revisão do compromisso de dominação que a burguesia mantém com o imperialismo e o latifúndio. Por outro lado, a pressão das massas por reivindicações que aliviem a situação de miséria em que se encontram exige que a burguesia faça concessões e prometa melhorias, que só fazem estimular o vigor reivindicativo das massas.

A burguesia sente, assim, que é necessário fazer as reformas indispensáveis à sobrevivência do capitalismo, mas que não as pode fazer com as massas organizadas a pressionar-lhe o flanco. Sabe que, para as massas, a questão não é salvar o capitalismo, mas ampliar sua participação na riqueza produzida e no poder político até um ponto que ela não pode prever.

O reformismo da burguesia é com efeito, incapaz para satisfazer as aspirações populares. Justamente

porque cresceu, organizou-se e amadureceu enquanto a burguesia se debatia dentro das contradições que lhe criava a aliança com o imperialismo e o latifúndio, o proletariado é, hoje, grande demais para os limites estreitos em que a burguesia pretende contê-lo. Contra a aspiração da burguesia de reduzir a participação imperialista no processo de exploração, a que submete o país, as massas exploradas levantam a bandeira da luta antiimperialista sem quartel, que erradique definitivamente a exploração exercida pelos monopólios internacionais”.

Dentro dessa ordem de idéias é que a POLOP lança a sua doutrina de independência do operariado:

“Aprofunda-se, pois, entre a burguesia e o proletariado a divergência sobre as soluções capazes de promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Para a burguesia, as reformas visam a salvar o sistema capitalista, a preservar sua dominação de classe, a perpetuar o sistema de exploração do homem pelo homem. Para o proletariado, elas são o primeiro passo para superar a escravidão a que é submetido, para emancipar-se da tutela burguesa e marchar para a construção de um mundo novo. A burguesia pára nas reformas. O proletariado era até a revolução, que só pode levar ao Brasil Socialista.

Quanto mais organizadas estiveram as massas, tanto mais capacidade elas serão para ultrapassar a burguesia e prosseguir sòzinhas em sua missão emancipadora. Impedir que isto ocorra através de uma ditadura bonapartista, colocada aparentemente acima das classes, que realize as reformas burguesas, ou de uma ditadura fascista, que se proponha como objetivo destruir os organismos de direção do proletariado e sustentar pelo terror o atual regime de exploração — tais são as alternativas que a burguesia enfrenta neste momento.

Qualquer que seja, assim, a opção que, face ao desenvolvimento das lutas de classe, a burguesia venha a adotar, sua solução para a crise brasileira é

a violência, o terror, a ditadura. Tal é, em última análise, a face oculta do reformismo.

A tarefa da classe operária é, através de uma política revolucionária, a de barrar o caminho à burguesia, forçá-la a recuar ante a força organizada das massas e abrir a estas uma perspectiva operária para a solução de seus problemas”.

A POLOP considera também que as “esquerdas” estão atualmente desorientadas. Em uma das teses do II Congresso Nacional da organização, selecionamos as seguintes asserções:

“As esquerdas brasileiras caracterizam-se, em nossos dias, por sua insuficiência teórica, pelas lutas ideológicas que travam entre si, pela proliferação de pequenos grupos e por sua desorganização partidária.

“Nos marcos da política oportunista, o proletariado é levado a lutar pela satisfação de seus interesses dentro de um sistema que exclui essa satisfação; seguindo uma orientação aventureira, tendo a postular a liquidação pura e simples do sistema, sem atentar para a sua capacidade de resistência”.

“Conseqüência de todos êsses fenômenos, a desorganização partidária das esquerdas reage sobre êles, agravando sua incidência. O sinal mais evidente que dela temos é o declínio do Partido Comunista Brasileiro, após o período áureo do após-guerra, e que se manifesta pela tendência e redução de seus efetivos e pela diminuição de sua influência eleitoral, além de traduzir-se, também, na queda de seu prestígio ideológico em favor de posições como o nacionalismo e o reformismo social”.

“A situação atual das esquerdas resulta de um complexo de causas internas e externas ao processo brasileiro, principalmente as tendências policêntricas do comunismo internacional, o clima social gerado pela evolução econômica, o colapso do monopólio do marxismo exercido pelo PCB a descontinuidade do

movimento revolucionário e o caráter “popular” da política burguesa, em fase de expansão capitalista”.

“Surgindo em público, desde 1945, com uma orientação marcadamente oportunista, e detendo o comando de todo o movimento de esquerda, o PCB acabara por constituir-se um entrave ao movimento revolucionário no Brasil. Essa situação só vai ser alterada, a partir de 1960, quando, com a POLOP, começam a surgir, no cenário da esquerda, novos grupos marxistas — resultando, êsse fato, por um lado das condições objetivas que acabamos de referir, e, por outro lado, da ação dos fatores externos, relativos ao degelo do comunismo mundial. O colapso do monopólio ideológico do PCB acelerou a desorganização reinante nos meios da esquerda, mas permitiu um retorno às fontes marxistas, criando condições para que a esquerda reencontrasse o leito revolucionário que seu curso abandonara”.

“Um terceiro fator interno da atual situação das esquerdas reside na descontinuidade do movimento revolucionário brasileiro”.

“Observemos, finalmente, que a expansão capitalista cria necessariamente, maiores oportunidades de emprego, eleva o padrão de consumo das massas e promove um clima de euforia, respirado momentaneamente, pela maior parte da sociedade. Isto explica que, enquanto se mantém essa expansão, o grosso das reivindicações das classes possa ser contida nos marcos do próprio sistema, que se mostra capaz, em termos relativos, de provar ao ser atendido”.

Dêsse modo, a tese explica o clima de desnorteamto e dissociação que se observa no movimento esquerdista, e as vantagens que certos setores oportunistas dêsse movimento, como o PCB e as Ligas Camponesas, conseguiram tirar da radicalização política das massas. A POLOP é situada, dessa maneira, como um impulso de retorno aos quadros clássicos do comunismo sinceramente marxista-leninista, incapaz de expansões aventureiras e comprometedoras, empenhada na solução do problema social

brasileiro em moldes anticapitalistas. Não se apresenta como uma organização radical, embora não admita qualquer solução de compromisso com a burguesia. Não se afasta da doutrina da hegemonia do proletariado. O seu principal objetivo tático por ocasião do II Congresso é a associação de todos os movimentos esquerdistas divergentes como o PC do Brasil, o MRT (Movimento Revolucionário Tiradentes), dentro de uma nova frente revolucionária, para a qual convocaria também elementos do PCB e das Ligas Camponesas. A POLOP admite a “coexistência pacífica, mas não a aceita nas relações entre os países que chama de “dominados” e os “dominadores”, ou no interior dos países entre as classes “dominadas” e as “dominadoras”. E como todos os países do Mundo Livre a exceção dos Estados Unidos e, talvez da Inglaterra e da França são considerados como “dominados”, a coexistência pacífica limitada, de acordo com essa concepção, às relações entre a Rússia e êstes últimos países. Diz o documento — A Luta de Classes no Plano Internacional:

“O argumento da “coexistência pacífica” é usado pela diplomacia do campo socialista, num esforço de mobilização da opinião pública mundial contra os preparativos imperialistas de uma nova guerra. Usado nesse sentido é justo. O proletariado mundial não precisa de uma nova guerra para vencer. Cuba demonstrou que a guerra não é indispensável para a eclosão de uma revolução socialista.

A “coexistência pacífica”, porém, não pode ser aplicada nas relações entre países dominados e dominadores, nem nas relações entre classes do mesmo país. A única garantia contra uma nova guerra mundial é a luta de classes em escala mundial contra o imperialismo, é o surgimento de novas revoluções socialistas, é a expansão do campo socialista”.

A POLOP persegue a tese leninista de que a burguesia não cederá o seu poder sem luta:

“As classes dominantes, declara a POLOP no documento aludido, aliadas ao imperialismo, não abri-

rão mão voluntariamente do poder. Elas mostram isso em sua política diária, quando lançam a polícia contra os grevistas e o Exército contra camponeses. Preferirão abrir mão das aparências democráticas do seu regime, quando seus privilégios estiverem ameaçados, e recorrer à ditadura brutal e aberta, bonapartista ou fascista. Velada ou ostensivamente, elas lutam pela perpetuação de sua ditadura sobre a grande maioria do povo trabalhador”.

A revolução será expressa, em consequência, pela conquista do poder por parte do proletariado que assumirá a ditadura, subjugando a burguesia. O Estado não pode ser dissolvido, enquanto perdurar a burguesia decadente:

“O proletariado no poder significa, pois, concretamente, tomar o Estado das mãos da burguesia. Mas poderá ele simplesmente tomar esse Estado e usá-lo para seus próprios fins? Poderá o proletariado brasileiro contestar-se em tomar conta dos Ministérios, do Exército, da Polícia, de todos esse aparelho estatal burguês pôdre e corrupto, formado com o fim de garantir o poder das classes exploradoras? Não poderá. O proletariado vitorioso terá, antes de tudo, de quebrar e destruir esse aparelho estatal burguês-latifundiário, que serviu à ditadura das anteriores classes dominantes.

Significa isso que o proletariado brasileiro, depois da revolução poderá desistir de qualquer Estado? Não. O Estado é um instrumento de domínio de uma classe sobre outra. O proletariado no poder terá de assegurar o seu domínio contra a resistência das velhas classes exploradoras, que fomentarão a contra-revolução interna e que pedirá a ajuda da reação externa. Terá de liquidar essas classes, vender a herança de uma sociedade capitalista-latifundiária e mobilizar os recursos populares para a construção do socialismo. Para isso será necessário, durante certo tempo, a formação de um Estado seu, um Estado operário, que exercerá a sua ditadura, a Ditadura do Proletariado.

Essa ditadura do proletariado brasileiro será mais democrática do que qualquer “democracia”, que conhecemos em nossa história, desde a formação da independência. Ela será ditadura contra as velhas classes exploradoras e contra qualquer tentativa de restauração do antigo regime. Mas, ao mesmo tempo, será uma ditadura da imensa maioria do povo brasileiro, que, pela primeira vez, decidirá, ele mesmo, o seu destino.

Sòmente sob êsse regime, da Ditadura do Proletariado, será possível realizar no Brasil as transformações econômicas, políticas e sociais necessárias para libertar o povo dos males do subdesenvolvimento, da miséria, do sofrimento e da ignorância, para os quais o mundo capitalista e imperialista o condenou”.

A POLOP não admite a revolução brasileira nas bases do “movimento nacionalista e democrático”, como preconiza o PCB. Concebe-a como uma “revolução de libertação nacional contra o latifúndio e o imperialismo”. Exprime-a em função de seus adversários, e justifica-o do seguinte modo:

“A linha política de uma organização revolucionária, sua estratégia e sua tática, deriva da maneira pela qual ela concebe a situação geral da sociedade, as relações de classe que nesta prevalecem e o caráter do processo revolucionário. A esquerda brasileira fragmenta-se, hoje, em várias correntes, que defendem profundamente duas concepções revolucionárias:

a) *Revolução nacionalista e democrática.* Esta concepção sustenta que, nesta fase da luta, verifica-se uma coalizão de interesses entre o proletariado e a burguesia, contra o latifúndio e o imperialismo. Embora considerem que o proletariado deverá assumir a liderança do processo, os que defendem esta posição julgam que a revolução brasileira terá de ser, numa primeira etapa, democrático-burguesa e anti-imperialista, isto é, terá de se desenvolver, pacifica-

mente sob a direção da burguesia nacional. Na prática, esta orientação conduz a subordinar a ação do proletariado aos interesses da burguesia, a impedir sua organização independente e a mascarar o caráter de classe do atual Estado brasileiro. Entre os grupos que pensam assim destaca-se o PCB, setores da AP e as alas reformistas dos partidos burgueses e pequeno-burgueses, como o PTB e o PSB.

b) *Revolução de Libertação Nacional*. Para os setores que abraçam esta concepção, a luta revolucionária deve-se voltar fundamentalmente contra o imperialismo e seus aliados internos, como o latifúndio. Esta corrente distingue-se da que defende a revolução nacionalista e democrática porque ressalta o caráter revolucionário do processo ao mesmo tempo em que despreza a análise concreta das relações de classe e nega ou subestima o papel do partido político como órgão dirigente da luta. A importância que atribui a formas organizativas do tipo "movimento de libertação nacional, movimento revolucionário popular, etc. — reflete essas características. Os seguidores dessa orientação tendem também a tomar o campesinato como força revolucionária por excelência no Brasil e, mesmo quando admitem teoricamente o papel dirigente do proletariado, descuram na prática o trabalho de conscientização e organização da classe operária, para se preocuparem prioritariamente, com as lutas camponesas. É a concepção que preside hoje a atuação do PC do Brasil, dos remanescentes do Movimento Tiradentes, de setores do PCB (ala brizolista) e da AP, assim como de lideranças pequeno-burguesas ultra-radicais da Frente Parlamentar Nacionalista.

"Política Operária" rechaça a primeira concepção, por se tratar de uma deformação espúria do marxismo, que conduz sempre ao espezinhamento dos interesses mais vitais da classe operária em benefício de uma política oportunista. Quanto à revolução de libertação nacional, "Política Operária" reconhece que os grupos e companheirismo que a defendem são aliados na luta revolucionária, mas a considera

uma concepção equivocada, que não resulta de uma análise objetiva das relações de classe que prevalecem no Brasil e desconhece a experiência histórica adquirida pelo proletariado internacional.

A revolução brasileira, pelas condições concretas que existem hoje no país, há de ser uma revolução dos trabalhadores da cidade e do campo, sob a direção da classe operária, e não somente completará as tarefas que a burguesia não executou no poder, como também criará as condições para uma passagem rápida ao socialismo. O caráter proletário dessa revolução decorre basicamente, da posição que ocupa a classe operária no processo da luta de classe que marca a atual realidade brasileira".

Essa revolução só poderá ser dirigida pelo proletariado:

"O proletariado urbano é, no Brasil, a força decisiva para a transformação revolucionária da sociedade. O campesinato, pelas condições de dispersão em que vive, pela heterogeneidade das camadas de que se compõe, pelo papel secundário que já desempenha no processo de produção, não será capaz de dirigir a revolução brasileira, embora se constitua em elemento de vital importância para a luta revolucionária que não poderá ser vitoriosa sem sua ativa participação. As classes médias urbanas, heterogêneas, indecisas, numericamente pouco expressivas, não está reservado, senão um papel auxiliar no processo revolucionário. Já o proletariado urbano, pela posição que ocupa no processo de produção, por sua importância numérica, pelo grau de organização e experiência de luta que adquiriu no passado, é uma classe amadurecida e disciplinada, que poderá subverter radicalmente o equilíbrio das forças políticas, no momento em que desfraldar a sua própria bandeira. O desenvolvimento industrial das últimas décadas acentuou sua importância, visto que é do proletariado que depende, atualmente, a produção da maior parcela da riqueza nacional. A ação revolucionária do proletariado afetará, portanto, o cen-

tro dinâmico da economia brasileira e atingirá a burguesia no cerne mesmo de sua dominação”.

A POLOP encara o camponês como o principal aliado do proletariado na luta revolucionária. E admite, ao lado dessas forças, a classe média assalariada, os sargentos, cabos e soldados, os estudantes e os intelectuais marxistas. Diz o documento:

“Ao lado dessas duas forças, trabalhadores da cidade e do campo, que constituem a base efetiva do movimento revolucionário, cabe papel relevante às várias camadas da classe média urbana. A pequena burguesia oprimida pela política dos grupos monopolistas nacionais e estrangeiros; a classe média assalariada, que a inflação proletariza; os sargentos, cabos e soldados, em choque contra uma estrutura militar que os discrimina, econômica e politicamente; os estudantes e os intelectuais atingidos pela pregação das idéias revolucionárias, em geral, e marxistas em particular — todos esses setores devem ser mobilizados e dirigidos pelo proletariado. Somente na medida em que isto ocorrer é que poderão dar uma contribuição efetiva ao triunfo da causa revolucionária, visto que, pela posição que ocupam na sociedade, são incapazes de definir uma perspectiva política própria e de lutar conseqüentemente para sua realização. Ganhando-se, pois, para a sua luta e orientando-os ao longo dos combates, o proletariado terá conquistado apoio de inestimável valor para a vitória do socialismo no Brasil”.

A POLOP julga necessária a combinação de todas as formas de luta até atingir a fase insurrecional que constituirá o auge da luta do proletariado em sua marcha pela conquista do poder:

“No contexto da atual realidade brasileira, torna-se mister saber combinar as formas de luta legal com as de luta ilegal, visando, prioritariamente, a atrair as massas para os grandes combates políticos, organizá-las e capacitá-las para a tomada do poder. É a mobilização e a organização das massas e seu

engajamento em uma autêntica luta de classes que nos conduzirá à etapa superior da luta revolucionária a fase insurrecional, quando se colocam plenamente os problemas da luta armada, tais como a criação de um Exército revolucionário, as guerrilhas, as sublevações urbanas. Tentar antecipar esses problemas, através da criação de focos insurrecionais no campo ou práticas terroristas na cidade, antes que o movimento de massas, notadamente nos grandes centros industriais, esteja maduro para sustentar tal tipo de atuação, conduz ao conspirativismo inconseqüente, que nos isola da massa e desgasta inutilmente o movimento revolucionário. A grande lição que nos dão as revoluções de nosso tempo, na Rússia, na China, em Cuba e na Venezuela, é de que cada movimento revolucionário, valendo-se embora da inestimável contribuição das revoluções anteriores, tem de criar seus próprios métodos de luta, com base na luta de classe concreta em que se funda”.

E mais adiante:

“Nas condições objetivas do Brasil, cabe-nos, antes de tudo, estar presentes onde quer que se encontre a classe operária e participar de suas lutas econômicas e políticas, visando a dar-lhe uma consciência socialista e organizá-la; cabe-nos, também, levar a todas as classes aliadas ou auxiliares a ideologia proletária e ligá-las à classe operária. A atuação nos organismos políticos e de massa em que milita o proletariado; a organização dos trabalhadores do campo; a agitação e a propaganda nos quartéis e nas faculdades — teremos de realizar essas tarefas, combinando a atuação legal e ilegal, e objetivando conduzir as massas à luta frontal contra o atual regime de exploração, vale dizer: objetivando deflagrar o movimento insurrecional das massas”.

Considera ainda a “Política Operária” como indispensável unidade revolucionária das esquerdas:

“Para o exercício de uma política revolucionária de classe em escala nacional, a “Política Operária” dispõe-se a colaborar com todas as forças de esquerda

que tenham objetivos semelhantes aos seus. Discrepâncias ideológicas, rivalidade de grupo, diversidade nas concepções de atuação nada disso pode ser, para nós, impecilho à ação comum a ser travada contra a dominação latifundiário-burguesa e a espoliação imperialista. Mas, assim como estendemos a mão a todos os que podem ser úteis à luta de classe do proletariado, não transigiremos em nada que possa comprometer o seu êxito. As falsas soluções reformistas, o ultra-esquerdismo aventureiro, o reboquismo oportunista serão por nós impiedosamente desmascarados, combatidos onde quer que se manifeste.

Aspiramos à unidade, mas não admitiremos que, em nome de uma pretensa unidade, seja o proletariado atraído em seus interesses, privado de sua organização independente, desviado do curso de sua ação emancipadora. A unidade a que aspiramos é a unidade revolucionária, e nós a forjaremos na luta à base de uma política de classe e em nome dos verdadeiros interesses da classe operária”.

Estas são as bases doutrinárias do movimento comunista que pretende absorver toda a ação esquerdista no Brasil, conduzindo-a, dentro dos quadros do marxismo-leninismo, à meta da ditadura do proletariado.

OS PRINCIPAIS OBJETIVOS TÁTICOS DA POLOP

Para assegurar a unidade das esquerdas nacionais, a POLOP admite a formação de uma frente-única que anuncia, ora com a Frente da Esquerda Revolucionária, ora como a Frente dos Trabalhadores e Camponeses. Encontramos assim na tese “Por uma frente de esquerda revolucionária”, publicada no n.º 6 da “Política Operária”:

“É intensificando a luta de massas e imprimindo-lhe um caráter de classe que prepararemos o terreno para um governo revolucionário dos trabalhadores e faremos avançar a luta pelo socialismo no Brasil”.

“Uma tal tarefa só poderá cumprir-se mediante estreita colaboração das vanguardas revolucionárias

e através de um programa de reivindicações concretas, capazes de mobilizar as massas. *A formação de uma Frente da Esquerda Revolucionária, à base de um programa de ação amadurecido em ampla discussão* — eis a proposta que fazemos a todos os grupos e companheiros que se dispõem, de fato, a lutar por um Brasil revolucionário e independente”.

No artigo “Por uma Frente de Trabalhadores da Cidade e do Campo”, da revista “Política Operária”, n.º 7, lemos:

“Um proletariado urbano, consciente do seu papel e unido pelos objetivos das lutas comuns, está em condições de agrupar em torno de si a massa rebelada dos camponeses, que começaram a despertar para a luta social e política. Uma tal Frente-Única dos Trabalhadores da Cidade e do Campo alteraria decisivamente as relações de forças políticas e enfrentará qualquer iniciativa de ditadura aberta das classes dominantes”.

Para atingir os seus objetivos a POLOP julga que a Esquerda Revolucionária deve instilar no proletariado a mentalidade revolucionária e dirigir a sua luta contra a burguesia nacional. Diz a tese sobre o assunto na “Política Operária”, n.º 6:

“Dar consciência ao proletariado, organizá-lo e guiá-lo para a tomada de poder — estas tarefas da vanguarda revolucionária apresentam-se em todos os momentos da luta de classes, recebendo, porém, ênfase diversa, conforme a etapa específica que se considere”.

“Encarada, assim, a marcha do processo revolucionário em suas relações com o desenvolvimento da luta de classes, torna-se necessário situar com clareza as tarefas prioritárias que cabem, neste momento, à esquerda revolucionária, e que consistem, basicamente, em sustentar sem tréguas a luta ideológica contra a ideologia burguesa e suas contra-facções esquerdistas (reformistas), de modo que de-

envolva no proletariado a consciência de classe; e participar ativamente da luta espontânea das massas, criando simultaneamente, condições para suscitar a luta dirigida contra o poder burguês, a luta de classe — a fim de, dentro do processo, organizar politicamente as massas sob a direção de um Partido Revolucionário”.

Os objetivos táticos da POLOP podem, em consequência, se resumidos, na tarefa de, dentro de um quadro marxista-leninista, modelo chinês, realizar a unificação das esquerdas em uma frente-única, que não admite a participação da burguesia, o aprofundamento e a expansão da luta ideológica para formar a vanguarda revolucionária do proletariado; e a orientação de luta das massas proletárias e camponesas para a submissão total da burguesia.

8. A AÇÃO POPULAR (AP)

A Ação Popular é um movimento esquerdista que começou a surgir no Brasil a partir de 1960, principalmente no meio universitário católico. Parece ter-se derivado dos agrupamentos de estudantes católicos conhecidos por JUC, JEC e outros, influenciados por intelectuais, inclusive religiosos, e por comunistas, constituindo-se num compromisso entre o marxismo-leninismo e o cristianismo evoluído. Exerceram grande influência em sua criação o Frei Thomas Cordonnel, dominicano francês, afastado do Brasil posteriormente pelo Superior da Ordem, o Padre Henrique de Lima Vaz, o estudante Herbert José de Souza e o Ministro Paulo de Tarso. O Frei Cordonnel, entusiasta das obras de Maritain, Mounier, Lúbac e Rahner e outros intérpretes socialistas do cristianismo, foi considerado como o criador da doutrina. O Padre Vaz exerceu também grande influência, no meio estudantil, através de seus escritos.

A primeira manifestação da AP foi o Manifesto dos alunos da PUC e logo a seguir o Documento Base da AP. “Surge assim no Brasil, de uns tempos para cá, um novo movimento, conhecido como AP (Ação Popular), ou em anteriores congressos da UNE, como “grupão”. Estruturando-se a partir de setores operários, camponês e estudantil, não tem base confessional, mas se reúne em torno de uma visão comum do homem na construção da história e de opções concretas diante do processo revolucionário brasileiro”.

Depois de consultar um imenso número de documentos doutrinários da Ação Popular, em geral, manifestando-se em uma linguagem rebuscada e procurando caminhos filosóficos originais para convergir sobre os objetivos

clássicos do marxismo-leninismo, não se pode distinguir a AP, em sua organização, em sua tática e em suas metas, senão como um movimento comunista que tangencia os princípios cristãos ou que os assimila sob as mais variadas interpretações. Vamos demonstrar esse fato, embora os participantes de AP procurem negá-lo.

O que é a AP?

Os integrantes da AP manifestam-se por uma independência ideológica não confirmada em sua tradução prática. "Dentro da mesma confissão religiosa há diferentes perspectivas ideológicas, assim como uma ideologia pode ser comum a homens que tenham diferentes concepções da transcendência", escreve Luiz Alberto Gomes de Souza no livro "Cristianismo Hoje", textos doutrinários da "Ação Popular", editado pela UNE.

O Documento-Base da AP define:

"A Ação Popular é a expressão de uma geração que traduz em ação revolucionária as opções fundamentais que assumiu como resposta do desafio de nossa realidade e como decorrência de uma análise realista do processo social brasileiro na hora histórica em que nos é dado viver".

Assim, segundo essa definição, a Ação Popular não se preocupa propriamente com um fundamento ideológico inflexível. É caracterizada como um conjunto de decisões formuladas diante de situações conjunturais. Aí já se manifesta a primeira trilha para a aproximação com as hostes comunistas, às quais se ligam constantemente, apesar de críticas que formulam.

Diz Luiz Alberto no documento "Ação Popular e Cristianismo"

"A 'demarche' não pode ser feita, a partir de uma visão global das coisas, mas daquilo que dá razão de ser à AP: a Ação. Não se trata de começar a ver o que se deve tirar de uma visão geral do homem para, num processo de diminuição, chegar ao que é comum. Pelo contrário, como foi esboçado no co-

mêço, partindo da ação, temos que descobrir o *que é necessário*".

Sendo a ação, como a própria denominação do movimento o indica, o fator máximo a considerar, os militantes da AP encaram naturalmente a marcha, ombro a ombro, de ideologias diversificadas. Eles, que não se consideram comunistas, têm objetivos semelhantes aos comunistas — a reconstrução concreta da estrutura social — no que, não raras vezes, ultrapassam em radicalização aos próprios marxistas-leninistas.

Em uma definição, encontrada em outro documento da Ação Popular lemos:

"Ação Popular é um movimento político organizado em função da tarefa revolucionária da luta contra a dominação da estrutura capitalista em vigência, trabalhando com o povo no processo de uma libertação em busca do socialismo, onde se realizará um novo modo de produzir, distribuir e existir em que a sociedade tenderá, porque unificada por um esforço de atendimento das necessidades coletivas à forma de existência mais humana e livre".

Essa conceituação não difere da que apresentam os comunistas com melhor definição ideológica.

A AP se apresenta assim como uma pretensa visão do mundo, da sociedade e do homem, sob uma perspectiva nova e evoluida, porém, isso nada mais fez do que mascarar, através de fórmulas diversificadas os mesmos processos e as mesmas finalidades do comunismo. As chamadas opções se identificam com os objetivos e as táticas do PC. A AP nada cria em matéria filosófica, política, econômica ou social. Manifesta-se às vezes tolerante, principalmente em face dos princípios religiosos. Em outras ocasiões porém, ultrapassa os próprios comunistas, na busca das soluções comuns.

Lendo-se os trabalhos do Frei Cardonnel observam-se as concepções inteligentes que engendrou em sua imaginação talvez conturbada por uma associação das bases

místicas da religião com o duro materialismo da doutrina comunista. Diz êle por exemplo:

“A necessária subversão de estruturas implica no que eu chamaria, em linguagem cristã de conversão, geradoras das revoluções indispensáveis”.

Aí está uma forma típica da conjugação de doutrina dialética da revolução necessária com o princípio religioso da conversão. Mais adiante opina Frei Cardonnel sobre a luta de classes:

“Deus não é mentiroso e falso como uma certa paz social, feita do consentimento dado por todos à injustiça antinatural. A violência não é unicamente o fato das revoluções. Ela caracteriza também a manutenção de uma falsa ordem (que é praticamente, na existência, própria de todas as ordens sociais) que Mounier chamava, com razão, de “desordem estabelecida”. Antes de tomar posição diante de uma doutrina, uma ideologia da luta de classe, é preciso reconhecer o fato da luta de classe. Os trabalhadores das cidades ou dos campos não têm propriamente a iniciativa deste combate, que lhes é praticamente imposto pelos detentores do capital e do poder. Mas o princípio de solução não me parece ser, de modo algum, a substituição de uma classe por outra no exercício do poder. É aí que vejo o que há de ilusório na ditadura do proletariado, pela intenção em alguma parte de um partido onipotente”.

Sobre o caráter da evolução socialista diz Cardonnel:

“Não se trata de mudar os titulares do poder, mas a natureza mesmo do poder, que não mais deve ser de dominação, mas de participação unânime. A luta é menos de uma classe contra outra do que pela substituição de uma forma de relações humanas de opressão por laços de justiça e de amizade mútua entre os homens. Essa perspectiva exige que sejam destruídos os monopólios que impedem o florescimento de uma sociedade humana”.

Êsses princípios revelam alta pureza de sentimentos, tocados pela inspiração do bem geral. Todavia, a AP

que nêles se inspirou, como princípios, recai nas clássicas fórmulas do comunismo internacional com todos os seus aspectos opressivos.

a. *As concepções básicas da AP.*

Examinaremos de início as bases filosóficas do movimento, para, posteriormente, encararmos as bases políticas, as econômicas e as sociais, sucessivamente.

A AP associa os princípios cristãos às concepções de Marx, numa hábil explicação, sob o fundamento de que ambos visam os mesmos termos da felicidade humana e condenam os mesmos aspectos da opressão. Declara Herbert José de Souza, no artigo “Juventude Cristã Hoje”, publicado na coletânea “Cristianismo Hoje” (UNE):

Não é por acaso que todos os documentos oficiais da Igreja condenam o capitalismo; trata-se de um sistema que estabelece, por princípio, a desigualdade de oportunidades. Pressiona o homem a ser um competidor para o outro, e separa o mundo movendo, assim, a economia do lucro contra a economia da necessidade. É por coerência que condenamos o capitalismo.

Como então aceitarmos que cristãos defendam abertamente esse regime? Ou que, mesmo condenando-o, dêle vivam comodamente? Aceitam êles que o cristianismo é uma mensagem de salvação que atinge a todos os Homens? Como aceitar, então, uma sociedade classista em que uma minoria dispõe da sorte da maioria, explorando o seu trabalho, a sua vida, para nós de valor jamais avaliável em moeda ou em termos de produção? Como aceitar, então, que católicos vivam a estrutura latifundiária, explorando mais de sessenta milhões de camponeses, que tranqüilamente comunhem e acompanhem procissões do Senhor, que nasceu para salvar, redimir, dar a felicidade perdida a êstes homens que os católicos do Brasil exploram persignando-se?

Não concordamos com essa incoerência. E lamentamos ver logo confundidas com o cristianismo

certas tendências ideológicas, quando dizem: “esta juventude de hoje pensa muito em economia, em produção, fala e promove a luta de classes, prega o ódio e a revolução; está, portanto, profundamente impregnada de marxismo — são inocentes úteis”.

Mas perguntamos: que é economia, senão a ação de transformação do mundo objetivo para atender às necessidades humanas? Falar em economia é quase falar em Gênese. Portanto, “o homem deverá produzir o pão com o suor de seu rosto”. Somos os inventores da luta de classe, ou ela existe de fato — fruto de uma estrutura que possibilita a uma minoria viver no luxo às custas da miséria constrangedora de uma multidão? Então devemos ensinar aos miseráveis respeitar os ricos e suas famílias? E ensinar aos ricos que devem dar esmolas de vez em quando aos miseráveis? Então devemos temer o sagrado despertar dos pobres? E propiciar, sempre, a inconsciência de uma minoria que impede as transformações inadiáveis?

Devemos aceitar a dominação de não sobre nação? A espoliação urdida em termos de controle de mercado internacional, do emprêgo de capital estrangeiro, capitalizando para as metrópoles o lucro conseguido às custas do trabalho de setenta milhões de brasileiros pobres e subnutridos? Ou só devemos enxergar o ridículo “muro de Berlim”, êsse muro de alemães bem nutridos brigando entre dois bicos de desenvolvimento? Por que não ver o muro do latifúndio, da mortalidade infantil, das doenças de massa, matando milhares de homens por dia — morte inglória, sem destaque internacional, morte de animais perdidos na indiferença?

A imprensa do “muro da vergonha” e da Hungria só sabe cantar o nosso samba, o nosso folclore, nossa imensa paciência, nossa bondade natural, e quer impôr ao nosso povo uma série de problemas importados, que são menores se comparados aos de casa, vividos por nós brasileiros, aqui e agora. Chorar nossa miséria é também nacionalismo moscovita?

Falar da miséria e do capitalismo em vez de denunciar diariamente os fuzilamentos de Cuba — é ser “inocente útil”. Mas para nós o valor justiça significa até mesmo o dever de punir com a morte aqueles que criminosamente atentem contra o bem de todos. Então somos nós que criamos o ódio e a luta? Não é crime explorar, espoliar, matar por afixia, pauperização, desespero? Quem é o responsável? Em verdade, quem nos ensinou a indignação diante da justiça, foi o Cristo, que expulsou, com chicote, os vendilhões do Templo e denunciou os fariseus com veemência. Quem nos ensinou a atender às necessidades dos homens foi o Cristo, que multiplicou o pão e distribuiu peixe às multidões. Quem nos ensinou a ser amplos, abertos ao diálogo com todas as forças e ideologias, foi o Cristo, que falava às prostitutas e publicanos. Mas não temos Marx como mestre, pois já tínhamos um outro antes. Mas sabemos ler também Marx. Sabemos encontrar em todo homem a sua parcela de verdade, a sua contribuição. Não aceitamos a pequenez de algumas acusações. Preferimos correr o risco das grandes opções. E aceitar a dimensão universal da mensagem cristã”.

O autor considera incoerente a defesa do regime capitalista pelo cristianismo. Nem lhe ocorre a possibilidade de uma evolução dêsse regime no sentido de maior justiça social. Nem lhe impressiona o pensamento de que as injustiças sociais são comuns a todos os regimes, não sendo êste o critério para justificar a coerência ou incoerência com os princípios religiosos, mas as bases em que se fundam tais regimes.

Dentro dêsses marcos de pensamento que conduzem as idéias para as resultantes marxistas, a AP tenta algumas concepções originais, como vôos de uma ave pesada, que não chegam a se despregar da base comunista. Assim é o que apresenta, como concepção, relativamente ao papel do homem na história e ao confronto entre o Materialismo e Idealismo.

Citando Pio XII: "O homem tece a sua história, isto é, coopera com Deus na execução de uma realidade digna do seu sujeito e, ao mesmo tempo, do desígnio do Criador", os doutrinadores da AP escrevem:

"A consciência histórica do mundo moderno tem como características fundamentais a descoberta do indivíduo que marcou os inícios de um novo ciclo cultural a partir da Renascença e da expansão do capitalismo, e a descoberta do social e do histórico que se liga ao processo de aceleração da dominação técnica-científica da natureza e da organização social e assinala a crise do capitalismo e do seu mundo cultural e a emergência do socialismo.

É no quadro destas características que situamos nossa própria vivência de consciência histórica. E definimos o sentido de nossa opção. Mas o nosso contexto imediato é o da relação de dominação que o sistema capitalista estabelece sobre as áreas subdesenvolvidas cujas populações se marginalizam e retardam face ao ritmo da socialização e as exigências da consciência histórica do nosso tempo. É, pois, na direção do movimento que marca a passagem da história para as estruturas de uma civilização socialista que nossa opção se situa e nossa ação se orienta. Tal direção define nossa presença ativa no processo revolucionário brasileiro. Presença que repele todo oportunismo, todo empirismo de curta visão. Que parte de uma concepção realista da história, tendo como sujeito o homem a ser reconhecido, como objeto o mundo a ser humanizado, como fim a comunidade das pessoas na transparência e na solidariedade de um mundo autenticamente humano".

Partem esses teóricos da "consciência histórica" da população marginalizada pelo capitalismo para uma concepção que os conduzirá fatalmente a uma outra "inconsciência histórica" criada pelos limites restritos do regime comunista. A consciência histórica global só pode existir em um regime de cultura extensiva como se observa nos países pequenos e altamente desenvolvidos e, isto não é excluído no regime capitalista.

Entre o materialismo e o idealismo, a filosofia de AP escolhe uma terceira solução que é o realismo que valoriza a consciência idealista e a reveste de uma dinâmica dialética. Diz o Documento-Base:

"Logo, as concepções materialistas (de consciência-reflexo, de consciência-produto, de consciência-instrumento), anulando a especificidade da consciência, anulam finalmente no homem sua condição de sujeito, de pessoa. Acabam logicamente por somá-lo na série dos objetos. Submetem-no à mais profunda das alienações. Eis porque nós as rejeitamos.

Mas o mundo, na sua realidade natural, permanece irreduzível à consciência. Permanece como apêlo, obstáculo, desafio, prova. Permanece como mediador para o encontro com o outro. O sentido não é criação pura. Sua validade se afere pelo seu conteúdo de realidade. A realidade mesma do mundo, tornado problema para a consciência. Assim, rejeitamos igualmente as concepções idealistas. Também elas alienam o homem, alimentando-o ilusoriamente de abstrações.

E, pois, numa perspectiva realista, que colocamos, face a face, a consciência e o mundo, o homem e a natureza. Sua articulação, entretanto, não é estática, mas dinâmica. É uma articulação dialética; pela consciência, o homem compreende a natureza, estrutura-a em mundo; mas esta compreensão não é só pensamento: é ação e transformação. Ela constrói o mundo humano, o mundo para o homem, e modela o homem segundo o conteúdo de realidade do seu mundo. Assim, humanizando o mundo, o homem se humaniza a si mesmo: e a consciência é o núcleo dinâmico desse processo".

Este é um artifício para fugir à célebre questão definida com precisão nos fundamentos do marxismo-leninismo. É uma posição de quem não deseja o compromisso de uma definição paradoxal. Lemos no documento da autoria de Luiz Alberto, já citado:

"É claro que é limitado o número de reflexões filosóficas ou teológicas que se encontram na ideo-

logia comum. Só aquêles que lhe são convergentes. No caso da AP, uma posição idealista e materialista apresenta-se claramente incompatível com o realismo. Podemos falar em AP de uma *personalidade realista*. No quadro os personalismos, que são vários, e do realismo, a uma variada gama de posições".

Nessa base de raciocínio a AP consegue colocar-se no mesmo plano com outros movimentos de esquerda. E assim o justifica Luiz Alberto:

"Nosso compromisso único é pois com o homem" (Entende-se, numa ação situada no plano econômico-social). Em AP, aí está a opção radical que fará com que, tomando as *mesmas posições táticas* do que outros grupos de esquerda, conservemos uma identidade própria e, mais ainda, um estímulo e uma finalidade imediata diversos".

A identidade com o socialismo, leva a AP a admitir exatamente a evolução do conceito de moral, como fazem os comunistas declarados. Encontramos a seguinte afirmação em uma tese sobre as opções da AP realizadas por uma Comissão:

"Na formulação de uma sociedade socialista, vemos que o comportamento moral não deve ser função de uma série interminável de proibições, como na sociedade capitalista, onde (a moral) advém da soma de privilégios, de valores falsos. O falseamento da moral capitalista se esconde em valores válidos, inclusive religiosos, que são deturpados para atender à proteção dos elementos da classe dominante. Não são valores morais, mas sim, uma soma de preconceitos que a sociedade capitalista chama moral. A moral é então instrumento de dominação, fator negativo. Na sociedade capitalista a moral se apresenta como uma tarefa positiva na medida em que é o resultado de um compromisso sem tréguas na construção de um mundo do sujeito que se comunicam. Enquanto que na sociedade capitalista a moral se apresenta como proibições e negativismos, na sociedade socialista a moral social abrangeria toda a

obra humana já que ela se basearia no homem como eixo da história. Toda a atividade humana que não se colocasse nessa faixa seria imoral, seria omissão na construção da sociedade (atividade cultural, familiar, etc.). Nesse sentido há uma reformulação nos vários aspectos de comportamentos interpessoal, moral familiar, moral sexual", etc.

Observa-se, nesse trecho, o raciocínio tipicamente comunista, tanto na forma, como na substância.

Dentro dessa ordem de idéias já se pode precisar o fundo comunista que se pressente nos devaneios filosóficos da AP que estabelece a opção final por uma ideologia socialista. Esse fato pode ser melhor concretizado ao examinarmos as bases políticas do movimento.

Frei Cardonnel doutrinava em seus escritos:

"Os povos qualificados de subdesenvolvidos põem a descoberto o vazio das ideologias. Nada é tão perigoso como o sistema acabado, definitivo, a síntese exaustiva que pretende fazer a economia do esforço sempre renovado dos homens concretos. Os povos subdesenvolvidos são a condenação do mundo constituído. Os homens, em grande número, não dispõem dos meios práticos para se tornarem o que são: homens.

Aderir a um ou outro bloco, no que se polarizam os Estados Unidos ou as democracias populares, é entrar numa problemática de conquista do poder, no jogo infernal do poderio, que sabemos ser incompatível com o Evangelho, tradução explícita das exigências humanas".

Preconizava então o religioso a posição de "terceiro mundo", afastada dos dois polos do poder universal. A AP não pode manter essa posição, como a princípio tentou acabando por optar pelo ingresso na área de influência socialista, e de cuja atração não pode fugir. Encontramos no Documento-Base:

"A realidade brasileira e a de todos os países subdesenvolvidos evidenciam estruturas de explora-

ção tais que marginalizam grande parte da população mundial numa situação de atraso total relativamente ao processo de socialização.

Diante disso, a integração do mundo subdesenvolvido no processo histórico, fêz-se adotar o processo permanente de eliminação das relações de dominação e integrar a corrente socialista que está transformando o mundo na atualidade.

Esta opção nos integra na luta contra o capitalismo internacional, guardando uma atitude crítica em relação às experiências socialistas em realização. Leva, por exemplo, ao apoio à luta do povo cubano na construção de sua sociedade socialista”.

E no Relatório da Comissão da AP:

“Uma consequência imediata desta opção explícita pelo socialismo de parte da AP é quanto às posições políticas face ao campo internacional, em que nos consideramos identificados em muitos pontos e portanto integrados com a corrente socialista embora, e justamente por nos considerarmos integrados, faço críticas a diversas opções concretas realizadas pelos países que a constituem. Sendo uma outra fundamentação desta posição a condenação que fazemos do capitalismo, das estruturas e da cultura de um modo geral chamada “civilização cristã ocidental”.

“Não concordamos também com um neutralismo, mesmo na sua forma “ativa”, por ser uma posição dúbia que no concreto termina por se identificar com um dos dois blocos e portanto cria uma não integração entre planejamento e ação”.

No que respeita ao problema do confronto entre o nacionalismo e o internacionalismo, a AP manifesta-se pela opção nacionalista no quadro de uma visão universalista. O Padre Vaz já se expressa do modo seguinte, em seu artigo: “Jovens Cristãos em luta por uma História sem servidões”:

“O fenômeno do nacionalismo nas nações jovens ou que cobrem as antigas áreas coloniais vincula-se intimamente ao processo histórico da ascensão das massas. Sendo um refluxo da vaga colonialista, tal nacionalismo carrega consigo muito das suas águas turvas e dos seus detritos. É inegável a pressão de uma forte carga de agressividade e ressentimento (e como poderia ser de outra maneira?) dos povos ontem dominados, contra os seus dominadores”.

E mais adiante:

“Sim, porque se o nacionalismo imperialista é um monólogo de dominadores, o nacionalista das nações que se libertam quer ser ou deve ser, na superação de todas as suas taras originais, o instrumento de um diálogo fraterno dos povos. E quem poderá torná-lo tal senão a consciência cristã, com a sua exigência de um radical universalismo”.

O Manifesto da PUC expunha a tese da AP nos seguintes termos:

“Dentro dessa perspectiva nossa opção nacionalista, conscientemente assumida, adquire sua justa significação e revela todas as suas dimensões. A nação, na sua realidade subdesenvolvida e no processo do seu desenvolvimento, é para nós a mediadora necessária que conduz ao universalismo implicado na nossa visão cristã, à civilização fraternal que queremos construir. Com efeito, nenhuma analogia se pode estabelecer, sem ignorância ou má fé, entre o nacionalismo egoísta das metrópolis que formulam o projeto colonizador como instrumento de ampliação dos seus mercados capitalistas, e o nacionalismo das nações alienadas que lutam pela conquista de uma estatura histórica de dignidade humana como premissa para um diálogo de autêntica solidariedade internacional. O discurso do internacionalismo, enquanto repetido em tons grandiloquentes pelos porta-vozes dos centros de dominação mundial, disfarça o monólogo dos mais duros egoísmos. Nós o denunciávamos em termos de nacionalismo militante — e,

primariamente, na luta contra os imperialismos econômicos — enquanto, precisamente, aspiramos ao diálogo dos povos”.

Esse Manifesto ainda se inclina pela posição neutralista, entre os dois blocos mundiais, mas as teses posteriores da AP eliminaram esse ponto de vista, como já o demonstramos.

A AP considera que o mundo subdesenvolvido é o campo revolucionário por excelência. E o diz em seu Documento-Base:

“E nesta perspectiva do socialismo como humanismo, enquanto critica da alienação capitalista e movimento real da sua superação, que encontramos a convergência de linhas da história moderna para o momento atual. Momento crucial nas alternativas do processo de socialização que define a direção de fundo de toda a história. Momento em que as condições gerais da evolução e da expansão do capitalismo, transformadas pela presença e atuação do bloco socialista-marxista, conferem ao mundo subdesenvolvido uma função revolucionária que aparece cada vez mais decisiva nas condições históricas de transição para a instauração do socialismo mundial. Esse o contexto da situação latino-americana”.

A doutrina da AP estabelece a revisão de um momento revolucionário, culminância de um processo cuja forma não pode antecipar, mas admite a necessidade de um partido único ou outra organização capaz de alimentar esse processo. Declara o Documento-Base:

“Não nos cabe antecipar a forma pela qual se dará a concretização desse processo revolucionário. No entanto, pode-se dizer que a história não registra quebra de estruturas sem violências geradas por essas mesmas estruturas, que produzem, em última análise, essa consequência.

No momento revolucionário, deverá se dar a coalizão das diferentes forças políticas que por uma contingência histórica aceitaram uma participa-

ção unificada, num organismo que deve reunir progressivamente as forças populares, acentuando o caráter representativo do poder e abrindo-se ao debate que o tornará expressivo das necessidades e aspirações do povo. Poderá fazer-se sentir a necessidade de um partido único ou de outro tipo de organização, segundo as circunstâncias do processo revolucionário. Desta forma, o problema do partido único ou da ditadura do proletariado não se coloca em seu aspecto formal, mas sim no grau de participação do povo em suas direções.

Fundamentalmente, todas as opções de nossa luta socialista hão de colocar-se em termos práticos, isto é, partirão de uma compreensão da realidade, de uma interpretação histórica informada por um método, pela concepção do homem e do mundo. Como movimento de ação revolucionária, partimos da compreensão das relações estruturais brasileiras, marcadas, no atual estágio, pelo processo de desenvolvimento industrial”.

O Relatório da Comissão da AP vai mais longe, justifica o papel do partido único, à base das seguintes razões:

“O exercício do poder terá que ser feito através de um partido único que detenha o poder integrado por todos os grupos revolucionários.

A necessidade do partido único na construção revolucionária se justifica pelos seguintes motivos:

1) Necessidade de resistir às pressões internas e externas durante a fase inicial de consolidação do movimento;

2) Tendo em vista a unidade de objetivos que há entre os grupos socialistas que fazem a revolução, não há porque a disputa do poder, como na sociedade liberal de vez que, então se procura construir pela escolha das melhores soluções e não apenas disputar o poder para um grupo ou classe;

3) Não estando as massas, no comêço, suficientemente educadas para o exercício do poder político numa sociedade socialista, é necessário que um Estado forte dirigido por um partido unificado domine nos primeiros tempos, até que o povo adquira maturidade política.

Provavelmente, logo após a tomada do poder, haverá uma fase rígida inicial, necessária para a consolidação do regime que, logo que possível, deverá ser seguida por uma fase onde se permita um exercício progressivamente mais livre da crítica, a fim de se conseguir um trabalho mais perfeito de criação socialista.

Evidentemente, porém, supõe-se que todos aqueles grupos que participam do partido único trabalham, embora com divergências, no mesmo sentido, o que permite a existência do partido único.

Dentro desta perspectiva, portanto, não há lugar no partido único para grupos que não concordem com a orientação geral de construção de uma sociedade mais humana em moldes socialistas".

Verificamos a radicalização dessa tese que se identifica com as características atribuídas pelos marxistas do Partido Comunista.

Encaremos agora os principais fatores econômicos da doutrina da AP. Sob êsse aspecto a analogia é praticamente completa com o comunismo, embora não cheguem os teóricos do movimento a se aprofundar na questão.

Declara o Manifesto da PUC:

"Neste sentido, urge denunciar a propriedade capitalista e provocar o advento daquela "propriedade humana" diversificada de que fala E. Mounier. Situar a produção dos bens na linha de uma propriedade participada, em escala sempre mais vasta, por todo o corpo social, é imperativo que se impõe para a livre sobrevivência da nação".

O Documento-Base assim se manifesta:

"Distorção que atinge antes de tudo a situação do homem: a esfera primária das suas necessidades vitais, o imperativo moral de sua dignidade, o espaço da sua liberdade. E que a apropriação privada dos meios capitalistas de produção, sujeita uma soma enorme de bens e poder à motivação fundamental do lucro e da acumulação. Daqui decorrem consequências inelutáveis. Eis as principais:

— a separação entre o trabalho, de uma parte, seus instrumentos e seu produto de outra. Entre o trabalho e o capital. Separação que engloba o trabalho na categoria econômica de "mercadoria". E que submete o sujeito concreto do trabalho, o homem que trabalha, às leis de oscilação do mercado, à lei de bronze da acumulação e do lucro. Que constringe assim ao mínimo de uma subsistência precária a esfera das suas necessidades vitais; fere em pleno rosto sua dignidade, mutila as possibilidades concretas da sua liberdade. Seja o que fôr da boa consciência, da reta intenção, da assistência paternalista, o detentor privado dos meios capitalistas de produção nunca poderá, numa estrutura econômica fundada sobre tal estatuto de posse, estabelecer com o trabalhador uma relação autenticamente humana de reconhecimento. Será sempre uma relação de dominação. De alienação do trabalhador. Uma relação que opõe pessoa e sociedade num contexto de luta. Em que a pessoa se fecha por trás do muro dos interesses individuais. E levanta a bandeira do individualismo. Em que a sociedade se torna, por sua vez, campo aberto no qual êsses interesses se defrontam e se combatem".

E após:

— finalmente, a lei da extensão das áreas de dominação aparece historicamente como uma das características maiores da evolução do capitalismo e como uma direção fatal do seu desenvolvimento. Ela

é a consequência imediata dos postulados de funcionamento de um processo econômico cuja motivação fundamental é a acumulação e o lucro. Nêle a conquista, a manipulação e a ampliação dos mercados, torna-se imperativo vital. Em regime concorrencial, a conceituação do processo econômico na linha de uma economia das necessidades torna-se perfeitamente inoperante e não desce do terreno das abstrações. Todo esforço de racionalização permanece aqui bloqueado pela distorção fundamental da primazia do lucro sobre a necessidade. O exame da evolução histórica do capitalismo é, nesse sentido, suficientemente esclarecedora. A "lei da selva" da primeira fase puramente competitiva e da disputa sem quartel no mercado, sucede o predomínio dos mais poderosos, a emergência dos monopólios. É uma primeira verificação da lei da extensão das áreas de dominação, aqui no setor da posse e do controle dos meios de produção. O desenvolvimento das técnicas de produção, sua diversificação e consequente diversificação dos bens impõem, a par da racionalização global da produção mesma, a organização racional do mercado em função de setores prioritários. Tal não é possível sem a intervenção do poder público. A área de dominação amplia-se sobre o Estado. O Estado mesmo se torna capitalista. Um Estado planificador, objetivando constituir-se em Estado de bem-estar. Mas, se a planificação capitalista não pode prescindir de cálculo e do atendimento das necessidades, ela não se funda sobre o homem e sim sobre o lucro. Ela não oferece assim uma saída histórica para o processo de socialização no contexto das forças modernas de produção. O neo-capitalismo não foge ao destino desumanizante do capitalismo".

No que concerne aos aspectos sociais doutrinários da AP, há que ressaltar a convicção da necessidade revolucionária própria dos marxistas-leninistas: Ressalta o papel da juventude nesse movimento: Diz o Manifesto da PUC:

"A nós cabe uma obra prática de ação nesta realidade, uma transformação radical de mentali-

dades e estruturas. E para nós, transformar significa a instauração de uma nova civilização, em escala planetária, onde a ascensão de todos os homens signifique a ascensão do homem todo, onde o império seja substituído pela solidariedade. Como jovens, vivendo numa sociedade em que uma das contradições mais importantes é a do subdesenvolvimento nacional — cabe-nos denunciar uma estrutura liberal-burguesa, pressionando até às últimas consequências seus dirigentes e responsáveis. A democracia, que daria a todos os homens a possibilidade de exercer a liberdade e participar do governo e das decisões históricas da nação, comprometeu-se com um esquema primeiro individualista, e depois classista. O aparelho do poder está caracterizado como a agência de uma classe ou de um grupo de classes dominantes. A simples constatação de que 52% de brasileiros, analfabetos, não participam da escolha eleitoral, é o bastante para retratar a falsidade de uma situação. Por outro lado, os quadros políticos tradicionais, refletindo a contradição entre uma estrutura agrária arcaica e, em grandes áreas, ainda semifeudal, e uma estrutura urbana e industrial em crescimento tumultuoso, não conseguem esconder sua desoladora mediocridade e sua ausência de horizontes sob a retórica edificante de um moralismo e juridicismo abstratos que, de toda evidência, não encontram mais nenhum eco nas jovens gerações que sobem à cena da vida nacional. "O erro das democracias modernas é não terem concretizado a verdadeira democracia". Da nossa parte recusamo-nos ao jogo fatal que opõe as forças empenhadas na conservação de estruturas anacrônicas e privilégios anti-sociais e os grupos que tentam monopolizar nos quadros de uma discutível unanimidade ideológica, com radicação, ademais, num ultrapassado postulado materialista, as legítimas aspirações das massas em ascensão. A liberdade, como tema democrático, tem que ser garantida. Mas garanti-la não significa somente formalizá-la em textos constitucionais, e sim superar todos aqueles condicionamentos que impedem seu exercício.

Assim, sem conferirmos ao econômico a única verdade, consideramos que não é possível qualquer

modificação do "status" global, sem uma radical transformação das estruturas econômicas. A ascensão das massas só assim pode ter lugar. Ou ainda, este é o caminho único a ser percorrido pela ascensão das massas".

A AP justifica a participação dos comunistas na construção de uma sociedade nova e assim se dispõe a trabalhar com ele. Frei Cardonnel defendia essa tese:

"Contestar a legitimidade de uma luta pelos homens a partir de sua iniciativa, e isto em nome do perigo comunista, parece-me ser a pior das imposturas. É claro que, se nossa ação é animada unicamente pela vontade de ajudar os homens a serem humanos, uma sociedade totalitária será evitada. Existem no Brasil os elementos — operários, camponeses, universitários — que deverão planejar em comum a forma de uma sociedade nova. Despertar o povo brasileiro para sua alma, para a originalidade de sua vida comum, tal é hoje, para nós, o grande trabalho a realizar".

Cardonnel julgava porém inadmissível a "ditadura do proletariado" para substituir a "falsa ordem" democrática. Escrevia:

"Deus não é mentiroso e falso como uma certa paz social, feita do consentimento dado por todos à injustiça antinatural. A violência não é unicamente o fato das revoluções. Ela caracteriza também a manutenção de uma falsa ordem (que é, praticamente, na existência própria de todas as ordens sociais) que Mounier chamava, com razão, de "desordem estabelecida". Antes de tomar posição diante de uma doutrina, uma ideologia da luta de classe, é preciso reconhecer o fato da luta de classe. Os trabalhadores das cidades ou dos campos não têm propriamente a iniciativa deste combate, que lhes é praticamente imposto pelos detentores do capital e do poder. Mas o princípio de solução não me parece ser, de modo algum, a substituição de uma classe por outra no exercício do poder. É aí que vejo o que há de ilusó-

rio na ditadura do proletariado, pela inserção em alguma parte de um partido onipotente".

Preconizava a participação política de todo o povo brasileiro na vida pública nacional, constituindo o que denominou de "única pátria humana".

"Penso com fé nas possibilidades do povo brasileiro que se apresenta hoje, talvez, como o único povo realmente internacional, por ser constituído de representantes de raças e de nações tão diversas. Cabe-lhe realizar conscientemente aquilo que o vemos viver instintivamente, isto é, formar uma síntese humana, não uma pátria qualquer no meio das outras, não uma nação particular, mas a tentativa contagiosa da única pátria humana.

É espantoso o contraste entre a vida pública do Brasil e a alma do povo brasileiro. A vida política continua sendo o império dos interesses que disputam entre si o poder, e a grande massa dos brasileiros nem ainda suspeita o que seja a participação na vida coletiva do Brasil. No sentido de um conjunto consciente de sua contribuição para os destinos do mundo, a história do Brasil ainda não começou. Ela pode e deve inaugurar-se com a entrada em cena do povo inteiro, decidido a tornar contagioso seu caráter livremente internacional".

O Manifesto da PUC considera, para essa elevação de cultura popular, indispensável a democratização da educação:

"Temos consciência de que a promoção das classes operárias-urbanas e camponesas-rurais se coloca neste momento, dentro da perspectiva cristã, como o passo mais largo que a história exige das vanguardas atuantes no sentido da humanização do mundo. Nesta promoção, a educação das massas é uma tarefa de primeira hora. Conservar a educação como instrumento cultural de dominação das classes privilegiadas é servir à opressão dos humildes. Somente através da democratização da nossa educação poderemos che-

gar à consciência cultural global que exprimirá num projeto nôvo as aspirações da nossa hora histórica”.

Dentro dessas mesmas idéias o Documento-Base critica a Revolução Marxista:

“Històricamente, entretanto, a revolução marxista opera a transposição da posse e contròle dos bens de produção ao Estado que, liderado pelo PC dirige o processo revolucionário. Essa transposição muitas vèzes tem perdido a perspectiva dialética da superação das alienações, criando nôvo pólo de dominação (estatal) com o surgimento de uma burocracia dominante. O Estado seria uma máquina formadora de determinado tipo de consciência acrítica e massificada.

O problema do poder é alterado, mas não radicalmente transformado. Êste poder é atribuído a um organismo fechado e surgem outras dominações, a política, a cultural, etc. Falta uma participação real, plural.

Êste processo não é inerente ao socialismo, mas é a característica de uma fase, fruto da necessidade de implantação do clima de isolamento e auto-defesa, mas que também provém de uma orientação ideológica, que não dando à consciência a possibilidade de transcender a História, a vê como consciência-reflexo, e a submete às leis massificadas do poder político de contròle restrito.

De tudo isto decorrem muitas outras alienações, no plano do pensamento, das artes e da possibilidade de uma livre opção do homem diante de seu destino final”.

O Documento-Base preocupa-se com a revolução, mas é bastante omissosobre os problemas que surgiram após a sua implantação. Não responde à célebre pergunta: E depois? Deseja participar da luta contra o capitalismo guardando uma atitude crítica perante as diversas expe-

riências socialistas que, entretanto, apóia e admira. Essa atitude ambígua e difícil de sustentar-se na vida prática manifesta-se no seguinte texto do trabalho de Luiz Alberto “Ação Popular e Cristianismo”:

“A AP tem uma ideologia comum a cristãos — e não cristãos. Essa ideologia é o conjunto das idéias-fôrças que animam a ação revolucionária e inspiram o projeto socialista da AP, projeto sempre em reelaboração e revisão”.

“Na luta revolucionária, o militante da AP une seus esforços com outras fôrças que naquele momento contribuem para o processo da transformação radical”.

b. A organização da AP

O movimento da AP organizou-se no país em bases amplas e nacionais, seguindo exatamente o modelo do Partido Comunista. Seus efeitos foram encontrados quase que exclusivamente na juventude universitária. O documento anexo, Relatório Especial, mostra a organização da AP no plano nacional, no plano estadual de Minas Gerais e no plano municipal de Belo Horizonte. (Anexo). O elemento celular da AP é o grupo de cinco, preconizado por Lênin.

Com essa estrutura a AP pretende mobilizar grandes massas populares, dando prioridade para as organizações operárias e camponesas.

Diz o Documento-Base:

“Assim, basicamente, por uma política de preparação revolucionária, consistindo numa mobilização do povo, na base do desenvolvimento de seus níveis de consciência e organização, firmando esta mobilização numa luta contra a dupla dominação capitalista (internacional e nacional) e feudal. Fortalecendo progressivamente seus quadros, AP desempenhará cada vez mais o papel de promover e orientar cada mobilização apoiando-a em intervenções diretas e pela atua-

ção coordenada de seus militantes dentro das estruturas atuais do poder. Ela se propõe à tarefa de elaborar com o povo, na base da contribuição dêste, a nova sociedade.

Estamos certos de que isto só se dará a partir de um trabalho de organização de massas que possibilite a sustentação dessa luta e de um trabalho de conscientização que permita o avanço revolucionário.

Conscientes de que nesse trabalho será necessário utilizar os mais variados instrumentos e que será possível explorar as contradições do poder atual, propomos a uma conquista de instrumentos que possam gradualmente ser usados como força de pressão radicalizadora. Não somente colocamos essa necessidade como tarefa de nossa militância em instrumentos do poder a que sejam chamados, mas devemos fundá-la no diálogo permanente com outros setores antiimperialistas e revolucionários e na radicalização das próprias contradições do poder atual.

A prioridade do nosso trabalho referir-se às organizações operárias e camponesas. Se reconhecermos a essencialidade do fenômeno imperialista e a integração das diversas formas atuais de dominação nos quadros do capitalismo internacional, nem por isso deixamos de nos impôr a exigência de um método de conscientização e organização que parta das exigências concretas das massas".

O setor estudantil, originariamente o fundamental, para a condução do movimento, é colocado em prioridade inferior como campo de mobilização:

"Outros setores, embora não prioritários, apresentam condições de um trabalho eficaz. O movimento estudantil tem se fundado gradualmente na linha de aliança com as classes populares e da remoção de obstáculos à criação de uma consciência revolucionária na intelectualidade. O próprio fato da radicalização de suas perspectivas é útil para demonstrar a possibilidade de avanços na condução das organizações estudantis como órgãos de pressão e agitação política.

Em tôdas essas áreas, a tônica será a preparação revolucionária. Esse trabalho será feito tendo em conta a possibilidade e a conveniência de uma participação comum com outros movimentos ou organizações de esquerda, evitando-se qualquer espírito sectário ou discriminatório. Ao mesmo tempo, porém, é necessário afirmar nossa atuação em uma integridade da luta político-ideológica e de procurar situar nossa militância na vanguarda do trabalho revolucionário".

Essa organização, paralela e aliada ao Partido Comunista é a base para uma série de ações táticas que se somam para formar a contribuição da AP ao movimento esquerdista.

No meio universitário, a AP contribuiu para dois movimentos principais como vemos no Manifesto da PUC:

"Para equacionar sua ação, o universitário cristão deve reconhecer, antes de tudo, seus objetivos:

- 1) seus colegas — através dos diversos movimentos estudantis e as justas reivindicações que têm em mira;
- 2) a sociedade, particularmente o operariado e o camponato — através dos dois principais movimentos de ação universitária no meio nacional que se esboçam hoje, o Movimento de Cultura Popular e a Aliança Operário-Estudantil".

Cooperando no Movimento de Cultura Popular e integrando os Centros de Cultura Popular a AP se associou intimamente aos comunistas para a ação esquerdizante. Os Planos de Ação anexos demonstram os projetos de Ação Popular em matéria de atividades revolucionárias, que abrangem todos os setores de mobilização e agitação de massas.

Em Minas Gerais a AP editou um jornal: Ação Popular, de edição quinzenal.

Em largos tracos como se demonstrou no texto precedente, a AP constituiu e ainda constitui um movimento socialista, profundamente arraigado no meio estudantil,

com características de extrema analogia em relação ao Partido Comunista, ao qual se associa em numerosas atividades, reforçando as possibilidades materiais do comunismo no País.

Ação Popular e Cristianismo

Estas primeiras notas pretendem lançar uma reflexão comum acerca das relações entre AP e cristianismo. Teremos que superar seja a confusão, seja a insegurança. Ora se afirma violentamente "a inspiração cristã" de AP, aqui e ali levanta-se o tabu de não querer relacionar o personalismo cristão com o personalismo da AP.

Para que fique clara a análise, ela traduz as primeiras considerações de um cristão que milita em AP. Não se trata de um estudo geral sobre o que é a AP, nem de uma pretensa tradução da ideologia da AP em termos cristãos. Uma simples confrontação de duas dimensões que animam uma só ação. Dimensões que não se encontram necessariamente juntas em outros militantes de AP ou em outros cristãos. Para o cristão de AP esta confrontação é tanto mais difícil quanto elas vivem intimamente unidas e certas distinções destroem a coerência interna. "A união traduzindo meu cristianismo num engajamento histórico concreto. Mas há que correr os riscos de separações inábeis para, num processo mais didático do que vital, superar o momento "de integrismo" religioso ou político.

O Pluralismo Interno de Ação Popular

A AP é a expressão de uma geração que traduz em ação revolucionária as opções fundamentais que assumiu como resposta ao desafio de nossa realidade. Assim o Documento-Base de Salvador, que às bases compete aperfeiçoar. Retenhamos a idéia inicial. AP vive na ação, opções fundamentais. O ponto de partida, a referência às exigências será uma ação concreta, conforme era sublinhado no informe "ação de reflexão em AP". Essa ação é o engajamento revolucionário no Brasil, década de 60, lutando pela radical mudança de uma estrutura capitalista em socialista. Isso se faz, a partir, "de uma análise rea-

lista do processo social brasileiro". Para esta análise, não basta a competência técnica, ou pragmático conhecimento. Há que adotar uma perspectiva que integre este processo parcial no processo global da história. "A hora histórica que nos é dado viver" toma seu sentido pleno, integrada em toda a história. E para isto, temos de partir de um acôrdo acerca do sujeito desta história: o homem. Temos de saber se é um homem submetido ao mundo, refletindo pura e simplesmente as exigências, um homem que "cria" um mundo que não existe sem ele ou que participa da criação de um mundo que o processo, que o precede, no qual está imerso, do qual depende, mas não é um simples prisioneiro. Enfrentamos o problema da liberdade. Não podemos limitar-nos a uma tática política imediata, ou ao receituário sócio-econômico pragmaticamente captado. Esta tática exige orientação, as opções fundamentais em torno do homem, do mundo, da história, da liberdade. Temos um conjunto de idéias-fôrças que explicam e animam a ação. E o que é isso senão uma ideologia? Essas idéias-fôrças encontram sua coerência interna, seu eixo na idéia mesma do homem. "Nosso compromisso único, é pois com o homem" (entende-se, numa ação situada no plano econômico social). Em AP aí está a opção radical que fará com que, tomando mesmas posições táticas do que outros grupos de esquerda, conservemos uma identidade própria, e, mais ainda, um estímulo e uma finalidade imediata diversos. Partimos de um homem "em situação original e irreduzível, participando genérica e constitutivamente da natureza e, na mesma medida, transcendendo a natureza". Superando as concepções idealistas e materialistas "é pois, numa perspectiva realista que colocamos face a face a consciência e o mundo, o homem e a natureza". Esse realismo exige a dupla referência do homem ao mundo real do qual faz parte e a um pólo da transcendência que permite a irreduzibilidade do mundo. Sem esta dupla ploparidade, exterior ao homem, não vejo como fugir ao imediatismo ou ao transcendentalismo. Baseando no homem a razão de ser de sua própria transcendência e sendo esse homem parte do mundo, teríamos apenas uma forma mais aperfeiçoada de um ser imanente.

Essas idéias-fôrças devem possuir um dinamismo interno a fim de que a ideologia não seja um catálogo "de

slogans", mas opções que se explicam sempre melhor pelas descobertas da ação refletida. Com isso não se pretende transformá-las em mera refração da "praxis", mas ver na reflexão, a partir da "praxis", aquilo que dá sentido e por isso transcende esta última. A mesma dialética imanência-transcendência que encontramos na relação homem-mundo, vamos constatar na relação ação-valores normativos. Esses valores normativos são descobertos no eixo dinâmico da pessoa fazendo histórias: no processo de personalização, socialização, universalização (três ângulos do mesmo caminhar). E há uma razão mais profunda que explica esse crescimento. Toda ideologia é um esforço de racionalizar o real, simplificando uma realidade que é mais rica do que conteúdos formais. Uma ideologia, para tentar ser fiel ao real, deve reverter-se continuamente, sabendo que sempre o aprenderá imperfeitamente.

Não é preciso dizer, que este quadro ideológico só tem sentido se encarnado em posições sócio-econômica-política precisas. Não se trata de um clube de diletantes intelectuais de "esquerda". Temos um movimento que age, à luz de uma ideologia que se reencontra continuamente na ação.

Essa ideologia tem uma *explicação radical* no plano filosófico e no teológico (ou da transcendência, se quiserem alargar, ainda com palavra equívoca, o sentido deste plano para o que não tem como referência o problema de Deus). Chegamos às dimensões totais de ser, à explicitação da gênese e de termos da consciência. E já saímos do plano ideológico. Como será dito mais adiante, parece estar aí o limite da reflexão *comum* em AP. Os elementos ideológicos podem ter uma explicação última de diferentes maneiras. Podemos encontrar várias referências nas reflexões filosóficas que situam os elementos ideológicos: Tomaz de Aquino, Blondel, Mounier, Teilhard, Marechal, Ricoeur e Lacoix, etc. Assim como no plano da explicação transcendental encontramos espíritas, agnósticos, católicos ou protestantes. A ideologia não pressupõe uma mesma filosofia, nem uma concepção religiosa comum. Todos se acham de acordo no plano ideológico, em opções comuns, de certa maneira mínimas, o que não implica em opções ecléticas, nem na renúncia de que *cada militante*, indivi-

dualmente, integre essas opções numa *coerência total*. Pelo contrário, e a isso quero voltar, para que haja consequência na ação, cada um a verá numa perspectiva integral. Mas a ideologia se situa no ponto de convergência de várias reflexões filosóficas ou teológicas, que continuam, em seu plano específico, irreduzível uma às outras.

É claro que é limitado o número de reflexões filosóficas ou teológicas que se encontram na ideologia comum. Só aquelas que lhe são convergentes. No caso da AP, uma posição idealista e materialista apresenta-se claramente incompatível com o realismo. Podemos falar em AP de uma *personalidade realista*. No quadro dos personalismos, que são vários, e do realismo, há lugar para uma variada gama de posições. Preferimos dizer realismo e não espiritualismo. Esta palavra, no decorrer de toda a reflexão ocidental, traz um dualismo latente, que separa matéria e espírito, quebrando a dialética em que se coloca a relação destes dois elementos. Quando se fala em primado do espírito, pode vir facilmente a idéia de um espírito fora, ao lado, e não no *coração da matéria*, ainda que à mesma irreduzível. A colocação consciência-mundo, expressa no Documento-Base, pareceu menos ambígua de que espírito-matéria, inclusive porque a consciência não se reduz a um desses termos. Note-se que a apresentação dessa relação não implica o pensamento filosófico único, mas apenas na escolha dos instrumentos conceituais que podem ser manipulados de diferentes maneiras. No tocante ao espiritualismo, poderíamos ainda lembrar Mounier: "o personalismo não é um espiritualismo... ele aprende o problema humano em toda a dimensão da humanidade concreta, da mais simples condição material à mais alta possibilidade espiritual... O espiritualismo e o moralismo são impotentes porque negligenciam as servidões biológicas e econômicas. Mas igualmente o materialismo, pela razão inversa. Como o próprio Marx diz, "materialismo abstrato" e "espiritualismo abstrato" encontram-se, não se tratando de escolher um ou outro, mas "a verdade que une os dois", a quem de sua separação (Le Personalisme", PUF 1961, pág. 26).

Da mesma maneira, o realismo supera o dualismo naturalismo-transcendentalismo, no momento em que refere

o homem a uma dupla polaridade de imanência e transcendência.

Mas logo vem a seguinte dúvida: porque essa linha divisória no limite da ideologia? Não há alguma coisa de arbitrário? A União em AP não poderia ser feita apenas por tarefas concretas, a partir de perspectivas ideológicas, numa dimensão de frente-única ideológica, onde convivessem marxistas e personalistas?

Centro de convergência de tôdas as forças de esquerda, que, por um motivo ou outro, não aceitam entrar no PC? Ou então, no pôsto, porque não ir até ao fim de coerência e uniformizar uma opção explícita, por exemplo cristã, o que permitiria dar uma especial mística à ação? Por que não sermos de uma vez socialistas cristãos? Sobre este ponto volto a estudar o cristianismo. Por agora, fiquemos no que se refere à AP.

A "demarche" não pode ser feita, a partir de uma visão global das coisas, mas daquilo que dá razão de ser a AP: a Ação. Não se trata de começar a ver o que se deve tirar de uma visão geral de homem para, num processo de diminuição, chegar ao que é comum. Pelo contrário, como foi esboçado no começo, partindo da ação, temos de descobrir o que é necessário, para que seja consequente. Um marxista e um personalista podem se encontrar na mesma direção, diante de uma ação concreta (como podem divergir). Caminhar lado a lado, somar esforços. Imediatamente visam um fim comum. Mas, se examinarmos com recuo e serenidade, veremos que, imediatamente, tendem a situações históricas diversas. E simplesmente porque a situação do homem no projeto concreto de cada um é diferente. Eis o nó da questão: o projeto histórico concreto. Não lutamos apenas negativamente contra uma situação de injustiça. Lutamos para instaurar a justiça. Dentro da previsibilidade dos condicionamentos que os homens construíram no passado e que a matéria ainda não dominada levanta, há lugar para traçar projetos. Sabendo-se de ante-mão que a complexidade histórica e suas tensões não reterá apenas um deles, mas uma resultante final da interação dos diversos projetos. Isso não põe o militante numa atitude de indife-

rentismo, mas o leva a duas atitudes só aparentemente contraditórias: a luta por um projeto preciso que crê rico em "verdade histórica" e a abertura aos aspectos positivos ou já vigentes dos outros projetos.

Há união com as mais variadas forças, nos aspectos positivos comuns e de acordo com as necessidades táticas e restrições óticas, mas cada movimento procura ir explicitando um plano a longo termo específico. Por isso, essa união, comumente conhecida como frente-única (o termo não trará uma ambigüidade histórica) se faz fora da AP, com outros movimentos, enquanto que a descoberta progressiva do projeto histórico, em contínua revisão, se faz dentro, animada por uma ideologia precisa (N: sobre frente-única, o departamento de estudos prepara um texto de análise).

Por uma visão ideológica comum e não filosófica ou religiosa? Por que paramos aí? Para a AP trata-se de um projeto que tem como finalidade a reconstrução concreta da *estrutura social*. Não é um projeto de ordem meramente conceitual ou um que atinge os vários ângulos da vocação do homem. Captamos os aspectos referentes ao *homem na estrutura social*, pois a reconstrução de que falamos acima se faz em função do homem. Logo, não basta a visão abstrata nas técnicas sociais desligadas do homem, mas é imprescindível a presença de uma idéia dêsse homem. Mas de homem enquanto integrante de uma estrutura social. As dimensões que vão além e que têm de aparecer na opção concreta de cada militante (que vê o homem como um todo), mesmo sendo vistas de maneira diferente, não modificarão o projeto que se limita à construção, na história, de uma sociedade para o homem, na aquisição de sua liberdade de ser no mundo que transcende êsse mundo.

Exige-se, e, do ponto de vista do movimento é suficiente, que se tenha uma visão precisa do homem no mundo, fazendo sua história. Mas a vida do homem não se restringe a êsse projeto de ordem histórico-social e tais limites são estreitos para conter uma opção que se quer total. Mas passamos aqui da esfera de uma ação sócio-política e, logo, da esfera da AP. O que nos leva a dizer

que, do ponto de vista individual, a AP não recobre toda a faixa de compromisso do homem. Isso em nada diminui a intensidade de sua ação e sua urgência histórica. Apenas delimita-lhe a especificidade. A quem da faixa da AP temos a ação comum desta com outros grupos; além, as opções e a ação no plano do pensamento e da religião. É para deixar claro, nunca é demais para repetir. Esse pensamento e essa opção completa de transcendental, em cada um, não está ao lado ou depois da opção ideológica, mas vive no coração desta e lhe dá um sentido radical.

O Cristianismo como totalidade e incarnação pluralista

A colocação anterior poderá ter dado a impressão de que a vida do homem é constituída por uma série de compartimentos estanques. Se olharmos apenas para os aspectos exteriores da ação, teremos instrumentos diversos para diirgi-la nos diversos planos da vida. Entretanto, há uma linha profunda de coerência que une todos esses planos e dá sentido a esta ação. Para o cristão ela está presente no ato da fé. Aí podemos tocar o engajamento humano como um todo, o homem em sua indivisibilidade.

Falando-se em ato de fé, temos que evitar logo uma confusão que o reduz às dimensões intelectuais. A palavra *Ato* lembra que há muito mais. No plano existencial a fé se explica, segundo Joan Mouroux, como "um conjunto orgânico de relações pessoais".

Isto está cheio de conseqüências. Pela fé ou não procuro uma verdade, uma idéia, ou encontro *Alguém*. A essência do cristianismo dizia há alguns anos Guardini, e tantos repetem com êle, é a adesão vital a Jesús Cristo, homem, pessoa histórica, Deus, uma das pessoas da Trindade. Eu não vou a êle apenas pela inteligência, mas por *tôda a vida*. Não há um aspecto religioso no homem. Toda a vida êle participa do ato de Fé. É urgente que no Brasil se aprofunde o problema natural-sobrenatural, não numa perspectiva jurídicista, bíblica e patriótica, retomando a antiga reflexão de Gregório Nissa (ver "Catholicisme", Lubac, textos anexos). Uma ação no social não é indiferente nas relações com Deus, nem se liga a elas por um elo externo. É todo o problema de graça e natureza de que trata Karl Rahner: "Não há graça real

se não num ser humano tocado pela graça, numa natureza objeto de graça, e essa graça é uma divinização da própria natureza". Não imaginemos, pois, a graça como um andar superior que a arquitetura celeste ajustasse, em sua sabedoria, ao andar inferior (a Natureza), de maneira que êste, guardando intata a estrutura que tem em si mesmo, não fôsse outra coisa que um suporte para andar mais elevado; de tal maneira que se pudesse parar sobre um ou outro sem que isso os atingisse em alguma coisa. Não pode haver nenhuma espécie de graça que não seja coamento bem determinado da natureza e do seu lado a natureza — na medida que a responsabilidade humana aí se encontra engajada — não pode desenvolver-se sem que a graça tenha alguma coisa a haver com ela... Não é menos verdade que natureza e graça são duas grandezas adequadamente distintas (cf. "Mission et Graco", página 65). Para o cristão Deus está no interior de todas as coisas (ver Guardini), nesse sentido uma natureza naturalista, isto é, reduzida a uma de suas dimensões, não existe. Por isso já uma ação no plano sócio-econômico se inscreve no plano sobrenatural e aí tem uma repercussão positiva ou negativa. Mas isso fica explicado talvez melhor no plano existencial da Caridade. Essa adesão a Deus que tem caminhos de união direta precisa da medição dos homens. E no encontro com os homens será testado o grau de adesão a Deus: "Se alguém disse Amo a Deus, as odeia seu irmão, é mentiroso. Porque aquêle que não ama seu irmão, a quem vê, como pode amar a Deus, a quem não vê?" (Jo 4, 20) e sabemos por São Paulo, que somos chamados a "ser parte uns dos outros" no Corpo Místico de Cristo.

Vemos que o Cristianismo implica, fundamentalmente numa adesão total a Deus, pelos homens. E o encontro com os homens se faz *no mundo*. Mundo criado por Deus e que temos de trabalhar, continuando a criação à imagem e semelhança de Deus. E fazendo do mundo um mundo para o homem. As grandes linhas do Evangelho (que não é um código de leis, mas uma história, vista por quatro autores com preocupações diferentes) nos levam a grande princípio: a luta pelo homem elevado à condição de filhos de Deus. Não uma pessoa isolada, mas êste homem no encontro com os outros homens. Esse o ponto

fundamental da *moral social* do cristianismo. Vamos restringir-nos a esse ponto no presente trabalho. Deixa-se de lado outros pontos centrais da vida de *Fé*, o problema do testemunho (voltamos a ele lateralmente), a Igreja como sinal de Cristo na História, etc...

O cristianismo impõe um aspecto normativo ao cristão engajado na vida social. Esta moral foi se explicitando no que se chama desde o século XIX, a doutrina social da Igreja. Ela é antiga e a encontraremos nas páginas do Antigo Testamento. Surge com uma tônica especial depois de Leão XIII, em vista da omissão dos cristãos diante do que se chamava a "questão social". Vemos seu desdobramento até a "Pacem in Terris". As novas circunstâncias do tempo vão levando a aprofundar esta moral, analisar aspectos novos, reanalisar outros diante de situações que mudam, tirar-lhes as consequências práticas, nem técnicas, nem ideológicas. Não é função do magistério da Igreja ditar soluções precisas, no campo das soluções sociais. Um desconhecimento disso leva a dois equívocos opostos. Uns, não descobrindo soluções concretas, chegam a conclusões de que carecem de valor, não se dando conta de que não é esse o seu papel. Outros crêem na Doutrina Social está a "solução" de todos os problemas que se confirmam num limbo moralista e nesse caso de boas intenções estéreis.

Aqui se impõe um outro estudo sério acerca de *cristianismo* e ideologia. Dizia atrás que a ideologia é um esforço de racionalização de real, em vista de uma ação. O Cristianismo não pode ser redutível a uma ideologia. Seria uma caricatura. Não é uma ideologia social, mas uma moral social. Dá os princípios normativos. As opções ideológicas dela decorrem, mas já na esfera da descoberta pessoal. O problema aqui é, em parte, o inverso de que expunha para a AP. O Cristianismo implica numa concepção do mundo e do homem, fruto da Revelação e da reação que é luz dessa Revelação, pode ir compreendendo melhor, como ensina o Primeiro Concílio do Vaticano. Pode-se falar, seguindo a trilha de Blondel e Tresmontant, de uma metafísica cristã que exclui concepções materialistas ou idealistas. O que não implica em reduzir a opção

cristã a uma posição de escola determinada. "Blondel emprega o vocábulo de filosofia cristã no singular, porque quer designar por isso mais um espírito de que uma manifestação determinada, ligada a essa ou aquela escola" (cf. Nédoncelle in "Existe uma Filosofia Cristã"). Só nesse caso valeria o termo filosofia cristã, aliás ambíguo. E Blondel liga essa reflexão do cristianismo a uma situação antológica de insuficiência e de inacabado (cf. Tresmontant, "Introduction a la Métaphysique de Blondel", página 67 e seguintes), há sempre um esforço de crescimento, em diferentes direções.

Fica o convite para o desenvolvimento particular, a dimensão antológica comum aos cristãos vai animar o esforço de racionalização de cada um, a descoberta ideológica de grupos, à Igreja, enquanto ao magistério, compete falar acerca dos pontos comuns, e de sua repercussão nas opções particulares. Mas estas ficam à liberdade dos cristãos. A Igreja, enquanto instituição, tem um campo específico de ação e, sociologicamente, é uma instituição entre as outras.

Mas isso não entra em contradição com a idéia de que ela anima a vida toda. Ocorre que a instituição é apenas um dos aspectos da Igreja. Há um outro mundo, mais fundamental, e do qual a instituição é serviço: a comunidade dos fiéis (alguns teólogos diriam a comunidade dos homens). Enquanto comunidade, nada é estranho à Igreja, pela *ação de seus membros*. Todos os problemas estão presentes na adesão vital dos cristãos à Igreja. Não basta porém que haja uma adesão aos grandes princípios. Para que eles sejam vitalizados, devem animar posições concretas e precisas. E uma ação precisa já vimos, exige um corpo ideológico. O cristão elimina todos os problemas na perspectiva do Evangelho, mas aí o faz dentro de uma esfera de liberdade. E temos católicos de diferentes ideologias, de diferentes opções econômico-sociais, ligadas a uma mesma moral social e a uma mesma visão metafísica. Mas não tem o direito de restringir o Cristianismo à sua posição. Não há um socialismo cristão, uma democracia cristã, etc... Isto é uma maneira de capitalizar para si o Evangelho, na justificação de uma posição social, apropriação indébita de uma

verdade que, se vive e se explicita na história transcendente a história e lhe dá sentido último. Minha opção deve ser feita em razão de uma exigência evangélica, mas ela está sujeita a erros. Deve ter a coragem de correr o risco, sem o escudo protetor da Igreja, posta a serviço de uma posição pessoal. Um católico da AP não é um socialista cristão. O Cristianismo não pode virar objetivo para "batizar" uma opção histórica. Será um cristão no engajamento histórico-social, *opta livremente* pelo socialismo. Foge a este mundo provar porque o cristão pode ser socialista e de que o socialismo, ainda que não haja nenhuma norma que exija que *deva* sê-lo. Uma colocação ingênua consiste em dizer que não é preciso sermos socialistas quando já basta ser cristão. O que é confundir os planos. A moral social implica numa concretização individual sem o que ela fica no terreno das intenções. Socialismo e Cristianismo não se excluem, mas este último deve estar no coração do outro. Não basta dizer-me cristão na vida. É preciso ser cidadão, com esta ou com aquela profissão, estado civil determinado, posição ideológica, etc. O cristão de AP não é um cristão envergonhado. Deve dar testemunho de sua Fé na opção político-social. Mas não pode resumir o Cristianismo à sua posição. O Concílio Vaticano II, pelos primeiros resultados, representa a superação do sectarismo e de um espírito de falta de iniciativa e de sentido de responsabilidade pessoal. Outros cristãos têm posições diferentes da do cristão da AP. Sabemos viver na mesma comunidade respeitando-nos, sem lançar continuamente a suspeição de alguma heresia oculta?

Da mesma forma, há que evitar o sectarismo no trabalho com os não cristãos o estudo das liberdades de consciências, no Concílio, abrirá pistas enormes. Sendo AP um movimento de cristãos e não-cristãos, sendo sua ideologia compatível com outras posições no plano religioso, não é possível que um grupo de seus membros, ligados por uma mesma crença, imponham esta mesma crença aos outros ou apresentem o movimento como de inspiração exclusiva de uma concepção de vida. Em AP o testemunho cristão vive mais pelos atos do que pelas palavras. E, de mais a mais, o trabalho de AP não fecha todas as possibilidades de ação, ficando todo um trabalho eclesial

a ser analisado, dependendo de vocações específicas, possibilidades de tempo, etc. O engajamento social não esgota as exigências do Cristianismo. A necessidade de explicação direta de sua Mensagem se pode fazer por opção pessoal, que de modo algum pode comprometer um movimento com sua finalidade própria e quadro de concepções diferentes.

Conclusão provisória

Primeiro Texto, conclusão parcial.

- a) Um cristão tem como exigência fundamental lutar pelos outros homens, transformando-os as estruturas sociais (não se diz, vejam bem, que é a única exigência do Cristianismo).
- b) Esta luta se faz orientada por uma visão do homem e do mundo e nos quadros de uma moral social, isto é, de que se chama hoje Doutrina Social da Igreja.
- c) Esta moral não é uma ideologia, mas deve animar uma ideologia precisa. Aí o cristão age livremente.
- d) A AP tem uma ideologia comum a cristãos e não-cristão. Essa ideologia é o conjunto de idéias-fôrças que animam a ação revolucionária e inspiram o projeto socialista da AP, projeto sempre em reelaboração e revisão.
- e) Na luta revolucionária, o militante da AP une seus esforços com outras fôrças que *naquele momento* contribuam para o processo de transformação radical.
- f) Seu compromisso básico não é com essas outras fôrças com as quais está em união precária, mas com a realidade, e nossa realidade com o homem. E retomamos assim o primeiro item.
- g) Se pudéssemos resumir tudo isso em uma imagem, teríamos uma parábola que vai do homem até o homem e que tem no centro, para o cristão, um Deus que se fez homem. Ou então, uma linha ascendente que indique o crescimento dos homens, que Deus chama para que participem de sua natureza divina.

RELATÓRIO DA COMISSÃO DA AP

— PRIMEIRA PARTE

A presente colocação visa justificar, explicitar e tirar as conseqüências da opção de AP pelo socialismo.

Para justificação dessa opção fazemos uma colocação da evolução da história, do surgimento do capitalismo e socialismo. Mostramos como o socialismo apesar de ser uma tendência histórica tem o caráter de opção e porque, retirando por fim uma conseqüência imediata desta posição e colocando, na segunda parte as conseqüências práticas futuras na construção do socialismo no Brasil.

Fundamentos da nossa opção pelo socialismo a evolução histórica apresenta-se contínua. Cada época é a pre-paração da outra, gênese, mas essa gênese supõe a passagem de certos níveis de crescimento onde ocorrem um salto dialético, portanto uma descontinuidade. Há uma dialética da relação dos grupos humanos que transformam o mundo, mundo humanizado, tocado, a agir, humano.

Vejamos esta evolução histórica, desde o feudalismo até a época atual a fim de que nos situemos dentro do processo histórico para melhor compreender a opção pelo socialismo.

Quando na época das navegações, com o contato com outras áreas, criam-se novas necessidades, quebra-se o equilíbrio realizado ao nível do feudo. Com o incremento de todo tipo de trocas, a economia fechada cede lugar à economia monetária aberta, dinâmica.

Os grandes comerciantes e posteriormente os burgueses (que já lentamente surgiam desde o século XIII com o nascimento das cidades) captavam os resultados das novas relações. Desenvolvem-se as concentrações urbanas. O poder passa da simples posse da terra para a possibilidade de comprar e vender. Ascende a burguesia comercial. Os operários, surgindo, libertam-se dos laços de servidão do feudalismo mas conseguem apenas a "liberdade" de ter direito de vender o seu trabalho. Os avanços da ciência aplicados à produção de bens, juntamente com outros

fatores faz surgir a indústria. Com ela aparece uma burguesia industrial constituída de espíritos empreendedores, criam o capitalismo liberal, sistema sócio-econômico partindo de uma visão individualista do mundo e que por isso mesmo torna-se um sistema de dominação e exploração do homem pelo homem, uma racionalização da lei do mais forte.

Caracterizaríamos rapidamente o capitalismo como a apropriação privada dos meios de produção, operando-se a separação entre capital e trabalho; nêle a produção não visa o atendimento das necessidades sociais, mas é dirigida pelo interesse do capitalista no lucro proporcionado pela produção, esperando-se uma regulação da sua ambição pela lei de oferta e procura. O operário vende a sua força de trabalho, recebendo em troca um salário arbitrado pelos patrões, participando apenas do processo produtivo como uma máquina mais versátil e útil que o patrão dispõe, na sua linha de produção.

O Estado "Democrático" é de fato instrumento do capitalista que tem o poder econômico e utiliza o Estado para manter a ordem vigente, para reprimir os descontentamentos e para financiar e executar com o dinheiro de todos os investimentos "de caráter social" (estradas, águas, etc) que o empresário capitalista não pode ou não quer executar tendo então o Estado "papel supletivo".

A cultura pelo seu caráter desalienante deve ser privilégio da minoria e da própria alienada para justificar o status vigente, servindo também de instrumento de dominação.

A ideologia liberal capitalista que dá a justificação racional dêste sistema sócio-econômico afirma ao caráter natural da competição, a vitória do mais capaz, a inevitabilidade da desigualdade entre as classes, o poder da elite sobre a massa, o valor do indivíduo sobre a sociedade.

Este sistema que sucede ao mercantilismo (dominação da burguesia comercial 1) permitiu o rápido desenvolvimento técnico-científico do mundo ocidental, afirmando-se como resultado dêsse desenvolvimento de uns poucos, uma profunda desigualdade social e internacional. Revelando-

se a extensão dessa desigualdade, vai-se gerar a negação dialética desse sistema econômico. A mesma razão humana que articula a dominação capitalista faz a sua crítica e aponta suas contradições fundamentais e o capitalismo em seu desenvolvimento gera historicamente o seu contrário, o socialismo. Esta geração se dá na prática a partir das crises capitalistas e na teoria pela crítica destas.

Ja de início o desenvolvimento do sistema capitalista com as condições inumana que criou para o proletariado, gerou os diversos socialismos, desde os utópicos até o socialismo científico de Marx, que se concretizaram em primeiro lugar na Rússia. Mais tarde o capitalismo passou a uma nova fase em que se abrandaram as suas contradições internas em cada país pela transferência da dominação para o plano internacional, despejando-se a carga da espoliação sobre os países colonizados — “a fase imperialista do capitalismo”. Este imperialismo entrou em crise com os choques entre as grandes potências imperialistas nas duas guerras mundiais e o colapso de seus impérios levou à libertação dos países que os constituíam que tendo experimentado a condição de dominado optaram em sua grande maioria por sistemas sócio-econômicos de tendências socializantes.

Simultaneamente deu-se a evolução da técnica e dos meios de produção complexificando-se o mundo a tal ponto que o socialismo aparece como a única forma de superação.

Esta é a descrição da evolução da história e da geração do socialismo e têm seu valor como descrição, mas não é um mecanismo histórico e submetendo-se as vantagens individuais que optarão no atual estágio pelo socialismo.

Isto significa que a nossa opção pelo socialismo não é necessária no sentido determinista mas que há uma forte tendência, uma preferência percentual das vontades individuais pelo socialismo por permitir a comunicação e reconciliação das consciências e atender às exigências das condições concretas da produção moderna.

A imprescindibilidade da opção individual decorre dos seguintes pontos:

a) Havendo duas opções históricas contrárias há a possibilidade da escolha individual do capitalismo e no plano coletivo a possibilidade de um retardamento do salto dialético para o socialismo.

É preciso portanto que para a orientação das consciências individuais e apressamento do processo global se justifique a opção pelo socialismo que para nós decorre do fato de permitir êle o reconhecimento das consciências e a cessação da dominação do homem pelo homem, e que seu contrário o capitalismo, não permite e também por atender o socialismo exigências das condições concretas da economia atual.

b) Uma vez feita a opção na consciência pelo socialismo êste não se concretizará só com isto. Antes esta opção implica numa tarefa que compreende a conscientização das massas para a tomada do poder e o início da construção do socialismo, que mesmo neste último estágio ainda comporta uma série de opções e esforços das consciências individuais.

Uma consequência imediata desta opção explícita pelo socialismo de parte de AP é quanto às posições políticas face ao campo internacional, em que nos consideramos identificados em muitos pontos e portanto integrados com a corrente socialista embora, e justamente por nos considerarmos integrados, façamos críticas a diversas opções concretas realizadas pelos países que a constituem. Sendo uma outra fundamentação desta posição a condenação que fazemos do capitalismo, das estruturas e da cultura de um modo geral chamada “civilização cristã ocidental”.

Não concordamos também com um neutralismo, mesmo na sua forma “ativa”, por ser uma posição dúbia que no concreto termina por se identificar com um dos dois blocos e portanto cria uma não integração entre planejamento e ação.

COMISSÃO: 2 — OPÇÕES SOCIALISTAS

— RELATÓRIO

a) Opções Políticas.

Tese: No estado socialista, legítimamente popular depois da revolução, haverá a identificação do estado com o poder.

A tomada do poder pela AP e outros grupos revolucionários só terá sentido, na medida em que representarem de fato o povo brasileiro, conforme o grau desta representação, cada grupo político participará em maior ou menor grau do partido único que conduzirá o trabalho de construção socialista.

Caso os grupos não representem de fato o povo, teremos a continuação da dicotomia entre poder e Estado que permanecerá até que uma nova revolução nos desaloje.

Tese: O exercício do poder terá de ser feito através de um partido único que detenha o poder integrado por todos os grupos revolucionários.

A necessidade do partido único na construção revolucionária se justifica pelos seguintes motivos:

- 1) Necessidade de resistir às pressões internas e externas durante a fase inicial de consolidação do movimento;
- 2) Tendo em vista a unidade de objetivos que há entre os grupos socialistas que fazem a revolução, não há porque a disputa do poder, como na sociedade liberal, de vez que, então se procura construir pela escolha das melhores soluções e não apenas disputar o poder para um grupo ou classe.
- 3) Não estando as massas, no começo, suficientemente educadas para o exercício do poder político numa sociedade socialista, é necessário que um estado forte dirigido por um partido unificado domine nos primeiros tempos, até que o povo adquira maturidade política.

Provavelmente, logo após a tomada do poder, haverá uma fase rígida inicial, necessária para a consolidação do regime que, logo que possível, deverá ser seguida por uma fase onde se permita um exercício progressivamente mais livre de crítica, a fim de se conseguir um trabalho mais perfeito de criação socialista.

Evidentemente, porém, supõe-se que todos aqueles grupos que participam do partido único trabalham, embora com divergências, no mesmo sentido, o que permite a existência do partido único.

Dentro desta perspectiva, portanto, não há lugar no partido único para grupos que não concordem com a orientação geral de construção de uma sociedade mais humana em moldes socialistas.

4) Economia.

Tese: Tendo em vista que propriedade privada dos meios de produção é uma forma de dominação em que há exploração do homem pelo homem esta deverá ser substituída pela propriedade social que subteme a sua utilização de modo social e dentro de uma planificação. Esta propriedade social tenderá a ser estatal no futuro, entendendo-se por propriedade estatal as empresas produtivas ligadas aos órgãos coordenadores da produção em plano nacional (e mais tarde em plano internacional de um sistema socialista mundial) para integração na planificação geral da produção, sendo na medida do possível autônomos na sua gestão que será feita pelo sindicato dos trabalhadores da empresa.

No início do processo revolucionário a propriedade social poderá abranger uns diversos tipos como propriedades comunitárias estatal, e mesmo admitir a propriedade privada, conforme seja necessário devido ao grau de conscientização dos diversos grupos. Grupos já proletarizados poderão ter seus meios de produção estatizados logo; outros mais individualistas poderão passar por outros estágios antes da propriedade estatal.

A educação do povo poderá levá-lo progressivamente ao regime, de propriedade estatal, para isso preparando-o para participar através de seus sindicatos da gestão de suas unidades de produção e da participação na planificação nacional da produção.

A propriedade social será também, desde o início necessariamente estatal em certos setores básicos (fontes de energia, bancos, etc.).

A empresa passa a ser uma unidade de produção não visando o lucro mas visando a satisfação das necessidades sociais e, portanto, integrada dentro da planificação global da produção. Sua direção caberá ao sindicato da fábrica. A planificação da produção como imprescindível em uma produção visando as necessidades e não o lucro deverá ser elaborada pelos órgãos nacionais encarregados da coordenação da produção e submetida à discussão em cada unidade produtiva quanto à sua viabilidade, a fim de que a assembléia conheça e assuma a responsabilidade do plano dando condições à sua liderança de aprová-lo ou propor modificações. A educação do povo para o socialismo deverá levá-lo a uma participação cada vez maior na discussão do plano nacional de produção.

c) Social.

1) *Família*. Não se apresentaria como individualização (casal e filhos) mas como uma dimensão social: a realização da família dependeria de sua contribuição na realização histórica de toda a sociedade. Nesse aspecto a família apareceria em sentido mais amplo, comunitário.

2) *Educação*. A educação atual é um privilégio de uma minoria economicamente forte, além de completamente desviada em seu sentido, pois a sua busca se faz a fim de se conseguir uma ascensão na sociedade, ou seja, a passagem à condição de polo dominante. Contra isso declaramos a necessidade da educação universal como possibilidade dada a cada pessoa de realização e desenvolvimento de suas potencialidades.

A educação além disso deve ser dada e buscada em função das capacidades e potencialidades de cada um.

Donde concluímos pela estatização do ensino e sua universalização com obrigatoriedade de todos frequentarem o primário e garantia pelo Estado de que todos os capazes continuem seus estudos pelos secundários e universidade propiciando-lhes condições para tal.

3) *Moral Social*. Na formulação de uma sociedade socialista, vemos que o comportamento moral não deve ser função de uma série interminável de proibições, como na sociedade capitalista, onde (amoral) advém da soma

de privilégios, de valores falsos. O falseamento da moral capitalista se esconde em valores válidos, inclusive religiosos, que são deturpados para atender à proteção dos elementos da classe dominante. Não são valores morais, mas sim, uma soma de preconceitos que a sociedade capitalista chama moral. A moral é então instrumento de dominação, fator negativo. Na sociedade capitalista a moral se apresenta como uma tarefa positiva na medida em que é um resultado de um compromisso sem tréguas na construção de um mundo de sujeitos que se comunicam. Enquanto que na sociedade capitalista a moral se apresenta como proibições e negativismos, na sociedade socialista a moral social abrangeria toda a obra humana já que ela se basearia no homem como eixo da história. Toda a atividade humana que não se colocasse nessa faixa seria imoral, seria omissão na construção da sociedade (atividade cultural, familiar, etc.). Nesse sentido há uma reformulação nos vários aspectos do comportamento interpessoal, moral familiar, moral sexual, etc.

4) *Cultura*. A cultura na sociedade capitalista serve também de instrumento de dominação, de vez que é utilizada para justificar e manter o sistema vigente e todas as idéias já antes descritas na caracterização do capitalismo. Mesmo assim, porém, o potencial desalienante ainda funciona, de modo que deve ser restringido para as massas reforçando assim as possibilidades de manutenção da dominação.

Na sociedade socialista porém a cultura deve ser autêntica na expressão do homem, do mundo e da história, possuindo caráter pessoal e universal, isto é, servindo para ajudar a realizar a pessoa e para comunicá-la com os outros homens, sujeitos também da história.

PLANO DE AÇÃO SETORIAL

Após uma detida análise da atuação da AP por setores, chegou-se à conclusão da necessidade de uma preocupação maior com o movimento operário e camponês.

1 — *Setor Operário* — O movimento sindical brasileiro conta com um movimento, isto é, uma série de deficiências entre uma e outras de lideranças muitas vezes comprometidas com políticos, assim como a falta de um maior número de operários sindicalizados.

Concluiu-se também, pela atuação de AP em dois planos:

a) nas cúpulas, através de um trabalho tentamos ganhar a liderança para representantes mais autênticos do interesse operário.

b) nas bases através de uma campanha pela sindicalização, assim como através de curso de formação sobre as condições do operário na estrutura capitalista e sobre a realidade brasileira. Esses cursos deverão ser o meio pelo qual teremos acesso às bases operárias, aproveitando essas possibilidades para a criação de liderança de AP.

Além das palavras de ordem mais gerais, devemos lançar outras diretamente vinculadas ao interesse do operário:

a) reivindicação salarial.

b) problemas ligados ao seu setor de trabalho. Exemplo: metalúrgicas, situação do minério de ferro no Brasil, daí emergindo para a denúncia do imperialismo.

c) custo de vida, confeccionar folhetos e necessidades básicas do povo: leite, carne, roupas, sapatos, mostrando

especulação e a ligação com o capitalismo internacional. Como sugestão, um estudo sobre as necessidades básicas do povo.

2 — *Setor Camponês* — Viu-se que para um trabalho mais conseqüente no movimento camponês era imprescindível se fazer um levantamento da real situação deste setor por região, mostrando a densidade populacional, o nível de vida, os costumes, etc.

Como tarefas de AP neste setor, viu-se como as mais importantes:

a) sindicalização e fundação de ligas camponesas.

b) conscientização, partindo da realidade regional e dos problemas fundamentais do camponês: falta de terra, exploração do latifundiário: cambão, meia, etc.

c) núcleos de militantes de AP.

d) despertar a necessidade de criação de cooperativas, como instrumento de criação de uma consciência coletiva.

e) reforma agrária radical.

f) condenar organizações divisionistas do campo.

g) levantamento, por região, dos modos de atuação da igreja no campo.

3 — *Setor Profissional* — Este setor coordenaria a atuação daqueles militantes que, tendo um engajamento profissional, tivessem sua atuação política ali. Não se consideraria de setor profissional o médico ou advogado que atuassem nas ligas, mas sim do movimento camponês.

Nesse setor, deveríamos estar preocupados em formar uma consciência política que se despisse de qualquer assistencialismo.

Ao setor profissional deu-se uma importância, como meio de dar uma maior maturidade ao grupo.

Como instrumento de luta, viu-se a necessidade de um levantamento pelas profissões.

Os militantes de AP neste setor deverão estar preocupados em participar dos sindicatos ou associações.

4 — *Setor Político* — Vincularia todos os militantes que tivessem cargos eletivos ou que mantivessem contatos com áreas políticas.

Os militantes de AP deverão em suas campanhas eleitorais, aproveitar a oportunidade de denúncia das estruturas sociais vigentes.

Os eleitos deverão usar seu cargo como meio de comunicação e politização do povo, não se deixando absorver por problemas de menor monta nas casas legislativas ou cargos executivos, mas mantendo sempre um diálogo com o povo.

Apresentação de projetos de interesse popular, mesmo que não haja possibilidade de aprovação, como instrumento de radicalização através de pressão popular.

Criação de assessoria política em Brasília e nos Estados.

Fazendo um levantamento das condições de atuação nos partidos políticos atuais, deu-se a seguinte prioridade: PSB, PTB, PDC, conclui-se pela necessidade de concentração de esforços num só partido, levando em conta as peculiaridades de cada Estado.

O setor político deverá se preocupar em fazer um levantamento da real situação de cada partido nos Estados, assim como dos quadros políticos que tenha mandato.

Os políticos já engajados deverão entrar para o grupo nas mesmas condições de qualquer militante, aceitando nossa perspectiva político-ideológica bem como a disciplina.

5 — *Setor Estudantil* — Compreendendo secundários e universitários. Necessidade de sedimentar as bases de AP, principalmente entre os secundaristas.

Política de aproximação com as bases estudantis.

Preocupação no sentido de não desgastar nossos militantes, elegendo-os para todos os cargos. Necessidade do aproveitamento de setores não comprometidos e outros grupos. Os nossos militantes deverão ter um trabalho eminentemente de bases.

Determinar o número de estudantes que deverão ser deslocados para os outros setores.

Como instrumento de lutas específicas deste setor: escola pública e reforma universitária.

Os militantes de AP poderão ser, também, militantes de movimentos tais como — JUC, ACA, etc. E estarão subordinados à linha e disciplina de AP.

Evitar, sempre que possível, que dirigentes destes movimentos sejam também dirigentes de AP.

Concluiu-se pelo interesse de nossos militantes permanecerem nestes grupos para uma tarefa de conscientização.

6 — *Setor de Estudos* — Criação de um grupo nacional de estudos, com um planejamento e tarefas distribuídas em assuntos determinados, por região.

Os grupos dos Estados, sempre que necessário, deverão fazer informes, bem como o Nacional.

Como tarefa do grupo Nacional:

Curso Básico

Plano Trienal

Política Financeira do Governo

Grupos Estaduais:

Levantamento da situação dos Estados.

Os militantes desses grupos deverão estar, necessariamente, em contato com o povo, seja através de conferências, mesas-redondas, etc.

7 — *Setor Popular* — É o setor marginalizado nas zonas urbanas: poeira de Recife, favelados do Rio e de Belo Horizonte. Alagados da Bahia — é o subproletariado.

Este setor é de difícil organização. No entanto, pode-se alcançar — este objetivo através de Associações de Bairros, Ligas de Defesa Coletiva.

O instrumento mais eficaz de politização neste setor é a construção de casas em terrenos baldios.

Viu-se a necessidade de fomentar o Sindicato de Domésticas.

8 — *Setor de Imprensa e Informação* — Envio de informes sobre a situação do movimento.

Penetração em jornais, revistas, principalmente confecção de jornais de sindicatos.

Edição de um jornal e, na medida do possível, uma revista.

9. O MOVIMENTO UNIFICADO DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA (MURB)

Entre os vários movimentos esquerdistas que começaram a proliferar a partir da assunção de João Goulart à Presidência da República, surgiu o denominado MURB (Movimento Unificado da Revolução Brasileira), liderado por Francisco Julião, com o objetivo de dar unidade, extensão e maior expressão política ao movimento das Ligas Camponesas.

Para dar uma idéia dos objetivos ostensivos do MURB reproduziremos aqui o seu manifesto-programa que, evidentemente, não consigna os aspectos mais violentos e subversivos da organização.

MOVIMENTO UNIFICADO DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA (M U R B)

“OU FICAR A PATRIA LIVRE OU
MORRER PELO BRASIL”

M A N I F E S T O - P R O G R A M A

Uma forte rajada de esperanças sopra pela América Latina, sacudindo as cinzas do silêncio e da inércia acumuladas sobre as grandes massas oprimidas e famintas dos campos e das cidades. A liberdade, como um facho acêso, ateia chamas à consciência dos povos que vivem entre as margens do Rio Grande e os gelos da Patagônia. Dentro desse cenário colossal duzentos e quarenta milhões de seres humanos carregam sobre os ombros humilhados a arca de ouro do imperialismo e o caixão de chumbo do latifúndio. O Brasil que se estende pela metade quase desse continente submetido ao senhor dos dólares e ao senhor das terras, contribui com um terço dos escravos na condução da arca e do caixão.

Nossa Pátria, imensa e bela, possuindo recursos inesgotáveis, riquezas fabulosas, um solo ubérrimo e excelente clima, em condições de alimentar, vestir e calçar oitocentos milhões de pessoas, ainda exhibe, nesta segunda metade do século da ciência e da técnica, da planificação e da energia atômica os índices mais tristes de pauperismo, de atraso, de miséria, de desemprego, de prostituição, de analfabetismo, de degradação e de fome contra os seus oitenta milhões de habitantes.

Todo o nosso povo sofre na carne e na alma a ação que as forças reacionárias desencadeiam contra ele quando defendem uma política de conciliação com o imperialismo, ontem sob a bandeira do desenvolvimentismo e, agora, sob a do reformismo, ou procuram fortalecer o latifúndio e preservá-lo do ataque frontal que já lhe assestam as forças revolucionárias e progressistas do País.

Entre nós cresce o desemprego, numa proporção assustadora, e com o desemprego, a fome e as doenças sociais. Os camponeses são expulsos dos latifúndios e quando resistem são violentados e massacrados por capangas e policiais a serviço ainda dos "senhores barões das terras". A mortalidade infantil atinge a níveis espantosos. Há uma guerra sem quartel contra os inocentes. É o ódio de Herodes. O assassinato em massa. O genocídio. A média de vida humana decai de ano para ano, mas de ano para ano, aumenta a criminalidade entre as crianças e adultos. A mendicância chega a agular o apetite da bêsta fascista. A burguesia se diverte com um milhão de prostitutas que não encontram, sequer, leitos nos hospitais para o seu último escarro de sangue. O analfabetismo prolifera à sombra da indústria, do ensino e dos planos de educação. As favelas se abrem sobre os morros não como flôres mas como chagas. Nascem os mocambos da podridão da lama. E as malocas. E as palafitas. É o marginalismo na Terra da Promissão. Não há sequer, necessidade de descer a detalhes. De fazer diagnósticos. De exhibir estatísticas. Tudo está à vista de todos. As pra-teleiras das livrarias, as páginas dos grandes diários, os conferencistas das mais diversas especialidade e colorações políticas e filosóficas exibem todos os dias, pelos quatro cantos da Pátria, essas estatísticas, êsses diagnós-

ticos, êsses detalhes que confrangem, que amarguram, que espantam, que humilham, que revoltam e que nos desafiam à ação. Aceitamos o desafio.

Deixando de lado o critério conhecido de análise das classes e camaradas sociais que compõem o povo brasileiro, distinguimos, claramente, duas forças em nosso País. as FÔRÇAS REACIONÁRIAS e as FÔRÇAS REVOLUCIONÁRIAS E PROGRESSISTAS. São forças antagônicas que se polarizam na medida em que cada uma delas busca a defesa dos seus interesses. As forças reacionárias procuram por todos os meios submeter as forças revolucionárias e progressistas. Da ameaça do golpe para preservar o *princípio da autoridade* à mistificação da reforma para garantir a continuidade da *democracia representativa* há todo um processo urdido com inteligência fria e calculada, tendo sempre o mesmo objetivo: a manutenção dos privilégios com a exploração e a espoliação das massas.

As forças revolucionárias e progressistas, por sua vez, lutam para eliminar as forças reacionárias, que conservam, ainda, em seu poder as terras, as fábricas, os bancos, o comércio atacadista, os meios de propaganda, de comunicação e de transporte, as armas e outros privilégios. É fácil a sua caracterização. São forças reacionárias aquelas que defendem, intransigentemente, a livre empresa, a intocabilidade ou o tabu da propriedade privada, a vinculação com os monopólios ianques, a remessa de lucros para fora do País, os acôrdos militares, alianças e pactos, de qualquer natureza, lesivos à soberania nacional e o exercício do poder político sem a participação efetiva das massas. Nada importa que entre essas forças figurem pessoas, grupos e partidos que lutam entre si pela posse do poder político ou que adotem posições mais ou menos distantes uns dos outros, êstes na extrema direita, aquêles no centro, havendo quem sustente que a Carta Magna é intocável e até quem queira reformá-la, se todos, no fundo, na essência, defendem os mesmos princípios e desfrutam dos mesmos privilégios.

As forças revolucionárias e progressistas são, precisamente, as que se opõem a tudo isso.

São forças revolucionárias o operariado urbano, o proletariado rural e os camponeses pobres, estes compostos de foreiros, parceiros, empreiteiros e pequenos proprietários rurais. São forças progressistas os pequenos produtores, os pequenos comerciantes, os camponeses médios, os estudantes e intelectuais pobres, os padres e pastores realmente cristãos, os comerciários, os pequenos funcionários públicos, os soldados, marinheiros, cabos, sargentos e oficiais patriotas, tanto mais progressistas e vinculados à Revolução quanto mais radicalizados pela inflação que lhes devora os salários, vencimentos e etapas.

Essas forças revolucionárias e progressistas vêm sendo intensamente trabalhadas por partidos políticos, frentes populares, seitas religiosas, líderes sindicais, populistas, democratas cristãos, esquerdistas, socialistas, comunistas e revolucionários, todos empenhados em atraí-los para o seu centro de ação, e sua esfera de influência, o seu comando político. Embora representem essas forças a quase totalidade do nosso povo e tenham todas as condições para varrer as forças reacionárias e conquistar o poder, falta-lhes um instrumento adequado para executar esses objetivos. Esse instrumento só pode ser formado com o aço da unidade. Mas a unidade não depende de palavras. De discursos, de mensagens. Depende de ação e de trabalho junto às massas. E de entendimento entre as lideranças.

Todos apelam para a unidade. A CGT, a FPN, a UNE, a UBES, a FMP, as lideranças operárias, camponesas, estudantis, militares e religiosas, revolucionárias e progressistas, os parlamentares nacionalistas e políticos mais ligados aos movimentos populares, Brizola, Arraes, Prestes, Almino, Sérgio, Neiva, Temperani, Pelópidas, Eloy, pe. Alípio, pe. Lage, Osvino, Garcia, para citar os mais atuantes e destacados, todos querem unidade. Nós também queremos unidade. Mas unidade em torno de que forças? Das forças revolucionárias e progressistas. E unidade para que? Para se efetivar a Revolução Brasileira. "A Revolução tornou-se, hoje, inevitável em muitos países da América Latina. Tal fato não é determinado pela vontade de ninguém. É resultado das espan-

tosas condições de exploração em que vive o homem americano, do desenvolvimento da consciência revolucionária das massas, da crise mundial do imperialismo e do movimento universal de luta dos povos subjugados". (2.^a Declaração de Havana). O povo brasileiro já pode tomar uma decisão histórica capaz de eliminar para sempre os seus dois cruéis inimigos — o imperialismo e o latifúndio — o de elevar, em espaço de tempo relativamente curto, os seus índices de vida, desde que utilize em proveito próprio todas as riquezas de que é dotado. Mas para tomar essa decisão precisa de unidade. E de organização. Para evitar os movimentos espontâneos sem objetivos bem definidos, que se podem perder, retardando a marcha da Revolução Brasileira.

Queremos a Revolução Brasileira, isto é, a mudança da estrutura política, econômica e social do País. Quem vai fazer essa Revolução? A direita, o centro ou a esquerda? Serão as massas. Mas as massas unidas. As massas organizadas. As massas conscientes do seu papel histórico. Exigindo as reformas. Mas que reformas? Simples reformas de base? Não. Reformas de base radicais. Sim. Porque as de base pura e simplesmente, querem a direita e o centro, uns com a Constituição reformada, outros, sem isso. De reformas de base já falava o imperialismo em Punta del Leste. De reformas de base fala o latifúndio. Impõe-se, assim, que se acrescente o objetivo *radical* a cada reforma de base para que seja reforma de verdade e nunca uma mistificação, um engodo, uma mentira, para enganar as massas.

A primeira dessas reformas, a mais reclamada pelo nosso povo, nos campos, nas fábricas, nas escolas, nos quartéis, nos comícios populares, por toda a parte, é a reforma agrária radical. Quem deve opinar, em primeiro lugar, sobre essa reforma? Os camponeses. Sim, porque são eles que trabalham a terra e nela vivem, nela sofrem e por ela morrem. Os camponeses já disseram, em Belo Horizonte, no seu I Congresso Nacional, entre 15 e 17 de novembro de 1961, através de todas as organizações camponesas existentes no País, as Ligas Camponesas, da ULTAB, do MASTER, dos Sindicatos Rurais, das Federações e Confederações e também da Comissão Nacional pela

Reforma Agrária, o que mais lhes interessa, aquilo que sentem e o que é justo que se faça. E o disseram pela boca de 1.600 delegados de todo o País, diante de grande massa popular, representantes da classe operária, da intelectualidade, dos estudantes, do Presidente da República em pessoa, do Primeiro Ministro, de outros Ministros de Estado, de dezenas de deputados federais e estaduais, do governador e do vice-governador de Minas Gerais e do Prefeito de Belo Horizonte.

Em que consiste a reforma agrária radical? Deverá consistir, no mínimo, do seguinte:

- a) radical transformação da atual estrutura agrária do País, com a liquidação do monopólio da propriedade da terra exercida pelos latifundiários, principalmente, com a desapropriação pelo governo federal dos latifúndios, substituindo-se a propriedade monopolista da terra pela propriedade camponesa, em forma individual ou associada, e a propriedade estatal;
- b) máximo acesso à posse e ao uso da terra pelos que nela desejam trabalhar, à base da venda, usufruto ou aluguel a preços módicos das terras desapropriadas dos latifundiários e da distribuição gratuita das terras devolutas;
- c) respeito ao amplo, livre e democrático direito de organização independente dos camponeses em suas associações de classe;
- d) plena garantia à sindicalização livre e autônoma dos assalariados e semi-assalariados do campo;
- e) aplicação efetiva da legislação trabalhista aos trabalhadores agrícolas do mesmo modo que é aplicada aos trabalhadores urbanos;
- f) ajuda efetiva e imediata à economia camponesa sob todas as suas formas;
- g) urgente eliminação do § 16, do art. 141, da Constituição Federal, de modo que as indenizações por interesse social sejam feitas mediante títulos do poder público, resgatáveis a prazo longo, e a juros baixos;

h) completo levantamento cadastral de todas as propriedades de área superior a 500 hectares e de seu aproveitamento;

i) desapropriação pelo governo federal das terras não aproveitadas das propriedades com área superior a 500 hectares, a partir das regiões mais populosas, das proximidades dos grandes centros urbanos, das principais vias de comunicação e reservas de água;

j) levantamento cadastral completo pelos governos federal, estaduais e municipais, de todas as terras devolutas;

k) retombamento e atualização de todos os títulos de posse de terra para anulação dos títulos ilegais ou precários de posse e reversão das terras à propriedade pública;

l) impôsto territorial progressivo através de uma legislação tributária que estabeleça forte aumento de sua incidência sobre a grande propriedade agrícola e isenção fiscal para a pequena propriedade agrícola;

m) regulamentação da venda, usufruto ou arrendamento das terras desapropriadas dos latifundiários, levando em conta que em nenhum caso poderão ser feitas concessões cuja área seja superior a 500 hectares, nem inferior ao mínimo vital às necessidades da pequena economia camponesa;

n) proibição de entrega de terras públicas àqueles que as possam utilizar para fins especulativos;

o) outorga de títulos de propriedade aos atuais posseiros que efetivamente trabalham a terra, bem como defesa intransigente de seus direitos contra a grilagem;

q) ampliação da rede estatal de armazéns e silos e núcleos de economia camponesa, através da produção cooperativa;

q) ampliação da rede estatal de armazéns e silos e criação de supermercados nas cidades;

r) criação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) com a finalidade de planejar e dirigir a

produção agrícola do País, assim como a assistência técnica, habitacional e sanitária, além do programa de ensino e alfabetização.

A segunda reforma a ser adotada é a reforma urbana radical. Quem deve, entes de todos, opinar sobre ela? O operariado urbano, os pequenos funcionários públicos, os estudantes e intelectuais pobres, os comerciantes, os soldados, marinheiros, cabos, sargentos, suboficiais e oficiais patriotas, os pequenos produtores e pequenos comerciantes e todos os favelados.

Deverá consistir, no mínimo, do seguinte:

- a) redução de 50% sobre os aluguéis das habitações urbanas e transformação de cada inquilino em promitente comprador do imóvel em que habita, matéria essa já constante de projeto de lei de autoria do deputado Sérgio Magalhães;
- b) incorporação à casa quando esta já fôr própria, do terreno ainda sob aforamento ou locação, através do mesmo processo de compra estabelecido para a habitação;
- c) desapropriação das grandes companhias imobiliárias e efetivação de planos de habitação à base de casas pré-fabricadas;
- d) instituição de pensão vitalícia, com reajustamento progressivo às pessoas que, dispondo no máximo, de três casas, vivam exclusivamente do seu aluguel, de modo a compensar a diferença dos 50% a que se refere a alínea a;
- e) criação do Instituto Nacional de Reforma Urbana com a finalidade de planificar e executar a construção da casa própria;

A terceira reforma a ser empreendida, imediatamente é a reforma radical do ensino. Quem deve ditar as normas para a sua efetivação? Os estudantes, em primeiro lugar. E em seguida os professores. Deve consistir, no mínimo, do seguinte:

- a) adoção do ensino gratuito para qualquer grau, ao alcance das massas urbanas e rurais, tendo em vista o

princípio de que todos são iguais perante o direito à educação;

b) participação dos estudantes de nível secundário, universitário e técnico-profissional, nos conselhos escolares e universitários, sempre proporcional ao número de alunos em relação aos professores e funcionários, tomando-se por base o princípio da representação democrática;

c) abolição definitiva da indústria do ensino, em qualquer dos seus ramos, graus e especialidades;

d) coexistência das diversas orientações religiosas e filosóficas do ensino, facultando-se aos pais a escolha da orientação que queiram dar aos filhos;

e) criação de cursos de aperfeiçoamento profissional nos próprios locais de trabalho, obedecendo a horário flexível, com o objetivo de melhorar o nível técnico dos trabalhadores, tendo em vista o princípio universal de que o trabalho humano é o criador das riquezas;

f) formação do maior número possível de técnicos de nível médio indispensáveis ao desenvolvimento industrial do País;

g) colaboração estreita e permanente entre o Ministério de Educação e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária para que a educação e os diversos níveis de ensino sejam realmente acessíveis às populações rurais;

h) aparelhamento de todas as escolas e faculdades de agronomia, veterinária, arquitetura, medicina, administração, educação e outras, e criação de novas onde se fizer necessário para levar o progresso científico e técnico a todos os recantos da Pátria, especialmente aos campos;

i) elaboração de um programa intensivo de bolsas de estudos, tanto para professores como para alunos, junto aos países mais adiantados e sem qualquer discriminação.

A quarta reforma que defendemos como necessária à libertação de nossa Pátria é a reforma industrial radical, sobre a qual devem ser ouvidos os trabalhadores.

Consiste, no mínimo, do seguinte:

- a) encampação das grandes empresas;
- b) desenvolvimento acelerado das indústrias de base;
- c) auxílio técnico e financeiro à pequena indústria;
- d) concretização do preceito constitucional que determina a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas;
- e) formação de comissões mistas de técnicos e operários para a direção das fábricas;
- f) elaboração de um plano nacional de industrialização para liquidar com o desemprego e elevar rapidamente o nível de vida do povo.

A quinta reforma pela qual se baterá o Movimento Unificado é a reforma bancária radical. Para realizá-la devem ser ouvidos os bancários, economistas, atuários e contabilistas, em lugar dos banqueiros, os camponeses e os assalariados agrícolas, em lugar dos latifundiários, os trabalhadores urbanos, em lugar dos capitães de indústria, os pequenos comerciantes e pequenos produtores em lugar dos grossistas, especuladores, intermediários e agiotas. Deve consistir, no mínimo, do seguinte:

- a) transformação do Banco do Brasil em Banco Central, com o encargo de executar a política monetária, creditícia e bancária do País, através de um Conselho em que os trabalhadores estejam representados;
- b) nacionalização dos estabelecimentos de crédito com aproveitamento de todos os funcionários e sua incorporação ao Banco Central;
- c) seleção do crédito, de modo a promover o desenvolvimento equilibrado do País;
- d) proibição de remessa de capital para o exterior.

Ainda como reformas radicais devemos:

- a) reduzir, progressivamente, os efetivos militares, com aproveitamento dos excedentes em outras atividades, pois não se compreende que um País subdesenvolvido como

o nosso empregue em armamentos que se tornaram superados em face dos foguetes balísticos e inter-continentais, somas elevadas que deveriam ser aplicadas no próprio desenvolvimento econômico nacional;

b) criar milícias voluntárias de operários, camponeses e estudantes, com o objetivo de se unirem às forças armadas regulares na defesa da Pátria contra qualquer agressão externa ou subversão do regime instituído pelas massas;

c) transformar os quartéis em escolas técnicas e hospitais na medida em que forem reduzidos os efetivos militares;

d) eliminar os dispositivos do regulamento disciplinar do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, vexatórios às praças de pré e aos oficiais menos graduados em relação aos seus superiores, sem quebra do princípio da autoridade que deve ter por base a camaradagem, a fraternidade e o respeito mútuo;

e) transformar a mão de obra especializada e subutilizada de alta frequência entre os oficiais do Exército, Marinha e Aeronáutica, empregando-a no desenvolvimento industrial e tecnológico do País;

f) padronizar a comida nos quartéis de modo que uma praça de pré se sirva do mesmo alimento que um oficial superior, já que a Pátria não distingue um do outro;

g) federalizar a justiça e as polícias militares estaduais;

h) revogar a lei de segurança nacional;

i) estender o voto ao analfabeto e à praça de pré;

j) finalmente, promover a imediata revisão de todos os Códigos de Direito Público e Privado e a Legislação correlata adaptando-os às transformações políticas, econômicas e sociais da nossa época.

Para a realização desse programa é preciso unir e organizar as massas, em torno de um MOVIMENTO am-

plo e dinâmico, capaz de atrair e empolgar as forças populares dispersas, sem rumos bem definidos, que, nos campos, nas fábricas, nas escolas e nos quartéis, buscam solução para os seus problemas. Será o MOVIMENTO UNIFICADO DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA (MURB). Como um Movimento patriótico deve ter uma bandeira: O PAVILHÃO NACIONAL. Não há outro mais belo a ser empunhado pelo nosso povo. Deve ter um hino: O HINO DA INDEPENDÊNCIA. Nenhum outro melhor para exprimir os anseios de libertação do nosso povo como esse hino cantado nas escolas e quartéis, hino vibrante e forte, em que se exalta a Pátria e a Liberdade e por ambas se oferece a vida. Tomemos como Patrono Nacional do Movimento, a figura de José Joaquim da Silva Xavier, o Alferes Tiradentes, o subtenente Tiradentes, vítima do colonialismo lusitano. À sombra do Pavilhão Nacional, com o Hino da Independência e sob a inspiração de Tiradentes o MOVIMENTO UNIFICADO DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA (MURB) se constitui, assim, uma organização de caráter político patriótico, capaz de congregiar os melhores filhos de nosso povo independentemente de sua condição social, ideológica e religiosa, que estejam dispostos a libertar o Brasil do atraso e da miséria, instaurando uma nova República, inspirada na vontade das massas.

Com o povo e pela Pátria!

Brasília, 1 de junho de 1963.

Pelo Conselho Nacional das Ligas Camponesas do Brasil,

Ass.:) FRANCISCO JULIANO
PRESIDENTE

10. MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR

O Movimento de Cultura Popular surgiu, no cadinho fervente da agitação esquerdista que foi o governo de João Goulart, quando nosso País, sujeito às manipulações de uma política tendenciosa, marchava progressivamente para um destino socialista. Esse movimento constituiu-se paulatinamente como uma frente-única, na qual se aliam representantes de vários setores da esquerda: o PCB, a Ação Popular (AP) e os esquerdistas independentes. Teve o notório apoio, do Ministério de Educação e Cultura, de inúmeras associações estudantis, principalmente da UNE e de sindicatos operários. Chegou a contar com o auxílio estrangeiro.

A organização apresentou como justificação de suas atividades ideológicas e políticas o propósito de conduzir meios de aperfeiçoamento cultural ao encontro das massas populares, analfabetas, incultas e miseráveis. O objetivo encoberto era, entretanto, empreender uma impregnação ideológica coletiva de elementos ignorantes, de frações incultas do povo, criando grandes possibilidades para mobilização dessa gente, moralmente preparada para a aceitação de motivações subversivas, e propensas à exacerbação pelos apelos de justiça social. Essas massas, educadas pelo movimento, seriam facilmente conduzidas às manifestações de rua, ao encabrestamento eleitoral, às ações de violência popular e, até às invasões de terras e à luta armada.

O método utilizado no MCP baseava-se essencialmente na integração da política e da ideologia nos processos de ensino, buscando na doutrinação os motivos da aprendizagem e empregando essa aprendizagem como veículo para a doutrinação. Comportava duas fases marcadas por neologismos que ficavam comuns na linguagem de

seus participantes: a *conscientização* e a *politização*. A conscientização era a revelação da precariedade social dos indivíduos em contraste com o seu poder como massa de pressão e de ação. A *politização* era a educação ideológica, a compreensão dos recursos individuais e coletivos para a imposição política e a idéia da participação de todos os grupos sociais na vida nacional.

O ex-governador Miguel Arraes declara-se o fundador do Movimento de Cultura Popular, em 1961, em Recife. No panfleto: "O que é o MCP, Miguel Arraes escrevia:

"Como Prefeito de Recife, tive oportunidade de, juntamente com homens de tôdas as tendências religiosas e políticas, iniciar um Movimento que iria levar ao povo uma nova atitude, que não era aquela dos intelectuais encastelados e dos estudantes que estudam fora do Brasil e não para dentro de nossa realidade, nem dos que se consideram donos do povo, mas daqueles que aprendem com o povo o que os doutores não sabem: a ciência do sofrimento da vida".

Embora designasse o MCP como apolítico na realidade tudo nesse movimento era essencialmente político, desde os seus objetivos a seus processos e métodos.

O MCP emitiu os seus Estatutos (Anexo pág. 600) que o situavam como uma verdadeira organização ampla e autônoma, destinada às seguintes atividades gerais: pesquisa, ensino, artes plásticas e artesanato, música, dança e canto; cinema, rádio, televisão e imprensa; teatro, cultura brasileira; bem-estar coletivo; saúde e esportes.

O Movimento de Cultura Popular, com o apoio do Ministério de Educação e Cultura, expandiu-se rapidamente por todo o país, atraindo áreas importantes à ação esquerdista. O PCB infiltrou-se rapidamente e passou a controlar várias entidades e iniciativas culturais.

A Ação Popular (AP) estabeleceu também as bases de suas atividades no movimento procurando modelá-lo de acordo com a sua doutrina (Ver anexo pág. 540).

Todos os empreendimentos do MCP conjugavam-se com finalidade da doutrinação política. Tal ocorria, por exemplo, com a campanha de alfabetização de adultos, para a qual a cartilha e os processos de ensino procuravam mutilar o descontentamento e a revolta social.

Analisemos alguns aspectos interessantes desses trabalhos.

A alfabetização de adultos procurava, segundo o MCP, alcançar os seguintes objetivos:

- 1.º elevar o nível cultural dos instruendos para melhorar a sua capacidade aquisitiva de idéias sociais e políticas;
- 2.º ampliar a politização das massas, despertando-as para a luta social.

O processo tinha suas bases na existência dos seguintes recursos:

- 1.º Cartilha explorando motivos adequados à criação do espírito social e à politização dos instruendos.
- 2.º Material de ensino audio-visual complementar para os debates (transparências, cartazes, receptores de rádio, etc.).
- 3.º Manual para os professores, orientando-os sobre as finalidades e os resultados a alcançar em cada lição.

Vejamos, por exemplo, uma página da cartilha do MCP para Pernambuco.

"Lição n.º 17

RECIFE
Recife

Um alagado do Recife

alagado
alagado

— O Recife tem muito alagado?

- Sim, o Recife tem muito *alagado*
- Como é a casa do povo do *alagado*?
- A casa do povo do *alagado* é o mocambo.

Essa aula tinha em mira despertar a consciência dos estudantes que se alfabetizavam para a população miserável, habitante nos mocambos dos alagados em Recife.

A idéia dêsse ambiente de sofrimento e pobreza despertavam o descontentamento e a revolta. Era essa a motivação política para a aprendizagem e simultaneamente, o incentivo para a subversão.

Em uma outra lição lemos o seguinte:

“Lição n.º 24

— Leia e copie

1. O Recife tem muito alagado.
2. O povo sem casa vive no mocambo.
3. O piso do mocambo é de taco?
4. O deputado falou ao povo no comício.
5. Um povo sem pão é um povo sem saúde.
6. Pelo voto o povo decide a vida da sociedade.
7. A vida de cada um é a vida de seu povo.
8. Um bom político fica ao lado do povo.
9. O povo todo ouve rádio?
10. A batucada é música do povo.
11. O samba também é música do povo.
12. Você ouve a aula pelo rádio?
13. 13 de maio é uma data cívica.

— Copie seu nome.

— Copie o nome de sua cidade.

Nessa lição os motivos sociais e políticos são grandemente explorados. Procurava-se despertar no instruído de início, o descontentamento pela miserabilidade em que vivem as famílias dos mocambos nos alagados do Recife, juntamente com a idéia de que se trata de uma imensa parte da população recifense (O Recife tem muito alagado).

Para acirrar essa insatisfação e criar a animosidade entre as classe, desperta-se a seguir indiretamente a noção de que os ricos vivem em casas confortáveis (O piso do mocambo é de taco?). Essa pergunta deixa no subconsciente do estudante o contraste chocante entre as palhoças do pântano e as casas da cidade.

Para associar a idéia de melhoria das condições de vida a doutrinação dos demagogos políticos que exploram essa situação e conduzir o povo a essa liderança, a lição prossegue mostrando que os deputados reúnem o povo nos comícios e nêles pregam a conduta a adotar (O deputado falou ao povo no comício). Que focalizam os políticos: O povo não tem pão (fome) e se não tem pão não tem saúde. E une imediatamente a idéia de que o voto pode permitir uma solução (Pelo voto o povo decide a vida da sociedade).

Mas, para se opôr ao individualismo, e mostrar que cada um se situa dentro de uma comunidade e generalizar a idéia da miséria e da fome, declara: A vida de cada um é a vida de seu povo.

Volta, em seguida, à ligação entre os políticos e o povo, fazendo agora uma advertência aos políticos e um aviso para que o povo saiba distinguir os “bons políticos” (Um bom político fica ao lado do povo).

Sendo o rádio o mais importante veículo de propaganda no seio de uma população de baixa cultura, é preciso difundir a utilização dêsse meio que hoje já independente da existência de transmissão elétrica nos locais (rádios de pilha). Por isso a pergunta: O povo todo ouve rádio? E para motivar o interesse dos instruídos em ter um aparelho de rádio, lembra-se o que se pode ouvir com êle: a batucada e o samba, as músicas do povo. Mas com o rádio também se ouve a aula (Você ouve a aula pelo rádio?).

A idéia final é a de que o povo está escravizado e precisa libertar-se. Daí a expressão: “13 de maio é uma data cívica”.

Por essa rápida análise, podemos distinguir, nesta simples lição, como são exploradas as idéias capazes de

criar a inquietação e o descontentamento, sem qualquer manifestação no sentido que seria o mais justo e humano, de fomentar as noções básicas de cultura, higiene e trabalho, capazes de realmente libertar o homem pelo seu próprio esforço, a única forma realmente válida e exequível de assegurar essa libertação. A miséria, a fome, o ódio entre as classes, a doença, a escravidão são os conceitos focalizados com uma subjetividade e uma sutileza verdadeiramente criminosas.

Quase todas as lições da cartilha citada mantêm essa mesma tonalidade.

1. Risque o que você achar certo

- a) Povo é toda a população de um país.
- b) Povo são apenas aquelas pessoas produtoras de bens materiais.
- c) Povo é a classe social economicamente elevada.
- d) Povo é o conjunto de classes, camadas e grupos sociais empenhados na solução objetiva das tarefas de desenvolvimento progressista do país em que vive.

2. Assinale o que achar correto:

O Brasil é um país:

- ☐ Desenvolvido
- ☐ Independente
- ☐ Socialista
- ☐ Agrícola
- ☐ Dependente economicamente
- ☐ Subdesenvolvido
- ☐ Capitalista

3. Que significam essas iniciais:

SESP
COSINTRA
EEUU
SUPRA
SUDENE
URSS

CGT
IAA
IAPI
UNE
CODEPE
SAI

4. Numere a segunda coluna de acordo com a primeira.

- | | |
|----------------------|--|
| (1) Democracia | <input type="checkbox"/> Governo de uma classe |
| (2) Reformas de Base | <input type="checkbox"/> Grupo de pressão popular |
| (3) Revolução | <input type="checkbox"/> Forma de governo |
| (4) CTG | <input type="checkbox"/> Governo do povo |
| (5) IBAD | <input type="checkbox"/> Partido político |
| (6) PTB | <input type="checkbox"/> Mudança lenta de estrutura |
| (7) Presidencialismo | <input type="checkbox"/> Grupo de pressão internacional |
| (8) Ditadura | <input type="checkbox"/> Transformação parcial da estrutura |
| (9) Evolução | <input type="checkbox"/> Obstáculo ao desenvolvimento do país. |
| (10) Imperialismo | <input type="checkbox"/> Transformação rápida da estrutura. |

A terminologia usada, as definições sugeridas, as idéias que procura desenvolver, os assuntos encarados, todos os aspectos, em suma, que podemos encontrar nesse documento significativo demonstram a sua vinculação comunista.

5. Risque abaixo dois países capitalistas, dois subdesenvolvidos e dois socialistas:

Estados Unidos
China
Brasil
Portugal
França

Cuba
Espanha
Paraguai
Pôrto Rico
Itália

6. Completar

..... é uma grande extensão de terra
..... é a transformação na estrutura agrária do país.

Reforma agrária consiste em

7. Cite 3 formas de exploração do homem no Nordeste, dizendo como são:

8. Por ordem numérica qualifique o que você considera como importante no momento atual:

- () Reforma agrária radical
- () Liberdades domésticas
- () Acabar com o aumento do custo de vida
- () Independência econômica
- () Revolução armada
- () Defender o homem
- () Moralização administrativa
- () Entregar o Brasil aos estrangeiros
- () Participação dos cristãos na luta-revolucionária
- () Doar alimentos e roupas aos pobres.

Acrescente o que você considera, além do que assinalou como ainda importante para o Brasil

Essa prova, demonstra em seu texto claro, o sentido político subversivo do Movimento de Cultura Popular, em virtude da base esquerdista e comunista do seu material e dos seus processos de ensino.

A terminologia usada, as definições sugeridas, as idéias que procura desenvolver, os assuntos encarados, todos os aspectos, em suma, que podemos encontrar nesse documento significativo demonstram a sua vinculação comunista.

Como um complemento curioso verificamos que, na resposta dada pelo estudante à prova aludida, encontra-

mos a seguinte definição de reforma agrária, atestando a inspiração ideológica do curso:

“Reforma agrária consiste em acupar as terra que não estão produzindo”.

Essa definição primária é expressiva quando pensamos no baixo nível cultural dos alunos e na idéia que os promotores do movimento procuravam impregnar à mentalidade desses elementos.

Apresentamos agora um trecho de uma sondagem para a seleção do corpo de professores do MCP:

1. Assinale ao lado o que achar conveniente:
Quando você alfabetiza adultos prefere partir de:

- palavras
 - sílabas
 - letras, A.B.C. etc.
 - sentenças ou frases
- Por que essa preferência?
Porque acha:
mais rápido
mais interessante para os alunos
mais fácil de ser usado pelo professor

2. Você acha que num programa de educação de adultos é suficiente apenas ensinar
a ler
a escrever
a contar
ou que outras coisas acha que deve ensinar?

3. Para que você acha que serve realmente ao homem adulto, operário, camponês, etc., saber ler e escrever?

4. Você sabe que em cada 10 brasileiros, há 6 que não sabem ler. Parece urgente educar e alfabetizar essa grande quantidade que é a maioria do povo.

Talvez seja difícil. Talvez seja impossível. Talvez seja desnecessário. Talvez não seja preciso

tanta pressa. Talvez não compense gastar tanto dinheiro do país em alfabetizar adultos.

Que acha você?

5. Você acha que na maioria dos casos os operários camponeses, etc., estão desejando alfabetizar-se? Se desejam, por que e para que?

Se não desejam como despertar o interesse deles para isso.

6. Que acha você do andamento das coisas no Brasil? Uns dizem que ele caminha para o desenvolvimento.

Outros dizem que não tem jeito para ele.

Outros: que só com a ajuda do estrangeiro poderá melhorar;

que tudo vai mal e precisa mudar
que nem tudo vai bem e algo precisa mudar

VOCÊ

a) que acha?

b) algo deve mudar? O que? Como?

c) algo deve permanecer? O que? Por que?

7. Você acha que a educação de um povo ajuda a ele se desenvolver e a enriquecer? Por que?

8. Diga alguma das crendices ou superstições mais encontradas no pessoal do seu lugar.

Você cre em alguma delas?

Quais?

9. Você acha que a natureza surgiu espontaneamente ou que o seu 1.º material foi criado por alguma força?

Esclareça seu pensamento a esse respeito.

10. Você acredita que o homem pode modificar a natureza ou que esta é inalterável?

11. Você acha que o homem pode desenvolver satisfatoriamente a sua própria natureza (inteligência, sensibilidade, vontade)

— inteiramente entregue a si, sozinho?

— ou melhor quando em contato com outras pessoas?

Por que?

12. Você acha que, havendo possibilidades, seria melhor educar ou ensinar às pessoas.

— individualmente (uma por uma) Por que?

— em grupos. Por que?

13. Você acha necessário criar um programa de educação de adultos para Pernambuco especialmente, ou acha mais prático trazer um, já em uso noutro Estado e aplicá-lo aqui?

Por que?

14. Se lhe coubesse sugerir aos Podêres Públicos medidas indispensáveis à proteção da saúde dos habitantes de sua localidade, que sugeriria de mais urgente?

Mediante tal sondagem eram escolhidos os professores para o Movimento de Cultura Popular. Analisando o questionário reproduzido sentimos que os dirigentes do MCP estabeleceram um sistema de perguntas para determinar a situação ideológica dos candidatos, as suas convicções políticas e as suas tendências em relação ao socialismo.

Para exemplificar a intenção de impregnação político-ideológica mascarada pela elevada aparência de aperfeiçoamento cultural do MCP podemos reproduzir as páginas de um documento, destinado aos professores em Pernambuco, sobre a maneira de conduzir a apresentação de uma série de gravuras expostas sob a forma de cartazes ou projeções nas quais apareciam as seguintes figuras simbólicas: tijolo, povo, farinha, roçado, terra seca, casa, cego-guia, engenho — enxada, máquina, trabalho, chuva, pobreza, classe, eleição.

Vejamos o que consignavam as diretrizes aos professores a respeito:

TIJOLO

Objetivo Fundamental

— A sociedade é dividida em classe.

- Existem diferenças de salário.
- Existem diferenças de trabalho
- Existem diferenças do modo de vida.
- Existem pobres e ricos. Explorados e exploradores.
- Existem organizações que defendem os interesses de cada grupo.
- Existem os choques e as greves.

Exemplo:

- Descrição do quadro — homem trabalhando — trabalho.
- Diferença de trabalho — diferença de salário: capacitação do homem
técnica utilizada
exploração
grau de organização.

Dono do trabalho — trabalhadores da cidade e do campo. Explicação da situação de cada um deles. Para quem trabalham. Como vivem e como vivem seus patrões. O que permite a exploração. Como se defendem da exploração — sindicatos, greves, etc.

P O V O

Objetivo Fundamental

- Classes fundamentais da sociedade em que vivem.
- Divisão da população em povo e inimigos do povo.
- Análises de cada classe.
- Organização de classes.
- Utilização da classe dominante do aparelho do Estado, para a defesa de seus interesses.
- (ilegível)
- voto do analfabeto.

Exemplo:

- Descrição — povo — análise de cada uma das pessoas que assistiram a um comício. O polí-

tico — o que é este quando trai o prometido para defender seus interesses — o inimigo do povo. Da descrição das pessoas presentes, levar à diferença no modo de vestir, no transporte utilizado; até a generalização dos tipos em grupos e classes. Luta entre explorados e exploradores. Instrumentos utilizados.

Utilização do Estado e das Leis: Ex.: voto do analfabeto e discriminações eleitorais: Nova situação em Pernambuco.

F A R I N H A

Objetivo Fundamental

- Carestia — especulação.
- Comércio
- Elevação e baixa dos preços.
- Cooperativismo.
- Especuladores e açambarcadores.
- Produtos das diferentes regiões naturais.

Exemplo:

- Descrição — feira — venda e compra — preços — variação dos preços com as épocas de safra.

Quem vende — quem compra. De onde vem os produtos. Que é produzido nas três zonas. Onde estão as melhores terras. Porque a Zona da Mata não produz alimentos. Monocultura. Financiamento das safras.

Quem enriquece — quem empobrece.

Soluções — Cooperativismo — melhor distribuição da terra — controle sobre o comércio e a especulação — melhores salários, etc.

R O Ç A D O

Objetivo Fundamental

- Problema da terra — relações de produção no campo.

- Forma de exploração.
Cambão — parceria — arrendamento.
- Latifúndio e minifúndio.
- Monocultura e cultura de subsistência.
- Exploração da terra — baixa rentabilidade — baixa produtividade.
- Distribuição das riquezas.
- Reforma Agrária.

Exemplo:

- Descrição — formas de propriedade — latifúndio x minifúndio
Cambão — Parceria — (Meia, terça, etc.).
Arrendamento.
Produção dos roçados x produção dos latifúndios.
Situação dos homens — método de trabalho — assalariados.
Remuneração.
Quem trabalha e quem enriquece.

T E R R A S Ê C A

Objetivo Fundamental

- Reforma agrária — medidas complementares.
- Assistência técnica e financeira (irrigação, etc.).
- Problema da seca.
- Indústria da seca.

Exemplo:

- Descrição — análise do problema: prejuízos para a agricultura e pecuária, a falta de trabalho, falta de alimento. Quem mais sofre — a seca atinge as cidades. Preço dos alimentos — especuladores.
Medidas tomadas — açudagem, irrigação, novas fontes de trabalho.

Camo tem sido feito — Indústria da seca — novos ricos.
Necessidade da nova distribuição de terra — Reforma Agrária.
Medidas complementares — assistência técnica — Plantar o que é possível. Pecuária, irrigação.

C A S A

Objetivo Fundamental

- Problema da habitação.
- Reforma urbana
- Especulação imobiliária.
- Casa e mocambo.
- Condições sanitárias.
- Promiscuidade.
- Habitação e transporte.

Exemplo:

- Descrição — tipo de habitação — casa e mocambo.
Quem vive numa e noutra — casa própria — aluguéis — casa de palha e de telha. Onde mora o povo — condições sanitárias.
Habitação e transporte — Habitação e trabalho — local de trabalho. Casa para todos — Reforma urbana.

C E G O - G U I A

Objetivo Fundamental

- Aposentadoria e previdência social.
- Problema da assistência a inválidos.
- Insegurança no trabalho.
- Falta de proteção à velhice.
- Mendicância.
- Assistência Social, previdência.
- Aposentadoria.
- Segurança contra acidentes.
- Insegurança no trabalho.
- Demissão contra a estabilidade.

— Doenças — Assistência médica — preços dos remédios.

— Habitação e miséria — clima favorável.

Exemplo:

— Descrição — esmola para subsistência — como ficou cego — o trabalhador hoje pode ser mendigo amanhã — cegueira de nascimento. Trabalho — garantias no trabalho — demissões — Escola rural problema das cidades (analise êxodo rural). Previdência Social. Seguros.

Doenças — assistência médica — preço dos remédios e condições de vida dos trabalhadores. O clima permite a miséria extrema — luta pelo pleno trabalho e pelas garantias aos inválidos e aposentados — extensão da Previdência social ao campo.

ENGENHO — ENXADA

Objetivo Fundamental

- Subdesenvolvimento.
- Atraso.
- Métodos velhos
- Baixa produtividade e salário
- Não utilização de máquinas.
- Modo como é feita a remuneração — barracão.
- Relação com a monocultura e latifúndio.
- Nível de vida de assalariados e proprietários.
- Subdesenvolvimento.

Exemplo:

— Descrição — trabalho pesado — comparação com os métodos de 80 ou 100 anos atrás. Produção do homem e salário — barracão — rendas das culturas x usinas e trabalho mecanizado — Razão da não mecanização, falta de interesse do proprietário. Trabalho braçal sem proteção, doenças, esgotamento, acidentes.

Latifúndios e monocultura.

Associações de defesa de interesses — sindicato. Do atraso no campo ao atraso no povo.

Brasil, país subdesenvolvido — características. Dificuldades de desenvolvimento.

MÁQUINA

Objetivo Fundamental

- Desenvolvimento.
- Mecanização.
- Progresso.
- Alta produção.
- Imperialismo.
- Trabalho manual x trabalho mecanizado.
- Salários e melhores condições de vida.
- Alta produtividade.
- Economia de força.

Exemplo:

- Descrição — força de máquina — comparação com o mesmo trabalho feito a braço ou com jumentos — em grande escala, generalizando, verificar a economia — produção dos homens, com máquinas e enxadas, melhores condições sanitárias, menor esforço, muito maior produção.
- Melhores salários — melhor nível cultural, necessidade de alfabetização. Análise da cidade x campo. Mecanização e atraso.
- Desenvolvimento. Necessidade de mercado e lucro.
- Domínio de umas nações sobre as outras.
- Imperialismo.

TRABALHO

Objetivo Fundamental

- Necessidade e obrigatoriedade do trabalho.

- Trabalho, fonte da civilização e da cultura
- " individual e social, coletivo.
- " intelectual e físico.
- " diferencia homens e animais.
- Trabalhadores, criadores de tudo que existe.

Exemplo:

- Descrição e trabalho — quem trabalha — para que trabalha. Que seria a civilização sem trabalho. Diferença entre homens e animais. Transformação da natureza.
- Trabalho individual e social — complexidade da divisão social do trabalho na nossa sociedade.
- Trabalho intelectual e físico, remuneração — trabalho e salário "Quem não trabalha não come".
- Há os que não trabalham logo...
- Criação e produção de tudo o que é feito; pelos trabalhadores.
- Fôrça e importância daqueles que fazem tudo e pouco ganham — desunião. Necessidade da organização.
- Unidade, única arma dos trabalhadores.

C H U V A

Objetivo Fundamental

- Reforma agrária (Problema de assistência)
- diferentes modos de organização da propriedade da terra de acôrdo com as regiões.
- Reflorestamento.
- Enchentes.
- Erosão.

Exemplo:

- Descrição — chuva — verde — boas colheitas — tempestade — enchentes — destruição.
- Regiões de mais chuva e menos chuva — maior ou menor produção.

- Reforma agrária, diferentes tamanhos das propriedades, diferentes cultivos.
- Enchentes, erosão.
- Destruição, desgaste do solo, empobrecimento.
- Enchurradas arrastam material fértil.
- Reflorestamento — umidade no ar.

P O B R E Z A

Objetivo Fundamental

- Miséria — suas causas e conseqüências.
- Exploração.
- Saúde.
- Fome.
- Desemprego e subemprego.
- Subalimentação.
- Doenças de carência — condições sanitárias — assistência médica.

Exemplo:

- Descrição — emprego, salário. Opôsto: riqueza. Porque um e outro: O que permite a riqueza e a pobreza.
- Características dos ricos e dos pobres por oposição.
- Quem trabalha, quem lucra.
- Exploração dos trabalhadores — baixos salários.
- Falta de alimentos e proibição dos preços, limite à liberdade.
- O dinheiro forma as cadeias — liberdade x direito x capacidade.
- Desemprego e subemprego subalimentação.
- Conseqüências, fome — doenças de carência.
- Condições sanitárias, medicina preventiva, assistência médica.
- Sòmente o povo pode resolver o problema.
- Organização de massa — luta pelo emprego,

contra as demissões; pela previdência social e assistência médica gratuita.

Socialização da Medicina.

Aprovação de novas leis. Direito ao trabalho, à alimentação e à educação.

CLASSE-ELEIÇÃO

Objetivo Fundamental

- Estabelecer relações entre o aprendido e as classes. Recordação e fixação. Teste de aproveitamento.
- Classificação das classes e as suas posições diante de cada problema discutido.
- Consciência de classe.
- Classes antagônicas — Organizações e greves.
- Democratização do poder.
- Participação nos debates eleitorais.

Exemplo:

- Descrição — eleição — candidatos — vários grupos e classes.
- Luta pela eleição dos seus representantes.
- Processo limitado, grande maioria, analfabeto não vota.
- Luta de classes nas eleições e fora delas — greves.
- Posição das classes diante das reformas estudadas e dos problemas.
- Consciência de classe.
- Elevação da consciência e organização.
- Maior participação eleitoral — Democratização do processo eleitoral — Reforma eleitoral.
- Validade relativa da luta eleitoral — suborno — corrupção — propaganda.
- Poder econômico.

Analisando essas instruções, podemos caracterizar mais uma vez, os propósitos políticos e ideológicos de todas as atividades do ensino do MCP. O incentivo ao descontentamento, a animosidade estão claros em seu texto.

O Movimento de Cultura Popular, além das campanhas de alfabetização, empreendeu uma série de iniciativas em matéria de publicações populares, teatro, cinema, conferências, festividades, etc. Para esse fim foram constituídos Centros Populares de Cultura, principalmente patrocinados pela UNE.

Em reportagem publicada no n.º 174 do jornal "Novos Rumos" (15/21 Jun. 62), a jornalista Regina Montana descrevia o que eram os CPC:

"Mas o que é o CPC? O CPC é formado por um grupo de estudantes intelectuais e artistas preocupados em elaborar e levar ao povo uma cultura que sirva para expressá-lo, esclarecê-lo na luta por sua realização existencial: desempenhar o papel que a história lhe reservou como dirigente da sociedade de que é povo.

Que cultura, porém, eles levarão ao povo? O CPC se dirige a um público diferente daquele a quem a cultura tem-se dirigido até agora. Um público "que mora mal, come mal, vive mal, morre mal". O que se dirá a essa gente? Não se pode mais continuar a levar a eles uma realidade que não é deles. Não se poderia mais continuar a aliená-los de sua situação. Colocada nestes termos a questão só tem uma resposta: a missão cultural do CPC é a de politização. "Deve-se dizer ao povo que sua situação aflitiva não é justa e que tampouco se trata de uma situação fatal, inelutável, impossível de ser modificada. Deve-se dizer também que seus sofrimentos são consequência de um contexto político-econômico assentado sobre a exploração do trabalho humano. E que dessa exploração, se beneficiam uns poucos". Com isto o CPC estará contribuindo para integrar política e culturalmente na vida do país, toda uma vasta população marginal.

O QUE FEZ O CPC

Antes de mais nada o CPC permitiu reunir intelectuais, artistas e estudantes preocupados com este

tipo de problema. Através dêle, puderam começar a organizar-se a discutir cultura popular, a chegar a conceitos e a produzir um grande número de obras. O Setor teatral conta com quatorze peças, foram lançados quatro novos autores. O setor de cinema produziu um filme: "Cinco vezes Favela". Foram encenadas peças como "Êles não usam Black-tie". "O Formiguinho", "Brasil Versão Brasileira", "Reforma Universitária", etc. O setor cultural elaborou conferências ilustradas e forneceu os dados utilizados nas peças. O setor de artes plásticas organizou uma exposição e igualmente forneceu os cenários e cartazes para os demais setores. Carlos Estêvão, diretor executivo do CPC, elaborou um manifesto aos intelectuais e artistas brasileiros, onde são definidas as principais posições do CPC quanto à arte, cultura popular e missão dos intelectuais e artistas. O CPC mobilizou em seus trabalhos cerca de 100 pessoas. Mas seu ponto alto foi atingido na Une-volante, quando percorrendo as principais cidades brasileiras a realizar espetáculos em Universidade e praças públicas alcançou, com enorme sucesso, mais de 30 mil pessoas".

O MCP e os CPC receberam substancial auxílio financeiro dos governos federal e estaduais. Através dessa frente legal, o Partido Comunista desenvolveu intensa propaganda extremista e subversiva, para a qual os estudantes esquerdistas, eram o veículo ideal. O movimento alastrou-se pelo país, incitando greves, infiltrando-se entre o operariado disseminando a motivação socialista.

Encontramos a descrição dessas atividades no artigo já mencionado de autoria de Regina Montana.

Do CPC do Rio, partiu Francisco de Assis para São Paulo a fim de desenvolver em Santo André o movimento de cultura popular. Concentrou suas atividades no sindicato dos metalúrgicos e atualmente com os próprios que estão na direção do movimento, chegando êles mesmos a escrever peças, tendo já uma Biblioteca e realizando até espetáculos de Ballet no fim dos quais são abertas discussões.

Em sua viagem pelo Brasil o CPC da UNE criou CPCs em todos os Estados. O de Minas está com 7 setores, vai montar uma peça, e, em agosto, membros de seu grupo vão trabalhar na realização do primeiro longa metragem mineiro. Salvador lançou um jornal do CPC e escreveu duas novas peças: uma sobre uma greve na SAMBRA, e outra chamada ARROZ, FEIJÃO E SIMPATIA, de Paulo Gil e Menésio Guimarães, sobre o restaurante dos estudantes. E assim cada CPC está procurando organizar-se e produzir suas próprias obras.

Está agora o CENTRO POPULAR DE CULTURA DA UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES estudando nova fase de atividades. Pretende construir um teatro próprio, e uma carreta em cima da qual serão feitas representações em diversos locais. Pretende igualmente formar núcleos do CPC em sindicatos, e, no momento, estando em pauta o problema da Reforma Universitária, segue um plano de apresentar sua peça sobre êste assunto em vinte faculdades cariocas, indo a outros Estados a fim de dar cobertura à greve universitária que se alastra em todo país. Segunda-feira, 29 de maio, o grupo esteve no CACO, onde foi aplaudidíssimo.

Desta forma o movimento de Cultura Popular vem se desenvolvendo justamente pela receptividade encontrada no coração do povo. Esta é a sua cultura. A CULTURA DO POVO, PARA O POVO E PELO POVO.

O CPC é um grito de entusiasmo, é um brado contra a exploração do homem brasileiro. É um exemplo profundo, dado pelos nossos estudantes, que identificam seu pensamento e sua ação com as necessidades da classe oprimida a fim de "restituir ao povo brasileiro a consciência de si mesmo, para que possa criar uma sociedade e uma cultura em que todos os aspectos da atividade humana se voltam para o homem".

As considerações precedentes pretenderam dar uma rápida idéia do que foi o Movimento de Cultura Popular como um poderoso agente da expansão socialista no Brasil. Em dois anos ampliou-se intensamente, abarcou todo o território nacional, invadiu os mais variados meios e, mesmo depois da Revolução de 31 de março, realizou diversos empreendimentos, como por exemplo, a chamada Operação Ubatuba.

MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR

a) *Conceito e Necessidade*

Para a tarefa de conscientizar, politizar e organizar o povo, o movimento de cultura popular aparece como um dos mais necessários e válidos, porque:

I. Tem como finalidade trazer à tona os valores do povo e suas necessidades ainda latentes e bloqueadas.

II. Se propõe elaborar cultura popular, que nascida dos anseios do povo, busca sua libertação enquanto pelo dominado (através da politização e organização) e, enquanto na relação homem sociedade possibilita que tal diálogo se faça, não em termos de dominação, mas em termos de comunicação e reconhecimento (através da conscientização).

III. Utiliza métodos e instrumentos próprios para a tarefa de conscientizar, politizar e organizar o povo, estruturando-se em entidades sindicais, camponesas, estudantis, populares e públicas.

IV. Existindo concretamente em quase todo o Brasil, atendendo às diferentes necessidades e possibilidades regionais, vem evidenciando as experiências mais válidas e prioritárias, aprofundando cada vez mais a seriedade e consistência de sua estruturação.

Duas reflexões devem informar o trabalho de AP em cultura popular:

— sendo a cultura popular uma elaboração a partir do povo, será preocupação do militante, traduzi-la o mais fielmente possível, sem ter como preocupação prioritária

a arregimentação para os quadros da AP, que caso colocado como objetivo primeiro do trabalho de cultura popular incorreria numa manipulação indevida do povo, então colocado como objeto e não como sujeito da cultura popular. A preocupação constante de formar quadros populares em AP — que se propõe como vanguarda das forças populares — deverá se fazer paralelamente ao trabalho de cultura popular, pois, a partir da conscientização do povo este sentirá necessidade de se organizar e, então, a AP se apresenta como um grupo organizado para o empreendimento da tarefa revolucionária.

— nesse sentido, o militante em cultura terá a preocupação de dialogar com os outros grupos políticos e ideológicos que se empenham na mesma tarefa, a fim de que o trabalho se desenvolva numa linha de frente-única, onde os grupos elaboram cultura com o povo, abrindo para ele uma perspectiva política de adesão político-ideológica.

b) *Instrumento Para o Trabalho de Cultura Popular*

A cultura popular utiliza instrumentos e métodos próprios de trabalho, instrumentos que se estruturam e se definem a partir das necessidades da comunidade à qual se destinam, numa preocupação de atenção às suas solicitações, utilizando motivações adequadas à realidade.

Deve haver a preocupação de se utilizar com prioridade aqueles instrumentos que:

I. Tenha maior facilidade de penetração no meio do povo.

II. Possibilitem maior dinamismo no trabalho de conscientizar e politizar.

III. Sejam de manipulação fácil.

IV. Possa fazer apêlo às entidades e organizações já existentes nas entidades.

V. Façam apêlo constante aos valores do povo — aproveitando-os num trabalho progressivo de conscientização e politização.

Objetivos a Alcançar

Os instrumentos de cultura popular — alfabetização, núcleos populares, praça de cultura, teatro, artes plásticas, cinema, música, publicações, festas populares, festivais de cultura e todos os outros instrumentos que se propõe à mobilização popular — são meios de conscientização, politização e organização do povo. Elaborados com e a partir de seus valores fundamentais, são válidos enquanto possibilitam a libertação popular de suas alienações. Isto porque quando a relação de um homem com outro homem ou de uma classe sobre outra se dá em termos de dominação, impõe-se, do polo dominante sobre o polo dominado, uma cultura alienante, impedindo aos homens que se tornam objetos, uma participação como sujeitos no processo de transformação e dominação da natureza.

Prioridade

Devemos, em AP, ter a preocupação de criar ou estruturar um instrumento de cultura popular, quando possibilidades concretas para tal se evidenciem. A nossa preocupação não é de lançar mão de uma só vez de todos os meios de cultura popular mas, prioritariamente, daquele ou daqueles que melhores condições de atendimento às necessidades e aos objetivos propostos oferecerem e, a partir dos novos quadros que surgirem, como fruto de seu trabalho, novas perspectivas de utilização se abrirão. Convém salientar que os instrumentos de cultura popular guardam entre si características próprias mas, como têm um objetivo comum, devem atuar numa dinâmica de intercâmbio e inter-relação constante.

ANÁLISE DOS DIVERSOS INSTRUMENTOS TRABALHO DE CULTURA POPULAR

I. ALFABETIZAÇÃO

A alfabetização se apresenta como uma tarefa imediata e válida, uma vez que:

— parte do próprio interesse do povo dando-lhe condições objetivas de emancipação cultural.

— leva o povo à conscientização e conseqüente politização. Nesse sentido colocamos como prioritário o trabalho de alfabetização de adultos, ficando claro que a alfabetização dentro do trabalho cultura popular não constitui um fim em si mesmo mas, se traduz com o objetivo de despertar a consciência do povo e portanto, servindo como meio e instrumento de sua politização.

Para que, de fato, a alfabetização cumpra êsse objetivo duas coisas precisam ser consideradas:

1. A necessidade de um material adequado ao trabalho:

— cartilha elaborada a partir da realidade que apresenta o ambiente, levando-se em conta o vocabulário e os costumes próprios,

— livros-textos para leitura complementar, a partir das exigências e necessidades, de geografia, história do Brasil, ciências naturais, higiene, política e economia.

— manual de aritmética e cálculo.

— manual para professores.

— material audio-visual que deve ser usado principalmente acompanhando os debates surgidos a partir da leitura complementar feita através dos livros textos.

2. Preparação dos alfabetizadores — Diante da nossa perspectiva de uma cultura criadora, devemos caminhar progressivamente para ir tornando o alfabetizado um alfabetizador.

A preparação dos alfabetizadores deve ser dada a partir de um curso que lhe forneça as noções básicas para a tarefa a que se propõe, devendo constar:

— preparo técnico ou orientação técnico-pedagógica, familiarizando o alfabetizador com o método a ser usado (global, fonemas ou silabação, podendo serem utilizados através de instrumentos audio-visuais permitindo uma alfabetização em ritmo mais acelerado.

— debates sobre as palavras-chave, isto é, as palavras politizantes contidas no texto da cartilha.

— conhecimento da realidade do meio ambiente para possibilitar um debate com os alunos sobre seus problemas.

II. NÚCLEOS POPULARES

Consideramos indispensáveis a fim de que se alcance o objetivo próprio da cultura popular, a criação de núcleos populares com a função específica de politização e organização do povo, trazendo em si a preocupação constante de formar líderes populares, a partir do diálogo. Diálogo este que forneceria os elementos de formulação da cultura do povo, através da compreensão de suas aspirações e valores fundamentais, fornecendo subsídios para elaboração dessa cultura que retornará ao povo através do teatro, publicações, cinema e demais veículos da cultura.

Meios Utilizados

1. Debates sobre problemas do próprio meio (analfabetismo, custo de vida, saúde, pauperismo, etc.).
2. Conferências ilustradas ("slides", instrumentos audio-visuais) sobre temas propostos pelo povo.
3. Participação nas diversas realizações dos movimentos de cultura popular: publicações, folhetos, campanhas, jornais, etc.
4. Cursos específicos (sindicalismo, etc.).
5. Organização para reivindicações populares (grupos de pressão).

Organização

Os núcleos populares poderiam ser organizados de diversas maneiras de acordo com as situações locais:

1. Aproveitamento das organizações populares já existentes (clubes de futebol, associações de bairros e de favelas, grêmios, associações de classe, etc.) pelo trabalho direto dos militantes de AP nessas diversas entidades.
2. Criação, quando não existam no local, de tais entidades, tendo como motivação a alfabetização ou quando

estas ofereçam resistência a esse tipo de trabalho pela sua estrutura interna.

III. TEATRO

O teatro não se constitui um fim em si mesmo, mas aparece com a função supletiva de conscientização e politização:

Suas realizações deverão ser de uma compreensão real da cultura do povo, através de elementos pelos núcleos, populares e de alfabetização, mantendo sempre uma posição crítica diante da realidade, que possibilite o debate sobre os temas propostos.

Utiliza diversas formas de comunicações: Peças, Autos, Jograis, revitalização do folclore: bumba meu boi, João Redondo, Nau Catarineta, Reizado, etc.

IV. PRAÇA DA CULTURA

Funcionam como centros de recreação e educação, localizados em bairros, favelas ou pontos de referência nas pequenas cidades. Reunem o povo em suas horas de lazer para participar de suas atividades.

1. Favorecer o desenvolvimento da consciência crítica, através de debates públicos, que quando possível, deverão ser feitos com a participação dos núcleos populares.
2. Desenvolvimento da capacidade cultural do povo, através de: Exposições de Arte, etc.

Teatros

Programas de TV

Cine-Clubes

Clubes de Literatura — Biblioteca

Ciclo de pais

Esportes, etc.

V. ARTES

Tem como objetivo fundamental, buscar no próprio povo, o sentido puro de sua arte, valorizando-a e inter-

pretando-a. Para tanto poderá recorrer a profissionais ou amadores, que através de cursos de aperfeiçoamento (desenho, pintura, escultura, cerâmica, tecelagem, etc.) e exposições, procura manter a comunicação com o povo.

1. Música — valorização da música folclórica e popular. Como forma de comunicação, podem ser utilizados.

Concertos Populares, Shows, programas de Rádio, Coretos, Retratos, Festivais específicos (conforme os costumes específicos de cada região), corais populares, etc.

2. Cinema — Como o teatro, deverá partir de uma posição crítica da realidade. Não sendo possível a realização de filmes, torna-se necessário a criação de Cine-Clubes.

VI. PUBLICAÇÕES

Aparece com duplo aspecto: a) elaboração da cultura, através de criação de folhetos, poesias, textos, jornal, pintura, etc. b) Divulgação — comunica ao público, este trabalho de criação, através de: Rádio, TV, Feira de livro, jornais, etc.

VII. FESTAS POPULARES

Revitalização e autenticação das festas populares: São João, São Pedro, Natal, Carnaval, conforme as regiões).

VIII. FESTIVAIS DE CULTURA POPULAR

Além dêsses oito instrumentos citados, devemos nos valer dos meios mais diretos de comunicação com o povo, através de caravana populares, comícios — passeatas, panfletos, pichamentos, etc., que levem a uma mobilização do povo como forma de pressão popular.

C) ESTRUTURAÇÃO DO SETOR DE CULTURA POPULAR

1. Sentimos a necessidade de uma coordenação nacional de CP em AP a fim de que as experiências regio-

nais neste setor possam, não somente servir de subsídios a novas experiências, como também a integração, na medida do possível, dentro de uma linha nacional. É importante que se crie este setor em AP, pois vemos a CP, como já foi dito, como o melhor instrumento de conscientização, politização e organização do povo. A linha nacional de AP em cultura popular, não poderia ser rígida em detalhes técnico-pedagógicos, que adviriam de condições concretas regionais, mas viria como uma orientação geral político-ideológica para um trabalho global de AP em cultura popular, em plano nacional.

2. Para isso, propomos a seguinte estruturação dêsse setor:

a) *em plano municipal* — o setor do CP de AP coordenaria os trabalhos de seus militantes engajados nas diversas áreas de atuação: operário, popular camponês, estudantil, entidades públicas e outras.

b) *em plano estadual* — teríamos o setor de CP que coordenaria os trabalhos de CP no Estado, feito através dos setores municipais.

c) *em plano nacional* — teríamos a coordenação nacional dos setores estaduais.

As coordenações estaduais e nacionais do setor do CP promoveriam todos os intercâmbios necessários, os deslocamentos de elementos para o testemunho de experiências, a promoção de formação de quadros técnicos, enfim, atender, na medida do possível, as necessidades dos setores.

3. Prioridades de atuação:

a) Acentua-se a prioridade de atuação do setor de CP de AP, nos setores operários, popular e camponês. O trabalho de CP nesses setores pode ser desenvolvido mais facilmente através das entidades estudantis, pela maior possibilidade de ampliação de quadros. O nosso trabalho no entanto, deve ser no sentido que os próprios meios (operário, popular, camponês) venham a oferecer, gradativamente, o material humano necessário para atender ao trabalho de cultura popular. Os diversos instrumentos de que se servi-

ria o trabalho de CP, trariam a motivação concreta para a organização dessas classes, já que implicam, necessariamente, em conscientização e politização.

b) Áreas de atuação:

1. *Setor Operário* — sindicatos — o trabalho de CP pode, em suas relações com os sindicatos, adquirir características mais populares na medida em que os operários se integrem no trabalho, partindo para a sua própria elaboração. Para isso, é fundamental o diálogo, a análise crítica e demais comunicações que se efetuariam a partir dos instrumentos do CP.

2. *Setor Popular* — Bairros e favelas — seria feito o trabalho através das próprias organizações e clubes existentes ou, caso não existam promover-se-iam pesquisas e o início do próprio trabalho de CP que viria motivar a organização dos moradores do local. As motivações para o trabalho de CP nos bairros e favelas devem atender as condições concretas em que se situam os seus moradores.

3. *Setor Camponês* — As ligas camponesas e os sindicatos rurais devem ser nossa primeira preocupação neste setor e, caso não existam, o trabalho de CP deve ser feito através de "caravanas de cultura", "Núcleos Populares e outros instrumentos que possibilitem o trabalho inicial de politização e organização — quando então poderíamos pensar em alfabetização e demais instrumentos (na medida do possível). Os próprios núcleos de escolas radiofônicas no meio camponês devem ser usados para o nosso trabalho de CP, visando a sua organização.

4. *Setor estudantil* — deve ser feito através dos CPCs, ligados às entidades estudantis, mas tendendo sempre à não vinculação política, recebendo apenas a promoção destas entidades. Isto faria com que os CPCs não se bitolassem, o que conferiria ao trabalho de CP uma característica nitidamente estudantil, no sentido exclusivista. É importantíssimo pois, que os militantes do setor estudantil se preocupem seriamente com o trabalho no CPCs através de uma participação efetiva, inclusive nos encontros regionais ou nacionais de CP, promovidos pelas UEEs e pela UNE.

c) *Relações com entidades públicas* — far-se-ão para facilitar a aquisição de meios para realizar o trabalho de CP. A utilização das entidades públicas ou quaisquer outras já existentes (como o MEB por exemplo) deverá ser feita buscando a concretização de nossa orientação política e ideológica. Respeitando esta linha, os militantes de AP poderão ter um engajamento profissional no MEB. Caso não existam movimentos de CP, devemos nos servir de entidades públicas para a sua criação. Nos dois casos analisados, essas entidades devem tender (e a tal devemos nos propor) sempre para a constituição de uma Fundação autônoma. Nesse setor, é necessário que a atuação do militante de AP seja consciente e crítica, para que não venha se servir para jogos políticos ou atender a interesses de homens públicos ou implicações partidárias e ideológicas.

Observação final: nessas áreas citadas, onde não existia nada de concreto para nossa atuação em CP, devemos criar condições para tal. Devemos lembrar que o trabalho de CP não seria um trabalho burocrático de organização de CPCs em cada setor mas sim, através dos seus instrumentos próprios. Na medida em que a integração do povo se fizesse de tal maneira efetiva, o setor de CP poderá supervisionar a criação de organizações populares, onde o próprio povo se organize com seus cursos de alfabetização, teatro, clubes, etc.

MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR E S T A T U T O

ARRAIAL DO BOM JESUS - Estrada do Arraial, N.º 3 259 - Recife

MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR

O Movimento de Cultura Popular, nasceu da miséria do povo do Recife. Da desurbanização geral de suas paisagens mutiladas.

De seus mangues cobertos de mocambos, de lama, dos morros e alagados, onde proliferam o analfabetismo, o desemprego, a doença e a fome.

Suas raízes mergulham na própria estrutura física da cidade. Absorvem o sistema de atitudes que as suas contradições engedram. Fincam-se nas terras áridas do Nordeste. Refletem o seu drama, como "síntese dramatizada da estrutura social inteira".

Drama também de outras áreas subdesenvolvidas, do Recife, com 80.000 crianças de 7 a 14 anos de idade sem escola. Do Brasil, com 6 milhões. Do Recife, com milhares e milhares de adultos analfabetos. Do Brasil, com milhões. Do mundo em que vivemos, em pleno século XX, com mais de um bilhão de homens, mulheres e crianças subjugados pela ignorância.

O Movimento de Cultura Popular constitui, assim, uma resposta. A resposta do Prefeito Miguel Arraes, dos intelectuais, dos estudantes e do povo do Recife ao desafio da miséria. Resposta que se dinamiza sob a forma de um Movimento e inicia, no Recife, uma experiência nova da Universidade.

Integrando crianças, adolescentes e adultos, institui uma universidade de conhecimento, dentro de uma perspectiva de unidade.

Vinculando o povo, mesmo analfabeto, à estrutura universitária, instaura uma autêntica universidade popular, assegurando ao mesmo tempo a elevação dos níveis culturais das grandes massas e a plena compreensão do povo quanto às necessidades da profissionalização da pesquisa científica e do desenvolvimento de cultura.

Concebendo a educação e a cultura como um processo ininterrupto de aquisição, cria uma instituição que não estratifica conhecimentos, nem paralisa o progresso social, num mundo — essencialmente dinâmico.

Unindo povo-juventude-intelectuais num só movimento assegura a autenticidade, e força de expansão e a orientação correta de uma universidade que se volta primordialmente para a valorização do homem brasileiro, a desalienação de nossa cultura e a emancipação econômica e social do país.

Esta universidade popular está situada (?) nas terras do Arraial do Bom Jesús — berço do nativismo nordestino —, convertido agora em trincheira do nacionalismo brasileiro.

Suas portas estão abertas aos estudantes que lutam atualmente, no Brasil, por condições autênticas de educação e cultura para todo o nosso povo.

Recife — 1961.

GERMANO COELHO
Presidente do MCP

ESTATUTO DO MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR

Capítulo I

DENOMINAÇÃO, FINS E SEDE

ART. 1.º Sob a denominação de Movimento de Cultura Popular fica fundada e constituída uma sociedade civil, brasileira, de finalidade educativa e cultural, número ilimitado de sócios, duração indeterminada, cujos objetivos são os seguintes:

- 1 — Promover e incentivar com a ajuda de particulares e dos poderes públicos, a educação de crianças e adultos;
- 2 — Atender ao objetivo fundamental da educação que é o de desenvolver plenamente todas as virtualidades do ser humano, através de educação integral base que assegure, também, de acordo com a Constituição, o ensino religioso facultativo;
- 3 — Proporcionar a elevação do nível cultural do povo preparando-o para a vida e para o trabalho;
- 4 — Colaborar para a melhoria do nível material do povo através de educação especializada;
- 5 — Formar quadros destinados a interpretar, sistematizar e transmitir os múltiplos aspectos da cultura popular;

ART. 2.º O Movimento de Cultura Popular tem sua sede no Arraial do Bom Jesus, cidade do Recife, Estado de Pernambuco.

Capítulo II

DO PATRIMÔNIO

ART. 3.º O patrimônio do MCP será constituído pelas contribuições de seus sócios, subvenções dos po-

dêres públicos, doações de outras entidades e de particulares assim como de bens imóveis.

ART. 4.º As contribuições dadas pelas empresas privadas serão destinadas às escolas do Movimento.

ART. 5.º Em caso de dissolução de MCP — o que só se dará por deliberação da maioria absoluta do Conselho de Direção e somente após a constituição da Fundação de Cultura Popular — o patrimônio social reverterá em benefício dessa mesma Fundação.

Capítulo III

DOS SÓCIOS

ART. 6.º O MCP terá as seguintes categorias de sócios:

- 1 — Sócios fundadores
- 2 — Sócios patrocinadores
- 3 — Sócios colaboradores
- 4 — Sócios dirigentes
- 5 — Sócios estudantes
- 6 — Sócios educadores
- 7 — Sócios militantes.

§ 1.º São considerados sócios fundadores os idealizadores do Movimento, os que o estruturaram tecnicamente ou colaboraram para a sua implantação e os que assinaram o presente Estatuto.

§ 2.º São considerados sócios patrocinadores todas as entidades públicas ou privadas, internacionais e nacionais, sejam federais, estaduais ou municipais, ou personalidades que contribuam para a expansão do Movimento de Cultura Popular, bem como as pessoas ou empresas que concorram financeiramente para o funcionamento das escolas do Movimento.

§ 3.º São Sócios colaboradores as pessoas que prestam serviço ao Movimento, independente de remuneração a qualquer título.

§ 4.º São sócios dirigentes os intelectuais, artistas, cientistas e técnico, incumbidos da interpretação e sistematização da cultura popular; podem ser efetivos ou estagiários.

§ 5.º São sócios estudantes os inscritos nos cursos e projetos das diversas Divisões do Departamento de Formação da Cultura que solicitarem a sua integração no quadro social do Movimento.

§ 6.º São sócios educadores os incumbidos de ministrar o ensino primário e a educação de adultos bem como os habilitados a transmitir a cultura ao povo.

§ 7.º São sócios militantes os que dirigem as agremiações legalmente constituídas, beneficentes, lútero-recreativas, esportivas, cooperativas e os inscritos nas atividades do MCP, nos diversos bairros da cidade.

ART. 7.º São deveres de todos os sócios:

- 1 — Zelar pelo prestígio do MCP;
- 2 — Respeitar o presente Estatuto;
- 3 — Acatar os atos e decisões de todos os órgãos da instituição.

ART. 8.º São direitos inerentes a todos os membros integrantes do quadro social do MCP.

- 1 — Participar das atividades culturais promovidas pelo Movimento;
- 2 — Frequentar a biblioteca, o centro de documentação e demais órgãos culturais da instituição.

ART. 9.º Os membros do MCP não respondem individual ou solidariamente nem direta ou subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Capítulo IV

DA ADMINISTRAÇÃO

ART. 10 Os órgãos do MCP são os seguintes:

- 1 — Conselho de Direção (CD);
- 2 — Diretoria (D);
- 3 — Conselho Consultivo (CC)
- 4 — Serviço de Administração (SA);
- 5 — Departamento de Formação da Cultura (DPC);
- 6 — Departamento de Documentação e Informação (DDI);
- 7 — Departamento de Difusão da Cultura (DDC);

ART. 11 O Conselho de Direção, órgão deliberativo máximo da sociedade, será constituído pelo Presidente do MCP, como seu Presidente, pelos Diretores dos Departamentos de Formação da Cultura, de Documentação e Informação e de difusão da Cultura, pelos Diretores das diversas Divisões do Departamento de Formação da Cultura, bem como por um representante do Conselho Consultivo, um dos sócios estudantes, um dos sócios educadores e um dos sócios militantes do Movimento.

§ Único A reforma do presente Estatuto caberá ao Conselho de Direção, mediante o voto de dois terços da totalidade dos conselheiros.

ART. 12 A diretoria, órgão executivo máximo da sociedades, será constituída pelo Presidente do MCP, eleito pelos membros do Conselho de Direção, dentre os Diretores de Divisão do Departamento de Formação da Cultura, com mandato de três anos, a contar da data da posse, podendo ser reconduzido.

§ 1.º Compete ao Presidente representar o MCP ativa e passivamente judicial e extrajudicialmente,

indicar sócios dirigentes do quadro efetivo do Movimento para representações ocasionais;

§ 2.º De acôrdo com as necessidades do serviço, o Presidente do MCP designará assessores imediatos, mediante aprovação do Conselho de Direção.

ART. 13 O Conselho Consultivo, órgão auxiliar do MCP, será constituído por uma delegação de sócios patrocinadores, colaboradores e fundadores, escolhidos em assembléia geral, tendo por função precípua atender às consultas e solicitações do Conselho de Direção.

§ Único O Conselho Consultivo elegerá entre os seus membros um representante para o Conselho de Direção, com mandato de três anos, a contar da data da posse.

ART. 14 O serviço de Administração, órgão administrativo auxiliar da Diretoria, tem por objetivo prestar todos os serviços de natureza administrativa necessários aos trabalhos do Movimento.

§ Único O Serviço de Administração compreenderá

- 1 — Secretaria;
- 2 — Seção de Contabilidade;
- 3 — Seção de Pessoal;
- 4 — Seção de Material.

ART. 15 O Departamento de Formação da Cultura, órgão técnico do MCP, tem por objetivo:

- 1 — Interpretar, desenvolver e sistematizar a cultura popular;
- 2 — Criar e difundir novos métodos e técnicas de educação popular;
- 3 — Formar pessoal habilitado a transmitir a cultura ao povo.

§ 1.º O Departamento de Formação da Cultura será constituído de tantas divisões quantas forem necessárias à consecução de seus objetivos, a critério do Conselho de Direção.

§ 2.º Os diretores das respectivas Divisões elegerão entre si o Diretor do DFC e um suplente, com mandato de três anos, a contar da data da posse.

§ 3.º Os sócios dirigentes efetivos, integrantes do quadro de cada Divisão, elegerão entre si os Diretores das Divisões do DFC a respectivos suplentes com mandato de três anos a contar da data da posse.

§ 4.º O ingresso na categoria de sócio dirigente estagiário dependerá da aprovação do Conselho de Direção preenchidas as seguintes condições:

- 1 — Título;
- 2 — Exposição dos motivos do seu ingresso no movimento;
- 3 — Entrevista pessoal com o Presidente do Movimento e com o Diretor da Divisão do DFC de interesse do candidato;
- 4 — Idoneidade moral;
- 5 — Aptidão para estágio.

§ 5.º O sócio dirigente estagiário ascenderá à categoria de efetivo após um ano de estágio no Departamento de Formação da Cultura, mediante aprovação do Conselho de Direção.

§ 6.º Cada equipe de estudantes vinculada a uma Divisão terá um monitor indicado pelo Diretor da mesma; os monitores elegerão entre si um representante dos estudantes junto ao CD, com mandato de três anos, a contar da data da posse.

§ 7.º Os sócios educadores elegerão entre si o seu representante junto ao Conselho de Direção, com mandato de três anos a contar da data da posse.

ART. 16 O Departamento de Documentação e informação, órgão técnico auxiliar da Diretoria e dos demais Departamentos, tem por objetivos:

- 1 — Reunir, classificar, catalogar e difundir documentos de todo gênero, que interessem direta ou indiretamente aos objetivos do Movimento;
- 2 — Fornecer as informações e a documentação necessárias aos trabalhadores técnicos, científicos, artísticos e didáticos do MCP;
- 3 — Preparar e divulgar os trabalhos do Movimento;
- 4 — Estabelecer intercâmbio com instituições congêneres internacionais, nacionais e estrangeiras, elaborando convênios sempre que necessários à permuta de informações e de documentação.

§ 1.º O Departamento de Documentação e Informação compreenderá:

- 1 — Biblioteca;
- 2 — Divisão de Informação;
- 3 — Divisão de Documentação.

§ 2.º O Diretor do Departamento de Documentação e Informação será documentalista ou bibliotecário especializado nos problemas afetos ao Movimento designado pelo Presidente do Movimento, "ad referendum" do Conselho da Direção.

ART. 17 O Departamento de Difusão da Cultura, órgão coordenador do Movimento junto aos núcleos

e às associações de cultura popular, tem as seguintes atribuições:

- 1 — Encaminhar aos órgãos de Direção e aos Departamentos as solicitações das Associações e dos Núcleos de Cultura Popular;
- 2 — Levar a orientação dos órgãos de Direção e dos Departamentos de Formação da Cultura e de Documentação e Informação aos Núcleos e às associações de Cultura Popular.

§ 1.º O Departamento de Difusão da Cultura compreenderá:

- 1 — Divisão de Cooperação;
- 2 — Divisão de Obras.

§ 2.º O Departamento de Difusão da Cultura integrará:

- 1 — Associações de Cultura Popular, entidades básicas;
- 2 — Núcleos de Cultura Popular, entidades aglutinadoras das Associações de uma zona de influência.

§ 3.º As associações de Cultura Popular, de qualquer natureza, não instaladas pelo Movimento, terão seus responsáveis eleitos pelos organismos existentes, independente da direção do MCP.

§ 4.º As Associações de Cultura Popular instaladas por iniciativa do Movimento terão uma direção colegiada constituída de três representantes eleitos pelos sócios militantes locais do Movimento, sendo um deles professor da escola da Associação.

§ 5.º Os responsáveis pelas Associações de Cultura Popular elegerão o responsável pelos Núcleos de Cultura Popular e um suplente.

§ 6.º Os responsáveis pelos Núcleos de Cultura Popular elegerão entre si o representante dos sócios militantes junto ao Conselho de Direção, com mandato de três anos, a contar da data da posse.

§ 7.º O Diretor do Departamento de Difusão da Cultura será escolhido pelo Conselho de Direção dentre os sócios dirigentes efetivos do Departamento de Formação da Cultura e do Departamento de Documentação e Informação, indicados em listas tríplice pelos responsáveis pelos Núcleos de Cultura Popular, com mandato de três anos, a contar da data da posse.

Capítulo V

DO REGIME DISCIPLINAR E DAS SUBSTITUIÇÕES

ART. 18 Cabe ao Presidente do MCP a responsabilidade pela estrita observância dos preceitos de dignidade, de boa ordem e cumprimento dos deveres nos diversos órgãos da entidade.

ART. 19 Pela violação da disciplina, os sócios e o pessoal a serviço do MCP estão sujeitos às seguintes penas:

- 1 — Advertência;
- 2 — Repreensão;
- 3 — Suspensão;
- 4 — Destituição.

§ 1.º Na aplicação das referidas penas disciplinares serão observados os seguintes princípios:

- 1 — Impor-se-á a pena de advertência em caso de falta leve;
- 2 — Impor-se-á pena de repreensão por escrito em caso de impontualidade, desídia ou ausência injustificada, sendo o faltoso desde logo notificado de que a reincidência do fato constituirá falta grave;

3 — Impor-se-á pena de suspensão em caso de faltas consideradas graves;

4 — Impor-se-á penas de destituição quando a natureza da falta e sua gravidade, apuradas em inquérito competente, recomendem a exclusão definitiva do faltoso.

§ 2.º Serão apurados, em inquérito presidido por sócio dirigente do quadro efetivo da sociedade, designado pelo Presidente do MCP, com defesa do acusado, os casos de abandono de serviço, indisciplina, insubordinação e ainda atos ou faltas que possam afetar o procedimento, a probidade, a honra e a boa fama do membro do Movimento.

ART. 20 A competência para aplicação das penas disciplinares subordina-se às seguintes disposições:

- 1 — As penas de advertência e repreensão serão aplicadas pelo presidente do MCP;
- 2 — As penas de suspensão e destituição serão aplicadas pelo Conselho de Direção.

§ Único A imposição das penas disciplinares previstas neste Estatuto não isenta o faltoso da apuração das responsabilidades civis e criminais, em que haja porventura incorrido, na forma da lei.

ART. 21 Serão substituídos em suas faltas e impedimentos eventuais:

- 1 — O Presidente do MCP, pelo Diretor do Departamento de Formação da Cultura;
- 2 — O Diretor do Departamento da Formação da Cultura por um dos Diretores da Divisão do Mesmo Departamento, por eles escolhidos como suplente;
- 3 — Os Diretores da Divisão do DFC pelos respectivos suplentes;
- 4 — O Diretor do Departamento de Documentação e Informação por um dos Diretores

- da Divisão do mesmo Departamento, a critério do Presidente do Movimento;
- 5 — O Diretor do Departamento de Divisão da Cultura por um dos membros da lista tríplice apresentada pelo Conselho de Direção para preenchimento do cargo, a critério da Diretoria do Movimento;
 - 6 — O Representante do Conselho Consultivo junto ao Conselho de Direção por um dos membros do referido Conselho Consultivo, por eles indicados;
 - 7 — O Representante dos sócios educadores junto ao Conselho de Direção por um dos monitores por eles indicados;
 - 8 — O Representante dos sócios educadores junto ao Conselho de Direção por um dos sócios educadores por eles indicado;
 - 9 — Os Responsáveis pelos Núcleos de Cultura Popular pelos respectivos suplentes.

Capítulo VI

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

ART. 22 O presente Estatuto entrará em vigor imediatamente após a aprovação pelo Conselho de Direção, que se incumbirá do seu registro.

ART. 23 O Departamento de Formação da Cultura compreenderá inicialmente, as seguintes Divisões:

- 1 — Divisão de Pesquisa;
- 2 — Divisão de Ensino;
- 3 — Divisão de Artes Plásticas e Artesanato;
- 4 — Divisão de Música, Dança e Canto;
- 5 — Divisão de Cinema, Rádio, Televisão e Imprensa
- 6 — Divisão de Teatro;
- 7 — Divisão de Cultura Brasileira;
- 8 — Divisão do Bem-Estar Coletivo;
- 9 — Divisão de Saúde;
- 10 — Divisão de Esportes.

ART. 24 O Conselho de Direção providenciará o planejamento técnico necessário à criação imediata de uma Fundação de Cultura Popular destinada a assegurar a continuidade e expansão do Movimento.

ART. 25 O Conselho de Direção, após o registro do presente Estatuto, terá o prazo de noventa (90) dias para a elaboração do Registro Interno do Movimento.

(PARA DOBRAR E COLAR)

SECRETARIA DO MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

N.º

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

SEC CONTRÔLE DE ASSINATURA

ATUALIZAÇÃO DO ENDERÊÇO

Informo a seguinte alteração de enderêço:

Nome:

Pôsto ou graduação

ENDERÊÇO ANTIGO:

Rua ou Unidade

Cidade, Estado ou Região Militar

NÔVO ENDERÊÇO

Rua ou Unidade

Cidade, Estado ou Região Militar

Data,

.....

(Assinatura)

Observação: Solicita-se aos assinantes o preenchimento da presente e encaminhamento a esta Biblioteca, logo que haja qualquer alteração.

PREENCHA E PONHA NO CORREIO



ISENTO DE SELO
(Decreto-lei n.º 1 955 —
de 1 Fev 940)

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

Diretor da Biblioteca do Exército

Edifício do Ministério do Exército — ZC-55

Rio de Janeiro

ESTADO DA GUANABARA

ATUALIZAÇÃO DE ENDERÊÇO

ESTA OBRA FOI EXECUTADA NAS OFICINAS DA
COMPANHIA LIVORTE INDUSTRIAL
RUA ENGENHO NÔVO, 369 — RIO DE JANEIRO
PARA
BIBLIOTECA DO EXÉRCITO-EDITÔRA



Biblioteca
do Exército
Editora

Vol. Pub. 52-257

1967